gera crimes socioambientais de grande envergadura, cria cidades insuportáveis, rouba terras e outros recursos estratégicos à nova geopolítica mundial do capital. Além disso, guerras de média e baixa intensidade promovidas pelo imperialismo matam em escala inédita e sem nenhum pudor.

No mundo do trabalho, base de toda produção de valor, combinam-se formas tayloristas-fordistas com as formas do regime de acumulação flexível e, mais recentemente, uberização, e formas de trabalho análogas à escravidão. Diante disso, superexploração do trabalho, subemprego e desemprego em massa passam a fazer parte da dramática realidade das nações.

Mas a classe trabalhadora não está assistindo alheia à ofensiva do capital. Uma bandeira, dentre as milhares delas presentes nas manifestações no Chile de 2019, dizia: "Aqui nasceu o neoliberalismo e aqui ele será enterrado". Se essas bandeiras avançarão para ações anticapital globais que contestam o modo de produção, ainda não é possível saber, em que pese estarem inseridas em forte processo de reação contra o neoliberalismo.

Este livro é uma modesta contribuição para o resgate da crítica da economia política, sua continuidade nos séculos XX e XXI e a reivindicação da necessidade de uma teoria da transição ao comunismo no século XXI. Ele recupera alguns dos textos clássicos da crítica da economia política (Marx, Engels, Luxemburgo) e traz à baila contribuições de pesquisadores dedicados a essa vertente. Que vocês tenham o mesmo prazer que nós, organizadores, tivemos ao reler os clássicos e juntar textos tão importantes para as lutas anticapital do século XXI!

NOVAES, MACEDO E CASTRO

Quase um século e meio após a morte de Karl Marx, sua obra continua viva! No plano internacional, podemos observar o aumento da desigualdade social, crescente financeirização da economia e ascensão da extrema direita. Compreender a complexidade dos movimentos do capital no presente exige, destarte, rigor teórico para fins de práxis transformadoras. O livro "Introdução à Crítica da Economia Política", da editora Lutas Anticapital, se faz premente para a leitura da realidade concreta, não somente porque reúne textos viscerais da obra de Karl Marx e outros clássicos da teoria marxista internacional e nacional, mas também porque, através de relevantes pesquisadores e pesquisadoras da contemporaneidade, atualiza a análise do concreto à luz do método marxiano, desde um contexto mais universal às suas expressões mais singulares. Como não poderia deixar de ser, o livro também aponta para os desafios e a necessária organização política da classe trabalhadora na perspectiva emancipatória.

LIVIA MORAES | UFES

Introdução à Crítica da Economia Política — Novaes, Macedo e Castro (orgs.)

LUTAS ANTICAPITAL

Introdução à Crítica da Economia Política

Henrique Tahan Novaes
Rogério Fernandes Macedo
Fabio Castro
(organizadores)

A barbárie promovida pelo capital financeiro tem trazido consequências nefastas para a classe trabalhadora no mundo inteiro. Saqueamento dos fundos públicos, expropriação de casas como na crise de 2008, destruição parcial ou completa do Estado de Bem-estar social na Europa e dos poucos direitos constitucionais no "Estado de mal estar social" na América Latina. Aumento do custo de vida da classe trabalhadora, fim da aposentadoria digna, destruição dos sistemas educacionais e de saúde públicos, enfim, a franca destruição das condições de reprodução social sob o capitalismo.

A voracidade do capital mundializado, com seu "senado virtual" que decide a alocação dos capitais, não respeita decisões populares, passa por cima dos parlamentos e promove golpes em todos os cantos do mundo. Para citar apenas o caso da América Latina, vimos nos últimos anos prisões políticas de presidentes, impedimentos irregulares e mais recentemente massacres nas rebeliões populares do Equador, Chile, Bolívia, Honduras e Haiti, mostrando toda a crueldade das classes proprietárias.

O capital fictício, além de cobrar dos parlamentos a liberdade total para a sua reprodução, destrói direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, promove uma ampla manipulação ideológica e o estímulo a processos de fascistização, através das técnicas de guerra híbrida e de terrorismo tecnológico.

A produção destrutiva das grandes corporações transnacionais (bancos, seguradoras, mineradoras, empreiteiras, automobilísticas, agronegócio, complexo militar, etc.), alicerçada na reprodução ampliada do capital e na obsolescência programada das mercadorias,

Introdução à Crítica da Economia Política

Henrique Tahan Novaes
Rogério Fernandes Macedo
Fabio Castro
(organizadores)

https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-introducao-a-critica-da-economia-politica?_pos=1&_sid=9c59cf889&_ss=r

1ª edição
Lutas anticapital
Marília-2019

Introdução à Crítica da Economia Política

1ª edição
Lutas anticapital
Marília-2019

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura
Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Julio Cesar Torres (UNESP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes
Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva
Foto da Capa: Susana Hidalgo/BBC
Impressão: Renovagraf

I61 Introdução à crítica da economia política / Henrique Tahan Novaes, Rogério Fernandes Macedo, Fábio Castro (org.). – Marília: Lutas Anticapital, 2019.

448 p. (Biblioteca Básica de Economia)

ISBN 978-85-53104-37-6

1. Economia. 2. Capitalismo. 3. Marxismo. 4. Pós-colonialismo. 5. Imperialismo. 6. Globalização. I. Novaes, Henrique Tahan. II. Macedo, Rogério Fernandes. III. Castro, Fabio.

CDD 355.4

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: setembro de 2019
1ª reimpressão: maio de 2020

Editora Lutas anticapital
Marília –SP
edlutasanticapital@gmail.com
www.lutasanticapital.com.br

Nota.....7

Nota do Coordenador da Biblioteca Básica de Economia.....9
Fábio Campos

Apresentação.....15
Henrique Tahan Novaes, Rogério Macedo e Fabio Castro

Parte I – Introdução à crítica da economia política

Marx e a economia política: a crítica como conceito.....25
Aloisio Teixeira

O que é a economia política? 51
Rosa Luxemburgo

O capital e capitalismo em perspectiva histórica.....117
Paul Singer

Parte II – Marx, Engels e o nascimento da crítica da Economia Política

Esboço de uma crítica da economia política.....135
Friederich Engels

Introdução.....165
Florestan Fernandes

Introdução a uma contribuição para a crítica da economia política....187
Karl Marx

Salário, preço e lucro.....217
Karl Marx

Parte III – Imperialismo, crise estrutural do capital e particularidade da economia brasileira

Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo.....241
Carlos Alberto Cordovano Vieira

Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira.....265
Fábio Campos

Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro.....289
Plinio de Arruda Sampaio Jr.

Parte IV – A atualidade da crítica da economia política, crises e capital fictício

A atualidade da crítica da economia política.....307
Leda Paulani

A crise na crítica à economia política.....319
Jorge Grespan

Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades.....339
Marcelo Carcanholo

A atualidade da "acumulação primitiva": roubo e cercamento de terras nos séculos XX e XXI.....361
Henrique Tahan Novaes, Rogério Fernandes Macedo e Fabio Castro

As dívidas ilegítimas - quando os bancos se apoderam das políticas públicas.....385
François Chesnais

A financeirização da Responsabilidade Social Empresarial e o surgimento do Investimento Socialmente Responsável : educação para o consenso na EMBRAER.....399
Lívia de Cássia Godoi Moraes

A organização necessária.....421
Paulo Alves de Lima Filho

Nota

O Brasil vive um dos momentos mais difíceis da sua história. Como nos lembra Florestan Fernandes, o golpe fulminante de 1964, que completou 55 anos, se transfigurou nos anos 1980 em "institucionalização da ditadura", pois houve uma transição lenta, gradual, segura, sem rupturas e acerto de contas com este período histórico.

Fernando Collor de Melo e sua ira farsesca venceram a eleição de 1989, depois de uma grande manipulação da TV Globo no 2º turno. Fernando Henrique Cardoso aprofundou nosso neoliberalismo, com sua reforma do Estado e um grande ciclo de privatizações, aprimorando a ditadura do capital financeiro.

Depois de um curto período de ascensão do lulismo, dentro de uma estratégia de conciliação de classes e algumas concessões à classe trabalhadora (política de melhoria do salário mínimo, geração de emprego, cotas, direito das empregadas domésticas, etc.) tivemos um golpe de novo tipo em 2016, e em 2018 a prisão política de Lula, que abriu espaço para eleição de um novo Collor, com suas soluções meteóricas de inspiração na ultradireita supostamente para "corrigir" os males o país.

As classes proprietárias declaram guerra aos trabalhadores. No caso brasileiro, interromperam as parcas vitórias da "Nova República", deram um golpe e enterraram a possibilidade de conciliar as classes sociais, ao ejetar o lulismo do poder. Elas estão promovendo a destruição das parcas conquistas da "Nova República" num ritmo mais acelerado.

Dois meses atrás o capitão reformado, atualmente na presidência da ex-república brasileira, esteve nos EUA para anexar o Brasil como novo protetorado do império estadunidense.

Preparados para este novo ciclo de lutas sociais, onde vai vigorar um longo período de resistência histórica, a Editora Lutas anticapital e nós – coordenadores do Curso Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, nos colocamos contra o desmonte da nação e nos comprometemos a publicar livros de qualidade acessíveis ao público brasileiro, que tem "sede" de conhecimento crítico.

O curso é fruto de uma demanda dos movimentos sociais do campo tendo em vista a escolarização e qualificação da população que vive do campo.

Somos partidários do estudo da história na perspectiva materialista e dialética. Temos partido, o partido da ciência e somos comprometidos com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora.

Combatendo nas trevas, optamos por convidar algumas autoras e autores a se pronunciar sobre diversos temas candentes que serão imprescindíveis para os alunos e demais interessados.

Estamos montando uma série de Livros de Bolso, de caráter introdutório. Já publicamos "Sobre o óbvio" de Darcy Ribeiro e "Quem é o povo

no Brasil", de Nelson Werneck Sodré. "A conspiração contra a escola pública" de Florestan Fernandes está em fase de acabamento. Pretendemos ainda publicar livros sobre e de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Heleieth Saffioti, dentre outras e outros pesquisadores brasileiros mais jovens.

O livro Introdução à crítica da economia política foi pensado principalmente para três públicos: a) militantes de movimentos sociais, b) alunos do 3º ano do Ensino Médio, c) alunos dos primeiros anos da graduação.

Para nós, as leis econômicas que aparecem aos olhos da economia política como naturais e eternas foram desvendadas por Karl Marx, no seu célebre "o fetichismo da mercadoria". Por trás da mercadoria estavam relações sociais baseadas na propriedade privada, no trabalho explorado-alienado e no controle estranhado. Ao invés dos seres humanos controlarem a produção de forma organizada e consciente, a mercadoria os controla.

Acreditamos que o estudo da economia política e da crítica da economia política, como parte da compreensão do movimento complexo e contraditório do capital, poderá nos ajudar a desnaturalizar a forma como se organiza a economia na sociedade capitalista, tendo em vista a luta pela construção de uma sociedade comandada pelos produtores livremente associados. Desejamos a todas e a todos uma boa leitura.

Alan Salles, Angelo Diogo Mazin, Daniela Bittencourt Blum, Henrique Tahan Novaes, João Henrique Pires, Joice Aparecida Lopes, Lisbet Julca e Rogerio Gomes
Coordenadores do Curso Técnico em Agropecuária, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, integrado ao ensino médio | Escola de Educação Popular Rosa Luxemburgo (MST - SP) | Convênio UNESP - Centro Paula Souza – PRONERA (INCRA)

Bruno Michel da Costa Mercurio, Claudia Maria Bernava Aguillar, Luiz Roman, Natalia Dorini de Oliveira e Theo Lubliner
Produtores de Material Didático do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio

Marília e Iaras, 7 de setembro de 2019

Nota do Coordenador da Biblioteca Básica de Economia

A Economia na Arena Política da História

O estudo da economia pode ser realizado por três enfoques: "economia política" (*political economy*), "ciências econômicas" (*economics*), ou a "crítica da economia política" (*kritik der politischen ökonomie*). Tais formas de conceber a economia se traduziram em línguas e regiões europeias que hegemonizaram sua percepção teórica, sobretudo Inglaterra e Alemanha. Numa arena de revoluções e contrarrevoluções, essas visões responderam por uma determinada relação histórica entre as tensões políticas e sociais com o pensamento econômico do seu tempo.

Mais que a evolução linear de certas matrizes do pensamento, ou mesmo, reflexões específicas sobre algum tema econômico, o nascimento da "economia política" foi o resultado de um processo histórico no Velho Mundo, em que tanto a História em geral, quanto o pensamento, influíram sob a necessidade de criar uma área do saber destinada a entender a reprodução material de uma época da civilização ocidental. De igual modo, essa dinâmica refletiu a própria mobilidade da riqueza que se intensificou no século XVII em diante, na forma de capital usurário e de capital comercial. Por isso seria errôneo buscar nos percussores do pensamento econômico europeu um sistema que não estava constituído ainda. O ambiente intelectual deles extrapolava a economia em si, porque estavam mergulhados em questões como administração pública, política, filosofia, ética e moral, artes de guerra, ciências da natureza etc.

Uma vez constituída historicamente uma riqueza móvel que se acumulava na sociedade mercantil da Europa e se projetava como razão revolucionária pelo Iluminismo no século XVIII, temos as condições de captar como o pensamento econômico se autonomizaria das ciências naturais e das teorias morais para consolidar-se numa teoria do valor. A noção de mais-valor exigiria uma teoria para fundamentá-la, cuja problemática passava pela origem do valor (ou da riqueza acumulada) que se expressava em valor de troca. Nesse trajeto, as concepções da crítica ao metalismo (mercantilismo) que justificavam o mais-valor, às causas naturais tal como agricultura

(fisiocracia), até chegar ao valor-trabalho, seguiram um caminho tortuoso, sem linearidade. Para enfrentar o enigma da origem da valorização, o pensamento econômico se aproximou das fontes da acumulação do capital. Todavia, a "economia política" do mesmo modo que se encontrava diante de becos analíticos aparentemente sem saída, mostrando clássicas inconsistências entre o real e a teorização, revelava sinais de contradições que não eram meramente escolásticas, mas oriundas da dinâmica e do próprio funcionamento difuso desse modo de vida que viria a ser chamado de capitalista. Vários pensadores de seu tempo tiveram inúmeras dificuldades em decifrar a causa do valor, dentre os quais os mais importantes foram Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823).

Sujeita a uma naturalização dos interesses econômicos que tentava fundamentá-los mediante frontal oposição à "ordem revelada" do cristianismo medieval, a autonomização da "economia política" através de uma teoria universal da sociedade no final do século XVIII coincidia com a maturação dos ideais civilizatórios da revolução burguesa. Como traço do avanço da modernidade, a luta por um pensamento econômico autônomo e universalizante se dava contra o Antigo Regime e sua existência feudal que impedia o indivíduo de perseguir seus próprios destinos e interesses materiais.

No mesmo instante em que a revolução burguesa chegava ao auge, seu caráter progressista se transmutaria para o oposto, em que a defesa da emancipação humana se tornava antagônica ao liberalismo econômico diante do triunfo capitalista no século XIX. Uma decadência civilizacional burguesa se desencadearia de forma conservadora e contrarrevolucionária no desfecho das Revoluções de 1848. Em outras palavras, a industrialização e a ascensão da classe burguesa no mundo encerrariam uma Era da humanidade, sepultando a sua dimensão progressista. Aceitando como a fase terminal, a razão econômica burguesa deslocava o escopo das investigações das conjunturas econômicas na arena política da História para uma mera ideologia do capitalismo, em que a abordagem econômica, antes mergulhada nos conflitos reais da luta de classes, se transformava num formalismo matemático prenhe de subjetivismos que eclipsavam as múltiplas dimensões dos acontecimentos, das conjunturas e das estruturas analíticas processuais.

A "economia política" tornou-se, com isso, simplesmente "economia" ou "ciências econômicas", uma mera teoria apologética do capital, na qual sua vulgaridade se manifestaria pelo utilitarismo,

marginalismo ou teoria neoclássica. Por meio de autores como Willian Nassau Senior (1790-1864), Frédéric Bastiat (1801-1850), John Stuart Mill (1806-1873), Léon Walras (1834-1910), William S. Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Alfred Marshall (1842-1924), o pensamento econômico objetivaria a manutenção do sistema, cabendo apenas ajustamentos e melhorias na margem. Sem romper com seus pressupostos fundamentais de reprodução, as tentativas liberais de reformar o capitalismo com a Crise de 1929 tiveram seus momentos mais profícuos no século XX com Joseph A. Schumpeter (1883-1950) e John Maynard Keynes (1883- 1946). Assim como a reação a qualquer possibilidade de crítica dentro ou fora do sistema capitalista surgiu via radicalização liberal de Ludwig von Mises (1883-1973), Friedrich Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912- 2006).

As Revoluções de 1848 também anunciaram que em meio ao derretimento civilizacional da universalidade burguesa se ascendeu a oportunidade de trabalhadores assumirem o sentido da História e levarem as promessas da modernidade até as últimas consequências – isto é, para além do capital, única forma de se garantir a emancipação humana. Desse modo, as lutas proletárias também seriam aquelas em que deitavam raízes na necessidade de se construir uma "crítica da econômica política", em que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) seriam os pioneiros ao fazerem uma teoria calcada no materialismo histórico. Capaz de mostrar como a origem do valor estava num processo nefasto de acumulação de capital, em que a socialização da sua produção e a apropriação privada ocultavam a exploração da força de trabalho – a geradora de mais-valor, essa teoria se apresentava como uma crítica frontal à classe burguesa e sua recém gestada "ciência econômica". Ao trazer a perspectiva da gênese de elementos históricos que ajudavam entender a estrutura e dinâmica da acumulação capitalista, esses autores não criaram apenas um pensamento econômico novo, mas uma nova forma totalizante de pensar a sociedade em sua radicalidade, destinada a superar o capital por meio da revolução comunista.

A História se mostrou avessa à pretensa normalidade das "ciências econômicas", visto que o processo de concentração e centralização de capital fundamentado pela "crítica da economia política" só exacerbou a contradição. Diferente dos equilíbrios utópicos de concorrência perfeita e de suas curvas subjetivas de preferência do consumidor e do produtor, a maturação da revolução industrial gerou

uma grave desarmonia dos mercados por meio de disputas intercapitalistas aguçadas, colonização para suprimento de matérias-primas e alimentos, busca de novos consumidores, violência e acirramento da luta de classes. De promessa concorrencial, o capital se converteu em monopolista cujo imperialismo representou a superestrutura de tal poder.

No limiar do século XX o imperialismo também significou a crise do sistema que assumia a face mais bárbara com as guerras mundiais, impulsionando sua negação por meio de revoluções anticapitalistas. Nesse ínterim, a "crítica da economia política" encontrou um espaço analítico de mediação intermediária entre a dinâmica do capital em sua singularidade nos diferentes níveis de abstração e o processo histórico que explicavam as partes nacionais, dominadoras e dominadas, no todo capitalista. Com isso, surgiram importantes contribuições como as de Rudolf Hilferding (1877-1941), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Vladimir Ilyich Lenin (1870-1924), desvendando a essência dessa nova etapa de acumulação.

O imperialismo mostrou como as contradições do capitalismo foram levadas a um estágio superior. O crescente movimento de valorização de capital e sua constante exigência de reprodução ampliada produziram rivalidades entre as nações, exacerbação da concorrência intercapitalista e intensificação na exploração da força de trabalho em diferentes regiões. A extroversão produtiva nessa fase também se sustentou pelos nexos creditícios do capital financeiro que levaram a um trustificação da economia, desencadeando choques e abalos monumentais entre conglomerados, nações e trabalhadores. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (e, depois a Segunda – 1939-1945) simbolizou a exata dimensão da barbárie que o capitalismo monopolista poderia produzir em nome de sua valorização incessante. Ao tornar cativos os mercados de fornecimentos de matérias-primas em regiões periféricas como Ásia, África e América Latina, e desencadear a conquista de economias nacionais para a exportação de capitais, o imperialismo potencializava o verdadeiro fundamento do capital, qual seja o de acumular apropriando-se de todos os meios possíveis, da mesma maneira que expropriava da maior parte da população os frutos de sua valorização.

Em meio a um mundo distinto daquele da *Belle Époque*, em que a razão burguesa teria que confrontar-se com uma Europa fragilizada pelos destroços humanos e materiais, também estava no horizonte a construção de um projeto universal alternativo com a

Revolução Bolchevique de 1917. Assim, abriram chances históricas de questionar não apenas a plataforma imperialista de controle capitalista à distância, principalmente em espaços periféricos de domínio colonial ou semicolonial, mas, sobretudo, a de pensar a particularidade das formações capitalistas nacionais a partir de dilemas específicos do mundo subdesenvolvido. Nesse sentido que surgiu em periferias latino-americanas como a brasileira um pensamento econômico original comprometido com a revolução. Longe de esquematismos oriundos das teorias econômicas formalizadas a partir dos centros do sistema, quanto de dogmatismos autoreferidos de manuais socialistas, floresceu no Brasil um pensamento econômico que defendia a superação de nosso passado colonial para se conceber uma civilização moderna contra a dependência externa e o subdesenvolvimento. Com base na história econômica do Brasil e nos problemas de sua formação, destacaram-se autores como Celso Furtado (1920-2004) e Caio Prado Jr. (1907-1990).

Sem a pretensão de esgotar todas as matrizes do pensamento econômico diante de uma gama de autores, esta Biblioteca Básica tem como objetivo articular a economia e sua formulação analítica como reflexo das tensões da sociedade provocadas pelo capitalismo mundial e sua manifestação na economia brasileira. Não se trata de mostrar aqui um material exaustivo de reflexão diletante da economia, mas o de tão somente traduzir didaticamente os efeitos da dinâmica da exploração do capital numa dimensão histórica e contemporânea face ao padrão mundial de acumulação.

A safra inicial de publicações desta Coleção já apresenta alguns títulos, tais como: a "Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial", sob nossa organização; a análise da conjuntura econômica brasileira recente em "A Marcha do Curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos Governos Lula e Dilma", organizado por Theo Martins Lubliner, Maurício Espósito e Leandro Ramos Pereira; e, o presente livro "Introdução à crítica da economia política" organizado por Henrique Tahan Novaes, Rogério Fernandes Macedo e Fábio Castro. Em breve, lançaremos também a reedição da obra clássica de Celso Furtado "A Pré-Revolução brasileira".

Ao todo, são livros que introduzem temas econômicos inscritos nos problemas concretos da História com um horizonte revolucionário. Não delimitadas exclusivamente aos meios acadêmicos, essas obras

pretendem apresentar o ensino da economia para públicos mais amplos, geralmente leigos. Porém, aqueles que estejam sintonizados com as lutas sociais nos mais diferentes movimentos emancipacionistas que, certamente, necessitam de um diagnóstico alternativo nesse campo do saber tão monopolizado pelos arautos do capital.

Campinas, 7 de setembro de 2019.

Fábio Campos
Instituto de Economia – Unicamp

Apresentação

O presente livro foi escrito em um contexto histórico de grandes desafios e também se presta a tarefa bastante específica: ambas dimensões relacionadas com a imprescindível necessidade de aprofundamento da capacidade crítica das maiorias trabalhadoras e de seus movimentos sociais organizados, bem como com as tarefas urgentes de crítica ao tempo presente e da transição ao comunismo. De fato, estamos em uma quadra histórica de profunda crise sistêmica e estrutural; crise da civilização, cuja produção e reprodução sociais são determinadas a partir de um forte confronto entre interesses distintos, criados e defendidos por classes sociais que se põem na história de formas antagônicas: as burguesias e os trabalhadores.

Essa dinâmica edifica limites ao funcionamento expansivo do capital, trazendo as grandes questões humanas ao centro da referida crise: como exemplo, as questões da alimentação, do acesso à água, da saúde, do meio ambiente, das iniquidades, das guerras, da democracia, da exploração, entre outras tantas. Essa situação é inescapável, pois as burguesias precisam atender ao núcleo duro das regras e dinâmicas mais estruturantes do sistema do capital. Se por um lado a expansão sistêmica provoca a crise; por outro, as burguesias de grande relevância nacional, continental ou global, não podem deixar de expandir seus negócios. Expansão e crise se determinam mutuamente, impondo limites ao funcionamento do capital como um todo, os quais tendem a se adensarem e a se avolumarem, tornando-se talvez, em um horizonte próximo, intransponíveis: disso decorre o caráter estrutural da crise.

Essa polarização de classe finca raízes em suas posições distintas de controle sobre os processos significativos de produção social e de apropriação privada dos produtos do trabalho humano. Desse modo, controle e apropriação são categorias fundamentais à análise. Aos proprietários de meios de produção, a plena possibilidade de controle sobre as forças produtivas, sobre aqueles que trabalham e também sobre a apropriação e usufruto privados dos produtos do trabalho humano, atualmente sob a forma de mercadorias. Em outro polo, aos trabalhadores, desprovidos da propriedade de meios significativos de produção, resta a falta de controle sobre quase todas as dimensões da sua vida, bem como o sacrifício de, quando muito, satisfazerem suas necessidades por intermédio de mercadorias,

compradas a duras penas com modestíssimos salários, apropriados em troca de sua força de trabalho. Àqueles, a opulência. A esses, a pobreza ou a extrema pobreza. Essa reação de dominação deve ser tanto maior quanto mais densas forem as referidas contradições, o que aporta crescentes tensões sociais ao processo expansivo e lucrativo do capital.

Situadas no polo hierarquicamente elevado e explorador, dentro da relação social capital, tais forças, interessadas em manter seus privilégios exclusivistas, precisam manejar uma série de dinâmicas inescapavelmente contraditórias. Por conta disso, são obrigadas a exercerem poder sobre todos os processos significativos de produção e de reprodução sociais: trata-se de poder econômico, político, social, psicossocial e cultural. Poder que se desdobra sobre as maiorias trabalhadoras, combatendo fortemente qualquer tentativa de aumento do controle popular sobre as forças produtivas, bem como sobre a conversão da apropriação em algo mais igualitário e universal.

As instituições e estruturas do Estado, tal como manejadas pela burguesia em crise, forjam um forte sistema de controle e repressão dos trabalhadores, seja no executivo, legislativo, seja no judiciário: desde a incorporação pelo executivo das demandas burguesas conservadoras e mesmo reacionárias, passando pela propositura de legislação destrutiva de direitos conquistados mediante forte enfrentamento, até o pesar do rigor da justiça predominantemente contra a classe trabalhadora. Ademais, a burguesia sempre está disposta a manejar o fundo público, aportando recursos socialmente produzidos para finalidades marginais aos interesses e necessidades das maiorias trabalhadoras. Acaba que aquelas estruturas e instituições criam o mantem iniquidades, perdendo sua potencial função de garantidor do bem-estar humano e geral.

Como parte das estruturas de controle integradas ao Estado, mas de fora dele, está a imprensa, em suas variadas modalidades. Torna-se essencial para administrar as tensões, decorrentes da crise, esterilizar a impressa de suas potencialidades revolucionárias, como ferramenta de produção e difusão de reflexões críticas, ou pretendentes à ampliação e ao aprofundamento das dimensões emancipatórias das revoluções burguesas, ou às funções organizativas de classe, imprescindíveis à necessária revolução comunista, para além do mundo burguês. Sob o atual domínio, o núcleo duro da impressa, esse espaço essencial de disputa, encontra-

se sob controle estrito e predominantemente burguês, em que pese estar entremeado e rodeado de órgãos populares de impressa, tidos como alternativos: não suficientemente fortalecidos, para influir decisivamente no vasto processo de circulação de informações. Conecta-se a esse domínio exercido sobre a impressa burguesa, a disputa pelo controle majoritário das redes sociais, assentadas na internet: tecnologia bélica vastamente expandida nas últimas décadas. Na atualidade, igualmente vasto é seu uso como ferramenta de comunicação social, de plataforma para propagandas de mercadorias e, também, de veículo de imprensa: fartamente disputado pelas organizações das classes burguesas ou trabalhadoras. A determinação das redes sociais nos destinos de grupos, de populações e mesmo de nações está ainda por ser estudada a fundo; não obstante, o que se sabe é que tal base tecnológica está manipulando em massa o processo de formação de convicções coletivas, mobilizadoras de posturas políticas, crescentemente conservadoras e até mesmo reacionárias.

Outro tema sensível às maiorias trabalhadoras é o da consciência de classe, na medida em que ela funciona como orientadora de ações práticas e, portanto, possui enorme impacto no sucesso ou fracasso delas. O aprofundamento da consciência dos trabalhadores deve conectá-los com a noção muito concreta de que não existem singularmente, mas sim como um ser social, atualmente existente como uma classe social. Por sua vez, essa deve conduzir sua existência para a autorrealização, livre, consciente, solidária, cooperativa e coletiva, de modo que necessidades e realizações se articulem de formas crescentemente complexas, permitindo o autoenriquecimento dos trabalhadores, tanto na perspectiva material, relativa ao livre usufruto do produto do trabalho humano, quanto na intelectiva, própria à ampliação da inteligência, obtida pela lida com aqueles produtos do trabalho humano. A um só tempo, a consciência de classe deve articular e balizar processos produtivos e distributivos segundo parâmetros de uso racional, socialmente justo, economicamente eficiente e ecologicamente preservacionista dos recursos naturais, invariavelmente limitados. A consciência das maiorias trabalhadoras deve, portanto, intensificar a existência da classe para si e não para a manutenção dos privilégios exclusivistas das minorias burguesas: fazer isso ao ponto de prescindir da própria existência de classe, o que necessariamente pressupõe a radical

mudança do modo de produção do capital, superando-o ao comunismo.

Nota-se que são conclusões potencialmente perigosas, tal como consideradas pelas burguesias, temerárias do desaparecimento de seus privilégios exclusivistas, ou tal como são consideradas também por trabalhadores, receosos do enfrentamento da luta de classe. É nesse sentido que àqueles que exercem o poder político burguês torna-se fundamental controlar e impedir o aprofundamento da consciência da classe trabalhadora. Isso é feito por intermédio da forte destruição dos espaços de produção e reprodução da teoria crítica em geral e da materialista histórica dialética, em particular. Refere-se aqui às universidades, faculdades, escolas, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, entre outros. Em qualquer oportunidade e sob qualquer motivo, esses espaços são atacados e suas ações são bloqueadas, limitando o adensamento da consciência dos trabalhadores envolvidos, a ressonância de suas necessidades e a articulação de sua luta. É bastante firme a articulação para forjar esses bloqueios. De fato, o atual tempo de aceleração da contrarrevolução mundial e brasileira conta com núcleos pensantes dedicados e, dentre esses, os vinculados à economia política que ganham notoriedade. Em outras palavras, existe uma especialização do pensamento econômico que o vincula à produção teórica da contrarrevolução: trata-se, portanto, da economia política da contrarrevolução. Essa reforça postulados conservadores, justificando posturas e dinâmicas de frações destrutivas da burguesia global, irredutivelmente neoliberal. Nas principais universidades de referência mundial, tal economia política segue saturando seus espaços, atribuindo forma teórica à aparente falta de limite ao fortalecimento do neoliberalismo. É também nessas universidades onde as burguesias proprietárias da imprensa - de larga presença global - nutrem suas pautas ressoando como verdades insuperáveis tais teses neoliberais.

Em face disso, impõe-se como tarefa inescapável o exercício constante, duro e sério da crítica a essa economia política da contrarrevolução em curso, seja de sua expressão global ou nacional. Evidente que não é possível cogitar de transição comunista sem a referida crítica. Em primeiro, para articular a luta contra o fechamento - ainda mais intenso - do horizonte de atuação das maiorias trabalhadoras e seus movimentos, mediante formas repressivas e protofascistas de poder burguês e de governos: esses devem ser

combatidos mediante atuação solidária em frente política unificada e ampla, edificada sobre as pautas emancipatórias claras e comuns, de longo, médio e curto prazo; aqui, as diferenças devem ser entendidas como elementos de enriquecimento na diversidade e o horizonte comunista o elemento central de coesão, a partir do qual se apara as arestas. Em segundo, para que em meio ao exercício da crítica e a partir dela se identifiquem os campos, bandeiras e dinâmicas que compõem o largo rol das práticas, no presente, da superação do trabalho alienado e do mundo da mercadoria, no futuro; desse modo, reforça-se que é uma necessidade articular as atuais ações com as pretensões futuras da transição. E em terceiro, a crítica à economia política deve ser praticada para a organização detida de uma ação aglutinadora, dentro da ordem capitalista e catalizadora de um grande movimento, autobalizado para além da ordem do capital.

Para a produção da teoria imprescindível à transição comunista é necessário cumprir alguns pré-requisitos. Dentre eles, o retorno constante ao fundador do materialismo histórico e dialético, Karl Marx, com o intuito de, a partir dele e junto com ele, apreender criticamente na atualidade as condições e as dinâmicas históricas capazes de servirem como alavancas impulsionadoras ao comunismo. Outro será o funcionamento colaborativo e solidário dos diversos intelectuais do campo da emancipação do trabalhador, para acelerar a produção teórica em diagnósticos, crítica do presente, tarefas organizativas; produtivas e reprodutivas de teoria e sua conexão com a transição pretendida; também a conexão desse esforço com os trabalhadores em geral e com suas organizações, em particular; galvanizar os campos produtores das teorias da transição comunista.

***

O presente livro se insere dentro desse contexto como instrumento ou ferramenta, mediante a qual a consciência da classe trabalhadora pode ser adensada, aprofundando e precisando sua avaliação crítica da crise estrutural do capital e de suas dinâmicas destrutivas e contrarrevolucionárias, com vistas à sua superação e, por conseguinte, uma possível e desejável transição ao comunismo. Ele faz parte do material didático produzido pelo Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, realizado dentro do convênio entre a UNESP e o Centro Paula Souza, com financiamento do PRONERA-INCRA. Conecta-se, portanto, com a formação teórica de trabalhadores e de seus movimentos sociais.

Certamente, poderá ser usado também por alunos da graduação, em disciplinas que guardem alguma conexão com os temas abordados aqui. Interessante registrar que a organização deste livro possibilita a leitura independente dos capítulos.

Para os interessados no estudo mais aprofundado, recomenda-se o enfrentamento detido da grande obra de Karl Marx, O Capital – crítica da economia política. Portanto, convidamos o leitor para enfrentar o estudo dos textos aqui presentes, pois assim empreenderá um esforço de grande relevância, tateando as bases teóricas para a crítica à economia política, tanto da época dos autores, quanto do tempo presente. Bons estudos.

Este livro foi pensado para cursos de formação política de trabalhadores de movimentos sociais interessados na compreensão das leis da economia. Certamente poderá ser usado também por alunos da graduação, em disciplinas de economia política nos poucos cursos que ainda restam no país comprometidos com o estudo dessa "disciplina".

Temas como o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, roubo e cercamento de terras, a exploração do trabalho, salário, preço e lucro, o desemprego e os determinantes do emprego, o surgimento do capital, a teoria do valor trabalho e sua atualidade, as revoluções tecnológicas (maquinaria e grande indústria) que levaram ao surgimento do modo de produção especificamente capitalista, o papel do complexo militar no século XX, o papel das crises econômicas conjunturais, da crise estrutural e das guerras no capitalismo, as crises ambientais, o surgimento do imperialismo e suas transformações no século XX, a responsabilidade social empresarial e a urgência da transição comunista foram trabalhados no livro. As especificidades da economia brasileira e o surgimento do capital fictício foram também trabalhados pelos clássicos da crítica da Economia Política como Karl Marx e Rosa Luxemburgo e pelos demais autores que englobam esta coletânea.

De Marx resgatamos "Introdução a uma contribuição a crítica da economia política" (1859), escrito em Londres, texto que completou em janeiro 160 anos. Recuperamos o texto "Salário, preço e lucro" – fruto das palestras de Marx para trabalhadores nas conferências da AIT -Associação Internacional dos Trabalhadores em 1865. De Friederich Engels resgatamos "Esboço de uma crítica da economia política". De Rosa Luxemburgo selecionamos o capítulo "O que é economia política?", publicado como capítulo 1 do Livro "O que é

economia política". Cabe lembrar que estamos no ano do centenário do brutal centenário assassinato de Rosa, professora da Escola Central do Partido Social Democrata.

Optamos também por resgatar textos clássicos ou convidar autores marxistas que trazem contribuições fundamentais ao campo da crítica da economia política, como Paul Singer, Florestan Fernandes, François Chesnais, Aloísio Teixeira, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Leda Paulani, Jorge Grespan, Marcelo Carcanholo, Fábio Campos, Carlos Cordovano Vieira, Lívia Moraes e Paulo Alves de Lima Filho, além do texto escrito por nós.

Com a esperança que os capítulos selecionados sirvam para desvendar as leis da economia política, e mais que isso, que nos ajudem a caminhar rumo a crítica da economia política e sua inevitável paixão pela construção do modo de produção comunista, desejamos a todas e a todos uma ótima leitura revolucionária.

Marília, Teófilo Otoni e São Paulo, 7 de setembro de 2019

Henrique Tahan Novaes (UNESP)
Rogério Fernandes Macedo (UFVJM)
Fábio Castro (Doutorando UFABC)
Organizadores

Parte I

Introdução à Crítica da Economia Política

Marx e a economia política: a crítica como conceito

Aloísio Teixeira[1]

> Por mais incrível que possa parecer, [..] a maior parte dos especialistas em economia política tem apenas noções muito confusas sobre o verdadeiro objeto do seu saber. (Rosa Luxemburgo, 1925, p. 35)

Significados do termo "economia política"

O que se pode e o que se deve entender exatamente por "economia política", nos dias de hoje? No século XIX, não haveria dúvida em relação ao seu significado: a expressão era usada para designar uma determinada área do conhecimento, ou campo da ciência, voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana relacionados com a produção, a acumulação, a circulação e a distribuição de riquezas, bem como para as proposições de natureza prática a eles associadas. A partir do final daquele século, no entanto, a expressão foi sendo progressivamente abandonada, surgindo um novo termo – economics – que passou a gozar da preferência dos economistas para designar a sua ciência.

Com essa troca de nomes, o sentido original do termo começou a se perder e foi sendo progressivamente esquecido, de tal modo que, hoje em dia, pelo menos duas acepções estão a ele ligadas, nenhuma das quais guarda qualquer relação com o escopo e o método que caracterizaram a Economia Política no passado. A primeira é quase um sinônimo de economics, cabendo em seu âmbito os mesmos problemas, as mesmas categorias e, talvez, as mesmas soluções que esse termo abrange. A preferência pelo termo clássico, nesse caso, revelaria menos uma opção baseada em fundamentos científicos do que escolhas de natureza ideológica[2]

A outra acepção é a que utiliza a expressão "economia política" para designar os pensadores da escola clássica (aí incluído Marx). Seu

---

[1] Professor Titular do Instituto de Economia da UFRJ. Faleceu em 2012.

[2] Bastaria uma simples leitura dos sumários de alguns periódicos de referência em Economia Política, nacionais ou internacionais, para confirmar inteiramente essa observação.

objeto e seu escopo, portanto, carecem de atualidade, ficando limitados ao estudo da obra dos economistas do passado, com o que passam a configurar quase que uma "pré-história" do pensamento econômico[3] Com isso, o objeto e os temas da Economia Política não só carecem de atualidade, como os problemas com que ela se defrontou podem ser cancelados, pois terão sido resolvidos, ou, pelo menos, superados.

Recentemente, no entanto, uma terceira acepção[4] passou a ser usada por cientistas políticos com preocupações econômicas ou por economistas com preocupações políticas, com o objetivo de produzir um entendimento mais amplo dos processos sociais em curso em nossa época e para os quais os acanhados instrumentos das ciências sociais compartimentadas não vêm dando conta. É o caso de Becker (1976), Frey (1984a e 1984b), Tooze (1984) e outros que a definem como a aplicação da metodologia da ciência econômica ao comportamento humano, ou ainda como uma aplicação da teoria dos jogos, da ação coletiva ou da escolha pública a problemas comportamentais. É principalmente o caso de Gilpin, que a entende como "... a interação recíproca e dinâmica ... entre a busca da riqueza e a busca do poder" (1975, p. 43) ou "... para indicar um conjunto de questões a serem examinadas por meio de uma mistura eclética de métodos analíticos e perspectivas teóricas" (id., 1987, p. 9).

Em qualquer caso, no entanto – seja no dos que simplesmente preservam a antiga designação para tratar dos problemas da

---

[3]Esse ponto de vista tornou-se "oficial" no Brasil, a partir da portaria 128 do Ministério da Educação e do Desporto, de fevereiro de 1999, que regulamenta o Exame Nacional de Cursos na Área de Economia. O texto dessa portaria, que conta com o aval do Conselho Federal de Economia, ao estabelecer, no artigo 4º, os conteúdos curriculares de cada disciplina, define o currículo de Economia Política (item j) como abrangendo: "A crítica ao mercantilismo e às origens do pensamento clássico; Smith – valor, distribuição e acumulação de capital; Ricardo – a questão do desenvolvimento econômico e da distribuição da renda; a Lei de Say – a polêmica Ricardo versus Malthus; Marx – valor, dinheiro e capital". A ideia de que esse conteúdo compõe uma espécie de "pré-história" não pode ser evitada, quando se observa que o item seguinte (l) denomina-se História do Pensamento Econômico e seu estudo inicia-se com a escola marginalista. Mais adiante, a portaria, em seu artigo 5º, classifica as disciplinas da Economia em quatro áreas, ficando Economia Política em uma estranha área, designada de "Cultura Econômica".

[4] A interessante coletânea de ensaios organizada, há não mais de uma década, por Edward J. Amadeo (1989), não chegou a se constituir em uma tentativa de reconceituação da Economia Política, apesar de seu sugestivo título. Ficou, a bem da verdade, a meio caminho entre a primeira e a segunda acepções aqui apresentadas.

"economia moderna", seja no dos que a remetem ao plano da pré-história da ciência econômica, seja no dos que, com as melhores intenções, pretendem avançar no conhecimento da interação entre os aspectos social, econômico e político da sociedade humana –, a "economia política", não o termo, mas o conteúdo substantivo que reveste, não consegue recuperar o vigor analítico que possuía no passado.

A tentativa empreendida nesse texto não tem a pretensão de recuperar esse poder de análise, mas abrir uma trilha que nos permita construir um conceito um pouco mais rigoroso para a expressão "economia política" a partir do exame de sua própria trajetória. Vale perguntar, portanto, o que os "economistas clássicos", até o final do século XIX, entendiam por Economia Política. Ou, dito de outra forma, o que levou os estudiosos da vida social a adotar essa expressão, durante um largo período, para designar seus esforços de conhecimento da realidade econômica do capitalismo? S por que foi ela abandonada, a partir de certo ponto da história das ideias econômicas, em troca de outra, para a qual não temos uma tradução exata em português – economics? O presente artigo também procura lançar algumas dúvidas e fazer algumas especulações sobre esse tema.

Tenhamos claro, desde o início, que a tarefa não é simples. Independente da denominação escolhida, a própria economia, enquanto ciência, tem encontrado enormes dificuldades para definir-se de forma consensual. Mais do que nenhuma outra, a ciência econômica contém, no próprio núcleo organizador dos problemas de que trata, as paixões e os interesses humanos; é, portanto, natural, que uma verdadeira bruma ideológica a envolva[5].

Alguns exemplos, colhidos ao acaso, ilustram o ponto. O Manual de Economia Política, da Academia de Ciências da extinta União Soviética, por exemplo, assim definia o termo: "A economia política é uma das ciências sociais. Estuda as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana" (Academia de Ciências da

[5] "A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado." (Marx, 1867, p. 6)

URSS, 1961, p. 11). S, logo a seguir: "A economia política é a ciência do desenvolvimento das relações sociais de produção, isto é, das relações econômicas entre os homens. Elucida as leis que regem a produção e a distribuição dos bens materiais na sociedade humana nos diferentes graus do seu desenvolvimento." (id., p. 17)

Em perspectiva diversa, Robbins, em conhecido ensaio, no qual procura fazer uma sistematização epistemológica para definir o objeto de sua ciência, resume os esforços dos precursores da teoria marginalista e apresenta uma fórmula paradigmática, que Lessa denominou de "a promessa da tranquilidade ou a queda no vazio" (Lessa, 1974, p. 20). Segundo Robbins, são quatro as condições que tornam qualquer ação humana passível de consideração econômica: que seus fins sejam múltiplos; que esses fins possam ser classificados por ordem de importância; que os meios disponíveis para atingir esses fins sejam limitados; que esses meios possam ter usos alternativos. A convergência desses vetores torna a ação humana sujeita a escolhas, o que é, para Robbins, a essência da conduta econômica. Como decorrência, Robbins define a economia como a ciência que "estuda a conduta humana como relação entre fins e meios escassos aplicáveis a usos alternativos" (Robbins, 1932. p. 20). O curioso é que essa é a definição dada por Robbins para *economic science* – não para *political economy* ou para *economics*.

Podemos voltar atrás no tempo e procurar as fontes de inspiração tanto dos cientistas da Academia da extinta União Soviética quanto de Robbins. Para os primeiros, nada melhor que o próprio Lênin, que dizia que "o objeto da economia política não é simplesmente a 'produção', mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção" (Lênin, 1899, p. 29). Ou Sngels, que, em seu Anti-Dühring, nos diz que "a economia política [...] é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana" (Sngels, 1878, p. 183).

Quanto a Robbins, suas fontes de inspiração direta são, sem dúvida, Jevons, Menger e Walras. Jevons, por exemplo, em atitude de pura iconoclastia, não hesitava em dizer que "o prazer e o sofrimento são [...] o objeto último do cálculo da Economia" (Jevons, 1870, p. 47). Já Menger definia os bens como aquelas coisas que satisfazem simultaneamente quatro pressupostos:

1º. A existência de uma necessidade humana. 2º. Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexo

causal com a satisfação da referida necessidade. 3º. O reconhecimento, por parte do homem, desse nexo causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade. 4º. O homem possa dispor dessa coisa de modo a utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade (Menger, 1870, p. 244).

Se isso é um bem, em sua acepção geral, o bem econômico é aquele que agrega mais uma condição: "que a demanda seja maior que a quantidade de bens disponíveis" (idem: 269).

Vale observar que Menger usa o termo alemão *bedarf*, que tem dois significados: demanda e necessidade. Assim, *bedarf* significa a quantidade de bens que uma pessoa pode efetivamente consumir, a partir de qualquer critério, sua renda, por exemplo (nesse sentido, equivale ao uso comum da palavra portuguesa "demanda"); mas significa também a quantidade de bens necessária para a plena satisfação de uma pessoa, qualquer que seja a sua renda. É nesse sentido que Menger usa o termo, querendo definir os bens econômicos como aqueles que são simultaneamente úteis e escassos – o que nos remete, por certo, a Walras, que apresenta o conceito de rareté como o atributo das "coisas materiais ou imateriais [...] que nos são, por um lado, úteis e que, por outro, existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada" (Walras, 1972, p. 19)[6].

É claro que esse conjunto de definições contém forte componente ideológico, no sentido de que implicam visões de sociedade, sistemas de valores, paradigmas científicos e entendimento dos objetivos da economia científica inteiramente diversos. S não nos ajudam a dar um passo sequer no esclarecimento da questão inicialmente posta.

Por outro lado, se nos ativermos ao aspecto puramente semântico da expressão, não se pode afastar a hipótese de que tenha sido por pura erudição em línguas mortas que um quase desconhecido autor do início do século XVII tenha chamado de economia política as

[6] Walras é o único dos fundadores da escola neoclássica a discutir o conceito de Economia Política, dedicando a isso toda a Seção I (quatro lições) de seu livro. Faz aí a crítica das definições anteriores e distingue a Economia Política pura da economia política aplicada e da economia social. A primeira compreenderia "a teoria do valor de troca e da troca, isto é a teoria da riqueza social considerada em si própria (Walras, 1874, 23); o objeto dessa ciência seria "a determinação dos preços, em um regime hipotético de concorrência absolutamente livre". As demais tratariam da produção da riqueza social (economia política aplicada) e da repartição da riqueza social (economia social).

observações e recomendações que fazia tendo em vista o enriquecimento do reino[7]

Afinal a expressão origina-se das palavras gregas politeia e oikonomika; politeia provém de polis, a cidade-Estado da Grécia clássica e significa organização social; oikonomika, por sua vez, é composta de outras duas palavras – oikos, casa, economia doméstica, e nomos, lei. Ficamos assim com uma expressão que quer dizer alguma coisa como "o estudo das leis que regem a economia das organizações sociais" e que foi usada originalmente para designar problemas econômicos de um âmbito maior que a simples economia doméstica.

Da economia política a economics

Acho que é hora de abandonarmos um pouco o árido terreno das definições e buscarmos socorro na história. Para isso, vamos recorrer a dois autores que, certamente, situam-se entre os maiores historiados do pensamento econômico, em todo os tempos: Marx e Schumpeter.

Em sua Contribuição à crítica da Economia Política, mais especificamente no capítulo intitulado "Apontamentos para uma história da mercadoria", Marx diz textualmente que a economia política clássica "começa na Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguillebert, [e] termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França" (Marx, 1859, p. 47). Os economistas posteriores, Marx os brinda com a alcunha de "economistas vulgares".

Já Schumpeter afirma que "o nome de economistas clássicos é geralmente dado aos economistas de primeira categoria, durante o período que vai da publicação da Riqueza das nações (1776; portanto o próprio Smith é o primeiro deles) até a dos Principles, de J.S. Mill, em 1848" (Schumpeter, 1924, p. 75).

Considerando o que ambos disseram, pode-se afirmar que a economia política clássica cobre um período de cerca de duzentos anos, em que o tratamento dado aos problemas econômicos foi-se tornando cada vez mais sofisticado, até adquirir o status de um campo

[7] "Antoine Montchrétien, senhor de Matteville (1575-1621), autor do Traicté de l'Œconomie Politique (1615), parece ter sido o primeiro a publicar um livro sob o título de Economia Política" (Schumpeter, 1952, p. 212).

científico autônomo. Vale uma olhada rápida em alguns dos principais autores que marcaram esse espaço de tempo. Comecemos pelos que escreveram até o final do século XVIII:

William Petty (1623-1687), em primeiro lugar, deixou um conjunto de obras relevantes, entre as quais se destacam: Taxes and Contributions (1662), Political Aritkmetik (1682) e Political Anatomy of Freland (1691).

Pierre de Boisguillebert (1646-1714), que, segundo Marx, estava na origem da Economia Política clássica na França e deixou, entre suas obras, uma *Dissertation sur la nature des rickesses* (data desconhecida), além dos mais conhecidos *Détail de la France* (1695) e Factum de la France (1707).

François Quesnay (1694-1774), já praticamente um autor do século XVIII, mais não houvesse escrito, legou-nos o fantástico Tableau économique (1752).

David Hume (1711-1776) tratou de inúmeros temas econômicos em seus Political Discours (1752) e Essays and Treatise on Several Subjects (1753). Adam Smith (1723-1790), que dispensa maiores apresentações, deixou-nos uma Tkeory of Moral Sentiments (1759), além de sus obra máxima, An Inquiry into the Nature and Causes of thke Wealth of Nations (1776).

Essa relação poder-se-ia estender indefinidamente, mas creio que já é representativa da obra dos autores que escreveram sobre temas econômicos até o final do século XVIII. S a citação dos títulos de seus trabalhos vale não como exibição de erudição inútil, mas para registrar que nenhum deles utiliza, na denominação de suas obras, a expressão economia política. O termo, nessa época, ainda não havia adquirido universalidade, sendo usado de forma restrita, como, por exemplo, em Quesnay, na Encyclopédie, de 1757, na redação do verbete intitulado “Cereais”, ao qual segue-se, entre parênteses, a expressão “economia política”, como para especificar sob qual ângulo estaria analisando o problema; e também em Adam Smith que, na Riqueza das Nações, denomina o Livro IV de “Sistemas de economia política”[8]

[8] Smith faz aí um balanço das ideias de seus antecessores, o que é precedido por uma introdução em que apresenta uma definição de Economia Política que devemos reter. Para ele, “economia política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a

É bem verdade que em 1767, quase dez anos antes da Riqueza das nações, portanto, a expressão fora usada, como título de uma obra, por James Steuart (1712-1780), em seu An Fnquiry into tke Principles of Political Economy, Being an Essay on tke Science of Domestic Policy in Free Nations. Mas isso apenas mostra que a denominação, mesmo sendo usada, ainda não se havia generalizado.

No início do século XIX, no entanto, a expressão já está consolidada, e todos os autores que tratam de problemas econômicos usam-na na titulação de seus livros. É o caso de:

Jean Baptiste de Say (1767-1832): *Traité d´Économie Politique* (1803).

David Ricardo (1772-1823): *Principles of Political Economy and Taxation* (1817).

Thomas Robert Malthus (1766-1834): *Principles of Political Economy* (1820).

John Stuart Mill (1806-1873): *Principles of Political Economy* (1848).

Mesmo Marx, que não se considerava um economista, deu a O Capital (1867) o subtítulo de Crítica da Economia Política. S até os fundadores da escola marginalista, que pretendiam estar operando uma ruptura radical na metodologia de análise dos problemas econômicos, não escaparam a essa tendência:

William Stanley Jevons (1835-1882): The theory of Political Economy (1870);

Carl Menger (1840-1921): Princípios de Economia Política (1870)[9];

possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a economia política visa enriquecer tanto o povo quanto o soberano" (Smith, 1776, p. 357).

[9] O original em alemão intitula-se Grunsätze der Volkswirtsckaftslekre. É curioso observar que o termo volkswirtsckafts significa economia nacional (economia de um povo, literalmente); quando combinada com lekre (ensino, teoria) , no entanto, ganha um novo sentido e passa a significar economia política. O termo em alemão mais usado para designar economia política é staatswirtsckaft, cuja tradução rigorosa é economia pública (ou do Estado). Talvez por isso Marx, tanto em Contribuição à crítica da Economia Política quanto em O Capital, tenha preferido usar Politischen Oekonomie, mais próxima do termo em inglês; isoladamente oekonomie significa economia doméstica. Em qualquer caso, o termo possui o mesmo significado etmológico que em inglês ou francês. O autor agradece a Rachel Valença e a Leandro Konder o esclarecimento desse ponto.

Léon Walras (1834-1910): Eléments d'Economie Politique Pure (1874).

No século XIX, portanto, todos os estudos sobre problemas econômicos, quaisquer que tenham sido a orientação, o método e as conclusões, receberam a denominação de "economia política". Foi Marshall (1842-1924), no final do século, que abandonou essa expressão e trocou-a por um novo termo, ao denominar sua obra de *Principles of Economics* (1890). Não é difícil entender por que Marshall abandonou a expressão tradicional, Economia Política, e adotou Economics, como também não é difícil saber por que, em algum momento da história, os estudiosos dos temas econômicos passaram a usar economia política. Na verdade, a expressão economia política está, em sua origem, relacionada a seu inverso, a política econômica – e, portanto, a processos e a decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses[10]

O momento histórico em que o interesse por assuntos econômicos vai atraindo um número crescente de pensadores, não só provenientes do campo da filosofia política, mas também homens com formação voltada para problemas práticos, é exatamente o momento da formação dos Estados nacionais e da generalização das relações mercantis. Tais processos colocaram, de forma renovada, o problema da gestão das políticas públicas, fazendo com que atividades, como as relacionadas com finanças e tesouraria, adquirissem nova importância.

Nesse contexto, o objetivo dos autores que escreveram sobre problemas econômicos, nos séculos XVII e XVIII, não era a teoria de per se, muito menos a construção de modelos abstratos de análise, mas a discussão e a formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moeda, comércio, preços etc. (daí a definição que Smith dava de economia política). As teorias foram uma consequência do desenvolvimento de suas formulações: a teoria quantitativa da moeda, as teorias das vantagens de comércio, a (ou as) teoria(s) do valor e tantas outras surgiram como uma necessidade de dar uma base mais rigorosa às medidas de política que estavam sendo propostas,

[10] "Por Sistemas de Economia Política entendo a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta, tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos)" (Schumpeter , 1952, p. 64. Também é significativo que Lessa (1974), ao discutir o conceito de política econômica, comece exatamente pela(s) definição(ões) de Economia Política.

relacionadas à gestão da moeda, à liberdade de comércio, à prática da tributação, à formação dos preços etc.

Tais autores estavam criando o fundamento de uma nova ciência, que só vem a ganhar o status de um ramo autônomo do conhecimento com

Adam Smith. Até então, os que tratavam de problemas econômicos não eram "economistas profissionais". Além disso, esses problemas eram tratados no âmbito de outros ramos do conhecimento, apropriando métodos e paradigmas de outras ciências[11].

O próprio Adam Smith era professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, e parte das questões de sua démarche em direção à economia formavam o núcleo do debate naquele campo do conhecimento, na Inglaterra. O ponto central dizia respeito à essência da natureza humana e, a partir daí, da natureza do Estado. De Hobbes a Locke e a Hume, este é o tema da discussão, o qual será abordado de diferentes (e contraditórias) maneiras. Para Hobbes, por exemplo, a definição do estado natural correspondia a um comportamento humano marcado pelo egoísmo, pela tendência ao conflito e à desagregação, o que impunha a presença coercitiva do Estado para a própria constituição da sociedade civil. É o Estado que define a sociedade civil, e não o contrário. Para Locke, ao contrário, o estado natural seria essencialmente bom, os conflitos não tendo a ver com a natureza humana, mas com a avareza da natureza fisica. A presença do Estado se impõe como consequência da organização da sociedade civil, dada a necessidade de garantir sua permanência ordenada. Com Hume, esse ponto de vista é levado ao limite, pois para ele a essência da natureza humana é constituída pelo altruísmo, sentimento que faz com que cada um trabalhe para o bem dos demais. Qualquer que seja, no entanto, a visão sobre a essência da natureza humana, no espectro que vai do egoísmo ao altruísmo, é o Estado – como fundador ou como garantidor da ordem social – que constitui a arena na qual se revelam

[11] Basta lembrar que Wiliam Petty e Quesnay eram médicos; Say trabalhou em bancos e companhia de seguro, posteriormente foi jornalista e empresário têxtil, e, finalmente, professor de economia; Ricardo foi um homem de negócios que fez fortuna na Bolsa; Malthus era sacerdote da Igreja Anglicana; Marx estudou Direito, em Bonn e Berlim, mas defendeu sua tese de doutoramento em Filosofia; David Hume vem da Filosofia Moral, bem como Adam Smith. O mais próximo da exceção foi Stuart Mill – filho de um economista, James Mill -, que não só teve uma educação acadêmica formal, mas desde cedo iniciou-se no estudo dos problemas econômicos, orientado pelo pai.

e se resolvem as contradições e os conflitos. Economia e política não constituem um mundo dual, mas esferas superpostas em que a política submete a economia.

A contribuição de Adam Smith supera essa dicotomia, ao aceitar o princípio do altruísmo como dominante em todas as esferas do comportamento humano, exceto em uma – a que se relaciona com a obtenção de riquezas materiais – na qual prevalece o egoísmo[12]. 11 Só que, nessa esfera, quando todos os indivíduos, cada um por si, exercitam o seu egoísmo, buscando o máximo de vantagens pessoais, proporcionam ao mesmo tempo o máximo de vantagens para todos – é a famosa "mão invisível". A condição – e é nisso que está fundada a necessidade do Estado – é que cada um, ao procurar realizar os seus interesses, não impeça os demais de realizarem os deles. Esta é a tese central da Teoria dos sentimentos morais (1759), a partir da qual se torna claro para Smith que o conhecimento da sociedade implica o conhecimento do modo de funcionamento do mundo da produção material, ou seja, a economia. O estudo das relações econômicas se impõe como uma "tentativa sistemática de explicar de que modo, satisfeita a condição anterior, o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico dá lugar à constituição e ao desenvolvimento da sociedade econômica" (Napoleoni, 1978, p. 47). A Riqueza das nações é o resultado desse empreendimento. S sua consequência é a ruptura entre o mundo da política e o da economia. Esse é o momento, como mostra Tolipan (1983), em que a economia política se coloca como ramo autônomo da ciência.

No início do século XIX, isto já ocorrera – a economia, enquanto ramo do conhecimento, já está autonomizada, bem como a questão de seu fundamento filosófico resolvida (ou esquecida). A expressão "economia política" se consolida, mas, mesmo assim, ainda guarda a memória de seu passado. Tanto que Ricardo e Malthus continuavam preocupados com problemas práticos. Outra não é a razão pela qual o primeiro denominou seu livro de Princípios de Economia Política e tributação e o segundo deu à sua obra o título completo de Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática.

Paradoxalmente, são os economistas "vulgares" (ou mais especificamente Stuart Mill), Marx e os fundadores da escola marginalista os primeiros a dar um tratamento sistemático aos

[12] Para uma apresentação mais detalhada desse ponto, ver Teixeira (1989, pp. 46 e ss.).

estudos de economia. No caso de Mill, de forma ainda tímida, no caso de Marx, como veremos adiante, recolocando de forma radical o objeto e o método da Economia Política, e no caso dos primeiros marginalistas, realizando uma ruptura, não tão radical quanto ao fundamento filosófico dessa ciência, mas certamente afastando-se definitivamente da trajetória proposta por Ricardo.

Marshall, talvez mais do que ninguém, percebe o descolamento realizado por Jevons, Menger e Walras. Inteligentemente, porém, reveste as novas ideias com a forma e o rito que as tornariam aceitáveis pela academia, apresentando-as "como a continuação direta do pensamento ricardiano" (Teixeira, 1990, p. 10). Sua aguda percepção da ruptura que está em marcha o leva a mudar o nome de sua ciência, adotando o termo economics. Não se trata apenas de uma nova palavra, mas de uma completa separação com o passado e é através desse corte que se funda o campo de uma economia teórica, definitivamente separada da economia normativa.

Essa ruptura, operada por Marshall, ainda hoje não é completamente entendida[13] Um autor como Gilpin, por exemplo, em um de seus sugestivos livros já citados, considera insuficiente a versão clássica da economia política porque corresponderia exatamente ao que hoje se chama economics: "Adam Smith and classical economists used [political economy]... to mean what today is called the science of economics" (Gilpin, 1987, p. 8).

O que é importante aqui reter é que, a partir daí, o escopo e o método da ciência econômica passam a adotar um rumo que a distingue dos caminhos trilhados até então. Na verdade, se considerarmos que a corrente neoclássica ou marginalista funda o *mainstream* da ciência econômica contemporânea, à base de um paradigma que privilegia a análise do equilíbrio estático, não há como recusar que os autores clássicos, seja os considerados por Marx, seja

[13] Marshall, com isso, aprofunda a distinção anteriormente feita por Walras. É interessante também notar que Marshall, logo no início do Capítulo I, define "economia política ou economics" como "um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estritamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar". S continua: "... de um lado é o estudo da Riqueza; de outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem" (Marshall, 1890, p. 23). É curioso observar que, com essa definição, Marshall não apenas procura minimizar a ruptura que está realizando com os clássicos, como explicita a "antropologia ingênua" que funda a ciência econômica, em suas versões clássica, vulgar ou moderna.

os considerados por Schumpeter, formam-lhe a pré-história. A história da ciência econômica contemporânea (Economics), de fato, só começa a existir com Jevons, Menger e Walras, ainda que estes insistissem em usar a velha denominação de economia política.

Marx e a crítica da Economia Política

Entre a pré-história (que se encerra com Stuart Mill) e a história (cujo marco inicial são os trabalhos dos primeiros marginalistas), no entanto, há um vazio, que não consegue ser incluído em nenhuma das duas e que, na verdade, poderia ser considerado o ponto de partida para uma nova história: Marx e sua crítica da economia política. Isto porque Marx, ao fazer a crítica das ideias de seus antecessores, tal como expressa em seus textos da maturidade, particularmente em O Capital [14], constitui um novo objeto, um novo método e um novo programa de pesquisa para a Economia Política – objeto, método e programa de pesquisa que reconfiguram o próprio conceito de Economia Política.

Enfrentemos o desafio proposto por Bensaïd (1997) e aceitemos a ideia de que o colapso das políticas de Estado conduzidas em nome de Marx e a crise universal dos partidos comunistas libertam-nos da pressa e do imediatismo que as exigências da militância política e as "razões de Estado" colocavam para o pensamento científico. Encaremo-lo com a tranquilidade e a "paciência do conceito" que um autor de seu porte merece. Afinal, como reconhece Tolipan, não há mais, hoje em dia, "razão alguma para nos prevenirmos contra uma leitura de Marx que acabe por criticá-lo. Pelo contrário, talvez o seu discurso esteja afinal paralisado por mais de um século de leituras de 'boa vontade', um discurso inutilizado por leituras sectárias, dogmatizado pela necessidade de atacá-lo ou defendê-lo. Quem sabe se numa estratégia menos maniqueísta de leitura não esteja sua possibilidade futura?" (Tolipan, 1990, p. 71)

[14] 13. Chamo aqui de textos da maturidade não apenas o Livro 1 de O Capital, publicado por Marx em 1867, como a Contribuição à crítica da Economia Política, igualmente publicado por Marx em 1859, e os três conjuntos de manuscritos por ele elaborados nos períodos de 1857-1858, de 1861-1863 e de 1863-1865, dos quais resultaram as publicações póstumas dos Livros 2 e 3 de O Capital, a famosa "Introdução" de 1857, os Grundrisse e as Teorias da mais-valia.

Essa "leitura tranquila" pressupõe um esforço, árduo, para refazer o percurso teórico de Marx, defrontar-se com os obstáculos que enfrentou e tentar resolvê-los, separando, nesse processo, o Marx que é produto da ciência de sua época do Marx que rompe com essa ciência e a supera, realizando uma análise do movimento do capital e da sociedade burguesa que, em seus delineamentos básicos, têm muito a dizer até hoje. Até porque o capital – objeto de seu programa de pesquisa – continua dominando as relações sociais.

Certamente uma condição para isso é não nos deixarmos enredar na forma que Marx adota para sua exposição. Nesse sentido, não nos podemos esquecer de que Marx tinha a pretensão (ou a ilusão) de estar escrevendo para operários, o que o leva, muitas vezes a apresentar o discurso científico de forma indireta, enquanto o discurso direto é de natureza essencialmente política; por outro lado, evita, consciente e declaradamente, qualquer discussão sobre a metodologia que utiliza. O desconhecimento dessas peculiaridades tem levado muitos leitores, ao fracassarem na tentativa de aprisioná-lo nos limites estreitos de uma ciência compartimentada, a recusá-lo. Marx não cabe nas fórmulas dos economistas, nem nos esquemas dos sociólogos, nem nas abstrações dos filósofos; ao contrário, seu ponto de partida metodológico é a recusa do positivismo e seu objetivo é produzir o entendimento da dinâmica e da lógica do capital.

O ponto de partida de sua démarche é claramente percebido por Belluzzo quando diz que "é dos problemas não resolvidos pela economia clássica que Marx parte para construir um novo objeto de conhecimento" (Belluzzo, 1980, p. 16). Este é também o ponto de vista de Althusser, para quem 'criticar' a economia política não pode significar criticar ou retificar tal inexatidão ou tal detalhe de uma disciplina existente, nem inclusive preencher suas lacunas, ocupar seus vazios, seguindo um movimento de exploração já amplamente iniciado. 'Criticar a economia política' quer dizer opor-lhe uma nova problemática e um objeto novo, submeter, portanto, à discussão o próprio objeto da economia política (Althusser e Balibar, 1969, p. 171).

A ideia, portanto, é de que Marx, ao fazer a crítica da Economia Política, constituiu um novo programa de pesquisa, reconceituando o próprio domínio científico das investigações econômicas. Mas em que consistiu esse processo? Se é certa a hipótese aqui adotada, de que a motivação dos primeiros economistas era produzir recomendações de ordem prática para a organização da vida econômica, dando-lhes em simultâneo um fundamento teórico, não há como evitar a ideia de que

as categorias que foram construindo – e as teorias que as suportavam – tivessem um caráter meramente instrumental. Assim foi com o valor, assim foi com o trabalho, assim foi com o dinheiro.

Esses três pontos constituíam o núcleo central de preocupações dos economistas até o início do século XIX e foi exatamente neles que residiram os "problemas não resolvidos" da economia clássica. Constituíam o núcleo central porque neles se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade humana, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho.

Mas, para despir esses conceitos da bruma em que estavam envolvidos, era preciso, antes de mais nada, proceder à crítica da própria metodologia com que os economistas procuravam apropriar-se do real. Os economistas tomavam os dados diretamente da realidade e os formulavam imediatamente como conceitos; com isso ficavam prisioneiros do jogo das aparências e viam nessas formas aparentes – tais como lucro, valor de uso e trabalho como produtor de valores de uso – a forma essencial (e natural) de existência da sociedade econômica.

Marx não se cansa de repetir que "toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas" (Marx, 1894, p. 939). S, mais uma vez: "todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência" (Marx, 1867, p. 620). Ou: "o economista burguês cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta..." (id., p. 662). Ou ainda mais claramente:

A figura pronta e acabada das relações econômicas tal como se patenteia na superfície – na existência real, por conseguinte, nas ideias que formam dessas relações seus representantes e agentes, ao tentar compreendê-las – diverge muito, sendo efetivamente o inverso, o oposto da estrutura interna delas, essencial, mas recôndita, e da correspondente conceituação (Marx, 1894, p. 236).

Prisioneira das aparências, a Economia Política não conseguia distinguir o método de pesquisa do método de exposição. No "Posfácio" à 2ª edição do Livro 1, sentindo necessidade de rebater seus críticos e de esclarecer seus leitores, Marx afirma que é preciso [...] distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de

analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (Marx, 1867, p. 16).

Não se trata, portanto, para Marx, de descrever os fenômenos concretos, tais como são percebidos na realidade, procurando dar-lhes uma explicação, mas de construir o concreto como concreto de pensamento:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 1859, p. 14).

Com o método adotado pelos economistas anteriores, "a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas", enquanto, com o método científico, "as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento" (id., ibid.).

O elemento essencial do método adotado por Marx reside, portanto, na abstração, ou seja, na capacidade de distinguir os elementos essenciais do fenômeno analisado, afastando toda e qualquer influência que possa perturbar sua análise em estado puro. No "Prefácio da 1ª edição", Marx advertia seus leitores de que "na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópios nem reagentes químicos" ou que "o físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e estão livres de influências perturbadoras, ou, quando possível, faz ele experimentos que assegurem a ocorrência do processo, em sua pureza". Na pesquisa econômica, "a capacidade de abstração substitui esses meios" (Marx, 1867, p. 4).

Se o método de investigação de Marx consiste, assim, em elevar-se do concreto, enquanto realidade dada e observada, ao abstrato, para retornar ao concreto como concreto de pensamento, como "síntese de múltiplas determinações" abstratas, seu método de exposição não consiste em caminhar do simples ao complexo ou do abstrato ao concreto. É inútil enganar-se quanto a isso. Não é por um gesto de elegância e reconhecimento que Marx adota em O Capital a linguagem e as categorias de Hegel – embora lhe revolte o "costume

dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres [...] em tratar Hegel [...] como um 'cão morto'" (Marx, 1867, p. 16).

A lógica dialética é indispensável à correta construção do objeto.

Marx não só trabalha em variados níveis de abstração, ao longo dos três livros de O Capital, como vê o movimento real em seus desdobramentos de tese, antítese e síntese, ou de afirmação, negação e negação da negação, para usar as conhecidas categorias de Hegel. Nesse sentido, é um equívoco imaginar que o Livro 1 contém o essencial da contribuição de Marx, e que os demais livros vão acrescentando elementos de realidade, de "concretude" à análise que no Livro 1 já se apresenta completa. O próprio esforço de

Marx de terminar os esboços dos demais livros, antes de se dedicar à redação definitiva do Livro 1, mostra que queria ter pronto o movimento completo da produção e da circulação do capital, antes de iniciar a publicação de seu trabalho. Só a visão global e integrada do processo de produção e de circulação do capital em seu conjunto permite-lhe retomar os grandes temas da economia clássica (valor, dinheiro, trabalho), apresentando-os em seus movimentos contraditórios e reconstruindo-os a partir dessa lógica.

No nível de abstração em que trabalha, Marx não trata do "capitalismo", mas não pelas razões apontadas por Merrill (1990) – para quem o termo só começa a ser usado a partir da década de 1880 –, e sim porque seu objeto não é a "sociedade atual", tal como existia em seu tempo, ou, em suas próprias palavras, "a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida" (Marx, 1875, p. 239) . O objeto de Marx, anunciado na primeira frase de O Capital, são as "sociedades onde rege a produção capitalista" (Marx, 1867, p. 41). Ou seja, desde o início ele anuncia que está construindo um "modelo" abstrato de sociedade, em que o capital impera total e plenamente e em que pode ser estudado livre das influências perturbadoras das sobrevivências de modos de produção anteriores ou das peculiaridades do desenvolvimento histórico de cada país. Esse, aliás, é o sentido da advertência que faz ao leitor alemão, no Prefácio da 1ª edição, quando lhe diz: "De te fabula narratur". Ao escolher a Inglaterra "como principal ilustração" de sua exposição teórica, não estava fazendo uma

descrição do capitalismo inglês, mas expondo as leis determinantes do movimento do capital, que valem, ainda que modificadas (ou perturbadas) por variados fatores, para qualquer país. S ao dizer que "o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido", não estava fazendo apologia da semelhança absoluta entre os desenvolvimentos capitalistas das diferentes nações, mas que "a questão que [...] debate não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade" (Marx, 1867, p. 5).

Na construção de seu "modelo" abstrato, Marx opõe a "sociedade onde rege a produção capitalista" à "sociedade mercantil simples". Mas, vale repisar, tanto uma como a outra, são construções abstratas que lhe permitem expor o movimento de negação pelo capital das condições (abstratas) em que a lei do valor impera em sua integridade. Pois é disso que se trata: é uma propriedade do capital, quando se torna plenamente dominante, fazer com que a realidade apareça sempre invertida. É o próprio

Marx que nos diz, após ter apresentado o processo pelo qual a concorrência iguala as taxas de lucro dos diversos ramos de produção, gerando a taxa de lucro médio, e os valores em preços de produção, que

> [...] a concorrência mostra 1) os lucros médios, independentes da composição orgânica do capital nos diferentes ramos, por conseguinte, da massa de trabalho vivo de que se apropria dado capital em determinado ramo de exploração, 2) ascensão e queda dos preços de produção por variar o nível de salários – fenômeno que, à primeira vista, contradiz por inteiro a relação de valor nas mercadorias, 3) flutuações dos preços de mercado que em dado período reduzem o preço médio de mercado das mercadorias não ao valor de mercado, mas a preço de produção de mercado que diverge claramente desse valor. Todos esses fenômenos parecem contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho e a natureza da mais-valia consistente em trabalho excedente não-pago. Na concorrência tudo aparece invertido (Marx, 1894, p. 235/6).

Ao se tornar dominante, o capital subsume o trabalhador, aprisiona o trabalho, mercantiliza a força de trabalho e torna o processo de trabalho meio de produção de mais-valia e, portanto, de capital. Por isso a troca, nas "sociedades em que rege a produção

capitalista", não se dá, como na "sociedade mercantil simples", proporcionalmente à quantidade de trabalho, mas proporcionalmente à quantidade de capital investido na produção. Desvendar e desmistificar esse processo não significa negá-lo, mas reconstruí-lo como teoria – é isso que Marx faz.

Esse caráter fetichista da produção capitalista está, no entanto, implícito na forma mercadoria (particularmente em sua forma mais geral e abstrata, que é o dinheiro), por isso é indispensável iniciar o estudo exatamente pela mercadoria (e pelo dinheiro), pela "sociedade mercantil simples", portanto. Reconstruindo as relações entre mercadoria, dinheiro e trabalho, Marx escapa das armadilhas em que se haviam enredado os economistas clássicos ou vulgares e pode constituir, pela primeira vez na história do pensamento econômico, o estatuto teórico do conceito de valor. Isso era impossível ao pensamento clássico não só pelo fato "de a análise da magnitude do valor absorver totalmente sua atenção" [15], mas também, e principalmente, porque a economia clássica considerava o modo de produção capitalista "a eterna forma natural da produção social", escapando- lhe "o que é específico da forma valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc." (Marx, 1867, p. 90, nota 32).

É a partir dessa reconstrução que Marx vai resolver os problemas não resolvidos da economia clássica. Em primeiro lugar, a questão do trabalho, que, desde o momento em que se supera a limitação "naturalista" do pensamento fisiocrático, vai ganhando espaço crescente na literatura econômica. Não escapa aos primeiros autores o caráter mercantil que o trabalho vai assumindo, mas sua leitura permanece, no entanto, prisioneira de uma ótica imediatista, que o vê apenas como produtor de valores de uso. O esforço de Marx, para abstrair a realidade imediata e ver a natureza e o papel essencial do trabalho na sociedade moderna, leva-o a estabelecer uma tripla determinação para a categoria:

I. A forma específica da dominação burguesa, que estabelece a subsunção real como norma;

II.A oposição entre trabalho e produto do trabalho como mercadorias distintas;

[15] A esse respeito, vale reler a obra clássica de Belluzzo (1980).

III.A indiferenciação do trabalho, do ponto de vista do trabalhador e do ponto de vista do capital.

Igualmente em relação ao dinheiro, mais do que resolver o problema da economia clássica, Marx o recoloca, explicitando a natureza intrinsecamente monetária da economia capitalista. Com isso supera a dicotomia entre mundo real (o mundo das mercadorias) e o mundo das imagens (o mundo do dinheiro). Estabelece a indissociabilidade entre dinheiro e mercadoria, e, embora afirme inicialmente que a riqueza capitalista se configura em "imensa acumulação de mercadorias", não restringe as funções do dinheiro a um papel meramente servil em relação à mercadoria, quer permitindo-lhe expressar seus preços, quer permitindo-lhe realizar esses mesmos preços. Enriquece essas funções com uma nova, que converte o dinheiro em representante da riqueza em geral, como "tesouro". Dessa forma, Marx pode integrar a riqueza do pensamento mercantilista (Petty e Boisguillebert, em particular) à contribuição de Smith e Ricardo, ampliando o espaço analítico da economia clássica.

A questão do "tesouro" desempenha um papel vital na teoria de Marx, pois é quem faz a ponte com a natureza especificamente capitalista que o dinheiro passa a assumir. Quando o modo de produção capitalista passa a imperar, quando "o dinheiro se transforma em capital", o dinheiro adquire um novo papel, que é o de servir de meio de existência e veículo para a realização do capital, permitindo-lhe realizar um movimento que, como o próprio Marx diz, não tem limites (Marx, 1867, p. 171). Essa nova função do dinheiro liga-se às riquíssimas observações do Livro 3, sobre o capital fictício e o dinheiro de crédito, que é a forma especificamente capitalista que o dinheiro assume, e que criam uma base para o entendimento do capitalismo moderno, onde a acumulação financeira predomina sobre todas as demais. Ao mostrar, por exemplo, como se constitui o capital fictício, Marx conclui que "assim desaparece o último vestígio da conexão com o processo efetivo de valorização do capital e reforça-se a ideia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo" (Marx, 1894, p. 537). A importância do "tesouro" é que ele é a base da usura, e "o crédito se desenvolve como reação contra a usura" (idem, p. 687). No entanto, "essa reação significa nem mais nem menos que a subordinação do capital que rende juros às condições e necessidades do modo capitalista de produção" (idem; p. 688). Ou seja, o moderno sistema de crédito, ao impor sua dominação nas relações de financiamento, apropria-se e transforma as propriedades da usura.

O que distingue o capital produtor de juros, como elemento essencial do modo capitalista de produção, não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. É o fato de serem outras as condições em que opera e, por conseguinte, de mudar por inteiro a figura do prestatário que se confronta com o emprestador do dinheiro (id., ibid.).

A forma moderna do crédito, especificamente capitalista, potencializa ao seu limite a propriedade que Marx aponta para a usura: quanto menos o produto assume o caráter de mercadoria, quanto menos o valor-de-troca se apodera da produção, em toda a amplitude e profundidade, tanto mais o dinheiro se revela a riqueza propriamente dita, a riqueza absoluta, em relação à manifestação dela em valores-de-uso (id., p. 685).

Isto posto, podemos voltar à construção do objeto de Marx e à sua reconceituação da "Economia Política", a partir da análise que faz dos principais problemas com que se defrontaram seus antecessores. O objeto de Marx são as leis do movimento do capital e o conceito de economia política que constrói, a partir da crítica de seus antecessores, é o da ciência que estuda essas leis. Não se trata de uma ciência que estude as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana, como supunham os cientistas da Academia da extinta União Soviética ou, de forma mais sofisticada, Lênin e Engels; muito menos um ramo do conhecimento, baseado em uma antropologia ingênua, que vê nas necessidades humanas e em sua satisfação – em um abstrato e atemporal princípio de utilidade – o critério último das ações econômicas. S menos ainda em uma visão que a reduz à pré-história da ciência econômica ou em uma mistura eclética de instrumentos e conceitos de várias ciências.

A crítica da economia realizada por Marx inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade capitalista, ou, mais precisamente, a dinâmica contraditória do capital, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que os funda e explica – a concorrência. Não pode, portanto, haver economia política – ou sua crítica, no sentido que Marx lhe emprestou – ali onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca.

E mais: como, com o capitalismo, pela primeira vez na história da humanidade" o poder social torna-se o poder privado de particulares" (Marx, 1867, p. 147), também não pode haver Economia Política ali onde não se constituiu o Estado capitalista. Nessa "nova" Economia Política está assim presente, organicamente, um espaço especificamente político porque fundado em relações de poder e de propriedade nas quais se definem as contradições capitalistas.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS (1961). Manual de Economia Política. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

ALTHUSSER, L. e BALIBAR, S. (1969). Para leer El Capital. México: Siglo XXI, 1978, 16. ed.

AMADEO, S.J. (org.) (1989). Ensaios sobre Economia Política moderna – Teoria e História do Pensamento Econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

BECKER, G. (1976). Tke Economic Approach to Human Behaviour. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

BELLUZZO, L.G.M. (1980). Valor e Capitalismo – Um ensaio sobre a Economia Política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BENSAÏD, D. (1997). Marx, o Intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ENGELS, F. (1878). Anti-Dühring (Ou A subversão da ciência pelo Sr. Eügen Dühring). Porto: Afrodite, 1973.

FREY, B. (1984a): "The public choice view of international political economy", International Organization, n. 38, 1984.

_____ (1984b). International Poitical Economics. New York: Basil Blachwell, 1984.

GILPIN, R. (1975). US Power and tke Multinational Corporation – Tke Political Economy of Foreign Direct Investment. Londres: MacMillan, 1975.

____ (1987). The Political Economy of International Relations. Princeton: Princeton University Press, 1987.

HUME, D. (1752-4). Escritos sobre Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

JEVONS, S. (1870). A Teoria da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

LÊNIN, V.I. (1899). O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

LESSA, C. (1974). O conceito de política econômica – Ciência e/ou ideologia? Campinas: Unicamp, 1998.

LUXEMBURGO R. (1925). Introdução à Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MALTHUS, T. R. (1820). Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

MARSHALL, A. (1890). Princípios de Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

MARX, K. (1859). Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

_____ (1867). O Capital (Livro 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 12. ed.

_____ (1875). "Crítica ao Programa de Gotha", in Marx, K. e Engels, F.,

Textos v. 1, São Paulo: Edições Sociais, 1976.

_____ (1894). O Capital (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MENGER, C. (1870). Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

MERRILL, M. (1990). "The anticapitalist origins of the United States", A Journal of the Fernand Braudel Center – Review, XIII, 4, Fall, pp. 465-497.

MILL, J. S. (1848). Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

NAPOLEONI, C. (1978). Smith, Ricardo e Marx. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PETTY, W. (1662-82). Obras econômicas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

POSSAS, M.L. (1989). Dinâmica e concorrência capitalista – Uma interpretação a partir de Marx. São Paulo: Hucitec / Unicamp, 1989.

QUESNAY, F. (1752). Quadro econômico dos fisiocratas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

RICARDO, D. (1817). Princípios de Economia Política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

ROBBINS, L. (1932). Essay on the Nature and Significance of Economic Science. Londres, 1932.

SAY, J.B. (1803). Tratado de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

SCHUMPETER, J.A. (1924). Fundamentos do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____(1952). História da análise econômica, v. 1. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SMITH, A. (1776). A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

TEIXEIRA, A. (1989). "Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política – notas sobre o percurso teórico de Marx", in diversos, Teoria econômica – Textos Selecionados, Rio de Janeiro: ISI/UFRJ.

_____(1990). "'Subversão' e 'restauração' no pensamento neoclássico – uma discussão sobre a teoria subjetiva do valor", Texto Didático nº 42, Rio de Janeiro: FSA/UFRJ.

TOLIPAN, R. (1983). "Brevíssimas considerações sobre o método de

Marx", Texto para Discussão nº 26, Rio de Janeiro: ISI/UFRJ, out. 1983.

_____(1990). A ironia na História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: IPSA/INPSS, 1990.

TOOZE, R. (1984). "Perspectives and theory: a consumer's guide", in Strange, S. (ed.), Paths to International Political Economy, London„ George Allen and Unwin, 1984.

WALRAS, L. (1874). Compêndio dos elementos de Economia Política pura. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

O que é a Economia Política?[1]

Rosa Luxemburgo

I

A economia política é uma ciência singular. Dificuldades e desacordos surgem logo de início com esta pergunta elementar: qual é, precisamente, o objeto desta ciência? O operário comum, com uma vaga ideia sobre o que a economia política ensina, atribuirá a sua incerteza à insuficiência da sua própria cultura geral. Contudo, neste domínio, partilha de certa maneira o seu infortúnio com muitos sábios e intelectuais que escrevem obras volumosas e que dão cursos de economia política nas universidades. No entanto, por mais incrível que possa parecer, é um fato que a maior parte dos especialistas em economia política apenas têm noções confusas sobre o verdadeiro objeto do seu saber.

Já que é costume entre os senhores especialistas trabalhar a partir de definições, isto é, esgotar-se a essência das coisas mais complicadas em poucas frases bem ordenadas, informemo-nos, então, a título experimental, junto de um representante oficial da economia política, e perguntemos-lhe o que é, no fim de contas, essa ciência. Que diz Wilhelm Roscher, decano dos professores alemães, autor de inúmeros e enormes manuais de economia política e fundador da escola dita "histórica"? Na sua primeira grande obra, *Fundamentos da Economia Política, Manual e Coletânea de Leituras para Homens de Negócios e Estudantes,* publicada em 1854 e reeditada vinte e três vezes desde então, lemos no capítulo 2, § 16:

"Por economia política, entendemos a doutrina do desenvolvimento das leis da economia nacional(1), da vida econômica nacional (filosofia da história da economia nacional, segundo von Mangoldt). Como todas as ciências que dizem respeito à vida de uma nação, liga-se, por um lado, ao estudo do indivíduo e, por outro, abarca o estudo de toda a humanidade."

Os "homens de negócios e estudantes" compreenderam então o que é a economia política? É precisamente. . . a economia política. Óculos de aro de tartaruga, o que são? São óculos cujos aros são feitos

[1] Capítulo 1 do Livro Introdução à economia política, publicado em Berlim em 1925.

com osso de tartaruga. E uma besta de carga? É um burro sobre o qual se carrega fardos. Processo dos mais simples, na verdade, para explicar às crianças o emprego de certas locuções[2]. A única complicação disto tudo é que, se não compreendermos o sentido das palavras em questão, colocando-as por outra ordem também não avançamos nada.

Dirijamo-nos a um outro cientista alemão, luminar da ciência oficial e que atualmente ensina economia política na Universidade de Berlim, o professor Schmoller. No *Dicionário das Ciências Políticas,* volumoso trabalho coletivo de alguns professores alemães e que foi publicado pelos seus colegas Conrad e Lexis, Schmoller dá, num artigo sobre economia política, a seguinte resposta à nossa questão inicial: "Eu diria que a economia política é a ciência que pretende descrever, definir e explicar pelas suas causas, e compreender como um todo coerente, os fenômenos econômicos, com a condição, evidentemente, de antes se ter definido corretamente a economia política. No centro desta ciência encontram-se os fenômenos típicos que se repetem nos povos civilizados contemporâneos, fenômenos de divisão e de organização do trabalho, de circulação, de repartição de rendimentos, de instituições econômicas sociais, que apoiando-se sobre determinadas formas do direito privado e público e dominados por forças psíquicas idênticas ou semelhantes, engendram disposições ou formas semelhantes ou idênticas e representam na sua descrição de conjunto uma espécie de quadro estático do mundo econômico civilizado atual, uma espécie de constituição média desse mundo. A partir desta base, esta ciência procurou verificar as diferenças entre umas e outras economias nacionais, as diversas formas de organização, interrogou-se por que encadeamento e sucessão aparecem essas diversas formas e assim chegou à ideia do desenvolvimento causal dessas formas, umas a partir das outras, e da sucessão histórica das situações econômicas. Desta maneira articulou o aspecto dinâmico com o estático. E da mesma forma que, desde as suas origens, pôde estabelecer ideais, graças a juízos de valor ético-históricos, conservou sempre, até um certo grau, esta função prática.

---

[2] O termo alemão *Nationaloekonomie,* correspondente a "economia política", significa, literalmente, "economia nacional", economia "de um povo", "de uma nação". Donde a ironia de R. Luxemburgo: a "economia política"... é a economia política - bela explicação!

Desde sempre, ao lado da teoria, estabeleceu ensinamentos práticos para a vida" .

Ufa! Respiremos fundo. Afinal, que vem a ser isto tudo? Instituições econômico-sociais - direito privado e público - forças psíquicas - semelhante e idêntico - idêntico e semelhante - estatística - estático - dinâmico - constituição média - desenvolvimento causal - juízos de valor ético-históricos. . . Depois disto tudo, uma pessoa vulgar ficará com a impressão de que a sua cabeça foi apanhada pela mó de um moinho e, por causa da sua obstinada sede de saber e da confiança cega na sapiência professoral, impor-se-á o sacrifício de ler duas, três vezes, este emaranhado de frases, para ver se consegue extrair daí qualquer coisa. Tememos que seja tempo perdido. O que se nos oferece não passa de frases vazias e linguagem afetada. Este juízo é correto, pois assenta num sinal infalível: quem pensa claramente e domina a fundo aquilo de que fala, exprime-se claramente e de maneira compreensível; quem se exprime de maneira obscura e pretensiosa, quando não se trata de puras ideias filosóficas nem de elucubrações religiosas, mostra logo que não entende muito bem o assunto em questão ou, então, que tem razões para evitar falar claramente. Veremos mais à frente que não é por acaso servirem-se os sábios burgueses de uma linguagem obscura e confusa para falar da essência da economia política e que, pelo contrário, isso revela tanto a sua própria confusão como a recusa tendenciosa e encarniçada em clarificar realmente a questão.

Pode-se compreender a impossibilidade de definição da essência da economia política, se considerarmos que sempre foram emitidas as opiniões mais contraditórias sobre as suas origens. Um historiador conhecido, antigo professor na universidade de Paris, Adolphe Blanqui - irmão do célebre dirigente socialista e combatente da Comuna, Auguste Blanqui - começa o primeiro capítulo da sua *História da Evolução Econômica* (1837) com o seguinte título: "A economia política é mais antiga do que se pensa. Os gregos e os romanos já tinham a sua economia política". Outros, pelo contrário, como por exemplo o antigo professor da universidade de Berlim, Eugen Dühring, esforçam-se em sublinhar que a economia política é mais recente do que vulgarmente se julga, que na realidade esta ciência apareceu somente na segunda metade do século XVIII. E, para citar também socialistas, Lassalle nota o seguinte, no prefácio ao seu clássico escrito polêmico contra Schultze-Delitzsch, *Capital e Trabalho*

(1864): "A economia política é uma ciência que só agora apareceu e que está ainda por fazer".

Pelo contrário, Karl Marx deu o subtítulo de *Crítica da Economia Política* à sua principal obra econômica *O Capital,* cujo primeiro livro apareceu três anos mais tarde, realizando por assim dizer o desejo expresso por Lassalle. Com isso, Marx coloca a sua obra fora da economia política, considerando esta como um todo acabado e sobre o qual vai exercer uma crítica. Ciência que para alguns é tão antiga como a história escrita da humanidade, de que outros dizem não datar de mais de século e meio, outros que só agora começa a dar os primeiros passos e ainda outros que já está ultrapassada e que já é tempo de destrui-la pela crítica - tudo isto é suficiente para se concluir que a economia política levanta problemas específicos e bastante complexos.

Mas seria um erro completo pedir a um dos representantes oficiais desta ciência que explicasse por que é que a economia política apareceu tão tarde, isto é, há cerca de cento e cinquenta anos. O professor Dühring explicar-nos-á, por exemplo, através de uma grande retórica, que os antigos gregos e romanos ainda não tinham noções científicas das realidades da economia política, mas somente ideias "irresponsáveis", "superficiais", "tudo quanto há de mais ordinário", tiradas da experiência quotidiana, e que a Idade Média não tinha nenhuma noção científica. Mas esta sábia explicação não permite avançar nada e os lugares comuns apenas nos induzirão em erro.

Uma outra original explicação nos é dada pelo professor Schmoller. No artigo extraído do *Dicionário das Ciências Políticas* já citado atrás, "regala-nos" com as considerações que se seguem:

> Durante séculos, observaram-se e descreveram-se fatos particulares da economia privada e social, reconheceram-se verdades econômicas particulares e debateram-se questões econômicas sobre os sistemas de moral e de direito. Estes esquemas parciais só puderam unificar-se numa determinada ciência quando as questões econômicas alcançaram um valor, insuspeitado anteriormente, na condução e administração dos Estados nos séculos XVII a XIX; numerosos autores a tomaram por objeto do seu estudo, tornou-se necessário ensiná-la à juventude estudantil e, ao mesmo tempo, o progresso do pensamento científico conduziu, de uma maneira geral, à unificação das proposições e verdades econômicas acumuladas num sistema autônomo, ligado por determinadas ideias fundamen-

> tais, como o dinheiro, o intercâmbio, a política econômica estatal, o trabalho e a divisão elo trabalho - foi isso que tentaram os principais autores do século XVIII. *A* partir desse momento, a economia política existe como ciência autônoma."

Resumindo o pouco sentido que esta longa tirada encerra, extraímos esta lição: observações que ficaram durante muito tempo dispersas foram reunidas em uma ciência à parte, quando a "direção e administração dos Estados", isto é, o Governo, sentiu essa necessidade e quando se tornou necessário ensiná-la nas universidades. Como esta explicação é admirável e clássica para um professor alemão! Devido a uma "necessidade" desse estimável governo, cria-se uma cátedra que um professor se apressa a ocupar. Em seguida, é necessário criar a ciência correspondente, senão que iria ensinar o professor? Pensamos naquele mestre de cerimônias que afirmava terem as monarquias de existir sempre, pois, se não, para que serviriam os mestres de cerimônias? Poderia pensar-se, portanto, que a economia política apareceu como ciência porque os Estados Modernos precisavam dela. Dir-se-ia mesmo que uma encomenda das autoridades teria dado origem à economia política! Que as necessidades financeiras dos príncipes, que uma ordem dos governos bastem para fazer jorrar da terra uma ciência completamente nova, eis a maneira de pensar deste professor, lacaio intelectual dos governos imperiais, que de boa vontade se encarrega de fazer agitação "científica" a favor de tal ou tal projeto de orçamento da Marinha, de determinada proposta de lei alfandegária ou fiscal, abutre dos campos de batalha que em tempo de guerra prega a histeria nacionalista contra os povos e o canibalismo moral. Contudo, para o resto da humanidade, para todos os que não são pagos pelo Tesouro, semelhante conceito é difícil de digerir. Mas esta teoria cria um novo enigma. Que teria acontecido para que, por volta do século XVII, como afirma o professor Schmoller, os governos dos Estados modernos tenham sentido repentinamente a necessidade de esfolar os súditos respectivos segundo princípios científicos, quando tudo correra tão bem durante séculos, segundo o costume patriarcal e sem que fossem necessários tais princípios? Não será melhor pôr as coisas no seu lugar? Estas novas necessidades das "Tesourarias principescas" não terão sido elas próprias uma modesta consequência da grande virada

histórica da qual saiu a nova ciência da economia política, em meados do século XIX?

Seja como for, já que a corporação dos sábios não nos ensinou qual o real objeto da economia política, ficamos também sem saber quando e por que ela apareceu.

II

Contudo, uma coisa é certa: todas as definições citadas dos intelectuais a soldo dos capitalistas falam de *"Volkswirtschait".* Com efeito, o termo *"Nationalökonomie"* não é mais do que a tradução literal para o alemão de: doutrina da economia política.

A noção de economia política está no centro das explicações de todos os representantes oficiais desta ciência. Ora, o que é a economia política? O professor Bücher, cuja obra *A Origem da Economia Política* goza de uma grande audiência tanto na Alemanha como no estrangeiro, dá a este respeito a seguinte informação:

"O conjunto das manifestações, instituições e fenômenos que provocam a satisfação de todo um povo constitui a economia política. Por sua vez, a economia política decompõe-se em inúmeras economias particulares ligadas entre si pela circulação dos bens e mantendo múltiplos laços de interdependência, devido ao fato de cada uma cumprir certas tarefas para todas as outras e implicar que as outras procedam reciprocamente da mesma maneira."

Tentemos igualmente traduzir esta sábia "definição" em linguagem corrente. Quando ouvimos falar, logo de início, do *conjunto* das instituições e fenômenos destinados a satisfazer as necessidades do povo, temos de pensar em todas as possibilidades: nas fábricas e oficinas, na agricultura e na pecuária, nas estradas de ferro e nos armazéns, mas também nos sermões religiosos e nos postos de polícia, nos espetáculos de balé, nos registros civis e nos observatórios astronômicos, nas eleições parlamentares, nos soberanos e nas associações de combatentes, nos clubes de xadrez, nas exposições caninas e nos duelos - porque tudo isto e uma infinidade de outras "instituições e fenômenos" servem atualmente para "satisfazer as necessidades de todo o povo". Mas, então, a economia política seria tudo o que se passa entre o céu e a terra, e a ciência da economia política seria a ciência universal "de todas e mais algumas coisas", como diz um provérbio latino.

É evidente que se tem de limitar a generosa definição do professor de Leipzig. Talvez ele só quisesse falar de "instituições e fenômenos" que servem para a satisfação das necessidades *materiais* de um povo ou, mais exatamente, para a "satisfação das necessidades mediante coisas materiais". Mesmo assim, o "conjunto" ainda teria uma acepção demasiado ampla e poderia facilmente perder-se entre as nuvens. No entanto, procuremos situarmo-nos nele o melhor possível.

Para viver, o homem tem necessidade de se alimentar, abrigar, vestir e de todo um conjunto de utensílios domésticos. Estas coisas podem ser simples ou refinadas, escassas ou abundantes. Contudo, são indispensáveis à existência em qualquer sociedade humana e por isso precisam ser continuamente fabricadas já que, em parte, nenhuma dessas coisas nos caem do céu. Nos estados civilizados há ainda que acrescentar todo um conjunto de objetos que tornam a vida mais agradável e que ajudam a satisfazer as necessidades morais e sociais, havendo mesmo que incluir as armas, para "defesa contra os inimigos". Entre os chamados selvagens são as máscaras de dança, o arco e as flechas, as estátuas dos ídolos; entre nós são os objetos de luxo, as igrejas, as metralhadoras e os submarinos. Para produzir todos estes objetos são necessárias matérias-primas e ferramentas. Estas matérias-primas, isto é, as pedras, as madeiras, os metais, as plantas, etc., exigem trabalho humano e as ferramentas utilizadas são também produtos do trabalho humano.

Contentando-nos provisoriamente com este quadro grosseiro, poderíamos apresentar a economia política mais ou menos da maneira que se segue: qualquer povo cria, constantemente, pelo seu próprio trabalho, uma quantidade de coisas necessárias para a vida - alimentos, vestuário, casas, utensílios domésticos, adornos, armas, etc., - bem como matérias e ferramentas necessárias à produção dessas coisas. A forma como um povo executa todos estes trabalhos, como reparte os produtos por todos os seus membros, como os consome e os produz novamente no eterno movimento circular da vida, tudo isto constitui a economia do povo em questão, isto é, a "economia política". Talvez seja este, mais ou menos, o sentido da primeira frase da definição do professor Bücher. Mas continuemos a nossa explicação.

"A economia política decompõe-se, por sua vez, em inúmeras economias particulares ligadas entre si pela circulação e mantendo

múltiplos laços de interdependência, devido ao fato de cada uma cumprir certas tarefas para todas as outras e implicar que as outras procedam reciprocamente da mesma maneira."

Aqui nos defrontamos com um novo problema: o que serão estas "economias particulares" em que se decompõe a "economia política" que tanto trabalho nos deu para situar? À primeira vista, parece que vai ser mesmo necessário englobar nesta categoria os agregados familiares e as economias domésticas. De fato, qualquer povo, nos países ditos civilizados, existe por relação com um certo número de famílias e cada família tem, por princípio, uma vida "econômica". E em que consiste esta economia? A família tem certas receitas em dinheiro, provenientes da atividade dos seus membros adultos ou, então, de outras proveniências, com as quais faz face às suas necessidades de alimentação, vestuário, habitação, etc.

E quando pensamos numa economia familiar, deparamos imediatamente com a mãe de família, a cozinha, o guarda-roupa e o quarto das crianças. A "economia política" decompor-se-á em "economias particulares" deste gênero? Na economia política, tal como acabamos de a apresentar, tratava-se, antes de mais nada, da *produção* de todos os bens necessários à vida e ao trabalho, alimentação, vestuário, alojamento, móveis, ferramentas e matérias-primas. Nas economias familiares, pelo contrário, trata-se apenas do consumo dos objetos já acabados que a família obtém com o dinheiro que possui. A maior parte das famílias, nos Estados modernos, compra quase todos os víveres, móveis, etc., nas lojas ou no mercado. Numa economia doméstica as refeições são preparadas a partir de víveres comprados e o vestuário que ainda é confeccionado em casa utiliza tecidos comprados. Apenas nas regiões muito atrasadas se encontram ainda famílias camponesas que obtêm diretamente, pelo seu próprio trabalho, a maior parte do que precisam para viver. Evidentemente que nos Estados modernos também há numerosas famílias produzindo em domicílio diversos produtos industriais como os tecelões, as costureiras e outros trabalhadores da confecção; e há mesmo aldeias inteiras que fabricam brinquedos ou objetos análogos. Mas, precisamente neste caso, o produto do trabalho doméstico pertence exclusivamente ao empresário que o encomendou e o paga, não sendo senão uma parcela mínima consumida pela família que o produziu. Com o seu magro salário os trabalhadores em domicílio compram para a sua economia doméstica objetos já acabados, exatamente como as outras famílias. O que Bücher diz, isto é, que a

economia se decomporia em economias particulares, significa afinal, em outros termos, que a *produção* dos meios de existência de todo um povo se "decompõe" no *consumo* destes meios pelas famílias particulares. O que é absurdo.

Mas uma outra dúvida se apresenta. As "economias particulares" estariam também, segundo o professor Bücher, "ligadas entre si pela circulação" e inteiramente dependentes umas das outras, dado que "cada uma cumpre certas tarefas para as outras". De que circulação e de que dependência quererá ele falar? De trocas entre famílias amigas, entre vizinhos? Mas esta circulação terá alguma coisa a ver com a economia política e com a economia em geral? Qualquer boa dona de casa nos dirá que quanto menos trocas e idas e vindas houver entre as casas, melhor será para a economia e para a paz doméstica". E no que diz respeito à "dependência" ninguém consegue ver que "tarefas" cumpriria a economia doméstica do caseiro Meyer para a economia doméstica do professor Schultze e "para todas as outras". Decididamente saímos do rumo certo e o melhor é retomarmos a questão por outro ângulo.

A "economia política" do professor Bücher não se decompõe, portanto, em economias particulares familiares. Mas decompor-se-ia em fábricas, oficinas, explorações agrícolas, etc.? Um indício parece confirmar que, desta vez, estamos no bom caminho. Efetivamente, é nas empresas que se produz aquilo que serve para manter todo o povo e, de fato, há, entre as empresas, circulação e interdependência. Uma fábrica de botões depende inteiramente dos alfaiates que são os compradores da sua mercadoria, e os alfaiates não podem fazer nem calças nem casacos sem utilizarem botões. Por outro lado, os alfaiates têm necessidade de matérias-primas e por isso dependem, por sua vez, das fábricas de tecidos de lã e de algodão, e estas dependem da criação de carneiros e do comércio de lã, e assim sucessivamente. Aqui constatamos realmente uma interdependência na produção e com numerosas ramificações. Certamente será um bocado pomposo falar das "tarefas" que cada uma das empresas "cumpre para todas as outras", a propósito da venda de botões aos alfaiates, da venda de lã de carneiro às tecelagens e de outras operações ordinárias. Mas é com estas inevitáveis flores de retórica que a gíria professoral gosta de enfeitar de poesia e "juízos de valor morais", como tão bem diz o professor Schmoller, os pequenos e lucrativos negócios do mundo dos empresários. Surgem-nos, contudo, neste ponto, dúvidas ainda mais

graves. As diversas fábricas, as explorações agrícolas e as minas de carvão seriam outras tantas "economias particulares" em que se decompõe a economia política. Mas a noção de "economia", implica, evidentemente, - pelo menos é assim que nós a entendemos - tanto a produção como o consumo de meios de subsistência numa certa área. Ora, o que se faz nas fábricas, nas oficinas, nas minas, é apenas produzir, e para outros. O que lá é consumido são apenas as matérias-primas de que são feitas as ferramentas e as próprias ferramentas. O produto acabado, esse, não é consumido na fábrica. Nem um só botão é consumido pelo fabricante e pela sua família, e muito menos ainda pelos operários das fábricas; tampouco um só tubo de aço é consumido em família pelo proprietário de uma siderurgia. Além do mais, se quisermos determinar mais precisamente o que é a "economia", ser-nos-á necessário concebê-la como um todo fechado de uma maneira determinada, no qual se produzem e consomem os meios de subsistência mais importantes para a existência humana. Mas cada empresa industrial ou agrícola atual fornece apenas um ou, quando muito, alguns produtos que não chegariam nem de longe para manter pessoas. Grande parte das vezes mesmo, estes produtos não são consumíveis, constituindo somente parte de um meio de subsistência, ou a matéria-prima de uma ferramenta. As empresas de produção atuais não são, com efeito, senão frações de uma economia e, em si próprias, do ponto de vista econômico, não têm nem sentido nem objetivo. Esta é, precisamente, uma característica constatável mesmo para o observador mais desprevenido: cada empresa de produção é apenas uma parcela informe de uma economia e não uma "economia". Se, por conseguinte, se diz que a economia política, isto é, o conjunto das instituições e fenômenos que servem para a satisfação das necessidades de um povo se decompõe em economias particulares, fábricas, oficinas, minas, etc., então, poderia muito bem dizer-se igualmente que o conjunto das "instituições" biológicas que servem para a realização de todas as funções do organismo humano é o próprio homem e que este, por sua vez, se decompõe em muitos organismos particulares a saber: nariz, orelhas, pernas, braços, etc. E, de fato, uma fábrica atual é tanto uma economia particular como o nariz é um organismo particular.

Portanto, seguindo este caminho, chegamos igualmente a um absurdo. O que prova que as engenhosas definições dos sábios burgueses, ao apoiarem-se unicamente em aspectos exteriores e em sutilezas verbais, visam somente evitar o fundo do problema.

Tentemos nós mesmos submeter a noção de economia política a um exame mais preciso.

III

Falam-nos das necessidades de um povo, da satisfação destas necessidades numa economia formando um todo e, neste caso, da economia de um povo. A teoria da economia política deve ser, pois, a ciência que nos explica a essência da economia de um povo, isto é, as leis segundo as quais um povo cria riqueza com o trabalho, a aumenta, a reparte entre os indivíduos, a consome e a cria de novo. O objeto do estudo deve ser, portanto, a vida econômica de todo um povo, por oposição à economia privada ou particular, seja qual for o significado desta. Confirmando aparentemente esta maneira de ver, a obra clássica publicada em 1776 do inglês Adam Smith, a quem chamam pai da economia política, tem o título de *A Riqueza das Nações.*

Mas, na realidade, existirá alguma coisa que seja a economia de um povo? Ê o que é preciso saber. Terá cada povo a sua própria vida econômica particular e fechada sobre si mesma? A expressão "economia nacional" é usada com predileção na Alemanha; vejamos, então, com mais atenção, o que se passa na Alemanha.

As mãos dos operários e das operárias alemães produzem todos os anos na agricultura e na indústria uma quantidade enorme de bens de consumo de todas as espécies. Serão todos estes bens produzidos para o consumo interno do Império Alemão? Sabemos que uma parte muito importante (e maior de ano para ano) dos produtos alemães é exportada para outros povos, países e continentes. Os produtos siderúrgicos alemães vão para diversos países europeus vizinhos e também para a América do Sul e a Austrália; o couro e os objetos de couro seguem para todos os estados europeus; vidros, açúcar e luvas para a Inglaterra; as peles para a França, Inglaterra, Áustria-Hungria; a alizarina (matéria corante) para a Inglaterra, Estados Unidos e Índia; escórias utilizadas como adubos para a Holanda e Áustria-Hungria; o coque para a França; cabos elétricos para a Inglaterra, Suécia e Bélgica; brinquedos para os Estados Unidos; a cerveja alemã, a anilina e outros corantes provenientes do alcatrão, medicamentos, celulose, objetos de ouro, meias, tecidos, vestuário de lã e de algodão e trilhos de estrada de ferro são expedidos para quase todos os países comerciantes do mundo.

Mas, inversamente, o trabalho do povo alemão depende em cada etapa, no consumo cotidiano, dos produtos de países e de povos estrangeiros. O nosso pão é feito com cereais russos, a carne provém do gado húngaro, dinamarquês, russo; o arroz vem das Índias Holandesas e do Brasil; recebemos o cacau da África Ocidental, a pimenta da Índia, a banha dos Estados Unidos, o café do Brasil, da América Central ou das Índias Holandesas; os extratos de carne provêm-nos do Uruguai e os ovos da Rússia, Hungria e Bulgária; os charutos de Cuba, relógios da Suíça, vinhos espumantes da França, couros da Argentina, penas para colchões da China, seda da Itália e da França, linho e cânhamo da Rússia, algodão dos Estados Unidos, da Índia, do Egito; lã fina da Inglaterra; linhita da Áustria; salitre do Chile; madeiras para a construção da Rússia; vimes para cestos e cadeiras de Portugal; cobre dos Estados Unidos; zinco da Austrália; alumínio da Áustria-Hungria e do Canadá; asfalto e mármore da Itália; chumbo da Bélgica, Estados Unidos, Austrália; grafite do Ceilão; cal da América e da Argélia; iodo do Chile, etc.

Dos mais simples alimentos diários aos objetos de luxo de maior procura e às matérias-primas e ferramentas mais necessárias, a maior parte provém direta ou indiretamente, no todo ou em parte, de países estrangeiros e são produto do trabalho de povos estrangeiros.

Para podermos viver e trabalhar na Alemanha, fazemos trabalhar quase todos os países e povos de todos os continentes, e por nossa vez trabalhamos para todos os outros países.

Para vermos as enormes dimensões destas trocas, lancemos uma olhadela às estatísticas oficiais das importações e exportações. Segundo o *Anuário Estatístico do Império Alemão* de 1914, o comércio alemão, excluindo-se as mercadorias que por ele transitam e se destinam a outros países, apresentava-se da seguinte maneira:

A Alemanha importou em 1913:

Matérias-primas	5.262	milhões	de	marcos
Produtos semi-acabados	1.246	"	"	"
Produtos acabados	1.776	"	"	"
Produtos alimentares	3.063	"	"	"
Animais vivos	289	"	"	"
Total	11.638	"	"	"

ou seja, quase 12 bilhões de marcos.

E exportou:

Matérias-primas	1.720	milhões	de	marcos
Produtos semi-acabados	1.159	"	"	"
Produtos acabados	6.642	"	"	"
Produtos alimentares	1.362	"	"	"
Animais vivos	7	"	"	"
Total	10.891	"	"	"

ou seja, quase 11 bilhões de marcos.

O conjunto dá mais de vinte e dois bilhões de marcos para o comércio externo anual da Alemanha.

Mas a situação é a mesma, em proporções maiores ou menores, para os outros países modernos, isto é, precisamente para aqueles cuja vida econômica constitui o objeto exclusivo da economia política. Todos estes países produzem uns para os outros e em parte também para os continentes mais atrasados, mas utilizam, tanto no consumo como na produção, produtos de todos os continentes.

Como é que, face a um tão grande desenvolvimento das trocas, se pode traçar limites entre as "economias" de dois povos, falar tanto de "economias nacionais" como se se tratassem de domínios formando um todo e podendo ser considerados separadamente?

É evidente que a existência das trocas internacionais e mesmo o aumento destas não são descobertas que tenham escapado aos sábios burgueses. As estatísticas oficiais publicadas em relatórios anuais fazem com que estas realidades relevem do domínio público; o

homem de negócios, o operário fabril conhecem-nas, sobretudo devido às suas vidas cotidianas. O crescimento rápido do comércio mundial é hoje um fato tão universalmente conhecido e reconhecido que ninguém poderá contestá-lo ou duvidar da sua existência. Mas como é que os peritos de economia o consideram? Como uma relação puramente exterior, como a exportação daquilo a que chamam o "excedente" da produção de um país em relação às suas próprias necessidades e a importação do que "faltaria" à sua própria economia. Esta relação em nada os impede de continuarem a falar de "economia política".

É assim que, por exemplo, o professor Bücher, o qual depois de nos ter dado profundas lições da "economia política" atual, estágio último e supremo na série das forças econômicas históricas, proclama:

> É um erro julgar que as facilidades introduzidas pela era liberal no comércio internacional levarão ao declínio do período da economia nacional e que este dará lugar ao período da economia mundial. Na verdade, vemos atualmente na Europa uma série de Estados privados de autonomia nacional no que diz respeito ao aprovisionamento de bens, na medida em que são obrigados a receber do estrangeiro grandes quantidades de produtos alimentares, enquanto que a sua produção industrial ultrapassou em muito as necessidades nacionais e fornece continuamente excedentes que têm de encontrar utilização no estrangeiro. Mas não se deve ver na coexistência de países industriais e de países fornecedores de matérias-primas dependendo uns dos outros, nesta "divisão internacional do trabalho", um sinal de que a humanidade se encontra pronta a iniciar uma nova etapa da sua evolução, etapa que se oporia às precedentes sob o nome de *economia mundial.* Porque, por um lado, nenhuma etapa econômica jamais garantiu a plena satisfação das necessidades; todas elas deixaram subsistir certas lacunas que era necessário preencher desta ou daquela maneira. Por outro lado, esta pretensa economia mundial nunca fez aparecer (pelo menos até à data) fenômenos diferindo essencialmente dos da economia nacional e podemos duvidar que apareçam num futuro previsível.[3]

[3] Bücher *A formação da economia nacional (Die Entsteliung der Volkswirtschait),* 5.ª ed., p. 147.

Ainda com mais audácia, Sombart, jovem colega do professor Bücher, declara sem rodeios que não se está entrando na economia mundial, mas que, pelo contrário, nos afastamos dela cada vez mais:

> Afirmo que atualmente os povos civilizados não se encontram cada vez mais ligados entre si por relações comerciais, antes pelo contrário. Uma economia nacional particular não está hoje mais integrada no mercado mundial do que há cem ou cinquenta anos, mas sim menos. Entretanto, não devemos admitir que as relações comerciais internacionais tenham adquirido uma importância relativamente crescente para a economia política moderna. O que se passa é precisamente o inverso.

O professor Sombart está convencido de que "as diferentes economias nacionais se tornam microcosmos cada vez mais aperfeiçoados e que em todas as indústrias o mercado interno tende a predominar sobre o mercado mundial "[4].

Esta brilhante inépcia, que agride sem qualquer consideração todas as observações correntes da vida econômica, sublinha maravilhosamente a obstinação com que os senhores sábios se recusam a reconhecer a economia mundial como uma nova fase da evolução da sociedade humana, recusa que nós anotamos para lhe procurarmos as raízes escondidas.

Assim, porque nas "etapas anteriores da economia", no tempo do rei Nabucodonosor, por exemplo, "algumas lacunas" da vida econômica eram já preenchidas pela troca, o comércio mundial *atual* não significa nada e é necessário ficar na "economia nacional". Tal é a opinião do professor Bücher.

Esta opinião caracteriza bem a grosseria das concepções históricas de um cientista cuja reputação assenta precisamente sob uma pretensa perspicácia e profundidade de visão da história econômica! O professor Bücher mete no mesmo saco, sem quaisquer escrúpulos, em nome de um esquema absurdo, o comércio internacional das mais diversas etapas da economia e da civilização abrangendo milhares de anos! É verdade que não houve etapas na sociedade sem trocas. As escavações pré-históricas mais antigas, as mais grosseiras cavernas que serviram de habitat à humanidade "antediluviana", os túmulos pré-históricos primitivos, testemunham

---

[4] W. Sombart: *A economia nacional alemã no século XIX,* 2.ª ed., 1909, pp. 339-420.

todos um certo tipo de trocas de produtos entre regiões afastadas. A troca é tão antiga como a história das civilizações humanas, sempre a acompanhou e foi o mais importante motor do seu progresso. Ora, é nesta verdade geral e, por isso mesmo, absolutamente vaga que o nosso sábio afoga todas as particularidades das diferentes épocas, as etapas da civilização, as formas econômicas. Assim como de noite todos os gatos são pardos, também na obscuridade desta teoria universitária, as mais diversas formas de intercâmbio se confundem numa só. A troca primitiva de uma tribo indígena do Brasil, que permuta ocasionalmente com outra tribo máscaras de dança por arcos e flechas; as feéricas lojas da Babilônia onde se amontoava o esplendor das cortes orientais; o mercado de Corinto onde se vendiam as cambraias do Oriente em noites de Lua Nova, a cerâmica grega, o papel de Tiro, os escravos da Síria e da Anatólia; o comércio marítimo da Veneza Medieval que fornecia objetos de luxo às cortes feudais e às casas patrícias da Europa... e o comércio capitalista mundial da atualidade, que se ramifica tanto para Ocidente como para Oriente, para o Norte e para o Sul, que se efetua sobre todos os Oceanos e cantos do mundo, levando de um lado para outro, todos os anos, massas enormes - desde o pão cotidiano e o fósforo do mendigo até ao objeto de arte mais procurado pelo rico amador, do mais simples produto da terra até à ferramenta mais complicada saída das mãos do operário, fonte de toda a riqueza, até aos instrumentos mortíferos da guerra - tudo isto não passa de uma única e mesma coisa para o nosso professor: o simples "preenchimento" de certas "lacunas" em organismos econômicos autônomos!...

Há cinquenta anos, Schultze von Delitzsch contava aos operários alemães que cada um produz primeiro que tudo para si próprio, e que "em troca de produtos dos outros" dá aqueles "que não precisa para si próprio". Lassalle respondeu de maneira categórica a este disparate:

"Senhor Schultze! O senhor não faz nenhuma ideia da realidade do trabalho social de hoje? Nunca saiu de Bitterfeld e de Delitzsch? Em que século medieval vive o senhor com todas essas concepções? (...) O senhor ignora completamente que aquilo que o trabalho social de *hoje* tem *precisamente* de *característico* é o fato de ninguém produzir para si próprio? Ignora você *completamente* que assim é, *necessariamente,* a partir do momento em que apareceu a grande indústria, que nisso reside a *forma* e a *essência* do trabalho e que, se não *tivermos em conta este ponto,* não poderemos compreender

nenhum aspecto da situação econômica atual, nenhum fenômeno econômico atual?

"Segundo o senhor, a senhora Leonor Reichenheim, de Wüste-Giersdor, produz primeiramente o fio de algodão de que precisa e só depois troca o excedente que as suas filhas já não podem transformar em meias ou camisolas.

"O senhor Borsig produz em primeiro lugar máquinas para as suas necessidades familiares. E só depois é que vende o excedente.

"As lojas de artigos de luto trabalham tendo em vista falecimentos nas famílias dos donos. Como estes são bastante raros, são obrigados a utilizar o material que têm a mais nos falecimentos de pessoas estranhas à família do dono.

"O senhor Wolf, proprietário do telégrafo local, recebe os telegramas primeiro que tudo para sua própria informação e satisfação pessoais. Urna vez farto deles, envia-os aos agiotas da Bolsa e aos redatores dos jornais que, em troca, põem ao seu serviço os correspondentes que têm a mais!...

"O caráter distintivo do trabalho dos períodos sociais anteriores, ao qual é necessário atermo-nos rigorosamente, consistia na produção para as necessidades locais e na troca do excedente, isto é, na prática predominante da *economia natural.* Ora, o *caráter distinto* e específico do trabalho na sociedade moderna é que cada um produz não aquilo de que necessita, mas *valores de troca,* da mesma maneira que se produziam outrora *valores de uso.*

"E não compreende o senhor que esta é a forma *necessária* e cada vez mais espalhada do trabalho numa sociedade em que a *divisão do trabalho* tomou a amplitude que tem na sociedade moderna?"

O que Lassalle tenta aqui explicar a Schultze, a propósito da empresa privada capitalista, aplica-se hoje ao modo de economia de países capitalistas tão evoluídos como a Inglaterra, a Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, no rastro dos quais os outros países se colocam, uns atrás dos outros. E a confusão que o juiz progressista de Bitterfeld provocou nos operários era muito mais ingênua, mas não era mais grosseira do que a controvérsia sobre o conceito de economia mundial de um Bücher ou de um Sombart.

O professor alemão, como é um funcionário pontual, gosta de ter ordem no seu domínio. Por amor à ordem arruma o mundo, com limpeza, em compartimentos de um esquema científico. E, da mesma maneira como dispõe os seus livros nas prateleiras da sua biblioteca,

assim reparte os países: aqui, os países que produzem bens industriais e tendo um "excedente"; ali, os países que praticam a agricultura e a criação do gado e cujas matérias-primas faltam aos outros países. É aqui que nasce e tem as suas bases o comércio internacional .

A Alemanha é um dos países mais industrializados do mundo e, segundo este esquema, deveria manter trocas muito desenvolvidas e ativas com um grande país agrícola como a Rússia. Mas, então, porque é que as trocas comerciais mais importantes da Alemanha se fazem com dois outros países industrializados, os Estados Unidos da América do Norte e a Inglaterra? Com efeito, as trocas da Alemanha com os Estados Unidos em 1913 subiram a 2,4 bilhões de marcos e com a Inglaterra a 2,3 bilhões; a Rússia surge só no terceiro lugar, e, particularmente no que diz respeito às exportações, o primeiro estado industrial do mundo é também o maior cliente da indústria alemã: ao importar anualmente 1,4 bilhões de marcos de mercadorias alemãs, a Inglaterra vem largamente à frente dos outros países. E o Império Britânico absorve um quinto das exportações alemãs. Que pensa o nosso professor deste notável fenômeno?

De um lado, um estado industrial e, do outro, um estado agrário, tal é a ossatura rígida das relações econômicas mundiais com que operam o professor Bücher e a maior parte dos seus colegas. Ora, nos anos sessenta, a Alemanha era um estado agrário; exportava o excedente dos seus produtos agrícolas e tinha de obter da Inglaterra os bens industriais mais indispensáveis. A partir de então tornou-se um estado industrial e é o mais poderoso rival da Inglaterra. Os Estados Unidos da América estão em vias de ultrapassar ainda num prazo menor a mesma etapa que a Alemanha nos anos 70 e 80. Juntamente com a Rússia, Canadá, Austrália e Romênia, os Estados Unidos são um dos mais importantes produtores de trigo do mundo; nas últimas estatísticas (1900), 36% da população ocupava-se ainda com trabalhos agrícolas. Mas, entretanto, a sua indústria progride com uma rapidez sem exemplo e torna-se uma perigosa rival das indústrias inglesa e alemã. Abrimos aqui a questão seguinte: será necessário classificar os Estados Unidos na rúbrica dos estados agrícolas ou na dos estados industriais? Isto, é claro, dentro dos critérios propostos pelo professor Bücher e qualquer eminente faculdade de economia política pode avançar a sua resposta. A Rússia caminha também, lentamente, na mesma via e logo que se tenha visto livre das estruturas estatais anacrônicas, a sua imensa população e

as suas inesgotáveis riquezas naturais permitir-lhe-ão alcançar, igualar ou mesmo até ultrapassar em pouco tempo o poderia industrial da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. O mundo não tem, como se vê, uma ossatura rígida conforme proclama a sabedoria professoral; o mundo move-se, vive, transforma-se. A polaridade entre indústria e agricultura, da qual teriam nascido as trocas internacionais, é um elemento fluído cada vez mais rejeitado para a periferia do mundo civilizado. Mas então que se passa, entretanto, com o comércio dentro deste mundo civilizado? Segundo a teoria do professor Bücher, deveria ir-se reduzindo cada vez mais. Em vez disso... oh! milagre! -, torna-se cada vez mais intenso, precisamente entre os países industriais.

Nada mais instrutivo do que o quadro oferecido pela evolução do nosso mundo econômico moderno de um quarto de século para cá. Se bem que assistamos desde 1880 a uma verdadeira orgia de proteção alfandegária, isto é, as "economias nacionais" fecham-se artificialmente umas às outras em todos os países industriais e grandes estados da Europa, o desenvolvimento do comércio mundial, no mesmo intervalo de tempo, não só não parou, como também tomou um andamento vertiginoso. Mesmo um cego pode ver a estreita ligação entre a industrialização crescente e o comércio mundial, observando os três países pilotos, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos.

O carvão e o ferro são a alma da indústria moderna.
Ora a extração de carvão entre 1855 e 1910 variou:

Inglaterra de 162 para 269 milhões de toneladas
Alemanha de 74 para 222 milhões de toneladas
Estados Unidos de 101 para 455 milhões de toneladas

No mesmo intervalo de tempo a produção de minérios de ferro variou:

Inglaterra de 7,5 para 10,2 milhões de toneladas
Alemanha de 3,7 para 14,8 milhões de toneladas
Estados Unidos de 4,1 para 27,7 milhões de toneladas

E o comércio exterior anual (importação e exportação) passava entre 1855 e 1912:

Inglaterra de 13 para 27,4 bilhões de marcos

Alemanha de 6,2 para 21,3 bilhões de marcos
Estados Unidos de 5,5 para 16,2 bilhões de marcos

Se tomarmos o conjunto do comércio exterior (importação e exportação) de *todos* os países importantes do globo, verificamos que passou de 105 bilhões de marcos em 1904 a 165 bilhões em 1912. Ou seja, um aumento de 57% em oito anos! Na verdade, é um ritmo de evolução econômica sem exemplo em toda a história mundial até o presente! "Os mortos andam depressa". A "economia nacional" capitalista parece estar apressada em esgotar as suas capacidades de existência, abreviando o prazo de graças que lhe permite subsistir. Que diz de tudo isto o esquema professoral com a sua oposição grosseira entre estados industriais e estados agrários?

Na vida econômica moderna há, contudo, muitos mais enigmas do gênero. Examinemos um pouco mais de perto o quadro das importações e exportações alemãs em vez de nos contentarmos com as somas globais de mercadorias trocadas ou com grandes categorias gerais; passemos em revista os gêneros mais importantes de mercadorias do comércio alemão. No ano de 1913 a Alemanha:

Importou	*milhões de marcos*
Algodão bruto	607
Trigo	417
Lã	413
Cevada	390
Cobre bruto	335
Peles	322
Minérios de ferro	227
Hulha	204
Ovos	194
Peles e artigos de pele	188
Salitre chileno	172
Seda bruta	158
Borracha	147
Madeiras já serradas	135
Fio de algodão	116
Fio de lã	108
Madeiras em bruto	97
Peles de vitela	95
Juta	94
Máquinas	80
Peles (cordeiro, cabras)	73
Artigos de algodão	72
Linhita	69

Lã cardada	61
Artigos de lã	43

Exportou	*milhões de marcos*
Máquinas	680
Produtos de ferro	652
Hulha	516
Artigos de algodão	446
Artigos de lã	271
Papel e derivados	263
Peles e outros artigos	225
Ferro em barras	205
Artigos de seda	202
Coque	147
Produtos de anilina e outros deriv. do alcatrão	142
Vestuários	132
Objetos de cobre	130
Couros para sapatos	114
Objetos de couro	114
Brinquedos	103
Lâminas de aço	102
Fio de lã	91
Tubos de aço	84
Peles (bovinos)	81
Fio de aço	76
Trilhos de estradas de ferro	73
Minérios	65
Fio de algodão	61
Objetos de borracha	57

Dois fatos chocam imediatamente, mesmo um observador oficial. O primeiro é que a mesma categoria de mercadorias figura várias vezes nas duas colunas, embora em quantidades diferentes. A Alemanha exporta uma quantidade impressionante de máquinas, mas importa-as igualmente pela soma não negligenciável de 80 milhões de marcos. Do mesmo modo, exporta-se hulha a partir da Alemanha, mas, ao mesmo tempo, é importada hulha estrangeira e o mesmo se passa com os artigos de algodão, a lã em fio, os artigos de lã e ainda também com as peles e muitas outras mercadorias que não figuram neste quadro. Do ponto de vista simplista da oposição entre a indústria e a agricultura que, como a lâmpada maravilhosa de Aladim, permite ao nosso professor de economia política esclarecer todos os mistérios do comércio mundial moderno, esta notável dualidade é completamente incompreensível; é como se fosse um completo

absurdo. Mas, então, a Alemanha tem um "excedente além das suas próprias necessidades" em máquinas ou terá só "certas lacunas"? E o que se passa com a hulha e com os artigos de algodão? E com as peles? E com outras mil e uma coisas! Ou, então, como é que uma "economia nacional" teria, simultaneamente e para os mesmos produtos, um eventual "excedente" e certas "lacunas"? A lâmpada de Aladim vacila. O fato observado não pode explicar-se, a não ser se admitirmos que entre a Alemanha e outros países existem relações econômicas complexas e uma divisão do trabalho com numerosas ramificações sutis, em função da qual certas espécies dos mesmos produtos são encomendadas à Alemanha pelo estrangeiro e outras no estrangeiro para a Alemanha, suscitando um vaivém cotidiano no qual cada país é apenas um elemento orgânico de um conjunto mais vasto.

Um outro fato ressalta igualmente à primeira vista no quadro: a importação e a exportação não aparecem como dois fenômenos separados cuja explicação possa ser dada, em uns casos, como sendo "lacunas" e, em outros, como sendo "excedentes" da economia do país. São, antes de qualquer outra consideração, fenômenos estreitamente ligados entre si por laços de causa e efeito. As enormes importações alemãs de algodão não se explicam, evidentemente, pelas necessidades próprias da população, mas sim pelo fato de elas permitirem as importantes exportações alemãs de tecidos e vestuário de algodão. Uma relação semelhante existe entre as importações de lã e as exportações de artigos de lã, entre as importações de minérios estrangeiros e as exportações de mercadorias em aço de todas as espécies, etc. Portanto, a Alemanha importa para poder exportar. Cria artificialmente certas "lacunas" para, em seguida, poder transformá-las em "excedente". O microcosmos alemão aparece assim, logo à primeira vista, como uma parcela de um todo maior, como uma oficina do mundo.

Examinemos mais de perto esse "microcosmos" e a sua autonomia "cada vez mais perfeita". Imaginemos que uma catástrofe social ou política qualquer tivesse realmente cortado a "economia nacional" alemã do resto do mundo, e que esta se visse reduzida a viver fechada em si própria. Qual seria a imagem de uma tal Alemanha?

Comecemos pelo pão de todos os dias. A produtividade do solo é maior duas vezes na Alemanha do que nos Estados Unidos; só os países de cultura intensiva, como a Bélgica, a Irlanda e os Países Baixos é que têm uma produtividade superior. Há cinquenta anos,

tendo uma agricultura muito menos evoluída, a Alemanha fazia parte dos celeiros da Europa e alimentava os outros países com o seu excedente. Hoje, o solo alemão, apesar da sua produtividade, está longe de bastar para a alimentação da população e do gado que o trabalham; um sexto dos produtos alimentares tem de ser importado. Por outras palavras, se cortarmos a "economia nacional" alemã do resto do mundo, um sexto da população alemã, isto é, mais de onze milhões de alemães ficarão privados de alimentos!

O povo alemão consome anualmente duzentos e vinte milhões de marcos de café, sessenta e sete milhões de marcos ele cacau, oito milhões de marcos de chá, sessenta e um milhões de marcos de arroz, absorve cerca de doze milhões de especiarias diversas e cento e trinta e quatro milhões de folhas de tabaco estrangeiro. Todos estes produtos, sem os quais o mais pobre de entre nós não pode viver hoje, e que fazem parte dos nossos hábitos cotidianos e do nosso nível de vida, não são (ou então são pouco, como o tabaco) produzidos na Alemanha, por razões de clima. Corte-se a Alemanha do resto do mundo e o nível de vida do povo alemão, correspondente à sua civilização atual, desmoronar-se-á.

Depois da alimentação vem o vestuário. A roupa interior e a quase totalidade do vestuário das largas massas são hoje feitas quase exclusivamente de algodão. A roupa interior da burguesia desafogada é de linho, e os seus vestuários de lã fina ou então de seda. Ora, a Alemanha não produz nem algodão nem seda, nem tão pouco esse têxtil tão importante que é a juta e ainda menos a lã fina de que a Inglaterra possui o monopólio mundial; na Alemanha há um grande déficit de cânhamo e de linho. Corte-se então a Alemanha do resto do mundo, privando-a de matérias e de escoadouros estrangeiros, e todas as camadas do povo alemão ficarão privadas do seu vestuário mais indispensável; a indústria têxtil alemã que, juntamente com a indústria das confecções, alimenta hoje um milhão e quatrocentos mil trabalhadores e trabalhadoras, adultos e jovens, estará arruinada.

Mas vamos um pouco mais longe. Aquilo a que se chama indústria pesada, a *produção de máquinas* e a *transformação de metais,* constitui a estrutura da grande indústria de hoje; a Alemanha consome anualmente (em 1913) cerca de 17 milhões de toneladas de ferro fundido e produz igualmente 17 milhões de toneladas. À primeira vista, poder-se-ia pensar que a "economia nacional" alemã cobre assim as suas próprias necessidades de ferro fundido. Mas o

ferro fundido fabrica-se a partir de minério de ferro. Ora, a Alemanha apenas extrai cerca de vinte e sete milhões de toneladas com um valor de mais de cento e dez milhões de marcos, enquanto doze milhões de toneladas de minério de qualidade superior, representando duzentos milhões de marcos e indispensáveis à siderurgia alemã, vêm da Suécia, França e Espanha.

A situação é mais ou menos a mesma no que diz respeito a outros metais. A Alemanha consome anualmente duzentas e vinte mil toneladas de zinco e produz duzentas e setenta mil toneladas das quais exporta cem mil, enquanto cinquenta mil toneladas de zinco estrangeiro devem permitir cobrir as necessidades do país. Também só parcialmente o minério de zinco é extraído na Alemanha. Só meio milhão de toneladas, representando um valor de cinquenta milhões de marcos, provém de minas alemãs, tendo de ser importadas trezentas mil toneladas de minério de mais alta qualidade no valor de quarenta milhões de marcos. A Alemanha importa noventa e quatro mil toneladas de chumbo e cento e vinte e três mil toneladas de minério de chumbo. Por fim, no que diz respeito ao cobre, e sendo o consumo anual de duzentas e quarenta e uma mil toneladas, a Alemanha vê-se obrigada a importar duzentas e seis mil toneladas. Quanto ao estanho, este provém inteiramente do exterior. Corte-se então a Alemanha do resto do mundo e a sua produção de metais de grande qualidade, por um lado, e os escoadouros estrangeiros para os produtos de aço e máquinas alemãs, por outro, desaparecerão e, com eles, os fundamentos da indústria alemã de transformação de metais, que emprega seiscentos e sessenta e dois mil trabalhadores, e a indústria das máquinas, que faz viver um milhão e cento e trinta mil operários e operárias. Outros ramos da indústria, que dos precedentes recebem as matérias-primas e as ferramentas, e os que lhes fornecem matérias-primas e matérias anexas, as minas em particular, e, enfim, os que produzem alimentos para os poderosos exércitos operários desapareceriam .

Mencionemos ainda a *indústria química* com os seus cento e sessenta e oito mil trabalhadores produzindo para o mundo inteiro. E também a *indústria da madeira,* que emprega hoje quatrocentos e cinquenta mil trabalhadores, e que sem as madeiras estrangeiras seria obrigada a parar; e a *indústria do couro* que com os seus cento e dezessete mil trabalhadores ficaria paralisada sem as peles estrangeiras e os grandes mercados estrangeiros. O ouro e a prata, que servem para fazer moedas e como tal são a base indispensável de

toda a vida econômica atual, e que a Alemanha não produz. Imaginemos uma tal situação e em seguida poderemos pôr a questão: o que é a "economia nacional" alemã? Por outras palavras, supondo que a Alemanha possa ser cortada do resto do mundo de uma maneira real e duradoura e que a sua economia deva bastar a si própria, como é que evoluiria a vida econômica atual e, consequentemente, toda a civilização alemã? A produção desmoronar-se-ia setor após setor, arrastando-se uns aos outros; uma enorme massa proletária ficaria desocupada; toda a população ficaria privada dos alimentos indispensáveis e de vestuário; o comércio perderia a sua base e toda a "economia nacional" não seria mais do que um amontoado de ruínas. Vemos bem agora o que são essas "certas lacunas" na vida econômica alemã e esse "microcosmos cada vez mais perfeito" planando no éter azulado da teoria professoral.

Um momento! E a guerra mundial em 1914, essa provação da "economia nacional"? Não deu razão aos Bücher e aos Sombart? Não mostrou aos invejosos que o "microcosmos" alemão pode subsistir perfeitamente, forte e vigoroso, num isolamento hermético em relação ao comércio mundial, graças à sua organização estatal rigorosa e ao seu alto rendimento? A alimentação da população foi suficiente sem ter de precisar recorrer à agricultura estrangeira? E as engrenagens da indústria não continuaram a girar alegremente sem nenhuma contribuição do estrangeiro e sem mercados externos?

Passemos ao exame dos fatos e comecemos pelo setor do abastecimento alimentar. A agricultura alemã esteve longe de poder satisfazer todas as necessidades. Vários milhões de adultos engajados no exército foram mantidos durante quase toda a guerra por países estrangeiros: pela Bélgica, pela França do Norte e em parte pela Polônia e pela Lituânia. A "economia nacional" viu-se, portanto, no que diz respeito ao abastecimento do povo alemão, "acrescida" por toda a superfície das regiões ocupadas da Bélgica e do Norte da França, e no segundo ano de guerra com a parte ocidental do Império Russo, cujos produtos agrícolas cobriam uma grande parte das importações que agora não eram feitas. A chocante subalimentação das populações das regiões ocupadas era o reverso da imagem do "microcosmos". Essas populações eram socorridas, por sua vez - como por exemplo a Bélgica -, pelo auxílio americano em produtos agrícolas. O segundo aspecto complementar consistia, na Alemanha, no encarecimento de todos os

produtos alimentares de cem a duzentos por cento e na terrível subalimentação das mais vastas camadas da população.

E as engrenagens da indústria? Como puderam permanecer em movimento sem a contribuição em matérias-primas e outros meios de produção, provenientes do estrangeiro e que vimos serem de extrema importância? Como é que tal milagre se pôde produzir? O mistério explica-se da maneira mais simples e sem ser preciso milagres. A indústria pôde continuar em atividade, mas apenas porque foi constantemente alimentada em matérias-primas estrangeiras indispensáveis por três canais: primeiramente, pelos grandes estoques de algodão, lã e cobre que a Alemanha já possuía e que era só tirar dos esconderijos; em segundo lugar, pelos estoques requisitados aos países ocupados, à Bélgica, ao Norte da França e em parte à Lituânia e à Polônia; em terceiro lugar, pelas importações do estrangeiro, através dos países neutros e do Luxemburgo, as quais nunca abrandaram durante toda a guerra. Se acrescentarmos que estoques enormes de metais preciosos estrangeiros (condição indispensável de toda a economia de guerra) se encontravam acumulados nos bancos alemães, verificamos que o isolamento hermético da indústria e do comércio alemão não passa de uma lenda, bem como a alimentação da população alemã pela agricultura do país, e que a pretensa autossuficiência do "microcosmos" alemão durante a guerra mundial é uma "história para embalar criancinhas".

Quanto aos escoadouros da indústria alemã, tão importantes e espalhados por todas as regiões do mundo, como vimos atrás, foram substituídos pelas necessidades de guerra do próprio Estado alemão. Em outros termos, os ramos industriais mais importantes, as indústrias de metais, têxteis, couros e os produtos químicos foram convertidos em indústrias fornecedoras exclusivas do exército. Como o custo da guerra recaía sobre os contribuintes alemães, esta conversão da indústria em indústria de guerra significava que a "economia nacional" alemã, em vez de enviar uma grande parte dos seus produtos para o estrangeiro e trocá-los, abandonava-os à destruição contínua e estas perdas iriam sobrecarregar durante os decênios futuros os resultados da economia, graças ao sistema do crédito público.

Em resumo, é claro que a maravilhosa prosperidade do "microcosmos" durante a guerra representava, sob todos os aspectos, uma experiência sobre a qual apenas faltava saber quanto tempo

poderia continuar sem que todo este edifício artificial viesse abaixo como um castelo de cartas .

Vejamos agora um fenômeno notável. Se reparamos nos números globais do comércio exterior alemão ficaremos chocados pela clara superioridade das importações sobre as exportações: em 1913 as primeiras iam até 11,6 bilhões de marcos, as segundas até 10,9 bilhões. E 1913 não constitui uma exceção, pois a mesma relação se verifica durante uma longa série de anos. E o mesmo se passa com a Inglaterra, a qual, em 1913, realizou importações no valor de 13 bilhões de marcos e exportações no valor de 10 bilhões. A situação é a mesma para a França, Bélgica, Holanda . Como é possível um tal fenômeno? O professor Bücher não quererá esclarecer-nos sobre isto, com a sua teoria do "excedente em relação às próprias necessidades" e das "certas lacunas"?

Se as relações econômicas entre as diferentes "economias nacionais" se reduzem, como diz o professor, ao simples fato das "economias nacionais" passarem umas às outras os seus "excedentes" como no tempo de Nabucodonosor, se a simples troca de mercadorias é a única ponte que atravessa o éter azul que isola estes "microcosmos" uns dos outros, é claro, então, que um país só pode importar precisamente o mesmo volume que exporta. Porque na troca mercantil simples a moeda é apenas um intermediário, cada qual paga a mercadoria estrangeira, em última análise, com a sua própria mercadoria. Como é que uma "economia nacional" pode realizar, portanto, esta proeza de importar de maneira permanente mais do que exporta? Aqui o professor vai talvez exclamar e sorrir conosco: mas a solução é simplicíssima! O país importador não tem mais que fazer do que cobrir o excedente líquido. Mas, perdão! Deitar assim, conforme os anos, para a voragem do comércio exterior, uma quantidade importante de dinheiro líquido é um luxo que só um país cujo subsolo fosse rico em ouro ou prata poderia permitir-se, mas não é esse o caso nem da Alemanha, nem da França, nem da Bélgica, nem dos Países Baixos. Além disso, temos - oh! maravilha! - outra surpresa: a Alemanha não somente importa mais mercadorias, mas também mais moeda do que exporta! As importações alemãs em ouro e prata subiram assim em 1913 a 441,3 milhões de marcos, enquanto as exportações eram 102,8 milhões de marcos, mantendo-se esta proporção já há anos. E sobre este mistério, que nos diz o professor Bücher? A lâmpada maravilhosa vacila tristemente.

Começamos a pressentir que, por detrás destes mistérios do comércio mundial, devem existir entre as várias "economias nacionais" relações econômicas diferentes das simples trocas mercantis. É evidente que só um país que tivesse, por exemplo, direitos econômicos sobre outros poderia de maneira permanente receber deles mais produtos do que os que lhes dá. Estes direitos não têm nada a ver com trocas entre parceiros iguais. Tais direitos e relações de dependência existem efetivamente entre os países, embora as teorias professorais os ignorem. As relações das chamadas metrópoles com as suas colônias representam tais relações de dependência na sua forma mais simples. A Grã-Bretanha retira anualmente, sob diversas formas, um tributo de mais de um bilhão de marcos às Índias Britânicas. E as exportações da Índia ultrapassam em 1,2 bilhão por ano estas importações. Este "excedente" é apenas a expressão econômica da exploração colonial da Índia pelo capitalismo inglês, não importando que as mercadorias se destinem diretamente à Inglaterra ou que a Índia as exporte para poder pagar o imposto ao explorador inglês. Há outras relações de dependência que não se fundam na opressão política. As exportações anuais da Rússia ultrapassaram em um bilhão de marcos as suas importações de mercadorias. Será o grande "excedente" dos produtos do solo sobre as necessidades da economia nacional que conduz anualmente esta poderosa corrente de mercadorias para fora do império russo? Contudo, sabe-se que o mujique russo, cujo trigo parte assim para o estrangeiro, sofre de escorbuto devido à subalimentação e come pão ao qual acrescentou casca de árvores. A exportação maciça de cereais, controlada no interior por um sistema financeiro e fiscal apropriado, é de fato uma necessidade vital para o Estado russo, a fim de fazer face às obrigações nascidas dos empréstimos estrangeiros.

Depois da crise da guerra da Criméia e da sua modernização através de reformas, o aparelho de Estado russo mantém-se em parte apenas graças aos capitais estrangeiros, franceses no essencial. Para pagar os juros destes capitais franceses, a Rússia tem de vender todos os anos quantidades enormes de trigo, madeira, linho, cânhamo, gado e aves à Inglaterra, à Alemanha e à Holanda. O enorme excedente das exportações russas representa assim o tributo do devedor ao seu credor, situação que corresponde, para a França, a um largo excedente das importações. Mas na própria Rússia, o encadeamento das relações econômicas vai ainda mais longe. Os capitais franceses servem, já há algumas dezenas de anos, principalmente, para realizar dois objetivos:

construção de estradas de ferro com garantia do Estado e para as despesas militares. Para cumprir estes dois objetivos, uma grande e poderosa indústria nasceu na Rússia depois dos anos setenta, ao abrigo de um sistema de proteções alfandegárias reforçadas. O capital francês fez surgir na Rússia um jovem capitalismo que tem necessidade, por sua vez, de ser constantemente apoiado por vultosas importações de máquinas e outros meios de produção, junto dos países industriais mais avançados, Inglaterra e Alemanha. Tecem-se assim entre a Rússia, a França, a Alemanha e a Inglaterra relações econômicas em que a troca de mercadorias é apenas a conclusão lógica.

Isto não esgota a diversidade das relações econômicas entre os países. Um país como a Turquia ou como a China representa um novo enigma para o esquema professoral; estes países, ao contrário da Rússia, e da mesma maneira que a Alemanha e a França, têm importações largamente excedentes, representando (em alguns anos) mais do que o dobro das exportações. Como é que a Turquia ou a China podem dar-se ao luxo de preencher as "lacunas" das suas "economias nacionais" sabendo que não poderão ceder os "correspondentes excedentes"? Doarão as potências da Europa Ocidental, de presente, por caridade cristã, um ano por outro, ao Crescente ou ao Celeste Império, várias centenas de milhões de marcos de mercadorias de todos os gêneros? Toda a gente sabe, pelo contrário, que tanto a Turquia como a China estão nas garras do usuário europeu e têm de pagar juros enormes aos bancos ingleses, alemães e franceses. Conforme o exemplo russo, a Turquia e a China teriam, portanto de ter um excedente de exportações em produtos agrícolas, para poderem pagar os juros aos seus benfeitores da Europa Ocidental. Mas, tanto na Turquia como na China, a "economia nacional" é fundamentalmente diferente da russa. Os empréstimos estrangeiros servem certamente para o essencial da construção de estradas de ferro, de instalações portuárias e para as despesas militares. Mas a Turquia não tem praticamente indústria própria e não pode fazê-la surgir de repente, a partir de uma economia camponesa natural e medieval, com os seus métodos primitivos de cultura e as suas rendas. Sob diferentes formas, a situação é mais ou menos semelhante na China. É por isso que não somente todas as necessidades da população em produtos industriais, mas também tudo o que é necessário para os meios de comunicação e para o

equipamento do exército e da marinha tem de ser importado da Europa Ocidental e da sua realização têm de encarregar-se empresários, técnicos e engenheiros europeus.

Muitas vezes mesmo, os empréstimos só são concebidos em ligação com estas encomendas. O capital bancário alemão, por exemplo, não concede empréstimos à China, a não ser que esta faça encomendas de armas numa determinada importância às fábricas Skoda e à Krupp; outros empréstimos estão ligados a concessões para a construção de estradas de ferro. Desta maneira, os capitais europeus vão para a Turquia ou para a China, a maior parte das vezes, apenas sob a forma de mercadorias (armas) ou de capital industrial na forma de máquinas, aço, etc. Estas mercadorias não circulam para serem trocadas mas para produzirem mais lucro. Os juros destes capitais e os lucros são extorquidos aos camponeses turcos ou chineses pelos capitalistas europeus, graças a um sistema fiscal apropriado, controlado pelos financistas europeus. Por detrás dos números das importações turcas ou chinesas excedentes e das exportações europeias correspondentes, dissimulam-se, portanto, singulares relações entre o Ocidente capitalista rico e o Oriente pobre e retardatário a quem aquele oprime ao equipá-lo com os mais modernos e os mais poderosos meios de comunicação e instalações militares... ao mesmo tempo que arruínam a velha "economia nacional" camponesa.

Com os Estados Unidos, encontramo-nos ainda perante um outro caso. Como na Rússia, as exportações encontram-se à frente das importações: em 1913 estas eram no valor de 7,4 bilhões e aquelas orçavam em 10,2 bilhões de marcos, se bem que as causas deste fenômeno não sejam de maneira nenhuma as mesmas nos dois países. Certamente que os Estados Unidos absorvem também enormes quantidades de capitais europeus. Desde o início do século XIX**,** a Bolsa de Londres acumula enormes quantidades de ações e títulos de empréstimos americanos. A especulação sobre títulos e papéis americanos indicou como um termômetro, até aos anos sessenta, a aproximação de grandes crises industriais e comerciais na Inglaterra. A partir de então, o afluxo de capitais ingleses nunca diminuiu. Esses capitais partem sob a forma de empréstimos às cidades e às sociedades privadas, mas sobretudo como capitais industriais: ou porque são comprados na Bolsa de Londres títulos de estradas de ferro ou da indústria americana ou então porque os cartéis e industriais ingleses fundam nos Estados Unidos as suas próprias filiais, para se

furtarem às barreiras alfandegárias, ou, então, ainda, porque se apropriam de empresas americanas comprando ações dessas empresas, para se desembaraçarem da concorrência que lhes faziam no mercado mundial. Estes movimentos de capitais, e as formas que adotam, compreendem-se uma vez que os Estados Unidos possuem hoje uma indústria altamente desenvolvida, progredindo rapidamente e exportando já em quantidades crescentes capital industrial - máquinas, carvão - para o Canadá, México e outros países da América Central e do Sul, enquanto o capital financeiro europeu continua a afluir. Os Estados Unidos combinam, assim, enormes exportações de produtos brutos - algodão, cobre, cereais, madeira, petróleo -, para os velhos países capitalistas, com exportações industriais crescentes, para os jovens países em vias de industrialização. O que se reflete no grande excedente das exportações dos Estados Unidos é o estado original de transição de país agrícola, que recebe capitais, para o de um país exportador de capitais; desempenham um papel de intermediário entre a velha Europa capitalista e o jovem continente americano retardatário.

Abarcando o conjunto desta grande migração de capitais que abandonam os velhos países industriais em direção aos jovens países industriais e o correspondente retorno dos rendimentos destes capitais que afluem anualmente como tributo dos países jovens para os países velhos, podemos observar três grandes correntes principais. Segundo as estimativas de 1906, a Inglaterra já nessa época investira nas suas colônias e no estrangeiro 54 bilhões de marcos de juro. O capital francês no estrangeiro subia na mesma época a 32 bilhões de marcos, que rendiam anualmente, pelo menos, 1,3 bilhões de marcos. A Alemanha investira no estrangeiro, há dez anos já, 26 bilhões de marcos, que rendiam anualmente cerca de 1,24 bilhões de marcos. A partir de então, estes investimentos e os seus lucros aumentaram rapidamente. Contudo, as grandes correntes principais dividem-se em correntes menos largas. Assim como os Estados Unidos propagam o capitalismo no continente americano, a própria Rússia - ainda inteiramente alimentada pelos capitais franceses e pela indústria inglesa e alemã - introduz já capitais e produtos industriais na sua periferia: na China, Pérsia, na Ásia Central; participa já na construção de estradas de ferro na China. Por detrás dos áridos hieróglifos do comércio mundial, descobrimos toda uma rede de conexões

econômicas que não têm nada a ver com a simples troca de mercadorias, única realidade para a ciência professoral.

Descobrimos que a distinção do sábio Bücher entre países com produção industrial e países fornecedores de produtos brutos não é mais que um produto bruto do esquematismo professoral. Os perfumes, os artigos de algodão e as máquinas são todos, igualmente, produtos fabricados. As exportações francesas de perfumes provam somente que a França é o país que produz os artigos de luxo para a diminuta camada da rica burguesia mundial; as exportações japonesas de artigos de algodão provam que o Japão rivaliza com a Europa Ocidental para arruinar em todo o Extremo Oriente a produção camponesa e artesanal tradicional e substituí-la pelo comércio de mercadorias; as exportações inglesas, alemãs e americanas de máquinas e ferramentas mostram que estes três países introduzem a grande indústria em todas as regiões do mundo.

Descobrimos, afinal, que hoje se importa e exporta uma "mercadoria" desconhecida no tempo de Nabucodonosor, bem como durante toda a Antiguidade e Idade Média, e que se chama *capital.* Esta "mercadoria" não serve para preencher "certas lacunas" das "economias nacionais" estrangeiras, mas, sim, pelo contrário, para "criar lacunas", abrir falhas e rupturas na muralha das "economias nacionais" envelhecidas, para penetrar e agir nelas como um barril de pólvora, e transformá-las, num prazo mais ou menos longo, em montões de ruínas. Com esta "mercadoria", outras "mercadorias" ainda mais notáveis se espalham em massa, a partir de alguns países ditos civilizados para todo o mundo: meios de comunicação modernos, exterminação total de populações indígenas; economia monetária e endividamento do campesinato; riqueza e pobreza, proletariado e exploração; insegurança da existência e crises, anarquia e revoluções. As "economias nacionais" europeias estendem os seus tentáculos para todos os países e todos os povos da terra, tentando sufocá-las nas malhas da grande rede de exploração capitalista.

IV

O professor Bücher continua a não acreditar numa economia política mundial? Não. Porque, após ter examinado atentamente todas as regiões do mundo e nada ter descoberto, declara: nada posso fazer, pois não vejo nenhum "fenômeno particular" "diferindo

essencialmente" dos de uma economia nacional, "e podemos duvidar que existam num futuro previsível".

Pois bem! Abandonemos o comércio e as estatísticas comerciais e viremo-nos diretamente para a vida, para a história das relações econômicas modernas. Prestemos um pouco de atenção a uma pequena parcela desse quadro gigantesco e variado.

Em 1768, Cartwright construiu em Nottingham, na Inglaterra, as primeiras fiações mecânicas de algodão; em 1785, inventou o tear mecânico. Como primeira consequência desta inovação desapareceu na Inglaterra o tear manual e a fabricação mecânica estendeu-se rapidamente. No início do século XIX havia na Inglaterra, segundo uma estimativa da época, cerca de meio milhão de artesãos tecelões; presentemente, estão em vias de extinção e, por volta de 1860, restavam alguns milhares em todo o Reino Unido; em contrapartida, meio milhão de operários fabris estavam contratados pela indústria do algodão. Em 1863, o presidente do Conselho, Gladstone, falava na Câmara sobre "um aumento embriagante de riqueza e de poder" que se acumulara nas mãos da burguesia inglesa, sem que a classe operária tivesse recebido o que quer que fosse.

A indústria algodoeira inglesa recebia as suas matérias-primas da América do Norte. O desenvolvimento das fábricas no Lancashire fez nascer plantações de algodão gigantescas no sul dos Estados Unidos. Mandaram vir negros da África, mão-de-obra barata para um trabalho assassino nas plantações de algodão, cana-de-açúcar, arroz e tabaco. Na África, o comércio de escravos tomava uma extensão sem precedentes e povos inteiros são perseguidos no interior do "continente negro", vendidos pelos chefes e transportados por terra e por mar para serem vendidos na América. Assiste-se a uma verdadeira "migração dos povos" negros. Em fins do século XVIII**,** havia somente seiscentos e noventa e sete mil negros na América; em 1861, eram quatro milhões.

A extensão colossal do tráfico de negros e do trabalho escravo no Sul da União provocou uma cruzada dos estados do Norte contra este atentado abominável aos princípios cristãos. Com efeito, a chegada maciça de capitais ingleses durante os anos 1825-1860 suscitou no Norte dos Estados Unidos uma grande atividade, tanto na construção de estradas de ferro como na criação de uma indústria moderna e, por isso mesmo, de uma burguesia adepta convicta de uma forma mais moderna de exploração: a escravatura salarial capitalista.

Os negócios fabulosos dos plantadores do Sul, cujos escravos morriam ao fim de seis ou sete anos de trabalho, suscitaram, da parte dos piedosos puritanos do Norte, uma reprovação tanto mais viva quanto o clima não lhes permitia erigir o mesmo paraíso nos seus estados: foi por isso que, por instigação dos estados do Norte, a escravatura foi abolida legalmente em 1861 em todo o território da União. Os plantadores sulistas, afetados nos seus mais profundos interesses, reagiram pela revolta aberta. Os estados do Sul separaram-se e rebentou a guerra civil.

A devastação e a ruína econômica dos estados do Sul foram a primeira grande consequência da guerra. A produção e o comércio cessaram e a exportação de algodão foi interrompida. A indústria inglesa viu-se assim privada de matérias-primas e uma crise terrível, a que se chamou "fome de algodão", rebentou na Inglaterra em 1863. No Lancashire, duzentos e cinquenta mil operários ficaram desempregados, cento e sessenta e seis mil operários parcialmente desempregados, e somente cento e vinte mil conseguiram manter emprego a tempo inteiro, se bem que com salários diminuídos de dez a vinte por cento. Uma miséria terrível reinou entre a população do distrito e, numa petição ao Parlamento, cinquenta mil operários pediram uma subvenção que lhes permitisse emigrar juntamente com as famílias. O desenvolvimento capitalista nascente dos Estados Australianos exigia uma mão-de-obra abundante - já que os emigrantes europeus tinham exterminado quase completamente a população indígena - e por isso a Austrália declarou-se pronta a acolher os proletários ingleses desempregados. Contudo, os industriais ingleses protestaram violentamente contra a fuga das suas "máquinas vivas", pois poderiam vir a precisar delas de novo, logo que a indústria se pudesse desenvolver novamente. Foram recusados aos operários os meios para emigrarem e estes tiveram de suportar até ao fim todos os horrores da crise.

A fonte americana esgotou-se e a indústria inglesa teve de procurar em outros sítios as suas matérias-primas. Os seus olhares dirigiram-se para as Índias Orientais. Febrilmente, procede-se à criação de plantações de algodão e, para isso, a cultura de bens de subsistência, que há milênios alimentava a população local e constituía a base da sua existência, é forçada, em vastas regiões, a ceder o passo às esperanças de lucro dos especuladores. A cultura do arroz é restringida e poucos anos depois, em 1866, uma inflação

extraordinária dos preços e a fome imperam no Sul do distrito de Orissa, no Norte de Bengala, atingindo mais de um milhão de homens.

É feita no Egito uma segunda experiência. Para aproveitar a conjuntura nascida da Guerra da Secessão, o vice-rei do Egito, Ismael Pachá, cria às pressas plantações de algodão. Produz-se uma verdadeira revolução nas relações de propriedade nos campos egípcios. Aos camponeses é roubada uma grande parte das suas terras, declarada domínio real e transformada em vastas plantações. Milhares de camponeses são conduzidos pelo chicote para as plantações, a fim de erguer diques, cavar canais, puxar à charrua. Mas o vice-rei endivida-se ainda mais junto aos banqueiros ingleses e franceses, com a aquisição de charruas a vapor e outras instalações ultramodernas provenientes da Inglaterra. Ao fim de um ano, esta grandiosa especulação terminaria na falência, no momento em que, concluída a paz nos Estados Unidos fez cair no espaço de dias o preço do algodão para um quarto do seu nível anterior. Resultados para o Egito: ruína acelerada da economia camponesa, afundamento acelerado das finanças, e finalmente, ocupação acelerada do Egito pelos exércitos ingleses.

Entretanto, a indústria algodoeira fazia novas conquistas. Em 1855, devido à guerra da Criméia, a interrupção das exportações russas de cânhamo e de linho, provoca na Europa Ocidental uma grave crise na fabricação de têxteis; a indústria algodoeira desenvolve-se cada vez mais à custa do linho. Ao mesmo tempo, com o desmoronar do antigo sistema, durante a guerra da Criméia, produz-se na Rússia uma alteração política: a servidão é abolida, reformas liberais são avançadas, o livre câmbio introduzido e as estradas de ferro desenvolvem-se rapidamente. Novos e imensos escoadouros abrem-se assim aos produtos industriais no vasto Império Russo e a indústria algodoeira inglesa é a primeira a penetrar neste mercado. Igualmente nos anos 1860 uma série de guerras sangrentas abrem a China ao comércio inglês. A Inglaterra domina o mercado mundial e a indústria algodoeira representa metade das suas exportações. O período dos anos 1860-1870 é para os capitalistas ingleses o dos negócios mais brilhantes; é também a época em que eles estão mais dispostos a assegurar, por concessões aos operários, a livre disposição dos "braços" operários e a "paz industrial". É neste período que as “Trade-Unions”, com os fiandeiros e tecelões do algodão à cabeça, conhecem os seus mais importantes sucessos; ao mesmo tempo, as

tradições revolucionárias do cartismo e as ideias de Owen extinguem-se no proletariado inglês, o qual cristaliza num sindicalismo conservador.

Mas em breve os tempos mudariam. No continente, em todos os sítios para onde a Inglaterra exportava os seus produtos de algodão, nasce, por sua vez, uma indústria algodoeira. Logo em 1844 as revoltas da fome dos tecelões da Silésia e da Boêmia anunciam a Revolução de Março de 1848. Nas próprias colônias da Inglaterra desenvolve-se uma indústria; as fábricas de algodão de Bombaim começam a fazer concorrência às fábricas inglesas e contribuem durante os anos oitenta para quebrar o monopólio da Inglaterra sobre o mercado mundial.

Enfim, na Rússia, o desenvolvimento da indústria algodoeira inaugura nos anos setenta a era da grande indústria e das barreiras alfandegárias. Para se furtarem a estas barreiras, fábricas inteiras são transportadas, com o seu pessoal do Saxe e do Vogtland, para a Polônia russa, onde novos centros industriais Lodz, Zgierz, surgem com uma "rapidez californiana". Pouco depois de 1880, a agitação operária no distrito algodoeiro de Moscou-Vladimir arranca as primeiras leis de proteção dos operários no Império Russo. Em 1896, sessenta mil operários das fábricas de algodão de Petersburgo organizam a primeira greve de massas na Rússia. E nove anos mais tarde, em Junho de 1905, no terceiro centro da indústria algodoeira, Lodz, cem mil operários, sendo os alemães os mais combativos, levantam as primeiras barricadas da grande revolução russa.

Esboçamos a traços largos cento e quarenta anos da história de uma indústria moderna, história que se desenrola em cinco continentes, que abarca milhões de vidas humanas, rebenta aqui em crise, ali em fome, arde ora em guerra, ora em revolução e deixa por todo o lado, à sua passagem, montanhas de riquezas e abismos de miséria - vasto rio de suor e de sangue de trabalho humano.

São os sobressaltos da vida, os efeitos à distância que atingem os povos mais profundamente, mas os números áridos das estatísticas do comércio internacional nunca dão a menor ideia disso. Em todo o século e meio que vem desde o aparecimento da indústria moderna na Inglaterra, a economia mundial capitalista cresceu sobre os sofrimentos e as convulsões de toda a humanidade. Atingiu setor de produção após setor, apoderou-se dos países uns após outros. Através do vapor e da eletricidade, pelo fogo e com a espada, penetrou nas regiões mais recuadas, fez cair todas as muralhas da China e, através

das crises mundiais e das catástrofes coletivas periódicas, criou a solidariedade econômica da humanidade proletária atual. O proletariado italiano, que emigra para a Argentina e para o Canadá, pois o capitalismo o expulsa da sua pátria, vai encontrar um novo jugo capitalista já acabado, importado dos Estados Unidos ou da Inglaterra.

E o proletário alemão, que fica no seu país e que se quer alimentar honestamente, depende constantemente, para o melhor e o pior, do desenvolvimento da produção e do comércio em todo o mundo. Terá ou não trabalho? O seu salário bastará para saciar mulher e filhos? Estará condenado vários dias por semana a tempos livres forçados ou ao inferno do trabalho suplementar de dia e de noite? A sua vida é uma oscilação contínua, dependente da colheita de algodão nos Estados Unidos, da ceifa do trigo na Rússia, da descoberta de novas minas de ouro ou de diamantes na África, das perturbações revolucionárias do Brasil, dos conflitos alfandegários, das perturbações diplomáticas e das guerras nos cinco continentes. Nada é mais chocante hoje, nada tem uma importância tão decisiva, para a vida política e social atual, do que a contradição entre este fundamento econômico comum, que cada dia que passa une mais solidamente e mais estreitamente todos os povos numa grande totalidade, e a superestrutura política dos Estados, que procura dividir artificialmente os povos em outras tantas frações estrangeiras e hostis umas às outras, por intermédios dos postos fronteiriços, das barreiras alfandegárias e do militarismo.

E nada disto existe para os Bücher, Sombart e companhia! Para eles, só existe o "microcosmos cada vez mais perfeito"! Em parte, nenhuma vê "fenômenos particulares" "diferindo essencialmente" dos de uma economia nacional! Enigma? Poder-se-á conceber, em qualquer outro domínio que não o da economia política, uma tal cegueira por parte de representantes oficiais da ciência, face a fenômenos cuja abundância e clareza rebentam com os olhos de qualquer observador? Se, apesar de tudo, nas ciências da natureza, um sábio reputado defendesse a tese de que não é a Terra que gira à volta do Sol, mas sim o Sol e todos os astros que giram à volta da Terra, se afirmasse "não conhecer nenhum fenômeno" que contradissesse "essencialmente" a sua tese, um tal sábio poderia estar certo que iria provocar gargalhadas homéricas em toda a gente de cultura e seria

(por instigação da sua inquieta família) submetido a um exame psiquiátrico.

É certo que, há uns quatro séculos, não somente teses semelhantes eram impunemente divulgadas, mas, também, quem ousasse afirmar publicamente o seu caráter errôneo arriscava-se a acabar na fogueira. Nessa época, a Igreja Católica tinha um interesse primordial em fazer acreditar que no movimento dos astros a Terra era o centro do mundo, e qualquer atentado à imaginária soberania do globo terrestre no espaço cósmico era, ao mesmo tempo, um atentado à tirania espiritual da Igreja e aos seus interesses sobre a superfície da Terra. As ciências da natureza eram, portanto, o ponto nevrálgico do sistema social dominante e a mistificação neste campo do saber era um instrumento indispensável de dominação. Atualmente, sob o domínio do capital, o ponto nevrálgico do sistema social já não reside na crença na missão da Terra no seio do azul celeste, mas na crença na missão do Estado burguês sobre a Terra. E como agora, sobre as poderosas vagas da economia mundial, graves aborrecimentos começam já a surgir e a avolumar-se, e preparam-se tempestades que varrerão da superfície da Terra, como se fora uma simples pena, o "microcosmos" do Estado burguês, a "guarda suíça" científica da dominação capitalista precipita-se para as portas do castelo, isto é, do "estado nacional" para o defender até o último momento. O fundamento da economia política atual não é mais do que uma mistificação científica correspondendo aos interesses da burguesia.

V

Por vezes, dá-se de economia política, simplesmente, a seguinte definição: esta seria "a ciência das relações econômicas entre os homens". Aqueles que utilizam uma tal formulação julgam evitar desta maneira os escolhos da "economia nacional" no seio da economia mundial, generalizando o problema de maneira vaga e referindo-se-lhe indiretamente através de fórmulas do gênero: "economia dos homens". Perdendo-se assim no vago, as coisas não ficam claras, tornam-se, pelo contrário, mais confusas, se ainda é possível; pois, então, levanta-se a seguinte questão: haverá necessidade, e porquê, de uma ciência das relações econômicas "dos homens", de *todos* os homens, em todos os tempos e em todas as circunstâncias?

Tomemos um exemplo qualquer de relações econômicas humanas, tão simples e tão claro quanto possível. Transportemo-nos

para a época em que a economia mundial atual ainda não exista e o comércio mercantil florescia apenas nas cidades, enquanto nos campos a economia natural, isto é, a produção para as necessidades imediatas, dominava tanto nos grandes domínios como nas pequenas explorações camponesas. Tomemos, por exemplo, a situação na Alta Escócia, nos anos cinquenta do século XIX**,** tal como Dugald Stewart a descreve:

> Segundo o *"Statiscal Account"* chegou outrora a alguns sítios da Alta Escócia um grande número de pastores e pequenos camponeses juntamente com as famílias. Calçavam sapatos feitos por eles próprios, depois de terem curtido o couro; vestiam roupa que nenhuma outra mão, a não ser a deles, tocara, feita de lã por eles mesmos tosquiada dos carneiros ou de linho que eles próprios tinham cultivado. Na confecção dos vestuários não entrava nenhum artigo comprado a não ser as sovelas, agulhas, dedais e algumas das partes em ferro dos instrumentos usados na tecelagem. As mulheres tinham extraído as tintas que serviram para tingir os tecidos, de arbustos e de outras plantas indígenas, etc.[5].

Ou, então, tomemos outro exemplo. Seja este na Rússia, onde até há relativamente pouco tempo ainda, isto é, nos fins dos anos setenta, reinava uma economia camponesa do mesmo gênero: "O solo que ele (o camponês do distrito de Viazma no governo de Smolensk) cultiva, fornece-lhe os alimentos, o vestuário e quase tudo quanto é necessário à sua existência: pão, batatas, leite, carne, ovos, linho, peles de carneiro e lã para os vestuários quentes... Por dinheiro, obtém apenas as botas e alguns outros artigos, tais como o cinto, barrete, luvas e também alguns utensílios domésticos indispensáveis: pratos de barro ou de macieira, o panelão e outras coisas semelhantes"[6].

Ainda hoje existem tais economias camponesas na Bósnia, na Herzegóvia, na Suécia e na Dalmácia. Se quiséssemos expor a um camponês da Alta Escócia, da Rússia, da Bósnia ou da Sérvia as habituais questões professorais da economia política sobre o "objetivo da economia", o "nascimento e repartição da riqueza", ele ficaria com certeza de boca aberta. Porque é que, e com que objetivo, eu e a minha família trabalhamos, ou de uma maneira erudita, quais são as "molas"

---

5 Citado por Marx em, *O Capital,* tomo 2, pp. 163-164, Editions Sociales, Paris, 1948.
6 Prof. Nikolai Sieber: *David Ricardo e Karl Marx,* Moscou, 1879.

que nos incitam a ocuparmo-nos com a "economia"?, exclamaria eles. Pois bem! a gente tem de viver e não é descansando que nos caem pombos assados no prato. Se não trabalhássemos, morreríamos de fome. Portanto, nós trabalhamos para conseguirmos manter-nos, para comer quando temos fome, para nos vestirmos e termos um teto que nos proteja. *Que* produzimos, "qual a direção" que damos ao nosso trabalho? Mais uma questão idiota! A gente produz aquilo de que necessita, aquilo de que qualquer família camponesa precisa para viver. Cultivamos trigo e centeio, aveia e cevada, plantamos batatas, criamos vacas, carneiros, galinhas e patos. No inverno fia-se, mas isso as mulheres fazem e nós, os homens, arranjamos aquilo que é preciso para a casa com o serrote e o martelo. Chame-lhe como quiser, "economia agrícola" ou "artesanal" mas de qualquer maneira a gente precisa de fazer um pouco de tudo, pois tanto em casa como no campo se está sempre precisando. Como "dividimos" estes trabalhos? Essa pergunta é como as outras! Os homens fazem, é claro, aquilo que exigir força masculina, as mulheres ocupam-se da casa, do gado e das galinhas e as crianças ajudam numa ou em outra tarefa. Ou pensa o senhor que deveria mandar a mulher cortar madeira e eu é que ia ordenhar a vaca? (O bom homem não sabe - acrescentamos nós, pelo nosso lado - que entre muitos povos primitivos, por exemplo, entre os índios do Brasil, é precisamente a mulher que vai buscar lenha à floresta, desenterrar raízes e colher frutos, enquanto que entre os povos pastores de África e da Ásia não somente os homens guardam o gado, mas também o ordenham. Mesmo atualmente, ainda se pode ver na Dalmácia a mulher carregar fardos pesados às costas, enquanto o homem, vigoroso, caminha ao lado ou em cima do burro, a fumar tranquilamente cachimbo. Esta "divisão do trabalho" parece a esses povos tão natural como para o nosso homem é natural ele ir cortar lenha e a mulher ordenhar as vacas). E agora: o que é a minha riqueza? Mas qualquer criança daqui da aldeia sabe qual é! E rico o camponês cujos celeiros estão cheios, que tem o estábulo bem provido, um rebanho de carneiros imponente e um galinheiro à altura; pobre é aquele que não tem farinha na Páscoa e a quem chove em casa. De que é que depende o "aumento da minha riqueza"? Mas para que é essa pergunta? Se eu tivesse mais um pouco de terra, é evidente que seria mais rico, mas, se no Verão cair um granizo forte, - que o Diabo não nos ouça -, ficaremos todos pobres aqui na aldeia em vinte e quatro horas.

Fizemos o camponês responder, aqui, pacientemente, às sábias questões da economia política, mas temos a certeza de que, antes que o professor, de caderno de apontamento e caneta na mão e a fazer investigação científica em qualquer lugarejo camponês da Alta Escócia ou da Bósnia, conseguisse chegar a metade das suas perguntas, já o teriam posto fora da porta e do povoado. Na realidade, todas as condições de uma tal economia camponesa são tão simples e claras que a sua análise com o escalpelo da economia política dá a impressão de ser um jogo estéril e vão.

Podem, evidentemente, retorquir-nos que escolhemos mal o exemplo, tomando uma minúscula economia camponesa, que basta a si própria e cuja extrema simplicidade resulta da pobreza dos meios e das dimensões. Tomemos, portanto, um outro exemplo: abandonemos a pequena exploração camponesa que vegeta num lugarejo perdido e dirijamos a nossa atenção para o auge de um poderoso Império, o de Carlos Magno. Este imperador que fez do Império Alemão, no início do século IX, o mais poderoso Império da Europa, e que, para o aumentar e consolidar, fez nada menos de cinquenta e três expedições militares, juntando sob o seu cetro, além da atual Alemanha, a França, a Itália, a Suíça, o Norte da Espanha, a Irlanda e a Bélgica, este imperador seguia, contudo, muito de perto, a situação econômica dos seus domínios e das suas terras. Redigiu pela sua própria mão um texto de lei em setenta parágrafos sobre as normas econômicas das suas terras: o célebre *Capitulare de villis,* ou seja, a lei sobre os domínios, documento que foi conservado como uma joia preciosa, transmitido pela história através da poeira dos arquivos. Este documento merece toda a nossa atenção por duas razões. Em primeiro lugar, a maior parte dos senhorios de Carlos Magno vieram a tornar-se poderosas cidades imperiais; Aix, Colônia, Munique, Bâle, Estrasburgo e muitas outras grandes cidades são antigos senhorios do imperador Carlos. Em segundo lugar, as instituições econômicas de Carlos Magno serviram de modelo a todos os grandes domínios laicos ou religiosos do início da Idade Média; os senhorios de Carlos Magno retomavam as tradições da antiga Roma e da vida refinada dos seus nobres rurais, para as transplantar para o meio mais grosseiro dos nobres guerreiros germânicos - e suas prescrições sobre a cultura da vinha, da fruta e dos legumes, sobre horticultura, criação de aves, etc., eram um ato histórico da civilização.

Examinemos, portanto, este documento. O grande imperador exige, antes de tudo, que o sirvam honestamente e que os seus súditos sejam protegidos para que fiquem abrigados da miséria; se trabalharem pela noite adentro, devem ser compensados. Mas os súditos, pela sua parte, devem cuidar lealmente da vinha e engarrafar o vinho para que este não se estrague. Se faltarem às suas obrigações, serão castigados "nas costas ou de outra maneira". Além disso, o imperador prescreve que nos seus domínios se faça criação de abelhas e de patos; as aves de criação devem estar em bom estado e reproduzir-se; deve, também, prestar-se o maior cuidado ao aumento numérico das vacas, jumentos e dos carneiros.

Queremos, além disso, escrevia o Imperador, que as nossas florestas sejam exploradas razoavelmente, que não haja abate de árvores e que nelas sejam criados falcões e gaviões. Devem existir, sempre, à nossa disposição, patos gordos e frangos; devem ser vendidos no mercado os ovos não consumidos. Em cada uma das nossas propriedades deve haver provisão de bons acolchoados, colchões, cobertores, cremalheiras, machados, verrumas, etc., para não ser preciso pedir nada a ninguém. Prescreve ainda o imperador que se lhe faça um relatório de contas exato do rendimento dos seus domínios, enumerando quanto foi produzido de cada coisa: legumes, manteiga, queijo, mel, azeite, vinagre, "e outras pequenas coisas", como está escrito no célebre documento. Além disso prescreve o imperador que haja em cada um dos seus domínios um número suficiente de diferentes artesãos, peritos em todas as artes, e enumera de novo em pormenor as diferentes espécies de artesãos. Além disso, fixa o dia de Natal como o último dia para lhe entregarem as contas anuais das suas riquezas, e o mais modesto camponês não era menos vigilante no estabelecimento da quantidade exata de gado ou de ovos do seu senhorio do que o grande imperador. O parágrafo 62 do documento afirma: "É importante sabermos aquilo que temos de todas as coisas e em que quantidade". E de novo enumera: bois, moinhos, madeiras, barcos, videiras, legumes, lã, linho, cânhamo, frutas, abelhas, peixes, peles, cera e mel, vinhos antigos e novos e outras coisas a entregar ao imperador. E acrescenta, cordialmente, para reconfortar aos caros súditos, obrigados a esses tributos: "Esperamos que tudo isto não vos pareça demasiado duro, pois vós podeis exigi-lo igualmente, já que cada um de vós é senhor do seu domínio". Encontramos ainda outras prescrições exatas sobre a maneira de embalar e transportar vinho, e que aparentemente

constituíam uma preocupação particular do grande imperador: "O vinho deve ser transportado em tonéis com sólidos aros de ferro e nunca em odres. No que diz respeito à farinha, esta deve ser transportada em carros duplos e revestidos de couro, de maneira a poder atravessar os rios sem sofrer nenhum dano. Quero também que me sejam prestadas contas exatas dos cornos dos meus bodes e das minhas cabras, assim como das peles dos lobos abatidos durante o ano. Durante o mês de Maio não se deve deixar de fazer uma guerra impiedosa aos jovens lobos". Por fim, no último parágrafo, Carlos Magno enumera ainda todas as flores, todas as árvores e todas as ervas que quer ver cultivadas nos seus domínios, tais como rosas, lírios, rosmaninho, pepinos, cebolas, etc., etc. O célebre documento termina com a enumeração das diversas espécies de maçãs .

Eis a imagem da economia imperial no século IX e, se bem que se tratasse de um dos mais ricos e poderosos príncipes da Idade Média, teremos que admitir que esta economia e estes princípios lembram de maneira surpreendente os da pequena exploração camponesa que consideramos em primeiro lugar. Aqui também, o intendente imperial, se quiséssemos por-lhe as famosas questões sobre economia política, sobre a essência da riqueza o objetivo da produção, a divisão do trabalho, etc., enviar-nos-ia com um augusto gesto de mão às montanhas de cereais, de lã e de cânhamo, aos tonéis de vinho, de azeite e ele vinagre, aos estábulos cheios de vacas, bois e carneiros. E, na verdade, não saberíamos que misteriosas "leis" da ciência e da economia política teríamos de estudar e decifrar nesta economia em que todas as causas e efeitos, o trabalho e os resultados, são claros como o dia.

Talvez o leitor nos replique que, mais uma vez, escolhemos mal o nosso exemplo. No fim de contas, ressalta do documento de Carlos Magno que nele não se trata da economia pública do Império Alemão, mas da economia privada do imperador. Mas, ao opormos essas duas noções, cometeríamos certamente um erro histórico, no que diz respeito à Idade Média. É certo que as "Capitulares" abrangiam a economia dos senhorios e dos domínios do imperador Carlos, mas era como príncipe que ele as dirigia e não como particular. Ou mais exatamente, o imperador era proprietário fundiário das suas terras, mas qualquer grande proprietário fundiário nobre era na Idade Média, principalmente no tempo de Carlos Magno, um pequeno imperador, isto é, devido à sua propriedade livre e nobre do solo, legislava, cobrava

impostos e fazia justiça sobre toda a população dos seus domínios. As disposições econômicas tomadas por Carlos Magno eram efetivamente atos de governo, como o prova a sua própria força: constituem uma das 65 "Capitulares" redigidas pelo imperador e publicadas quando das Assembleias anuais dos Grandes do Império. E as disposições sobre rabanetes e tonéis com aros de ferro procedem da mesma autoridade e são redigidos com o mesmo estilo que, por exemplo, as exortações aos religiosos na *"Capitula Episcoporum",* "Lei Episcopal", na qual Carlos Magno puxa as orelhas aos servidores do Senhor e os exorta energicamente a não praguejarem, a não se embebedarem, a não frequentarem locais de má fama, a não manterem mulheres e a não venderem demasiado caro os santos sacramentos. Podemos procurar onde quisermos em toda a Idade Média e não encontraremos em parte nenhuma uma empresa econômica que não tenha por modelo a de Carlos Magno, quer se trate de grandes domínios nobres, quer da pequena exploração camponesa acima descrita, de famílias camponesas isoladas trabalhando para si, ou de comunidades cooperativas.

O que há de mais impressionante nos dois exemplos é que são as necessidades da existência humana que tão diretamente guiam e ditam o trabalho, e que o resultado corresponde tão exatamente às intenções e necessidades quanto as condições o exigem, em grande ou em pequena escala. O pequeno camponês na sua terra, assim como o monarca nos seus domínios, sabem exatamente o que querem obter com a produção. Aliás, não há nada de mágico nesse saber. Ambos querem satisfazer as necessidades naturais do homem em alimentos, vestuário e outras comodidades da vida. A única diferença é que o camponês bebe à mesa cerveja ou hidromel e o grande proprietário finos vinhos. A única diferença reside na quantidade e na qualidade de bem produzidos. Mas o fundamento da economia e o seu objetivo, a satisfação das necessidades humanas, permanecem os mesmos. Ao trabalho, que procede deste objetivo natural, corresponde com a mesma evidência, o resultado. Aqui, também no processo de trabalho há diferenças. O camponês trabalha com os membros da sua família e obtém como fruto do seu trabalho apenas quanto lhe possa fornecer a faixa de terra e a sua parte do terreno comunal, ou melhor - já que falamos do camponês medieval sujeito à corveia e à gleba -, quanto lhe deixam o senhor e a Igreja depois de pagos os impostos e as corveias. Mas quer cada camponês trabalhe para si juntamente com a sua família quer trabalhem todos para o senhor feudal, conduzidos pelo

chefe da aldeia ou pelo bailio, o resultado desse trabalho não é outro senão uma certa quantidade de meios de subsistência no sentido largo, isto é, exatamente aquilo de que têm necessidade e aproximadamente à medida do que precisam.

Podemos virar uma tal economia em todos os sentidos e ver que não há mistério nenhum; a sua compreensão não exige nenhuma ciência especial nem investigações profundas. O camponês mais limitado da Idade Média sabia muito bem do que dependia a sua riqueza, ou antes, a sua pobreza, afora as catástrofes naturais que atingiam as terras, tanto as dele como as do senhor. Sabia demasiado bem que a sua miséria tinha uma causa muito simples e muito direta: em primeiro lugar, a extorsão sem limites de corveias e impostos pelos senhores feudais; em segundo lugar, o roubo, pelos mesmos senhores, do terreno comunal, da floresta, dos prados, da água. E isso, que o camponês sabia, proclamou-o ele bem alto por todo o mundo nas guerras camponesas, mostrou-o, incendiando o galo vermelho nos tetos dos que lhe sugavam o sangue. O que aqui exigiria um estudo científico seria apenas a origem histórica e a evolução desta situação, a investigação das razões por que em toda a Europa as antigas propriedades rurais camponesas livres se transformaram em domínios senhoriais nobres, com impostos e juros, e o antigo campesinato livre numa massa de súditos "corveáveis" e, mesmo, mais tarde, vinculados à gleba.

Contudo, as coisas são inteiramente diferentes, quando se trata de um fenômeno qualquer da vida econômica *atual.* Tomemos, por exemplo, um dos fenômenos mais notáveis e de efeitos mais visíveis: *a crise comercial.* Todos nós vivemos já várias grandes crises comerciais e industriais e sabemos, por experiência, como se desenvolvem. Friedrich Engels fez a seguinte descrição clássica: "O comércio para, os mercados ficam atravancados de produtos em quantidades tão grandes que se tornam invendáveis, o dinheiro fresco torna-se invisível, o crédito desaparece, as fábricas param, as massas trabalhadoras ficam sem meios de subsistência por terem produzido demasiados meios de subsistência, as falências sucedem-se, as vendas forçadas multiplicam-se. Esta situação de bloqueio dura anos, forças produtivas e produtos são dilapidados e destruídos em massa até que o excesso de mercadorias acumuladas acabe por se esgotar com uma depreciação mais ou menos forte, até que a produção e troca retomem pouco a pouco a sua marcha. Progressivamente, aumenta o

andamento, passa ao trote, o trote industrial torna-se galope e este galope aumenta por sua vez, transforma-se em corrida à rédea solta, num *"steeple chase"*(*) de toda a indústria, do comércio, do crédito e da especulação, para acabar, depois dos mais perigosos saltos, no fosso do Krach (**)[7].

Todos sabemos, também, que uma tal crise é o terror de qualquer país moderno. E mesmo a maneira como uma crise se aproxima é significativa. Depois de alguns anos de prosperidade e de bons negócios, murmúrios confusos começam a surgir na imprensa, na Bolsa circulam alguns inquietantes rumores de falência; em seguida, estes sinais definem-se melhor na imprensa, a Bolsa torna-se cada vez mais inquieta, o banco do Estado aumenta a taxa de juros, isto é, torna o crédito mais difícil e limitado, até que começam a chover as notícias de falência. E uma vez a crise desencadeada, guerreia-se toda a gente para saber quem é o responsável. Os homens de negócios responsabilizam os bancos pela sua recusa total de crédito e os homens da Bolsa pela sua especulação ávida; estes responsabilizam os industriais, os industriais dizem que há falta de moeda no país, etc.

Quando, enfim, os negócios retornam o seu ritmo, a Bolsa e os jornais logo dão conta, com alívio, dos primeiros sinais de uma melhoria, até que a esperança, a calma e a segurança se instalam de novo por algum tempo. O que há de mais notável em tudo isto é que todos os interessados, toda a sociedade, consideram e tratam a crise como qualquer coisa que escapa à vontade e aos cálculos humanos, como um golpe do destino dado por um poder invisível, como uma provação do céu, semelhante, por exemplo, a uma trovoada, a um terremoto ou a uma inundação. Os próprios termos que os jornais comerciais costumam usar para falar das crises são tomados com predileção neste domínio: "O céu do mundo dos negócios, que se manteve sereno até esta data, começa a cobrir-se com nuvens sombrias" ou, quando se trata de anunciar uma brusca subida da taxa de juros, o título é inevitavelmente o seguinte: "Prenúncios de tempestade", da mesma maneira que mais tarde lemos: "A trovoada dissipou-se e o horizonte encontra-se limpo". Esta maneira de se exprimir não significa falta de imaginação por parte dos observadores do mundo ele negócios, ela é típica do curioso efeito, por assim dizer,

---

* N. T.: *Steeple Chase* - Corrida de obstáculos.

** N. T.: *Krach* - Brecha, derrocada.

[7] Engels: *"Anti-Duhring",* Editions Sociales, 1950, p. 315.

natural, produzido por uma crise. A sociedade moderna nota com temor a aproximação da crise, curva a espinha a tremer sob os seus golpes, espera pelo fim da borrasca; em seguida, levanta a cabeça, primeiro com hesitação e incerteza até que, por fim, acaba por ficar tranquilizada.

Na Idade Média, o povo tinha sem dúvida idêntica atitude face à fome e à peste, o mesmo acontecendo ainda hoje com os camponeses face a uma tempestade: a mesma desorientação e impotência face a uma dura provação. Mas, se bem que a fome e a peste sejam, em última análise, fenômenos sociais, são, em primeiro lugar, os resultados imediatos de fenômenos naturais: má colheita, difusão de germes patogênicos, etc. A tempestade é um acontecimento elementar de natureza física, e ninguém pode, pelo menos no atual estado das ciências da natureza e das técnicas, provocar ou impedir uma tempestade. Mas, em contrapartida, o que é uma crise moderna? Como sabemos, uma crise consiste na produção em demasia de mercadorias que já não encontram por onde se escoar e que acabam por bloquear o comércio e a indústria. Mas a produção de mercadorias, a venda, o comércio, a indústria... , tudo isto são relações puramente humanas. São os próprios homens que produzem as mercadorias, que as compram, o comércio pratica-se de homem para homem. Não se encontra nas circunstâncias que constituem a crise moderna um único elemento que esteja fora da atividade humana. É a sociedade humana que periodicamente provoca as crises.

E no entanto, sabemos ao mesmo tempo que a crise é um verdadeiro flagelo para a sociedade moderna, que provoca o terror e se suporta com desespero, que ninguém a quer, nem deseja. Com efeito, à parte alguns especuladores da Bolsa, que procuram tirar lucro das crises, enriquecendo-se rapidamente à custa dos outros, mas que caem muitas vezes nas próprias armadilhas, a crise é para toda a gente um perigo, senão um mal. Ninguém quer crises, no entanto elas ocorrem. Os homens criam-nas com as próprias mãos e, no entanto, não as querem por nada deste mundo. Este é verdadeiramente o enigma da vida econômica que nenhum dos interessados poderá explicar-nos. O camponês medieval, na sua terra, produzia, por um lado, tudo o que o senhor feudal queria e precisava e, por outro, o que ele próprio queria e precisava: cereais e gado, víveres para ele e para a família. O grande proprietário medieval obrigava-o a produzir também tudo o que necessitava: cereais e gado, bons vinhos e roupas ricas, alimentos e

objetos de luxo para ele e para a sua corte. A sociedade atual produz o que não quer e o que não precisa: crises; produz de tempos a tempos meios de subsistência que não utiliza, sofre periodicamente de fomes, enquanto enormes reservas de produtos não são vendidas. A necessidade e a satisfação, a finalidade e o resultado do trabalho já não se conjugam mais, há entre eles qualquer coisa de obscuro, de misterioso.

Tomemos um outro exemplo, universalmente conhecido, demasiado conhecido mesmo, pelos trabalhadores de todos os países: o *desemprego.*

O desemprego não é, como a crise, um cataclisma que se abate de tempos a tempos sobre a sociedade: atualmente é, em maior ou menor grau, um fenômeno permanente da vida econômica. As categorias de trabalhadores melhor organizadas e melhor pagas registram todos os anos, todos os meses e todas as semanas nas suas listas de desempregados uma série ininterrupta de números; estes números estão submetidos a grandes variações, mas nunca desaparecem completamente. A impotência da sociedade moderna perante o desemprego, esse terrível flagelo da classe operária, manifesta-se todas as vezes em que a amplitude do mal atinge proporções tais que obriga os órgãos legislativos a ocupar-se dele. E, regularmente, tudo termina, após longas discussões, pela decisão de proceder a um inquérito sobre o número de desempregados. No essencial, os governos contentam-se em medir o nível atingido pelo mal - como se fosse uma inundação - e, no melhor dos casos, em atenuar-lhe um pouco os efeitos, através de fracos paliativos, sob a forma de subsídios de desemprego - em geral à custa dos trabalhadores não desempregados - sem fazer a mínima tentativa para eliminar o próprio desemprego.

No início do século XIX, o pastor anglicano Malthus, grande profeta da burguesia inglesa, fizera uma proclamação acompanhada de uma brutalidade reconfortante: "Quem nasceu numa sociedade já superpovoada, não tem - se a família não lhe puder fornecer os poucos meios de existência que ele tem o direito de exigir, e no caso de a sociedade não ter nenhuma necessidade do seu trabalho - qualquer direito à menor quantidade de alimentos, e realmente nada tem que fazer neste mundo. No grande banquete da natureza nenhuma mesa foi posta para ele. A natureza faz-lhe ver que tem de retirar-se, e executa rapidamente a sua própria ordem". A atual sociedade oficial, com a hipocrisia das suas "reformas sociais", reprova essa franqueza

brutal. Mas, na realidade, o proletário desempregado vê-se, no fim de tudo, obrigado, já que a sociedade "não tem necessidade do seu trabalho", a "retirar-se" deste mundo, de qualquer maneira, rápida ou lentamente, como, afinal, testemunham, durante todas as grandes crises, os números referentes ao aumento de doenças, à mortalidade infantil, aos crimes contra a propriedade.

A própria comparação a que recorremos, entre o desemprego e uma inundação, mostra que somos de fato *menos* impotentes perante acontecimentos elementares da natureza física do que perante os nossos próprios problemas puramente sociais, puramente humanos! As inundações periódicas que na Primavera causam numerosos danos no Leste da Alemanha não são, em última análise, senão uma consequência da nossa imperícia em matéria de hidrografia. No estado atual da técnica, existem já meios suficientes para proteger a agricultura do poder das águas e aproveitar esta energia, mas estes meios não podem ser aplicados senão em grande escala, por uma organização racional e coerente que teria de transformar toda a região atingida, modificar consequentemente a repartição das terras aráveis e dos prados, construir diques, regularizar o curso dos rios. Esta grande reforma não será empreendida, evidentemente, em parte porque nem os capitais privados nem o Estado querem fornecer os meios necessários a um tal empreendimento, em parte, porque chocaria com os mais variados direitos da propriedade privada do solo. Mas a sociedade atual dispõe já de meios para fazer face aos perigos das águas e de dominar o elemento desencadeado, mesmo se não está ainda â altura de aplicar esses meios. Em contrapartida, a sociedade atual ainda não inventou meios para lutar contra o desemprego. E no entanto, não se trata aqui de um elemento, nem de um fenômeno natural ou de uma potência sobre-humana. O desemprego é um produto puramente humano das condições econômicas. E encontramo-nos de novo perante um enigma econômico, perante um fenômeno com que ninguém conta, que ninguém procura conscientemente provocar e que, no entanto, se repete com a regularidade de um fenômeno natural, por assim dizer acima da cabeça dos homens.

Mas nem mesmo é necessário ir procurar fenômenos tão flagrantes da vida atual, como a crise econômica e o desemprego, isto é, calamidades ou casos de natureza extraordinária e que constituem, segundo a opinião corrente, exceções no curso habitual das coisas.

Tomemos o exemplo mais comum da vida cotidiana: as *variações de preços das mercadorias.* Qualquer criança sabe que os preços de todas as mercadorias não são coisas fixas e imutáveis, mas sobem ou baixam quase todos os dias, às vezes mesmo de hora para hora. Tomemos um jornal ao acaso e vamos abrir na página econômica, para vermos o movimento dos preços do dia precedente. Trigo: durante a manhã ambiente fraco, ao meio-dia um pouco mais animado e quando se aproxima a hora do fechamento, então, os preços sobem; mas, por vezes, é o contrário. Igualmente para o cobre e o ferro, o açúcar e o óleo. Igualmente para as ações das diferentes empresas industriais, para os valores privados ou do Estado, na Bolsa dos valores. As variações de preço são um fenômeno incessante, cotidiano, completamente "normal" da vida econômica contemporânea. Mas estas variações provocam todos os dias, todas as horas, modificações na situação dos possuidores de todos estes títulos. Sobem os preços do algodão e de repente todos os comerciantes e fabricantes que têm estoques de algodão nos seus armazéns veem a sua fortuna crescer; baixam os preços e as fortunas caem proporcionalmente. Os preços do cobre estão em alta e os possuidores de ações de minas enriquecem; se caem ficam pobres.

É desta maneira que, por efeito de simples variações de preços, à base de telegramas, na Bolsa, pessoas podem tornar-se milionárias no espaço de horas ou, então, mendigos, e é precisamente neste aspecto que assenta a especulação na Bolsa e as suas vigarices. O proprietário fundiário medieval podia ficar rico ou pobre conforme a colheita fosse boa ou má; ou, então, poderia enriquecer caso fosse cavaleiro-salteador e fizesse um bom assalto na pessoa de um mercador e da sua caravana; ou, então, ainda - e este era, afinal, o meio mais seguro e mais apreciado - aumentava a riqueza quando podia extorquir mais do que o costume aos seus servos, agravando as corveias e aumentando os impostos. Hoje, um homem pode tornar-se rico ou pobre sem mexer uma palha, sem a intervenção do mínimo acontecimento natural, sem que alguém lhe tenha dado presentes ou o tenha roubado. As variações dos preços são como um movimento misterioso ao qual presidiria, por detrás dos homens, um poder invisível, operando uma contínua deslocação na repartição da riqueza social. Apercebemo-nos deste movimento e registramo-lo como quem lê a temperatura ou a pressão atmosférica. E no entanto, os preços das mercadorias e o seu movimento são claramente um assunto puramente humano, e não de magia. Ninguém mais, além dos

próprios homens, fabrica mercadorias e lhes fixa os preços; só que, mais uma vez, resulta desta ação humana qualquer coisa com que ninguém contava e que ninguém pretendia; uma vez mais, as necessidades, o objetivo e o resultado da atividade econômica dos homens, estão em desacordo uns com os outros.

E de onde vem isto? E que leis obscuras se combinam nas costas dos homens para que a sua própria vida econômica tenha tão estranhos resultados? Só um estudo científico poderá trazer alguma luz. Tornam-se necessárias investigações rigorosas, reflexão, análises, comparações aprofundadas, para resolver todos estes enigmas e descobrir as conexões escondidas que fazem com que os resultados da atividade econômica dos homens já não coincidam com as suas intenções, com a sua vontade, numa palavra: com a sua consciência. A tarefa da investigação científica consiste em descobrir a falta de consciência de que sofre a economia da sociedade e aqui atingimos diretamente a raiz da economia política.

Na sua viagem à volta do mundo, Darwin conta o seguinte sobre os habitantes da Terra do Fogo: "Eles sofrem muitas vezes de fome; numa conversa com o capitão de um estabelecimento de caça às focas, Mister Low, que conhecia muito bem os indígenas deste país, este fez-me uma descrição notável do estado em que se encontrava na costa oeste um grupo de cento e cinquenta indígenas de uma magreza extrema e em condições de grande penúria. Uma série de tempestades impediu as mulheres de apanhar moluscos nas rochas. Os homens também não podiam sair para o mar nas canoas e apanhar focas. Numa manhã, um pequeno grupo pôs-se a caminho e os outros índios explicaram a Mister Low que iam fazer uma viagem de quatro dias à procura de comida. Low foi visitá-los quando chegavam e encontrou-os esgotados pela fadiga; cada um deles tinha um grande quadrado de gordura de baleia putrefata; por um buraco aberto ao meio enfiavam a cabeça e traziam-no como os gaúchos trazem o poncho. Levaram a gordura da baleia para uma cabana e imediatamente um velho começou a cortar falias delgadas, enquanto murmurava algumas palavras rituais. Em seguida grelhou-as durante um minuto e distribuiu-as ao grupo esfomeado, que durante todo este tempo se manteve num profundo silêncio"[8].

---

8 Darwin: *Voyage of an naturalist round tlie world.*

Esta é a vida de um dos povos mais miseráveis da Terra. Os limites entre os quais a vontade e a organização consciente da economia se podem exercer são extremamente estreitos. Os homens encontram-se ainda inteiramente submetidos à tutela da natureza exterior e dependem dos seus favores ou dos seus rigores. Mas no interior destes estreitos limites, a organização do conjunto afirma-se já nesta sociedade de cerca de cento e cinquenta indivíduos. A previdência do futuro manifesta-se logo de início sob a forma bem humilde do aprovisionamento da gordura rançosa. Mas a magra provisão é repartida entre todos com um certo cerimonial e todos tomam igualmente parte no trabalho de procura de alimentos, sob uma direção planificada .

Vejamos agora um *oikos* grego, economia doméstica antiga, com escravos, e que constituía efetivamente um "microcosmos", um pequeno universo em si. Reina aqui já a maior desigualdade social. A penúria primitiva deu lugar a uma confortável abundância, resultado dos frutos do trabalho humano. Mas o trabalho manual transformou-se em maldição para uns; o tempo livre, num privilégio reservado a outros; o próprio trabalhador tornou-se propriedade daquele que não trabalha. Contudo, estas relações de dominação desembocam também na planificação e organização rigorosa da economia, do processo de trabalho, da repartição dos bens. A vontade do senhor serve de lei, o chicote do capataz é a sanção.

Na corte do senhor feudal, na Idade Média, a organização despótica da economia tomou demasiado cedo o aspecto de um código pormenorizado, estabelecido de antemão, traçando clara e firmemente o plano de trabalho, impondo a divisão do trabalho, as obrigações e os direitos individuais. No limiar, deste período histórico há esse belo documento já citado, o *Capitulare de villis* de Carlos Magno, iluminado pela abundância da satisfação material, único objetivo da economia. No fim deste mesmo período, encontramos o código sombrio das corvéias e dos impostos, ditado pela cupidez desenfreada dos senhores feudais, e que termina no século XV pela guerra dos camponeses alemães; o feudalismo e todos os seus códigos corporificados, que transformaram, alguns séculos mais tarde, o camponês francês nesse ser miserável reduzido ao estado de animal que só o toque a rebate da Grande Revolução irá sacudir, chamando-o para a luta pelos seus direitos de homem e de cidadão. Mas, enquanto a revolução não varreu a corte feudal, foi, mesmo nesta miséria toda, a relação imediata

de dominação que determinou clara e firmemente o conjunto da economia feudal como um destino imutável.

Hoje, já não conhecemos nem senhores, nem escravos, nem barões feudais, nem servos. A liberdade e a igualdade perante a lei eliminaram formalmente todas as relações despóticas, pelo menos nos velhos Estados burgueses; sabe-se que nas colônias foram muitas vezes estes mesmos Estados os primeiros a introduzir a escravatura. Mas nos sítios onde a burguesia está no poder, a única lei que preside às relações econômicas é a da *livre concorrência.* Com isto, desapareceram da economia todos os planos, toda a organização. É claro que se examinarmos uma empresa privada isolada, uma fábrica moderna ou um poderoso complexo de fábricas como o de Krupp ou uma empresa agrícola da América do Norte, encontraremos a mais rigorosa organização, uma divisão do trabalho desenvolvidíssima, a mais refinada planificação baseada nos conhecimentos científicos. Tudo marcha sobre todas, sob a direção *de uma* vontade, *de uma* consciência. Mas mal saímos das fábricas ou da *"farm",* mergulhamos logo no caos. Enquanto as inúmeras peças isoladas - e uma empresa privada atual, mesmo a mais gigantesca, é apenas uma ínfima parcela destes grandes conjuntos econômicos que se estendem pela terra toda - são organizadas rigorosamente, o conjunto daquilo que se chama "economia política", isto é, a economia capitalista mundial, está completamente desorganizada. No conjunto que abarca oceanos e continentes não há plano, nem consciência, nem regulamentação que se afirmem; forças cegas desconhecidas, indomáveis, brincam com o destino econômico dos homens. Também hoje, é verdade, um senhor todo poderoso governa a humanidade trabalhadora: é o *capital.* Mas a sua forma de governo não é o despotismo, é a *anarquia.*

É ela que faz com que a economia social produza resultados inesperados e enigmáticos para os próprios interessados. É ela que faz com que a economia social se tenha tornado para nós um fenômeno estranho, alienado, independente de nós, do qual precisamos investigar as leis, da mesma maneira que estudamos os fenômenos da natureza exterior e procuramos as leis que regem a vida do reino vegetal e do reino animal, as alterações na crosta terrestre e os movimentos dos corpos celestes. O conhecimento científico tem de descobrir *a posteriori* o sentido e a regra da economia social que nenhum plano consciente lhe ditou de antemão.

Vê-se agora por que razão é impossível aos economistas burgueses deduzir claramente a essência da sua ciência, pôr o dedo nas chagas da sua ordem social, denunciar a sua decrepitude. Reconhecer que a anarquia é o elemento vital para a dominação do capital, é pronunciar a sua sentença de morte. É dizer que a burguesia é um morto adiado. Compreende-se agora por que razão os advogados científicos oficiais do capitalismo tentam mascarar a realidade por todos os artifícios do verbo, desviar o olhar do coração do problema para o seu invólucro exterior, isto é, "passar" da economia mundial para a "economia nacional". Dado o primeiro passo no limiar do conhecimento da economia política, a partir da primeira questão fundamental sobre o que realmente é a economia política e qual o seu problema fundamental, as vias do conhecimento burguês e do conhecimento proletário divergem. Logo desde esta primeira questão, tão abstrata e indiferente às lutas sociais do presente quanto possa parecer à primeira vista, um laço particular se estabelece entre a economia política como ciência e o proletariado moderno como classe revolucionária.

VI

Se nos colocarmos neste ponto de vista que acabamos de atingir, então, um certo número de coisas que parecem problemáticas poderão ficar esclarecidas. Antes de tudo, a idade da economia política já não é um problema. Uma ciência que tem por tarefa descobrir as leis do modo anárquico da produção capitalista não pode nascer, evidentemente, antes deste modo de produção, antes de as condições históricas que permitiram a dominação de classe da burguesia moderna terem sido progressivamente reunidas por um trabalho de deslocamentos políticos e econômicos ao longo de séculos.

É verdade que, para o professor Bücher, o nascimento da ordem social atual se processou da maneira mais simples que se pode imaginar, pouco tendo a ver com a evolução econômica anterior. De fato, para ele, a ordem social existente é simplesmente o fruto da vontade eminente e da sublime sabedoria de monarcas absolutos. "A formação da *economia política",* diz Bücher - e sabemos já que para um professor burguês a noção de "economia política" não é mais do que uma mistificação recobrindo a produção capitalista - "é essencialmente fruto da centralização política começada no fim da Idade Média com o nascimento de estruturas estatais territoriais e encontra

a sua coroação no presente com a criação do Estado nacional unificado. A unificação econômica caminha paralelamente com a submissão dos interesses políticos particulares aos objetivos mais elevados da coletividade. Na Alemanha são os príncipes territoriais, mais poderosos, que procuram exprimir a ideia estatal moderna, combatendo a nobreza rural e as cidades".

No resto da Europa, em Espanha, Portugal, Inglaterra, França, Países Baixos, o poder dos príncipes realizou os mesmos feitos. "Em todos estes países se desenvolveu, se bem que com uma intensidade variável, a mesma luta contra os poderes particulares da Idade Média, contra a grande nobreza, as cidades, as províncias, as corporações religiosas e laicas. Trata-se, primeiro, seguramente, de aniquilar os círculos autônomos que entravam a unificação política. Mas nas profundezas do movimento que conduz à formação do absolutismo dos príncipes, dormia, contudo, o seguinte princípio histórico universal: a amplitude das novas tarefas civilizadoras da humanidade exigiam uma organização que unisse os povos inteiros, uma grande comunidade viva dos interesses e essa comunidade não podia desenvolver-se senão sobre o terreno de uma economia comum".

Temos aqui a mais bela joia desse servilismo de pensamento, que já encontramos em outros professores alemães de economia política. Segundo o professor Schmoller, a ciência da economia política nasceu sob a égide do absolutismo iluminado. Segundo o professor Bücher, o modo de produção capitalista na sua totalidade é apenas o fruto da vontade soberana e dos planos ambiciosos dos príncipes absolutos. Ora, é conceder demasiadas honras, tanto aos grandes déspotas espanhóis e franceses como aos pequenos déspotas alemães, admitir que eles se preocuparam com qualquer "princípio histórico universal" e com "tarefas civilizadoras da humanidade" nas suas querelas com os insolentes senhores feudais no final da Idade Média ou nas sangrentas expedições contra as cidades dos Países Baixos. É mesmo virar a realidade histórica de cabeça para baixo.

Certamente que a instauração de grandes Estados burocráticos centralizados era uma condição indispensável do modo de produção capitalista, não sendo mais do que uma *consequência* das novas necessidades econômicas, de maneira que estamos muito mais perto da verdade se invertermos a frase de Bücher: a centralização política é "essencialmente" um fruto da maturação da "economia política", isto é, da produção capitalista.

O absolutismo também teve a sua parte incontestável neste processo de maturação histórica, mas desempenhou esse papel como instrumento cego das tendências históricas, com a mesma ausência total de ideias que igualmente o fez opor-se a essas tendências quando a ocasião se apresentou. Assim ocorreu, por exemplo, quando os déspotas medievais, pela graça de Deus, tratavam as cidades, suas aliadas contra os senhores feudais, como simples objetos de pressão que à menor ocasião traíam de novo em favor dos feudais. O mesmo acontecia, também, quando consideravam o continente recém-descoberto e toda a sua população e cultura, como simples e mero terreno da pilhagem mais brutal, mais hipócrita, mais cruel, com o único e "superior objetivo" de encher os "tesouros principescos" de lingotes de ouro no mais curto espaço de tempo. E também, ainda, quando mais tarde, se opuseram obstinadamente a introduzir entre o poder de direito divino e os seus "fiéis súditos", a filha de papel chamada constituição parlamentar burguesa, que, no entanto, tão indispensável era ao desenvolvimento sem entraves da dominação capitalista como a unidade política e os grandes estados centralizados.

Na realidade, outras forças, grandes mutações se preparavam no final da Idade Média na vida econômica dos povos europeus que permitiriam a instauração do novo modo de produção. A descoberta da América e do caminho marítimo para a Índia contornando a África provocaram um desenvolvimento inesperado e uma transformação do comércio que aceleraram fortemente a dissolução do feudalismo e do regime das corporações urbanas. As conquistas, as aquisições de terra, a pilhagem das regiões descobertas, o afluxo repentino de metais preciosos provenientes do novo continente, o comércio por atacado de especiarias indianas, o importante tráfico de negros, que fornecia escravos africanos às plantações americanas, tudo isso criou em pouco tempo na Europa novas riquezas e novas necessidades. A pequena oficina do artesão, membro de uma corporação e sujeito a mil obrigações, revelou-se ser um entrave ao necessário alargamento da produção e ao seu rápido progresso. Os grandes comerciantes encontraram uma solução agrupando os artesãos em grandes manufaturas na periferia das cidades, obrigando-os desta maneira a produzir mais depressa e melhor, sob as suas ordens, sem se preocuparem com as prescrições acanhadas das corporações.

Na Inglaterra, o novo modo de produção foi introduzido por uma revolução na agricultura. O desenvolvimento da indústria de lã na Flandres provocou uma grande procura desta e incitou a nobreza

feudal inglesa a transformar uma grande parte das terras aráveis em pastagens de carneiros, expulsando os camponeses dos seus domínios e das suas terras. Uma grande massa de trabalhadores que nada possuíam, proletários, encontrou-se assim à disposição da primeira indústria capitalista. A Reforma agiu no mesmo sentido, arrastando consigo a confiscação dos bens da Igreja, que em grande parte foram dados, e outros vendidos ao abandono, à nobreza e aos especuladores, e onde a população camponesa foi escorraçada na sua maior parte. Os manufatureiros e os proprietários fundiários capitalistas encontraram assim uma população pobre, proletarizada, fugindo às regulamentações feudais e corporativas e que, após o longo martírio de uma vida errante, o duro trabalho nas *Workhouses,* as cruéis perseguições da lei e dos esbirros da polícia, via um porto de salvação na escravatura salarial, ao serviço da nova classe de exploradores. Em seguida, já nas manufaturas, vieram as grandes revoluções técnicas que permitiram colocar ao lado ou em lugar do artesão qualificado, o proletário assalariado sem qualificação.

O desenvolvimento destas novas condições chocava por todo o lado com as barreiras feudais e com uma sociedade no auge da derrocada. A economia natural, ligada por essência ao feudalismo, e a pauperização das massas populares submetidas à exploração da servidão sem limites limitavam o mercado interior das mercadorias manufaturadas, enquanto nas cidades as corporações continuavam a reter nas suas malhas o mais importante fator da produção, a força de trabalho. O aparelho de Estado, com a sua fragmentação política infinita, a falta de segurança pública, o amontoado de absurdos alfandegários e comerciais entravava e perturbava a cada passo o novo comércio e a nova produção.

Faltava apenas, com toda a evidência, que a burguesia ascendente da Europa Ocidental e porta-voz do livre comércio mundial e da indústria, se desembaraçasse de qualquer maneira de todos estes obstáculos, caso não renunciasse por completo à sua missão histórica. Antes de ter destroçado o feudalismo durante a Grande Revolução Francesa, a burguesia atirou-se a ele pela crítica, e a nova ciência da economia política nasceu assim para se tornar uma das armas ideológicas mais importantes da burguesia na sua luta contra o Estado feudal da Idade Média, em prol do Estado Capitalista moderno. A ordem econômica nascente apresentou-se primeiramente sob a forma de uma nova riqueza rapidamente surgida a derramar-se sobre

a sociedade da Europa Ocidental, proveniente de fontes completamente diferentes, na aparência inesgotáveis e infinitamente mais abundantes do que os métodos patriarcais de exploração dos camponeses no feudalismo, os quais, de resto, já tinham esgotado todas as suas possibilidades. A origem mais flagrante da nova riqueza não foi, de início, o próprio modo de produção, mas aquele que lhe abriu a via - o poderoso desenvolvimento do comércio. Foi nas ricas repúblicas italianas das margens do Mediterrâneo e na Espanha, que eram os mais importantes centros do comércio mundial nos fins da Idade Média, que surgiram as primeiras questões sobre a economia política e as primeiras tentativas de resposta.

O que é a riqueza? De onde provém a riqueza ou a pobreza dos Estados? Era este o novo problema, depois das velhas noções da sociedade feudal terem perdido o seu valor tradicional no turbilhão das novas relações. A riqueza é o ouro com o qual tudo se pode comprar. Portanto, o comércio cria riqueza. E os Estados que têm possibilidades e as capacidades necessárias para importar muito ouro, e não deixar sair nenhum, enriquecem. Portanto, o comércio mundial, as conquistas coloniais, as manufaturas que produzem artigos de exportação devem ser encorajadas pelo Estado, enquanto a importação de produtos estrangeiros, porque faz sair ouro do país, deve ser limitada. Foi esta a doutrina a econômica que surgiu na Itália a partir dos fins do século XVI e que se impôs largamente na Inglaterra e na França no século XVII. E por muito grosseira que fosse ainda, esta doutrina constituía uma ruptura brutal com a concepção feudal da economia natural. Avança audaciosamente a primeira crítica da economia natural, constitui a primeira idealização do comércio, da produção mercantil e - sob esta forma - do capital. É, enfim, o primeiro programa de intervenção política do Estado, satisfazendo já a jovem burguesia ascendente.

O capitalista produtor de mercadorias torna-se em pouco tempo o centro nervoso da economia, em vez do comerciante, mas faz ainda prudentemente, sob a máscara do Trabalhador diligente nas antecâmaras dos senhores feudais. A riqueza não é de maneira nenhuma o ouro. Este é só o intermediário no comércio das mercadorias, proclamam os racionalistas franceses do século XVIII. Que cegueira pueril ver no metal brilhante a garantia da felicidade dos povos e dos Estados! É verdade que o metal me pode saciar quando tenho fome, proteger-me do frio quando estou despido? O rei Dario, com todos os seus tesouros, não sofreu na guerra todos os tormentos

da sede, e não daria todo o seu ouro por um gole de água? Não, a riqueza são todos os presentes da natureza que satisfazem as necessidades de todos, reis ou escravos. Quanto mais largamente a população satisfizer as suas necessidades tanto mais o Estado será rico, porque mais impostos pode exigir. Quem é que arranca à natureza o trigo com que se faz o pão, a fibra para os tecidos, a madeira e os minérios que servem para fabricar as casas e as ferramentas? A agricultura! É ela, e não o comércio, a verdadeira fonte da riqueza! Portanto, a população agrícola, os camponeses, cujos braços criam a riqueza de todos, devem estar a salvo da miséria, protegidos da exploração feudal e atingir o bem-estar! (O que irá fornecer-me mercados para as minhas mercadorias, acrescentava baixinho o capitalista manufatureiro). Portanto, os grandes proprietários fundiários, os barões feudais em cujas mãos se concentra a riqueza agrícola, devem ser os únicos a pagar impostos e a manter o Estado! (E eu que, como se diz, não crio nenhuma riqueza, não tenho nada que pagar imposto, murmurava de novo o capitalista para com as suas barbas). Basta libertar a agricultura dos entraves do feudalismo, e as fontes da riqueza jorrarão com toda a sua abundância natural sobre o povo e o Estado, e a felicidade da humanidade instaurar-se-á por si própria na harmonia universal!

Nestas doutrinas dos racionalistas do século XVIII ouvia-se já claramente o rugir iminente da tomada da Bastilha. E pouco tempo depois, a burguesia capitalista achou-se suficientemente forte para tirar a máscara da submissão, para se colocar vigorosamente na primeira fila e exigir sem rodeios que o Estado fosse completamente remodelado conforme os seus desejos. A agricultura não é de maneira nenhuma a única fonte de riqueza, explica Adam Smith na Inglaterra nos finais do século XVIII. A riqueza é todo o trabalho assalariado aplicado na produção de mercadorias, quer seja na agricultura quer na indústria. (É todo o *trabalho,* dizia Adam Smith, mas tanto para ele como para os seus sucessores, já reduzidos ao papel de porta-vozes da burguesia ascendente, o homem que trabalha era por natureza o assalariado capitalista!). Porque, além do trabalho necessário à manutenção do próprio trabalhador, todo o trabalho assalariado cria também a renda necessária à manutenção do proprietário fundiário e o lucro, que é a riqueza do possuidor de capital, do patrão. A riqueza é tanto maior quanto mais vastas forem as massas de trabalhadores comandados pelo capital nas oficinas, e quanto mais precisa e rigorosa

for a divisão do trabalho entre eles. Esta é a verdadeira harmonia natural, a verdadeira riqueza das nações: do trabalho provém, para os que trabalham, um salário que os mantém vivos e os constrange a continuar o seu trabalho assalariado; para os proprietários fundiários, uma renda que lhes permite uma vida sem preocupações; para o chefe de empresa, um lucro que lhe faça sentir o desejo de prosseguir com a empresa. Desta maneira, *toda a gente* fica satisfeita, sem haver que recorrer aos velhos e grosseiros métodos do feudalismo. Encorajar a riqueza do empresário capitalista, que mantém o conjunto em movimento e explora o trabalho assalariado, filão de ouro da riqueza, significa fomentar a "riqueza das nações". Que desapareçam os entraves e os obstáculos dos bons velhos tempos, bem como os novos métodos paternalistas inventados pelo Estado e que pretendiam dar a felicidade ao povo: livre concorrência, livre desenvolvimento do capital privado, todo o aparelho fiscal e estatal ao serviço da empresa capitalista - e tudo caminhará pelo melhor, no melhor dos mundos.

Tal era, sem disfarces, o evangelho econômico da burguesia, e a economia política recebia definitivamente o batismo, agora com o seu verdadeiro rosto. É certo que as proposições de reformas práticas, as advertências da burocracia do Estado feudal falharam tão lamentavelmente como falharam as tentativas históricas de deitar vinho novo em odres velhos. O martelo da revolução fez em vinte e quatro horas o que um meio século de compromissos e boas intenções reformistas não pôde fazer. Foi a conquista do poder político que deu à burguesia as condições para a sua dominação. A economia política foi - juntamente com as teorias filosóficas, sociais e do direito natural, elaboradas no século das Luzes, - um meio de tomada de consciência da classe burguesa e, como tal, a condição prévia e o aguilhão da ação revolucionária. Mesmo nas suas mais tênues ramificações, a obra burguesa de renovação mundial foi alimentada na Europa pelas ideias da economia nacional clássica. Na Inglaterra, a burguesia foi ao arsenal de Smith-Ricardo buscar armas para a luta pelo livre câmbio que inaugurou a sua dominação sobre o mercado mundial. E mesmo as reformas dos Stein, Hardenberg e Scharnhorst na Prússia, ao procurarem tornar um pouco mais moderna e viável a velha carcaça feudal depois da derrota de Iena, inspiraram-se nas doutrinas dos economistas clássicos ingleses, a ponto do jovem economista alemão Marwitz escrever em 1810: Adam Smith é o mais poderoso soberano europeu ao lado de Napoleão.

Compreendemos agora por que é que a economia política veio à luz do dia somente há um século e meio. O seu destino ulterior esclarece-se a partir do mesmo ponto de vista: sendo a economia política uma ciência das leis particulares do modo de produção capitalista, a sua existência e a sua função dependem deste modo de produção, e perdem toda a base quando este deixar de existir. Em outros termos: o papel da economia anárquica do capitalismo deu lugar a uma ordem econômica planificada, organizada e dirigida conscientemente pela sociedade trabalhadora. A vitória da classe operária moderna e a realização do socialismo significam o fim da economia política como ciência. É aqui que se estabelece a relação particular entre a economia política e a luta de classe do proletariado moderno.

Se a economia política tem por tarefa e objeto explicar as leis da formação, do desenvolvimento e da expansão do modo de produção capitalista, então, será obrigada inelutavelmente a desvendar as leis do declínio do capitalismo, porque tal como as formas econômicas anteriores, este não é eterno, representa somente uma fase histórica passageira, um degrau na escala infinita da evolução social. A teoria da ascensão do capitalismo transforma-se logicamente em teoria da decadência do capitalismo, a ciência do modo de produção do capital em fundamento científico do socialismo, o meio teórico da dominação da burguesia em arma teórica da luta da classe revolucionária pela libertação do proletariado.

Evidentemente que nem os sábios franceses, nem os ingleses, e muito menos os alemães, da burguesia resolveram esta segunda parte do problema geral da economia política. Apenas um homem levou às últimas consequências a teoria do modo de produção capitalista ao situar-se logo de início do ponto de vista do proletariano revolucionário: Karl Marx. Pela primeira vez, o socialismo e o movimento operário moderno colocaram-se no terreno inquebrantável do conhecimento científico.

Como ideal de uma ordem social assente sobre a igualdade e a fraternidade entre os homens, como ideal de uma sociedade comunista, o socialismo datava já de milhares de anos. Entre os primeiros apóstolos do cristianismo e, diversas seitas religiosas da Idade Média, durante as guerras camponesas, a ideia socialista nunca deixou de brilhar como expressão mais radical da revolta contra a ordem existente. Mas precisamente porque é um ideal válido em todos

os tempos e em todos os lugares históricos, o socialismo não podia deixar de ser mais do que o belo sonho de alguns exaltados, dourado e inalcançável, como o arco-íris nas nuvens.

Em fins do século XVIII e inícios do século XIX, a ideia socialista aparece com força e insistência, desembaraçada das fantasias das seitas religiosas, como reflexo dos horrores e das razias provocadas na sociedade pelo capitalismo nascente. Mesmo nessa altura, o socialismo é ainda, no fundo, um sonho, invenção de algumas cabeças audaciosas. Ao ouvirmos o primeiro precursor dos levantamentos revolucionários do proletariado, Gracchus Babeuf, que tentou, durante a Grande Revolução Francesa, através de um golpe de mão, introduzir violentamente a igualdade social, verificamos que o único fato sobre o qual fundava as suas aspirações comunistas era a injustiça gritante da ordem social existente. Ele não se cansa de pintá-la com as cores mais sombrias em artigos e panfletos apaixonados e na sua defesa perante o tribunal que o condenou à morte. O evangelho do socialismo de Babeuf é uma repetição monótona de acusações contra a injustiça reinante, contra os sofrimentos e os tormentos, a miséria e a degradação dos trabalhadores, à custa dos quais um punhado de ociosos enriquece e domina. Basta, segundo ele, que a ordem social existente mereça a sua queda para que possa ser derrubada por um grupo de homens resolutos que conquiste o poder e instaure o regime da igualdade como fizeram os Jacobinos em 1973 tomando o poder político e instaurando a república.

Se bem que tendo essencialmente os mesmos fundamentos, mas métodos completamente diferentes, as ideias socialistas foram defendidas com mais gênio e brilho nos anos trinta do século passado por três grandes pensadores, Saint-Simon e Fourier na França, e Owen na Inglaterra. Nenhum dos três encarava a possibilidade da tomada revolucionária do poder para realizar o socialismo; pelo contrário, como toda a geração que se seguiu à grande revolução, estavam afastados de toda a agitação social e política e eram partidários resolutos da propaganda puramente pacífica. Em todos eles, contudo, a base da ideia socialista era a mesma: simples projeto, invenção de uma cabeça genial que recomendava a sua realização à humanidade atormentada, para a salvar do inferno da ordem social burguesa .

Apesar de todo o vigor das suas críticas e do fascínio dos seus ideais, estas teorias socialistas ficaram sem qualquer influência no movimento e nas lutas reais da história. Babeuf e o seu pequeno grupo

de amigos pereceram na tormenta contrarrevolucionária, como um barco em alto mar, sem deixarem outro vestígio que não fosse uma breve linha luminosa nas páginas da história revolucionária. Saint-Simon e Fourier só conseguiram agrupar algumas seitas de partidários entusiastas e dotados, que se dispersaram a seguir, depois de terem espalhado os germes ricos e fecundos das ideias, críticas e experiências sociais. Foi Owen quem mais influência teve sobre o proletariado, influência que se perde sem deixar traços depois de ter entusiasmado uma pequena elite de operários ingleses nos anos 1830 e 40.

Uma nova geração de dirigentes socialistas apareceu por volta de 1940: Weitling na Alemanha, Proudhon, Louis Blanc e Blanqui na França. A classe operária, pelo seu lado, iniciara já a luta contra a dominação do capital. As revoltas elementares dos tecelões leoneses na França, do movimento cartista na Inglaterra tinham dado o sinal da luta de classes. Contudo, não havia nenhum laço direto entre estes movimentos elementares dos explorados e as diversas teorias socialistas. Os operários revoltados não tinham em vista nenhum objeto socialista e os teóricos socialistas não procuravam assentar as suas ideias em qualquer luta política da classe operária. O seu socialismo deveria realizar-se graças a certas instituições astuciosas, tais como o banco popular de Proudhon, que pretendia uma justa troca de mercadorias, ou as associações de produtores de Louis Blanc. O único socialista a contar com a luta política como meio de realizar a revolução social era Auguste Blanqui: era o único verdadeiro defensor do proletariado e dos seus interesses revolucionários de classe, neste período. Contudo, o seu socialismo não passava no fundo de um projeto de república social realizável em qualquer momento pela vontade resoluta de uma minoria revolucionária.

No ano de 1848 verificou-se o ponto culminante e, ao mesmo tempo, a crise do antigo socialismo em todas as suas variantes. O proletariado parisiense, influenciado pela tradição das lutas revolucionárias anteriores e agitado por diversos sistemas socialistas, apegava-se apaixonadamente a ideias confusas de justiça social. Depois da deposição do rei-burguês Louis- Phillippe, os operários parisienses utilizaram a sua posição de força para exigir desta vez, a uma burguesia aterrorizada, a realização da "República Social" e uma nova "organização do trabalho". Para aplicar este programa, o proletariado concedeu ao Governo Provisório o célebre prazo de três meses,

durante os quais os operários esperaram e passaram fome, enquanto a burguesia e a pequena burguesia se armavam em segredo e preparavam o esmagamento dos operário. O prazo acabou com as memoráveis batalhas de Junho nas quais o ideal de uma "República Social realizável em qualquer momento" foi afogado no sangue do proletariado parisiense. A revolução de 1848 não trouxe consigo o reino da igualdade social, mas sim a dominação política da burguesia e o desenvolvimento sem precedentes do capitalismo sob o Segundo Império.

No próprio momento em que o socialismo das antigas escolas parecia ter ficado enterrado para sempre debaixo das barricadas da insurreição de Junho, Marx e Engels fundavam a ideia socialista sobre uma base inteiramente nova. Estes não procuravam os pontos de apoio do socialismo nem da condenação moral da ordem social existente nem na descoberta de processos engenhosos e sedutores, para introduzir sorrateiramente a igualdade social no regime existente. Viraram-se para o estudo das relações *econômicas* na sociedade contemporânea. Foi aqui, nas leis da anarquia capitalista, que Marx descobriu a verdadeira alavanca das aspirações socialistas. Os clássicos franceses e ingleses da economia política tinham descoberto as leis segundo as quais a economia capitalista vive e se desenvolve; meio século mais tarde, Marx retomou a sua obra exatamente onde eles a deixaram. Descobriu assim que as leis da ordem econômica contemporânea trabalhavam para a perda desta, ameaçando cada vez mais a existência da sociedade, pelo desenvolvimento da anarquia e por um encadeamento de catástrofes econômicas e políticas. Como Marx demonstrou, são as tendências evolutivas da dominação do capital que, chegadas a um certo ponto de maturação, tornam necessária a passagem a um modo de economia conscientemente planificado e organizado pelo conjunto da sociedade trabalhadora, para que toda a sociedade e a civilização humanas não soçobrem nas convulsões de uma anarquia desenfreada. É o próprio capital que precipita inexoravelmente a hora do seu destino, ao juntar, em massas cada vez maiores, os seus futuros coveiros: os proletários; ao alargar-se a todos os países da terra, através da instauração de uma economia mundial anárquica, com a consequente criação das bases para uma unificação dos proletários de todos os países numa potência revolucionária mundial que acabará com a dominação da classe capitalista. Desta maneira, o socialismo deixava de ser um projeto, um fantasma maravilhoso ou sequer a experiência adquirida

a pulso por alguns grupos de operários isolados em diferentes países. O socialismo, programa comum de ação política do proletariado internacional, é uma *necessidade histórica,* pois é o fruto das tendências evolutivas da economia capitalista.

Compreende-se agora por que é que Marx colocou a sua própria doutrina econômica fora da economia política oficial e lhe chamou "Crítica da Economia Política". Certamente que as leis da anarquia capitalista e a sua ruína, tal como Marx as desenvolveu, não são mais do que a continuação da economia política, tal como os sábios burgueses a criaram. Mas são uma continuação cujos resultados finais estão em completa contradição com os pontos de partida desses mesmos sábios burgueses, mas o seu nascimento matou a mãe. Na teoria de Marx, a economia política encontrou o seu acabamento e a sua conclusão. As consequências não podem deixar de ser - à parte alguns desenvolvimentos de pormenor da teoria de Marx - a transposição desta teoria para a ação, isto é, para a luta do proletariado internacional e para a realização da ordem econômica socialista. O fim da economia política como ciência é uma ação histórica de alcance mundial: a tradução na prática de uma economia mundial organizada segundo um plano. O último capítulo da doutrina da economia política é a revolução social do proletariado mundial.

O laço específico próprio à economia política e à classe operária moderna baseia-se numa reciprocidade. Se, por um lado, a economia política, tal como Marx a desenvolveu é, mais do que qualquer outra ciência, o fundamento insubstituível da educação proletária, o proletariado consciente constitui, por outro lado, o único auditor receptivo e capaz de compreender a teoria econômica. Conservando ainda sob os olhos os escombros da velha sociedade feudal, os Quesnay e Boisguillebert na França, os Adam Smith e Ricardo na Inglaterra, perscrutavam outrora com orgulho e entusiasmo a jovem sociedade burguesa, fortalecidos com a confiança que tinham no reino milenar da burguesia e da sua harmonia social "natural", mergulhavam sem medo os seus olhares de águias nas profundezas das leis capitalistas.

A partir de então, a luta da classe proletária, ampliando-se cada vez mais, e particularmente durante a insurreição de Junho de 1848 do proletariado parisiense, destruiu a confiança da sociedade burguesa no seu caráter divino. A partir do momento em que foi beber à fonte do conhecimento das contradições modernas entre as classes,

a burguesia tem horror da nudez clássica com que outrora os criadores da sua própria economia política fizeram aparecer o universo. Não é, hoje, claro, que os porta-vozes do proletariado moderno fabricaram as suas armas mortais a partir destas descobertas científicas?

Assim se explica que, desde há decênios, a economia política, não somente a socialista como também a burguesa (na medida em que esta era outrora uma verdadeira ciência), não encontre entre as classes dominantes senão ouvidos surdos. Incapazes de compreender as doutrinas dos seus antepassados e ainda menos de aceitar a doutrina de Marx, que saiu daquelas e anuncia o fim da sociedade burguesa, os nossos doutos burgueses expõem, sob o nome de economia política, um caldo informe feito de resíduos de todas as espécies de ideias científicas e de confusões interessadas, e por este fato não procuram de maneira nenhuma estudar os objetivos reais do capitalismo, mas, pelo contrário, pretendem mascará-los, para defender o capitalismo como sendo a melhor, a única, a eterna ordem social possível.

Esquecida e traída pela sociedade burguesa, a economia política científica já não procura os seus auditores, a não ser entre os proletários conscientes, para encontrar neles, não somente uma compreensão teórica, mas uma realização prática. A célebre frase de Lassalle aplica-se em primeiro lugar à economia política: "Quando a ciência e os trabalhadores, estes dois polos opostos da sociedade, se estreitarem, sufocarão nos seus braços todos os obstáculos à civilização".

O capital e o capitalismo em perspectiva histórica[1]

Paul Singer

O capital é, na verdade, muito mais antigo que o capitalismo na história da humanidade. Já na antiguidade, o capital comercial desempenhava papel importante na economia: o desenvolvimento das trocas mercantis ensejava a inserção de intermediários entre produtores e consumidores. A função do mercador surge como uma especialização a mais num processo de divisão de trabalho que se aprofundava. Até determinado momento, os produtores mesmos se davam ao trabalho de levar seus produtos ao mercado e aí realizar as transações de compra e venda necessárias ao prosseguimento de sua atividade produtiva. Quando o mercado se expande além de um certo ponto, multiplicando-se o número de produtores que dele participam, torna-se viável e vantajoso o aparecimento do mercador, que poupa aos produtores o trabalho de ir ao mercado, barganhar, etc., comprando destes os produtos em suas casas e lhes vendendo aí também as mercadorias que necessitam. Executando a atividade mercantil de muitos produtores, o comerciante não contribui diretamente para a produção material mas permite aos que o fazem dispor de mais tempo para dedicar à produção direta.

O que faz do comerciante um capitalista é exatamente o fato de que, embora não seja um produtor direto, ele participa do produto. Em sentido estrito, executava o comerciante funções produtivas (tais como o transporte por exemplo) e funções improdutivas, embora necessárias (tais as transações de compra e venda, escrituração etc.). É possível abstrair as funções produtivas do comerciante que, em princípio, poderiam ser executadas por transportadores especializados etc. Restaria então o comerciante puro, unicamente engajado em comprar e vender. Seu ganho resulta, neste caso, da diferença entre o preço pelo qual compra as mercadorias e o preço pelo qual as vende. A relação entre o lucro unitário e o preço de venda constitui a margem de lucro. O lucro total do comerciante resulta, portanto, de três elementos: a) da margem de lucro; b) do valor das transações; c) do

[1] Nona aula do Curso de Introdução à economia política. In: SINGER, P. Introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

número de transações realizadas durante certo período de tempo. Para melhor visualizar como estes 3 elementos interagem para formar o lucro comercial, vamos supor que a margem de lucro seja de 10%, isto é, que o comerciante vende as mercadorias a um preço superior ao que elas lhe custaram, que o dinheiro de que o comerciante dispõe - isto é, seu capital - lhe permite comprar de .cada vez mercadorias no valor de 100 mil cruzeiros (que vende portanto por 110 mil) e que leva um mês para adquirir e vender este volume de mercadorias. É fácil ver que, neste caso, o lucro comercial é de 10 mil cruzeiros por mês e, portanto, de 120 mil cruzeiros por ano.

O ponto crucial é que a margem de lucro, que geralmente é imposta ao comerciante pela concorrência, determina uma relação de proporcionalidade entre o montante de dinheiro de que o comerciante dispõe - isto é, seu capital - e o lucro. Se, no exemplo acima, o comerciante puder aumentar seu capital para, digamos, 160 mil (acumulando por exemplo metade do seu lucro anual), o seu lucro aumentará proporcionalmente, atingindo 16 mil mensais ou 192 mil ao ano. Assim, dadas a margem de lucro e a velocidade de rotação do capital - condições impostas por circunstâncias externas ao operador - o seu ganho depende essencialmente do tamanho do seu capital. Ou por outra, havendo mais de um mercador operando no mesmo mercado, os ganhos de cada um refletirão em média o montante de capital de que cada um dispõe.

Isso nos permite discutir brevemente as duas noções de capital que correspondem às duas escolas de pensamento econômico que estamos analisando. Para o marginalismo, o capital é representado pelo conjunto de recursos materiais ou mentais que permitem ao homem elevar sua produtividade. O capital pode ser, portanto, constituído por máquinas, implementas, redes de distribuição de energia, poços de petróleo assim como de conhecimentos técnicos, patentes etc. Neste caso, o capital é essencialmente constituído por coisas de que os homens se podem apropriar. Essas "coisas", inseridas no processo de produção, permitem que o esforço do produtor direto, do trabalhador, enfim, alcance um resultado superior, de modo que o proprietário do capital faz jus à parcela do produto que é devida ao uso do seu capital. Desta maneira, o lucro se define como a diferença entre o tamanho do produto que seria obtido com e sem a utilização do capital. É claro que esta noção nos leva a reconhecer o "capital" desde os albores da existência da espécie, a partir do momento em que

o homem passou a usar machado de pedra e outros instrumentos igualmente rudimentares.

Para os marginalistas não tem muita importância saber quem se apropria de capital: se o próprio trabalhador ou alguma outra personagem. Os marginalistas supõem que são os sociólogos que devem se preocupar com isso. Mas, para os marxistas este é o problema crucial. Para eles, o capital não é constituído por "coisas" mas por uma relação social: só há capital quando aquelas "coisas" - isto é, os meios de produção - podem ser apropriados individualmente e quando esta apropriação permite aos apropriadores participar do produto sem contribuir diretamente para o seu surgimento. Em outras palavras, só há capital quando o produtor direto perde o domínio dos seus meios de produção, perdendo desta maneira também a propriedade do seu produto. Este passa a ser do dono do capital que devolve uma parte do produto ao trabalhador a título de salário. O trabalho assalariado é o resultado necessário de penetração do capital (entendido como relação social) no processo produtivo.

Acontece que o capital comercial é uma relação social que surge historicamente antes que a produção se tenha tornado capitalista. Na antiguidade, por exemplo, a produção estava a cargo de escravos ou então de pequenos produtores independentes, camponeses e artesãos. O fato de que parte desta produção era constituída por mercadorias permitia que se estabelecessem estas relações não de produção mas de circulação, mediante as quais o comerciante podia obter ganhos diferenciais. Surge desta maneira um capital externo à produção, que se empenha apenas na circulação das mercadorias. É um capital que atua, portanto, sem que haja capitalismo, entendido este como um modo de produção dominado pela "relação capital".

Na altura em que surge o capital comercial como um elemento expressivo no quadro econômico, as trocas mercantis já atingem necessariamente grande amplidão, como foi visto acima, o que significa que elas são também necessariamente monetárias. O escambo jamais poderia dar lugar a uma especialização mercantil. A troca direta de mercadoria por mercadoria, M X M, é, pela sua natureza, de âmbito limitado, estando em geral circunscrita ao intercâmbio de meros excedentes de produção. A aparição de um equivalente geral, de uma mercadoria de aceitação universal, permite a generalização das trocas de valores de uso diferentes, segundo a

forma M1 X D X M2, em que tanto M1 como M2 valem a mesma quantia de dinheiro D, diferindo apenas pela sua utilidade (trigo por peles, por exemplo). A presença de D torna possível romper a unidade M X M, separando no tempo e no espaço a transação M1 X D da transação D X M2, ou seja, havendo dinheiro é possível vender "hoje e aqui" e comprar "amanhã e acolá". Mas, é claro que é esta separação que torna possível também inverter o processo, realizando-se a operação D X M X D', cujo objetivo não é mais a troca de valores de uso diferente mas uma sucessão de transações cujo ponto de partida é uma quantia D de dinheiro e cujo ponto de chegada é uma quantia D' maior. A relação representada pelo capital comercial pode ser descrita sinteticamente por: D X M X D', em que o valor de uso representado por M não tem importância: tanto pode ser peles, como trigo ou outra coisa qualquer. O essencial é que a compra de uma mercadoria permita que haja sua revenda posterior a um preço mais alto, de modo que D' > D e daí surgir o lucro comercial representado por D' - D.

A existência da moeda dá lugar a uma outra espécie de capital de circulação (em contraposição ao capital produtivo): é o capital financeiro, que surge primeiro sob a forma de capital usurário. Sua origem vem do fato de que a moeda é, numa economia de mercado monetária, urna reserva de valor. Quem tem dinheiro acumulado, isto é, "tesouro", pode ter acesso a uma parcela do produto social, já que o tesouro é poder de compra congelado, que pode ser liquefeito a qualquer momento. Acontece que o processo de reprodução social soe ser interrompido por acontecimentos originados na natureza (secas, inundações, doenças) ou provocados pelo homem (guerras, saques, assaltos etc.) que privam o produtor dos meios para prosseguir em sua atividade. Nestas ocasiões, a reprodução só pode ser preservada lançando-se mão de estoques de recursos produtivos anteriormente constituídos. O camponês que perdeu sua colheita só pode voltar a produzir se alguém lhe fornecer sementes e víveres para que possa se sustentar até a próxima ceifa. O mesmo acontece com o artesão que perdeu suas ferramentas ou mesmo com o dono de escravos que não tem meios de reencetar a produção. Numa economia monetária, são os donos de tesouro que tem acesso aos estoques de valores de uso. Eles transferem este acesso aos produtores necessitados, concedendo-lhes crédito, ou seja, emprestando-lhes a soma de dinheiro de que necessitam em troca de sua restituição futura acrescida de juros. Os juros são proporcionais ao montante emprestado e ao tempo que durar

o empréstimo. Os ganhos do usurário dependem portanto de 3 elementos: a) da taxa de juros, ou seja, da relação entre o montante de juros e o valor emprestado - o "principal" - em determinado período de tempo; b) do valor do principal, isto é, do capital usurário; e e) do tempo que durar o empréstimo. Assim, por exemplo, se o capitalista usurário possuir um tesouro no valor de 1 milhão que ele empresta à taxa de 10% ao mês, ele receberá juros de 100 mil cruzeiros mensais ou 1,2 milhão de cruzeiros por ano.

É fácil ver que o lucro do capital financeiro decorre de elementos formalmente semelhantes aos que determinam o montante do lucro comercial: da mesma maneira que a margem de lucro, também a taxa de juros resulta da competição entre diversos capitalistas-usurários, que atuam no mesmo mercado; o tamanho dos juros é dado, também neste caso, pelo valor do capital de que dispõe o usurário. A única diferença é que o lucro do capital comercial é tanto maior quanto menor for o tempo necessário para que a operação D X M X D' seja liquidada, ao passo que o lucro do capital usurário cresce com o tempo de duração do empréstimo. No exemplo acima, supusemos que um capital comercial de 100 mil cruzeiros sofreria 12 rotações por ano, dando 10 mil de lucro em cada rotação. É claro que neste caso o lucro anual seria de 120 mil. Se, de alguma maneira, fosse possível reduzir o tempo médio de cada rotação de 1 mês para, digamos, 20 dias, o mesmo capital comercial sofreria em lugar de 12 um total de 18 rotações por ano, o que lhe elevaria o lucro anual de 120 para 180 mil cruzeiros. Já o mesmo não se dá com o capital usurário, em cuja rotação não entra a mercadoria, sendo representada simplesmente por D X D'. O lucro do capital usurário em cada rotação, isto é, em cada operação de crédito, é tanto maior quanto mais tempo ela levar. A 10% por mês, um capital usurário de um milhão colhe 100 mil cruzeiros por mês, 200 mil em dois e assim por diante. Não há para ele qualquer vantagem em abreviar a duração do empréstimo. Se esta for curta, multiplicam-se os intervalos entre uma operação e outra, nos quais o capital usurário permanece entesourado e entesourado ele não renda juros.

Apesar dessa diferença em relação ao capital comercial, não cabe dúvida que o capital do usurário permite a este entrar numa relação com os produtores ou com não-produtores que no entanto se apropriam do produto - donos de escravos, senhores feudais, etc. - e através desta relação se apropriam de uma parte do produto para o

qual ele não contribui diretamente. Eis, portanto, uma outra "relação capital" externa ao processo produtivo e que por isso pode existir fora do modo de produção capitalista e de fato historicamente o precedeu. Durante a Antiguidade assim como durante a Idade

Média, onde quer que se tenha desenvolvido a produção mercantil, o capital-usurário marcou sua presença.

O capital comercial e o capital usurário, embora conceitualmente bem diferenciados, podendo portanto levar existências independentes, soem aparecer frequentemente nas mesmas mãos. Quando ocorre uma desgraça, o produtor desamparado se volta em geral para o comerciante que normalmente lhe adquire as mercadorias. No momento em que este adianta dinheiro ao produtor, pagando antecipadamente pela produção em troca de juros, o capital do comerciante se torna capital usurário. Nada mais natural que o mesmo capitalista desempenhe as duas funções. Historicamente esta possibilidade permitiu o surgimento de poderosas famílias de mercadores-financistas, na Europa, a partir do fim da Idade Média, como os Fuger, os Medieis e mais tarde os Rothschild.

O capitalismo só surge como modo de produção no século XVI, na Europa, sob a forma de "manufatura". A penetração do capital na esfera da produção sé dá basicamente de duas maneiras: uma, de fora para dentro, quando comerciantes começam a assalariar artesãos. desenvolvendo a indústria doméstica; a outra, de dentro para fora, quando certos mestres rompem as limitações corporativas e assalariam um grande número de artífices, deixando de trabalhar diretamente na produção para se transformar em capitalistas propriamente ditos, entregues unicamente às tarefas improdutivas de supervisionar o trabalho alheio, empregar e despedir, comprar e vender etc. A primeira maneira - de fora para dentro - levou em geral a uma subordinação meramente formal do processo produtivo ao capital: os artesãos continuavam dispersos, trabalhando em suas casas (em geral com o auxílio de mulher e dois filhos), usando as mesmas técnicas etc. Já a segunda maneira tendeu a revolucionar o processo produtivo: os antigos mestres transformados em capitalistas manufatureiros agrupavam numerosos artesãos sob o mesmo teto, fazendo com que cada um se dedicasse a uma só tarefa, na qual acabava adquirindo grande destreza. Este avanço na divisão do trabalho dentro da oficina permitiu criar ferramentas especializadas; dezenas de tipos de martelos, de alicates etc., o que contribuiu para um notável aumento da produtividade do trabalho. Neste caso, a

subordinação do processo produtivo ao capital não era meramente formal: o capital, ao penetrar no processo produtivo, revolucionou a técnica de produção e isso de uma forma contínua. A produção artesanal europeia, graças à manufatura, melhorou de qualidade e se tornou mais barata, o que proporcionou a base econômica indispensável à conquista comercial-militar da América e de grande parte da Ásia, que foi consumada antes da Revolução Industrial. A conquista de colônias em outros continentes abriu novos mercados à manufatura europeia, permitindo-lhe expandir-se em novos campos.

A Revolução Industrial inaugurou, a partir do último quartel Io século XVIII, uma nova fase na história do capitalismo. Surge :1 máquina capaz de empunhar as ferramentas, que antes só podiam ,~r manejadas pelas mãos do artesão. A manufatura havia, ao longo de três séculos, desenvolvido a técnica artesanal até os limites impostos pela anatomia e pelo sistema nervoso do trabalhador: a força, a velocidade de reação, a maleabilidade do organismo humano estavam sendo explorados ao máximo. Daí em diante, ganhos significativos de produtividade do trabalho só poderiam ser atingidos se o corpo humano pudesse ser substituído por um mecanismo muito mais poderoso. É o que a máquina, trazida pela Revolução Industrial, mostrou ser. O tear mecânico consegue executar um número muito maior de movimentos por minuto que o mais hábil dos tecelões manuais, assim como o martelo mecânico desenvolve muito mais força que qualquer combinação tecnicamente viável de músculos humanos. Guindastes, pontes rolantes, prensas, tornos, fresas etc. movidos por energia a vapor romperam definitivamente os limites milenares que a utilização da "máquina humana" tinha até então imposto. Não importa discutir aqui se foi a invenção do tear mecânico ou da máquina a vapor o passo decisivo que encaminhou a Revolução Industrial. Importa que, por volta de 1770, as condições estavam maduras na Inglaterra, o país em que o capitalismo manufatureiro mais se havia desenvolvido, para que tais inventos pudessem ser prontamente aplicados à produção, tendo por consequência um notável avanço do capitalismo que, pela primeira vez, tende a abarcar todas as atividades produtivas de uma nação.

Durante o período em que predominou o capitalismo manufatureiro, este na verdade se limitou a determinados ramos de produção - o artesanato, a mineração etc. - mas não foi capaz nem de eliminar destes ramos a competição do artesão individual nem de

penetrar em outros, como a agricultura, que ainda continuava em grande parte camponesa e feudal. Mesmo na Inglaterra, a maior parte do artesanato ainda estava organizado em corporações, às vésperas da Revolução Industrial, e a agricultura estava apenas parcialmente nas mãos de proprietários ou arrendatários capitalistas. Tudo isso vai mudar com a introdução das máquinas e o início da produção fabril. As novas técnicas de produção são tão superiores em relação às antigas, que o pequeno empreendedor acaba sendo totalmente expulso de um ramo após outro. O processo é relativamente rápido, considerando-se os imensos deslocamentos sociais que ele provocou: milhões de camponeses perdem suas terras e são obrigados a emigrar para as cidades, onde se proletarizam, ou para o além-mar, onde ainda podem reconstruir, por mais algumas gerações, sua antiga maneira de viver; do mesmo modo centenas de milhares de artesãos são arruinados, sua habilidade profissional perde valor, sendo degradados à condição de meros proletários quando não caem no limbo do "lumpenproletariado". Mesmo assim, só no fim do século XIX pode-se dizer que a Revolução Industrial chegou ao fim de sua trajetória na Inglaterra, que assim se torna o primeiro país inteiramente capitalista na história.

Para que o capitalismo se apoderasse de todos os ramos de produção, não bastou, no entanto, sua superioridade econômica. Era preciso que as instituições que regem a vida econômica cessassem de proteger o mais fraco, que a livre concorrência nos mercados reinasse soberana, abolindo-se tarifas protecionistas, regulamentos corporativos, companhias privilegiadas etc. Foi necessário, enfim, o triunfo político do liberalismo para que a máquina, sob a forma de capital industrial, pudesse penetrar em todas as esferas da vida produtiva, revolucionando a técnica, arregimentando os produtores e expandindo de modo notável a escala de produção.

O capitalismo industrial iniciou sua trajetória triunfante na Grã-Bretanha, ainda no último quartel do século XIX, penetrou no continente europeu após as Guerras Napoleônicas, expandindo-se com grande vigor nos Estados Unidos após a abolição da escravatura (1864), no Japão após a Revolução Meiji (1868) e na Alemanha após a unificação (1871). Criou-se, desta maneira, a partir de 1870 mais ou menos uma economia capitalista mundial, na qual a hegemonia britânica começava a ser disputada principalmente pelos Estados Unidos e pela Alemanha. A este mercado foram atraídos como fornecedores de matérias-primas e alimentos várias nações da

periferia, como a Rússia, Argentina, Brasil etc. A expansão desta economia mundial era condicionada pela aceitação do liberalismo (que no comércio mundial se traduzia em "livre cambismo") a qual alcançou seu auge na véspera da Primeira Guerra Mundial.

Aos primeiros avanços tecnológicos, que abriram caminho à Revolução Industrial, seguiram-se outros sem cessar. A energia a vapor passou a ser substituída, com vantagem, pela energia elétrica e pelo motor a explosão. O desenvolvimento da eletrotécnica levou à iluminação elétrica, ao aquecimento elétrico e à eletroquímica, que usa a energia elétrica para provocar reações químicas (uma de suas aplicações é a galvanoplastia, por exemplo). Mais recentemente se desenvolveu a eletrônica, o que permitiu revolucionar as telecomunicações. Avanços no campo da química permitiram o surgimento de fertilizantes e inseticidas, de novos materiais (como os plásticos) e sobretudo da quimioterapia, com profundas repercussões sobre a longevidade humana. A energia elétrica permitiu o desenvolvimento de motores de pequeno porte, com os quais foi possível criar numerosos utensílios, que facilitam notavelmente a execução do serviço doméstico. O motor a explosão, capaz de aproveitar a energia em alto grau, permitiu a criação de veículos automóveis leves e econômicos e de aviões - ambos inventos que revolucionaram a vida do homem no século XX. Resta ainda mencionar a penetração da máquina no âmbito da recreação, com o surgimento do cinema, do rádio e da televisão.

Este incessante avanço técnico passou a exigir capitais crescentes para sua aplicação. As novas usinas siderúrgicas, fábricas de produtos químicos ou de automóveis eram muito maiores do que as tecelagens e fiações do início da Revolução Industrial. As novas técnicas não apenas exigiam escalas maiores de produção, mas também as premiavam generosamente. Como foi visto na 6.• aula, a técnica moderna proporciona ganhos de escala cada vez maiores, o que constitui o principal fator da concentração do capital. É preciso ressaltar aqui que estes ganhos de escala não se realizam só na produção, mas também no laboratório. À produção de novas técnicas, que inicialmente era o resultado natural do trabalho do artesão ou então constituía atividade especializada do inventor individual - Tomas Edison e seus assistentes foram dos últimos exemplos desta espécie - passou a constituir a atividade de grandes equipes de especialistas diretamente sob o comando do grande capital. A

vantagem desta nova organização da atividade inventiva, hoje rotulada de "Investigação e Desenvolvimento", é que é possível coordenar estreitamente o desenvolvimento de novas técnicas com as necessidades mercadológicas das grandes empresas, acumulando-se enormes quantidades de dados cuja utilização obedece aos ditames do departamento de marketing. Em última análise, a partir de uma certa extensão do trabalho científico e tecnológico, o know-how acumulado permite à empresa manter certa dianteira face aos competidores em determinados campos, o que lhe assegura, na prática, privilégios monopolísticos em uma série de mercados.

Os marginalistas acreditavam que o monopólio desencorajava o progresso técnico simplesmente porque o monopolista, não tendo competidores, não teria interesse em inovar os processos -de produção. Acontece, no entanto, que mesmo não havendo guerras de preços entre os oligopólios em cada mercado, eles competem entre si, usando como armas a publicidade, a imagem da marca, a aparência e as características do produto. É claro que isso estimula o avanço tecnológico, embora o distorça muitas vezes, quando se envidam esforços tendentes a meramente redesenhar produtos antigos, sem de fato melhorá-los. Mas, não há dúvida de que a concorrência monopolística oferece os maiores incentivos ao invento de novos produtos mesmo que sua utilidade, do ponto de vista dos consumidores, seja, às vezes, duvidosa.

Além do mais, a mudança de processo permite obter o mesmo produto com custo menor, o que proporciona aos que dominam os novos processos de produção margens mais elevadas de lucros. Uma das características do capitalismo monopolista é de que, nos mercados oligopólicos, os ganhos de produtividade não acarretam, em geral, queda dos preços dos produtos, como costuma ocorrer em mercados concorrenciais. Nestes, a firma que desenvolve novos processos de produção usufrui uma vantagem temporária: ela obtém superlucros apenas enquanto os outros concorrentes não aplicarem igualmente o novo processo, quando então os preços tendem a baixar na mesma medida em que diminuíram os custos. Em mercados oligopólicos, no entanto, esta vantagem tende a ser permanente - mesmo que a empresa oligopolista que domina o novo processo resolva reduzir algo os preços, favorecendo o consumidor, e talvez eleve algo os salários que paga, favorecendo seus trabalhadores, o fato é que ela tem um domínio muito maior sobre os frutos do avanço técnico. Nestas condições, ela tem razões de sobejo para se empenhar nele.

Argumenta-se que, como resultado destes avanços técnicos, deu-se uma Segunda Revolução Industrial, da qual surgiu um capitalismo "pós-industrial". O ponto de ruptura entre o antigo capitalismo industrial e o novo capitalismo pós-industrial teria sido a invenção do computador e do servomecanismo. O papel do computador é duplo: como máquina de calcular, realiza um enorme número de cálculos em pouco tempo, ampliando poderosamente o raio de ação do próprio trabalho científico; como máquina de contar, armazenar e processar informações, o computador realiza, com grande economia de trabalho humano, atividades de controle, de arquivo de informações, ampliando a capacidade dos centros de decisão de coordenar e orientar atividades. O computador torna possível, desta maneira, atividades de planejamento centralizado que antes não eram viáveis. Ele deu lugar a uma nova ciência do estudo e tratamento de informação - a informática.

O servomecanismo é uma espécie de minicomputador, adaptado a uma ou diversas máquinas, as quais dirige. O computador é chamado de "cérebro eletrônico" porque consegue realizar operações de raciocínio, embora elementares. Isto significa que ele é dotado de dispositivos de realimentação (feed-back), que permitem que se autocorrija. Assim, uma máquina automática, dirigida por um servomecanismo, não somente para se houver algum defeito, mas ela poderá, conforme o caso, corrigi-lo e voltar a funcionar. Estas características do servomecanismo, demonstradas por exemplo, pelos voos à lua inteiramente dirigidos por computadores, permitem ampla substituição do homem por máquinas na atividade produtiva. Teares que trabalham sem tecelão, tratores que aram campos sem tratoristas, fábricas inteiras de processamento de materiais que se autocontrolam, aviões dirigidos por pilotos-automáticos são alguns dos aspectos que caracterizam o advento da automação.

Marx já tinha dito que "o autômato é o fim para o qual tende todo o sistema de máquinas". De fato, como vimos, a máquina já tinha substituído o artesão que empunha a ferramenta. Ao homem sobrou a tarefa de vigiar e supervisionar a máquina. Aparentemente ele perdeu esta função para o servomecanismo. De fato, porém, o homem continua sendo indispensável não só para projetar e construir os computadores mas também para programá-los, além de ter que mantê-los em boas condições. Não parece, portanto, que a automação deverá acarretar um imenso desemprego tecnológico, como se temia

quando suas possibilidades foram sendo analisadas pela primeira vez. Mas, agora, um quarto de século depois, pode-se afirmar que a marcha da automação está sendo bem mais lenta do que a inicialmente prevista e sua aplicação tende sobretudo a afetar o âmbito dos serviços - bancos, correio, transporte, contabilidade, seguros etc. - do que a ocasionar na indústria a imediata substituição do homem pela máquina. Não há dúvida, porém, de que a automação tende a afastar o homem das atividades rotineiras, repetitivas ou que respondem a estímulos relativamente simples e padronizados. Autômatos já operam hoje as luzes do tráfego, elevadores, trens subterrâneos, telefones etc. É de se esperar que no futuro o homem seja afastado gradativamente de toda atividade produtiva direta, ficando apenas sob sua responsabilidade o controle, programação e manutenção dos autômatos e atividades não rotineiras de pesquisa científica, criação artística, educação etc.

Pergunta-se frequentemente como o capitalismo irá se adaptar ao mundo pós-industrial. Parece, porém, adequado perguntar se a lentidão do avanço da automação não se deve ao capitalismo. De fato, é muito difícil imaginar uma economia capitalista em que a produção direta não seja feita por homens, em que estes estão apenas limitados a tarefas que são estritamente improdutivas. Teoricamente, numa economia como esta, as mercadorias só incorporariam. o trabalho humano necessário à construção, programação etc., dos autômatos. Apenas as fábricas de autômatos utilizariam trabalho "vivo", que gera mais-valia. Todas as demais empresas utilizariam apenas trabalho morto, incorporado nos autômatos que realizam sua produção. Nestas condições, a separação entre o produtor direto e os meios de produção cessaria, simplesmente porque o produtor direto seria um meio de produção. Obviamente, a propriedade privada destes meios de produção deixaria de ter qualquer sentido, já que ele não passaria de uma excrecência histórica, face a um processo de produção inteiramente socializado.

Imagine-se, por exemplo, uma rede de postos de gasolina automáticos. Os clientes se auto-abastecem e pagam com um cartão de crédito, sendo as quantias diretamente creditadas a uma conta bancária. Os postos são reabastecidos automaticamente por condutos ligados diretamente a uma refinaria, a qual debita da mesma conta bancária seus fornecimentos. Quando uma bomba, num posto qualquer, se desarranja, ela para e se "autoconserta" ou então avisa uma companhia de seguros que a substitui. A administração desta

companhia de distribuição de gasolina não tem outro serviço que o de verificar qual é o saldo da conta bancária - resultado da diferença entre vendas a varejo e compras no atacado de gasolina - e apossar-se dele. Admitindo-se que a amortização do capital seja igual aos prêmios pagos à companhia de seguros (também automaticamente), este saldo deverá corresponder à taxa de lucros média aplicada ao capital da companhia de gasolina. É claro que, em tais circunstâncias, será muito difícil justificar socialmente este lucro, já que ele não corresponde a qualquer função ativa. Os que se apossam dele não teriam outra justificativa do que a de que eles destinam parte deste lucro à construção de novos postos de gasolina. Mas é a outra parte, que eles usam para seu consumo, que não encontra justificação, já que, mesmo de acordo com a ideologia capitalista, o lucro do empreendedor corresponde à função vital de combinar os fatores de produção. Numa economia em que os fatores de produção se combinam automaticamente, o empreendedor não tem mais função.

A consideração destes fatos talvez leve a suspeitar de que a aplicação prática da automação seja ainda muito incipiente nos países capitalistas, mesmo nos mais adiantados, porque os que dominam o processo produtivo têm de fato muito menos entusiasmo pela automação do que professam em público. Esta suspeita não contradiz o que foi afirmado mais acima, de que o capitalismo monopolista oferece grandes vantagens às empresas que conseguem reduzir seus custos mediante o aumento da produtividade. É preciso, apenas, que este aumento não vá ao ponto de se tornar infinito, ou seja, de eliminar da produção qualquer custo direto em trabalho humano. Isso se traduziria, na prática, em aplicações parciais da automação, seletivamente alocadas a atividades cujas condições de trabalho, por serem perigosas, insalubres, molestas, humilhantes etc., dificultem a arregimentação de mão-de-obra. Assim, seria de se esperar que o trabalho em minas de carvão, junto a altos fornos ou nos frigoríficos seja automatizado, em elevado grau, muito antes que o sejam atividades para as quais haja adequado suprimento de força de trabalho.

É interessante observar, neste contexto, que a automação parece ter avançado mais nos serviços públicos - no transporte, na telefonia, nos correios, nos serviços de energia elétrica - do que na indústria, exceto nos ramos em que se dá processamento contínuo, como na petroquímica, na química etc. Parece provável, portanto, que

a organização capitalista da produção seja um obstáculo à plena aplicação das conquistas da chamada "Revolução Técnico-Científica", na medida em que elas ameaçam a produção do valor e portanto da mais-valia, o que se traduziria no plano imediato da aparência, na transformação do lucro num mero tributo ad valorem, sem qualquer correspondência com o processo real de produção.

Poder-se-ia objetar a isso com o fato de que os países de economia centralmente planejada tampouco estão mais adiantados nas aplicações da automação ao processo produtivo. É possível que este fato se explique pelo relativo atraso tecnológico destes países, mas não se pode desconsiderar a hipótese de que os grupos ou camadas sociais que dominam o processo produtivo nessas economias também tenham interesse em justificar a posição de mando que ocupam, o que poderia se tornar igualmente difícil com a completa automação do processo produtivo. O que não se pode negar é que tanto nos países capitalistas como nos países de economia centralmente planejada, os esforços que se dedicam ao desenvolvimento da automação não se comparam aos que se devotam à invenção e aperfeiçoamento de novos instrumentos bélicos.

Aliás, nos países capitalistas mais adiantados, o trabalho científico que levou ao desenvolvimento dos computadores e da maioria dos processos automáticos, foi e é financiado, em geral, por recursos públicos tendo por objetivo a invenção de armamentos.

Parece claro que novos avanços da ciência requerem recursos vultosos e que estes podem ser levantados mais facilmente pelo estado, tendo por pretexto ou justificativa a defesa nacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, este trabalho é efetuado, sob contrato com o Departamento de Defesa, nos laboratórios das grandes empresas ou das universidades e é claro que a aplicação "civil" dos resultados fica a cargo das mesmas empresas, sem maior ônus. Este subsídio pelo governo mostra também que, do ponto de vista do capital, a atividade científica apresenta um grau de risco excessivo na maioria dos casos, devendo por isso ser financiada por toda comunidade.

Economicamente, a atividade de pesquisa científica é análoga à prospecção: os resultados são incertos e na hipótese de se dar uma descoberta, esta proporciona ao financiador uma renda sob a forma royalties pelo uso de patente que assegura a propriedade da descoberta, o que é análogo à renda que uma empresa petrolífera por exemplo, aufere da exploração de uma jazida. No estágio de

desenvolvimento científico a que atualmente se chegou, o capital de risco disponível para financiar a pesquisa é insuficiente para sustentar o ritmo de progresso, havendo, portanto, necessidade de se recorrer ao tributo para se reunir os recursos requeridos.

Como vemos, tudo indica que o capitalismo está esgotando o seu papel histórico: tendo surgido como um modo de produção que revolucionou a técnica de modo contínuo e sistemático, ele elevou os níveis de produtividade do trabalho humano a níveis nunca antes sonhados. A Revolução Industrial foi a grande realização histórica do capitalismo, e sua rápida difusão permitiu ao capitalismo tornar-se o primeiro modo de produção universal da história. Mas a Revolução Industrial teve por base a sistematização da atividade científica e sua conexão íntima com a produção. Daí surgiram descobertas que permitem, ao menos potencialmente, superar os limites da própria Revolução Industrial e libertar o homem do encargo de prover pelo seu próprio esforço direto os meios para seu sustento. O abismo que se abre entre esta potencialidade e as realizações do capitalismo indicam que ele não tem condições de levar a humanidade à era pós-industrial. A transformação das promessas da Revolução Técnico-Científica em realidade exige um outro modo de produção, em que o controle do processo produtivo seja retomado pela sociedade corno um todo, de modo a eliminar qualquer tipo de privilégio que esteja no caminho da substituição do homem pelo autômato. Só assim a velha profecia de que em lugar do governo dos homens haverá apenas a administração das coisas poderá ser realizada.

Parte II

Karl Marx e sua Crítica da Economia Política

Esboço de uma Crítica da Economia Política[1]

Friederich Engels

A economia política **[1]** surgiu como consequência natural da expansão do comércio e, com ela, um elaborado sistema de fraudes consentidas, uma completa ciência a favor do enriquecimento substituiu a troca simples, não-científica.

Esta economia política, ou melhor: esta ciência do enriquecimento, nascida do logro mútuo e da ambição dos comerciantes, traz na fronte a marca do egoísmo mais repugnante. Vivia-se ainda sob a ingênua noção de que o ouro e o dinheiro constituíam a riqueza, e não havia nada de mais urgente a fazer do que proibir por toda parte a exportação de metais "preciosos". As nações viam-se mutuamente como avarentos, cada uma agarrando seu valioso saco de dinheiro e lançando aos seus vizinhos olhares de inveja e desconfiança. Faziam tudo para extrair dos povos com que mantinham relações comerciais o máximo em moeda, retendo no interior das suas fronteiras aduaneiras o dinheiro apurado no final das contas.

A aplicação verdadeiramente consequente deste princípio liquidaria o comércio. Pretendeu-se, então, ultrapassar este primeiro estágio: descobriu-se que o capital entesourado permanece morto, enquanto, circulando, aumenta constantemente. Houve, portanto, maior sociabilidade: soltaram-se as moedas como apelo para que a elas se juntassem outras e reconheceu-se que não é de modo algum prejudicial pagar pela mercadoria um preço demasiado elevado a A quando se pode vendê-la a B por um preço mais alto ainda.

Sobre tais alicerces edificou-se o sistema mercantilista **[2]** e nele o caráter cúpido do comércio assumiu já uma forma um pouco mais dissimulada: as nações efetuaram algumas aproximações,

---

[1] Tradução de Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. Retirado da Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 5: 1-29, 1979. Este ensaio de Engels foi escrito em Manchester, entre finais de 1843 e janeiro de 1844, e publicado em fevereiro de 1844 na revista Anais Franco-Alemães, animada em Paris por Marx e Ruge. Exerceu uma profunda influência sobre Marx e o orientou para um mais aprofundado estudo da economia política que culminou na composição de O Capital.

concluíram tratados de comércio e amizade, entraram em negociações e testemunharam todas as amabilidades possíveis em honra ao máximo lucro. Mas, no fundo, era a velha sede de dinheiro de sempre, o velho egoísmo que explodia de tempos em tempos nas guerras que, neste período, se baseavam todas na rivalidade comercial. Em tais guerras, evidenciou-se que o comércio, como a pilhagem, se apoia na lei do mais forte; não havia escrúpulos em extorquir, pela astúcia ou pela força, tratados daquela espécie, desde que fossem considerados os mais favoráveis.

O ponto principal de todo o sistema mercantilista é a teoria da balança comercial. De fato, como continuava vigente o princípio de que o ouro e o dinheiro constituíam a riqueza, só eram apreciados como vantajosos os negócios que, em suma, traziam ao país moeda sonante. Para verificar isto, comparava-se a exportação e a importação. Se se exportava mais do que se importava, pensava-se que a diferença tinha entrado no país sob a forma de moeda sonante e acreditava-se que aquele se tornara mais rico. A arte dos economistas consistia, assim, em velar para que, ao fim de cada ano, a exportação apresentasse um saldo favorável face à importação — e é em nome desta ridícula ilusão que milhares de homens foram massacrados! Também o comércio teve as suas cruzadas e a sua inquisição.

O século XVIII, o século da revolução, subverteu igualmente a economia. Mas todas as revoluções deste século apenas abordaram uma face do antagonismo, sem ultrapassar a outra. (Eis por que se contrapunha ao espiritualismo abstrato o materialismo abstrato, à monarquia a república, ao direito divino o contrato social.) A revolução econômica, de repente, não poderia nunca superar esse antagonismo. Os pressupostos permaneceram os mesmos. O materialismo não atacou o desprezo e a humilhação do homem no cristianismo: limitou-se a instaurar a natureza como absoluto frente ao homem, substituindo-a ao deus cristão. A política não pensou em examinar, em si e para si, os pressupostos do Estado. A economia nem sequer teve a ideia de se interrogar sobre o que justifica a propriedade privada. É por esta razão que a nova economia constituiu apenas um progresso a meias: foi obrigada a descobrir e a negar seus próprios pressupostos, a apelar ao recurso do sofisma e da hipocrisia para camuflar as contradições em que se debatia e para chegar às conclusões a que era conduzida não pelas suas próprias hipóteses, mas pelo espírito do século. Deste modo, a economia assume

uma forma filantrópica, deixa de favorecer aos produtores para apoiar os consumidores; revela um santo horror pelas sangrentas desordens do sistema mercantilista e sugere que o vínculo comercial estabelece a amizade e a compreensão entre as nações e os indivíduos. Tudo corria bem, era magnífico! Mas os pressupostos muito cedo recomeçaram a manifestar-se e engendraram, em oposição a esta brilhante filantropia, a teoria da população de Malthus **[3]** — o sistema mais grosseiro e mais bárbaro que jamais existira, o sistema do desespero que reduziu a pó todas essas belas frases a propósito da fraternidade humana e da cidadania universal; engendraram e construíram o sistema fabril e a escravidão moderna que, em desumanidade e crueldade, nada deve à antiga escravatura. A nova economia, o sistema do livre comércio, apoiado na *Wealth of nations*, de Adam Smith **[4]**, revela-se como a hipocrisia, a imoralidade e a inconsequência que, presentemente, afrontam todos os domínios da liberdade humana.

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fosse- subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras consequências da propriedade privada; era necessário que todas as mesquinhas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana **[5]**; era necessário que a teoria da propriedade privada abandonasse o puro empirismo, com suas pesquisas unicamente objetivas, para assumir caráter mais científico, que a tornasse igualmente responsável pelas suas resultantes e deslocasse a coisa para um campo humano em geral, onde a imoralidade contida na velha economia fosse conduzida à sua expressão mais elevada em razão da sua negação e da hipocrisia que necessariamente decorre da tentativa de negá-la. Tudo isto faz parte da natureza do processo. Reconhecemos voluntariamente que só o estabelecimento e a realização do livre comércio nos colocaram em situação de avançar para além da economia da propriedade privada, mas, simultaneamente, temos o direito de situar esta liberdade de comércio na sua total nulidade teórica e prática.

Nosso juízo terá razão de se revelar tanto mais duro quanto mais os economistas que avaliarmos se aproximam do nosso tempo. Enquanto Smith e Malthus só encontraram conclusos elementos

dispersos, os economistas mais recentes tinham à vista o sistema concluído na sua totalidade: as consequências estavam tiradas, as contradições manifestavam-se à luz do dia suficientemente claras e, contudo, eles não reexaminaram as premissas, aceitando responder sempre pelo processo como um todo. Quanto mais os economistas se aproximam do presente, mais se afastam da honestidade. Quanto mais o tempo avança, mais os sofismas necessariamente aumentam. É por isto, por exemplo, que Ricardo **[6]** é mais culpado que Adam Smith e Mac Culloch **[7]** e Mill **[8]** mais culpados que Ricardo.

A economia moderna não chega mesmo a julgar convenientemente o sistema mercantilista, porque ela própria é parcial e está ainda aprisionada aos pressupostos deste sistema. Somente o ponto de vista que ultrapasse o antagonismo dos dois sistemas e critique seus pressupostos comuns, partindo de uma base universal puramente humana, poderá assinalar a ambos sua posição exata. Ficará evidente que os defensores do livre comércio são monopolistas piores que os próprios mercantilistas antigos. Ficará evidente que, por trás do humanismo hipócrita dos modernos, se esconde um barbarismo que os antigos não imaginavam, que a confusão conceitual dos antigos é, confrontada com a lógica de dupla face dos seus detratores, ainda simples e consequente, e que nenhuma das duas partes pode reprovar qual- quer coisa à outra sem que isto se volte contra si. É também por isto que a economia liberal atual não pode compreender a restauração, por List **[9]**, do sistema mercantilista, enquanto, para nós, esta tarefa é inteiramente elementar. A inconsequência e a duplicidade da economia liberal deve necessariamente decompor-se nos seus constituintes essenciais: assim como a teologia deve ou voltar à fé cega ou avançar até a livre filosofia, é preciso que a liberdade de comércio produza, por um lado, a restauração dos monopólios e, por outro, a supressão da propriedade privada.

O único progresso positivo realizado pela economia liberal é o desenvolvimento das leis da propriedade privada. Estas certamente estão contidas nela, mesmo não sendo claramente expressas ou levadas até suas últimas consequências. Daqui decorre que, sempre que se tratar de resolver como fazer fortuna rapidamente, em todas as controvérsias estritamente econômicas, os defensores da liberdade comercial têm o direito a seu lado. Que fique bem claro que isto se dá nas controvérsias com os monopolistas e não com os adversários da propriedade privada, porque estes são capazes de dar respostas

economicamente mais justas às questões econômicas, como o comprovaram, já há bastante tempo, prática e teoricamente, os socialistas ingleses.

Na crítica à economia política, vamos examinar as categorias fundamentais, demonstrar a contradição introduzida pelo sistema da liberdade de comércio e extrair as consequências dos dois aspectos da contradição.

***

A expressão *riqueza nacional* impôs-se apenas pela sede de universalidade dos economistas liberais. Enquanto existir a propriedade privada, esta expressão carece de sentido. A "riqueza nacional" dos ingleses é muito grande e, contudo, o povo inglês é o mais miserável da Terra. Ou abandonamos completamente esta expressão ou, então, aceitamos as condições que lhe dão sentido. O mesmo se aplica às expressões *economia nacional* **[10]**, *economia política*, *economia pública*. Na situação atual, a ciência de- veria chamar-se economia *privada*, porque suas relações públicas existem exclusivamente por amor à propriedade privada.

A consequência mais imediata da propriedade privada é o *comércio*, a troca de necessidades recíprocas, a compra e a venda. Sob o império da propriedade privada, o comércio, como todas as atividades, deve constituir uma fonte imediata de lucro para quem o exerce; ou seja: cada um deve procurar vender o mais caro possível e comprar ao preço mais baixo. Cada compra ou venda colocam frente a frente dois homens com interesses absolutamente opostos. Este conflito se funda numa considerável hostilidade, porque cada um conhece as intenções do outro a sabe que se opõem às suas. A primeira resultante deste fato é, por um lado, a desconfiança recíproca e, por outro, a justificação desta desconfiança, que utiliza meios imorais para impor um fim que não lhe fica atrás. É assim, por exemplo, que o primeiro princípio do comércio é ocultar ou dissimular tudo o que possa diminuir o valor do artigo posto à venda. Resultado: no comércio é permitido tirar o maior partido da ignorância e da confiança da outra parte interessa- da, atribuindo à mercadoria à venda propriedades que ela não possui. Numa palavra: o comércio é a burla legal. Qualquer comerciante, se honrar a verdade, testemunhar-me-á que a prática confere com esta teoria.

O sistema mercantilista tinha ainda uma certa franqueza católica, ingênua, e não escamoteava a essência imoral do comércio. Vimos como patenteava abertamente sua vil cupidez. A hostilidade mútua das nações no século XVIII, uma cobiça repugnante e a rivalidade comercial eram a resultante lógica do comércio em geral. A opinião pública não estava ainda humanizada a tal ponto que fosse necessário camuflar coisas que decorriam da natureza conflitual e imanente do próprio comércio.

Mas quando o *Lutero da economia* **[11]**, Adam Smith, fez a crítica da economia anterior, muito já mudara. O século humanizara-se, a razão soubera impor-se, a moral começava a fazer valer seu direito eterno. Os tratados comerciais extorquidos, as guerras comerciais, o orgulhoso isolamento nacional chocavam-se demasiado contra os progressos da consciência. A hipocrisia protestante substituiu a franqueza católica. Smith demonstrou que a humanidade também encontrava seu fundamento na essência do comercio e que este, "em vez de ser a maior fonte de discórdia e hostilidade", deveria tornar-se "um ponto de harmonia e amizade quer entre as nações, quer entre os indivíduos" (cf. *Wealth of nations*, liv. 4, cap. 3, § 2). De fato, faz parte da própria natureza do comércio que ele seja, no seu conjunto, vantajoso para todos os interesses!

Smith tinha razão ao elogiar a humanidade do comércio. Nada no mundo é absolutamente imoral; o próprio comércio, por um lado, presta homenagem à moralidade e à humanidade. Mas que homenagem! A lei do mais forte, a vulgar pilhagem da Idade Média humanizou-se com o apare- cimento do comércio, e este também foi humanizado, entrando no sistema mercantilista como etapa inicial daquilo que se caracterizou pela proibição da saída de dinheiro; e, por sua vez, o próprio sistema mercantilista sofreu transformações humanizadoras. Naturalmente que faz parte do interesse dos comerciantes estabelecer boas relações com aqueles de quem compram barato e com aqueles a quem vendem caro. Para uma nação é muito prejudicial fomentar um estado hostil, tanto com seus fornecedores quanto com seus clientes: maior a amizade, mas ela é vantajosa. Esta é a humanidade do comércio, e esta maneira hipócrita de desviar a moralidade para fins imorais é o orgulho do sistema do livre comércio. Não fomos nós que destruímos a barbárie dos monopólios — indagam esses hipócritas —, não levamos a civi1ização aos continentes longínquos, não diminuímos as guerras? Sim, fizeram tudo isto... mas como! Destruíram os pequenos monopólios para

deixarem o caminho mais livre e desobstruído para o único grande monopólio de base: a propriedade. Civilizaram os confins da Terra para conquistar um campo de expansão para a sua ambição rasteira, criaram, uma confraternização de povos que é apenas uma confraria de ladrões, e diminuíram as guerras para ganhar muito mais em tempo de paz, para elevar a nível extremo a hostilidade particular e a guerra infame da concorrência! Quando é que fizeram alguma coisa por puro humanismo, com a consciência do que opõe o interesse geral ao interesse particular? Quando é que se mostraram morais sem estar interessados, sem acalentar no fundo motivos imorais e egoístas?

Depois de a economia liberal ter feito tudo para universalizar a hostilidade decompondo as nacionalidades, transformando a humanidade numa horda de bestas ferozes (acaso não são bestas ferozes os que se dedicam à concorrência?) que se entredevoram precisamente porque cada um partilha com todos os outros dos mesmos interesses — após este trabalho preliminar, restava-lhe apenas um passo para chegar ao fim: dissolver a família. Para isso, o sistema fabril, sua bela invenção pessoal, correu em seu auxílio. O último traço dos interesses comuns, a comunidade familiar de bens, foi minada pelo sistema fabril e — pelo menos aqui, na Inglaterra — está a ponto de ser dissolvida. Cotidianamente, as crianças, logo que estão em idade de trabalhar (ou seja: quando chegam aos nove anos), gastam o salário em usos próprios e consideram a casa paterna como simples pensão, entregando aos pais uma certa quantia para alimentação e alojamento. Como poderia ser diferente? Poderia haver outro resultado que o isolamento dos interesses que está na base da liberdade de comércio? A partir do instante em que um princípio é posto em movimento, ele prossegue em todas as suas consequências — por mais que isso desagrade aos economistas.

Mas o economista, ele mesmo, não sabe a que causa serve. Não sabe que, com todo o seu raciocínio egoísta, constitui apenas um elo da corrente do progresso universal da humanidade. Não sabe que, dissolvendo todos os interesses particulares, apenas abre a via à grande subversão para que caminha este século: a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma.

***

A primeira categoria condicionada pelo comércio é o valor. Com relação a ele, como a propósito de todas as outras categorias, não

existe conflito entre os economistas antigos e os modernos, porque aos monopolistas, na sua avidez pelo enriquecimento imediato, não lhes sobrava tempo para se ocuparem com categorias. Todos os litígios sobre questões desta espécie surgiram com os economistas modernos.

Vivendo entre contradições, o economista também desdobra o valor: o valor abstrato ou valor real e o valor de troca. Acerca da natureza do valor real, houve, há muito, uma discussão entre os ingleses, que definiam os custos de produção como expressão do valor real, e o francês Say **[12]**, que pretendia medi-lo segundo a utilidade de um objeto. Desde o início do século, a discussão ficou pendente e desvaneceu-se sem ser resolvida. Os economistas não sabem resolver nada.

Os ingleses — Mac Culloch e Ricardo em particular — afirmam que o valor abstrato de um objeto é determinado pelos custos de produção. Entenda-se: o valor abstrato, e não o valor de troca, o *exchangeable value*, o valor no comércio, que é algo completamente diferente. Por que os custos de produção são medidas do valor? Por que — ouçam bem! — alguém, nas condições habituais, abstraindo o jogo da concorrência, venderia uma coisa mais barata do que lhe custou o produzi-la? Que temos a fazer aqui, se não se trata do valor *comercial,* da "venda"? Voltamos de novo ao comércio, ao comércio — e que comércio! — que devíamos excluir claramente, um comércio cujo dado principal, o jogo da concorrência, não deve ser tomado em consideração! Em primeiro lugar, havia um valor abstrato; agora, há também um comércio abstrato, um comércio sem concorrência, isto é: um homem sem corpo, um pensamento sem cérebro. E o economista sequer imagina que, logo que a concorrência esteja fora de cogitação, não há a mínima garantia de que o produtor venda sua mercadoria conforme os custos de produção? Que confusão!

Avancemos um pouco mais. Suponhamos, por um instante, que tudo funciona como diz o economista. Admitindo que alguém fez, graças a imenso esforço e elevados custos, qualquer coisa perfeitamente inútil, qualquer coisa que ninguém quer — isto vale o custo de produção? De modo algum — responde o economista —, pois quem quererá comprar isto? De repente, não reencontramos apenas a utilidade descrita por Say, mas, também, acima do mercado — com a compra — as relações concorrenciais. É impossível, e o economista, mesmo por um instante, não pode manter sua abstração. Não só o que ele se esforça por afastar a todo custo, a concorrência, mas ainda o que ele ataca, a utilidade, ressurgem-lhe a todo momento. O valor

abstrato e a sua determinação pelos custos de produção, com efeito, são abstrações, monstruosidades.

Mas, por um momento, concedamos uma vez mais razão ao economista. Como é que ele pode determinar os custos de produção sem ter em conta o jogo da concorrência? No exame dos custos de produção, veremos que esta categoria também é baseada na concorrência, e ainda aí se expressa a dificuldade do economista para impor suas pretensões.

Se passamos a Say, reencontramos a mesma abstração: a utilidade de um objeto é algo puramente subjetivo e, portanto, não se pode calcular de modo absoluto, pelo menos enquanto não nos desembaraçarmos das contradições. Segundo esta teoria, os objetos de primeira necessidade deveriam ter mais valor que os artigos de luxo. A única via para chegar a uma decisão de algum modo objetiva, aparentemente universal quanto à maior ou menor utilidade de um objeto, é, sob o domínio da propriedade privada, o jogo da concorrência, e é justamente este que deve ser afastado. Mas, se entramos com a relação concorrencial, introduzem-se também os custos de produção, porque ninguém venderá por uma soma menor do que a investida na produção, E, aqui também, um aspecto da oposição, apesar de o ser, volta-se contra o outro.

Tentemos ver claro no meio desta confusão. O valor de um objeto inclui estes dois fatores que foram arbitrariamente separados e, como se viu, sem qualquer sucesso para as partes em causa. O valor é a relação entre os custos de produção e a utilidade. A primeira aplicação do valor é resolver se um objeto deve ser produzido em geral, ou seja: se sua utilidade compensa o custo da sua produção. Só depois disto é que se põe a questão de uma aplicação do valor à troca. Perante a igualdade de custos de produção de dois objetos, a utilidade será o momento decisivo que definirá comparativamente o valor de cada um.

Esta é a única base justa de troca. Mas, se a pomos de parte, quem decidirá da utilidade de um objeto? A simples opinião dos interessados? Assim, em todo o caso, *um* dos dois estará enganado. Ou tratar-se-á de uma determinação baseada na utilidade inerente ao objeto, independentemente das partes interessadas e que não lhes é imediatamente perceptível? Então a troca só pode ser feita por *constrangimento*, e cada uma delas julga que isto é abusivo. Não se pode suprimir esta contradição entre a utilidade real inerente a um objeto e a determinação desta utilidade, entre a determinação da

utilidade e a liberdade daqueles que fazem a troca sem suprimir a propriedade privada; e, logo que esta seja suprimida, já não se põe a questão da troca tal como ela existe atualmente. A aplicação prática do conceito de valor reduzir-se-á, sempre, mais a este ato de decidir o que deve ser produzido e esta é sua verdadeira esfera.

Mas em que pé estão presentemente as coisas? Vimos que o conceito de valor é violentamente dilacerado e que cada um dos aspectos isolados é tomado pelo todo. Os custos de produção, alterados à partida pela concorrência, devem passar pelo próprio valor; o mesmo sucede com a utilidade simplesmente subjetiva, porque não se sabe encontrar outra. Para ajudar estas falsas definições a se manterem de pé, era necessário que em ambos os casos a concorrência fosse tida em conta; e o mais relevante é que, para os ingleses, a concorrência, face ao custo de produção, substitui a utilidade, enquanto, para Say, ao contrário, ela apresenta o custo de produção face à utilidade. Mas, qual utilidade? Qual custo de produção? A utilidade depende do acaso, da moda, do humor dos ricos; o custo de produção sobe ou desce com a relação contingente da oferta e da procura.

O fundamento da diferença existente entre o valor real e o valor de troca reside no fato de que, no comércio, o valor de um objeto é diferente do suposto equivalente que se dá por ele, o que significa que este equivalente não é, em realidade, um único equivalente **[13]**. Este pretenso equivalente é o *preço* do objeto e, se o economista fosse honesto, empregaria esta palavra para o "valor comercial". Mas é preciso sempre manter um pouco a aparência de que o preço concorda de qualquer modo com o valor, para que a imoralidade do comércio não se revele cruamente. Contudo, é absolutamente correto que o *preço* seja determinado pela ação recíproca do custo de produção e da concorrência — esta é a lei essencial da propriedade privada.

Esta lei puramente empírica foi a primeira coisa que o economista descobriu; e foi a partir dela que abstraiu então o valor real, ou seja, o preço no momento em que a relação da concorrência se equilibra, quando a oferta e a procura coincidem. Restam, naturalmente, os custos de produção e, nesta altura, o economista denomina-os valor real, enquanto são apenas um aspecto determinado do preço. Assim, na economia, deste modo tudo é colocado de cabeça para baixo: o valor que é, à partida, a fonte do preço, é situ- ado na dependência do seu próprio produto. Esta

inversão, sabe-se, é a essência da abstração (comparar Feuerbach sobre este ponto).

***

Segundo o economista, os custos de produção de uma mercadoria são constituídos por três elementos que a produção e a fabricação requerem: a renda da propriedade relativa à parcela de terreno necessária à produção da matéria-prima, o capital com o lucro e a retribuição do trabalho. Entretanto, aparece imediatamente que o capital e o trabalho são idênticos, posto que os economistas tenham visto que o capital é "trabalho acumulado". Restam-nos dois aspectos: um, natural e objetivo — a terra —, e outro, humano e subjetivo — o trabalho que inclui o capital; e, além do capital, ainda um terceiro aspecto do qual o economista não cogita — refiro-me ao elemento espiritual da invenção, a par do simples elemento físico do trabalho. Mas que importa ao economista o espírito de invenção? Todas as invenções não lhe caíram do céu, sem que ele se metesse com elas? Uma só dentre elas lhe custou alguma coisa? Deverá ocupar-se da sua incidência nos custos de produção? Para ele, a terra, o capital e o trabalho são as condições da riqueza; ele não precisa de mais nada, pois a ciência não lhe diz respeito. Importa-lhe o fato de que com Berthollet **[14]**, Davy **[15]**, Liebig **[16]**, Watt **[17]**, Cartwright **[18]**, etc., a invenção lhe trouxe contributos que o estimularam e à sua produção? Ele não sabe como tratar este gênero de problemas; o progresso da ciência ultrapassa seus algarismos.

No entanto, num balanço judicioso que vai além da divisão dos interesses praticada pelo economista, o elemento intelectual faz também certamente parte da produção e deve encontrar seu lugar na economia, entre os custos de produção. E é gratificante saber que as atenções voltadas para a ciência encontram também sua contrapartida material — é gratificante saber que um só fruto da ciência, como a máquina a vapor de James Watt, trouxe mais ao mundo durante seus primeiros cinquenta anos de existência do que o mundo, desde o seu princípio, despendeu por amor à ciência.

Temos, então, dois elementos que intervêm na produção: a natureza e o homem, e este último duplamente de maneira física e de maneira intelectual. Podemos agora voltar ao nosso economista e a seus custos de produção.

***

Aquilo que mão pode ser monopolizado não tem valor, diz o economista. Posteriormente, examinaremos esta proposição com mais cuidado. Se dizemos: isto não tem *preço* a proposição é válida para o estado de coisas derivado da propriedade privada. Se pudéssemos ter a terra tão facilmente como o ar, ninguém pagaria renda fundiária. Visto que não é assim, mas que, ao contrário, a extensão da tenra apropriada num caso particular é limitada, paga-se renda fundiária pelo terreno apropriado, isto é, monopolizado, ou, em troca, paga-se um preço de compra. Mas, depois desta indicação sobre a origem do valor fundiário, é completamente incompreensível ouvir o economista dizer que a renda fundiária é a diferença entre o produto da parcela do terreno que paga a renda e o produto do pior terreno que unicamente paga o trabalho do cultivo. Sabemos que é esta a definição de renda fundiária desenvolvida inteiramente pela primeira vez por Ricardo. É verdade que, na prática, esta definição é exata se se admite que uma queda da procura age *momentaneamente* sobre a renda fundiária e que, imediata- mente, uma quantidade correspondente do solo cultivado menos fértil é abandonado. Mas não é bem este o caso, e é por esta razão que a definição é insuficiente, tanto mais que ela não inclui o que origina a renda fundiária e não tem sequer em conta este fenômeno. O coronel T. P. Thompson, membro da Liga contra a Lei dos Cereais, renovou contra ela a definição de Adam Smith, com argumentos para fundamentá-la. No seu entender, a renda fundiária exprime a relação entre a concorrência dos que postulam o uso da terra e a quantidade limitada de terreno disponível. Aqui, pelo menos, há um retorno à própria gênese da renda fundiária; mas esta definição exclui a fertilidade variável do terreno, tal como a precedente não leva em consideração a concorrência.

Estamos, pois, de novo, com duas definições unilaterais, duas meias- definições para um objeto. Como no caso do conceito de valor, temos mais uma vez de apreender em conjunto estas duas determinações para encontrar a determinação exata que decorre do desenvolvimento do objeto e que, por esta razão, engloba toda a prática. A renda fundiária e a relação entre a capacidade de rendimento da terra, que é o aspecto natural (constituído, por sua vez, pela disposição natural e a valorização humana, introduzida pelo trabalho que realiza a fertilização) e o aspecto humano: a concorrência. Os economistas bem podem abanar a cabeça perante esta "definição": hão de ver, espantados, que ela compreende tudo o que se relaciona

com seu objeto. O proprietário fundiário não tem nada a reprovar no comerciante.

Ele rouba, ao monopolizar a terra. Ele rouba, ao explorar o acréscimo populacional que aumenta a concorrência e, com isso, o valor da sua propriedade fundiária; rouba fazendo daquilo que não é produto da sua atividade pessoal, e que possui apenas por acaso, a fonte do seu lucro particular. Rouba quando aluga, porque, no fim das contas, arroga-se os melhora- mentos feitos pelo rendeiro. Aqui reside todo o mistério da riqueza sempre crescente dos grandes proprietários fundiários.

Os axiomas que qualificam como roubo o modo de apropriação do proprietário fundiário — isto é: cada um tem direito ao produto do seu trabalho, ninguém deve colher o que não semeou — não são nossos. O primeiro exclui o dever de alimentar os filhos, e o segundo retira a cada geração o direito de existir, na medida em que cada geração herda a aquisição das precedentes. Estes axiomas, antes, são as consequências da propriedade privada. É preciso extrair as consequências desta última ou renunciar a ela como premissa.

Até a apropriação original, nada existia que não se justificasse pela afirmação do direito comunitário mais antigo. Para qualquer lado que nos voltemos, a propriedade privada leva-nos a contradições.

Antes de nos colocarmos a nós mesmos em leilão, havia que vender a terra, a terra que é tudo para nós, a condição primeira da nossa existência; isso foi e é até hoje uma imoralidade, só ultrapassada pela alienação de si mesmo. E a apropriação original, a monopolização da terra por um pequeno número, a exclusão dos outros daquilo que é a condição da sua vida, não tem nada, a invejar em imoralidade à venda ulterior do solo.

Se, ainda aqui, prescindirmos da propriedade privada, a renda fundiária reduz-se à sua verdade, à concepção racional que essencialmente a cria. O valor da terra, distinto desta enquanto renda fundiária, volta à própria terra. Este valor, que é mensurável pela capacidade produtiva de superfícies iguais e trabalho igual, entra evidentemente em consideração como parte dos custos de produção quando se avaliam os produtos e, como a renda fundiária, é a relação entre a capacidade produtiva e a concorrência, mas a *verdadeira* concorrência, tal como em seu tempo se desenvolver.

***

Vimos como, na sua origem, capital e trabalho são idênticos; a partir dos desenvolvimentos do próprio economista, vimos como o capital, resultante do trabalho, é logo, no processo de produção, revestido como novo substrato, material, do trabalho, e como, então, a separação posta um instante entre ambos é imediatamente suprimida na unidade dos dois; e, contudo, o economista separa capital e trabalho, mantém esta divisão só reconhecendo sua unidade pela definição do capital como "trabalho acumulado". O desdobramento capital/trabalho, que resulta da propriedade privada, é apenas a divisão do trabalho em si mesmo que corresponde a este estado de cisão que a engendrou. Quando esta separação se efetua, o capital divide-se de novo em capital primitivo e lucro, que é o acréscimo que ele recebe no processo de produção, se bem que a prática assimile imediatamente o lucro ao capital e o coloque em circulação com este **[19]**. O próprio lucro, por sua vez, é desdobrado em juros e lucro propriamente dito. Com os juros, a irracionalidade destes desdobramentos atinge o auge. A imoralidade do empréstimo a juros — derivada do fato de se receber sem trabalho pela simples ação de emprestar —, embora já contida na propriedade privada, apesar de tudo salta logo aos olhos e foi há muito denunciada pela consciência popular que, na maior parte das vezes, tem razão nesta espécie de coisas. Todos estes desdobramentos, estas divisões sutis emanam da separação original do capital e do trabalho, e da consequência dela na divisão da humanidade em capitalistas e trabalhadores, divisão que todos os dias se torna mais aguda e que, como veremos, *deve* agravar-se sempre e progressivamente. Mas, em última instância, da mesma forma que a separação já considerada da terra, do capital e do trabalho, esta é impossível! É impossível definir a quanto importa a parte da terra, do capital e do trabalho num determinado produto. Estas três grandezas são imensuráveis. A terra cria a matéria-prima, mas não sem capital e sem trabalho; o capital supõe a terra e o trabalho, e este supõe, pelo menos, a terra e, também frequentemente, um certo capital. As participações dos três são completamente indissociáveis e não podem ser aferidas segundo uma quarta e comum medida. Nas condições atuais, quando se trata da questão da divisão da relação entre estes três elementos, não há critério que lhes seja inerente; o critério lhes é completamente estranho e contingente e os fraciona: a concorrência, o requinte da lei do mais forte. A renda fundiária implica a concorrência, o lucro do

capital é unicamente determinado pela concorrência, e o que toca à retribuição do trabalho será examinado a seguir.

Se prescindimos da propriedade privada, todas estas separações artificiais desaparecem simultaneamente. A diferença entre juro e lucro desaparece; o capital não é nada sem trabalho, sem movimento. O lucro é função do capital por ocasião da determinação dos custos de produção, e assim ele se mantém inerente ao capital, tal corno este retorna à sua unidade original com o trabalho.

***

O trabalho, principal elemento da produção, "a fonte da riqueza", a atividade humana livre, é mal situado pelo economista. Como o capital já fora separado do trabalho, este é, por seu turno, desdobrado pela segunda vez: o produto do trabalho opõe-se a ele enquanto salário, é divorciado dele e, como de costume, definido pela concorrência, visto que, como observamos, não há escala para medir a parte do trabalho na produção. Se suprimimos a propriedade privada, esta separação artificial também desaparece, o trabalho é seu próprio salário e a verdadeira significação da retribuição do trabalho, anteriormente alienada, vem à luz: sua importância na determinação dos custos de produção de um objeto.

***

Constatamos, no fundo, que, desde que existe a propriedade privada, tudo se remete à concorrência. Ela é a categoria principal do economista, sua filha predileta, que vive a lisonjear e a acariciar — e atentem à cabeça de Medusa que disso vai resultar.

A primeira consequência da propriedade privada era a divisão da produção em termos opostos, o aspecto natural e o aspecto humano: a terra, morta e estéril se o homem não a fertiliza, e a atividade humana, cuja primeira condição é justamente a terra. Já vimos, algures, a atividade humana dissolver-se também em capital e trabalho e estes dois aspectos entrarem em confronto. Tínhamos a luta dos três elementos entre si, em vez de os ver concorrer para o mesmo fim; a isto vem juntar-se a propriedade privada, trazendo com ela a agudização do enfrentamento destes três elementos. Uma parcela de terreno opõe-se à outra, um capital ao outro, uma força de trabalho à outra. Noutros termos: do fato de que a propriedade privada isola brutalmente cada um na sua singularidade e cada um, apesar de tudo, tem interesse idêntico ao do seu vizinho, resulta que um proprietário fundiário se opõe a outro, um capitalista a outro, um

trabalhador a outro trabalhador. A imoralidade da situação da humanidade até agora encontra sua conclusão neste desentendimento de interesses semelhantes precisamente em nome da sua semelhança — esta conclusão é a concorrência.

***

O *monopólio* constitui o oposto da *concorrência*. O monopólio foi o brado de reconhecimento dos mercantilistas; a concorrência é o brado de guerra dos economistas liberais. É fácil compreender que este antagonismo é também absolutamente vazio. Quem quer que entre no jogo da concorrência deve desejar o monopólio, seja trabalhador, capitalista ou proprietário fundiário. Qualquer pequeno grupo de concorrentes deve desejar assegurar um monopólio contra todos os outros. A concorrência assenta no lucro e o lucro origina, em troca, o monopólio; em breve, a concorrência se transforma em monopólio. Por outro lado, o monopólio não pode conter a corrente da concorrência; pelo contrário, ele mesmo suscita a concorrência, como, por exemplo, urna proibição de importar ou barreiras alfandegárias elevadas originam diretamente a concorrência do contrabando. A contradição da concorrência é realmente comparável à da propriedade privada. É do interesse de cada particular possuir tudo, mas é do interesse da coletividade que cada um possua o mesmo. O interesse geral e o interesse particular, portanto, são diametralmente opostos. A contradição da concorrência está em que cada um deve desejar o monopólio para si, enquanto a coletividade como tal deve perder com ele e, pois, combatê-lo. De fato, a concorrência supõe o monopólio, isto é: o monopólio da propriedade privada — e aqui a hipocrisia dos liberais aparece de novo —; enquanto subsistir o monopólio da propriedade, a propriedade do monopólio será justificada, porque o monopólio, uma vez alcançado, torna-se propriedade. Vê-se o lamentável da meia-medida de atacar os pequenos monopólios, deixando em paz o mono- pólio fundiário! E se acrescentarmos aqui, ainda como apoio, o princípio do economista, anteriormente mencionado, segundo o qual não tem valor senão o que pode ser monopolizado, e que, portanto, nada pode entrar na concorrência sem autorização do monopólio, nossa afirmação de que a concorrência supõe o monopólio é plenamente justificada.

***

A lei da concorrência significa que a procura e a oferta se completam sempre e nunca. Os dois aspectos são de novo separados e opostos, de maneira abrupta. A oferta segue sempre

imediatamente a procura, mas não chega nunca a satisfazê-la completamente; esta é ou demasiado grande ou demasiado pequena, nunca corresponde à oferta, porque neste estado de inconsciência da humanidade ninguém sabe qual é a dimensão de uma ou de outra. Se a procura excede a oferta, o preço sobe e deste modo a procura, de certa maneira, é perturbada; logo que isto se manifesta no mercado, os preços caem e quando a queda da procura se acentua, a baixa dos preços é tão significativa que a procura se sente de novo estimulada. E isto continua assim, sem cessar: nunca um estado salutar, mas uma constante alternância de excitação e abatimento que exclui todo progresso, uma eterna oscilação sem que nunca se atinja o fim. Esta lei, com sua permanente compensação, pela qual aquilo que é perdido agora volta-se a ganhar depois, o economista julga-a admirável. É a sua glória principal — nunca se cansa de contemplar-se nela e considera-a sob todos os prismas passíveis e imaginários. E, no entanto, é evidente que esta lei é puramente natural e não uma lei do espírito. Uma lei que engendra a revolução. O economista deixa-se levar com sua bela teoria da oferta e da procura e demonstra-nos que "nunca se pode produzir demais"' — e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas e de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Tais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas (cf. Wade, *History of the middle and working classes*. Londres, 1835. p. 211). Naturalmente, estas revoluções comerciais confirmam a lei; confirmam-na ao seu nível mais alto, mas de maneira diversa daquela que o economista nos queria fazer crer. Que pensar de uma lei que só se pode estabelecer através de revoluções periódicas? É justamente uma lei natural que se baseia na ausência da consciência dos interesses **[20]**. Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a repartissem entre si, a flutuação da concorrência e sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis. Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e irrefletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão: e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a

precedente: deve pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa do trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou.

A eterna flutuação dos preços, tal como é posta pelas relações concorrenciais, retira do comércio o último traço de moralidade. Já não é a questão do *valor*; o mesmo sistema que parece dar tanto peso ao valor, que faz a honra de uma existência particular na abstração do valor monetário, este mesmo sistema destrói pela concorrência todo valor inerente e modifica, todos os dias e a toda hora, a relação de valor de todas as coisas entre si. Neste turbilhão, onde fica a possibilidade de uma troca que assente numa base moral? Nesta oscilação perpétua, cada um *deve* procurar compreender o instante mais favorável para comprar e vender, cada um deve fazer-se especulador, isto é: recolher onde não semeou, enriquecer com a perda de outrem, calcular sobre a infelicidade alheia ou deixar a sorte jogar em seu favor. O especulador conta sempre com os acidentes, particularmente com as más colheitas; ele utiliza tudo, como, por exemplo, à época, o incêndio de Nova York; o ponto culminante da imoralidade é a especulação na Bolsa, pela qual a história e, nela, a humanidade são assimiladas ao conjunto dos meios próprios para satisfazer a cupidez do especulador calculista ou felizardo. E que o comerciante honesto e consciencioso não se vá armar em fariseu, colocando-se acima do jogo da Bolsa, santamente, etc. No fundo, ele não vale mais que os especuladores: especula tanto como eles, tem de fazê-lo, a concorrência constrange-o a isto, e seu comércio implica, portanto, a mesma imoralidade que o deles. A verdade da relação concorrencial é a relação da capacidade de consumo com a capacidade de produção. Numa situação digna da humanidade, não haverá outra concorrência senão esta. A comunidade terá de calcular aquilo que pode fabricar com os meios de que dispõe e, segundo a relação desta força produtiva com a massa dos consumidores, terá que determinar em que medida deve aumentar ou reduzir a produção, em que medida deve sacrificar-se ao luxo ou limitá-lo **[21]**. Para julgar convenientemente esta relação e o crescimento da força produtiva que podemos esperar de um estado da comunidade em conformidade com a razão, meus leitores podem

recorrer às obras socialistas inglesas e, em parte também, a Fourier **[22]**.

A concorrência subjetiva, a rivalidade entre capital e trabalho, entre trabalho e trabalho, etc., reduzir-se-ia, nestas circunstâncias, à emulação fundada na própria natureza do homem e que até este momento só foi desenvolvida de maneira aceitável por Fourier — reduzida depois da supres- são dos interesses antagônicos à sua esfera própria e razoável.

***

O confronto de capital contra capital, de trabalho contra trabalho, de propriedade contra propriedade, lança a produção num ardor febril que subverte completamente todas as relações naturais e razoáveis. Nenhum capital pode enfrentar a concorrência de outro se não se elevar a seu mais alto nível de atividade. Nenhuma parcela de terreno pode ser cultivada com lucro se não aumentar constantemente a sua capacidade de produção. Nenhum trabalhador pode manter sua situação face aos concorrentes se não consagrar todas as suas forças ao trabalho. De maneira geral, não há ninguém que, entrando na luta concorrencial, possa sustentá-la sem a mais extrema tensão das suas forças, sem renunciar a todos os seus fins verdadeiramente humanos. A consequência daquilo que é, por um lado, uma hipertensão é, por outro, necessariamente, um relaxamento. Quando a flutuação da concorrência é mínima, quando a procura e a oferta, o consumo e a produção quase se equilibram, pode-se instaurar no desenvolvimento da produção um patamar tal que haja tantas forças produtivas em excesso que a grande massa da nação não tenha nada para viver, que as pessoas morram de fome em meio ao supérfluo. Há algum tempo já que a Inglaterra é o exemplo vivo desta situação demente, deste absurdo. Se a produção tende a flutuar mais, como acontece necessariamente, alternam-se prosperidade e crise, superprodução e estagnação. O economista jamais conseguiu explicar esta situação extravagante; na tentativa de fazê-lo, inventou a teoria da população, que também é tão insensata, no mínimo, quanto esta contradição da riqueza e da miséria simultâneas. O economista *não podia ver* a verdade, não devia compreender que esta contradição é uma simples consequência da concorrência — ou, então, todo o seu sistema desmoronaria.

Para nós, é fácil explicá-lo. A força produtiva de que a humanidade dispõe é incomensurável. A capacidade de rendimento

da terra pode ser aumentada ao infinito pelo emprego do capital, do trabalho e da ciência. Segundo o cálculo dos economistas e estatísticos mais capazes (cf. Alison. *Principies of population*. v. 1, cap. 1, 2) **[23]**, a Grã-Bretanha "superpovoada" pode ser levada, no espaço de dez anos, a produzir grão suficiente para o sêxtuplo da sua população atual. O capital cresce diariamente, a força de trabalho aumenta com a população e a ciência submete cada vez mais ao homem a força da natureza. Esta capacidade ilimitada de produção, manipulada com consciência para o interesse de todos, reduziria em breve ao mínimo o trabalho que incumbe à humanidade; abandonada à concorrência, faz a mesma coisa, mas no interior desta oposição: uma parte do país está cultivada da melhor maneira, enquanto a outra — na Grã-Bretanha e na Irlanda, trinta milhões de acres de boas terras — fica abandonada. Uma parte do capital circula com uma velocidade inacreditável, a outra fica morta em caixa. Uma parte dos trabalhadores opera de catorze a dezesseis horas diárias, enquanto a outra fica na mais completa inatividade e morre de fome ou, então, a distribuição desenrola-se no tempo da seguinte maneira: hoje, o comércio vai bem, a procura é muito significativa, tudo funciona, os trabalhadores matam-se na sua atividade; amanhã, há estagnação, a agricultura já não rende, vastas extensões de terra ficam abandonadas, o capital imobiliza-se no meio da circulação, os trabalhadores não têm emprego e o país inteiro sofre com demasiada riqueza e demasiada população.

Este curso dos acontecimentos, o economista só poderia tomá-lo por justo se, como dissemos, renunciasse inteiramente ao seu sistema concorrencial, se avaliasse o vazio da oposição que estabelece entre produção e consumo, entre supercrescimento da população e supercrescimento da riqueza. Mas, como o fato não poderia ser negado, inventou-se a teoria da população para adequar o fato à teoria. Malthus, o iniciador desta doutrina, defende que a população pressiona constantemente os meios de subsistência, de modo que, desde que a produção cresça, a população aumenta na mesma proporção, e que a tendência inerente à população para crescer além dos meios de subsistência disponíveis é a causa de toda a miséria e de todos os males. Se há homens a mais, devem ser suprimidos de uma maneira ou de outra, por morte violenta ou por fome. Mas, quando isto ocorre, há de novo um vazio que é logo ocupado por outros propagadores de população e a velha miséria recomeça. Acontece o mesmo em todas as circunstâncias, não

somente no estado civilizado, mas também no estado natural: na Nova Holanda, onde a densidade é de um habitante por milha quadrada, os selvagens sofrem tanto de super população como na Inglaterra. Abreviando: se quisermos ser coerentes, é preciso admitir que *a terra já estava superpovoada quando existia apenas um homem*. A consequência deste desenvolvimento é, portanto, a seguinte: já que os pobres são precisamente os excedentes, não há nada a fazer por eles senão levá-los à morte por inanição da forma mais suave possível; é preciso convencê-los de que não se pode alterar nada e que toda a sua classe só tem o recurso de uma reprodução tão limitada quanto possível ou, se isso não for viável, sempre será melhor criar uma instituição estatal para matar sem dor as crianças dos pobres, como o propôs Marcus **[24]** — por conseguinte, cada família trabalhadora tem o direito de ter dois filhos e meio; quantos vierem a mais, serão mortos sem dor. Dar esmola seria, então, um crime, visto que significa sustentar o acréscimo da população excedente. Mas seria muito vantajoso fazer da pobreza um crime e transformar os albergues em estabelecimentos penitenciários, como já se fez na Inglaterra com a nova lei "liberal" referente aos pobres. Na verdade, contudo, esta teoria concorda muito mal com o ensinamento bíblico sobre a perfeição de Deus e da sua criação, mas "é uma fraca refutação aquela que argumenta com a Bíblia contra os fatos"!

É preciso que eu exponha mais, que leve mais longe as consequências desta infame, desta abjeta doutrina, desta terrível blasfêmia contra a natureza e a humanidade? Com ela, enfim, levamos ao extremo a imoralidade do economista. O que são todas as guerras e os horrores do sistema dos monopólios face a esta teoria? E ela é precisamente a base da abóbada do sistema liberal da liberdade comercial, cuja queda arrasta consigo o edifício inteiro. Porque, se demonstramos que a concorrência é aqui a causa da miséria, da pobreza e do crime, quem ousará ainda defendê-la?

Na sua obra antes citada, Alison desacreditou a teoria de Malthus recorrendo à força produtiva da terra e contrapondo ao princípio de Malthus o fato de que todo homem adulto pode produzir mais do que lhe é necessário, sem o que a humanidade não poderia aumentar e mesmo subsistir. Se assim não fosse, de que viveriam as novas gerações? Mas Alison não vai ao fundo do problema, e é por isto que, no fim das contas, chega ao mesmo resultado que Malthus. Ele demonstra bem que o princípio de Malthus é incorreto, mas não

pôde desvencilhar-se dos fatos que sustentaram o princípio malthusiano.

Se Malthus não tivesse encarado o problema de forma tão tendenciosa, teria a obrigação de ver que a população, ou a força de trabalho excedente, mantém-se sempre ao lado de um excedente de riqueza, de capital, de propriedade fundiária. A população não é demasiado grande senão quando as forças produtivas são, em geral, demasiado elevadas. A situação de lodos os países superpovoados, e particularmente a da Inglaterra, desde o tempo em que Malthus escreveu, mostra-o claramente. Existiam aí os fatos que Malthus tinha que considerar na sua totalidade e que, ao serem considerados, deviam conduzir ao resultado exato; em vez, disto, extraiu um e deixou os outros de lado, e foi assim que chegou ao seu louco resultado. O segundo erro que cometeu foi confundir os meios de subsistência com o emprego. Que a população pressiona constantemente sobre o consumo, cuja produção está relacionada com os homens que é possível empregar, em suma: que a geração da força de trabalho seja regulada hoje pela lei da concorrência e que esteja assim exposta às crises e às flutuações periódicas — são fatos que conferem a Malthus o mérito de os ter estabelecido. Mas as possibilidades de emprego não são os meios de subsistência. As possibilidades de emprego só aumentam, em última instância, com o aumento do capital e da torça das máquinas; os meios de subsistência aumentam desde que a força produtiva seja aumentada de qualquer forma. Uma nova contradição da economia aparece aqui. A procura do economista não é a verdadeira procura, seu consumo é artificial. Para o economista, um verdadeiro consumidor é apenas o comprador efetivo que procura oferecer um equivalente pelo que recebe. Mas se está estabelecido que cada adulto produz mais do que ele próprio pode consumir, que os filhos são como árvores que restituem super abundantemente o que se despende com eles — e não são estes os fatos? —, seríamos tentados a pensar que cada trabalhador poderia fabricar muito mais do que necessita e que, portanto, a comunidade deveria ter o prazer de lhe fornecer tudo o que ele precisa; seríamos tentados a pensar que uma família numerosa constitui um presente muito apreciado pela comunidade. Mas, com as suas grosseiras concepções, o economista não conhece outro equivalente senão o dinheiro vivo que lhe metem na mão. Está de tal modo mergulhado nas suas contradições que os fatos mais eloquentes o incomodam tão pouco como os princípios mais científicos.

***

Destruímos esta contradição pelo simples fato de a ultrapassar. Com a fusão dos interesses atualmente opostos desaparece a oposição entre superpopulação aqui e supercrescimento da riqueza ali; desaparecerá este fato miraculoso, mais miraculoso do que todos os milagres de todas as religiões tomadas em conjunto: uma nação deve morrer de fome por pura riqueza e supérfluo; desaparecerá a afirmação insensata de que a terra não tem condições de alimentar os homens — esta afirmação é o apogeu da economia cristã, e a cada enunciado, a cada categoria, eu poderia mostrar, e fá-lo-ei oportunamente, que a nossa economia é essencialmente cristã, que o malthusianismo é somente a expressão econômica do dogma religioso da contradição entre o espírito e a natureza e a corrupção mútua que dela decorre. Espero ter demonstrado, no domínio da economia, a fragilidade desta contradição que, no referente à religião, foi há bastante tempo liquidada com ela; entrementes, não considerarei como aceitável qualquer defesa do malthusianismo o que não me explique, previamente, segundo seu próprio princípio, como um povo pode morrer de fome em meio ao supérfluo e não me compatibilize isto com a razão e com os fatos.

***

O malthusianismo não foi mais do que uma transição absolutamente necessária que nos conduziu ilimitadamente mais longe. Graças a ele, como de maneira geral graças a economia, atentamos para a força produtiva da terra e da humanidade e, depois de ultrapassar este desespero econômico, estamos imunizados para temer a superpopulação. Dele extraímos os mais fortes argumentos econômicos para uma transformação social; pois que, mesmo que Malthus tivesse razão inteiramente, era necessário empreender sem demora esta transformação, porque só a formação cultural que ela permitirá dar às massas possibilitará a limitação moral do instinto de procriação, que o próprio Malthus descreve como o remédio mais ativo e mais fácil para a superpopulação. Pelo seu viés, conhecemos o mais profundo aviltamento da humanidade, sua dependência das relações concorrenciais; ele nos mostrou que, em última análise, a propriedade privada faz do homem uma mercadoria, cuja produção e destruição dependem, também elas, apenas da concorrência, e que o sistema concorrencial massacrou deste modo, e massacra, diariamente milhões de homens; vimos tudo isto e tudo isto nos leva

a suprimir este aviltamento da humanidade ao suprimir a propriedade privada, a concorrência e os interesses antagônicos.

***

Para retirar toda base ao receio geral da superpopulação, voltemos ainda à relação entre força produtiva e população. Malthus elaborou um cálculo sobre o qual funda todo o seu sistema. Segundo ele, a população aumenta numa progressão geométrica (1-2-4-8-16-32, etc.) e a força produtiva da terra numa progressão aritmética (1-2-3-4-5-6, etc.). A diferença salta à vista, faz tremer — mas é correta? A extensão da terra é limitada, certo. A força de trabalho a utilizar aumenta com a população; admitamos mesmo que o acréscimo da rentabilidade pelo acréscimo de trabalho não aumente sempre na proporção do trabalho acrescido; falta ainda um terceiro elemento que seguramente não conta nunca para o economista: é a ciência, cujo crescimento é também ilimitado e pelo menos tão rápido quanto o da população. O que o progresso da agricultura deste século não deve apenas à química (ver dois homens apenas: Humphrey Davy e Justus Liebig)? Mas a ciência desenvolve-se, no mínimo, tanto como a população: esta aumenta proporcionalmente ao número da última geração; a ciência progride proporcionalmente à massa de conhecimentos que lhe transfere a geração precedente e, nas condições correntes, desenvolve-se também segundo uma progressão geométrica — e o que é impossível à ciência? Mas é ridículo falar de superpopulação enquanto "o vale do Mississipi possui bastante terra virgem para que se possa transferir para lá toda a população da Europa" **[25]** e, em geral, enquanto só um terço da terra pode ser considerado como cultivado, e a produção deste terço pode ser sextuplicada ou mais, com a utilização de melhoramentos já conhecidos **[26]**.

***

A concorrência coloca capital contra capital, trabalho contra trabalho, propriedade fundiária contra propriedade fundiária, como também cada um destes elementos contra os restantes. No combate, o vencedor é o mais forte, e, para antecipar o resultado desta luta, deveremos examinar a força dos combatentes. Em primeiro lugar, a propriedade fundiária e o capital são, cada um deles, mais fortes que o trabalho, porque o trabalhador tem de trabalhar para viver, enquanto o proprietário fundiário pode viver das suas rendas e o capitalista dos seus lucros e, em caso de necessidade, da propriedade fundiária capitalizada ou do capital. Por consequência, ao trabalho

cabe apenas um mínimo vital, os meios de subsistência em estado bruto, ao passo que a maior parte dos produtos se reparte entre o capital e a propriedade fundiária. Ademais, um trabalhador mais forte afasta o mais fraco do mercado, o grande capital afasta aquele que é menor, a grande propriedade fundiária afasta a pequena. A prática confirma esta conclusão. As vantagens que os grandes fabricantes e comerciantes têm sobre os pequenos, as da grande propriedade fundiária sobre a propriedade de um só acre são conhecidas. A resultante disto é que, mesmo em condições ordinárias, o grande capital e a grande propriedade fundiária absorvem, segundo a lei do mais forte, o pequeno capital e a pequena propriedade, naquilo a que se chama concentração da propriedade. Durante as crises agrícolas e comerciais, esta concentração faz-se de forma muito mais rápida. De maneira geral, a grande propriedade cresce muito mais rapidamente que a pequena, porque uma parte menor da renda deve ser deduzida a título de despesas de exploração. Esta concentração de bens é, como todas as outras, uma lei imanente da propriedade privada; as classes médias estão, progressivamente, destinadas a desaparecer, até que o mundo esteja dividido em milionários e proletários indigentes, em grandes proprietários fundiários e em jornaleiros miseráveis. Todas as leis, toda a divisão da propriedade fundiária, toda eventual explosão do capital nada poderão fazer com relação a isto; aquele resultado deve surgir e surgirá se não ocorrer uma transformação total das relações sociais, uma fusão dos interesses opostos, uma liquidação da propriedade privada.

A livre concorrência, principal palavra-de-ordem dos economistas atuais, é uma impossibilidade. O monopólio, mesmo que não o tenha conseguido, pelo menos apresentava a intenção de preservar o consumidor das vigarices. Mas a liquidação do monopólio abre largamente todas as portas à charlatanice. Quando dizem que a concorrência contém em si o remédio para a vigarice, que ninguém comprará coisas de má qualidade — ou seja; que cada um deve ser um conhecedor de cada artigo que adquire, o que é impossível —, justifica-se a necessidade do monopólio sobre muitos produtos. As farmácias, etc., devem ter um monopólio. E o artigo mais importante, o dinheiro, tem precisamente a maior necessidade de ser monopolizado. Cada vez que deixou de ser monopólio do Estado, o meio de circulação produziu uma crise comercial, e os economistas ingleses, entre eles o dr. Wade, reconheceram, também

neste caso, a necessidade do monopólio. Mas nem o monopólio oferece garantias contra a moeda falsa. Seja por que lado for que se tome a questão, um aspecto é tão difícil quanto o outro: o monopólio engendra a livre concorrência e esta, por sua vez, o monopólio; por isto, é preciso que ambos desapareçam e que estas dificuldades sejam ultrapassadas pela supressão do princípio que as gera.

A concorrência penetrou todas as relações da nossa vida e completou a servidão recíproca em que os homens se encontram atualmente. A concorrência é a grande mola que impulsiona incansavelmente a nossa ordem (ou antes: a nossa desordem) social, que, envelhecendo sem vontade, a cada novo esforço despende também uma parcela das suas forças declinantes. A concorrência determina tanto a evolução numérica da humanidade quanto seu progresso moral. Quem está um pouco familiarizado com a estatística criminal seguramente observa a particular regularidade com que o crime progride todos os anos e com que certas causas suscitam determinados crimes. A extensão do sistema fabril acarreta, em toda parte, um aumento da criminalidade. Pode-se avaliar, antecipada e anualmente, o número de prisões, de atos criminosos e até de assassinatos, de assaltos, pequenos roubos, etc., para uma grande cidade ou um distrito com exatidão cada vez maior, como se verifica frequentemente na Inglaterra. Esta regularidade demonstra que também o crime é regido pela concorrência, que a sociedade suscita uma procura de crimes que é satisfeita por uma oferta apropriada; demonstra que o vazio criado pela prisão, pelo desterro e pelo enforcamento de alguns é logo preenchido por outros, do mesmo modo que toda redução demográfica é logo anulada pelos novos que nascem; noutros termos: de- monstra que o crime faz tanta pressão sobre os meios de repressão quanto as pessoas sobre os empregos. Pondo de parte outras considerações, deixo ao juízo dos meus leitores avaliar a justiça que, nestas circunstâncias, há na sanção aos criminosos. Para mim, trata-se simplesmente de expor aqui a extensão da concorrência e de mostrar, além disso, a que estado de profunda degradação a propriedade privada lança o homem.

***

No combate do capital e da terra contra o trabalho, estes dois primeiros elementos têm ainda uma vantagem particular sobre o último: a ajuda da ciência, porque também esta, nas condições atuais, é dirigida contra o trabalho. Quase todas as invenções mecânicas, por exemplo, foram provocadas pela falta de força de trabalho (e,

especialmente, as máquinas de fiar algodão de Hargreave, Crompton e Arkwright). O trabalho nunca foi procurado sem que disso resultasse uma invenção que aumentasse consideravelmente a força de trabalho, reduzindo assim a demanda de trabalho humano. A história da Inglaterra, de 1770 aos nossos dias, prova-o continua- mente. A última grande invenção na fiação algodoeira, a *self-acting mule*, motivada unicamente pela procura de trabalho e pela alta dos salários, duplicou o trabalho mecânico, e, assim, reduziu pelo meio a necessidade de trabalho manual, despedindo do seu emprego metade dos trabalhadores e fazendo baixar pela metade o salário dos outros; ela reduziu a nada urna conspiração dos trabalhadores contra os fabricantes e destruiu o último resto de energia com a qual o trabalho mantinha ainda este combate desigual contra o capital (cf. Dr. Ure. *Philosophy of manufactures*, v. 2) **[27]**. O economista responde a isto afirmando que, no fim de contas, a maquinaria é favorável aos trabalhadores, na medida em que torna a produção mais barata e cria, desta maneira, um mercado novo e mais vasto para seus produtos, e que, finalmente, ela reabsorve os trabalhadores jogados no desemprego.

Isto é correto; mas o economista, aqui, esqueceu-se de que a criação da força de trabalho é regulada pela concorrência, que a força de trabalho pressiona constantemente o mercado de trabalho e que, por consequência, quando estas vantagens estão a ponto de se manifestarem, já há à espera um excesso de concorrentes ao trabalho que tornam ilusória esta vantagem e que o prejuízo (a súbita supressão dos meios de subsistência para uma parte dos trabalhadores e, para a outra, a queda dos salários) não é ilusório? O economista esqueceu-se de que o progresso da invenção é infinito e que o prejuízo se multiplica ao infinito? Esqueceu-se de que, com a divisão do trabalho desenvolvida tão extremamente pela nossa civilização, um trabalhador não sobreviverá se não puder ser empregado junto de determinada máquina para uma tarefa precisa e limitada, e que a passagem de uma ocupação a outra, mais recente, é quase sempre francamente impossível para o trabalhador adulto?

Ao examinar os efeitos da maquinaria, chego a um outro tema, mais distante; o sistema fabril — e não tenho tempo nem intenção de tratá-lo aqui. De resto, espero brevemente ter a oportunidade de analisar, longa e profundamente, a ignóbil imoralidade deste sistema

e de patentear, sem rodeios, a hipocrisia do economista, que aí se entronizou em todo o seu esplendor.

Notas

[1] No original, *Die Nationalökonomie*. Exceto urna única vez (cf. infra, nota 10), esta expressão foi traduzida por *economia política*.

[2] O sistema mercantilista, teoria emergente no Renascimento e política econômica dominante em vários pontos da Europa Ocidental entre os séculos XVI e XVIII, apoiava-se em quatro ideias básicas:
a) ênfase na posse de metais preciosos,
b) valorização do comércio externo e da indústria,
c) consideração positiva do crescimento demográfico,
d) recurso à ação do Estado para colimar os objetivos desejados.

[3] Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista inglês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Reagindo à legislação sobre os pobres (1795), publica, em 1798. sob pseudônimo, o *Ensaio sobre o princípio da população* que, cinco anos depois, em edição mais desenvolvida, aparece sob o verdadeiro nome do autor.

[4] Trata-se da obra *An inquire into the nature and the causes of the wealth of nations* (1776), do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790).

[5] É interessante confrontar esta reflexão engelsiana referente ao caráter *universal* do combate revolucionário com a conclusão a que Marx chega na *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e com as observações sobre o proletariado contidas na primeira parte de *A ideologia alemã*.

[6] David Ricardo (1772-1823), inglês, corretor de ações enriquecido através da especulação, abandona os negócios em 1814 e, em 1817, publica sua obra principal: *The principies of Political Economy and taxation*.

[7] John Ramsny Mac Culloch (1789-1864), discípulo ortodoxo de Ricardo, publica, em 1825, P*rincipies of Political Economy* e, um ano depois, a obra que Schumpeter considerou seu trabalho mais pretensioso: *Essay on the circunstatices wich determine the rate of wages*.

[8] James Mill (1773-1836), filósofo e economista escocês, amigo íntimo de Ricardo e Bentham, publica, em 1821, *Elements of Political Economy*, em que as teses ricardianas são compatibilizadas com o utilitarismo de Bentham.

[9] Friedrich List (1789-1846), alemão, economista burguês, defensor do protecionismo mais radical.

[10] Nesta enumeração, fez-se a tradução de *Nationalökonomie* como *economia nacional*, uma vez que Engels a distingue de *politische Oekonomie*.

[11] Expressão retomada por Marx nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844).
[12] Jean-Baptiste Say (1767-1832), francês, liberal que se pretendia continuador de Ricardo. Tornou-se célebre com o *Traité d'Économie Politique* (1803).
[13] Esta passagem é retomada por Marx em *O capital*.
[14] Claude Berthollet (1748-1822), químico francês. Além de vários trabalhos práticos (purificação da água pelo emprego do carvão, descoberta dos explosivos clorados), enunciou as leis da dupla decomposição dos sais.
[15] Humphrey Davy (1778-1829), químico inglês. Descobriu a eletrólise dos sais alcalinos, o que permite o isolamento dos .metais alcalinos. Inventou a lâmpada de segurança para os mineiros.
[16] Justus Liebig (1803-1873), especialista em química orgânica.
[17] James Watt (1736-1819), mecânico inglês, a quem se devem vários aperfeiçoamentos na máquina a vapor (por exemplo, o condensador, a ação do vapor sobre as duas faces do pistão).
[18] Edmund Cartwright (1743-1823), dedicou-se aos teares: deve-se-lhe uma máquina especial para tratar a lã.
[19] Passagem retomada por Marx em *O capital*.
[20] Outra passagem retomada por Marx em *O capital*, e objeto de consideração especial deste, em carta a Engels de 8 de janeiro de 1868.
[21] Tanto no primeiro quanto no segundo livros de *O capital*, Marx alude a esta ideia, que Engels voltará a tematizar no *Anti-Dühring*.
[22] Charles Fourier (1772-1837), francês, um dos mais importantes "socialistas utópicos", idealizador da doutrina societária que tem por núcleo o *falanstêrio*.
[23] Archibald Alison (1792-1867), historiador escocês
[24] Pseudônimo do autor de um panfleto, divulgado na Inglaterra por volta de 1840, onde se faz a publicidade da teoria de Malthus.
[25] A citação é extraída da obra, mencionada antes no texto, de Alison.
[26] Esta questão é retomada e desenvolvida por Marx em *O capital*.
[27] Esta obra de Andrew Ure foi publicada em Londres, em 1835.

Introdução[1]

Florestan Fernandes

A audácia desta introdução justifica-se como parte da tarefa atribuída pelos editores ao tradutor. Por isso, escrevo-a ao mesmo tempo contrafeito e com certo orgulho, ambos muito compreensíveis. Como os prefácios desse tipo são determinados pela natureza da obra, começarei pela própria crítica da economia política. Depois abordarei algumas questões gerais suscitadas por este livro e passarei à análise sumária da contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels às ciências sociais e de sua influência sobre alguns autores contemporâneos. Por causa das dúvidas que estudos tendenciosos ou superficiais da obra científica de Marx transformaram em moeda corrente, senti-me obrigado a estender as indicações bibliográficas e a abusar de citações. Isso, contudo, poderá até ser algo útil a grande parte dos leitores, fornecendo-lhes alguns elementos para aprofundar seus estudos sobre as teorias de Karl Marx, que "tem nas ciências sociais posição análoga à de Galileu nas ciências físicas", de acordo com a opinião reconhecidamente justa do sociólogo estadunidense Albion W. Small.

A *Contribuição à crítica da Economia Política* tem uma importância particular na produção científica de Karl Marx. Embora certos autores, como Harold Laski[2], confusamente a considerem, ao mesmo tempo, entre os "folhetos secundários" e como fundamento de *O capital* e principal fonte de informações sobre os seus métodos, esta obra ocupa um lugar de destaque na história da economia política, da sociologia económica e da metodologia das ciências sociais. O conteúdo do livro, porém, foi roubado pela excelência do prefácio; a maioria dos seus leitores e críticos não tem passado daí. Todavia, como auto exposição, esse prefácio é o trabalho mais esquemático e condensado escrito por Marx. Por isso deu origem a inúmeros mal-entendidos, incompreensões e críticas injustas às suas concepções em geral, fora dos círculos estritamente marxistas.

---

[1] Introdução feita por Florestan Fernandes para a Editora Flama, do livro "Karl Marx, Contribuição à crítica da economia política" a pedido de Vladimir Sachetta, feita em 1946. [Nota dos organizadores].

[2] Laski, Harold J. *Karl Marx,* Londres, 1935, pp. 42 e 43.

Tanto este livro quanto *O capital* nasceram da necessidade que Marx sentiu de dar bases teóricas mais sólidas ao programa político estabelecido em o *Manifesto do Partido Comunista*. E o próprio autor, no prólogo da primeira edição de *O capital* apresenta o primeiro volume deste trabalho como continuação da *Contribuição à crítica da Economia Política*.[3] Há, todavia, diferenças essenciais no desenvolvimento de certas questões nas duas obras, tornando-as de fato reciprocamente complementares. O esboço da "Introdução à contribuição à crítica da Economia Política" merece, contudo, uma explicação. O manuscrito foi encontrado após a morte de Marx e publicado por Karl Kautsky.[4] Na segunda edição de *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*, em 1907 - a primeira edição é de 1859 -, Kautsky inseriu a "Introdução". Posteriormente, passou a fazer parte das melhores edições da obra.

Na *Contribuição â crítica da Economia Política*, Marx estuda a mercadoria e o dinheiro ou a circulação simples, desenvolvendo de modo sistemático e completo sua teoria do valor e sua teoria monetária.[5] É também, indubitavelmente, uma das fontes mais importantes — a outra é *O capital* — para o estudo do seu pensamento económico. Porque a ampla bibliografia aproveitada e discutida por

---

[3] *El capital*, ed. Fuente Cultural, tradução do prof. Manuel Pedrozo, México, s/d,; I vol, p. 63.

[4] Na revista *Die Neue Zeit*, em 1903.

[5] Sobre a contribuição da *Contribuição â crítica da Economia Política* as ciências econômicas, consultem-se: Mehring, Franz – *The Life of Karl Marx,* New York, 1936, cap. XI, item 5; qualquer história da economia como: Gides, Charles – *Histoire des Doctrines Economiques,* Paris, 1920; Hugon, Paul – *Elementos de história das doutrinas econômicas*, 2 ed., s/d, pp. 265-303; V. I. Ulianov (Lênin) – *Introduccion al Marxismo, in: El capital, op. cit.,* pp. 25-60 (sobre a doutrina econômica de Marx, pp. 36-46). É preciso tomar cuidado com certos "cientistas" muito apaixonados, como, por exemplo, Karl Worth Bigelow – *Economics*, pp. 367-373; cap. VII de *The History and Prospects of the Social Sciences,* ed., por H. E. Barnes, New York, 1925. A introdução mais compreensiva, equilibrada e imparcial que conheço à obra de Marx – contendo, além disso, apreciável aproveitamento do material apresentado na *Contribuição â crítica da Economia Política* – é a de Eric Roll: *Historia de Las Doctrinas Económicas*, tradução ao castelhano, México, 1942, Vol. II, pp. 287-339. Analisando o problema do método, Roll diz que é impossível entender *O capital* sem passar antes pela *Contribuição â crítica da Economia Política* (p. 297). Werner Sombart, economista e sociólogo alemão, submeteu à rigorosa crítica as teorias de Marx sobre a concentração, a acumulação, a proletarização crescente, as crises e a evolução catastrófica da economia capitalista ocidental, usando os dados da economia política moderna, em grande parte os de sua própria investigação. Os resultados da verificação demonstram a exatidão dos estudos de Marx, pois Somabrt só teve oportunidade de fazer retificações parciais (veja-se: *El Socialismo y el Movimento Social*, Santiago Del Chile, 1936, pp.75-88).

Marx mostra muito bem quais são as proporções de sua ligação com a Escola Clássica, tão exageradas mesmo pelos economistas mais cuidadosos e até pelos próprios marxistas. Verifica-se que principalmente aquela velha representação de Marx como um simples prolongamento de Ricardo não tem nenhuma consistência. E porque os economistas que exerceram influência mais forte, como Steuart, por exemplo, raramente são lembrados. Essa questão pode ser colocada nos devidos termos se considerarmos que Marx recebeu a herança que a Economia Política poderia dar-lhe no século 19, após uma longa evolução que começa no mercantilismo - relativamente a Marx podemos situar o início dessa evolução nas contribuições parciais dos gregos - e culmina nos trabalhos de Adam Smith e de toda a Escola Clássica. Esta também era um produto direto da época que mais o interessava, motivo por que deu maior atenção aos seus representantes, à sua crítica, e ao seu desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, todavia, a obra de Marx representa uma ruptura profunda com a orientação científica dos economistas da Escola Clássica. As críticas mais severas que esta recebeu, e que têm sido utilizadas posteriormente contra pontos de vista semelhantes, foram na maior parte elaboradas por Marx, particularmente neste livro. O *homo economicus* [homem económico - latim] dos clássicos e as abstrações calcadas sobre ele por Adam Smith e David Ricardo são violentamente rebatidos como "robinsonadas",[6] depois de uma minuciosa interpretação das suas raízes históricas e sociais. Contra essa concepção individualista, Marx antepõe um novo critério de realismo económico, o qual situa esta obra como a primeira contribuição séria aos estudos da Sociologia Económica:

> como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é naturalmente o ponto de partida (...)

Este é o livro de suas frases famosas por excelência; a seguinte, porém, mostra que entidade económica substitui aquele ser fantástico, quase "hoffmanniano", dos antigos clássicos:

---

[6] Veja-se "Introdução etc." em anexo; citações de Marx, sem referências bibliográficas, são tiradas deste livro.

> O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* [animal político — grego], não somente um animal sociável senão também um animal que só pode se isolar dentro da sociedade.

Eram, pois, os "indivíduos sociais", na expressão do próprio Marx, que substituíam aquele homem metafísico no cenário da Economia Política. Ao mesmo tempo fazia severas restrições aos métodos naturalistas dos clássicos, os quais davam uma perspectiva falsa das leis económicas - transformadas em leis gerais e eternas, numa mal-entendida aplicação do conceito de lei científica, tomado às ciências físicas da época. Marx evidencia que não se tratava apenas de mostrar que a produção é determinada socialmente, mas que, exatamente por isso, era preciso considerá-la em sua diferenciação temporal e espacial. Como se restringira previamente ao estudo da organização capitalista da sociedade e da economia capitalista correspondente, ajunta mais adiante que se devia estudar a "produção em um grau determinado de desenvolvimento social". As leis da Economia, por conseguinte, se tinham em comum com as leis das ciências físicas um duplo caráter de necessidade e de generalidade, não se confundiam com aquelas quanto à forma e ao funcionamento. As diferenças pareciam-lhe evidentes. O problema não era a natureza, como nas ciências físicas, mas o homem diante da natureza e dos outros homens, isto é, de seres dotados de consciência e de vontade, capazes de modificar, inclusive, a natureza e de orientar a sua ação em direções socialmente determinadas.

Isso nos leva às questões metodológicas, onde se concentra o melhor da herança de Marx às modernas ciências sociais e à contribuição substancial do presente livro. As leis a que as "ciências históricas" - todas as ciências não naturais - podem chegar são leis históricas, porque cada período histórico se rege por suas próprias leis. Essa ideia já havia sido formulada com veemência na polêmica com Proudhon — as leis económicas manifestam-se enquanto duram as relações que exprimem. "São produtos históricos e transitórios".[7] Por isso, no estudo verdadeiramente científico do processo social e do mecanismo de desenvolvimento interno das sociedades, o que importa não é aquilo que é comum, simplesmente, que pode existir em todas as sociedades ou numa mesma sociedade durante sua evolução económica e social. Marx não nega, ao contrário, a persistência de

[7] Veja-se *Miséria da Filosofia*, Editora Flama, S. Paulo, 1946, p 103.

certos elementos, durante o processo de desenvolvimento acumulativo da cultura. Apenas põe em dúvida o valor explicativo desses elementos comuns, considerados isolada e abstratamente, aos quais os economistas clássicos e os sociólogos organicistas davam tanto valor, por causa de sua concepção naturalista das ciências sociais. Utilizando-se de uma imagem, diz: "precisamente o que constitui seu desenvolvimento (dos idiomas) é o que os diferencia desses elementos gerais e comuns".

Ora, o problema, no fundo, é uma questão de lógica: na concepção naturalista sacrifica-se a diferença essencial à unidade. De outro lado, se Marx fizesse somente o contrário, isto é, se sacrificasse a última à oposição, entraria em conflito aberto com sua concepção da realidade. O impasse foi resolvido dentro da lógica hegeliana: o próprio movimento da realidade estabelece uma lei de interpenetração dos contrários, por meio da qual é possível compreender inclusive o elemento comum e sua validade como fator explicativo. Sem os elementos comuns, o próprio desenvolvimento acumulativo da cultura e as transições bruscas de um período histórico para outro, com as correspondentes mudanças de organização social motivadas pelas transformações das relações de produção, seriam inexplicáveis. Marx deixa isso bem claro na primeira parte da frase acima citada: "sem elas (as determinações comuns) não poderia conceber-se nenhuma produção (...)".

Dessa forma, o que havia de essencial e de fecundo no "método naturalista", que permite apanhar o que é geral nas coisas; e o que havia de essencial no "método histórico", que permite captar as coisas em sua singularidade - deram origem a um novo método de trabalho científico, conhecido posteriormente sob o nome de "materialismo histórico". Esses resultados a que Karl Marx chegou marcaram uma nova etapa na história das investigações científicas, pois desdobraram diante das "ciências históricas" - ou ciências sociais como dizemos atualmente — novas possibilidades de desenvolvimento científico. Com o emprego desse método, a Economia Política tornou-se verdadeiramente uma ciência social, estando apta para dar uma explicação realmente científica e logicamente válida da moderna sociedade capitalista, por exemplo, a cujo estudo se dedicara Karl Marx. A passagem da economia feudal para a economia capitalista e a concomitante substituição das leis que regiam a vida social nas sociedades feudais pelas leis que regem a vida social moderna

puderam receber uma explicação científica. As diferenças, que afugentaram os clássicos e os "comtistas" — obrigando-os a lidar com elementos que, se explicavam a economia e a sociedade, não o faziam completamente - transformaram-se num dos elementos fundamentais, ao lado dos antigos critérios, da investigação e da explicação científica tanto da estática quanto da dinâmica social. Principalmente os erros de Comte e dos "evolucionistas" eram postos de lado, pois as ciências sociais abandonavam os projetos do filósofo francês - a busca de leis gerais do funcionamento da sociedade e do desenvolvimento da humanidade - para estudar apenas um tipo de sociedade: a sociedade europeia capitalista, num dado período de tempo, mais ou menos delimitado entre o século 19 e toda a fase anterior de ascensão e vitória da burguesia. Outras consequências do método introduzido por Marx, apenas implícitos nessa breve exposição, são: 1) as condições em que a generalização é legítima: as leis sociais e económicas só são válidas para determinadas formas sociais e durante um período determinado de seu desenvolvimento; 2) a noção de determinismo: existe regularidade nos fenômenos sociais, mas a vontade humana intervém nos acontecimentos históricos - só na natureza ocorre o inevitável; em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* escreveu a esse respeito: "os próprios homens fazem a sua história, mas não a fazem arbitrariamente, e sim em certas condições determinadas"; 3) a noção de interdependência dos fatos sociais: os fatos sociais articulam-se entre si por conexões íntimas; a antiga noção de *consensus* [consenso - latim] de Augusto Comte recebe uma formulação mais objetiva: "o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças numa unidade"; 4) - existência de fatores dominantes: um fator desempenha a função de fator dominante — a produção nas modernas sociedades capitalistas[8] - atuando sobre os demais fatores em termos de "relações recíprocas determinadas".[9]

Isso não esgota, porém, tudo o que a *Contribuição à crítica da Economia Política* sugere do ponto de vista metodológico. Nesta obra é ainda possível estudar o método de Marx quando ele se apresenta na

[8] Porque Marx dá maior ênfase nas instituições econômicas, Frank H. Hankins o situa entre os 'deterministas culturais" (Veja-se o cap. "Sociology", in: *History and prospects of the social sciences, op. cit.,* p. 324).

[9] Destaque de Florestan Fernandes.

forma de processo geral de trabalho. Segundo Marx, pode-se estudar os fenômenos económicos de duas maneiras - adotando-se um método analítico ou um método sintético. No primeiro caso, fragmentamos progressivamente a realidade, atomizando-a, e passando a conceitos cada vez mais simples. Quando se tem esses elementos, porém, é possível uma espécie de viagem de retorno. Assim, pode-se substituir uma visão caótica da realidade constituída de abstrações por um sistema de conceitos e de determinações logicamente sistematizados. Voltamos, de novo, ao problema proposto acima, do conceito hegeliano: "o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso", diz Marx. Por isso, o concreto aparece no pensamento como um resultado e não como um ponto de partida. O conhecimento obtido desse modo é uma verdadeira reprodução da realidade. Marx considera este o método cientificamente exato; o primeiro, entretanto, era e ainda é muito usado na Economia Política. Marx foi levado à escolha do método sintético por um problema muito sério: a crítica da Economia Política podia ser feita de duas maneiras - historicamente ou logicamente.[10] É evidente que as bases para a sistematização lógica da Economia Política podem ser fornecidas pelo desenvolvimento histórico de sua literatura. Esta, todavia, só seria inteligível pelo estudo das sociedades capitalistas modernas.

Isso complica sobremaneira a questão. Por isso, Marx preferiu o tratamento lógico, no fundo também um método histórico, por ser dialético. Muito importante a esse respeito parece-me o seguinte trecho de Engels:

> a cadeia de pensamento deve ter início com o que a história começa e o seu curso subsequente não deve ser outra coisa senão a imagem exata do curso histórico em uma forma teórica e abstrata, mas corrigida de acordo com as leis dadas pelo curso real da própria história, em que cada fator deve ser considerado na completa maturidade de seu desenvolvimento em sua forma clássica.[11]

[10] Friedrich, Engels: Sobre el Materialismo y la Dilectica de Marx", *in: Introduccion a la filosofia y al materialismo dialéctico,* México s/d, p. 221; veja-se também Marx *El Capital op. cit.,* p. 64.

[11] Idem, ibidem.

Chegamos, pois, aos mesmos resultados anteriores. No campo metodológico, Marx conseguiu fundir dois métodos aparentemente antagónicos e contraditórios em um só método científico — o materialismo histórico. Mas, naquele momento, o principal objetivo era mostrar como Marx chegou à elaboração de um método novo, através da crítica da concepção naturalista em ciências sociais (clássicos, "comtistas" etc.). Neste passo da exposição podemos compreender, entretanto, agora positivamente, porque Marx chegara àqueles resultados. Isso de fato só foi possível graças à sua concepção de dialética: possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade - o conceito como reprodução do concreto, noção hegeliana - e a existência de um movimento dialético imanente às próprias coisas (desenvolvimento das formas sociais, como movimento do real, no tempo, por exemplo), que nos afasta de Hegel.

A barreira que tem afastado de Marx uma grande parte dos cientistas sociais é ao mesmo tempo um dos elementos fundamentais da teoria marxista do conhecimento. Trata-se das relações entre teoria e prática. A Economia, a Sociologia etc. nasceram e se desenvolveram sob o signo da ação; o ideal de seus fundadores era conseguir o controle da vida social para os homens, como já havia sido parcialmente realizado em relação às forças da natureza. Mais do que isso, pensavam em obter, por meio das ciências sociais particulares, técnicas sociais tão perfeitas que se poderia, no futuro, organizar racionalmente a sociedade, segundo planos sociais, económicos etc., de modo a reduzir ao mínimo os desperdícios de energia humana e os desajustamentos sociais. Todavia, apesar de toda a nostalgia da prática, teoria e ação são distanciadas de tal forma, que afinal de contas tem-se o direito de perguntar a que espécie de aplicação aspiram e que eficiência prática pode ter uma teoria cuja prova é sempre ministrada teoricamente. Nos últimos tempos, a posição de um Manheim e a de um Freyer indicam claramente que essa atitude está se modificando, e que é possível esperar maior coerência para o futuro; também, as ciências sociais têm alargado as suas esferas de aplicação. Entretanto, o progresso ainda não foi bastante rápido a ponto de permitir: 1) uma redefinição das relações entre teoria e prática; 2) uma compreensão, pelo menos, da posição exata do problema em Marx. Por isso, as críticas que lhe são dirigidas revelam em alto grau o caráter de conflito de concepções antagónicas; como muitas vezes nesses conflitos se descarregam fortes tensões emocionais, alguns autores não têm podido evitar o uso de certos

recursos inconsistentes de crítica - saindo, assim, do campo estritamente científico. O método mais seguido é o de afirmar enfaticamente que Marx não contém nenhuma novidade - é um simples erudito que se pôs a serviço de uma causa, o comunismo.[12] Outros são mais circunspectos e, medindo a estatura do adversário, procuram provar que Marx não é um *deus ex machina* [pessoa que inesperadamente propicia uma solução para uma situação difícil — latim]; que, ao contrário, suas ideias remontam ao passado longínquo ou pelo menos eram característicos dos séculos 18 e 19.[13] Isso, além de não esclarecer nenhum problema na forma pela qual é feita a exposição, é uma tautologia. Outros ainda acusam-no de racista, de germanista etc., numa série de desafinamentos ao espírito de cordialidade inerente ao "desinteresse científico". Tudo isso, porém, é lançado à maneira de exórdio, como uma fase preparatória ao objetivo final: a sua concepção de ciência, das funções da teoria em relação à prática. Quem não se aproxima corretamente de um problema, é claro, também não está em condições de resolvê-lo. Em consequência, os autores praticam distorções que só seriam possíveis após uma análise mais meticulosa e objetiva. A mais elementar consiste em separar os resultados obtidos dos métodos utilizados por Marx em nome do benefício da ciência.[14] Quanto às questões que tal conduta levanta: a) seria possível chegar aos mesmos resultados por meio de outros métodos?; b) que critérios são usados nas duas situações diferentes para evidenciar do verdadeiro e do falso?; c) os métodos não estão obrigatoriamente conformados a diversas concepções de vida e do universo fundamentadas em postulados distintos? etc. Quanto a tais questões, nada se pronuncia. A mais radical, porém, vai mais longe, oferecendo aparentemente muito menos: procura isolar o fator explicativo usado por Marx e utilizá-lo em sua pureza quase de laboratório. Desse modo, o "materialismo económico" dá lugar, por exemplo, a uma "interpretação económica da história" (Seligman). O que esse autor faz é digno de nota, porque mostra exatamente como

---

[12] Paul H. Furfey: *A history of social though,* Nova York, 1942, p. 298.

[13] Pitirim A. Sorokin: *Lles théories sociologiques comtemporaines,* Paris, 1938, pp. 377-384; Edwin R. A. Seligman: *L'interpretation economique de L'historie,* Paris, 1911, cap. IV; análises equilibradas são as de Lênin, *op. cit;* e Werner Sombart: *El Socialismo y el Movimento Social, op. cit.,* cap. III.

[14] Charles A. Ellwood: *A story of social philosophy,* New York, 1939, p. 328.

as coisas se passam. G. Sorel, no prefácio do seu trabalho, dá uma ideia clara do conteúdo e da finalidade do livro:

> o teórico do método histórico que deseja escrever um tratado inspirando-se nas ideias marxistas deve começar por afastar tudo aquilo que é especificamente revolucionário.[15]

E como Seligman procura realizar os seus propósitos? De modo bem simples. Primeiro, porém, vejamos duas citações que mostram o que entendia dos métodos e da concepção de ciência de Karl Marx: "a tendência do pensamento moderno é a de pôr em relevo as relações antes que as diferenças" e "é preciso contar com o fator histórico no económico". [16] Ora, o caminho escolhido, do ponto de vista metodológico, é exatamente o contrário do percorrido por Marx; a concepção de história de Seligman é naturalista e o método que propõe seguir é um método generalizador. Em segundo lugar, é contraditório. Com o auxílio desses instrumentos de trabalho não se poderia captar o fenômeno económico nas situações típicas ou singulares. Essa contradição, como foi visto acima, já havia sido superada por Marx. Assim, Seligman tinha que chegar inevitavelmente onde chegou: a uma estreita interpretação económica da história que nada tem em comum com a teoria marxista. O fator económico, stricto sensu [em sentido restrito - latim], determina a vida social e explica o processo histórico. Pode-se, portanto, dizer que esse autor conseguiu separar o lado teórico do lado prático do "materialismo histórico"? Evidentemente não, porque ambos os aspectos foram desprezados. A sua teoria é estranha em relação à primeira e de fato não está em condições de responder à pergunta: é possível separar no "materialismo histórico" a teoria da prática, ao contrário do que formulara Marx? Ainda assim, aceitou-se a experiência como positiva. Muitos autores pensam que esse é um pressuposto sobre o qual tudo foi dito.

Muito menos difícil que separar a teoria da prática deveria ser a tentativa inversa. Afinal de contas, os preconceitos são menores. No mínimo, estaríamos submetendo a ação a uma nova teoria. Essa tarefa foi tentada por Werner Sombart. Por esquisito que pareça, Sombart, que é um dos sociólogos e economistas europeus que mais leram

---

[15] E. R. A. Seligman, *op. cit.,* Prefácio, p. III, Veja-se também p. XXVIII.
[16] *OP. cit.,* pp. 2 e 155-156, respectivamente.

Marx, repete aqui algumas noções comuns, embora o faça com certa habilidade. Para ele, o problema consiste em separar o socialismo da ciência. Marx não se dedicou à construção do Estado futuro ideal; por causa de "uma repugnância inaudita pelas utopias" e também por falta de imaginação, diz-nos. Isso tem sido fatal para o movimento social do proletariado, ajunta Sombart, porque exclui os motivos ideais da ação iludindo e enfraquecendo sua vontade pela promessa do advento natural e inevitável do socialismo. De fato, ao contrário dos socialistas franceses que combateu por causa disso, Marx sabia muito bem que não podia construir a história do futuro em sua cabeça; o caráter científico que procurou dar ao socialismo compreendia submissão à realidade e ação racional. Mas, submissão à realidade como meio e não como fim. Sombart equivocou-se.

> A liberdade consiste em compreender a necessidade. A necessidade só é cega enquanto não é compreendida.

Essas palavras de Engels definem maravilhosamente a orientação que ele e Marx deram ao socialismo. Seria inútil repetir aqui o que já foi visto a respeito do papel do homem na história, e de como persegue socialmente os ideais que também são socialmente necessários. O socialismo, como movimento social de classes, devia conformar-se, pois, a esses ideais; e realizá-los. Essa ideia mecanicista de determinismo, levantada por Sombart, é ressuscitada a cada passo e jogada diante de Marx, que, entretanto, ajudou a enterrá-la. Isso implica uma conclusão correspondente à do caso inverso anterior: ainda aqui não foi possível separar teoria e prática no pensamento marxista e portanto provar a viabilidade dessa separação.

As confusões que um conhecimento apressado de sua obra engendra no espírito de certos autores podem ser apreciadas no manual de sociologia de L. van Wiese. Esse autor situa Marx entre os organicistas e dá especial atenção às influências do positivismo (exemplifica com Comte e Spencer), em seu pensamento científico. Dois lapsos graves, porque falseiam a sua localização na história das ciências sociais. O positivismo exerceu maior influência sobre Marx apenas como filosofia das ciências. Quando conheceu a obra de Comte, Marx já havia realizado aquela passagem do idealismo hegeliano ao materialismo, através de Feuerbach; isso quer dizer que já estava senhor dos pontos fundamentais de sua concepção do

mundo. Principalmente o que alguns autores chamam de "historicismo crítico" em sua obra já era algo bem definido nos seus estudos da época em que permaneceu na França. Porém, mesmo no campo restrito da filosofia das ciências, a obra metodológica de Marx é a primeira reação no século 19 contra os métodos naturalistas, em particular em sua forma positivista, e contra a ideia de sua aplicação pura e simples ao estudo dos fenômenos sociais. Essa aplicação, para ser fecunda, devia sujeitar-se às modificações exigidas pela natureza do próprio objeto das ciências sociais. Isso abre a caminho para mostrar a improcedência de outra afirmação: Marx nunca poderia ser um organicista, negando-se a aplicar os critérios de explicação e os métodos de investigação naturalista ao estudo da realidade social. A aceitação desses critérios e métodos, sem maiores reservas, é que levou muitos sociólogos seus contemporâneos (Lilienfeld, Spencer, Schäeffle etc.) ao emprego de analogias abusivas entre organismo humano e sociedade. Porque não lhe dava a necessária perspectiva da especificidade do social, tão viva e larga, ao contrário, em Karl Marx. A afirmação parece-me mais estranha, todavia, porque o próprio Marx criticou diretamente os "darwinistas sociais55.

As confusões relativas à filiação histórica de seu pensamento, entretanto, assumem proporções microscópicas diante das violentas distorções de caráter interpretativo, praticadas sem um conhecimento completo tanto da posição de Marx em relação aos problemas científicos do século 19, quanto de sua própria obra. Aqui aparece em maior dose um fator subjetivo - o que perturba igualmente o entendimento de afeiçoados e de inimigos propondo questões de raciocínio em termos de preferências afetivas e de classes. De fato, é difícil distinguir quem mais contribuiu para a incompreensão de Marx: se certos pretensos marxistas ou se seus "críticos burgueses". Os primeiros, em grande parte, por necessidades práticas; os segundos, por tomarem como ponto de partida e fonte de informações exclusiva de suas críticas as esquematizações feitas pelos marxistas - ou pelo próprio Marx - ao sabor das lutas políticas. Isso não levaria a resultados tão graves se as críticas fossem proporcionais ao material utilizado ou se se conformassem ao próprio caráter prático desse material. Compreende-se que depois de certo tempo tais autores lidam com fantasmas - com as ideias a respeito de Marx e não com as deste mesmo. Esse mecanismo é facilmente perceptível num crítico como

Pitirim Sorokin.[17] A análise das críticas desse autor - apenas as duas primeiras, que têm um aspecto de seriedade - pode levar a conclusões interessantes, ensinando-nos também os atalhos que se devem evitar, para se conhecer Marx.

A primeira observação que o seu esforço nos sugere é que a falta de trato com as obras de Marx o privou do conhecimento de sua terminologia. Daí apareceram algumas palavras com significados ambíguos, escolhidos pelo autor em seu estoque pessoal ou no das modernas ciências sociais, numa verdadeira orgia de violentações verbais. Assim, por exemplo: atribui a "modo de produção" uma acepção restrita, sensivelmente no sentido que os clássicos tomavam o termo "produção". Porém, "modo de produção" não é a mesma coisa que "produção" no sentido positivista, usado pelos clássicos, envolvendo a determinação dos caracteres gerais e a-históricos de uma das esferas da economia. Ao contrário, na terminologia marxista, "modo de produção" implica todo um complexo socio- cultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva. Contra Adam Smith e Ricardo, Karl Marx emprega um conceito sintético, contrapondo-o, como uma "reprodução da realidade", ao primitivo conceito analítico. Por isso, compreende nele três elementos essenciais, em geral considerados isoladamente por seus críticos: a) as forças materiais de produção (as forças naturais e os instrumentos de produção como máquinas, técnicas, invenções etc.); b) um sistema de relações sociais, que definem a posição relativa de cada indivíduo na sociedade através do seu *status* económico; c) um sistema de padrões de comportamento, de que depende a preservação ou transformação da estrutura social existente. Esses elementos são interativos. Qualquer mudança numa das esferas provoca mudanças concomitantes nas demais. As duas últimas, nas sociedades capitalistas europeias, esclarece Marx, dependem da forma imediata da primeira, que assim constitui a base material do "modo de produção". Mas a articulação das três com o sistema social geral não é uniforme - a das duas últimas é muito maior. Por isso o que é efeito num momento torna-se a causa em outro (modificações no sistema social geral em função do modo de produção). Deixando tudo isso de

[17] *Les theories sociologiques contemporaines, op. cit.,* pp. 384 e seg.; é útil esclarecer que o autor não passou do "prólogo" de *Contribuições à crítica da Economia Política,* chegando quase a reproduzi-lo.

lado, Sorokin maneja o conceito defeituosamente — reduzindo-o implicitamente à sua primeira esfera como se fosse possível lidar com os fenômenos sociais como o químico lida com os corpos simples nas experiências de laboratório. Entretanto, indo um pouco mais longe, procura descobrir aí a relação causal mecanicista. Satisfeito com a descoberta, endereça a Marx todas as restrições que este fizera, no século 19, ao conceito de relação causal unilateral e irreversível, que suprime a possibilidade da transformação do efeito em causa. A confusão é evidente. Sorokin pretende estudar as correlações entre os diversos fenômenos sociais; e os métodos que indica nos mostram em que consiste a sua confusão. Onde Marx enxerga uma totalidade em processo, Sorokin vê um sistema de forças interrelacionadas.

Assim, enquanto para o primeiro importava descobrir as leis que explicavam a sociedade capitalista europeia do século 19, que explicariam também a transitoriedade do capitalismo, o segundo quer saber que relações existem entre o fenômeno religioso e o económico, o fenômeno religioso e o político etc., tomando um dos termos como variável independente e o outro como função. As conclusões de Marx indicavam-lhe que essas relações são variáveis de sociedade para sociedade e numa mesma sociedade ao longo do seu desenvolvimento histórico; mas Sorokin pensava em certa forma muito sua de funcionalismo, capaz de fornecer-lhe verdades universais, leis válidas para qualquer tipo de sociedade. Novamente nos defrontamos com o problema metodológico: Sorokin, ao contrário de Marx, tem uma concepção naturalista das ciências sociais e defende por conseguinte um método quantitativo e generalizador.

Entretanto, salta sobre essas diferenças, atacando a obra de Marx de uma perspectiva falsa. A segunda crítica de Sorokin está impregnada de acentuado sensacionalismo científico. Todavia, no fundo é um simples prolongamento do equívoco anterior. A sua principal dificuldade, aqui, é o princípio de contradição. Parece-lhe que o "fenômeno económico" é concebido ao mesmo tempo como uma coisa e o seu contrário: o que negaria a noção científica de relação uniforme de causa e efeito, isto é, a noção do determinismo científico. Existem aí não um, mas dois equívocos. As confusões de Sorokin desenvolvem-se segundo uma progressão geométrica. Primeiro, seria de fato uma coisa extraordinária encontrar-se um hegeliano autêntico capaz de pensar a realidade de acordo com os princípios da lógica formal.

Segundo, Marx não nega a noção de regularidade dos fenômenos sociais, como foi visto acima. Verifica-se, pois, que os principais obstáculos à compreensão de Marx pelos autores que encaram as ciências sociais como ciências naturais são de natureza metodológica. Todavia, os autores que têm uma perspectiva histórica estrita, que concebem as ciências sociais ou culturais como eminentemente particularizadoras — ao contrário das ciências naturais — não revelam melhor entendimento em relação à sua obra. A análise superficial da abordagem marxista impede-lhes uma visão adequada e profunda do problema metodológico em Karl Marx. Por isso, a síntese conseguida entre os métodos generalizadores, das ciências naturais, e particularizadores, das ciências históricas, através do materialismo histórico, assume as proporções irreais de um naturalismo exagerado. Heimsoeth, por exemplo, situa corretamente a posição de Feuerbach na filosofia alemã do século 19.[18] Vê muito bem que, embora as transformações operadas no hegelianismo por esse filósofo correspondessem a um progresso do pensamento ocidental, a questão tal como ele a deixava colocada conduzia à negação do lugar do homem no cosmos e na história. E vê, também, como os perigos implícitos nessa posição foram concretizados pela ciência da época, que dissolveu a liberdade e a responsabilidade do homem num sistema mecanicista. São duas formulações preciosas para o entendimento do papel muito particular de Karl Marx no pensamento europeu. Não obstante, pouco depois o autor evidencia a nenhuma importância que dá aos seus próprios conhecimentos. Na análise da ruptura metodológica e ontológica com o naturalismo, operada no seio da Sociologia, considera naturalista o conceito de sociedade de Marx. No fundo, explica, o fato económico leva em seus flancos toda uma teoria naturalista do ser. O mesmo raciocínio, de caráter exclusivamente dedutivo — não fundamentado na obra de Marx - é feito por Heinrich Rickert[19] que, aliás, se define de modo muito vago diante do materialismo histórico. Para esse autor, os movimentos económicos permitem um grau de abstração muito mais elevado que os demais fenômenos estudados pelas outras 'ciências culturais". Por isso, o conhecimento do típico ou do particular cede o primeiro plano, na Economia, aos conceitos relativamente universais.

---

[18] Heinz Heimsoeth: "O homem e a história" *in: A filosofia no século 20*, S. Paulo, 1938, pp. 95-155; Veja-se também: pp. 95-96 e 135-137.

[19] *Ciência cultural y ciência natural*, Buenos Aires, 1943, pp. 183-186.

O materialismo histórico, portanto, transforma a história em história natural generalizadora, por interpretá-la em função do económico. As restrições ao materialismo histórico, propriamente ditas, são formuladas após esse exórdio. Rickert simplifica o problema à escolha do fator explicativo: separação do que é essencial do que é acessório na história.[20] Ora, essa escolha é sempre problemática, diz, pode depender do capricho ou da política. No caso do materialismo histórico a seleção do fator explicativo é de natureza política. Os valores económicos são colocados de modo absoluto, de tal forma que tudo que não for cultura económica é reduzido a reflexo. Desenvolve-se, daí, uma concepção metafísica e os valores económicos são hipostasiados como verdadeira e única realidade. "Com a seguinte diferença apenas: que, em lugar dos ideais da cabeça, colocavam-se os ideais do estômago".[21] O valor do materialismo histórico é de ordem puramente complementar: supre uma velha lacuna, dando maior importância à vida económica, considerada indevidamente pelos antigos historiadores.

Vindo de onde vêm, essas restrições são espantosas. Rickert caracteriza-se por sua intransigência na fundamentação histórica das ciências culturais; em relação à Economia, por exemplo, a única coisa que recusa com ênfase é que ela proceda exclusivamente por generalização. Estamos pois, no âmbito de Marx e do materialismo histórico. O combate irrefletido a uma teoria que tem vários pontos de contato - e alguns, como este, essenciais - com a sua mesma, torna-o de fato bastante contraditório. Deixando de lado essa questão, todavia, há outros reparos a fazer. O fenômeno económico é tomado abusivamente num sentido restrito e não em sentido lato. Isso tem uma importância particularíssima, agora, por causa da própria noção de historicidade do económico. Se quiséssemos fazer uma comparação, a ideia de histórico de Marx está para a de Rickert como o masculino se opõe ao feminino. O fato económico não é histórico apenas porque se pode apresentar de um modo típico (Rickert), mas ele existe de um modo típico exatamente porque é social (Marx). O seu caráter histórico depende diretamente da totalidade das ligações que

[20] Algumas passagens desse trecho fazem pensar em explosão de recalques; por meio de uma nota de rodapé, fica-se sabendo, também, que o sociólogo alemão Ferdinand Tonnies criticou Rickert de maneira crepitante, sentindo-se "pessoalmente irritado com o acento depreciativo de sua exposição".

[21] *Op. cit.,* p. 185.

o articula à estrutura e à cultura de um povo em uma fase determinada de seu desenvolvimento no tempo. Pondo de lado aquelas considerações obsoletas a respeito dos ideais e da reificação da cultura económica no materialismo histórico, mais que rebatidas, constata-se que a única objeção séria é a que se dirige às bases valorativas dessa teoria. Mas é verdadeiro que Marx escolheu pré-determinadamente o fator económico e atribuiu-lhe de modo antecipado a sua validade explicativa? De acordo com o testemunho do próprio Marx — que se dedicara ao estudo da Economia depois de passar pelo campo da Filosofia, da Literatura, do Direito etc. - esse foi o ponto de chegada e não o ponto de partida.

* * *

Geralmente as opiniões sobre o valor científico da obra de Marx dividem-se muito. Atualmente, entretanto, essa questão não padece dúvidas. E muitos autores, que nada têm de marxista, como Freyer, Oppenheimer, Plenge etc., têm situado em Marx uma das raízes das ciências sociais modernas - pelo menos em seu desenvolvimento na Alemanha. Assim, Joham Plenge escreve a seu respeito:

> nunca se encarecerá bastante a posição espiritual de Marx na história do século 19. Marx como teórico tem, além disso, um tríplice significado na história do espírito alemão e, por conseguinte, na do pensamento em geral. Representa um ponto crítico na História da Filosofia, um ponto crítico na História da Teoria Económica e um ponto crítico na História da Sociologia. Isso além de sua transcendência sobre a política interna e externa, acerca da qual é bem expressivo o fato do bolchevismo (...)

A influência de Marx, contudo, é muito variável de país para país.

Mais do que nunca, este é o momento de Karl Marx nas ciências sociais. O agravamento da crise metodológica recoloca o problema do método nas ciências sociais tal como Marx o formulara. Isso pode ser entendido se se considerar que Hegel foi o ponto de partida, na Alemanha, de duas orientações diferentes - uma materialista e outra, digamos, empiricista, ambas historietas. A primeira, conforme foi analisada acima, é constituída pela corrente de Marx. A segunda, especialmente com Wilhelm Dilthey, procede à

sistematização das ciências do espírito, enfrentando, até certo ponto, a mesma problemática de Marx - em particular quanto ao problema da natureza do conhecimento nas ciências do espírito - que implicava igualmente um aproveitamento, uma crítica e uma ruptura com o hegelianismo, de um lado, e com o positivismo, de outro. Por isso, escreve Hans Freyer que:

> sistema das ciências alemãs do espírito é filosofia hegeliana do espírito feita empírica e transformada em ciências particulares.

Para o mesmo autor, o retardamento com que essa transição se opera teoricamente nas ciências do espírito, comparada à rapidez com que se realiza historicamente no materialismo dialético, explica-se em termos do tempo que se operou a superação do hegelianismo nas duas orientações. O fato essencial, contudo, é que os problemas que se apresentaram a Karl Marx se colocaram novamente aos neo-hegelianos e neokantianos, que precisaram submeter a uma crítica rigorosa a antiga concepção naturalista de sociedade e a aplicação de métodos naturalistas ao estudo dos fenômenos sociais. Os marcos na discussão desses problemas são Dilthey, Hermann Paul, F. Tonnies, Karl Menger, Windelband, Rickert, G. Simmel, Max Weber, Georges Gurvitch e Karl Mannhein. Embora não se possa falar em unidade de pontos de vista, uma coisa e Clara: os fenômenos sociais são apreciados como produtos e como motivos da atividade humana, ao mesmo tempo. Por isso, esta é entendida de uma dupla maneira: 1) sujeita a determinadas condições, criadas pelo próprio viver em comum, que a tornam compreensível e te dão um sentido característico; 2) os fenômenos sociais, por serem humanos, escapam ao mecanismo rígido das leis naturais. Explicar a ação e a conduta humana em termos das condições e dos fatores sociais quer dizer outra coisa que negá-la simplesmente. Vida em sociedade e indeterminação constituem expressões incompatíveis: Quanto a ideia do determinismo mecanicista quanto a ideia de contingência, foram postas de lado. Chega-se, assim, a uma noção nova de processo social completamente livre do seu primitivo teor naturalista. 0 que é comum interessa apenas a medida que se refere a situações típicas, à medida que permite entender a passagem de uma forma social a outra numa sociedade determinada (cf. Max Weber: aparecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento de uma mentalidade capitalista numa sociedade de organização social pré-capitalista). Mas é obvio, não

como fonte de um conhecimento geral, universalmente valido. Dal a reabilitado do método histórico, meio por excelência de captação do que e característico e especifico de uma sociedade ou forma social dadas. Os referidos autores discordam nos limites e na validade de generalização nas diversas ciências sociais. Ou seja, exatamente naquilo em que Marx mostrava major segurança, estendendo os limites da generalização até onde eram compatíveis, com a explicação cientificamente válida de uma situação particular (0 capitalismo) e, mais minuciosamente ainda, dos diversos aspectos compreendidos pela situação particular (as Fases do desenvolvimento do capitalismo, as formas sociais correspondentes etc.). Max Weber, com o método tipológico, precisou o problema na direção proposta por Marx. Isso se torna mais evidente, todavia, num sociólogo como Georges Gurvitch, em cujas mãos o método tipológico sofre uma modificação substancial:

> O método tipológico e um ponto de encontro, ou, antes, de entrelaçamento, do método individualizado e do método generalizador.[22]

Não se chegou, entretanto, com a mesma rapidez as outras conclusões de Karl Marx. Particularmente os neo-hegelianos e neokantianos, como Windelband e Rickert, de um lado, Dilthey e seus discípulos, de outro, bem como Weber, Gurvitch etc., mostram muito bem como as diferenças podem neutralizar qualquer espécie de parentesco. Restringindo-me ao essencial, o ponto de divórcio está no aspecto prático do materialismo histórico, que implica unidade de teoria e ação e, em consequência, resposta positiva a pergunta da possibilidade de se conhecer de antemão, dentro de certos limites e de acordo com os dados da situação vivida, a sua possível tendência de desenvolvimento. Os autores que pensam o contrário, Tonnies, Mannhein e Freyer, se acham todos sob a influência direta de Marx. Aqui, apesar do alcance da obra dos dois últimos — particularmente de Freyer, que chega a afirmar que "só quem quer socialmente algo vê algo sociologicamente" —, a verdade e que ninguém conseguiu repor o problema da unidade de teoria e ação, em ciências sociais, de modo tão profundo e com tanta força como Karl Marx. A mesma coisa não acontece relativamente a outros aspectos. Ferdinand Tonnies, por

[22] *Las formas de la soriabilidad*, Buenos Aires, 1941, p. 11.

exemplo, não se limitou ao aproveitamento do material fornecido pelos escudos de Marx sobre a economia burguesa, como afirma Floyd Nelson House. Tonnies aprofundou de maneira incomum entre os sociólogos europeus a análise do materialismo histórico e da interação das três categorias sociais — economia, política e espirito — segundo Marx. Mem disso, enriqueceu de modo sugestivo a teoria da transição das formas sociais, sob o aspecto da passagem dos tipos comunitários a tipos societários e as suas sugestões sobre a separação da cidade e do campo. A rigor, toda uma parte do manual de Tónnies — a designada sob o título geral de estruturas de referência[23] — gira em torno das contribuições de Marx. Mannhein, atualmente, é considerado, de uma forma um tanto simplista, a mais produtiva síntese de Karl Marx e Max Weber.[24] Foi, de fato, o primeiro autor que compreendeu o alcance das descobertas de Marx sobre a natureza social do conhecimento em geral e dos processos de estandardização do pensamento humano, um dos temas principais da "Introdução" [nos anexos] deste livro. Os seus trabalhos abriram o caminho para as tentativas de fundamentação filosófica da sociologia, levadas a efeito por Hans Freyer, que mostram até onde pode se estender consequentemente, na Sociologia, a atividade crítica do conhecimento: ao seu próprio objeto, encarado também como um produto cultural. Freyer desenvolveu, além disso, uma teoria da cultura,[25] que consiste — foi o que me sugeriu a exposição que conheço — numa nova formulação da teoria marxista da cultura e das formas sociais. Aproveitamentos mais restritos, que mereçam certo destaque, são os de Franz Carl Muller-Lyer e os de François Simiand. O primeiro tentou conciliar as duas orientações que vinham do evolucionismo e do materialismo histórico, em um novo método que chamou faseológico,[26] por meio do qual procurou descrever e correlacionar as distintas fases atravessadas pela humanidade. François Simiand[27] tenta não só introduzir um ponto de vista sociológico no estudo dos fenômenos econômicos, principal característica da reação de Marx contra os clássicos, mas também, indo mais longe, traz uma contribuição

[23] *Princípios de Sociologia*, México, 1942, pp. 291 e seguintes.
[24] Albert Salomon: *German sociology, in: op. cit.*, p. 603.
[25] *Teoria do espírito objetivo*, 1928; resenhada por C. Jesinghans, *in: la cultura moderna*, Univ. Nac. de la Plata, 1943, pp. 89-106.
[26] Gottfried Salomon: artigo in: *Encyclopedia ofsocial sciences*, vol. XI, pp. 83-84
[27] *Le salaire, L'evolution social et la monaie*, 3 vols. Paris 1932. Veja-se especialmente o posfácio do segundo volume.

original à teoria marxista da interação de produção e consumo (o movimento geral do salário segue o ritmo das necessidades sociais de cada classe). Isso, por si só, não colocaria Simiand em uma posição tão especial, pois Maurice Halbwachs também mostrara a mesma coisa sob outro ponto de vista: as despesas dos indivíduos dependem, na moderna sociedade capitalista de classes, das representações sociais das classes a que pertencem. O grande valor de Simiand está na resposta que deu a toda crítica que visa a defesa da antiga concepção naturalista da Economia, por meio dos recentes resultados da investigação sociológica. Simiand recusa validade às críticas evolutivas, segundo as quais a correlação dos diversos fatores sociais (econômico, político, religioso etc.) se apresenta de maneira diferente, conforme se considerem povos não naturais, em que os fatos sociais se entrelaçam de tal forma que constituem verdadeiros fatos totais, ou os povos históricos de organização social diferente. A evidência, responde Simiand, é que de fato não se pode provar conexão histórica e a continuidade das experiências desses diversos tipos de sociedade. A objeção, ao contrário, dá inesperadamente uma força nova ao critério de isolar os fatores sociais de acordo com os casos concretos, isto é, tal como se manifestam nos sistemas sociais estudados.

Relativamente às conexões dos fenômenos sociais nas sociedades capitalistas, entretanto, como mostrara A. Cuvillier, Marx antecipou-se em O capital às investigações de "Max Weber sobre as afinidades da Reforma e do espírito protestante com o desenvolvimento do capitalismo". Oito anos antes, todavia, neste livro, Marx já dedicara algumas páginas a esse problema. Marx procura explicar o entesouramento pela mentalidade desenvolvida com o protestantismo. Por isso, aponta os seguintes atributos no entesourador: ascetismo reforçado pelo trabalho árduo, zelo religioso, sendo "eminentemente protestante de sua religião e, ainda mais, puritano", e desprezo pelos gozos temporais e transitórios em troca da felicidade eterna da vida celeste.

Essas notas que podiam ser estendidas com a análise da contribuição dos marxistas — especialmente dos bolchevistas — ao estudo da teoria do Estado, das revoluções sociais, das técnicas sociais etc. dão uma ideia em conjunto do papel de Marx na história das ciências sociais e da importância deste livro em sua obra. Elas seriam incompletas, entretanto, se não contivessem os meus agradecimentos aos editores, que dispensaram ao tradutor uma

assistência técnica eficiente, ajudando-o inclusive na comparação com os textos de edições diferentes de *Contribuição à crítica da Economia Política*. A essa assistência deve-se a supressão de muitas lacunas, que seriam inevitáveis com o uso de uma das edições apenas, e grande parte das prováveis qualidades desta tradução.

Introdução a uma Contribuição para a Crítica da Economia Política[1]

Karl Marx

Produção, Consumo, Distribuição, Troca (Circulação)

1. Produção

a) O objeto a considerar em primeiro lugar é a produção material.

Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja, a produção de indivíduos socialmente determinada: eis naturalmente o ponto de partida. O caçador e o pescador individuais e isolados, com que começam Smith e Ricardo, fazem parte das ficções pobremente imaginadas do século XVIII; são robinsonadas que, pese embora aos historiadores da civilização, não exprimem de modo nenhum uma simples reação contra um refinamento excessivo e um regresso aquilo que muito erradamente se entende como vida natural. O "contrato social" de Rousseau, que estabelece ligações e laços entre sujeitos independentes por natureza, tampouco se baseia em tal naturalismo. Este naturalismo não é senão a aparência, e aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Na realidade, trata-se antes de uma antecipação da "sociedade civil", que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para a maturidade. Nesta sociedade de livre concorrência, cada indivíduo aparece desligado dos laços naturais, etc., que, em épocas históricas anteriores, faziam dele parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito. Este indivíduo do século XVIII é produto, por um lado, da decomposição das formas de sociedade feudais, e por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI. E, aos profetas do século XVIII, (sobre cujos ombros se apoiam ainda totalmente Smith e Ricardo), este indivíduo aparece como um ideal cuja existência situavam no passado; não o veem como um resultado histórico, mas sim como ponto de partida da história. E que,

[1] Introdução do livro de Karl Marx, *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*. Berlin: Erstes Heft, 1859.

segundo a concepção que tinham da natureza humana, o indivíduo não aparece como produto histórico, mas sim como um dado da natureza pois, assim, está de acordo com a sua concepção da natureza humana. Até hoje, esta mistificação tem sido própria de todas as épocas novas. Stuart, que se opôs em muitos aspectos ao século XVIII e que, dada a sua condição de aristocrata, se ateve mais ao terreno histórico, evitou esta puerilidade.

Quanto mais recuamos na história, mais o indivíduo - e portanto o produtor individual - nos aparece como elemento que depende e faz parte de um todo mais vasto; faz parte, em primeiro lugar, e de maneira ainda inteiramente natural, da família e dessa família ampliada que é a tribo; mais tarde, faz parte das diferentes formas de comunidades provenientes do antagonismo entre as tribos e da fusão destas. Só no século XVIII, na "sociedade civil", as diversas formas de conexão social aparecem face ao indivíduo como simples meios para alcançar os seus fins privados, como uma necessidade exterior a ele. Contudo, a época que gera este ponto de vista, esta ideia do indivíduo isolado, é exatamente a época em que as relações sociais (universais, segundo esse ponto de vista) alcançaram o seu mais alto grau de desenvolvimento.

O homem é, no sentido mais literal, um zoo politikon (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar. A produção realizada por um indivíduo isolado, fora do âmbito da sociedade - fato excepcional, mas que pode acontecer, por exemplo, quando um indivíduo civilizado, que potencialmente possui já em si as forças próprias da sociedade, se extravia num lugar deserto - é um absurdo tão grande como a ideia de que a linguagem se pode desenvolver sem a presença de indivíduos que vivam juntos e falem uns com os outros. Não vale a pena determo-nos mais neste ponto. Nem seria sequer de abordar a questão, se esta tolice - que tinha sentido e razão de ser para os homens do século XVIII -não tivesse sido novamente introduzida, com a maior das seriedades, na economia política moderna por Bastiat, Carey, Proudhon, etc. claro que, para Proudhon, entre outros, se torna bastante cômodo explicar a origem de uma relação econômica cuja gênese histórica desconhece em termos de filosofia da história; e, assim, recorre aos mitos: essa relação foi uma ideia súbita e acabada que ocorreu a Adão ou Prometeu, os quais, em seguida a introduziram, etc. Não há nada mais enfadonho e árido do que o locus communus em dei irio.

Por conseguinte, quando falamos de produção, trata-se da produção num determinado nível de desenvolvimento social, trata-se da produção de indivíduos que vivem em sociedade. Assim poderia parecer que, para falarmos de produção, seria necessário: ou descrever o processo de desenvolvimento histórico nas suas diferentes fases; ou então declarar de início que nos referimos a uma determinada época histórica bem definida, como por exemplo à produção burguesa moderna, que é na realidade o nosso tema específico. Não obstante, todas as épocas da produção têm certos traços e certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração que possui um sentido, na medida em que realça os elementos comuns, os fixa e assim nos poupa repetições. Contudo, esses caracteres gerais ou esses elementos comuns, destacados por comparação, articulam-se de maneira muito diversa e desdobram-se em determinações distintas. Alguns desses caracteres pertencem a todas as épocas; outros, apenas a algumas. Certas determinações serão comuns às épocas mais recentes e mais antigas. São determinações sem as quais não se poderia conceber nenhuma espécie de produção. Certas leis regem tanto as línguas mais desenvolvidas como outras mais atrasadas; no entanto, o que constitui a sua evolução são precisamente os elementos não gerais e não comuns que possuem. indispensável fazer ressaltar claramente as características comuns a toda a produção em geral, e isto porque, uma vez que são sempre idênticos o sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza), correríamos o risco de esquecer as diferenças essenciais. Neste esquecimento reside, por exemplo, toda a "sapiência" dos economistas políticos modernos, os quais tentam demonstrar que as relações sociais existentes são harmoniosas e eternas. Um exemplo. Não pode haver produção sem um instrumento de produção, nem que seja simplesmente a mão; não pode haver produção sem haver um trabalho acumulado no passado, mesmo que esse trabalho consista na habilidade que, pelo exercício repetido, se desenvolveu e concentrou na mão do selvagem. O capital também é um instrumento de produção; o capital também é um trabalho passado, objetivado. Logo, o capital seria uma relação natural, universal e eterna; mas só o seria se puséssemos de parte o elemento específico que transforma "instrumento de produção" e "trabalho acumulado" em capital. Assim, toda a história das relações de produção aparece, por exemplo em

Carey, como uma falsificação malevolamente organizada pelos governos.

Se não existe produção em geral, também não há uma produção geral. A produção é sempre um ramo particular da produção - por exemplo, a agricultura, a criação de gado, a manufatura - ou uma totalidade. Porém, a economia política não é a tecnologia. Analisaremos mais tarde a relação entre as determinações gerais da produção, num dado estágio social, e as formas particulares da produção.

Por fim, a produção não é apenas uma produção particular: constitui sempre um corpo social, um sujeito social, que atua num conjunto - mais ou menos vasto, mais ou menos rico - de ramos de produção. Não é este o lugar mais adequado para estudar a relação entre o resultado da análise científica e o movimento da realidade. Devemos, por conseguinte, estabelecer uma distinção entre]*a produção em geral, os ramos particulares da produção e a totalidade da produção.

Em Economia Política tornou-se moda começar por uma introdução geral, intitulada "Produção" (Cf., p. ex., J. Stuart MilI em "Princípios de Economia Política".), introdução essa em que se trata das condições gerais de toda a produção, e inclui - ou deveria incluir:

1) As condições sem as quais não é possível a produção. Não passa, contudo, de uma simples enumeração dos momentos essenciais de qualquer produção; e, com efeito, limita-se, como veremos, ao enunciado de algumas determinações elementares que, à força de serem repisadas, se convertem em vulgares tautologias.

2) As condições que favorecem em maior ou menor grau a produção; por exemplo: a análise de Adam Smith sobre o estado de progresso ou de estagnação das sociedades. Para dar um caráter científico a esta análise da sua obra, que, nele, tem o valor de conspecto geral, seria necessário investigar os diversos níveis de produtividade atingidos por cada um dos povos em diferentes períodos do seu desenvolvimento. Essa investigação ultrapassa os limites do nosso estudo, mas inclui-la-emos nas partes referentes à análise da concorrência, da acumulação, etc., na medida em que ela aí se enquadrar. Em termos gerais, a resposta é a seguinte: um povo industrial atinge o seu apogeu produtivo no momento em que atinge o seu apogeu histórico geral. ln fact, um povo encontra-se no seu apogeu industrial quando, para ele, o essencial não é o lucro, mas sim a busca

do lucro (é essa a superioridade dos americanos sobre os ingleses). A resposta também pode ser a seguinte: certas raças, certas aptidões, certos climas, certas condições naturais (proximidade do mar, fertilidade do solo, etc.) são mais favoráveis à produção do que outras; isto conduz mais uma vez a uma tautologia: a riqueza gera-se com tanto mais facilidade quanto maior for o número dos seus elementos subjetivos e objetivos disponíveis.

Mas não é apenas isto que os economistas visam nessa parte introdutória geral. Pretendem prioritariamente (cf. MilI) apresentar a produção -contrariamente à distribuição, etc. - como sujeita a leis eternas da natureza, independentes da história; o que é uma boa ocasião para insinuar que as relações burguesas são leis naturais e indestrutíveis da sociedade in abstracto. está a finalidade, mais ou menos consciente, de toda a manobra. Já na distribuição, segundo eles, os homens se podem permitir toda a espécie de arbitrariedades. Não falando já da separação brutal entre a produção e a distribuição que isto constitui - e põe de parte a sua ligação real - uma coisa é imediatamente evidente: por mais diferente que seja a distribuição nos diversos estágios da sociedade, é possível fazer ressaltar - tal como no caso da produção - as características comuns, assim como é possível confundir ou dissolver todas as diferenças históricas em leis que se apliquem ao homem em geral. Por exemplo: o escravo, o servo e o trabalhador assalariado recebem todos uma determinada quantidade de alimentos que lhes permite subsistir como escravo, como servo e como trabalhador assalariado; por seu lado, o conquistador vive dos tributos, o funcionário vive dos impostos, o proprietário do rendimento das terras, o monge das esmolas, o levita do dízimo - e todos estes recebem uma parte da produção social, mas esta parte é determinada por leis diferentes das que se aplicam ao escravo, etc.

Os dois pontos que todos os economistas incluem nesta rubrica, são: 1) a propriedade; 2) a proteção da propriedade pela justiça, pela polícia, etc.

A isto responderemos em duas palavras:

1) A produção é sempre apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada. Neste sentido, é uma tautologia afirmar que a propriedade (apropriação) constitui uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daqui para uma forma determinada de propriedade, para a propriedade privada, por exemplo (tanto mais que esta implica, como

condição, uma forma sua antagónica; a não-propriedade). Bem pelo contrário, a história mostra-nos que a propriedade comum (por exemplo nos índios, nos Eslavos, nos antigos Celtas, etc.) representa a forma primitiva, forma essa que, durante muito tempo, continuou a desempenhar um papel muito importante, como propriedade comunal. Não está em causa por agora o saber-se se a riqueza se desenvolve melhor sob esta ou aquela forma de propriedade. Mas é uma pura tautologia afirmar que não pode haver produção, nem tão pouco sociedade, quando não existe nenhuma forma de propriedade. Uma apropriação que não se apropria de nada é uma contradictio in subjecto (contradição nos termos).

2) (Proteção da propriedade, etc.). Quando se reduzem estas trivialidades ao seu conteúdo real, elas exprimem muito mais do que aquilo que sabem os seus pregadores; a saber: cada forma de produção gera as suas próprias relações jurídicas, a sua própria forma de governo, etc. Muita ignorância e muita incompreensão se revelam no fato de se relacionar apenas fortuitamente fenômenos que constituem um todo orgânico, de se apresentar as suas ligações como nexos puramente reflexivos. Aos economistas burgueses parece-lhes que a produção funciona melhor com a polícia moderna do que, por exemplo, com a aplicação da lei do mais forte. Esquecem-se apenas de que a "lei do mais forte" também constitui um direito e que é esse direito que sobrevive, com outra forma, naquilo a que chamam "Estado de direito".

É claro que, quando as condições sociais correspondentes a uma determinada forma da produção se encontram ainda em desenvolvimento - ou quando já entraram em declínio - se manifestam certas perturbações na produção, embora a sua intensidade e os seus efeitos sejam variáveis.

Em resumo: todas as épocas da produção têm determinados elementos comuns que o pensamento generaliza: porém, as chamadas condições gerais de toda a produção são elementos abstratos que não permitem compreender nenhuma das faces históricas reais da produção.

2. As Relações Gerais entre a Produção e a Distribuição, a Troca e o Consumo

Antes de prosseguir com a análise da produção, é necessário examinar as diversas rubricas com que os economistas a associam.

A primeira ideia que de imediato se apresenta, é a seguinte: na produção, os membros da sociedade fazem com que os produtos da natureza tomem formas adequadas às necessidades humanas.

A distribuição determina a proporção (o quantum) de produtos que cabem ao indivíduo; a troca determina a produção, da qual o indivíduo reclama a parte que lhe foi atribuída pela distribuição.

Segundo os economistas, produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um silogismo com todas as regras: a produção é o termo universal, a distribuição e a troca são o termo particular, o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. Há aqui, sem dúvida, um nexo, mas bastante superficial. A produção é determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social e, por isso, pode exercer urna ação mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca situa-se entre ambas, como um movimento formalmente social; o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo finai, situa-se, a bem dizer, fora da economia (a não ser quando, por sua vez, reage sobre o ponto de partida para iniciar um novo processo).

Os adversários dos economistas - tanto os que provêm da Economia Política como os que lhe são estranhos - acusam-nos de dissociarem grosseiramente coisas que constituem um todo, mas colocam-se no mesmo terreno, ou até muito mais abaixo. Com efeito, não há nada mais trivial do que acusar os economistas de considerarem a produção exclusivamente como um fim em si, e alegar que a distribuição é igualmente importante. Esta acusação baseia-se exatamente na concepção dos economistas segundo a qual a distribuição existe à margem da produção, como esfera autônoma e independente. Acusam-nos também de não considerarem os diversos momentos na sua unidade; como se esta dissociação não tivesse passado da realidade para os livros, como se ela tivesse vindo dos livros para a realidade! Como se se tratasse de equilibrar dialeticamente os conceitos, e não de analisar as reações reais!

a) Produção e Consumo

A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que, ao produzir, está desenvolvendo as suas capacidades, está também dispendendo-as, isto é, consome-as no ato da produção, tal como na procriação natural se consomem forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção utilizados, os quais se desgastam e se dissolvem em parte (como na combustão, por exemplo) nos seus elementos naturais; do mesmo modo, as matérias-primas utilizadas perdem a sua forma e a sua constituição natural: são consumidas. Portanto, em todos os seus momentos, o próprio ato da produção é também um ato de consumo. Aliás, os economistas admitem-no. Chamam consumo produtivo à produção que corresponde diretamente ao consumo e ao consumo que coincide imediatamente com a produção. Esta identidade da produção e do consumo remete para a proposição de Espinoza: determina tio est nega tio.

No entanto, os economistas apenas estabelecem esta definição de consumo produtivo para dissociarem o consumo correspondente à produção, do consumo propriamente dito - o qual tomam como antítese e destruição da produção.

Analisemos, pois, o consumo propriamente dito.

O consumo é também imediatamente produção do mesmo modo que, na natureza, o consumo dos elementos e substâncias químicas é a produção das plantas. E claro que na nutrição, por exemplo - que é uma forma particular do consumo - o homem produz o seu próprio corpo. Isto é válido para toda a espécie de consumo que, por qualquer forma, produza o homem. Produção consumidora. Porém - objetam os economistas -esta produção equivalente ao consumo é uma segunda produção, surgida da destruição do produto da primeira. Na primeira, o produto objetiva-se; na segunda, é o objeto criado por ele que se personifica. Por isso, a produção consumidora - embora constitua a unidade imediata da produção e do consumo - é essencialmente diferente da produção propriamente dita. Esta unidade imediata, na qual a produção coincide com o consumo e o consumo coincide com a produção, deixa subsistir a dualidade intrínseca de cada um.

Portanto, a produção é imediatamente consumo, e o consumo é imediatamente produção; cada termo é imediatamente o seu contrário. Mas, simultaneamente, há um movimento mediador entre ambos; a produção é intermediária do consumo, cuja matéria cria;

sem esta, aquele ficaria privado do seu objeto; por sua vez, o consumo é intermediário da produção, pois proporciona aos seus produtos o sujeito para o qual eles o são (produtos). O produto só atinge o seu finish final no consumo. Uma via férrea onde não circulam trens, que não é usada, que não é consumida, pode dizer-se que é imaginária, que não existe. Sem produção não há consumo; mas sem consumo, também não há produção, pois, nesse caso, a produção seria inútil.

O consumo produz a produção de duas maneiras:

1) na medida em que só no consumo o produto se torna produto. Por exemplo: um terno só se torna realmente um terno quando é vestido; uma casa desabitada não é realmente uma casa. Contrariamente ao simples objeto da natureza, o produto só se afirma como produto, só se torna produto, no consumo. Ao absorver o produto, o consumo dá-lhe o toque final [finish strok e, no ms. de Marx], pois o [resultado] da produção é produto, não como atividade objetivada, mas só como um objeto para o sujeito atuante.

2) na medida em que o consumo cria a necessidade de uma nova produção e, por conseguinte, a condição subjetiva e o móbil interno da produção, a qual é o seu pressuposto. O consumo motiva a produção e cria também o objeto que, ao atuar sobre ela, vai determinar a sua finalidade. verdade que a produção fornece, no seu aspecto manifesto, o objeto do consumo; mas também é evidente que o consumo fornece, na sua forma ideal, o objeto da produção; este surge na forma de imagem interior, de necessidade, de impulso e finalidade. O consumo cria os objetos da produção, mas sob uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade não há produção; ora, o consumo reproduz as necessidades.

Pelo lado da produção, o problema caracteriza-se assim:

1) A produção fornece ao consumo a sua matéria, o seu objeto. Consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, a produção cria, produz o consumo.

2) Porém, a produção não fornece apenas um objeto de consumo; dá-lhe também o seu caráter específico e determinado, dá-lhe o toque final - tal como o consumo dá ao produto o toque final que converte uma vez por todas em produto. Em suma, o objeto não é um objeto em geral, mas sim, um objeto bem determinado e que tem de ser consumido de uma maneira determinada, a qual, por sua vez, tem que ser mediada pela própria produção. A fome é a fome, mas a fome que é saciada com carne cozida e consumida com faca e garfo é

diferente da fome do que devora carne crua e a come com a mão, com unhas e dentes. Por conseguinte, o que a produção produz objetiva e subjetivamente não é só o objeto do consumo; é também o modo de consumo. A produção cria, pois, o consumidor.

3) A produção proporciona não só um objeto material à necessidade, mas também uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo emerge do seu primitivo caráter natural, imediato e tosco - e o permanecer neste estágio resultaria do fato de a produção não ter também ultrapassado o seu estágio natural, primitivo e tosco - passa a ser mediado como impulso pelo objeto: a necessidade que o consumo sente deste último é criada pela percepção do objeto. O objeto de arte - e analogamente, qualquer outro produto - cria um público sensível à arte e capaz de fruição estética. Deste modo, a produção não cria só um objeto para o sujeito; cria também um sujeito para o objeto.

a) fornecendo-lhe a sua matéria; b) determinando o modo de consumo; c) provocando no consumidor a necessidade de produtos que ela criou originariamente como objetos. Por conseguinte, produz o objeto de consumo, o modo de consumo e o impulso para consumir. Pelo seu lado, o consumo [cria] a disposição do produtor, solicitando-o como necessidade animada duma finalidade (a produção).

A identidade entre o consumo e a produção reveste-se pois, de um triplo aspecto:

1) Identidade imediata. A produção é consumo:
O consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. Os economistas designam ambos por consumo produtivo; estabelecem, no entanto, uma distinção - consideram a primeira como reprodução, e o segundo como consumo produtivo; todas as investigações sobre a primeira referem-se ao trabalho produtivo e ao trabalho improdutivo; as investigações sobre o segundo tem como objeto o consumo produtivo ou não produtivo.

2) Cada um dos termos surge como mediação do outro e mediado pelo outro. Isto exprime-se como uma dependência recíproca, como um movimento através do que se relacionam entre si e se mostram reciprocamente indispensáveis, embora permaneçam exteriores um ao outro. A produção cria a matéria para o consumo, enquanto objeto exterior a este; o consumo cria a necessidade enquanto objeto interno, enquanto finalidade da produção. Sem produção não há consumo; sem consumo não há produção. [Isto] é repetido de inúmeras formas na economia política.

3) A produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo é apenas imediatamente produção; mais: a produção não é simplesmente um meio para o consumo, nem o consumo, simplesmente um fim para a produção - o mesmo é dizer, tão pouco é suficiente o fato de cada um proporcionar ao outro o seu objeto: a produção, o objeto exterior, material, do consumo; o consumo, o objeto ideal da produção. Cada um dos termos não se limita a ser imediatamente o outro, nem o mediador do outro: mais do que isso, ao realizar-se, cria o outro, realiza-se sob a forma do outro. O consumo consuma o ato de produção, dando ao produto o seu caráter acabado de produto, dissolvendo-o, absorvendo a sua forma autônoma e material, e desenvolvendo - através da necessidade da repetição - a aptidão para produzir surgida no primeiro ato da produção. O consumo não é pois, apenas, o ato final pelo qual o produto se torna realmente produto: é também o ato pelo qual o produtor se torna realmente produtor. A produção, pelo seu lado, gera o consumo, criando um modo determinado de consumo, originando - sob a forma de necessidade - o desejo e a capacidade de consumo.

Esta identidade mencionada no ponto 3) é particularmente discutida pela economia política, a propósito da relação entre a oferta e a procura, entre os objetos e as necessidades, entre as necessidades criadas pela sociedade e as necessidades naturais.

Para um hegeliano não é agora mais fácil do que identificar a produção com o consumo. E isso foi feito não só por escritores socialistas, mas até por economistas vulgares (como, por exemplo, Say, quando pensam que, se considerarmos um povo - ou a humanidade in abstracto - a sua produção é igual ao seu consumo. Storch denunciou o erro de Say, notando que um povo, por exemplo, não consome simplesmente a sua produção, que também cria meios de produção, etc., capital fixo, etc. Além do mais, encarar a sociedade como um sujeito único é encará-la de forma falsa, especulativa; para um dado sujeito, produção e consumo surgem como momentos de um mesmo ato. Importa realçar sobretudo que, se se considerar a produção e o consumo como atividades quer dum indivíduo, quer de um grande número de indivíduos [isolados], tanto uma como outro seguem, em qualquer caso, como elementos de um processo no qual a produção é o verdadeiro ponto de partida, sendo, por conseguinte, o fator preponderante. O consumo, enquanto necessidade, é o próprio momento interno da atividade produtiva; mas esta última é o ponto de

partida da realização, e portanto também o seu elemento preponderante, isto é: até pelo qual todo o processo se renova. O indivíduo produz um objeto e, ao consumir o seu produto, regressa ao ponto de partida, procedendo como indivíduo que produz e que se reproduz. Deste modo, o consumo representa um momento da produção.

Em contrapartida, na sociedade, a relação entre o produtor e o produto, uma vez acabado este último, é uma relação exterior; o regresso do objeto ao sujeito depende da contingência das relações que mantêm com os outros indivíduos; ele não se apropria diretamente do produto; - além do mais, quando produz em sociedade, a finalidade do sujeito não é a apropriação imediata do produto. Entre o produtor e os produtos interpõe-se a distribuição, a qual, mediante leis sociais, determina a parte do mundo dos produtos que cabe aquele; interpõe-se, portanto, entre a produção e o consumo.

Ora bem: Constituirá a distribuição uma esfera autônoma e independente, exterior à produção?

b) Distribuição e Produção

Há um fato que não pode deixar de nos impressionar ao examinarmos os tratados correntes de economia política: neles todas as categorias são apresentadas de duas maneiras; por exemplo, na distribuição figuram a renda imobiliária, o salário, o juro, o lucro, ao passado que a terra, o trabalho e o capital figuram como agentes da produção. No tocante ao capital, vemos à evidência que aparece sob duas formas: 1) como agente da produção; 2) como fonte de rendimento, isto é: como elemento determinante de certas formas de distribuição. por isso que o juro e o lucro figuram também na produção, pois são formas de que se reveste o crescimento do capital, quer dizer, são momentos da sua própria produção. Na qualidade de formas da distribuição, juro e lucro pressupõem o capital como agente da produção.

São igualmente modos de reprodução do capital.

De modo análogo, o salário é o trabalho assalariado considerado noutra rubrica: o caráter determinado que o trabalho possui aqui como agente da produção surge além como determinação da distribuição. Se não estivesse determinado como trabalho assalariado, o modo como o trabalho participa na repartição dos produtos não adquiriria a forma de salário; veja-se o caso da escravatura. Finalmente, - se considerarmos a renda imobiliária - que é a forma mais desenvolvida sob a qual a propriedade da terra

participa na distribuição dos produtos - vemos que ela pressupõe a grande propriedade agrária (ou melhor a grande agricultura) como agentes de produção e não a terra pura e simples, tal como o salário não pressupõe o puro e simples trabalho.

Por conseguinte, as relações e os modos de distribuição aparecem muito simplesmente como o reverso dos agentes de produção: um indivíduo que contribui para a produção com o seu trabalho assalariado participa, sob a forma de salário, na repartição dos produtos criados pela produção. A estrutura da distribuição é completamente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção, tanto no que se refere ao seu objeto (pois só se podem distribuir os resultados da produção) como no que se refere à sua forma (posto que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é: a forma sob a qual se participa na distribuição). Por conseguinte, é uma rematada ilusão circunscrever a terra à produção, a renda imobiliária à distribuição, etc.

Economistas como Ricardo, a quem se reprova com frequência o fato de apenas terem em vista a produção definem a distribuição como o único objeto da economia. Na verdade, consideravam instintivamente que são as formas de distribuição que melhor exprimem as relações dos agentes de produção numa dada sociedade.

Para o indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que determina a sua posição no seio da produção, isto é: no quadro em que produz e que, portanto, precede a produção. Ao nascer, o indivíduo não tem capital nem propriedade agrária; logo que nasce é condenado, pela distribuição social, ao trabalho assalariado. Na realidade, o próprio fato de a tal ser condenado, resulta do fato de o capital e a propriedade agrária serem agentes autônomos da produção.

Mesmo à escala das sociedades na sua globalidade, a distribuição parece preceder e determinar, até certo ponto, a produção - surge, de certo modo, como um fato pré-econômico. Um povo conquistador reparte a terra entre os conquistadores; deste modo impõe uma certa repartição e uma forma dada de propriedade agrária: determina, desse modo, a produção. Ou então reduz os conquistados à escravatura, e baseia a sua produção no trabalho escravo. Ou então, um povo revolucionário pode parcelarizar a grande propriedade territorial e, mediante esta nova distribuição, dar um caráter novo à

produção. Ou então, a legislação pode perpetuar a propriedade agrária nas mãos de certas famílias; ou faz do trabalho um privilégio hereditário para fixar num regime de castas. Em todos estes exemplos, extraídos da história, a estrutura da distribuição não parece ser determinada pela produção; pelo contrário, é a produção que parece ser estruturada e determinada pela distribuição.

Segundo a concepção mais simplista, a distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos, como se estivesse afastada da produção e, por assim dizer, quase independente dela. Porém, antes de ser distribuição de produtos, é: 1) distribuição de instrumentos de produção; 2) distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes ramos da produção - e esta é uma definição mais ampla da relação anterior (consideração dos indivíduos em determinadas relações de produção). Manifestamente, a distribuição dos produtos não é mais do que resultado desta distribuição, que está incluída no próprio processo de produção e determina a estrutura da produção. Se não se tiver em conta a última distribuição, englobada na produção, esta aparece, evidentemente, como uma abstração oca; na verdade, a distribuição dos produtos é determinada por esta distribuição, a qual, na sua origem, é um fator de produção. Ricardo, que se esforçou por analisar a produção moderna na sua estrutura social determinada e que é o economista da produção por excelência, declara, precisamente por essa razão, que o verdadeiro tema da economia moderna não é a produção, mas sim a distribuição. Eis mais uma evidência da inépcia dos economistas que encaram a produção como uma verdade eterna e relegam a história para o domínio da distribuição.

Sem dúvida que a relação entre esta distribuição determinante da produção e a própria produção constitui um problema situado também no quadro da produção. Poder-se-ia replicar: posto que a produção parte necessariamente de uma dada distribuição de meios de produção, pelo menos a distribuição assim entendida precede a produção e constitui a sua condição prévia. Responder-se-ia então que a produção tem efetivamente as suas próprias condições e premissas que constituem os seus próprios momentos. À primeira vista, pode parecer que estas condições são fatos naturais, mas o próprio processo da produção transforma-os de naturais em históricos: e, para um dado período, aparecem como condições naturais da produção, para outro período aparecem como o seu resultado histórico. Estes momentos são constantemente modificados no interior da própria produção; a introdução das máquinas, por exemplo, modificou tanto a distribuição

dos instrumentos de produção como a dos produtos; a grande propriedade latifundiária moderna é o resultado, tanto do comércio e da indústria modernos, como da aplicação desta última à agricultura.

Em última análise, as questões formuladas reduzem-se a uma só: qual é o efeito das condições históricas sobre a produção, e qual a relação entre esta e o movimento histórico em geral?

Manifestamente, este problema depende da discussão e da análise desenvolvida da própria produção. Não obstante, dada a forma trivial sob que acima foram postas as questões, podemos resolvê-lo expeditamente. Todas as conquistas supõem três possibilidades: ou o povo conquistador impõe ao conquistado o seu próprio modo de produção (é o que os ingleses fazem atualmente na Irlanda e parcialmente na Índia); ou então deixa subsistir o antigo e contenta-se com um tributo (por exemplo, os Turcos e os Romanos); ou, por fim, produz-se uma ação recíproca, de que resulta uma forma nova, uma síntese (em parte, nas conquistas germânicas). Em qualquer dos casos o modo de produção - seja ele o do povo conquistador, o do povo conquistado ou o resultado da fusão de ambos - é determinante para a nova distribuição que se estabelece. Mesmo que esta se apresente como condição prévia para o novo período de produção, ela é já de si um produto da produção - não só da produção histórica em geral, mas de uma produção histórica determinada. Por exemplo, ao devastarem a Rússia, os mongóis agiram de acordo com a sua produção - a criação de gado - que apenas exigia grandes pastagens, para as quais os grandes espaços desabitados são uma condição fundamental. Os bárbaros germanos, que viviam isolados nos campos e cuja produção tradicional se baseava no trabalho agrícola realizado por servos, puderam submeter as províncias romanas às suas condições tanto mais facilmente quanto a concentração da propriedade da terra por que essas províncias tinham passado alterara já completamente as antigas condições agrárias.

É verdade que em certas épocas se viveu unicamente da pilhagem; no entanto, para haver pilhagem é necessário que haja qualquer coisa para pilhar, quer dizer, produção. E o modo de pilhagem é, também ele determinado pelo modo de produção; não se pode pilhar uma nação de especuladores de Bolsa da mesma maneira que se pilha uma nação de criadores de gado.

Quando se rouba um escravo, rouba-se diretamente um instrumento de produção; porém, é necessário que a estrutura

produtiva do país a que se destina o escravo roubado admita o trabalho dos escravos, caso contrário (como na América do Sul, etc.) terá que se criar um modo de produção que corresponda à escravatura.

As leis podem perpetuar nas mãos de algumas famílias a propriedade de um instrumento de produção, por exemplo, a terra. Estas leis só adquirem significado econômico quando a grande propriedade agrária se encontra em harmonia com a produção social, como na Inglaterra, por exemplo. Em França praticava-se a pequena agricultura; apesar da existência da grande propriedade: por isso, esta última fase foi destruída pela Revolução. Mas - e a perpetuação, por meio de leis, do parcelamento das terras, por exemplo? A propriedade concentra-se de novo, apesar das leis. Determinar mais em particular a influência das leis na manutenção das relações de distribuição, e a sua influência, por conseguinte, na produção.

c) Troca e Produção

A circulação propriamente dita ou não é mais do que um momento determinado da troca, ou é a troca considerada na sua totalidade.

Na medida em que a troca não é mais do que um momento mediador entre, por um lado, a produção e a distribuição que aquela determina e, por outro lado, o consumo - e dado que o próprio consumo aparece também como um momento da produção - é evidente que a troca se inclui na produção, e é também um seu momento.

Em primeiro lugar, é evidente que a permuta de atividades e capacidades que ocorre no interior da produção faz diretamente parte desta última - é até um dos seus elementos essenciais. Em segundo lugar, o mesmo se aplica à troca de produtos, pois esta é um meio que permite fornecer o produto acabado, destinado ao consumo imediato. No que até agora vimos, a troca é um ato incluído na produção. Em terceiro lugar, a chamada exchange entre dealers é, dada a sua organização, completamente determinada pela produção; representa uma atividade produtiva.

Somente na sua última fase - no momento em que o produto é trocado para ser consumido imediatamente - é que a troca se apresenta independente e exterior à produção e, por assim dizer, indiferente a esta. Porém observamos que: 1) não existe troca sem divisão do trabalho, quer esta seja natural, quer seja um resultado histórico; 2) a troca privada pressupõe a produção privada; 3) a

intensidade da troca, assim como a sua extensão e a sua estrutura, são determinadas pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Por exemplo, a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc. Portanto, a produção compreende e determina diretamente a troca em todas as suas formas.

A conclusão a que chegamos não é de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos; concluímos, sim, que cada um deles é um elemento de um todo, e representa diversidade no seio da unidade. Visto que se determina contraditoriamente a si própria, a produção predomina não apenas sobre o setor produtivo, mas também sobre os demais elementos; é a partir dela que o processo sempre se reinicia. É evidente que nem a troca nem o consumo podiam ser os elementos predominantes. O mesmo se verifica em relação à distribuição tomada como distribuição dos produtos; e se a tomarmos como distribuição dos agentes de produção, ela é um momento da produção. Por conseguinte, uma dada produção determina um dado consumo, uma dada distribuição e uma dada troca; determina ainda as relações recíprocas e bem determinadas entre esses diversos elementos. Sem dúvida que a produção em sentido estrito é também determinada pelos outros elementos. Assim, quando o mercado - esfera da troca - se expande, a produção aumenta de volume e divide-se ainda mais. Quando o capital se concentra, ou quando se modifica a distribuição dos habitantes entre a cidade e o campo, etc., a produção modifica-se devido a essas modificações de distribuição. Por último, as necessidades de consumo influem na produção.

Existe uma interação de todos estes elementos: isto é próprio de um todo orgânico.

3. O Método da Economia Política

Ao estudarmos um determinado país do ponto de vista da sua economia política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma

abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.

Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população - desta vez não teríamos uma ideia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações.

Tal foi historicamente, a primeira via adotada pela economia política ao surgir. Os economistas do século XVII, por exemplo, partem sempre do todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc; no entanto, acabam sempre por descobrir, mediante a análise, um certo número de relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Uma vez fixados e mais ou menos elaborados estes fatores começam a surgir os sistemas econômicos que, partindo de noções simples - trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca - se elevam até ao Estado, à troca entre nações, ao mercado universal. Eis, manifestamente, o método científico correto.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Eis por que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo

nenhum o processo de gênese do concreto em si. Com efeito, a mais simples categoria econômica - por exemplo, o valor de troca - supõe uma população, população essa que produz em condições determinadas; supõe ainda um certo tipo de família, ou de comunidade, ou de Estado, etc. Tal valor não pode existir nunca senão sob a forma de relação unilateral e abstrata, no seio de um todo concreto e vivo já dado. Pelo contrário, como categoria, o valor de troca tem uma existência anti-diluviana.

Assim, para a consistência filosófica - que considera que o pensamento que concebe é o homem real, e que, portanto, o mundo só é real quando concebido -para esta consciência, é o movimento das categorias que lhe aparece com um verdadeiro ato de produção (o qual recebe do exterior um pequeno impulso, coisa que esta consciência só muito a contra gosto admite que produz o mundo. Isto é exato (embora aqui nós vamos encontrar com uma nova tautologia, na medida em que a totalidade concreta, enquanto totalidade do pensamento, enquanto concreto do pensamento é in fact um produto do pensamento, do ato de conceber; não é de modo nenhum, porém, produto do conceito que pensa e se gera a si próprio e que atua fora e acima da intuição e da representação; pelo contrário, é um produto do trabalho de elaboração, que transforma a intuição e a representação em conceitos. O todo, tal como aparece na mente como um todo pensamento, é produto da mente que pensa e se apropria do mundo do único modo que lhe é possível; modo que difere completamente da apropriação desse mundo na arte, na religião, no espírito prático. O sujeito real conserva a sua autonomia fora da mente, antes e depois, pelo menos durante o tempo em que o cérebro se comporte de maneira puramente especulativa, teórica. Por consequência, também no método teórico é necessário que o sujeito - a sociedade - esteja constantemente presente na representação como ponto de partida.

Mas não terão também estas categorias simples uma existência histórica ou natural autônoma anterior às categorias concretas? Ça dépend; Hegel, por exemplo, tem razão em começar a sua Filosofia do Direito pela posse, a mais simples das relações jurídicas entre indivíduos; ora não existe posse antes da família ou das relações de servidão e dominação, que são relações muito mais concretas; em contrapartida, seria correto dizer que existem famílias e tribos que se limitam a possuir, mas que não têm propriedade. A categoria mais simples relativa à posse aparece, portanto, como uma relação de

simples comunidades familiares ou de tribos; numa sociedade mais avançada, aparece como a relação mais simples de uma organização mais desenvolvida; porém, está sempre implícito o sujeito concreto cuja relação é a posse. Podemos imaginar um selvagem isolado que seja possuidor, mas, neste caso, a posse não é uma relação jurídica. Não é exato que, historicamente, a posse evolua até à família; pelo contrário, a posse pressupõe sempre a existência dessa "categoria jurídica mais concreta".

Seja como for, não deixa de ser verdade que as categorias simples são expressão de relações nas quais o concreto menos desenvolvido pode já ter-se realizado sem estabelecer ainda a relação ou o vínculo mais multilateral expresso teoricamente na categoria mais correta; esta categoria simples pode substituir como relação secundária quando a entidade concreta se encontra mais desenvolvida. O dinheiro pode existir, e de fato existiu historicamente, antes do capital, dos bancos, do trabalho assalariado, etc.; deste ponto de vista pode afirmar-se que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo não desenvolvido, ou relações secundárias de um todo mais desenvolvido, relações essas que já existiam historicamente antes de o todo se ter desenvolvido no sentido expresso por uma categoria _mais concreta. Só então o percurso do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real.

Por outro lado, podemos afirmar que existem formas de sociedade muito desenvolvidas, embora historicamente imaturas; nelas encontramos as formas mais elevadas da economia, tais como a cooperação, uma desenvolvida divisão do trabalho, etc., sem que exista qualquer espécie de dinheiro; tal é o caso do Peru. Assim também, nas comunidades eslavas, o dinheiro e a troca que o condiciona não aparecem, ou aparecem muito raramente no seio de cada comunidade, mas já surgem nos seus confins, no tráfico com outras comunidades. De aqui que seja em geral errado situar a troca interna à comunidade como o elemento constitutivo originário. A princípio, a troca surge de preferência nas relações entre comunidades, mais do que nas relações entre indivíduos no interior de uma única comunidade.

Além disso, se bem que o dinheiro tenha desempenhado desde muito cedo um papel múltiplo, na Antiguidade só pertence, como elemento dominante, a certas nações unilateralmente determinadas, a nações comerciais; e até na própria antiguidade mais evoluída, na

Grécia e em Roma, o dinheiro só vem a alcançar o seu pleno desenvolvimento - um dos pressupostos da sociedade burguesa moderna - no período da dissolução.

Por conseguinte, esta categoria inteiramente simples, só aparece historicamente em toda a sua intensidade nas condições mais desenvolvidas da sociedade. Mas não impregna de maneira nenhuma todas as relações econômicas; no apogeu do Império Romano, por exemplo, o tributo e as prestações em gêneros continuavam a ser fundamentais; o dinheiro propriamente dito só estava completamente desenvolvido no exército. Nunca chegou a dominar na totalidade da esfera do trabalho.

De modo que - embora historicamente a categoria mais simples possa ter existido antes da categoria mais concreta - ela só pode pertencer, no seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, a uma forma de sociedade complexa, ao passo que a categoria mais concreta se encontrava mais desenvolvida numa forma de sociedade mais atrasada.

O trabalho parece ser uma categoria muito simples; e a ideia de trabalho nesse sentido - isto é trabalho, sem mais - é muito antiga. No entanto, tomando esta sua simplicidade do ponto de vista econômico, o "trabalho" é uma categoria tão moderna como as relações que originam esta mesma abstração simples. O monetarismo, por exemplo - de forma perfeitamente objetiva situava ainda a riqueza no dinheiro, considerando-a como algo de exterior. Relativamente a isto, operou-se um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial passou a situar a fonte de riqueza, não no objeto, mas na atividade subjetiva - o trabalho, manufatureiro ou comercial - embora continuasse a conceber esta atividade apenas como atividade limitada produtora de dinheiro. Com relação a este sistema, o dos fisiocratas [realiza novo progresso e] situa a fonte de riqueza numa forma determinada de trabalho - o trabalho agrícola; além disso, concebia o objeto não como a forma exterior do dinheiro, mas como produto enquanto tal, como resultado geral do trabalho. Mesmo assim, dado o caráter limitado da atividade, este produto continua a ser um produto determinado da natureza, quer dizer, um produto agrícola, produto da terra par excellence, Progrediu-se imenso quando Adam Smith rejeitou toda e qualquer especificação acerca das formas particulares da atividade criadora de riqueza, considerando-a como trabalho puro e simples, isto é, nem trabalho manufatureiro, nem trabalho comercial,

nem trabalho agrícola, mas qualquer deles, indiferentemente; a esta universalidade da atividade criadora de riqueza corresponde a universalidade do objeto enquanto riqueza -produto em geral, quer dizer trabalho em geral, embora [neste caso] se trate de trabalho passado, objetivado. A dificuldade e a importância desta transição para a nova concepção, está patente no fato de o próprio Adam Smith, aqui e ali, pender para o sistema fisiocrático.

Poderia agora parecer que se encontrou muito simplesmente a expressão abstrata da mais antiga e mais simples relação que, na sua qualidade de produtores, os homens estabeleceram entre si - e isto independentemente da forma da sociedade. Isto é verdadeiro num sentido, e falso noutro. Com efeito, a indiferença em relação a toda a forma particular de trabalho supõe a existência de um conjunto muito diversificado de gêneros reais de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os outros. Assim as abstrações mais gerais apenas podem surgir quando surge o desenvolvimento mais rico do concreto, quando um elemento aparece como o que é comum a muitos, como comum a todos. Então, já não pode ser pensado unicamente como forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de um todo concreto de trabalhos: a indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho para outro, sendo para eles fortuito - e portanto indiferente - o gênero determinado do trabalho. Nestas condições, o trabalho transformou-se - não só como categoria, mas na própria realidade - num meio de produzir riqueza em geral e, como determinação já não está adstrito ao indivíduo como sua particularidade. Este estado de coisas atingiu o seu maior desenvolvimento na forma mais moderna das sociedades burguesas - os Estados Unidos; consequentemente, só nos Estados Unidos a categoria abstrata "trabalho", "trabalho em geral", trabalho sans phrase - ponto de partida da economia moderna - se tornou uma verdade prática. Deste modo, a abstração mais simples - que a economia moderna põe em primeiro plano, como expressão de uma relação antiquíssima e válida para todas as formas de sociedade - só vem a aparecer como verdade prática- e com este grau de abstração - enquanto categoria da sociedade moderna.

Poder-se-ia dizer que a indiferença em relação a toda a forma determinada de trabalho, que nos Estados Unidos é um produto histórico, se manifesta entre os russos, por exemplo, como uma

disposição natural. Contudo, há uma diferença considerável entre bárbaros aptos para qualquer trabalho e civilizados que por si próprios se dedicam a tudo; além disso, esta indiferença em relação a qualquer forma determinada de trabalho corresponde na prática, entre os russos, à sua sujeição tradicional a um trabalho bem determinado, a que só podem arrancá-los influências exteriores.

Este exemplo do trabalho mostra com clareza que as categorias mais abstratas, embora sejam válidas para todas as épocas (devido à sua natureza abstrata, precisamente), são também - no que a sua abstração tem de determinado - o produto de condições históricas e só são plenamente válidas para estas condições e dentro dos seus limites.

A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. As categorias que exprimem as relações desta sociedade, e que permitem compreender a sua estrutura, permitem-nos ao mesmo tempo entender a estrutura e as relações de produção das sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se ergueu, cujos vestígios ainda não superados continua a arrastar consigo, ao mesmo tempo que desenvolve em si a significação plena de alguns indícios prévios, etc. A anatomia do homem dá-nos uma chave para compreender a anatomia do macaco. Por outro lado as virtualidades que anunciam uma forma superior nas espécies animais inferiores só pode ser compreendidas quando a própria forma superior é já conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa dá-nos a chave da economia da Antiguidade, etc., - embora nunca à maneira dos economistas, que suprimem todas as diferenças históricas e vêm a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Podemos compreender o tributo, a dízima, etc., quando conhecemos a renda fundiária; mas não há razão para identificar uns com a outra. Além disso, como a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento histórico, certas relações pertencentes a sociedades anteriores só aparecem nesta sociedade de maneira atrofiada, ou mesmo disfarçada. Por exemplo, a propriedade comunal.

Por conseguinte, sendo embora verdade que as categorias da economia burguesa são até certo ponto válidas para todas as outras formas de sociedade, tal deve ser admitido cum grano salis; podem conter essas formas de um modo desenvolvido, ou atrofiado, ou caricaturado, etc.; porém, existirá sempre uma diferença essencial. A

invocação da chamada evolução histórica repousa geralmente no fato de que a última forma de sociedade considera as outras como simples etapas que a ela conduzem e, dado que só em raras ocasiões, só em condições bem determinadas, é capaz de fazer a sua própria crítica - não falamos, claro, dos períodos históricos que se consideram a si próprios como uma época de decadência - concebe sempre essas etapas de um modo unilateral. A religião cristã só pode contribuir para que se compreendessem de um modo objetivo as mitologias anteriores, quando se prontificou até certo ponto, por assim dizer virtualmente, a fazer a sua própria autocrítica. Do mesmo modo, a economia burguesa só ascendeu à compreensão das sociedades feudal, clássica e oriental, quando começou a criticar-se a si própria. A crítica a que a economia burguesa submeteu as sociedades anteriores - especialmente o feudalismo, contra o qual a burguesia teve de lutar diretamente - assemelha-se à crítica do paganismo pelo cristianismo, ou até à do catolicismo pelo protestantismo - isto quando não se identificou pura e simplesmente com o passado, fabricando a sua própria mitologia.

Como, em geral, em toda a ciência histórica, social, ao observar o desenvolvimento das categorias econômicas há que ter sempre presente que o sujeito - neste caso a sociedade burguesa moderna - é algo dado tanto na realidade como na mente; e que, por conseguinte, essas categorias exprimem formas e modos de existência, amiudadamente simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; e que, portanto, mesmo do ponto de vista científico, esta sociedade não começa a existir de maneira nenhuma apenas a partir do momento em que se começa a falar dela como tal. uma regra a fixar, pois dá-nos elementos decisivos para o [nosso] plano [de estudo]. Por exemplo, parecia naturalíssimo começar [a nossa análise] pela renda imobiliária, pela propriedade agrária, pois estão ligadas à terra, fonte de toda a produção e de toda a existência, e também àquela que foi a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estabilizadas - a agricultura; ora, nada seria mais errado do que isto; em todas as formações sociais, existe uma produção determinada que estabelece os limites e a importância de todas as outras e cujas relações determinam, portanto, os limites e importância das outras todas. E a iluminação geral que banha todas as cores e modifica as suas tonalidades particulares. como um éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que nele se salientam.

Consideremos por exemplo os povos de pastores (os povos de simples caçadores e pescadores não atingiram ainda o ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento. Encontramos nestes povos uma forma esporádica de agricultura. Desse modo se determina a propriedade agrária. Esta propriedade é comum e conserva mais ou menos esta forma, consoante estes povos estão mais ou menos ligados às suas tradições: é o caso da propriedade comunal entre os Eslavos.

Nos povos que praticam a agricultura sedentária - e a sedentarização é já um progresso importante - e em que predomina essa atividade, como na Antiguidade e na sociedade feudal, a própria indústria, bem como a sua organização e as formas de propriedade que lhe correspondem, reveste-se - em maior ou menor grau -do caráter da propriedade agrária; a indústria, ou depende completamente da agricultura, como na Roma Antiga ou reproduz, na cidade, a organização e as relações do campo, como na Idade Média; o próprio capital - à exceção do puro e simples capital monetário - reveste-se na Idade Média, na forma de instrumentos de trabalho artesanal, etc., desse caráter de propriedade agrária. Na sociedade burguesa sucede o contrário: a agricultura transforma-se cada vez mais num simples ramo industrial, e é completamente dominada pelo capital. O mesmo se passa com a renda agrária. Em todas as formas de sociedade em que domina a propriedade agrária, a relação com a natureza é ainda preponderante. Em contrapartida, naqueles em que domina o capital, são [preponderantes] os elementos socialmente, historicamente criados. Não se pode compreender a renda imobiliária sem o capital, mas pode-se compreender o capital sem a renda imobiliária. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, potência que domina tudo; constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada, e deve, portanto, ser analisado antes da propriedade agrária; uma vez analisado cada um em particular devem ser estudadas as suas relações recíprocas.

Por conseguinte, seria impraticável e errado apresentar a sucessão das categorias econômicas pela ordem que foram historicamente determinantes; a sua ordem, pelo contrário, é determinada pelas relações que mantêm entre si na moderna sociedade burguesa, ordem essa que é exatamente a inversa da que parece ser a sua ordem natural ou a do seu desenvolvimento histórico. Não está em causa a posição que as relações econômicas ocupam historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade; nem

tampouco a sua ordem de sucessão" na ideia" (Proudhon), (uma representação nebulosa do movimento histórico). O que nos interessa é a sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa.

Os povos comerciantes - Fenícios, Cartagineses -surgiram em toda a sua pureza no mundo antigo; esta pureza (caráter determinado abstrato) deve-se precisamente à própria predominância dos povos agricultores; o capital, comercial ou monetário, aparece justamente sob esta forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. Lombardos e Judeus ocupam uma posição semelhante relativamente às sociedades medievais que praticam a agricultura.

Outro exemplo [ilustrativo] das posições diferentes que as mesmas categorias ocupam em diferentes estágios da sociedade: as sociedades por ações (joint - stock - companies), uma das mais recentes instituições da sociedade burguesa, apareciam já no dealbar da era burguesa, nas grandes companhias mercantis que gozavam de privilégios e monopólios.

O próprio conceito da riqueza nacional insinua-se nos economistas do século XVII - e subsiste em parte nos do século XVIII - sob um aspecto tal que a riqueza aparece como criada exclusivamente para o Estado, cujo poder é proporcional a essa riqueza. Esta era uma forma, ainda inconscientemente hipócrita, sob a qual se anunciava a riqueza e a sua produção como o objetivo dos Estados modernos, considerados unicamente como meios de produzir riqueza.

Estabelecer claramente a divisão [dos nossos estudos] de maneira tal que [se tratem]:

1) As determinações abstratas gerais mais ou menos válidas para todas as formas de sociedade, mas no sentido atrás exposto.

2) As categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. O capital, o trabalho assalariado, a propriedade agrária; as suas relações recíprocas. A cidade e o campo. As três grandes classes sociais; a troca entre estas. A circulação. O crédito (privado).

3) Síntese da sociedade burguesa, sob a forma de Estado, considerada em relação consigo própria. As classes "improdutivas". Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A emigração.

4) As relações internacionais da produção. A divisão internacional. A exportação e a importação. Os câmbios.

5) O mercado mundial e as crises.

4. Produção. Meios (Forças) de Produção e Relações de Produção. Relações de Produção e Relações de Circulação.

Nota: pontos que é necessário tratar aqui e não devem ser esquecidos:

1. A Guerra; a organização da guerra é anterior à da paz; mostrar como certas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado, a maquinaria, etc., são desenvolvidas pela guerra e no interior dos exércitos antes de se desenvolverem no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, o exército ilustra particularmente bem a relação entre as forças produtivas e os modos de troca e de distribuição.

2. Relação entre a história real e a concepção idealista da história. Em particular as chamadas "Histórias da civilização", que são as histórias da religião e dos Estados. Em relação a isto, referir os diversos tipos de historiografia praticados até hoje: a citada objetiva, a subjetiva (moral, filosófica, etc.).

3. Fenômenos secundários e terciários. Relações de produção não originais, geralmente derivadas, transportes; intervenções das relações internacionais.

4. Objeções ao materialismo desta concepção. Relação com o materialismo naturalista.

5. Dialética dos conceitos de força produtiva (meios de produção) e de relações de produção, dialética cujos limites havia que precisar, e que não deve eliminar as diferenças existentes na realidade.

6. A relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e a artística, por exemplo. De um modo geral, não tomar a ideia do progresso na sua forma abstrata corrente. A arte moderna, etc.; a desigualdade é menos importante e mais fácil de entender do que a que se produz no interior das relações sociais práticas, por exemplo a cultura. Relação entre os Estados Unidos e a Europa. A dificuldade aqui reside em determinar como é que as relações de produção e as relações jurídicas correspondentes seguem um desenvolvimento desigual; um exemplo: a relação entre o direito privado romano (não é bem o caso do direito criminal nem do direito público) e a produção moderna.

7. Esta concepção surge como um desenvolvimento necessário. Mas justificação do acaso. De que modo

8. Os fatores naturais, que representam, evidentemente, o ponto de partida; subjetivamente e objetivamente. Tribos, raças, etc.

1. Com relação à arte. Sabemos que certas épocas de florescimento artístico não correspondem de modo algum à evolução geral da sociedade nem, por conseguinte, ao desenvolvimento da sua base material, que é, por assim dizer, a sua ossatura. Por exemplo os Gregos, ou até Shakespeare, comparados com os modernos. Para certas formas de arte, - a epopeia, por exemplo - admite-se mesmo que não poderiam ter sido produzidas na forma clássica com que fizeram escola, isto é: no momento em que a produção artística se expressa naquela forma; admite-se portanto que, no próprio domínio da arte, certas obras importantes só são possíveis num estágio pouco desenvolvido da evolução da arte. Se isto é verdadeiro para a relação entre os diversos gêneros artísticos no interior do próprio domínio da arte, não é surpreendente encontrar as mesmas desigualdades entre a evolução da arte em geral e a evolução geral da sociedade. A única dificuldade consiste em dar uma formulação geral a estas contradições; porém, uma vez especificadas, estarão explicadas. Tomemos por exemplo, primeiro a arte grega, e depois Shakespeare, na sua relação com a época contemporânea.

Sabemos que a mitologia grega foi não só o arsenal, mas também a terra que alimentou a arte grega. A concepção da natureza e das relações sociais que a imaginação, e portanto a [mitologia] gregas inspiram, serão compatíveis com as máquinas automáticas de fiar, com as locomotivas, com o telégrafo elétrico? Que representam Vulcano ao pé de Roberts & Ca., Júpiter comparado com o pára-raios, Hermes frente ao Crédito Mobiliário? É na imaginação e através da imaginação que a mitologia supera, domina e modela as forças da natureza; quando, na realidade, essas forças são dominadas, a mitologia desaparece. O que seria da Fama em confronto com a Printing-House Square?

A arte grega supõe a mitologia grega, quer dizer, a natureza e as formas da sociedade, já elaboradas pela imaginação popular, ainda que de uma maneira inconscientemente artística. São estes os seus materiais. A arte grega, portanto, não se apoia numa mitologia qualquer, isto é, numa maneira qualquer de transformar, ainda que inconscientemente, a natureza em arte (a palavra natureza designa aqui tudo o que é objetivo, e portanto também a sociedade). De modo

nenhum a mitologia egípcia poderia ter gerado a arte grega; nem poderia ter gerado uma sociedade que tivesse alcançado um nível de desenvolvimento capaz de excluir as relações mitológicas com a natureza exigindo do artista uma imaginação independente da mitologia. Trata-se de uma mitologia que proporciona o terreno favorável ao florescimento da arte grega.

Por outro lado: será Aquiles compatível com a idade da pólvora e do chumbo? Ou, em resumo, a Ilíada com a imprensa, ou melhor, com a máquina de imprimir? O canto, a lenda, as musas, não desaparecerão necessariamente ante a barra do tipógrafo? Não desapareceram já as condições favoráveis à poesia épica?

No entanto, a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopeia estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social; está sim no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético, e de serem para nós, em certos aspectos, uma norma e até um modelo inacessíveis.

Um homem não pode voltar a ser criança, a não ser que caia na puerilidade. Porém, não é verdade que é sensível à inocência da criança, e que, a outro nível, deve aspirar a reproduzir a sinceridade da criança? Não é verdade que o caráter de cada época, a sua verdade natural, se reflete na natureza infantil? Por que motivo então a infância histórica da humanidade, o momento do seu pleno florescimento, não há de exercer o encanto eterno, próprio dos momentos que não voltam a acontecer? Há crianças deficientemente educadas, e crianças que crescem demasiado depressa: a maior parte dos povos da antiguidade incluíam-se nesta categoria. Os Gregos eram as crianças normais. O encanto que encontramos nas suas obras de arte não é contrariado pelo débil desenvolvimento da sociedade em que floresceram. Pelo contrário, é uma consequência disso; é inseparável das condições de imaturidade social em que essa arte nasceu - em que só poderia ter nascido - e que nunca mais se repetirão.

Salário, Preço e Lucro[1]

Karl Marx

Observações preliminares

Cidadãos!

Antes de entrar no assunto, permiti que faça algumas observações preliminares.

Reina atualmente no Continente uma verdadeira epidemia de greves e um clamor geral por aumentos de salários. O problema há de ser levantado no nosso Congresso. Vós, como dirigentes da Associação Internacional, deveis manter um critério firme perante este problema fundamental. De minha parte julguei-me, por isso, no dever de entrar a fundo na matéria, embora com risco de submeter vossa paciência a uma dura prova.

Outra observação prévia tenho a fazer com respeito ao cidadão Weston. Atento ao que julga ser do interesse da classe operária, ele não somente expôs perante vós, como também defendeu publicamente, opiniões que ele sabe serem profundamente impopulares no seio da classe operária. Esta demonstração de coragem moral deve calar fundo em todos nós. Confio em que apesar do estilo desataviado de minha conferência, o cidadão Weston me verá afinal de acordo com a acertada ideia que, no meu entender, serve de base às suas teses, as quais, contudo, na sua forma atual, não posso deixar de considerar teoricamente falsas e perigosas na prática.

Com isso, passo diretamente ao mérito da questão.

1 - Produção e salários

O argumento do cidadão Weston baseia-se, na realidade, em duas premissas:

---

[1] Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte em Londres em 1898.Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada em 1953 pela *Ediciones en Lenguas Extranjeras*, Moscou. Obtido em:
https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap01.htm#r5

1ª) que o volume da produção nacional é algo de fixo, uma quantidade ou grandeza constante, como diriam os matemáticos;

2ª) que o montante dos salários reais, isto é, dos salários medidos pelo volume de mercadorias que permitem adquirir, é também uma soma fixa, uma grandeza constante.

Pois bem, a sua primeira asserção é manifestamente falsa. Podeis ver que o valor e o volume da produção aumentam de ano para ano, que as forças produtivas do trabalho nacional crescem e que a quantidade de dinheiro necessária para pôr em circulação esta crescente produção varia sem cessar. O que é exato no fim de cada ano e para diferentes anos comparados entre si, também o é com respeito a cada dia médio do ano. O volume ou grandeza da produção nacional varia continuamente. Não é uma grandeza constante, mas variável, e assim tem que ser, mesmo sem levar em conta as flutuações da população, devido às contínuas mudanças que se operam na acumulação de capital e nas forças produtivas do trabalho. É inteiramente certo que se hoje houvesse um aumento da taxa geral de salários, este aumento por si só, quaisquer que fossem os seus resultados ulteriores, não alteraria imediatamente o volume da produção. Em primeiro lugar, teria que brotar do estado de coisas existente. E se a produção nacional, antes da elevação dos salários era variável, e não fixa, ela continuaria a sê-lo, também, depois da alta.

Admitamos, porém, que o volume da produção nacional fosse constante em vez de variável. Ainda neste caso, aquilo que o nosso amigo Weston considera uma conclusão lógica permaneceria como uma afirmação gratuita. Se tomo um determinado número, digamos 8, os limites absolutos deste algarismo não impedem que variem os limites relativos de seus componentes. Por exemplo: se o lucro fosse igual a 6 e os salários a 2, estes poderiam aumentar até 6 e o lucro baixar a 2, que o número resultante não deixaria por isso de ser 8. Desta maneira, o volume fixo da produção jamais conseguirá provar que seja fixo o montante dos salários. Como, então, nosso amigo Weston demonstra essa fixidez? Simplesmente, afirmando-a.

Mas mesmo dando como boa a sua afirmativa, ela teria efeito em dois sentidos, ao passo que ele quer fazê-la vigorar apenas em um. Se o volume dos salários representa uma quantidade constante, não poderá aumentar, nem diminuir. Portanto, se os operários agem como tolos, ao arrancarem um aumento temporário de salários, não menos tolamente estariam agindo os capitalistas, ao impor uma baixa

temporária dos salários. Nosso amigo Weston não nega que, em certas circunstâncias, os operários podem arrancar aumentos de salários, mas, segundo ele, como por lei natural a soma dos salários é fixa, este aumento provocará, necessariamente, uma reação. Por outro lado, ele sabe também que os capita- listas podem, do mesmo modo, impor uma baixa de salários, e tanto assim que o estão tentando continuamente. De acordo com o princípio do nível constante dos salários, neste caso deveria ter lugar uma reação, exatamente como no anterior. Por conseguinte, os operários agiriam com acerto reagindo contra as baixas de salários ou contra as tentativas em tal sentido. Procederiam, portanto, acertadamente, ao arrancar aumentos de salários, pois toda reação contra uma baixa de salários é uma ação a favor do seu aumento. Logo, mesmo que aceitássemos o princípio do nível constante dos salários, como sustenta o cidadão Weston, vemos que os operários devem, em certas circunstâncias, unir-se e lutar pelo aumento de salários.

Para negar esta conclusão ele teria que renunciar à premissa em que se baseia. Não deveria dizer que o volume dos salários é uma grandeza constante, mas, sim, que embora não possa, nem deva aumentar, pode e deve baixar todas as vezes que o capital sinta vontade de diminuí-lo. Se o capitalista quer vos alimentar com batatas, em vez de carne, ou com aveia em vez de trigo, deveis acatar a sua vontade como uma lei da economia política e vos submeter a ela. Se num país, por exemplo, nos Estados Unidos, as taxas de salários são mais altas do que em outro, por exemplo na Inglaterra, deveis explicar esta diferença no nível dos salários como uma diferença entre a vontade do capitalista norte-americano e a do capitalista inglês; método este que, sem dúvida, simplificaria imenso não já apenas o estudo dos fenômenos econômicos, como também o de todos os demais fenômenos.

Ainda assim caberia perguntar: Por que a vontade do capitalista norte-americano difere da do capitalista inglês? E para responder a esta questão, não teriam outro remédio senão ir além dos domínios da vontade. É possível que venha um padre dizer-me que Deus quer na França uma coisa e na Inglaterra outra. E se o convido a explicar esta dualidade de vontade, ele poderá ter a impudência de responder que está nos desígnios de Deus ter uma vontade em França e outra na Inglaterra. Mas nosso amigo Weston será, com certeza, a

última pessoa a converter em argumento esta negação completa de todo raciocínio.

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites.

2 - Produção, salários, lucros

A conferência proferida pelo cidadão Weston poderia ser condensada a ponto de caber numa casca de noz.

Toda a sua argumentação reduz-se ao seguinte: se a classe operária obriga a classe capitalista a pagar-lhe, sob a forma de salário em dinheiro, 5 xelins em vez de 4, o capitalista devolver-lhe-á sob a forma de mercadorias, o valor de 4 xelins em vez do valor de 5. Então a classe operária terá que pagar 5 xelins pelo que antes da alta de salários lhe custava apenas 4. E por que ocorre isto? Por que o capitalista só entrega o valor de 4 xelins por 5? Porque o montante dos salários é fixo. Mas por que fixo precisamente no valor de 4 xelins em mercadorias? por que não em 3, em 2, ou outra qualquer quantia? Se o limite do montante dos salários está fixado por uma lei econômica, independente tanto da vontade do capitalista como da do operário, a primeira coisa que deveria ter feito o cidadão Weston era expor e demonstrar essa lei. Deveria provar, além disso, que a soma de salários efetivamente pagos em cada momento dado, corresponde sempre, exatamente, à soma necessária dos salários, e nunca se desvia dela. Em compensação, se o limite dado da soma de salários depende da simples vontade do capitalista, ou das proporções da sua avareza, trata-se de um limite arbitrário, que nada tem em si de necessário. Tanto pode ser modificado pela vontade do capitalista, como também se pode fazê-lo variar contra a sua vontade.

O cidadão Weston ilustrou a sua teoria dizendo-nos que se uma terrina contém determinada quantidade de sopa, destinada a determinado número de pessoas, a quantidade de sopa não aumentará se se aumentar o tamanho das colheres. Seja-me permitido considerar este exemplo pouco substancioso. Ele me faz lembrar um pouco aquele apólogo de que se valeu Menênio Agripa. Quando a plebe romana entrou em luta contra os patrícios, o patrício Agripa disse-lhes que a pança patrícia é que alimentava os membros plebeus do organismo político. Mas Agripa não conseguiu demonstrar como se

alimentam os membros de um homem quando se enche a barriga de outro. O cidadão Weston, por sua vez, se esquece de que a terrina da qual comem os operários, contém todo o produto do trabalho nacional, e o que os impede de tirar dela uma ração maior não é nem o tamanho reduzido da terrina, nem a escassez do seu conteúdo, mas unicamente a pequena dimensão de suas colheres.

Graças a que artifício consegue o capitalista devolver um valor de 4 xelins por aquilo que vale 5? A alta dos preços das mercadorias que vende. Mas então, a alta dos preços, ou falando em termos mais gerais, as variações nos preços das mercadorias, os próprios preços destas, porventura dependem da simples vontade do capitalista? Ou, ao contrário, são necessárias determinadas circunstâncias para que prevaleça essa vontade? Se não fosse assim, as altas e baixas, as incessantes oscilações dos preços no mercado seriam um enigma indecifrável.

Se admitimos que não se operou em absoluto alteração alguma, nem nas forças produtivas do trabalho, nem no volume do capital e do trabalho empregados, ou no valor do dinheiro em que se expressam os valores dos produtos, mas que se alteraram tão somente as taxas de salários, de que maneira poderia esta alta de salários influir nos preços das mercadorias? Somente influindo na proporção real entre a oferta e a procura dessas mercadorias.

É inteiramente certo que a classe operária, considerada em conjunto, gasta e será forçosamente obrigada a gastar a sua receita em artigos de primeira necessidade. Uma alta geral na taxa de salários provocaria, portanto, um aumento da procura de artigos de primeira necessidade e, consequentemente, um aumento de seus preços no mercado. Os capitalistas que produzem estes artigos de primeira necessidade compensariam o aumento de salários por meio da alta dos preços dessas mercadorias. Mas que sucederia com os demais capitalistas que não produzem artigos de primeira necessidade? E podeis estar certos que o seu número não é pequeno. Se levardes em conta que duas terças partes da produção nacional são consumidas por um quinto da população - um deputado da Câmara dos Comuns declarou, recentemente, que tais consumidores constituem apenas a sétima parte da nação -, podereis imaginar que enorme parcela da produção nacional se destina a objetos de luxo, ou a ser trocada por objetos de luxo, e que imensa quantidade de artigos de primeira necessidade se desperdiça em criadagem, cavalos, gatos, etc.,

esbanjamento esse que, como nos ensina a experiência diminui cada vez mais, com a elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Pois bem, qual seria a situação desses capitalistas que não produzem artigos de primeira necessidade? Não poderiam compensar a queda na taxa de lucro, após uma alta geral de salários, elevando os preços de suas mercadorias, visto que a procura destas não teria aumentado. A sua renda diminuiria; e com esta renda diminuída teriam de pagar mais pela mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, que subiriam de preço. Mas a coisa não pararia aí. Diminuída a sua renda, menos teriam para gastar em artigos de luxo, com o que também se reduziria a procura recíproca de suas respectivas mercadorias. E como consequência desta diminuição da procura, cairiam os preços das suas mercadorias. Portanto nestes ramos da indústria, a taxa de lucros cairia, não só em proporção simplesmente ao aumento geral da taxa de salários, como, também, essa queda seria proporcional à ação conjunta da alta geral de salários, do aumento de preços dos artigos de primeira necessidade e da baixa de preços dos artigos de luxo.

Qual seria a consequência desta diferença entre as taxas de lucro dos capitais colocados nos diversos ramos da indústria? Ora, a mesma que se produz sempre que, seja qual for a causa, se verificam diferenças nas taxas médias de lucro dos diversos ramos da produção. O capital e o trabalho se deslocariam dos ramos menos remunerativos para os que o fossem mais; e este processo de deslocamento iria durar até que a oferta em um ramo industrial aumentasse a ponto de se nivelar com a maior procura e nos demais ramos industriais diminuísse proporcionalmente à menor procura. Uma vez operada esta mudança, a taxa geral de lucro voltaria a igualar-se nos diferentes ramos da indústria. Como todo esse desarranjo obedecia originariamente a uma simples mudança na relação entre a oferta e a procura de diversas mercadorias, cessando a causa, cessariam também os efeitos, e os preços voltariam ao seu antigo nível e ao antigo equilíbrio. A redução da taxa de lucro, por efeito dos aumentos de salários, em vez de limitar-se a uns quantos ramos da indústria, tomar-se-ia geral. Segundo a suposição de que partimos, nenhuma alteração ocorreria nas forças produtivas do trabalho, nem no volume global da produção, sendo que aquele volume dado de produção apenas teria mudado de forma. Uma maior parte do volume de produção estaria representada por artigos de primeira necessidade, ao

passo que diminuiria a parte dos artigos de luxo, ou, o que vem a ser o mesmo, diminuiria a parte destinada à troca por artigos de luxo importados do estrangeiro e consumida desta forma; ou, o que ainda é o mesmo, em outros termos, uma parte maior da produção nacional seria trocada por artigos importados de primeira necessidade, em lugar de ser trocada por artigos de luxo. Isto quer dizer que, depois de transtornar temporariamente os preços do mercado, a alta geral da taxa de salários só conduziria a uma baixa geral da taxa de lucro, sem introduzir nenhuma alteração permanente nos preços das mercadorias.

Se me disserem que, na anterior argumentação, dou por estabelecido que todo o aumento de salários se gasta em artigos de primeira necessidade, replicarei que fiz a suposição mais favorável ao ponto de vista do cidadão Weston. Se o aumento dos salários fosse aplicado em objetos que antes não entravam no consumo dos trabalhadores, seria inútil que nos detivéssemos a demonstrar que seu poder aquisitivo havia experimentado um aumento real. Sendo, porém, mera consequência da elevação de salários, este aumento do poder aquisitivo dos operários terá de corresponder, exatamente, à diminuição do poder aquisitivo dos capitalistas. Vale dizer, portanto, que a procura global de mercadorias não aumentaria, e apenas mudariam os elementos integrantes dessa procura. O incremento da procura de um lado seria contrabalançado pela diminuição da procura do outro lado. Deste modo, como a procura global permaneceria invariável, não se operaria mudança de cunho algum nos preços das mercadorias.

Chegamos, assim, a um dilema: ou o incremento dos salários se gasta por igual em todos os artigos de consumo, caso em que o aumento da procura por parte da classe operária tem que ser compensado pela diminuição da procura por parte da classe capitalista; ou o incremento dos salários só se gasta em determinados artigos cujos preços no mercado aumentarão temporariamente. Neste caso, a consequente elevação da taxa de lucro em alguns ramos da indústria e a consequente baixa da taxa de lucro em outros provocarão uma mudança na distribuição do capital e do trabalho, que persiste até que a oferta se tenha ajustado à maior procura em alguns ramos da indústria e à menor procura nos outros. Na primeira hipótese não se produzirá nenhuma mudança nos preços das mercadorias. Na outra hipótese, após algumas oscilações dos preços do mercado, os

valores de troca das mercadorias baixarão ao nível anterior. Em ambos os casos, chegaremos à conclusão de que a alta geral da taxa de salários conduzirá, afinal de contas, a nada menos que uma baixa geral da taxa de lucro.

Para espicaçar o vosso poder de imaginação, o cidadão Weston vos convidava a pensar nas dificuldades que acarretaria à Inglaterra uma alta geral de 9 para 18 xelins nas jornadas dos trabalhadores agrícolas. Meditai, exclamou ele, no enorme acréscimo da procura de artigos de primeira necessidade em que isso implicaria e, como consequência, na terrível ascensão dos preços, a que daria lugar! Pois bem, todos sabeis que os salários médios dos trabalhadores agrícolas da América do Norte são mais do dobro dos trabalhadores agrícolas ingleses, apesar de os preços dos produtos da lavoura serem mais baixos nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha, apesar de reinarem nos Estados Unidos as mesmas relações gerais entre o capital e o trabalho que na Inglaterra e apesar de que o volume anual da produção norte-americana é muito mais reduzido que o da inglesa. Por que, então, o nosso amigo toca com tanto vigor este sino? Simplesmente para desviar a nossa atenção do verdadeiro problema. Um aumento repentino de 9 para 18 xelins nos salários representaria um acréscimo repentino de 100 por cento. Ora, não estamos discutindo aqui se seria possível duplicar na Inglaterra, de súbito, a taxa dos salários. Não nos interessa em nada a grandeza do aumento, que em cada caso concreto depende de determinadas circunstâncias e tem que se adaptar a elas. Apenas nos interessa investigar quais os efeitos em que se traduziria uma alta geral da taxa dos salários, mesmo que não fosse além de um por cento.

Pondo de lado este aumento imaginário de 100 por cento do amigo Weston, desejo chamar a vossa atenção para o aumento efetivo de salários operado na Grã-Bretanha de 1849 a 1859.

Todos vós conheceis a Lei das Dez Horas ou, mais precisamente, das Dez Horas e Meia, promulgada em 1848. Foi uma das maiores modificações econômicas que já presenciamos. Representou um aumento súbito e obrigatório de salários não em umas quantas indústrias locais, porém nos ramos Industriais mais eminentes, por meio dos quais a Inglaterra domina os mercados do mundo. Foi uma alta de salários em circunstâncias singularmente desfavoráveis. O dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais porta-vozes oficiais da burguesia no campo da economia demonstraram, e devo dizer, com razões muito mais sólidas do que as do nosso amigo

Weston, que aquilo era o dobre de finados da indústria inglesa. Demonstraram que não se tratava de um simples aumento de salário, mas de um aumento de salários provocado pela redução da quantidade de trabalho empregado, e nela fundamentado. Afirmaram que a duodécima hora que se queria arrebatar ao capitalista era justamente aquela em que este obtinha o seu lucro. Ameaçaram com o decréscimo da acumulação, a alta dos preços, a perda dos mercados, a redução da produção, a consequente reação sobre os salários e, enfim, a ruína. Sustentavam que a lei de Maximilian Robespierre sobre os limites máximos [1] era uma ninharia comparada com esta outra; e, até certo ponto, tinham razão. Mas qual foi, na realidade, o resultado? Os salários em dinheiro dos operários fabris aumentaram, apesar de se haver reduzido a jornada de trabalho; cresceu consideravelmente o número de operários em atividade nas fábricas; baixaram constantemente os preços dos seus produtos; desenvolveram-se às mil maravilhas as forças produtivas do seu trabalho e se expandiram progressivamente, em proporções nunca vistas, os mercados para os seus artigos. Em Manchester, na assembleia da Sociedade Pelo Progresso da Ciência, em 1860, eu próprio ouvi o sr. Newman confessar que ele, o dr. Ure, Senior e todos os demais representantes oficiais da ciência econômica se haviam equivocado, ao passo que o instinto do povo não falhara. Cito neste passo o sr. W. Newman e não o prof. Francis Newman, porque ele ocupa na ciência econômica um lugar proeminente, como colaborador e editor da History of Prices ["História dos Preços"] da autoria do sr. Thomas Tooke, essa obra magnífica, que retraça a história dos preços desde 1793 a 1856. Se a ideia fixa de nosso amigo Weston acerca do volume fixo dos salários de um volume de produção fixo, de um grau fixo de produtividade do trabalho, de uma vontade fixa o constante dos capitalistas e tudo o mais que há de fixo e imutável em Weston, fossem exatos, o prof. Senior teria acertado em seus sombrios presságios, e Robert Owen ter-se-ia equivocado, ele que, já em 1816, pedia urna limitação geral da jornada de trabalho como primeiro passo preparatório para a emancipação da classe operária, implantando-a efetivamente, por conta e risco próprios, na sua fábrica têxtil de New Lanark, contra o preconceito generalizados.

Na mesmíssima época em que entrava em vigor a Lei das Dez Horas e se produzia o subsequente aumento dos salários, ocorreu na

Grã-Bretanha, por motivo que não vem ao caso relatar, uma elevação geral dos salários dos trabalhadores agrícolas.

Conquanto isto não seja indispensável ao meu objetivo imediato, desejo fazer algumas observações preliminares, para vos colocar melhor no assunto.

Se um homem percebe 2 xelins de salário por semana e seu salário aumenta para 4 xelins, a taxa do salário aumentará 100 por cento. Isto, expresso como aumento da taxa de salário, pareceria algo maravilhoso, ainda que na realidade a quantia efetiva do salário, ou sejam, os 4 xelins por semana, continue a ser um ínfimo, um mísero salário de fome. Portanto, não vos deveis fascinar pelas altissonantes percentagens da taxa de salário. Deveis perguntar sempre: qual era a quantia original?

Outra coisa que também compreendereis é que, se há dez operários que ganham cada um 2 xelins por semana, 5 ganhando 5 xelins cada um e outros 5 que ganhem 11, eles, os 20, ganharão 100 xelins, ou 5 libras esterlinas por semana. Logo, se a soma global destes salários semanais aumenta, digamos de uns 20 por cento, haverá uma melhora de 5 para 6 libras. Tomando a média, poderíamos dizer que a taxa geral de salários aumentou de 20 por cento, embora na realidade os salários de dez dos operários variassem, os salários de um dos dois grupos de cinco operários só aumentassem de 5 para 6 xelins por cabeça e os do outro grupo de 5 operários se elevassem, ao todo, de 55 para 70 xelins. Metade dos operários não melhoraria absolutamente nada de situação, a quarta parte deles teria uma melhoria insignificante e somente a quarta parte restante obteria um benefício sensível. Calculando-se, porém, a média, a sorna global dos salários destes 20 operários aumentaria de 20 por cento e no que se refere ao capital global, para a qual trabalham, bem como no concernente aos preços das mercadorias que produzem, seria exatamente o mesmo como se todos participassem por igual na elevação média dos salários. No caso dos trabalhadores agrícolas, como os salários médios pagos nos diversos condados da Inglaterra e Escócia diferem consideravelmente, o aumento foi muito desigual.

Enfim, durante a época em que se processou aquele aumento de salários, manifestaram-se, também, influências que o contrabalançavam, tais como os novos impostos lançados no cortejo da Guerra da Criméia, a demolição extensiva das habitações dos trabalhadores agrícolas, etc.

Feitas estas reservas, vou agora prosseguir, para constatar que de 1849 a 1859 a taxa média dos salários agrícolas na Grã-Bretanha registrou um aumento de cerca de 40 por cento. Poderia dar-vos amplos detalhes em apoio da minha afirmação, mas para o objetivo em mira creio que bastará indicar-vos a obra de crítica, tão conscienciosa, lida em 1860 pelo finado Sr. John C. Morton, na Sociedade de Artes e Ofícios de Londres, sobre As Forças Empregadas na Agricultura. O Sr. Morton expõe os dados estatísticos colhidos nas contas e outros documentos autênticos de uns cem agricultores, aproximadamente, em doze condados da Escócia e trinta e cinco da Inglaterra.

Segundo o ponto de vista do nosso amigo Weston, e em harmonia com a alta simultânea operada nos salários dos operários de fábrica, durante o período 1849-1859, os preços dos produtos agrícolas deveriam ter registrado um aumento enorme. Mas o que aconteceu realmente? Apesar da Guerra da Criméia e das péssimas colheitas consecutivas de 1854 a 1856, os preços médios do trigo, o produto agrícola mais importante da Inglaterra, baixaram de cerca de 3 libras esterlinas por quarter [2], como eram cotados de 1838 a 1848, para cerca de 2 libras e 10 xelins por quarter, nas cotações do período de 1849 a 1859 .Representa isto uma baixa de mais de 16 por cento no preço do trigo, em simultaneidade com um aumento médio de 40 por cento nos salários agrícolas. Durante a mesma época, se compararmos o seu final com o começo, quer dizer, o ano de 1859 com o de 1849, a cifra do pauperismo oficial desce de 934 419 a 860 470, o que supõe urna diferença de 73 949 pobres; reconheço que é um decréscimo muito pequeno, e que se voltou a perder nos anos seguintes, mas, em todo caso, é sempre uma diminuição.

Pode-se objetar que, em consequência da anulação das leis sobre os cereais, a importação de trigo estrangeiro mais que duplicou, no período de 1849-1859, comparada à de 1838-1848. E que significa isso? Do ponto de vista do cidadão Weston, dever-se-ia supor que esta enorme procura, repentina e sem cessar crescente, sobre os mercados estrangeiros tivesse feito subir a uma altura espantosa os preços dos produtos agrícolas, posto que os efeitos de uma crescente procura são os mesmos, quer venham de fora ou de dentro do país. Mas o que ocorreu na realidade? Afora alguns anos de colheitas decepcionantes, durante todo este período a ruinosa baixa no preço do trigo constituiu um motivo permanente de queixas na França; os norte-americanos

viram-se várias vezes obrigados a queimar excedentes da produção; e a Rússia, se acreditarmos no Sr. Urquhart, atiçou a guerra civil nos Estados Unidos, porque a concorrência ianque nos mercados da Europa paralisava a sua exportação de produtos agrícolas.

Reduzido à sua forma abstrata, o argumento do cidadão Weston traduzir-se-ia no seguinte: todo aumento da procura se opera sempre à base de um dado volume de produção. Portanto, não pode fazer aumentar nunca a oferta dos artigos procurados, mas unicamente fazer subir o seu preço em dinheiro. Ora, a mais comum observação demonstra que, em alguns casos, o aumento da procura deixa inalterados os preços das mercadorias e provoca, em outros casos, uma alta passageira dos preços do mercado, à qual se segue um aumento da oferta, por sua vez seguido pela queda dos preços até o nível anterior e, em muitos casos, abaixo dele. Que o aumento da procura obedeça à alta dos salários, ou a outra causa qualquer, isto em nada modifica os dados do problema. Do ponto de vista do cidadão Weston, tão difícil é explicar o fenômeno geral como o que se revela sob as circunstâncias excepcionais de um aumento de salários. Portanto, a sua argumentação não tem nenhum valor para o assunto de que tratamos. Apenas exprimiu a sua perplexidade ante as leis em virtude das quais um acréscimo da procura engendra um acréscimo da oferta, em vez de um aumento definitivo dos preços no mercado.

3 - Salários e dinheiro

No segundo dia de debate, nosso amigo Weston vestiu as suas velhas afirmativas com novas formas. Disse ele: Ao verificar-se uma alta geral dos salários em dinheiro, será necessária maior quantidade de moeda corrente para pagar os ditos salários. Sendo fixa a quantidade de moeda em circulação, como podeis pagar com esta soma fixa de moeda circulante, um montante maior de salários em dinheiro? Primeiro, a dificuldade surgia de que, embora subisse o salário em dinheiro do operário, a quantidade de mercadorias que lhe cabia era fixa; e agora surge do aumento de salários em dinheiro, a despeito do volume fixo de mercadorias. Naturalmente, se rejeitardes o seu dogma original, desaparecerão também as dificuldades dele resultantes.

Vou demonstrar, contudo, que este problema da moeda não tem absolutamente nada a ver com o tema em questão.

No vosso país, o mecanismo dos pagamentos está muito mais aperfeiçoado do que em qualquer outro país da Europa. Graças à extensão e à concentração do sistema bancário, necessita-se de muito menos moeda para pôr em circulação a mesma quantidade de valores e realizar o mesmo ou um maior número de negócios. No que, por exemplo, concerne aos salários, o operário fabril inglês entrega semanalmente o seu salário ao vendeiro, que semanalmente o envia ao banqueiro, o qual o devolve semanalmente ao fabricante, que volta a pagá-lo a seus operários, e assim por diante. Graças a este processo o salário anual de um operário que se eleva, vamos supor, a 52 libras esterlinas, pode ser pago com um único soberano, [3] que todas as semanas percorra o mesmo ciclo. Na própria Inglaterra, este mecanismo de pagamento não é tão perfeito como na Escócia, nem apresenta a mesma perfeição em todos os lugares; por isso vemos que, por exemplo, em alguns distritos agrícolas, comparados com os distritos fabris, muito mais moeda é necessária para fazer circular um menor volume de valores.

Se atravessardes a Mancha, observareis que no Continente os salários em dinheiro são muito mais baixos do que na Inglaterra e, apesar disso, na Alemanha, na Itália, na Suíça e na França, estes salários são postos em circulação mediante uma quantidade muito maior de moeda. O mesmo soberano não é interceptado com tanta rapidez pelo banqueiro, nem retorna com tanta presteza ao capitalista industrial; por isso, em vez de um soberano fazer circular 52 libras anualmente, talvez sejam necessários três soberanos para movimentar um salário anual no montante de 25 libras. Deste modo, no comparar os países do Continente com a Inglaterra, vereis em seguida que salários baixos em dinheiro podem exigir, para a sua circulação, quantidades muito maiores de moeda do que salários altos e que isso, na realidade, é uma questão meramente técnica e, como tal, estranha ao nosso assunto.

De acordo com os melhores cálculos que conheço, a renda anual da classe operária deste país pode ser estimada nuns 250 milhões de libras esterlinas. Esta soma imensa se põe em circulação com uns 3 milhões de libras. Suponhamos que se verifique um aumento de salários de 50 por cento. Em vez de 3 milhões seriam precisos 4 milhões e meio de libras em dinheiro circulante. Como urna parte considerável dos gastos diários do operário é coberta em prata e cobre, isto é, em meros signos monetários, cujo valor relativo ao ouro

é arbitrariamente fixado por lei, tal como o papel-moeda inconversível, resulta que essa alta de 50 por cento nos salários em dinheiro exigiria, em caso extremo, a circulação adicional, digamos, de um milhão de soberanos. Lançar-se-ia em circulação um milhão, que está inativo, em barras de ouro ou em metal amoedado, nos subterrâneos do Banco da Inglaterra ou de bancos particulares. Poder-se-ia inclusive poupar-se, e efetivamente se pouparia, o insignificante gasto na cunhagem suplementar, ou o maior desgaste deste milhão de moedas, se a necessidade de aumentar a moeda em circulação ocasionasse algum desgaste. Todos vós sabeis que a moeda deste país se divide em dois grandes grupos. Uma parte, suprida em notas de banco de diversas categorias, é usada nas transações entre comerciantes, e também entre comerciantes e consumidores, para saldar os pagamentos mais importantes; enquanto outra parte do meio circulante, a moeda metálica, circula no comércio varejista. Conquanto distintas, estas duas classes de moeda misturam-se e combinam-se mutuamente. Assim, as moedas de ouro circulam em boa proporção, inclusive em pagamentos importantes, para cobrir as quantias fracionárias inferiores a 5 libras. Se amanhã se emitissem notas de 4 libras, de 3 libras ou de 2 libras, o ouro que enche estes canais de circulação seria imediatamente expulso deles, refluindo para os canais em que fosse necessário a fim de atender ao aumento dos salários em dinheiro. Com este processo poderia ser mobilizado o milhão adicional exigido por um aumento de 50 por cento nos salários, sem que se acrescentasse um único soberano ao meio circulante. E o mesmo resultado seria obtido sem que fosse preciso emitir uma só nota de banco adicional, com o simples aumento de circulação de letras de câmbio, conforme ocorreu no Lancashire, durante muito tempo.

Se uma elevação geral da taxa de salários, vamos dizer, de uns 100 por cento, como supõe o cidadão Weston relativamente aos salários agrícolas, provocasse urna grande alta nos preços dos artigos de primeira necessidade e exigisse, segundo os seus conceitos, uma soma adicional de meios de pagamento, que não se poderia conseguir logo, uma redução geral de salários deveria provocar o mesmo resultado em idêntica proporção, se bem que em sentido contrário. Pois bem, sabeis todos que os anos de 1858 a 1860 foram os mais favoráveis para a indústria algodoeira e que, sobretudo, o ano de 1860 ocupa a este respeito um lugar único nos anais do comércio; foi também um ano de grande prosperidade para os outros ramos industriais. Em 1860, os salários dos operários do algodão e dos

demais trabalhadores relacionados com esta indústria chegaram ao seu ponto mais elevado até então. Veio, porém, a crise norte-americana e todos estes salários viram-se de pronto reduzidos aproximadamente à quarta parte do seu montante anterior. Em sentida inverso isto teria significado um aumento de 300 por cento. Quando os salários sobem de 5 para 20 xelins dizemos que sobem 300 por cento; se baixam de 20 para 5, dizemos que caem 75 por cento, mas a quantia do ascenso, num caso, e da baixa, no outro, é a mesma, a saber: 15 xelins. Sobreveio, assim, uma repentina mudança nas taxas dos salários, como jamais se conhecera anteriormente, e essa mudança afetou um número de operários que, - não incluindo apenas aqueles que trabalham diretamente na indústria algodoeira, mas também os que indiretamente dependiam desta indústria -, excedia em cerca de metade o número de trabalhadores agrícolas. Acaso baixou o preço do trigo? Ao contrário, subiu de 47xelins e 8 pence, [4] por quarter, preço médio no triênio de 1858-1860, para 55 xelins e 10 pence o quarter, segundo a média anual referente ao triênio de 1861-1863. Pelo que diz respeito aos meios de pagamento, durante o ano de 1861, cunharam-se na Casa da Moeda 8 673 232 libras contra 3 378 102 cunhadas em 1860. Vale dizer que em 1861 cunharam-se mais 5 295 130 libras que em 1860. É certo que o volume da circulação de papel-moeda, em 1861, foi inferior em 1 319 000 libras ao de 1860. Mas mesmo deduzindo esta soma, ainda persiste para o ano de 1861,comparado com o ano anterior de prosperidade, 1860, um excesso de moeda no valor de 3 976 130 libras, ou quase 4 milhões; em troca, a reserva de ouro do Banco da Inglaterra neste período de tempo diminuiu; não exatamente na mesma proporção, mas aproximadamente.

Comparai agora o ano de 1862 com o de 1842. Sem contar o formidável aumento do valor e do volume de mercadorias em circulação, o capital desembolsado apenas para cobrir as transações regulares de ações, empréstimos, etc., de valores das ferrovias, ascendeu, na Inglaterra e Gales, em 1862, à soma de 320 milhões de libras esterlinas, cifra que em 1842 parecia fabulosa. E, no entanto, as somas globais de moeda foram aproximadamente as mesmas nos anos de 1862 e 1842; e, em termos gerais, haveis de verificar, ante um aumento enorme de valor não só das mercadorias como em geral das operações em dinheiro, uma tendência à diminuição progressiva dos

meios de pagamento. Do ponto de vista do nosso amigo Weston, isto é um enigma indecifrável.

Se se aprofundasse um pouco mais no assunto, contudo, ele teria visto que, independentemente dos salários e supondo que estes permaneçam invariáveis, o valor e o volume das mercadorias postas em circulação e, em geral, o montante das transações concertadas em dinheiro, variam diariamente; que o montante das notas de banco emitidas varia diariamente; que o montante dos pagamentos efetuados sem ajuda de dinheiro, por meio de letras de câmbio, cheques, créditos escriturais, *clearing house*, [5] etc., varia diariamente; que, na medida em que se necessita efetivamente de moeda metálica, a proporção entre as moedas que circulam e as moedas e lingotes guardados de reserva, ou entesourados nos subterrâneos bancários, varia diariamente; que a soma do ouro absorvido pela circulação nacional e a soma enviada ao estrangeiro para fins de circulação internacional, variam diariamente. Teria percebido que o seu dogma de um volume fixo dos meios de pagamento é um erro monstruoso, incompatível com a realidade cotidiana. Ter-se-ia informado das leis que permitem aos meios de pagamento adaptar-se a condições que variam de maneira tão constante em lugar de converter a sua falsa concepção das leis da circulação monetária em argumento contra o aumento dos salários.

4 - Oferta e procura

Nosso amigo Weston faz seu o provérbio latino repetitio est mater studiorum, que significa: "a repetição é a mãe do estudo", razão pela qual nos repete o seu dogma inicial sob a nova forma de que a redução dos meios de pagamento, resultante de um aumento dos salários, determinaria uma diminuição do capital, etc. Depois de haver tratado de sua fantasiosa teoria da moeda, considero de todo inútil deter-me a examinar as consequências imaginárias que ele crê necessário deduzir de sua imaginária catástrofe dos meios de pagamento. Passo, pois, imediatamente, a reduzir à forma teórica mais simples o seu dogma, que é sempre um e o mesmo, embora repetido sob tantas formas diversas.

Urna única observação evidenciará a ausência de sentido crítico com que ele trata o tema. Declara-se contrário ao aumento de salários, ou aos salários altos, obtidos em consequência deste aumento. Pois bem, pergunto eu: o que são salários altos e o que são salários baixos? Por que, por exemplo, 5 xelins semanais são

considerados como um salário baixo e 20 por semana são reputados um salário alto? Se um salário de 5 é baixo, em comparação com um de 20, o de 20 será todavia mais baixo comparado com um de 200. Se alguém fizesse uma conferência sobre o termômetro e se pusesse a declamar sobre graus altos e graus baixos, nada nos ensinaria. A primeira coisa que teria de explicar é como se encontra o ponto de congelamento e o ponto de ebulição, e como estes dois pontos-padrão obedecem às leis naturais e não à fantasia dos vendedores ou dos fabricantes de termômetros. Ora, pelo que se refere a salários e lucros, o cidadão Weston não só se esqueceu de deduzir das leis econômicas esses pontos-padrão, mas também não sentiu sequer a necessidade de indagá-los. Contenta-se em admitir as expressões vulgares e correntes de alto e baixo, como se estes termos tivessem algum significado fixo, apesar de que salta à vista que os salários só podem ser qualificados de altos ou baixos quando comparados a alguma norma que nos permita medir a sua grandeza.

O cidadão Weston não poderá dizer-me por que se paga uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho. Se me contestasse que isto corre por conta da lei da oferta e da procura, eu lhe pediria antes de mais nada que me dissesse qual a lei que, por sua vez, regula a da oferta e da procura. E esta réplica pô-lo-á imediatamente fora de combate. As relações entre a oferta e a procura de trabalho acham-se sujeitas a constantes modificações e com elas flutuam os preços do trabalho no mercado. Se a procura excede a oferta, sobem os salários; se a oferta supera a procura, os salários baixam, ainda que em certas circunstâncias possa ser necessário comprovar o verdadeiro estado da procura e da oferta por uma greve, por exemplo, ou outro procedimento qualquer. Mas se tomardes a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, seria tão pueril quanto inútil clamar contra uma elevação de salários, visto que, de acordo com a lei suprema que invocais, as altas periódicas dos salários são tão necessárias e tão legítimas como as suas baixas periódicas. E se não considerais a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, então repito minha pergunta: por que se dá uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho?

Mas para focalizar as coisas com maior amplidão: equivocar-vos-ei por inteiro, caso acrediteis que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria se determina, em última análise, pelo jogo

da procura e da oferta. A oferta e a procura só regulam as oscilações temporárias dos preços no mercado. Explicam por que o preço de um artigo no mercado. se eleva acima ou desce abaixo do seu valor, mas não explicam jamais esse valor em si mesmo. Vamos supor que a oferta e a procura se equilibrem ou, como dizem os economistas, se cubram mutuamente. No preciso instante em que estas duas forças contrárias se nivelam, elas se paralisam mutuamente, deixam de atuar num ou noutro sentido. No mesmo instante em que a oferta e a procura se equilibram e deixam, portanto, de atuar, o preço de uma mercadoria no mercado coincide com o seu valor real, com o preço normal em torno do qual oscilam seus preços no mercado. Por conseguinte, se queremos investigar o caráter deste valor, não nos devemos preocupar com os efeitos transitórios que a oferta e a procura exercem sobre os preços do mercado. E outro tanto caberia dizer dos salários e dos preços de todas as demais mercadorias.

5 - Salários e preços

Reduzidos à sua expressão teórica mais simples, todos os argumentos de nosso amigo se traduzem num só e único dogma: "os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários".

Ante esta heresia antiquada e desacreditada, eu poderia invocar a observação prática. Poderia dizer-vos que os operários fabris, os mineiros, os construtores navais e outros trabalhadores ingleses, cujo trabalho é relativamente bem pago, vencem a todas as demais nações pela barateza de seus produtos, enquanto, por exemplo, o trabalhador agrícola inglês, cujo trabalho é relativamente mal pago, é batido por quase todos os demais países, em consequência da carestia de seus produtos. Comparando uns artigos com outros, dentro do mesmo país, e as mercadorias de distintos países entre si, poderia demonstrar que, se abstrairmos algumas exceções mais aparentes que reais, em termo médio o trabalho que recebe alta remuneração produz mercadorias baratas e o trabalho que recebe baixa remuneração, mercadorias caras. Isto, naturalmente, não demonstraria que o elevado preço do trabalho em certos casos e, em outros, o seu preço baixo, sejam as respectivas causas destes efeitos diametralmente opostos mas em todo caso serviria para provar que os preços das mercadorias não são governados pelos preços do trabalho. Todavia, prescindiremos perfeitamente deste método empírico.

Poder-se-ia, talvez, negar que o cidadão Weston sustente o dogma de que "os preços das mercadorias se determinam ou regulam pelos salários". De fato, ele jamais formulou este dogma. Disse, ao contrário, que o lucro e a renda do solo são também partes integrantes dos preços das mercadorias, posto que destes têm de sair não só os salários dos operários como os lucros do capitalista e as rendas do proprietário da terra. Porém, a seu modo de ver, como se formam os preços? Formam-se, em primeiro lugar, pelos salários; em seguida, soma-se ao preço um tanto por cento adicional em benefício do capitalista e outro tanto por cento adicional em benefício do proprietário da terra. Suponhamos que os salários do trabalho invertido na produção de uma mercadoria ascendem a 10. Se a taxa de lucro fosse de 100 por cento, o capitalista acrescentaria 10 aos salários desembolsados, e se a taxa de renda fosse também de 100 por cento sobre os salários, ter-se-ia que ajuntar mais 10, com o que o preço total da mercadoria viria a cifrar-se em 30. Semelhante determinação do preço, porém, estaria presidida simplesmente pelos salários. Se estes, no nosso exemplo, subissem a 20, o preço da mercadoria elevar-se-ia a 60 e assim sucessivamente. Eis porque todos os escritores antiquados de economia política que alvitravam a tese de que os salários regulam os preços, intentavam prová-la apresentando o lucro e a renda do solo como simples percentagens adicionais sobre os salários. Nenhum deles era, naturalmente, capaz de reduzir os limites dessas percentagens a uma lei econômica. Pareciam, ao contrário, acreditar que os lucros se fixavam pela tradição, costume, vontade do capitalista, ou por qualquer outro método igualmente arbitrário e inexplicável. Quando afirmavam que os lucros se determinam pela concorrência entre os capitalistas, portanto, não explicavam absolutamente nada. Esta concorrência por certo nivela as diferentes taxas de lucros das diversas indústrias, ou seja, as reduz a um nível médio, porém jamais pode determinar este nível, ou a taxa geral de lucro.

Que queremos dizer quando afirmamos que os preços das mercadorias são determinados pelos salários? Como o salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias regulam-se pelo preço do trabalho. E como "preço" é valor de troca - e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca - a saber: valor de troca expresso em dinheiro, aquela afirmativa equivale a esta outra: "o valor das

mercadorias é determinado pelo valor do trabalho", ou, o que vem a dar no mesmo, "o valor do trabalho é a medida geral do valor".

Mas, por sua vez, como se determina o "valor do trabalho"? Aqui, chegamos a um ponto morto. A um ponto morto, sem dúvida, se tentamos raciocinar logicamente. Porém, os proponentes desta teoria não têm lá grandes escrúpulos em matéria de lógica. Tomemos o nosso amigo Weston, como exemplo. Primeiro, dizia-nos que os salários regulavam os preços das mercadorias e que, portanto, quando os salários subiam, estes deviam subir também. Depois, dava meia volta para nos demonstrar que um aumento de salários não serviria para nada, visto que também subiriam os preços das mercadorias, e os salários se mediam, na realidade, pelos preços das mercadorias com eles compradas. Assim, partindo da afirmativa deque o valor do trabalho determina o valor da mercadoria, viemos parar na afirmativa de que o valor da mercadoria determina o valor do trabalho. Nada mais fazemos do que nos mover num círculo vicioso, sem chegar a nenhuma conclusão.

No geral, é evidente que, tomando a valor de uma mercadoria, por exemplo, o trabalho, o trigo ou outra mercadoria qualquer, como medida e regulador geral do valor, apenas desviamos a dificuldade, já que determinamos um valor por outro, que, por sua vez, também necessita ser determinado.

Expresso em sua forma mais abstrata, o dogma de que "os salários determinam os preços das mercadorias" equivale a dizer que "o valor se determina pelo valor", e esta tautologia só demonstra, na realidade, que nada sabemos a respeito do valor. Se admitíssemos semelhante premissa, toda a argumentação acerca das leis gerais da economia política converter-se-ia em mera tagarelice. Por isso deve-se reconhecer a Ricardo o grande mérito de haver destruído até aos fundamentos, com a sua obra sobre os Princípios da Economia Política, publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto, de que "os salários determinam os preços", falácia já rechaçada por Adam Smith e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais esotéricos e de vulgarização.

Notas:

1. Lei promulgada pela Convenção Jacobina em 1793 fixando os preços máximos de mercadorias e salários.
2. Medida inglesa de capacidade, cerca de 290 litros.
3. Moeda inglesa de ouro valendo uma libra esterlina.
4. O penny corresponde a 1/12 do xelim.
5. Bancos de compensação.

Parte III

Imperialismo, crise estrutural do capital e particularidade da economia brasileira

Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo

Carlos Alberto Cordovano Vieira[1]

O Brasil na "crise estrutural do capital"

Poucos anos antes de sua morte, num de seus últimos ensaios, Celso Furtado escreveu: "Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser"[2]. Em 1992, penetrando no âmago da crise em que o país submergia, havia esboçado uma sugestão sombria: "(...) nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada"[3]. Desnecessário lembrar que o jovem Furtado vira de perto "provas cruciais" no tempo em que esteve nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

Vista em sua dimensão *estrutural*, a despeito de esperanças vagas ensejadas por breves conjunturas recentes, de lá para cá, com efeito, o Brasil naufragou no que talvez seja a maior crise de sua história. Uma crise que é, essencialmente, um episódio particular da crise do capitalismo mundial, marca decisiva de nossa quadra histórica, a *crise estrutural do capital*. A propósito, às vésperas de maio de 1968, o filósofo húngaro István Mészáros observou: "(...) a grande crise econômica mundial de 1929-1933 se parece com 'uma festa no salão de chá do vigário' em comparação com a crise na qual estamos realmente entrando" [4]. De fato, sob os escombros de duas guerras mundiais, de duas revoluções socialistas, do colapso de 1929 e das experiências fascistas, tendo a guerra destruído a superprodução que levara o mundo à crise, a burguesia pôde encontrar, no pós-guerra, uma saída expansiva para o capital que empurrava suas contradições "para frente". Hoje, no momento em que essas mesmas contradições retornam com mais força à superfície, as possibilidades para uma

---

[1] Professor do Instituto de Economia-UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica desta instituição.

[2] Celso Furtado. *O longo amanhecer*, pág. 26.

[3] Celso Furtado. *Brasil: a construção interrompida*, pág. 35.

[4] István Mészáros. *A crise estrutural do capital*, pág. 17.

saída expansiva estão, a princípio, bloqueadas: as mudanças tecno-científicas produziram um "desemprego estrutural" e comprometeram o nexo entre o circuito de valorização do capital e a reprodução das relações sociais básicas fundadas na mercadoria e no trabalho assalariado; a transnacionalização, sob o comando da alta finança diluiu os velhos "sistemas econômicos nacionais" e corroeu as bases econômicas do estado nacional, retirando-lhe as condições para promover qualquer reforma do sistema; o avanço da concentração e da centralização do capital, os processos de monopolização, bem como a crise do movimento operário, corroeram, ao mesmo tempo, as bases da democracia burguesa, convertendo-a numa verdadeira plutocracia; as guerras, momentos constitutivos da concorrência sob o capitalismo monopolista e mecanismos violentos de destruição da superprodução, passaram a representar um risco permanente de catástrofe nuclear e de extinção da humanidade; os padrões técnicos e culturais fundados na descartabilidade consumista e na dissolução dos valores éticos conduziram a um limiar ecológico. Tudo isso, se enraíza no terreno árido da contrarrevolução que, sobre a fossilização do sentido emancipatório das experiências revolucionárias do século XX, avançou, sobretudo no pós-68, por meio de mecanismos violentos de controle social. Da década de 1970 para cá, a economia capitalista deixou para trás as alternâncias de seus movimentos cíclicos e parece ter entrado num estado de crise permanente, criando, em toda a parte, formas bárbaras de sociabilidade. Formas que passaram a ser a nova "normalidade" em que se vive.

Daí a diferença. A crise do entreguerras, ao produzir uma fratura no sistema e, em particular, ao desestruturar a velha divisão internacional do trabalho, abriu, para parte da periferia, certamente para o Brasil, uma brecha para saídas "construtivas", expressas em processos de industrialização, de constituição de estados efetivamente nacionais e de culturas nacionais, posteriormente reforçados pela conjuntura expansiva do pós-guerra. Hoje, tais saídas permanecem bloqueadas por toda a parte e o que se vê na periferia é um quadro regressivo. Aí reside a principal diferença, no caso brasileiro, por exemplo, entre o relativo vigor do ideário desenvolvimentista originário e sua repetição farsesca, com prefixo *neo*, na terra arrasada da desindustrialização.

No Brasil, os efeitos da crise estrutural são devastadores. O processo de transnacionalização, que começa na década de 1970, produziu uma ruptura das sinergias entre o desenvolvimento do

capitalismo e a construção de um espaço econômico nacional – a rigor, de um "sistema econômico nacional"[5]. A preeminência financeira expandiu seus tentáculos na economia brasileira já nas primeiras reformas da ditadura, ao passo que avançava o controle pelas corporações transnacionais sobre os setores mais dinâmicos. Nos estertores da industrialização brasileira, na década de 1970, o projeto da ditadura já estava a quilômetros do problema das necessidades da sociedade nacional e se combinava com um padrão de endividamento correspondente aos interesses do sistema financeiro internacional e que, de resto, era funcional à modernização dos padrões de consumo das elites. A partir da década de 1980, porquanto a crise mundial revelasse definitivamente os limites do crescimento econômico, a política da ditadura explodiu na crise da dívida, que comprometeu as bases produtivas nacionais, encerrando o país num círculo vicioso de estagnação e endividamento e, pois, numa *nova dependência*, agora, de caráter essencialmente financeiro. Nesse novo ordenamento, mesmo os mecanismos básicos da política macroeconômica perderam sua eficácia.[6] A década de 1990 selou definitivamente a diluição do espaço econômico do país nas teias da transnacionalização, então chamada "globalização". O estilhaçamento do espaço econômico nacional que vinha se formando sobretudo desde a década de 1930 destruiu a base material necessária para qualquer perspectiva de superação do subdesenvolvimento. Sob o comando de "centros de decisão" transnacionais, o movimento do capital se despojou de quaisquer critérios políticos que, condensados na figura do estado, pudessem coaduná-lo com os desígnios de um projeto de "desenvolvimento nacional" – perspectiva cara à tradição crítica brasileira. A transnacionalização fez desestruturar o mercado interno e o sistema industrial a ele vinculado, quebrando elos decisivos da cadeia produtiva. Com isso, o território nacional tende à fragmentação e as regiões do país a se converterem em plataformas de exportação, muito mais vinculadas à dinâmica transnacional das grandes corporações que ao espaço nacional.[7]

Comprometido o substrato material da economia brasileira, a nova ordem destruiu também mecanismos de mobilidade social que,

---

[5] Friedrich List. *Sistema nacional de economia política*.

[6] Celso Furtado. *A nova dependência*; Celso Furtado. *Transformação e crise na economia mundial*.

[7] Celso Furtado. *Brasil: a construção interrompida*.

mesmo limitados, legitimaram, no passado, o "modelo brasileiro". Estava cristalizado, pela Nova República, o regime de *apartheid social* legado pela ditadura.

Considerada numa perspectiva histórica, a quadra brasileira hoje é de reversão. O poder da transnacionalização e da financeirização permaneceu nas duas décadas seguintes. Nos últimos decênios essas tendências estruturais se consubstanciaram num violento processo de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira. Com isso, os condicionantes básicos de seu dinamismo se deslocam novamente para fora, à margem de qualquer controle do estado e da sociedade nacional. A crise do estado tem suas raízes aí. A transnacionalização também levou o colonialismo cultural ao paroxismo, amplificando as tendências à cópia dos padrões de consumo das economias centrais. Os padrões de consumo da burguesia brasileira permanecem descolados das necessidades produtivas do país no que respeita a parâmetros de autonomia cultural, técnica e financeira, e de distribuição da renda, distorcendo o funcionamento do conjunto da economia. O quadro regressivo também produziu efeitos sobre as relações sociais, levando à precarização do trabalho, ao esgarçamento do tecido social, à amplificação da segregação e, pois, à generalização de formas bárbaras de sociabilidade, já visíveis em nosso cotidiano. Tudo isso concorre para a perda de "força própria" da economia e de qualquer possibilidade de "controle do tempo histórico" por parte da sociedade nacional, cada vez mais à mercê dos desígnios da oligarquia financeira, das grandes corporações transnacionais e da plutocracia local – historicamente um sócio menor do imperialismo.

A hipótese subjacente ao presente capítulo, e que faz necessária a recuperação dos traços coloniais e escravistas de nossa formação, é que o sentido histórico mais profundo da crise brasileira contemporânea – insistimos, episódio da crise estrutural do capital – se revela como um processo de reversão de *longa duração*. Na tradição do pensamento crítico brasileiro, em particular na inteligência forjada entre a década de 1930 e 1964, os dilemas do Brasil à época eram enfrentados na perspectiva de uma história secular, à luz do longo processo de nossa *formação*.[8] Vale dizer: a mudança social no Brasil

[8] Caio Prado Jr.. *Formação do Brasil contemporâneo*. Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Darcy Ribeiro. *O povo brasileiro*.

e, pois, a crise brasileira eram explicadas nos termos de uma lenta transição do passado colonial e escravista à formação de uma sociedade nacional moderna que estava por ser edificada. O peso das heranças desse passado distante era o que obstava a construção de uma *civilização brasileira*. Esse pensamento exprimia o conjunto das tensões políticas em jogo, fundando as posições que projetavam transformações também estruturais que, enfim, se consubstanciavam no que se chamou *revolução brasileira*[9]. Visto em seu conjunto, as bases da *formação nacional* brasileira foram sedimentadas no curso dos quatro séculos de colonização; mas a consumação definitiva desse longo processo de *formação*, a consolidação do Brasil como *nação*, contraditoriamente, só se consumaria quando fosse superada a herança do passado colonial e escravista. A colonização engendrou as bases de nossa nacionalidade, mas ao mesmo tempo a permanência da condição colonial, o peso do passado obsta a consumação de nosso processo de formação. O longo processo de formação começa a se sedimentar lentamente já no período colonial, ganha dinamismo no século XIX, depois da emancipação e, sobretudo, da abolição, e chega a seu clímax no século XX, com as mudanças estruturais da década de 1930. A conjuntura de 1930 a 1964, o avanço do processo de industrialização e urbanização, da consolidação do estado nacional, de uma cultura nacional, acelerou o tempo histórico e pôs na ordem do dia a superação definitiva do fardo do passado. O enfrentamento dos problemas concretos postos à sociedade brasileira à época trazia à tona a necessidade da superação de traços fundamentais que ecoavam a colônia escravista: a dependência cultural, técnica e financeira e a segregação social. Era nesses termos que nossa tradição crítica entendia o sentido da *revolução brasileira* – qualquer que fosse o caráter a ela atribuído. O limiar da ditadura, a década de 1960, marca a vitória da contrarrevolução e o início da reversão desse lento processo de descolonização. Os traços coloniais são reafirmados e permanecem aí até nossos dias, fazendo perpetuar nossas mazelas seculares. *Formação nacional* e *revolução brasileira*: tal era a perspectiva que a ditadura viria enterrar na vala comum do desaparecimento político.

[9] Caio Prado Jr.. *A revolução brasileira*. Nelson Werneck Sodré. *Introdução à revolução brasileira*. Celso Furtado. *A pré-revolução brasileira*. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*.

Na crise brasileira contemporânea vemos ressurgir com toda a força traços de uma sociedade colonial que, em quadra histórica precedente, pareciam estar sendo definitivamente superados.[10] Trata-se da reversão de um longo processo de *formação nacional*: essa a ideia basilar. Daí o diagnóstico sombrio dos últimos ensaios de Celso Furtado. Daí porque, se quisermos entender a crise brasileira contemporânea em seu sentido histórico, temos que retornar à tradição crítica de nosso pensamento que se voltou aos problemas de longa duração de nossa formação. O sentido das reversões estruturais só pode ser devidamente captado por uma história medida em séculos. É nesse sentido que o presente capítulo propõe recuperar traços fundamentais de nossa origem colonial e escravista.[11]

O passado colonial

Os motivos da expansão marítima que levaram à Era dos Descobrimentos nos séculos XV e XVI são objeto de uma vasta controvérsia entre historiadores que, nos limites do presente capítulo, não podemos explorar.[12] Consideremos somente que, por certo, havia o estímulo à busca de metais preciosos e especiarias. Em virtude de desequilíbrios permanentes no comércio e na circulação monetária, havia uma sangria constante de metais preciosos, sobretudo prata, da Europa para o Oriente, em particular, Índia e China. Esse fluxo de metais estava relacionado a um comércio de mercadorias de luxo, notadamente, especiarias e pedras preciosas que serviam à diferenciação do consumo dos estratos nobiliárquicos europeus. Mas é provável que a necessidade de gêneros essenciais, de consumo mais generalizado, como comida e combustível, tivesse jogado um papel mais decisivo. Em muitos casos, o desenvolvimento das manufaturas e a transformação da velha agricultura medieval no sentido de uma produção mais especializada para troca criava uma procura por gêneros de primeira necessidade. Isso estimulou, por exemplo, a busca ultramarina por trigo, peixe, carne; também estimulou a busca por madeira, usada como combustível e material de construção naval e

[10] Plínio de Arruda Sampaio Jr.. *Entre a nação e a barbárie*.
[11] Para uma leitura do debate em torno de nossa origem colonial e escravista ver: Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia*.
[12] Para uma apropriação do debate historiográfico sobre a formação do capitalismo, ver: Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Antigo regime e transição*.

civil, numa época em que a agricultura medieval já havia resultado num desflorestamento substancial da Europa ocidental; e a busca por matérias-primas ligadas às manufaturas têxteis: por exemplo, tintas – como no caso do pau-de-tinta, também conhecido como "pau-brasil", goma e, mais tarde, algodão.[13] Digno de nota foi o açúcar.[14]

Outros fatores próprios de uma época de declínio do feudalismo na Europa também potenciavam as navegações. Porquanto a crise do modo de produção feudal tivesse levado a uma queda dos rendimentos da nobreza, a descoberta e conquista de novas terras com o propósito de estender os domínios senhoriais em decadência constituíam móveis da expansão marítima.[15] Assim como as necessidades de consolidação política das novas monarquias em formação, em luta umas contra as outras, produto também da crise do feudalismo. Do mesmo modo, os projetos de evangelização, respostas à quebra da unidade da cristandade, desde o surgimento do protestantismo, isso também resultado da crise. Não por outra razão, esses temas marcam um extenso debate entre historiadores em torno da precocidade de Portugal na aventura. Os historiadores portugueses, enfatizando um ou outro vetor dos descobrimentos, elencaram um conjunto de fatores: a escassez de ouro, que embaraçava os circuitos de comércio e a produção; a queda dos rendimentos fixos das casas nobres, agravada por crises monetárias derivadas da própria escassez de metais, e que levava os cavaleiros à busca por novas terras e mesmo à pirataria; a escassez de cereais, também agravada pelos efeitos da escassez de metais sobre o comércio exterior; a força política de certas camadas ligadas ao negócio do açúcar, provavelmente uma herança remota do domínio mouro na península; a busca por escravos, seja para o trabalho nos engenhos de cana, seja para fins especulativos; a procura de resinas para

---

[13] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol I.

[14] "O açúcar foi também um dos principais motivos da expansão para as ilhas. E devido à forma como era produzido, a escravatura acompanhou o açúcar. Este processo iniciou-se no Mediterrâneo Oriental no século XII, movendo-se a partir de então para o Ocidente. A expansão atlântica foi simplesmente a sua continuação lógica. Na realidade, E. E. Rich remonta a escravatura africana em Portugal ao ano 1000, sendo os escravos adquiridos por comércio com os corsários árabes. O açúcar era um produto muito lucrativo e procurado, expulsando o trigo mas exaurindo subsequentemente o solo, de modo que requeria continuamente novas terras (para não falarmos da exaustão da força de trabalho que o seu cultivo acarretava).". *Idem*, págs. 50 e 51.

[15] Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*.

tinturaria e para o tratamento da seda, e de tintas para tecidos – entre as quais o "brasil"; a busca por couros e peles; a expansão da pesca.[16]

> Pluralidade de interesses, nem sempre compatíveis, motivações diversas põe em cena mercadores, escudeiros e cavaleiros, e também instituições – a Coroa, a Ordem de Cristo, casas senhoriais. São aventuras ou tratos de agentes individuais ou de grupo, são ações de envergadura planeadas com intencionalidade, conscientemente concebidas. Dirigem-se aos espaços conhecidos – Marrocos, o Mediterrâneo, os centros europeus. Mas a até aí não sonhada novidade é a busca de espaços desconhecidos, antevistos tão-só por lendas e mitos, como igualmente a abertura de rotas que levem ao rico Oriente, ligando os oceanos. (...) Em suma, homens de carne e osso, cujas condutas têm de se elevar ao plano consciente das situações, fins, escolha de meios, mas que podem continuar imbricadas na ganga das tradições.[17]

À medida que a constituição do sistema colonial vai entrelaçando diferentes espaços do mundo, diferentes civilizações, nos termos de uma verdadeira divisão do trabalho presidida pelo capital mercantil europeu, e à medida que as monarquias em formação vão se consolidando nos quadros de um sistema de estados na Europa; à medida que o velho modo de produção feudal vai sofrendo transformações profundas, novas estruturas tomam corpo e o vetor propriamente mercantil da colonização vai se firmando como uma força dinâmica que aponta em direção à consumação da transição ao capitalismo. Em meados do século XVI, a derrota das pretensões imperiais da monarquia da Espanha – cuja força residia, sobretudo, na extração de metais preciosos de suas colônias na América – abriu caminho para a consolidação de um sistema de estados na Europa que já prefigurava a sua forma contemporânea. Ao mesmo tempo, as navegações e a expansão comercial criaram um novo espaço econômico cuja organicidade era dada por uma nova divisão do trabalho, tecida por um comércio de longa distância, que envolvia o chamado sistema mediterrânico cristão centrado nas cidades italianas, o sistema flamengo-hanseático centrado no norte e noroeste europeu, regiões da Europa central, do Báltico e, naturalmente, as

[16] Vitorino Magalhães Godinho. *A expansão quatrocentista portuguesa.*
[17] *Idem*, pág. 123.

colônias na América. No século XVII, sob a preeminência da Holanda, o novo sistema se consolidou e se expandiu – notemos que o negócio do açúcar no nordeste brasileiro era controlado, do financiamento à comercialização, pelo capital mercantil holandês.[18] Na passagem ao século XVIII, na esteira da expansão do mercado mundial, a França estendeu seus domínios sobre regiões do Mediterrâneo e da América. Mas a Inglaterra garantiu seu predomínio, deslocando holandeses e franceses, ao avançar sobre o Báltico, a América, a África, controlando o tráfico de escravos, e sobre o Oriente, que a partir daí tornar-se-á periferia da Europa – vale lembrar que contribuíram para essa posição hegemônica os tratados que franquearam a economia portuguesa aos capitalistas ingleses e que, ao mesmo tempo, faziam fluir para suas mãos o grosso do ouro extraído do Brasil.[19] Nesse sentido, foi, sobretudo, o vetor mercantil que deu *sentido* à colonização moderna. Com efeito, no entrelaçamento das disputas entre os estados europeus e a expansão do mercado mundial – objeto privilegiado dessas disputas –, sob a forma do sistema colonial, operaram forças dinâmicas fundamentais na formação do capitalismo.[20]

Para examinar o *sentido da colonização* é necessário, portanto, retornar ao *capital mercantil*. Marx o havia caracterizado como a forma "antediluviana" do capital, que preexiste ao próprio modo de produção capitalista e que se move nos "intermúndios" das formas sociais antigas: seu pressuposto é somente a circulação de mercadorias e dinheiro.[21] O capital mercantil opera, sobretudo, na órbita do comércio, especialmente a longa distância, e da finança, sem necessariamente penetrar na produção. Valoriza-se por meio do poder de monopólio, em geral ligado a um estado, sobre os circuitos comerciais e financeiros, por meio da troca desigual, do velho preceito "comprar barato" e "vender caro". Pode subsistir, portanto, como intermediário entre polos que, eventualmente, estabeleçam relações de troca, à margem de qualquer modo de produção. Fundando-se, pois, no monopólio e na troca desigual, na extorsão do excedente do trabalho por meio de um híbrido de comércio e violência, poder e dinheiro, o domínio do capital mercantil corresponde a diversas

[18] Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*.
[19] Nelson Werneck Sodré. *As razões da Independência*.
[20] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, Vols I e II.
[21] Karl Marx. *O capital*, Livro III; Karl Marx. *Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (Grundrisse)*.

formas de colonização.[22] Na época que nos ocupa, a conjunção de um sistema de estados europeus e a constituição de uma divisão do trabalho e de um mercado mundial sob o domínio do capital mercantil se condensava no sistema colonial e, em particular, no mecanismo do "exclusivo metropolitano". O monopólio sobre o comércio das colônias ligado ao caráter complementar de suas economias – nesse sentido, "periferia" – garantia as condições para que o capital mercantil realizasse a troca desigual. Por meio do exclusivo, o capital mercantil operava em condição de monopólio na venda de mercadorias metropolitanas nos mercados coloniais – podendo elevar seus preços acima dos preços de compra nos mercados metropolitanos –; reversamente, operava em condições de monopsônio na compra dos gêneros coloniais – podendo, do mesmo modo, reduzir seus preços abaixo dos preços de venda nas metrópoles. Esse mecanismo supunha também, na órbita da produção, regimes de trabalho compulsório, trabalho forçado, no limite a escravidão, como forma de garantir a canalização do excedente para as mãos da burguesia mercantil. Um eventual regime de trabalho livre, regulado por condições de oferta e procura de trabalho – sob a estrutura técnica arcaica que caracterizava a época –, tanto quanto um regime de livre concorrência no plano da circulação de mercadorias, quebraria o poder de monopólio crucial para o lucro mercantil. Daí também – dessa necessidade de monopólio – o quadro permanente de guerras nos espaços coloniais entre as potências mercantis europeias.

Entre os séculos XVI e XVIII, o capital mercantil porá em marcha a expansão do mercado mundial, colocará em choque diversos modos de produção, diferentes civilizações – espalhando o genocídio, quando for o caso –, promoverá a exploração de uma miríade de formas de trabalho forçado, recriará, a seu modo, o tráfico de escravos,

[22] "Os povos comerciantes da Antiguidade existiam, como os deuses de Epicuro, nos intermúndios ou, muito mais como os judeus nos poros da sociedade polonesa. O comércio das primeiras cidades comerciais e dos povos comerciantes autônomos, formidavelmente desenvolvidos, baseava-se, enquanto comércio intermediário puro, na barbárie dos povos produtores, entre os quais faziam o papel de intermediários. (...) O capital comercial, quando em dominação preponderante, representa por toda a parte portanto um sistema de pilhagem, de modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes da Antiguidade como da época mais recente está diretamente ligado à pilhagem violenta, pirataria, roubo de escravos, subjugação nas colônias; assim em Cartago e Roma, posteriormente com venezianos, portugueses, holandeses etc." Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol. IV, pág. 236.

realizará sua obra colonizadora e, por meio de toda a sorte violências, trará seu contributo à edificação do mundo moderno.

Não por outra razão, Marx viu no sistema colonial, em suas formas de violência, um dos vetores da *gênese* de elementos constitutivos do modo de produção capitalista, um dos eixos do que denominou "acumulação primitiva de capital".[23] A reprodução do modo de produção capitalista polariza capital e trabalho o que supõe, de um lado, um contingente de trabalhadores livres e despossuídos jogados no mercado e, de outro, meios de produção e uma massa de riqueza sob a forma monetária concentrados nas mãos de uma burguesia. O que Marx procurou demonstrar é que a criação dessa polarização, dessa relação social e dessa forma de propriedade só tem lugar por meio da destruição violenta das formas precedentes. Daí a famosa frase "a violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova". Ora, entre outros processos, a colonização moderna sob o capital mercantil cumpriu esse desígnio: destruiu velhas formas de vida cristalizadas em civilizações milenares, tragando-as para o mundo da produção de mercadorias; produziu uma concentração de riqueza na forma monetária nas mãos de uma burguesia mercantil; expandiu à força o mercado mundial, produzindo sinergias decisivas para o desenvolvimento da manufatura e posteriormente da maquinaria; deu substrato material para o estado moderno. Sem o sistema colonial, sem a América, em particular, as transformações em curso talvez não tivessem redundado no capitalismo. Por isso, Marx sintetizou numa frase lapidar que "(...) a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão sem disfarces, no Novo Mundo"[24].

> A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. (...) Os diferentes momentos da

[23] Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol II.
[24] *Idem*, Livro I, Vol II, pág. 281.

> acumulação primitiva (...) na Inglaterra em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.[25]

Nesse sentido, o Brasil é um *negócio*. Esta assertiva clássica de Caio Prado Júnior para caracterizar o *sentido da colonização* numa *colônia de exploração*.[26] A experiência da colonização portuguesa na América que viria, séculos mais tarde, redundar na formação do Brasil, era um fragmento de um todo maior, regido pelo desenvolvimento do capital mercantil no processo de formação do capitalismo, cujo *sentido* só se revela à luz desse todo. O conjunto das relações sociais que se constituíram na colônia respondia estritamente à finalidade precípua da realização do negócio – não se ia além disso. Com efeito, no curso de séculos de colonização e de desenvolvimento do capital mercantil, a empresa colonial, mais que o contato fortuito da velha feitoria, conduziu a um povoamento e à formação de uma vida material e social permanente, que foi se constituindo. Mas a própria condição colonial, o sentido do negócio permanecia como obstáculo a que tal formação engendrasse os traços de estabilidade e organicidade necessários para a sedimentação de um verdadeiro processo civilizatório. A propósito, Caio Prado sustentou que "(...) um tal caráter mais estável, permanente, orgânico só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial"[27]. Em síntese: "se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes;

---

[25] *Idem*, págs. 275, 276. Para o enquadramento do "sentido da colonização" como peça da "acumulação primitiva", ver: Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*.

[26] Caio Prado Jr.. *Formação do Brasil contemporâneo*.

[27] *Idem*, pág. 31.

depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu"[28]. Em fecundo prefácio ao livro *Raízes do Brasil*, Antonio Candido observou que a tradição do pensamento latino-americano, em geral, buscou nossa especificidade por meio da elaboração de polarizações que, ao fim e ao cabo, poderiam ser reduzidas a um denominador fundamental: a polarização entre civilização e barbárie.[29] Creio que se possa tomar essa ideia como chave para uma leitura do *sentido da colonização*: a transição da colônia, do *negócio* à nação, se consubstancia, na verdade, na transição de um estado de barbárie à civilização brasileira.

Mas a plantagem escravista possuía uma especificidade entre as colônias de exploração. Nesse ponto, há um traço fundamental de nossa formação que é necessário tomar em conta pela raiz. Aqui, não se tratava de "periferizar" civilizações milenares como no caso da colonização da Índia ou da China. Não se tratava de subverter os fundamentos de uma civilização em função do capital mercantil, de uma nova divisão do trabalho. Mesmo em certos espaços da América, onde as civilizações pré-colombianas eram mais "densas", os séculos de colonização, a despeito de todo o massacre, não eliminaram completamente os povos originários – ao contrário, ergueram a exploração colonial sobre seus ombros. Na colonização portuguesa na América, a relação típica do colonizador com os povos originários foi o genocídio – quando não, a escravização. No Brasil, portanto, plantagem escravista por excelência, foi a própria colonização que engendrou o povoamento e criou a vida material e social. Insistimos: não se trata de uma civilização densa penetrada e dominada pela colonização mercantil; mas de uma nova formação criada por essa mesma colonização, estritamente para servir a seus desígnios.[30] No

[28] Caio Prado Jr.. *Formação do Brasil contemporâneo*, págs. 31 e 32.

[29] Antonio Candido: "O significado de 'Raízes do Brasil'". In Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*.

[30] "(...) não é a economia do açúcar que se conforma e se adapta às necessidades de uma sociedade preexistente que nela procura a base econômica de sua subsistência. E sim é esta sociedade que se origina, dispõe e organiza em função da finalidade precípua de produzir açúcar, e assim realizar um negócio. Negócio que tem, não como objetivo (pois o objetivo próprio de todo o negócio é tão somente o lucro mercantil), mas como objeto, o atendimento de necessidades e de um consumo estranhos ao país e à coletividade nele instalada, e que se torna assim simples expressão daquele negócio.". Caio Prado Jr.. *História e desenvolvimento*, pág. 37.

limite, a colonização criou, enfim, o próprio povo – um povo novo.[31]

Tomar pela raiz o Brasil como negócio, uma formação criada pela própria experiência colonizadora, implica em apreender o *sentido* da edificação de toda a estrutura social à luz do desiderato da colonização. A tríade basilar de toda a sociedade colonial, a saber, o latifúndio, a tendência à monocultura e, principalmente, o trabalho compulsório, no limite a escravidão – e como corolário, a cristalização de uma sociedade segregada – respondia às necessidades do lucro mercantil. O capital mercantil condicionava as questões de escala e de diversificação da produção que levaram à "solução" do latifúndio monocultor – este já era o padrão nas plantagens de cana nas ilhas portuguesas. Mas por que o trabalho escravo? Ou melhor: por que o trabalho forçado, no limite a escravidão? Num território vasto, com terras livres à disposição dos colonos, haveria, de qualquer modo, a possibilidade de que trabalhadores eventualmente livres pudessem deixar as lavouras para se estabelecer como posseiros de pequenas propriedades, produzindo para subsistência. Essa tendência – similar ao que ocorreu nas "colônias de povoamento" ao norte dos Estados Unidos – negaria o *sentido da colonização*, a produção em larga escala para o mercado mundial em proveito do capital mercantil. Sob um eventual regime de salariato, os salários haveriam de ser suficientemente elevados para contrarrestar a tendência à pequena propriedade – ou seja: deveriam ser suficientemente elevados para dissuadir esse eventual trabalhador livre de tornar-se pequeno proprietário. Isso inviabilizaria o lucro da empresa. O trabalho haveria de ser, portanto, forçado. Mas, por que a escravização do africano? A tese da inadaptabilidade do indígena foi bastante recorrente na historiografia. Mas o caso é que a opção pelo africano se explica, essencialmente, nos termos do *sentido da colonização*, porque o tráfico de escravos era também um negócio do capital mercantil – e negócio dos mais rentáveis à época. Por paradoxal que possa parecer, foi o tráfico que conduziu à escravidão do africano – e não o contrário.[32]

---

[31] Nos limites do presente capítulo não há espaço para discutirmos o complexo processo de sedimentação de um povo novo. Cumpre somente observar que é no curso do longo processo de colonização que um povo mestiço vai se diferenciando de suas matrizes formadoras e tomando consciência, na expressão de Darcy Ribeiro, de sua *ninguendade*. O brasileiro era o que não se reconhecia nem índio, nem português, nem africano – e, nesse sentido, ser brasileiro era, no princípio, não ser ninguém; era, antes de tudo, enfrentar o desafio da *ninguendade*. Darcy Ribeiro. *O povo brasileiro*.

[32] Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*.

Por outro lado, é necessário considerar os processos que ocorriam na África que criaram a possibilidade da escravização. Notemos que o escravo era comprado a preços relativamente baixos na costa. O continente africano era marcado por complexos e desiguais processos de diferenciação que envolviam formações que transitavam à escravidão e à constituição de estados, formações tribais primevas – que podiam ser objeto de escravização – e tribos que, a serviço das primeiras formações, se diferenciavam como caçadoras de escravos. A entrada em cena do europeu produziu uma mudança qualitativa no sentido de uma escravização em massa. Com efeito, a escravização para o mercado mundial – tanto mais porquanto o europeu negociasse escravos com tribos predadoras em troca de cavalos e armas de fogo, agora, portanto, à disposição dessas mesmas tribos – dava à escravização uma escala muito maior e produzia efeitos mortais para o continente. Traspassado o oceano, o lucro do capital mercantil nas praças de Salvador, Recife, posteriormente Rio de Janeiro era enorme. Dado o custo fixo do transporte à caravela e a diferença de preços na compra e na venda, os navios negreiros (também chamados "tumbeiros") podiam ser abarrotados de africanos – a enorme cifra de escravos mortos no trajeto não comprometia o lucro da empresa.[33] O Brasil será a grande experiência de plantagem escravista da época.

Na edificação da vida colonial, o povoamento foi seguindo o curso do negócio. Tornou-se mais denso nos espaços ligados à exportação e rarefeito em regiões subsidiárias. No geral, se formaram núcleos de povoamento apartados uns dos outros revelando a precariedade da circulação no espaço colonial e a preeminência dos nexos com o mercado mundial. A imagem da colônia como arquipélago é recorrente na historiografia. Assim também, orientada para o negócio, se constituiu o conjunto da vida material, cuja organicidade orbitava em torno da produção para exportação. Uma economia essencialmente *voltada para fora*, marcada pela *extroversão*. Uma economia *complementar* à economia metropolitana, centrada na produção de poucos gêneros de exportação, os mais lucrativos, e importação de praticamente todo o resto, que, não produzindo quase nenhuma diversificação, não criava sinergias na conformação de um "mercado interno". Uma economia *reflexa* aos movimentos do mercado mundial e que, centrada na exportação de uns poucos gêneros, *não*

[33] Manolo Florentino. *Em costas negras*.

possuía força própria, dinamismos movidos desde "dentro". Uma economia *radicalmente instável* porque sujeita às oscilações dos preços das exportações e reversões estruturais que no limite faziam todo o núcleo de povoamento regredir a uma vida letárgica, de produção para uma rala subsistência. Uma economia *precária* porque, sendo complementar, reflexa, radicalmente instável e subordinada à exploração do capital mercantil orientada para os centros metropolitanos, não era capaz de engendrar mecanismos próprios de acumulação e desenvolvimentos progressivos das forças produtivas. A cada onda de povoamento e de expansão da atividade exportadora – do açúcar ao ouro; do ouro ao café – pouco ou nada se acumulava e a colônia estava sempre diante de reversões estruturais, de regressões à vida letárgica de subsistência, à espera do "milagre", do surgimento fortuito do próximo *negócio*. Uma vida material, portanto, por demais estreita para fornecer a base de um processo efetivamente civilizatório na colônia. Vale lembrar as observações de Celso Furtado sobre a reversão estrutural da economia mineira do século XVIII: "Involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente europeia."[34].

Tese basilar de Caio Prado, retomada por Furtado, reverberou, por exemplo, em obra posterior de Sergio Buarque de Holanda, que concluiu – por outros caminhos interpretativos – que, na colônia, não se ia além do "estrito necessário para o exercício livre da atividade comercial ou predatória" [35]. Num parágrafo seminal, o historiador exprimiu, na imagem da *procissão milagres*, toda a fragilidade das bases materiais da sociedade colonial, desprovida de "força própria" e alheia ao "controle do seu tempo histórico":

> Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de

[34] Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, págs. 85 e 86.
[35] Sergio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*, pág. 329.

> continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.[36]

Esse caráter marcou toda a vida material na colônia. Os canaviais, desde o século XVI, se espalharam por todo o território povoado: por toda a faixa litorânea, do extremo norte do Pará a Santa Catarina, principalmente na costa nordestina; e por todo o interior do país, à exceção das regiões semiáridas. O tabaco, também presente em praticamente todas as regiões habitadas, durante todo o período colonial, foi cultivado para exportação, sobretudo, na Bahia. A cultura do algodão, mais modesta que a do açúcar, mas também quase onipresente, foi significativa no Maranhão desde meados do século XVIII – como matéria-prima fundamental das manufaturas têxteis, sua exportação foi estimulada, em que pese a concorrência com as colônias do sul dos Estados Unidos, pela a Revolução Industrial. Além dessas três principais lavouras, o cultivo para exportação do cacau e do arroz – este também alimentando o mercado interno – contribuiu para a colonização do norte do país, Pará e Maranhão, especialmente; assim como a exportação do anil, para o povoamento do Rio de Janeiro. A pecuária, cuja origem remonta à formação do chamado "complexo nordestino" ligado às necessidades de transporte e proteína da empresa canavieira, ensejou uma exportação de couro, primeiro no Nordeste e, posteriormente, no Rio Grande do Sul. No século XVIII, essa produção serviu de esteio aos primeiros esboços de um mercado interno mais orgânico quando foram articuladas pela economia mineira – e São Paulo tornou-se um centro do comércio de gado. A economia extrativa para exportação de cacau, baunilha, canela, cravo e diversas resinas aromáticas foi a base da colonização jesuítica da bacia amazônica. À parte esses poucos gêneros tropicais, a produção de subsistência ou para os mercados locais foi rarefeita e meramente

---

[36] *Idem*, pág. 324. Vale notar, a observação de Caio Prado sobre o surgimento do café: "Seja como for, é em condições precárias, apesar do bafejo providencial de conjunturas favoráveis, que a economia brasileira entra no século XIX (...). Mantendo-se como se mantinha unicamente na base do comércio exterior, dependendo de mercados sobre que não tinha a mais leve e remota ação, o colapso não tardaria, se a Providência não viesse em nosso auxílio. E foi o que ocorreu (...) viria o colapso e viria também a Providência salvadora. Esta chegaria até nós sob a forma de um gênero para cuja produção a Natureza nos aparelhara admiravelmente: o café. (...) onde não havia mais destes dons a gastar, a Providência falhou, e veio o colapso.". Caio Prado Jr.. *Formação do Brasil contemporâneo*, pág. 142.

subsidiária, em geral realizada em terras menos férteis. A produção de cachaça, subproduto da cana, servia ao consumo interno e também como objeto de escambo no tráfico de escravos. A faixa litorânea, do Recôncavo ao sul do país, servia, por mar, principalmente, os canaviais do Nordeste e o Rio de Janeiro. No entorno de Minas Gerias, a agricultura de alimentos servia, naturalmente, desde o século XVIII, a atividade mineradora – bem como propriedades espalhadas na ligação entre o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás serviam aos tropeiros. Nessa produção subsidiária, o cultivo da mandioca – o "pão da terra" – estava presente em toda a parte, mas principalmente no nordeste; o do milho, principalmente nas regiões meridionais; o feijão era onipresente e o arroz, como dissemos, mais concentrado no Norte; algum cultivo de trigo se fazia ao sul de São Paulo. O café, no período colonial, era um gênero para consumo local cultivado em todo o território – no século XIX, quando a Revolução Industrial o converteu num item de consumo de massa no mercado mundial, tornou-se o principal produto de exportação. Um pequeno artesanato também servia aos grandes domínios e, em menor medida às cidades. Como artesanato rural, urbano, ou sobre os ombros de trabalhadores livres "de porta em porta", a colônia produziu pequenas atividades de carpintaria, metalurgia – registre-se aí os conhecimentos técnicos dos africanos – tecelagem, olaria, cerâmica, curtume...[37]

No conjunto, não se vai além disso, praticamente toda a vida econômica da colônia absorvida pela grande produção de exportação.

Esse mesmo determinante da vida econômica, o *sentido da colonização*, conformou a vida social. À precariedade da vida material correspondia uma precariedade da vida social. O núcleo exportador, a grande lavoura absorvia toda a trama de relações sociais e políticas que garantiam um mínimo de organicidade à vida colonial – o estritamente necessário para a realização do *negócio*. Com efeito, tais relações eram marcadas pela relação fundamental que estruturava a vida nos grandes domínios: a escravidão.[38] A condição de escravidão

[37] Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*.

[38] "A escravidão dos tempos modernos não adquire sentido em correspondência com o arcabouço material e moral da sociedade em que se instala, apresentando-se como corpo estranho no quadro da civilização ocidental moderna, em constante conflito com a dimensão da superestrutura, da cultura e dos valores daquela sociedade que, no entanto, necessita reproduzi-la. Portanto, essa instituição não é portadora de qualquer traço de naturalidade e conformidade que caracterizam a escravidão antiga, grega ou romana, assumindo o conteúdo de uma exploração econômica e sexual nua e crua,

de povos transplantados e desenraizados obstava, no novo mundo, qualquer possibilidade de socialização plena do contingente africano. [39] O poder monárquico ou o poder eclesiástico mal penetravam nos domínios dos senhores de engenho e não se constituíam como forças superiores de coesão social. Nos grandes domínios valia o poder absoluto dos senhores. Os nexos que prendiam os escravos à vida social eram, digamos, primários, elementares, fundados numa violência crua e mesmo sádica. Vale dizer: a vida na colônia não edificou quaisquer nexos éticos, morais, civilizatórios que fornecessem um contrapeso à violência da exploração mercantil. Nos dois vetores da reprodução da vida – o trabalho e a vida sexual – não se foi além da estrita coerção física, meramente "animal". O trabalho, destituído de qualquer sentido ético e desvalorizado socialmente, era a exploração crua sob coerção física que reduzia o escravo à condição de besta de carga – e a escravidão do negro tinha como contraparte necessária a ociosidade do branco. A precariedade dos nexos sociais também se exprimia na organização familial. O caráter de negócio e aventura explica a presença reduzida da imigração de mulheres brancas; a escravidão explica o transplante também reduzido de mulheres negras – tanto quanto o regime de exploração explica os obstáculos à constituição da família escrava. As relações sexuais entre o dono branco e a negra escrava, base da mestiçagem, não eram outra coisa que o estupro. A esse respeito, Caio Prado escreveu que o mundo colonial não realizou o *milagre do amor humano*. De resto, fora dos domínios da produção exportadora, os nexos sociais eram ainda menos orgânicos. O quadro de precariedade geral impedia a constituição de nexos de coesão capazes de fundar formas de vida, digamos, "civilizadas". Os brancos livres e pobres viviam à margem de qualquer divisão do trabalho – lembremos, pois, da precariedade do mercado interno – ou de quaisquer normas e valores que garantissem a coesão social. Isso se refletia na fragilidade das estruturas familiais entre brancos pobres – no mais das vezes jogados no banditismo, na ociosidade... Fora dos grandes domínios, a vida colonial era caracterizada por um estado que a sociologia denomina *anomia social*.

despojada de qualquer dimensão superestrutural que pudesse conter e legitimar seus antagonismos. Mas esse conteúdo da escravidão moderna, profundamente violento e desagregador, torna-se mais acentuado, porquanto se consubstancia numa cisão étnica.". Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia*, pág. 109.

[39] Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

Em suma: nas dimensões da vida material e social, o *sentido da colonização* obstava qualquer horizonte de sedimentação de um verdadeiro processo civilizatório. Marcada pelo caráter de negócio e pela violência crua, embora fundasse historicamente as bases de nossa nacionalidade, a condição colonial, o *sentido da colonização*, tornava-se, em certo ponto, irreconciliável com o processo de formação de uma *civilização brasileira*. A base material não constituía, digamos, uma "infraestrutura" correspondente às necessidades de uma sociedade nacional diferenciada; tampouco a vida social conformava, digamos, uma "superestrutura" capaz de garantir parâmetros minimamente civilizatórios a essa mesma sociedade. A colônia se reduz à mera exploração econômica voltada para fora e à violência nua e crua, em todas as dimensões da vida, dos de cima contra os de baixo.

> Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. (...) Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas (...) que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira.[40]

Daí a pertinência da polarização proposta por Antonio Candido entre civilização e barbárie. Daí, portanto, o problema central de nossa *formação*: como edificar uma sociedade, um processo civilizatório, uma sociedade civilizada a partir da matriz herdada desse passado colonial e escravista; como edificar uma civilização a partir do *negócio* – um problema tão mais complexo porquanto consideremos que o *sentido da colonização* determinou a própria gênese de nossa formação.

Conclusão

Superação do passado colonial: esse foi o sentido histórico do curso sinuoso de nossa formação no século XIX e, principalmente, do século XX. Um processo inconcluso, de avanços e reversões. Mas o

[40] Caio Prado Jr.. *Formação do Brasil contemporâneo*, pág. 356.

que queremos sublinhar nesse capítulo é que esses traços característicos de nossa formação histórica ressurgiram com toda a força nas últimas décadas. A desindustrialização e a reprimarização da economia brasileira, o domínio do capital financeiro, o controle do imperialismo sobre setores fundamentais fazem ecoar nosso passado colonial e escravista. Produzem uma diluição do "sistema econômico nacional" e recriam, sob novas formas, aqueles mesmos traços de precariedade, complementaridade, instabilidade que caracterizavam uma economia colonial sem "força própria" e sem "controle de seu tempo histórico". À diluição da base material corresponde à corrosão das bases do estado. Sobre uma economia comandada pelo capital transnacional e por uma burguesia local – hoje financeirizada – que jamais se comprometeu com a causa da construção de uma nação, esfuma-se o horizonte do desenvolvimento nacional. Sob a transnacionalização, o estado perdeu mesmo os mecanismos da política econômica de curto prazo – política monetária e fiscal. Com a crise do estado e a dissolução do sistema econômico, o país vê esgarçar-se o tecido social e vê emergir, com toda a força, um quadro de *anomia*. Nem mesmo o crescimento econômico que, por décadas, acomodou as tensões de uma sociedade profundamente segregada, pode ser vislumbrado. Visto o período recente à luz dessa dimensão estrutural, pode-se questionar: que desenvolvimento – diziam: "neodesenvolvimentismo" – foi esse que, comandado pelos preços das *commodities*, desindustrializou, reprimarizou e, na reversão desse mesmo ciclo de preços da economia mundial, viu o país mergulhar numa profunda letargia? Que desenvolvimento foi esse que serviu, sobretudo, ao rentismo? [41] Notemos que talvez o preço a pagar por essa experiência efêmera seja por demais elevado: tendo como contrapartida da política dos governos do PT a desmobilização dos movimentos populares e a despolitização geral – correlata à chamada inserção pelo consumo – não admira que o mal-estar na sociedade brasileira que emerge no momento da crise – de resto, previsível – seja cooptado pelas forças mais reacionárias dessa espécie de fascismo neocolonial em ascensão. A propósito, o diagnóstico da *crise estrutural do capital* também contempla a tendência contemporânea de falência,

[41] Sobre a experiência dos governos do PT, ver: Plínio de Arruda Sampaio Jr.. *Crônica de uma crise anunciada*; e Fabio Luís Barbosa dos Santos. *Além do PT*.

em toda a parte, da democracia burguesa.[42] O que dizer dos países de origem colonial em que esta jamais se enraizou?

Parafraseando Caio Prado, há hoje um "mal-estar econômico e social de raízes profundas", que deriva do retorno ao velhíssimo *sentido da colonização*, de um quadro de reversão do processo secular de formação nacional. Um processo que avançou lentamente nos séculos XIX e XX, mas cujas bases – materiais e sociais – foram sendo corroídas ainda na ditadura, sobretudo, a partir da década de 1970 e, hoje, não são mais capazes de garantir qualquer horizonte civilizatório. Passadas mais de duas décadas, o diagnóstico sombrio de Celso Furtado se confirma a cada dia, ensejando um olhar ao problema histórico da *formação* e uma atualização da perspectiva da *revolução brasileira*. O contrário será a escalada, já em curso, da violência do estado e o mergulho do país noutra noite escura.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. 2ª. edição. São Paulo: Difusão Europeia, 1962.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: UNESP, 2014.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 25ª. edição. São Paulo: Nacional, 1995.

_____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *A nova dependência*: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O longo amanhece*r: reflexões sobre a formação do Brasil. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

[42] István Mészáros. *A crise estrutural do capital*.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*. 2ª. edição. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 4ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
LIST. Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Apres. Cristovam Buarque. Trad. Luiz Baraúna. Col. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. Col. Os economistas. 3ª. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5 vs.
_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858*. 14ª. edição. Ciudad de México: Siglo XXI, 1986.
MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. 2ª. edição. Trad. Francisco Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2011.
NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo: Hucitec, 1995.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1971.
_____. *A revolução brasileira*. 6ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.
_____. *História e desenvolvimento*. 2ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.
RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.
_____. *Crônica de uma crise anunciada*: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Além do PT*: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo: Elefante, 2016.
SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª. edição. Col. Brasiliana. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 9ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *As razões da Independência.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Introdução à revolução brasileira.* 4ª. edição. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Interpretações da colônia*: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 2004.

_____. *Antigo Regime e transição*: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo. Tese de Doutorado. Campinas: IE-UNICAMP, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Trad. Carlos Leite. 2vs. Porto: Afrontamento, 1974.

Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira[1]

Fábio Campos[2]

Introdução

Reflexo da crise mundial capitalista que se anuncia no próprio colapso de sua formação econômica, a economia brasileira atualmente sofre um processo de desindustrialização combinada à reprimarização[3]. O país que apresentava a indústria mais complexa da América Latina e exibia as maiores taxas de crescimento econômico no século passado, hoje vive uma profunda estagnação e regressão das forças produtivas, cujo maior sintoma é a submissão sistemática ao imperialismo e a ampliação da segregação social.

Os efeitos nefastos de tais determinantes na conjuntura atual podem ser mais bem elucidados quando se ultrapassam as fronteiras dos acontecimentos e buscam na história as raízes da contradição. O Brasil embora conquistasse nos anos 1950 uma estrutura produtiva similar às das economias centrais, tal processo só se realizou mantendo dois elementos em sua formação capitalista: i) a herança mercantil que remonta o período colonial e que jamais se desgarrou da forma como a economia se industrializou; ii) o capital internacional que controla por meios imperialistas a direção, o ritmo e a intensidade da industrialização, desde a sua origem.

Como forma de decifrar os elos que conectam a desestruturação atual da indústria na economia brasileira com seu período de auge na fase desenvolvimentista, mostraremos que apesar da indústria ter se diferenciado da economia agrário-exportadora no limiar do século XX, ou mesmo avançado no processo de substituição de importações até a implantação de setores pesados e de produção de bens de alto valor agregado, com encadeamentos produtivos diversos, seu sentido jamais deixou de ser dependente do imperialismo

[1] Agradeço aos valiosos comentários críticos de Fernando Cezar de Macedo Mota, eximindo-o, obviamente, dos erros e das incompreensões da nossa parte sobre o tema.
[2] Professor do Instituto de Economia-UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica desta instituição.
[3] Questão na qual desenvolvemos com mais profundidade em Campos (2016a).

e de caráter mercantil. Tão logo a economia brasileira passasse a moldar-se conforme as exigências da mundialização financeira[4], tendo como eixo a própria mudança no tipo de articulação do capital internacional com o espaço econômico nacional, aquele sistema industrial que sustentava determinada rota desenvolvimentista seria substituído por uma regressão produtiva[5]. Tanto a dependência ao imperialismo, que se explicita por desnacionalização, financeirização e desemprego estrutural; quanto as relações mercantis que marcam a reprimarização da economia, rentismo e especialização, revelam na exata medida a fusão entre o arcaico e o moderno na reprodução do capitalismo brasileiro[6].

Ventre mercantil da indústria

A indústria no Brasil nasceu como uma diferenciação da economia mercantil, cuja forma e concepção se inscrevem no secular processo de colonização. Desse modo, entender a experiência de industrialização no país, inserida em suas articulações externas, bem como os rumos internos de sua classe dirigente, diz respeito, acima de tudo, ao "sentido da colonização" conforme Caio Prado Jr. (2000) nos ensinou.

Nossa origem colonial se confunde com a própria modernização europeia na transição do feudalismo para o capitalismo, mas, em particular, à precocidade lusitana neste processo. A formação absolutista de Portugal nos ilumina ao entendimento de como o espaço colonial brasileiro ascendeu-se de determinações profundas da antiga sociedade portuguesa. Um traço essencial de tal origem diz respeito à matriz patrimonialista, ao espírito aventureiro e ao oportunismo que impregnavam nossos colonizadores. Desde cedo aqui se imperou a lógica da especulação mercantil. A colonização, com nexos morais precários e instabilidades diversas, tem nessa origem portuguesa sua especificidade, isto é, uma organização econômica periférica voltada para os negócios externos, e, portanto, estranhos à consolidação de um espaço minimamente estável de povoamento e com pretensões de fixação nacional para o povoamento de gerações futuras (Prado Jr.,

[4] Para o conceito de mundialização financeira ver Chesnais (1998).
[5] Ver os capítulos de Vieira e Sampaio Jr neste livro.
[6] Sobre a "arcaização do moderno" e a "modernização do arcaico" em nosso processo histórico ver Fernandes (1981).

2000). Os tipos senhoriais que aqui chegaram eram fidalgos disfarçados de nobres, visto que eram negociantes desvinculados da terra natal em termos de propriedade, mas com grande capacidade de financiar a mercancia. Ao mesmo tempo, foi a centralização estatal do Reinado Português que definiu o alcance dos seus empreendimentos, ou seja, a burguesia mercantil estava presa às relações, muitas vezes em redes de corrupção, da coroa com sua fidalguia ávida a fazer negócios.

Mesmo que significasse a edificação de uma estrutura custosa de engenhos para produção de açúcar, com alto investimento, a montagem do negócio agrícola na América Portuguesa não se afastava um centímetro sequer da obsessão ibérica de encontrar metais preciosos. Daí a manutenção de bandeiras de exploração que utilizavam das formas mais bárbaras possíveis para o extermínio ou exploração indígena com a função de manter inalterado o "sentido da colonização" (Holanda, 1994; Prado Jr., 2000). Não por outro motivo que a escravização africana foi priorizada em relação à indígena, como forma de garantir os ganhos que se faziam no tráfico externo vinculados à lógica de acumulação primitiva (Marx, 2013; Novais, 1995). Seria justamente desta relação que toda a sociabilidade brasileira fora constituída, cujas heranças escravocratas penetram até os dias de hoje no comportamento psicossocial, principalmente de nossas classes dominantes.

Quando tratamos da escravidão é necessário entender que não bastou produzir para acumular no comércio, mas produzir de maneira que permitisse a acumulação no comércio para fins de acumulação primitiva (Novais, 1995; 2005). Além de ter mercadorias-chave, volume e ritmo ajustados à lógica mercantil, o modo de vida teria que ser voltado a tal princípio. Todo o sistema estaria adaptado para viabilizar o progresso burguês dentro do mercantilismo. Daí a necessidade de acelerar o quanto fosse possível a acumulação primitiva. Para tanto seria necessário a adoção de formas compulsórias de trabalho (escravismo). Não poderia se correr o risco na colônia de implantar o trabalho assalariado em virtude de a terra ser muito acessível, e com isso o assalariado virar produtor independente, apartando-se dos interesses de exclusivismo mercantil português. Assim, seria na escravidão, por meio da exploração humana sem limites e conforme os mais avançados métodos de barbárie da época, que se garantia o ambiente de negócios coloniais.

Assentada no sentido externo da acumulação primitiva e desenvolvida no trabalho escravo, a colonização brasileira se ampliou em diversos complexos econômicos como assinalou Celso Furtado (1975). Desse modo, teríamos um litoral açucareiro a partir do Nordeste que absorveu o sertão, e dele criou-se um setor exportador que subjugava o de subsistência. Depois seguiu uma integração interior-litoral por meio da mineração com a pecuária. Nesta vasta formação territorial não existiria nexos orgânicos na forma predominante de relacionamento entre as regiões, uma vez que tendiam a prevalecer lógicas distintas às centrípetas, visto que as regiões inseridas se fortaleceram por relações centrífugas, do mesmo modo em que surgiam vazios de baixa densidade demográfica. A formação territorial só poderia se consolidar de forma impositiva pelo Reinado lusitano.

Como requisito central do absolutismo português, a forte dependência externa condicionou a formação da economia colonial na América. As condições para articular um mercado local, que conseguisse sobredeterminar a formação territorial brasileira, eram extremamente limitadas e subordinadas ao oportunismo da valorização mercantil externa. Tornou-se mais patente tal característica na economia do açúcar e menos na dos minérios. A pecuária nos dois casos, ainda que tivesse uma natureza por definição interiorizadora, fora submetida aos dois complexos, e, portanto, com limitada capacidade de engendrar por força própria um caráter nacionalmente unificador. Com baixos fluxos internos de renda e dependente da dinâmica de valorização mercantil externa, tal economia colonial só garantiria força integradora via interesses patriarcais que tinham na escravidão o nexo principal por onde articulava a reserva de valor de suas riquezas.

Com a transição da acumulação primitiva na Europa para acumulação tipicamente capitalista mediante a Revolução Industrial, o domínio mercantil lusitano sobre sua colônia sofreria um duro golpe, dando início ao processo de emancipação política brasileira. Esse momento deve ser entendido a partir das transformações na acumulação primitiva para a industrial e a imposição do capital na descolonização da América Portuguesa. A natureza especulativa e oportunista do capital mercantil, sempre à procura de movimentos rápidos e compensatórios, se pautava por grande mobilidade e adaptação a múltiplas formas de negócios. Preferia se integrar ao comércio, desenvolvendo atividades como circulação de matérias-

primas, mercadorias, difusão de meios de transporte e de financiamento, do que arriscar-se na produção. Isto é, preferia a subordinação indireta, ao comando absoluto na esfera produtiva. Seria a própria dilatação das esferas do capital mercantil, entretanto, em sua acumulação primitiva que faria explorar novos negócios como na fabricação de bens finais, colocando em xeque sua mobilidade (Marx, 2013).

A maturação e a diferenciação do capital mercantil impuseram dessa maneira seu contrário pela Revolução Industrial. Dessa crise, desarticulariam as integradas teias de dominação que ligavam a colônia à metrópole a partir do mercantilismo. A resposta portuguesa a tal crise com as políticas pombalinas, além do próprio julgo das potências capitalistas diante das guerras napoleônicas, aumentaram os limites do Antigo Regime em espaços periféricos, e deles, nasceriam o questionamento do pacto colonial. A despeito de ser o resultado de tais vicissitudes no sistema capitalista em processo de afirmação, o Brasil se particularizou na América Latina (Donghi, 1975). Da mesma forma que transitava para um novo status periférico dentro da órbita industrial inglesa, o país mantinha a ordem escravocrata que lhe dava sentido e unidade nacional diante das inúmeras revoltas regionais e independentistas latino-americanas (Prado Jr., 1969).

No século XIX, aqui se abriu uma tensão permanente entre o processo histórico que evoluiu pela reprodução contraditória do sentido da colonização e a diferenciação de um mercado interno (Prado Jr., 1989). A tendência colonial impunha a continuidade da nossa formação dependente, ou seja, o intermitente impulso aos negócios externos movidos por lucros da nossa classe dominante subordinada à metrópole (Sodré, 1978). Ainda que tenha alargado os horizontes dos negócios mercantis e reestruturado a produção nacional e seus canais de financiamento e de distribuição, a Independência do Brasil manteve o sentido de continuidade, pois continuaria como espaço marginal, mesmo participando agora de um novo sistema econômico internacional. Seria sua condição periférica e subsidiária no capitalismo que delinearia um território genuinamente mercantil determinado pelos impulsos imperialistas. Uma fase de neocolonização na qual implicava ao mesmo tempo uma retenção de parte do mais-valor internamente e a constituição de um mercado interno a serviço da valorização da Inglaterra no âmbito mundial. É importante ressaltar que tal processo não foi algo exógeno às relações

de produção na economia brasileira, mas intrínseca a um padrão de adaptação interna entre a associação subordinada da burguesia brasileira e a dominação externa do capital internacional.

A própria construção do Estado brasileiro em todo o século XIX seguiu esta reprodução da dependência externa e do subdesenvolvimento. Florestan Fernandes (2006) nos indicou que o liberalismo, como elemento de libertação colonial, seria instrumentalizado pela ordem senhorial, com o intuito de organizar uma unidade nacional que permitisse as classes dominantes se integrarem politicamente sem emancipar economicamente o país recém-criado. Com isso, cristalizou-se um liberalismo de "senhores cidadãos" que, distante de introduzir instituições democráticas burguesas como nas economias centrais, teria como objetivo a construção de um novo espaço mercantil especializado em exportações para o capitalismo inglês em ascensão. Por outro ângulo, a gênese do aparelho estatal brasileiro na época imperial teve seu principal impulso na ordem privada, mantendo a escravidão e controlando com extrema violência as terras sobre domínio senhorial. Essa conservação planejada do privatismo escravocrata necessitava do monopólio estatal da violência, como instância estratégica para manter a "dupla articulação" que se revelava pela submissão às economias centrais, que garantia retornos rápidos e menos incertos para os negócios mercantis da burguesia brasileira, e a perpetuação da desigualdade social. Impunha-se com isso uma unidade da burguesia brasileira que se definia pela sistemática domesticação e repressão das classes populares.

O desenvolvimento da economia mercantil sob base nacional e especializada no café – produto extremamente demandado como estimulante para explorar os trabalhadores em jornadas cada vez mais estafantes nas fábricas inglesas –, criou suas próprias contradições que forçariam o surgimento da indústria no Brasil[7]. O nascimento da indústria no país constituiu dessa maneira uma diferenciação dentro do complexo mercantil cafeeiro, cuja dinâmica estava subordinada ao capital internacional em sua valorização externa. Assim, a indústria se originou de um ventre mercantil no qual ela era apenas uma dimensão de várias outras que integravam o portfólio da burguesia cafeeira. Essa classe dominante estava representada em atividades

[7] Uma síntese sobre as diferentes vertentes historiográficas que discutem a origem da indústria no Brasil pode ser encontrada em Saes (1989).

comerciais de bens de consumo, agrícola, bancárias, transporte, etc. (Silva, 1976).

As relações imperialistas, ao subordinar as burguesias brasileiras, garantiam o comércio, o financiamento, o beneficiamento, seguros e o transporte para desenvolver a economia cafeeira no âmbito da reprodução ampliada do capital (Sodré, 1976). Ao expandir extensivamente os negócios do café, deslocando permanentemente suas fronteiras (Faleiros, 2010), colocaram-se crescentes custos de transporte e de beneficiamento que só seriam definitivamente solucionados por meio de financiamento externo e de investimento direto estrangeiro (IDE), mas que ao mesmo tempo introduziam uma lógica industrial capitalista que aos poucos iriam colocando a condições estruturais para a superação dessa mesma economia (Silva, 1976). Não seria diferente com a substituição de formas precárias de financiamento por um sistema bancário; ou da transição de um sistema de transporte, predominantemente de tração animal, para a construção de ferrovias. Sem falar na substituição do trabalho escravo por imigrante assalariado que fortaleceria o mercado consumidor, permitindo criar as bases para a reprodução dos salários de subsistência.

Tanto no sistema financeiro, que em nada se parecia com um padrão de financiamento autônomo similar ao caso prussiano ou nipônico, como no caso das ferrovias onde não foram criadas para unificar as diferentes regiões brasileiras, mas tão somente para alimentar a especialização neocolonial; ou a abolição da escravatura que serviu para substituir uma reserva de valor que antes era lastreada em estoque de escravos e agora se fazia com a mercantilização da terra via latifúndio e contra a reforma agrária; a origem da indústria no Brasil não se divorciou do seu passado colonial (Costa; 2008; Saes, 1981; 1986; Silva, 2008). Sempre localizada entre as casas comerciais e o investimento produtivo conforme determinadas apostas nas oscilações cambiais, essa indústria nasceu de uma estrutura mercantil que alimentava o oportunismo e a especulação, forma na qual sempre foi funcional ao imperialismo, numa conexão específica por meio do capital internacional que expandia os negócios e renovava o velho “sentido da colonização” (Prado Jr., 1985; 2000).

Domínio imperialista e indústria pesada

Não havia oposição entre a divisão internacional do trabalho e a política econômica na época da República Velha, visto que tal articulação era peça integrante da reprodução do capital cafeeiro e do capital internacional no país, conforme o domínio do imperialismo e sua manifestação interna por meio do controle político da burguesia brasileira na extração de mais-valor. A indústria, sobretudo de bens de consumo não-duráveis como tecidos, bebidas, fumos, calçados, etc., e de origem privada nacional, seria parte constituinte desta relação. Todavia, com a Crise de 1929 e o acirramento das contradições da superprodução de café, o padrão de dominação oligárquico burguês se esgotaria, sendo que do ponto de vista econômico, tanto o bloqueio das linhas externas de financiamento voluntárias às políticas de valorização do café, quanto as adversas condições de comercialização internacional de *commodities*, fortaleceram os determinantes internos para a eclosão da Revolução de 1930.

Dentro do conturbado processo de afirmação no poder, o Governo de Getúlio Vargas passaria a conceber a industrialização como a possibilidade de integração do mercado interno em uma tentativa de afirmação nacional. Neste momento em que as atenções do imperialismo se voltavam para a recuperação da depressão econômica e para edificação de um complexo industrial militar que arrastaria novamente as potências capitalistas para mais uma guerra mundial, abriu-se um dilema diante das contradições da formação econômica brasileira que se aceleravam: i) como fazer um acerto de contas com o passado rompendo as mazelas do subdesenvolvimento que se expressavam, principalmente, pela desigualdade social herdada da escravidão e da persistência do latifúndio? ii) como criar uma indústria pesada que fosse resultado de um padrão de financiamento e um padrão tecnológico autônomos em relação ao capital internacional?

Sem enfrentar os principais dilemas que amarravam o destino brasileiro a uma condição marginal e periférica no sistema capitalista, Vargas avançou na constituição de algumas indústrias de base e em reformas institucionais como as trabalhistas, que estavam limitadas a uma parte da população economicamente ativa, em sua maioria urbana, que, inclusive lutaram por meio de inúmeras greves desde o início do século para conquistá-las. Porém, nem mesmo a forma

ditatorial do "Estado Novo", o peculiar contexto da Segunda Guerra Mundial, ou a breve Guerra da Coreia sob o desiderato da Guerra Fria, fizeram o Governo Vargas abandonar as linhas de menor resistência; ou seja, avançou-se, mas sem nunca romper com o passado colonial.

No que tange especificamente o desenvolvimento industrial desde os anos 1930, ocorreram transformações qualitativas que deslocaram o eixo dinâmico para o mercado interno em função de uma diversificação produtiva na substituição de importações. Mesmo assim, os setores pesados, em especial bens de capital, continuaram deficitários, visto que, ao guiar a industrialização para os bens finais recolocava-se permanentemente a necessidade de importações de máquinas e equipamentos que teriam que ser realizadas com divisas acumuladas principalmente do setor agrário exportador, como a venda externa de café, algodão e cacau, além de outros produtos primários de menor expressão na pauta (gravosos). Como nos mostrou Celso Furtado (1980), aqui a industrialização brasileira não alterava a inserção externa da economia; pelo contrário, agravava, uma vez que as importações de matérias-primas e de bens de capital oneravam mais ainda devido à deficiência tecnológica. Contrariamente às economias da II Revolução Industrial como Estados Unidos (EUA), Alemanha e Japão, cujos sistemas nacionais com autonomia relativa se desenvolveram a partir de uma diversificação e verticalização da estrutura produtiva movidas pela inovação tecnológica e pelo financiamento de longo prazo, a economia brasileira não conseguia romper com seus laços de dependência externa.

Assim, a indústria no país não se desenvolveu como nas economias tardias do centro capitalista, articulando-se a uma inserção externa a partir da exportação de manufaturados. Mesmo havendo a iniciativa de investimentos em indústrias de base pelo Estado, de modo a desenvolver setores de bens intermediários no campo da siderurgia e da química, por exemplo, a dependência externa permaneceu, se revelando pelos seguintes condicionantes: i) continuidade da exportação de poucos produtos primários; ii) importações de tecnologia, mesmo desenvolvendo indústrias locais de equipamentos; iii) demanda diversificada, mas com um nível de acumulação baixo; iv) reduzido aproveitamento das possibilidades de tecnologia em razão da dispersão dos investimentos (Furtado, 1980). Para piorar, a dependência de divisas geradas pelo setor primário reforçava o controle do território pelos latifundiários e a subordinação

da força de trabalho às formas arcaicas de superexploração, consolidando um círculo vicioso que seria impossível de ser rompido sem reformas radicais em nossa formação econômica.

O imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi um momento que abriu as condições externas para a implantação da indústria pesada brasileira, de modo a internalizar setores novos de bens de capital e de bens de consumo duráveis sob liderança de empresas estrangeiras, em especial, as de origem europeia, se vinculando às empresas estatais que criariam a infraestrutura interna e as sócias privadas nacionais que seriam subcontratas. Por de trás da euforia desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek, que até hoje rende apologismos dos mais anacrônicos possíveis, estava a redefinição do domínio imperialista na América Latina diante de um momento decisivo da Guerra Fria. A exportação de capital, na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), não significava meros fluxos de capitais capazes de alavancar a industrialização periférica, imprimindo-lhe uma forma autodeterminada de reprodução, mas, uma arte de conquista, cujo processo permitia o controle do mercado interno brasileiro e com ele a imposição de uma relação social de subordinação, em que as empresas multinacionais eram o vértice deste poder (Campos, 2009; 2015). Essas corporações não estariam vinculadas apenas ao padrão mundial de acumulação vigente que estabeleceria por meio do fordismo um novo nexo definido por um regime centralizado de acumulação capaz de efetivar o "tripé desenvolvimentista"[8]. Metamorfoseando-se no futuro, este padrão mundial de acumulação, ao determinar uma inserção global das corporações inscrita numa lógica cada vez mais financeirizada e antagônica ao desenvolvimento de sistemas econômicos nacionais, reconfiguraria transnacionalmente o domínio imperialista, de modo a impor a regressão da indústria pesada que ele próprio havia criado no

[8] Entendemos o regime central de acumulação como "um estágio de expansão do capital internacional, sobretudo durante as duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial – período em que se associou ao mercado interno de destino –, sendo possível estabelecer certa articulação do espaço econômico nacional definido pela sua fronteira geográfica com a concorrência intercapitalista em escala mundial – como foi o caso do processo de industrialização latino-americano nos anos 1950 e 1960" (Campos, 2009, p.5). Circunscrito à escala nacional, esse regime permitia que a produção industrial pesada, mesmo que controlada pela empresa multinacional, desenvolvesse um encadeamento interssetorial com empresas estatais e privadas nacionais, refletindo uma diminuição nos coeficientes de importação.

Brasil (Campos; Costa, 2012; Campos; Rodrigues, 2014; Furtado, 1992).

Antes de mostrar a transição deste padrão mundial de acumulação que comprometeria a indústria pesada no país, vamos compreender as implicações de uma industrialização dominada pelo imperialismo nessa fase de "50 anos em 5". Em primeiro lugar, as empresas multinacionais que fixaram a partir de 1956, desenvolvendo a indústria pesada no país, fizeram com objetivo de valorizarem o patrimônio de suas matrizes. A garantia da manutenção desta valorização externa exigia o controle do mercado interno e um domínio imperialista que ao ter o suporte interno do Estado brasileiro e de sua burguesia oferecendo infraestrutura, criava uma base de associação, não apenas de fora, como ocorreu no auge da economia cafeeira, mas, principalmente, a partir de dentro.

Como mostrou Caio Prado Jr. (1966; 1985; 1987), as empresas estrangeiras fixariam as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento capitalista brasileiro em função do montante de lucros que a economia brasileira pudesse gerar. Os lucros extraídos mediante a superexploração da força de trabalho não interessavam ser realizados em moeda nacional, cruzeiros na época, mas teriam que ser transformados em moeda de origem, no caso dólares. Os saldos financeiros que o Brasil teria que oferecer vinha de seu intercâmbio comercial em que o agronegócio era praticamente o único responsável, já que tanto as indústrias de capital estrangeiro ou nacional estavam voltadas ao mercado interno, sem capacidade de geração de divisas.

Em segundo lugar, a internacionalização do mercado interno permitiu a implantação das forças produtivas, garantindo o desenvolvimento capitalista e viabilizando a implantação da industrialização pesada. Porém, o capital internacional calcularia o custo-benefício em deslocar as suas plantas produtivas, tendo como garantia a capacidade da economia brasileira de realizar os lucros. A dependência foi selada por uma associação subordinada da burguesia brasileira, em que por meio do controle político do Estado defendia-se uma rentabilidade esperada capaz de remunerar um arco variado de negócios de dentro para fora. Distintamente das experiências tardias de industrialização pesada no século XIX que no início disponibilizaram de financiamento externo, neste momento de "imperialismo total", como denominou Florestan Fernandes (2006), as empresas multinacionais controlavam a tecnologia, as finanças e

dominavam os mercados integrando-os em função do capital monopolista (Baran, 1984; Hymer, 1983; Magdoff, 1972).

Em terceiro lugar, o tipo de indústria que se originou desta fase imperialista no Brasil foi pouco entrosada e orgânica à superação das principais necessidades materiais da população. Continuava objetivada em substituir importações, no caso, de bens de luxo que não respondiam pelas necessidades da maior parte da coletividade. O setor mais dinâmico dessa indústria e responsável por toda sua expansão era justamente o setor de bens de consumo duráveis, de alto valor unitário voltado para o consumo das camadas de alta renda, cuja oferta era calculada em capacidades ociosas planejadas para atender as demandas futuras. Desse modo, aquela lógica de consumo, que surgiu da dominação mercantil na época da colonização, permanecia agora com uma estrutura produtiva em que a tecnologia do produto se sobrepunha a do processo (Furtado, 1980). Como a dinâmica da indústria sempre foi comandada pelos setores de bens finais no Brasil, o controle da tecnologia do produto seria fundamental para o exercício do poder das empresas multinacionais. Dada a impossibilidade de a empresa privada nacional enfrentar em igualdade a estrangeira, ela se submetia aos preços administrados pelas empresas estrangeiras e ao seu severo regime de subcontratação.

Os efeitos dessa indústria pesada seriam a continuidade na deformação dos padrões de consumo que só seriam viáveis mantendo o subdesenvolvimento por meio do subemprego e da segregação social, ou em poucas palavras, a perpetuação da heterogeneidade estrutural no mercado de trabalho. O mais-valor gerado nesta estrutura industrial internacionalizada não seria canalizado para investimentos produtivos capazes de estender a substituição de importações para os setores de mais alta complexidade, como bens de capital, mas para viabilizar a modernização do consumo diferenciado da classe dominante com o auxílio do Estado. É possível estabelecer assim um elo da herança colonial, em seu atraso, e como ela penetrava no que existia de mais moderno que era a indústria pesada (Prado Jr., 1966; 1989). Essa indústria seria uma combinação da estrutura mercantil precária determinada por uma relação capital e trabalho extremamente frouxa e a dominação imperialista avançada, cuja volatilidade de tal nexo no espaço econômico brasileiro gerava um vazio socioeconômico que impedia a consolidação de um mercado interno capaz de reter os frutos da valorização do capital nos termos das economias centrais. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças

produtivas, inseridas em relações sociais de produção que repunham formas pretéritas no mercado de trabalho, originava uma industrialização cujas necessidades de expansão eram estranhas à homogeneização do mercado interno, incapazes, portanto, de entrosarem produção e consumo atendendo as diferentes camadas da sociedade.

Para além dos ânimos desenvolvimentistas, muito identificados com o Plano de Metas de JK, não foi o capital internacional que se adaptou ao mercado interno e às condições de planejamento latino-americanas, tal como ocorreu na II Revolução Industrial, mas o contrário. Foi o capital internacional que instrumentalizou o desenvolvimentismo à sua escala multinacional com vistas a garantir a valorização externa. As necessidades crescentes de remessas de lucro e de outras remunerações ao exterior forçariam o aumento constante da capacidade de exportações, estruturalmente caracterizadas por sua baixa agregação de valor em razão da dependência do setor primário. Com isso, as empresas multinacionais assumiriam um caráter extremamente oportunista e volátil em relação à possibilidade de sancionar ou não determinados investimentos industriais no Brasil (Prado Jr., 1989). A situação tornar-se-ia cada vez mais desestruturante e instável, incidindo sobre novos desequilíbrios e déficits no balanço de pagamentos. Essa vulnerabilidade externa serviria no futuro de moeda de troca para diversas chantagens de regularização cambial oriundas do financiamento de órgãos mundiais controlados pelos EUA como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essas instabilidades já se faziam sentir no início dos anos 1960 com a conturbada posse do Governo João Goulart. A crise econômica, que tinha como determinante estrutural a própria especificidade do ciclo industrial em razão das incertezas da continuidade do investimento e da capacidade interna de remuneração ao exterior, bem como questões conjunturais que se expressavam pelo déficit público, inflação, estrangulamento cambial, perdas salariais reais e as complicadas negociações externas com os EUA, era apenas uma face de uma crise muito maior. Por conta do avanço das forças produtivas capitalistas e das modificações nas relações sociais de produção, essa era na verdade uma crise entalhada no acirramento das contradições da nossa formação histórica que poderia iniciar uma verdadeira "revolução brasileira" (Fernandes, 2006; Furtado, 1982; Prado Jr.,

1989; Sodré, 1997). De um lado, havia um complexo multinacional que exigia reformas que aprofundasse a dominação imperialista e com ela o subdesenvolvimento, de modo a garantir uma rentabilidade por meio de extração de mais-valor à custa da superexploração da força de trabalho e dos benefícios do padrão de consumo elitizado. De outro lado, a maioria dos trabalhadores rurais e urbanos organizados, alguns setores da pequena burguesia como burocratas, estudantes, intelectuais e militares de baixa patente exigiam, por meio de um complexo nacional-popular, reformas estruturais capazes de domesticar o capitalismo para o bem-estar da maior parte da coletividade brasileira[9].

O Golpe de 1964 e as reformas paridas na ditadura significaram o fim da possibilidade de um desenvolvimento capitalista brasileiro que conciliasse autonomia, homogeneidade social e democracia. Ao permitir a conexão das filiais estrangeiras aqui sediadas com o financiamento internacional via Euromercado, tornando o Brasil o país mais endividado da América Latina no final dos anos 1970, as reformas financeiras do Governo Castelo Branco dilataram os canais institucionais internos para a penetração da dominação imperialista de forma mais abrangente (Campos; Rodrigues, 2014). Tanto o financiamento externo, quanto o novo ciclo de IDE, integrados a novas formas de intermediação financeira, como a rolagem de papéis da dívida pública, distribuição seletiva e regionalizada de fundos estatais, além das reformas tributárias, trabalhistas, urbana, educacional e agrícola, permitiram que o país crescesse apresentando as maiores taxas de expansão do PIB no continente, ao mesmo tempo em que aprofundava, na mesma intensidade, a concentração de renda e a opressão dos trabalhadores no meio urbano e rural. Do ponto vista da repressão, já a partir de abril de 1964, e com mais intensidade em 1968 em diante, desarticulou-se todo o acúmulo político das forças populares que lutavam desde o limiar do século XX por reformas estruturais que eliminassem a segregação social. Este aparato repressor, a serviço do imperialismo, daria origem no Brasil a uma força de contrarrevolução preventiva e permanente definida a partir do "Estado autocrático burguês" como Florestan Fernandes (2006) denominou. Mesmo com o fim da ditadura nos anos 1980, este caráter antinacional, antipopular

[9] Sobre a explicação das categorias complexo multinacional e complexo nacional-popular ver nosso recente trabalho: Campos (2016b).

e antidemocrático se manteve a serviço das classes dominantes na Nova República (Fernandes, 2014).

Em síntese, a indústria pesada se desenvolvia aprimorando a dominação imperialista e reproduzindo as velhas relações mercantis que se inscreviam na formação econômica do Brasil. Com isso, a burguesia brasileira, em associação subordinada ao capital internacional, garantia o avanço do desenvolvimento industrial e a possibilidade, com apoio das empresas estatais, de reter parte do mais-valor gerado internamente. Sua obsessão mercantil marcada pelo curto prazismo e oportunismo, cegou, no entanto, a capacidade de entender que a crise que nascia no início dos anos 1970 não correspondia apenas a um problema conjuntural representado pelo aumento do preço do petróleo, mas uma crise estrutural do capital que iria modificar o padrão mundial de acumulação (Mészáros, 2009). Por ser um momento de transição, não estava clara no devaneio ufanista do Governo Geisel com o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1974, que o nexo de articulação entre o capital internacional e o espaço econômico brasileiro iria se modificar radicalmente, de modo a alterar, e no limite, impor a regressão das forças produtivas industriais que se iniciaram nos anos 1950[10]. Eis o início do processo de desconstrução do aparelho desenvolvimentista, que embora tivesse servido às empresas multinacionais, agora se modificava a favor da reestruturação global do capital.

Crise e desestruturação industrial

A crise dos 1970 marcou um momento de mutação financeira e produtiva segundo as necessidades de reprodução do capital neste estágio imperialista. Também significou um período de inúmeras reformas com o intuito de garantir maior mobilidade ao capital internacional em seu trânsito global de valorização. Assim, os espaços econômicos nacionais seriam adaptados à nova mundialização, com permeabilidades entre países garantidas por políticas econômicas, intelectuais, sociais e regionais liberalizantes. As mudanças a serem praticadas passavam pela flexibilização da regulação no mercado trabalho e no desmonte das políticas sociais, em que a revolução da

[10] Sobre a natureza desta reversão neocolonial que se inicia com a ditadura ver neste livro os capítulos de Sampaio Jr.

microeletrônica que intensificava a reestruturação produtiva das grandes corporações e garantia as compensações monetárias globais das finanças, seria a reitora deste processo. Necessitariam também de modificações profundas nos marcos institucionais de regulação comercial, tecnológica e financeira definidos em Bretton Woods, com o objetivo de unificar os mercados nacionais à lógica do capital financeiro. Em suma, o espaço econômico de valorização mundial, antes definido pela internacionalização dos mercados internos e protegido nacionalmente, passaria agora pela integração global condicionada por acordos regionais, integrando cadeias produtivas verdadeiramente transnacionais e submetendo nações a incertezas e vulnerabilidades em dimensão jamais vista (Furtado, 1974; 1976; 1992).

Essa mudança estrutural que estava em curso nas economias centrais do capitalismo só seria totalmente incorporada no Brasil nos anos 1990. Antes, porém, mesmo no momento em que o Governo Geisel anunciava a conclusão da substituição de importações da indústria pesada brasileira em sua fase mais difícil, ou seja, os setores de bens de capital, a metamorfose do padrão mundial de acumulação já se estabelecia. Tanto pelas mudanças de estratégias das empresas multinacionais que haviam ingressado no país nos setores de bens de consumos duráveis no período Kubistchek, quanto pelas novas, que eram empresas voltadas para processamento de minérios estratégicos e recursos naturais em geral, a fim de alimentarem o circuito global de comércio, prenunciavam novos tempos de conquista imperialista. Um governo como Geisel, que pretendia fortalecer a "perna fraca" do tripé desenvolvimentista (empresa privada nacional), a fim de torná-la ofertante de bens de capital para as empresas estatais e estrangeiras inseridas em novos esquemas de negócios, saiu com as duas "pernas" nacionais (privada e estatal) fraturadas e a outra, a do capital internacional, ainda mais fortalecida, denunciando nossa velha vocação para ser periferia do sistema.

Incapaz de perceber que a crise mundial colocava em xeque a própria continuidade da industrialização brasileira definida por um regime central de acumulação –, visto que aquela montagem da base produtiva fordista quase concluída no Brasil, além de ser controlada pelo capital internacional desde sempre, trazia consigo uma obsolescência já implícita no IDE do período Kubistchek –, Geisel, um típico governo de país periférico e subdesenvolvido, sucumbiu-se à megalomania. Aliás, esse é um traço característico de economias cujo

ponto de observação localiza-se no elo fraco do sistema, sujeitas, portanto, às vicissitudes do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. O Governo Geisel acreditava que passando a "tempestade", um "céu de brigadeiro" mostraria como a economia brasileira concluiu sua industrialização nos moldes da II Revolução Industrial, mesmo que fosse financiada por dinheiro do Euromercado e dominada pelo vasto controle das empresas estrangeiras no mercado interno. Como num passe de mágica, projetava-se que o Brasil poderia se transformar em uma potência capitalista.

No entanto, tanto o tipo dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro, quanto os limites do planejamento que já eram conhecidos desde o período Vargas, imprimiram as marcas de uma economia satélite novamente. Um dos grandes problemas foi assumir um nível de centralização estatal, por um lado, se sobrepondo aos interesses privados do complexo multinacional, tendo por base um padrão financeiro extremamente dependente do financiamento externo. Por outro lado, a tentativa de disciplinar a entrada de novas filiais estrangeiras a fim de impor uma transferência de tecnologia, com raras exceções, como no caso da aviação ou de alguns ramos de máquinas e equipamentos, teve diversas dificuldades de se firmar. A forma de articulação dos setores industriais tinha sua dinâmica definida ainda pela internacionalização dos mercados internos, cujo controle vinha das filiais estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Mesmo as novas empresas estrangeiras que ingressaram, tiveram alguns projetos abandonados e outros só iriam amadurecer em meados dos anos 1980. Em suma, a possibilidade de desenvolver capacidade tecnológica autônoma, usufruindo de uma possível subordinação das empresas multinacionais ao poder estatal, mesmo sob o manto da ditadura, não foi possível diante do longo prazo de maturação do investimento em ciência e tecnologia, ou mesma na dificuldade de forçar a filiais transferirem *know-how* para as empresas locais, uma vez que estas se submetiam a cronogramas e padrões de eficiência vindos de fora sem capacidade ou interesse de sobrepor-se (Campos, 2009).

O aumento da subordinação ao imperialismo num momento de transição do padrão mundial de acumulação se expressava também na economia brasileira pelo fim do financiamento externo privado voluntário, em um contexto em que o próprio governo se tornava refém da estatização da dívida externa, assumindo seus estoques em

dólares, no mesmo instante em que as filiais estrangeiras no país quitavam seus passivos em moeda estrangeira. Com o choque de juros norte-americano e o aperto monetário do dólar, as economias latino-americanas iriam se sucumbir a partir de 1982 com a Moratória Mexicana e a consequente incapacidade de refinanciamento da dívida, sendo o Brasil o país do continente que tinha maior estoque e 80% pertencente ao seu Estado. Obviamente que a variável de ajuste recaiu sobre as empresas estatais brasileiras que serviram, por meio de cortes de seus gastos e quebra planejada, para subsidiar o setor privado gerando divisas com exportações, e, assim, transferir recursos líquidos reais ao exterior, dentro do programa de reciclagem imposto pelo FMI nos anos 1980. Em um país que para avançar na industrialização dependia de financiamento externo e de importações de bens de capital, bens intermediários e petróleo, com tal ajuste recessivo, estaria decretado o fim do desenvolvimentismo.

Em toda década de 1980 a estagflação e a explosão do desemprego estrutural foram as marcas de um processo industrial que entrava em exaustão. A crise da dívida externa impôs uma política de geração de divisas a qualquer custo, não só expandindo as exportações, mas comprimindo as importações, de tal maneira que se abria uma contração violenta no mercado interno, resultando em drásticas quedas nos investimentos, onde a indústria de transformação seria a principal atingida. Adicionalmente, mesmo os setores mais dinâmicos, que por sua vez eram controlados por filiais, sofreram grande defasagem de produtividade e de incorporação de novas tecnologias de suas matrizes. A estratégia foi esperar a economia brasileira começar as reformas neoliberais que teriam sua última etapa com a estabilidade da moeda, e daí sim internalizar os novos padrões de organização industrial por meio de fusões e aquisições que iriam provocar a regressão produtiva a partir dos anos 1990, com privatizações, desnacionalizações e destruição de importantes cadeias produtivas montadas desde os anos 1950[11].

Desse modo, ao interpretarmos a crise que o Brasil passaria na década de 1980, não se pode pensar apenas como uma crise do financiamento da indústria pesada que marcaria desde então uma

[11] O detalhamento desta transição do ponto de vista dos setores industriais na economia brasileira, sua origem e as estratégias, principalmente das empresas multinacionais, podem ser constatados em Campos (2009), Coutinho (1997), Gonçalves (1999) e Suzigan (1992).

estagnação que perdura até hoje, mas uma crise da própria formação econômica. Ao impor uma nova inserção externa à economia brasileira, não mais determinada pelo desenvolvimento industrial em um regime centralizado de acumulação, mas por uma especialização regressiva, a herança mercantil e a subordinação ao imperialismo se recolocavam em maior intensidade, cujos paralelos só seriam comparáveis com o período anterior aos anos 1930.

A abertura econômica e a flexibilização do marco institucional para maior liberdade ao capital internacional marcaram um novo momento do capitalismo brasileiro. Estabilizar a moeda não seria resultado de um plano de contenção inflacionária concebido por economistas "brilhantes" de credo liberal, mas a necessidade de substituição de um negócio rentável que passava pela especulação com juros da dívida pública e de estoques com o câmbio em permanente desvalorização nos anos 1980. Todo o ajuste que se concluiu nos anos 1990 seria a forma de substituir um negócio por outro, sendo que as desnacionalizações, privatizações, aumento do desemprego estrutural, e regressão das forças produtivas, em meio a um novo ciclo de ingresso de capital internacional, revelariam que a industrialização, nos termos de encadeamentos produtivos, e redução dos coeficientes de importação, não seria mais o nexo que organizava as apostas do complexo multinacional, constituído por empresas multinacionais e as diferentes frações da burguesia brasileira.

Tanto o domínio imperialista, marcado por um alto nível de internacionalização produtiva nas cidades e nos campos, a política macroeconômica viabilizando o vasto condomínio do capital financeiro em suas múltiplas dimensões oligárquicas de poder e acesso, bem como as relações mercantis que respondem pela reprimarização da economia brasileira, a intensificação da superexploração da força de trabalho, o aumento da violência urbana e rural, a segregação e a repressão constante, assim como a manutenção de uma lógica rentista e oportunista da burguesia brasileira com o espaço econômico nacional, revelariam que o chamado neodesenvolvimentismo dos governos petistas e o período tucano de reformas liberalizantes que lhes antecederam, eram partes de um mesmo todo neoliberal, que só se reforçam na barbárie e se substanciam no atual Governo Temer. Em síntese, o processo de desindustrialização que por hora se

intensifica cada vez mais [12], repõe de forma complexamente determinada a velha herança mercantil que se adéqua, em seu caráter ultra-especulativo, espoliativo e de depredação ambiental, à necessidade cada vez maior de mobilidade do capital cujo domínio imperialista impõe a uma economia dependente e subdesenvolvida como esta de nosso país.

Referências

BARAN, Paul Alexander. A Economia política do desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAMPOS, Fábio Antonio de. A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

_____ "Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950", Economia Ensaios, v. 30, p. 7-34, 2015.

_____ "Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira" In: Angelo Diogo Mazin; Henrique Novaes; João Henrique Pieres; Joice Aparecida Lopes. (Org.). Questão agrária, cooperação e agroecologia. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, v.2, 2016a.

_____ "Complexo multinacional e 'Lei de Remessas de Lucro' (1956-1973)", Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 45, p. 10-35, 2016, 2016b.

_____; COSTA, José Monteiro da Costa "A Escala nacional diante da transnacionalização do espaço local", Argumentum, v. 4, 2012.
http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2904.

_____; RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a

[12] Sobre o processo de desindustrialização recente no Brasil ver Cano (2012) e Espósito (2016).

Experiência Brasileira (1956-1982). História Econômica & História de Empresas, v. 17, p. 377-414, 2014.

CANO, Wilson. "A Desindustrialização no Brasil", Economia e Sociedade, v. 21, p. 831-851, 2012.

CHESNAIS, François (Org.) A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

COSTA, Emília Viotti. Da Senzala à Colônia. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COUTINHO, Luciano Galvão. "A Especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização", In VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ESPÓSITO, Maurício. A Importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização. Campinas: 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

FALEIROS, Rogério Naques. Fronteiras do café: fazendeiros e 'colonos' no interior paulista (1917-1937). Bauru-SP: Edusc, 2010.

FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.

_____Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____Florestan Fernandes na constituinte: leituras para reforma política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

FURTADO, Celso Monteiro Formação econômica do Brasil. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

_____A Pré-Revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____O Mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____Prefácio à nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____Brasil: a construção interrompida. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, Reinaldo "A Economia política do investimento externo direto no Brasil" In: MAGALHÃES, Joao Paulo de Almeida et. al. (Orgs.) Vinte anos de política econômica. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HYMER, Stephen. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Caminhos e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARX, Karl O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGDOFF, Harry. A Era do imperialismo: a economia norte-americana. Lisboa: Portucalense, 1972.

MÉSZÁROS, István A Crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOVAIS, Fernando Antonio. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____"Condições da Privacidade na Colônia". In: NOVAIS, F. A. Aproximações: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PRADO Jr., Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

_____História econômica do Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

_____Esboços dos fundamentos da teoria econômica. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.

_____A Revolução brasileira. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SAES, Flávio Azevedo Marques. As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940. São Paulo: Hucitec, 1981

_____Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____ "A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República", Estudos Avançados, set-dez, 1989.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. As Razões da independência. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____História da burguesia brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

SUZIGAN, Wilson. "A Política industrial após uma década de estagnação", Economia e Sociedade, n. 1, ago, 1992.

Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro

Plinio de Arruda Sampaio Jr.[1]

Introdução

Há pelo menos duas décadas, vem sendo inculcada à sociedade latino-americana a ideia de que as economias da região estão condenadas a curvar-se ante a inelutabilidade da globalização dos negócios e a ajustar-se o mais rapidamente possível às exigências do capital internacional e das potências hegemônicas. Dentro desta concepção, o raio de manobra das economias da região está limitado à definição do ritmo e da intensidade de assimilação das transformações irradiadas pelo capitalismo central. Com raríssimas exceções, a ausência de propostas que abram novos horizontes para os povos latino-americanos levou a luta política a ficar polarizada entre as facções "modernizadoras" e "conservadoras" das burguesias latino-americanas.

Os grupos econômicos e sociais mais estreitamente articulados às novas tendências do capitalismo internacional lutam pela "globalização já". Ansiosos por aproveitar as oportunidades de negócios que surgem da nova conjuntura mercantil, não querem perder tempo. Contando com amplo apoio da comunidade internacional, colocam as exigências do "mercado" acima de tudo, relegando os custos econômicos, sociais e culturais do ajuste às exigências da globalização dos negócios a um distante segundo plano. Os segmentos que não dispõem de condição de sobreviver à concorrência externa não têm pressa. Exigem tempo para que possam se adaptar aos novos ventos do capitalismo. Batem-se por uma modernização lenta, segura e gradual.

Os arautos da modernização radical encarnam os sonhos da burguesia dependente de rápido acesso ao "primeiro mundo"; os defensores da modernização responsável expressam seu espírito de sobrevivência. Os primeiros funcionam como acelerador do desenvolvimento induzido; os segundos, como seu freio. Sem os "globalizados", a economia periférica estagna, pois ela é impulsionada

[1] Professor Aposentado do Instituto de Economia-UNICAMP.

pelos dinamismos que se propagam das economias centrais. Sem os "jurássicos", ela perde todo poder de barganha em relação ao grande capital internacional, pois fica sem condições de controlar seus "centros internos de decisão".

Na prática, as duas facções devem ser vistas como os braços direito e esquerdo do desenvolvimento dependente. Os "ultra-modernistas" sabem que não podem eliminar o atraso sem levar ao paroxismo a instabilidade econômica e social; e os "pseudo-conservadores", não desconhecem que, dentro da dependência, não é possível resistir para sempre as imposições que vêm de fora para dentro como um furacão avassalador. Apesar de se situarem em polos opostos, ambos concordam em relação a uma questão fundamental: a combinação do moderno e do atraso constitui o único meio das regiões periféricas participarem dos ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista. Por isso, não podem romper com as estruturas externas e internas responsáveis pela reprodução do capitalismo dependente.

Não é de estranhar a incapacidade das classes dominantes contemplar nas suas políticas os interesses dos segmentos marginalizados do progresso econômico. Os que vociferam a favor das reformas liberais revelam-se empedernidos conservadores quando se trata de enfrentar as reformas agrária e urbana. Os que se proclamam guardiões da identidade nacional descartam qualquer mudança que possa ameaçar seu acesso aos padrões de vida e consumo das economias centrais. As alternativas fora dos parâmetros da modernização conservadora são estigmatizadas e imediatamente descartadas sob a alegação de que provocariam o caos econômico, social e político. Assim, as classes dominantes latino-americanas construíram a sua própria versão do "fim da história".

O dilema *globalização* ou *dilúvio* não passa, no entanto, de um sofisma. Primeiro, porque nada garante que a subordinação às tendências da divisão internacional do trabalho livre as economias periféricas de processos caóticos de desorganização produtiva e crise social. O impacto da globalização depende das características específicas do desenvolvimento desigual do capitalismo e da natureza de seus efeitos sobre as estruturas de cada formação social. Segundo, porque o reconhecimento da transnacionalização do capitalismo como realidade histórica, cuja existência extrapola o controle de nações individuais, não significa que as sociedades da periferia estejam condenadas a ajustar-se passivamente às suas exigências. O Estado

nacional pode selecionar as tendências que pretende absorver e bloquear aquelas que considera nocivas para seu desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é mostrar que a globalização dos negócios tende a provocar um processo de reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial e, portanto, que é absolutamente imprescindível definir uma estratégia nacional para enfrentar os efeitos desagregadores da globalização sobre as economias latino-americanas. A exposição será desdobrada em três partes. Primeiro, mostraremos a natureza da crise contemporânea do Estado nacional, relacionando-a com as novas características do desenvolvimento capitalista. Examinaremos, então, os traços dominantes da resposta das economias centrais ao novo contexto histórico, buscando identificar a lógica do novo imperialismo. Em seguida, esboçaremos uma explicação para a singularidade do novo padrão de dependência na América Latina, apontando seus efeitos devastadores sobre o Estado nacional. Por fim, apresentaremos uma explicação mais detalhada sobre a particularidade da crise brasileira e sobre os dilemas em que se encontra a sociedade brasileira.

Globalização, crise do Estado nacional e imperialismo

A partir de meados da década de setenta, o aprofundamento da transnacionalização do capitalismo desencadeou uma série de conflitos econômicos e políticos que começaram a minar as bases do Estado nacional. No campo econômico, o caráter predatório da concorrência e a crescente mobilidade dos capitais comprometeram a capacidade da sociedade nacional preservar o controle sobre os centros internos de decisão e reproduzir os mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. No plano político, a acirrada disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirraram perigosamente as rivalidades entre os Estados nacionais, provocando uma encarniçada concorrência pela atração de investimentos produtivos e pela criação de empregos industriais.

Sem questionar os processos responsáveis pela transnacionalização do capitalismo, os países centrais têm procurado amenizar suas consequências mais nefastas, lançando mão de políticas neomercantilistas que acabam intensificando ainda mais o

estado de guerra econômica. O objetivo último é transformar o espaço econômico ao qual se vinculam em base estratégica da concorrência intercapitalista em escala mundial. Daí a corrida desenfreada para aumentar a estabilidade da moeda, a produtividade da força de trabalho, a qualidade da infraestrutura econômica. Paralelamente, tentam redimensionar a escala de sua fronteira econômica e a importância relativa de seus mercados internos, promovendo diferentes estratégias de integração regional e criando diversos mecanismos supranacionais de política econômica. É esta a lógica da formação de grandes blocos econômicos como a Alca, articulada pelos Estados Unidos, e a União Europeia, que se organiza em torno da Alemanha.

Se as economias capitalistas mais desenvolvidas ainda possuem alguma capacidade de atenuar os efeitos mais destrutivos da globalização dos negócios (que elas próprias impulsionam), reforçando a escala de suas economias e de suas estruturas estatais, as tendências que levam ao enfraquecimento dos Estados nacionais manifestam-se com força redobrada nas regiões periféricas.

O problema central é que o novo contexto histórico reduz dramaticamente os graus de liberdade das burguesias das economias periféricas diante do capital internacional. Como as empresas transnacionais passaram a operar com tecnologias concebidas para mercados supranacionais, com renda média muito elevada, a natureza de seus vínculos com as economias dependentes tornou-se muito mais fluida. A situação é bem diferente daquela que ocorrera na fase final de difusão da Segunda Revolução Industrial. No ciclo expansivo do pós-guerra, a estratégia de conquista dos mercados internos, mediante a transferência de unidades produtivas, levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. Tratava-se de evitar que unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. É este contexto histórico que permitiu que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais. Na era da mundialização do capital, estamos assistindo a um fenômeno bem diferente. O objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no *mercado global* para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia sem sacrificar sua mobilidade espacial. Por esse motivo, os gigantes da economia mundial não querem que as fronteiras nacionais continuem

rigidamente delimitadas. O interesse no "Terceiro Mundo" se resume basicamente aos seguintes objetivos: (a) ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local - a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); (b) ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de-obra barata; (c) açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio.

A adversidade do contexto histórico enfrentado pelos países latino-americanos foi agravada pelo efeito extremamente negativo do colapso da União Soviética sobre o poder de barganha dos países periféricos no sistema capitalista. Sem medo do fantasma comunista, as nações hegemônicas sentiram-se livres para desrespeitar os princípios mais elementares da autodeterminação dos povos. Sem sustentação externa e sem base material interna para sustentar o seu poder de classe, as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros. Isso explica a desfaçatez com que grandes potências, direta ou indiretamente, pressionam as economias dependentes a se adaptar incondicionalmente às suas exigências; bem como a docilidade com que tais pressões são recebidas pelos mandatários-títeres de plantão.

Em suma, na ordem internacional emergente, o *desenvolvimento nacional* não está no horizonte de possibilidades dos países periféricos. A comunidade internacional reduziu tudo que estiver fora dos megablocos regionais a cobiçados *mercados emergentes* ou reles *zonas de pobreza*. Na nova divisão internacional do trabalho, cabem às economias periféricas fundamentalmente três papéis: (a) franquear seu espaço econômico à penetração das grandes empresas transnacionais; (b) coibir as correntes migratórias que possam causar instabilidade nos países centrais; e (c) aceitar a triste e paradoxal função de pulmão e lixo da civilização ocidental.

Nova dependência e os riscos de reversão neocolonial

Expostas à fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos, as sociedades latino-americanas ficaram sujeitas a mecanismos

draconianos de neocolonização. Três processos são suficientes para caracterizar a perversidade da "nova dependência".

Primeiro, a difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica das economias atrasadas. A incapacidade estrutural de suportar a concorrência internacional deixou a periferia extremamente vulnerável a processos catastróficos de desestruturação produtiva. Encontra-se aí, em última instância, a origem das forças disruptivas que, desde os anos oitenta, comprometeram a continuidade dos processos de industrialização e a estabilidade dos sistemas monetários. Nesse contexto, os investimentos externos transformaram-se em verdadeiros "enclaves" que, desarticulados do conjunto da economia, na melhor das hipóteses, são capazes de gerar algumas "ilhas" de prosperidade. Enganam-se, portanto, os que depositam tanta esperança no poder do capital internacional como mola mestre do crescimento.

Segundo, a transnacionalização do capitalismo reforçou a dependência financeira, o que se evidencia pelo caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Depois da conclusão do Plano Brady, no início dos anos noventa, quando os bancos privados finalmente digeriram a crise de sobreendividamento da década anterior, as economias latino-americanas foram pressionadas a adotar políticas de estabilização monetária e programas de liberalização destinados a impulsionar a inserção especializada das economias periféricas no sistema capitalista mundial e a fomentar uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. À mercê das vicissitudes das finanças internacionais, as economias da região veem-se forçadas ora a gerar megasuperávits comercias, destinados a pagar o serviço da dívida externa, ora a produzir megadéficits comerciais, a fim de viabilizar a compra maciça de produtos estrangeiros e a absorção indiscriminada de empréstimos internacionais. Nessas circunstâncias, o mercado interno deixa de ser o centro dinâmico da economia e a instabilidade econômica torna-se uma fonte permanente de crise social e política.

Por fim, as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de "vontade política" própria. De um lado, os progressos tecnológicos nas áreas de comunicações e transportes exacerbaram o mimetismo cultural, levando ao paroxismo a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e

comportamento difundidos do centro hegemônico. Os efeitos perversos desta forma de incorporação de progresso técnico sobre as sociedades periféricas são conhecidos: maior concentração de renda e crescente exclusão social. Quanto maior o hiato entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto maior a desigualdade social necessária. De outro lado, a sacralização do "mercado" como princípio organizador da vida social deixou as regiões periféricas totalmente indefesas diante do grande capital internacional. Negando a "vontade política" como meio de construção da Nação, elas abriram mão de seu principal instrumento de ação coletiva: o Estado nacional.

A natureza antinacional e antissocial do modelo econômico neoliberal fica patente no momento de pagar a dívida externa. O dilema se situa entre cumprir os compromissos assumidos com a comunidade econômica internacional e satisfazer as demandas das classes abastadas de rápido acesso aos bens de consumo das economias centrais ou, pelo contrário, defender os interesses nacionais e atender às necessidades das classes populares. Sem controle sobre seu destino, a vida de sua população passou a oscilar de maneira ciclotímica entre a euforia e a impotência, conforme a direção dos fluxos de capital externo.

A realidade extraordinariamente adversa do novo marco histórico logo se fez sentir. Sujeita à lógica ultra-especulativa dos capitais internacionais, as economias latino-americanas ficaram condenadas a intercalar fases de estabilidade inflacionária e baixo crescimento, quando, apostando na compra de ativos baratos, há entrada maciça de capitais externos; e fases de crises cambiais agudas e recessão intensa, quando, em típica operação de realização de lucros, os capitais internacionais saem em debandada da região. Contraditando a crença de que a adesão ao receituário neoliberal permitiria à América Latina aumentar a competitividade de sua economia e aproximá-la do Primeiro Mundo, o balanço de quase duas décadas de ajuste às determinações da comunidade internacional mostra uma realidade desoladora, marcada pela ampliação do atraso econômico e acelerada deterioração das condições de vida da população. Nesse contexto, não deve causar surpresa o avanço descontrolado da barbárie, ainda que de maneira desigual, em todos os recantos do continente.

Brasil: o impasse da formação

No Brasil, a exaustão do processo de substituição de importações iniciou um período de estagnação da renda per capita, obsolescência das forças produtivas, enfraquecimento da estrutura de capital das empresas nacionais e desmantelamento do Estado desenvolvimentista. Interrompia-se, assim, um longo ciclo de expansão das forças produtivas durante o qual a economia brasileira havia ampliado seu mercado interno, internalizado as estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial e cristalizado as bases do Estado nacional burguês.

O impacto das novas tendências do sistema capitalista mundial sobre a economia nacional foi sobredeterminado pela submissão da política econômica às pressões dos credores internacionais para reciclar a dívida externa, bem como pelo apoio incondicional oferecido aos movimentos do grande capital de fuga para a liquidez e de busca de mercados externos - expedientes utilizados para mitigar as incertezas provocadas pela exaustão do padrão de acumulação. São tais processos os principais responsáveis pela crise do padrão monetário brasileiro, cujo sintoma mais conspícuo foi a dificuldade de debelar a tendência à aceleração inflacionária ao longo de toda a década de oitenta.

Até o início da década de noventa, a subordinação da política econômica ao esquema convencional de reciclagem da dívida externa transformou a transferência de recursos reais ao exterior no principal eixo de articulação da intervenção do Estado na economia[2]. A fim de evitar uma violenta crise desvalorização de ativos produtivos, as autoridades econômicas sustentaram artificialmente a rentabilidade corrente das empresas e o valor contábil de seus patrimônios, adotando medidas para impedir uma recessão aberta e prolongada e resistindo às pressões para a liberalização das economias.

Premido pela urgência de administrar a extrema instabilidade da economia, o Estado brasileiro não articulou um plano de reorganização produtiva. A renegociação da dívida externa não significou a superação do estrangulamento cambial e o ajuste privado não teve como contrapartida um aumento da competitividade

[2] Sampaio Jr., P.S.A., "Auge e declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa", São Paulo, Novos Estudos Cebrap, No. 25, 1989.

dinâmica da economia brasileira.[3] Por isso, ainda que a estratégia de protelar o enfrentamento dos problemas colocados pelo novo contexto internacional tenha evitado a hiperinflação aberta, ela só agravou a obsoletização do parque produtivo. Mais do que isso. Ao preservar os vínculos financeiros dos credores externos com os mutuários internos, particularmente com as unidades de gasto do setor público, a reciclagem da dívida externa reforçou de maneira extraordinária a influência da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica brasileira. Ao chancelar o ajuste privado em direção a ativos financeiros e às exportações, a política econômica provocou o encilhamento financeiro do setor público.

No final dos anos oitenta, a falta de perspectiva em relação à retomada do financiamento externo, o crescimento acelerado da dívida pública e o progressivo encurtamento do perfil de vencimento dos títulos públicos evidenciavam que a crise dos padrões de financiamento externo e interno havia atingido o clímax. Impotente diante dos grandes detentores de riqueza financeira e dependente dos setores geradores de divisas internacionais, o Estado brasileiro ficou

[3] A hipótese aqui desenvolvida é a de que foi a ação do Estado que evitou que a fuga generalizada para a liquidez provocasse uma violenta crise de liquidação de ativos produtivos. Na primeira metade dos anos oitenta, tal estratégia se traduziu em medidas que procuravam compatibilizar a geração de megasuperávits comerciais com a preservação de um patamar de demanda efetiva suficiente para evitar crises abertas de liquidação. Para tanto, foram tomadas medidas destinadas a contrabalançar os efeitos da contração do mercado interno sobre a contabilidade das empresas, tais como estímulos às exportações, estatização da dívida externa e defesa artificial da rentabilidade corrente do grande capital industrial. Na segunda metade da década, o crescente risco de que os grandes detentores de riqueza financeira fugissem concentradamente para ativos reais e moeda estrangeira colocou a política econômica integralmente a reboque dos movimentos especulativos do mercado financeiro e dos grandes grupos exportadores. Conciliar os compromissos assumidos com os credores internacionais com a preservação da confiança na moeda nacional tornaram-se, assim, os dois principais desafios das autoridades econômicas. A impossibilidade de alcançar simultaneamente essas duas metas levou à adoção de um padrão de gestão econômica que combinava a suspensão temporária dos pagamentos aos credores internacionais com a administração ad hoc da tendência à aceleração inflacionaria. Sem raio de manobra para arbitrar o nível das taxas de juros e as condições de liquidez dos ativos financeiros, a política anti-inflacionária ganhou um caráter paradoxal, assumindo a forma ora de uma estratégia de "choques" - destinados a controlar diretamente os preços e desindexar a economias, quando o processo inflacionário ameaçava fugir completamente de qualquer controle -, ora de uma política de "coordenação" dos aumentos de preços e reindexação da economia, quando, após a liberação dos preços, a aceleração inflacionaria voltava a ganhar ímpeto.

sem instrumentos para fazer política econômica. O agravamento da incerteza estrutural e a extrema fragilidade financeira do setor público diminuíam dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro. É a partir desse pano de fundo que devemos entender a inflexão na política econômica do início dos anos noventa, quando, entorpecido pelo vendaval neoliberal que assolava o mundo, o Brasil passou a sancionar sistematicamente as pressões liberalizantes da comunidade financeira internacional.

Percebendo o perigo que significava continuar insistindo em uma política de indefinida resistência ao ajuste neoliberal - perigo representado pela crescente presença das forças populares na vida política nacional -, as classes dominantes brasileiras unificaram-se monoliticamente em torno de um objetivo comum: a promoção de uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo[4]. Capitulando às recomendações do Consenso de Washington, a política econômica passou a articular-se, desde então em função da necessidade "ajustar" o Brasil às exigências da mundialização do capital.

A liberalização da economia fez com que a industrialização pesada, há tempo agonizante, entrasse em fase terminal, desencadeando um processo de desestruturação do aparelho produtivo que compromete os elos estratégicos que permitiam à economia brasileira funcionar como um todo orgânico. Não são difíceis de imaginar os efeitos desagregadores que as tendências em curso provocam em uma sociedade como a brasileira: com um território de dimensões continentais, imenso contingente populacional, fortes heterogeneidades regionais e sociais, grau de urbanização equivalente ao de países industrializados, parque industrial altamente diversificado e vasto aparelho estatal.

A crise do padrão de industrialização pesada desarticulou um dos principais mecanismos de legitimação ideológica do status quo junto às classes operárias e às camadas mais desfavorecidas da

[4] Simboliza de maneira emblemática a nova escala de prioridades das classes dominantes brasileiras a consigna do candidato Collor de Mello: "o carro brasileiro é uma carroça". Florestan Fernandes fez a crônica do processo político que desembocou na liberalização da economia em artigos publicados na imprensa, sobretudo na Folha de São de Paulo. Alguns desses artigos foram reunidos nos livros Democracia e Desenvolvimento, São Paulo, Hucitec, 1994; e Em busca do Socialismo, São Paulo, Xamã, 1995.

população: a ilusão de classificação social provocada pela elevada mobilidade social verificada ao longo do ciclo de substituição de importações. A falta de dinamismo do novo modelo econômico e sua elevada instabilidade diminuíram significativamente o multiplicador de emprego dos setores mais produtivos da economia. A liberalização da economia e os efeitos destrutivos da nova onda tecnológica sobre as estruturas da Segunda Revolução Industrial elevaram dramaticamente a heterogeneidade estrutural da base produtiva, bem como a importância relativa do desemprego tecnológico provocado pela modernização das forças produtivas e pela concorrência de produtos importados. A década de noventa marcou, assim, uma inflexão no lento e tortuoso processo de formação de um mercado de trabalho relativamente homogêneo[5].

Além de agravar a crise social no campo e na cidade, a ruptura das bases materiais que sustentavam as correntes migratórias de força de trabalho começou a fomentar perigosas rivalidades inter-regionais e processos de segregação social[6]. Por isso, a exaustão da industrialização pesada minou a solidez material e social do pacto federativo brasileiro, colocando em questão a própria coesão territorial do país. Esboçada no pós-guerra e consolidada durante a ditadura militar, a unidade que sedimentava os interesses das oligarquias regionais baseava-se em dois pilares fundamentais: o pânico em relação à emergência do povo na política e o consenso em torno da industrialização dependente e excludente como objetivo estratégico das classes dominantes.[7] O segundo pilar teve que ser imolado para que uma parcela da população brasileira pudesse ingressar na nova rodada de modernização dos padrões de consumo. Exposta ao processo de mercantilização que se irradia do centro do sistema capitalista mundial, a economia brasileira fica sujeita a forças centrífugas que tendem a segmentar o espaço econômico nacional, entre regiões que conseguem encontrar nichos de mercado na nova divisão internacional do trabalho - verdadeiras "ilhas de prosperidade"

---

[5] Tal processo se consubstanciava em um padrão de absorção de mão-de-obra, de acordo com o qual os trabalhadores expulsos do campo tendiam a ser empregados em atividades de baixa produtividade nas cidades à espera de sua eventual absorção nas atividades industriais de elevada produtividade.

[6] . A propósito ver, Furtado, C., "Brasil: A Construção Interrompida", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992

[7] Florestan, F., "Nem Federação nem democracia", São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 4, No. 1, 1990.

que procuram aumentar seu grau de autonomia em relação ao poder central - e regiões que ficam marginalizadas do comércio internacional e que tendem a ser desarticuladas em partes estanques que funcionam fechadas sobre si mesmas.

Dentro da longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, a conjuntura atual caracteriza-se pelo fato de que a globalização dos negócios transformou em antagonismo aberto a secular contradição entre o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e a consolidação do Estado nacional como uma entidade relativamente autônoma. Uma formulação sintetiza a essência do momento histórico brasileiro: dependência e barbárie.[8] De acordo com a interpretação de três dos maiores pensadores do Brasil - Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Celso Furtado - a missão civilizatória do capitalismo dependente teria atingido o limite de suas possibilidades. Em algum momento entre 1950 e 1980, intervalo exíguo quando visto de uma perspectiva histórica de longo prazo, a burguesia brasileira teria se divorciado completamente das demais classes sociais. A partir de então, o país passava a ser visto como um mero instrumento de seus interesses particularistas e imediatistas.

Em suma, a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação. Nessas circunstâncias, não parece um exagero afirmar que há uma incompatibilidade incontornável entre: (1) a disciplina financeira e monetária exigida pela comunidade financeira internacional; (2) a reprodução de mecanismos de mobilidade social que sejam capazes de dar um mínimo de legitimidade ao sistema político; e (3) a recomposição de um esquema regional de poder que neutralize as poderosas tendências que levam ao fracionamento da nação.

Nessas circunstâncias, para sobreviver como projeto civilizatório, a sociedade brasileira não teria outra alternativa senão romper o quanto antes com as relações econômicas, sociais e culturais

[8] Esta síntese deve ser vista como contraposição tanto à ideia de que dependência e desenvolvimento poderiam marchar em paralelo - formulação que alimentava as ilusões desenvolvimentistas das classes dominantes brasileiras desde Juscelino Kubitschek - quanto à ideia de que "o Brasil não é um país subdesenvolvido mas um país injusto" - proposição que orienta a visão das atuais autoridades brasileiras.

responsáveis pela situação de dependência e subdesenvolvimento. Continuar igual seria acelerar a rota suicida de decadência econômica, regressão social e decomposição moral. A gravidade do momento histórico fica evidenciada tanto na conclamação de Caio Prado Júnior, de meados dos anos sessentas, a favor da "revolução brasileira" quanto na insistência de Florestan Fernandes, desde o início dos anos setentas, no caráter antissocial, antinacional e antidemocrático da burguesia brasileira, assim como na eloquente advertência de Furtado, no início dos anos noventas, de que forças externas poderosíssimas ameaçam a integridade do sistema econômico nacional.

A adversidade do marco histórico e os complexos problemas do Brasil revelam que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e, ao contrário do que se supõe, não haverá cooperação internacional. A continuidade do movimento de formação do Brasil contemporâneo está ameaçada e ela só prosseguirá se as classes sociais interessadas na construção da nação tiverem a vontade férrea de levar a superação do capitalismo dependente às últimas consequências. Furtado, um intelectual reconhecido pela sua visão ponderada dos problemas nacionais, não escondeu o caráter decisivo do momento histórico. "Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação".

Ao abrir novos horizontes para o desenvolvimento histórico, a ideia de uma ruptura com a situação de dependência representa uma alternativa criativa à discussão que circunscreve as opções das sociedades dependentes à escolha binária entre o modernismo

desvairado dos neoliberais e a nostalgia extemporânea do nacional desenvolvimentismo. Este é o caminho de quem não aceita o impasse que limita o debate sobre o futuro do Brasil a um estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de reciclagem do padrão de consumo de uma pequena parcela da população. A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a revolução democrática - a erradicação do *apartheid* social - e a revolução nacional - a desarticulação da dependência econômica e cultural - nas duas principais prioridades da agenda política da nação. A questão fundamental consiste em livrar o Brasil de suas três principais mazelas: 1) o caráter dependente de seu sistema econômico - uma forma de organização da vida material que deixa as estruturas e dinamismos da economia sujeitos às vicissitudes dos movimentos especulativos do capital internacional; 2) a natureza assimétrica de seu regime de classes - um padrão de estratificação social que coloca um abismo entre ricos e pobres, caracterizando um sistema de *apartheid* social; e 3) o pesado fardo de uma cultura colonialista, que compromete a capacidade da sociedade de discernir suas necessidades - uma visão de mundo estreita que transforma a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais na prioridade absoluta das classes dominantes.

***

Quando se contrasta o abismo que existe entre a estatura dos intelectuais que conclamam o povo latino-americano a dar um basta à situação de dependência e subdesenvolvimento e a petulância dos que vendem a ilusão de que a América Latina está ascendendo ao "primeiro mundo", não se pode deixar de lembrar a conhecida máxima do Padre Vieira: "Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém, consultar quem não se sacrificou, nem se sacrifica, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; e querer cegar o presente e não acertar o futuro"

Referências

BELLUZZO, Luiz G. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982/1983, 2v.

CARDOSO, Fernando H. O modelo político brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO DE MELLO, João M. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Florestan. Nem Federação nem democracia. São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 4, No. 1, 1990.

FERNANDES, Florestan. Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERNANDES, Florestan. Em busca do Socialismo. São Paulo: Xamã, 1995.

FURTADO, Celso. Brasil: A Construção Interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SAMPAIO Jr., Plinio A. Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente, Petrópolis: Vozes, 1999.

TAVARES, Maria da C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1974.

TAVARES, Maria da C. Ciclo e Crise. Rio de Janeiro. FEA/UFRJ, 1978.

Parte IV

A atualidade da crítica da economia política

A atualidade da crítica da economia política[1]

Leda Maria Paulani[2]

A reflexão sobre a atualidade da crítica da economia política tem de começar pela recuperação do contexto histórico de seu surgimento. A recuperação de tal contexto, de seu lado, implica relembrar o trajeto intelectual de seu criador, Karl Marx. A natureza da crítica da economia política, enquanto discurso inescapavelmente ligado à práxis, só pode ser corretamente compreendida se levarmos em consideração o passado hegeliano de Marx e seu rompimento com o hegelianismo de esquerda, que resulta na fundação do materialismo histórico. É o Marx da Ideologia Alemã que vai asseverar a primazia da realidade objetiva sobre o "mundo das ideias", indicando muito claramente qual era o compasso que permitiria a continuidade de sua dança com Hegel[3]. É no discurso desse rompimento que Marx indica que, se alguma "totalidade" ainda era digna desse nome, na acepção hegeliana do termo, ela estava com a economia política.

Mas que discurso é esse, a economia política? Quais foram as condições objetivas que propiciaram seu nascimento e desenvolvimento? O que ele revelou e o que deixou de revelar? Por que era preciso fazer sua crítica e em que marcos se poderia fazê-la? A famosa seção sobre o método da Economia Política, as Teorias da Mais Valia e várias passagens d'O Capital trouxeram as respostas a essas perguntas. Mas a crítica da Economia Política, como é sabido, ultrapassou em muito os contornos de uma mera crítica intelectual: ao mostrar os limites aos quais estavam necessariamente sujeitos os grandes pensadores da economia clássica e fundadores da ciência da economia política, Marx acabou por criar uma nova teoria, liberta dos constrangimentos que identificara em seus antecessores e em seus pares. Portanto, perguntar pela atualidade da crítica da economia política, é certamente perguntar pela atualidade e pertinência desse novo paradigma que Marx cria. Mas, além disso, é perguntar também pela atualidade de sua concepção metodológica, forjada na contenda

---

[1] Artigo publicado originalmente na Revista Crítica Marxista, São. Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.111-121. Agradecemos a autorização dos editores.

[2] Professora do Departamento de Economia da FEA/USP e do IPE/USP

[3] A posição aqui esboçada assenta-se na visão da relação entre as dialéticas de Marx e Hegel tal como entendida por Fausto (1983,1987)

com seus companheiros hegelianos e que é, a meu ver, ainda mais importante do que a primeira. Assim é que a absoluta atualidade da crítica da economia política pode, em alguns casos, ser identificada não "a despeito dos erros teóricos de Marx", mas graças a seu inequívoco acerto metodológico: se sua própria teoria estava liberta das limitações stricto sensu teóricas e, poderíamos também dizer, "de classe", que constrangia as demais concepções, com certeza não estava livre dos limites impostos pela natureza do momento histórico que o próprio Marx vivenciava.

Sendo assim, pretendo organizar esta pequena intervenção no debate sobre a atualidade da crítica da economia política da seguinte maneira: inicialmente, e com a ajuda das reflexões de Paulo Arantes no ensaio "Ideia e Ideologia" (Ressentimento da Dialética, 1997), pretendo retomar os marcos do rompimento de Marx com o hegelianismo, tal como se pode percebê-los na Ideologia Alemã; em seguida, e me valendo aqui das considerações de Fausto em "Dialética e Significações Obscuras" (Marx, Lógica e Política – vol. II, 1987), pretendo retomar brevemente a questão do método da economia política, conectando-a com a questão da distinção entre as dialéticas de Hegel e de Marx; finalmente pretendo mostrar a atualidade da crítica da economia política e do aparato metodológico que a sustenta considerando três aspectos – o fetichismo, a natureza do dinheiro e o papel da força viva de trabalho – os quais, independentemente dos erros ou acertos estritamente teóricos de Marx, indicam sua inequívoca atualidade. Nesta última etapa valho-me de Guy Debord e sua Sociedade do Espetáculo (1997) para a reflexão sobre a primeira questão, de considerações presentes em meu trabalho de doutoramento para a reflexão sobre a segunda questão, e de inúmeras discussões com Fernando Haddad, Ruy Fausto e outros companheiros e com alunos e orientandos para a reflexão sobre a terceira questão.

Já no prefácio d'A Ideologia Alemã, Marx indicava que um de seus objetivos ali era justamente mostrar que a veneranda filosofia alemã lutava com a sombra da realidade e que as estripulias filosóficas de seus companheiros da esquerda hegeliana não faziam nada mais do que refletir a derrisória pobreza daquela realidade. Como mostra com clareza Arantes (1996), diante do prosaísmo singular da vida alemã, o ideário liberal transforma-se em Idealismo, ou seja, na glosa filosófica dos princípios da Revolução Francesa. Combinada ao constrangedor atraso e anacronismo da sociedade alemã, a assimilação das representações desse ideário, uma assimilação à

distância e alheia aos conteúdos históricos que lhes davam consistência, resultou numa operação superlativa, que conferiu às ideias uma densidade teórica que elas não possuíam em seu espaço de origem. A considerável irrealidade social das ideias modernas no cenário alemão dá lugar a uma realidade redobrada no plano das ideias.

Assim, paradoxalmente, é só na Alemanha que os particulares interesses em jogo (os interesses burgueses) podem ser apresentados como universais: "condenada" ao pensamento pelo atraso de sua realidade social e econômica, a Alemanha promove, pela via filosófica, a mediação dialética do particular pelo universal, sintetização que não era possível de modo tão puro onde os antagônicos interesses de classe estavam efetivamente em jogo. Hegel teve papel fundamental nessa operação, pois, trabalhando sob os influxos ainda positivos da Revolução Francesa, tratara de juntar as duas metades da Filosofia – o Conceito e a Totalidade – que jaziam separadas desde Kant. Pretendia com isso salvar a Filosofia do risco de esterilização a que tal separação a ameaçava.

A esquerda hegeliana, porém, advogava a negação da filosofia como única forma de sua realização. Estrategicamente posicionados, graças ao atraso alemão, para perceber o ideológico que proliferava no Idealismo, os antigos companheiros de Marx, vão tomá-lo, porém, ao Idealismo, como pura fraseologia, ou seja, ideias sem substância, as quais deviam ser então indeterminadamente negadas. Em sua luta por libertar os homens dos grilhões produzidos pela própria consciência, por eles tornada autônoma, os jovens hegelianos não percebiam que "ao combater as fraseologias desse mundo não combatiam de forma alguma o mundo real existente" (Marx, A Ideologia Alemã, p. 26). Opunham, na realidade, uma fraseologia a outra fraseologia. "A nenhum destes filósofos", afirma Marx, "ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material" (idem). Em outras palavras, era como se Marx estivesse dizendo que a Filosofia já não tinha salvação, qualquer que fosse o lado de Hegel que se escolhesse. A totalidade estava já com a economia política, pois era ali que se gestava o conceito de capital. Era essa falta de percepção sobre a relação entre consciência e vida material que explicava também porque os hegelianos de esquerda tomavam equivocadamente as formações ideológicas como mera fraseologia, incapazes que eram de perceber

que sua impropriedade só se mostrava como absoluta porque elas estavam deslocadas de seu local de origem.

II

Na origem das considerações críticas de Marx sobre a ideologia alemã, e com isso adentro meu segundo ponto, está o acerto de contas de Marx com Hegel. Como mostra Fausto (1997), Marx caminha com Hegel até a recusa da partição kantiana do mundo, até a percepção da existência como determinação, até a possibilidade da posição pensada. Mas a transgressão pára por aí. Marx rejeita a passagem da posição pensada à posição objetiva, pois, para ele, é a posição objetiva que regula a posição determinação e não o inverso. Em outras palavras, ainda que Marx aceite, como Hegel, que o conceito não é ele mesmo se não estiver posto e que, portanto, a existência é determinação, ele não poderá aceitar, porque já está embarcado no materialismo histórico, que essa existência possa ter primazia sobre a existência objetiva. Portanto, era para ele mais importante mostrar que "as categorias exprimem formas de modos de ser, determinações de existência" (Crítica da Economia Política, Introdução), mas que isso só é assim porque é o concreto o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. É de notar que tal postura, é tanto mais radical quando se lembra que Marx não está aí propugnando uma teoria da ciência, um método para o conhecimento em geral, mas está falando exclusivamente do método da economia política e num contexto em que a questão epistemológica é deslocada para o interior do próprio objeto, como um seu momento[4].

É desse ponto de vista que Marx vai esboçar o fundamental de sua crítica da economia política. Para ele os pensadores clássicos são iludidos pelo fato de que o concreto aparece para o pensamento como resultado, quando, em verdade, ele é o ponto de partida efetivo (não por acaso esses pensadores surgem na Inglaterra do final do século XVIII e início do XIX; certamente eles não surgiriam nas tribos indígenas do novo mundo, mesmo que ali existisse e fosse bem desenvolvida a linguagem escrita). É por esquecerem de fazer a viagem de volta – do abstrato à realidade concreta –, afirma Marx, que eles não perceberam a especificidade e o caráter historicamente

[4] A reflexão e a conclusão são de Fausto (1983).

condicionado de suas "descobertas" e das categorias que essa mesma realidade lhes permitiu forjar. Essa ilusão é ainda mais alimentada pelo caráter extremamente desenvolvido dessa formação social que lhes serviu de ponto de partida, que, sendo enormemente complexa e rica, possibilita a construção de categorias gerais o suficiente para se poder "compreender" subjetivamente todas as formações que a precederam.

Por isso a economia clássica tende a tomar como aistóricos e como atributos da natureza humana uma série de comportamentos e fenômenos que só se justificam e se explicam no contexto social que os produziu. Mas esta naturalização do social, o pensamento clássico não a inventa, senão que a reproduz da própria realidade social. Ele é, por isso, vítima do fetichismo, que Marx tratou de desvendar. Por conta desse erro seminal, qual seja, tomar o social como natural, os pais da economia política também não teriam podido ver, com a profundidade prenunciada por suas próprias teorias, uma série de desdobramentos e consequências que poderiam ter mudado inteiramente os rumos de suas pesquisas. Assim, por exemplo, Ricardo pôde consertar os equívocos de Smith e propalar que é o trabalho a única fonte do valor, mas não foi capaz de chegar à mais valia. Da mesma maneira a distinção pioneiramente estabelecida por Smith entre valor de uso e valor de troca não lhe permitiu perceber o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias e a forma particular que isso assume quando a mercadoria se chama força de trabalho. O dinheiro também oferece exemplos da estreiteza das considerações clássicas, a despeito da riqueza de sua teoria: em Smith ele é visto simplesmente como meio para facilitar as trocas e levar adiante a divisão do trabalho. Ricardo, de seu lado, ao vencer a grande controvérsia bullionista, que ocupou as primeiras décadas do século XIX, vai tornar-se o pai intelectual do monetarismo, escola que vingaria no século seguinte e que sucumbiria inteiramente ao fetiche do dinheiro. Marx, porém, consegue vislumbrar a natureza contraditória do dinheiro, sua alma descarnada, que, no entanto, tem de se mostrar como o contrário do que é. Para ele, aliás, se o objeto for apenas meio de troca, não será dinheiro, mas tão somente moeda, apenas forma evanescente da mercadoria, nunca fim em si mesmo[5].

[5] Retomaremos essa questão mais adiante.

Os pais da economia política passaram muito longe de considerações como essas e, a despeito de sua genialidade, que Marx nunca deixou de reconhecer, e de sua percepção do caráter de classe da sociedade em que viviam, suas colocações acabaram por compor o quadro ideológico que reverenciava a formação social capitalista e que demonstrava suas virtudes. Por isso era preciso fazer a crítica da economia política, mostrar seus equívocos metodológicos, apontar suas inconsistências teóricas, indicar seus limites, desvendar sua visada fetichizada da realidade capitalista. Como já coloquei, foi pretendendo fazer tal crítica que Marx acabou por forjar um novo paradigma, de modo que ela ganhou autonomia teórica, libertando-se do objeto que criticava. Qual a atualidade dessa crítica? Adentramos com isso o terceiro ponto.

III

Comentando os equívocos e limitações que constrangeram os desenvolvimentos teóricos produzidos pelos economistas clássicos, falamos do fetichismo, do trabalho e do dinheiro e comentamos muito brevemente as considerações de Marx a seu respeito. Vamos então retomá-los para indicar a atualidade da crítica da economia política. Como indiquei anteriormente, por uma questão de precedência lógica (desse erro derivam muitos outros) é preciso iniciar com o fetichismo. Como coloca Marx, o fetichismo não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, tendo de ser também tomado aí como coisa o indivíduo isolado, passível de generalização. Assim, o valor parece provir da natureza das coisas enquanto coisas, não do fato de que elas tenham sido produzidas pelo trabalho humano numa sociedade organizada materialmente pela troca; assim o capital aparece como coisa, não como relação social; assim o ouro parece naturalmente dinheiro, mascarando-se o fato de que ele é posto como dinheiro por um processo que é social e histórico. Na medida em que continuamos a viver numa sociedade onde a troca é a forma por excelência de organização de sua vida material, o fetiche continua aí firme e forte. Mas será que têm a mesma cara?

Num livro polêmico, escrito em 1967, e só recentemente publicado em nosso país, Guy Debord vai afirmar a tese de que vivemos atualmente na sociedade do espetáculo. Parafraseando Marx ele inicia seu texto com o seguinte aforisma: “Toda a vida das

sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos" (p. 13). E continua mais à frente: "Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real... é o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade" (p.14). Sobre o fetichismo diz: "o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por coisas supra sensíveis, embora sensíveis, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens, que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência" (p.28). Segundo Debord, a primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou uma evidente degradação do ser para o ter. A fase atual, em que a vida social está, para ele, completamente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo ter efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. O espetáculo, portanto, é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Diz Debord: "Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê o seu mundo. A produção econômica moderna espalha extensa e intensivamente sua ditadura... Assim, a negação total do homem assumiu a totalidade da existência humana" (pp.30-31). Muito mais poderia ser recortado das bombásticas colocações de Debord e não é preciso muito esforço para perceber que ele está mostrando o caráter superlativo e ainda mais totalitário que o fetiche assume no capitalismo do século XX. Tudo fica ainda mais impressionante quando nos damos conta de que Debord está escrevendo em 1967, ainda sob os auspícios dos 30 anos dourados e mais de uma década antes da chamada globalização e da ditadura do ideário neoliberal, que potencializariam ainda mais o caráter fetichista do sistema. Mas vale ainda dois últimos recortes, o primeiro porque dá conta do grau em que se chegou em termos de naturalização do social; o segundo porque permite uma analogia não casual com a questão da atualidade da forma como a crítica da economia política viu o dinheiro. Diz o primeiro extrato: "O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz de si mesma, seu monólogo

laudatório. É o auto retrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos" (p.20). Completando essa colocação, Debord afirma que os meios de comunicação de massa são a manifestação superficial mais esmagadora do espetáculo. Que explicação mais adequada se pode ter para o fato de que a mídia invariavelmente trate os fenômenos sociais como elementos da ordem do natural? Não há rigorosamente nenhuma diferença na forma como se trata a debacle de moedas supostamente fortes, as quedas espetaculares das bolsas e as estripulias do El Ninho. Assim, todos os fatos econômicos relevantes são espetaculares, tomam de assalto a vida cotidiana e carregam a mesma carga de naturalidade de terremotos e furacões: surgem quando menos se espera carregados pelas leis fatais da segunda natureza e são tão inescapáveis quanto os sobressaltos do mundo natural.

Passemos ao segundo extrato que nos permitirá construir o gancho com a questão do dinheiro. Diz Debord: "A sociedade que se baseia na indústria moderna não é fortuita ou superficialmente espetacular. Ela o é fundamentalmente. No espetáculo, a imagem da economia reinante, o fim, não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo" (p.17). Que ligação isso pode ter com a questão da atualidade da visão de Marx sobre o dinheiro? Para perceber isso é preciso retomar brevemente as considerações de Marx sobre o dinheiro tanto em O Capital como nos Grundrisse.

Como afirmei anteriormente, é só Marx que percebe o caráter contraditório do dinheiro, que, em sua essência, é pura forma, mas que têm de, na aparência, manter sua aura de concretude. Ele, há um só tempo, tem e não tem de ser mercadoria: não pode sê-lo essencialmente; tem de sê-lo aparentemente[6]. As três determinações que constituem o dinheiro como esse objeto contraditório (ser medida do valor, ser meio de troca e ser simultaneamente dinheiro de crédito e objeto de entesouramento) não se alteram em nada, afirma Marx,

[6] Defendo ser esta a visão de Marx em meu trabalho de doutoramento Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito (IPE/USP, 1992).

quando o dinheiro se coloca como dinheiro mundial, pois esta não é uma nova determinação do dinheiro, mas um de seus usos como dinheiro.

É só aí, porém, lembra ele, que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, pois só aí torna-se possível efetivar a dimensão de infinito inequivocamente presente em sua natureza. No entanto, aí o erro teórico, ele afirma que, enquanto dinheiro mundial, o valor não aceita representantes; exige-se o valor em pessoa. E poderia Marx pensar diferente? Constrangido historicamente pelo domínio do padrão ouro e do Bank Act de 1844, poderia imaginar, ainda que isso estivesse indicado em suas considerações teóricas, que o dinheiro mundial viria a ser um papel verde pintado sem nenhum valor intrínseco? Por isso Marx errou na teoria mas acertou no método. O capitalismo de seu tempo ainda não tinha amadurecido o suficiente para realizar plenamente todas as potencialidades inscritas no objeto dinheiro e que Marx soube tão bem indicar. É só nos marcos de um regime monetário como o atual, inteiramente fiduciário e com câmbio flexível, que o dinheiro pode realizar plenamente sua essência descarnada. Se, como adiantou corretamente Marx, o espaço mundial é o lócus em que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, é só com sua desvinculação do ouro que ele ganha uma matéria (a forma pura) capaz de realizar plenamente essa existência. Enquanto ele permaneceu preso a uma "mercadoria de verdade", ele continuou constrangido pelos limites da matéria, não podendo assim realizar em sua plena efetividade, sua natureza de forma autônoma do valor, de forma por excelência de sua existência. Este o ineditismo da fase atual do capitalismo, perfeitamente compreensível se tomamos as considerações de Marx sobre o dinheiro. Além disso, é esse desprendimento total do dinheiro de uma mercadoria "de verdade" também no âmbito mundial[7] que permite realizar cabalmente a congruência entre meio e fim inscrita no movimento do capital financeiro. Prescindindo por definição da mediação efetuada pela mercadoria, a valorização financeira só encontra um ambiente adequado em nível mundial quando o próprio dinheiro mundial perde inteiramente seus vínculos com uma mercadoria de verdade. Por isso,

[7] Como se sabe, Marx mostra claramente a possibilidade de o dinheiro ser substituído por signos de si mesmo, ou seja, papel-moeda, moeda fiduciária, mas a restringe ao âmbito das economias nacionais.

nos termos de Debord, poder-se-ia talvez dizer que a valorização financeira é o espetáculo mais verdadeiro: o desenrolar é tudo, o espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo, a congruência entre meio e fim é plena. Objetivamente isso se traduz numa endogenização da instabilidade que tem de funcionar, há um só tempo, como combustível e como resultado do processo de valorização[8].

O fato de que o processo atual de acumulação esteja sob a dominância da valorização financeira reduz a muito pouco a importância que ainda tem no capitalismo atual a determinação valor de uso das mercadorias. Do ponto de vista lógico, a mercadoria esteve desde sempre expulsa do circuito da valorização financeira. Contudo, como, em âmbito mundial, prevalecia um regime monetário ainda remotamente ligado à mercadoria ouro, a congruência entre meio e fim não era plena, o que só agora acontece.

É essa nova situação que fornece os recursos formais para que a dimensão financeira prevaleça sobre a dimensão produtiva. E o espetáculo é perfeito porque o pouco que existe de "lastro" nesse circuito de valorização não é nada mais nada menos do que aquilo que Marx denominou "capital fictício". Talvez não seja preciso dizer mais sobre isso.

Finalmente consideremos o trabalho. É intensamente discutida a questão da perda de centralidade do trabalho e das consequências que isso pode ter do ponto de vista da teoria marxiana do valor. A própria questão é, em si mesma, bastante polêmica, porque há os que não acreditam nessa perda de importância do trabalho[9]. Mas supondo que a tese seja verdadeira, concluem alguns, estaria comprometida toda a teoria do valor-trabalho. Por conseguinte, e por isso muitos se recusam a aceitar essa tese, a teoria marxiana do valor teria de ser inteiramente descartada, porque estaria sendo desmentida pela realidade das condições atuais de produção.

Contudo, isso só faz sentido para quem define tautologicamente o valor por sua substância, interpretação que não compartilho e que, a meu ver, não é a de Marx, pois, de outro modo,

[8] Devo essas considerações às reflexões surgidas da leitura da versão de qualificação da tese de doutoramento de Andrés Vivas Frontana O Capitalismo no fim do Século XX: a acumulação sob dominância da esfera financeira e a experiência brasileira (IPE/USP, jan./2000)

[9] Uma boa e muito atualizada referência para essa discussão é o competente trabalho de Ricardo Antunes Os Sentidos do Trabalho (São Paulo, Boitempo,1999)

teríamos de ignorar suas considerações sobre o fetiche. O trabalho simples, trabalho abstrato e socialmente necessário, é a substância do valor, não seu fundamento. O valor é que é, ele próprio, o fundamento da equação de troca e da forma valor de troca. O que há de comum entre x de A e y de B que me possibilita colocar o sinal de igual entre os esses dois termos não é que em ambos os lados há trabalho abstrato, mas que tanto A quanto B portam valor. Mais uma vez o predomínio é da forma. Ela é forte o suficiente para prevalecer, mesmo que alterações se processem em sua substância, que pode estar migrando do trabalho abstrato para a ciência como fator de produção, conjuntamente com a apropriação privada desse produto, que não só é um bem público, como é social por definição (já que o conhecimento não se constrói isoladamente). Trata-se, portanto, de exploração, e exploração em escalada ampliada, ou, em uma palavra, trata-se de capitalismo e capitalismo numa versão mais perversa do que jamais foi. Essa transformação Marx conseguiu vislumbrar, o que só corrobora a interpretação de que o valor não pode ser simplesmente identificado ao trabalho abstrato. A esse respeito cabe transcrever uma hoje já famosa passagem dos Grundrisse e que se mostra incrivelmente atual, onde, segundo suas palavras, ele pôde "recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos." (p.13) Apesar de o livro merecer uma discussão muito mais qualificada do que eu possa fazê-lo, gostaria apenas de registrar que minha posição aqui não se confunde com as interpretações que visualizam nas mudanças contemporâneas novas e positivas dimensões da sociabilidade capitalista, senão precisamente o inverso. O potencial "fim do trabalho", que não descarto como tendência (e nem o próprio Marx o fez, a meu ver), não estaria levando à "realização concreta do reino do tempo livre, dentro da estrutura global da reprodução societária vigente" (p.16), entendida esta última como uma dimensão positiva, mas estaria ensejando um novo e mais perverso tipo de exploração.

> na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez, não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, senão que depende do estado

> geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção. (...) A riqueza efetiva se manifesta de fato (...) na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do processo de produção que ele vigia. (...) O capital é, ele mesmo, a contradição em processo, uma vez que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que, de outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (...) Por um lado, desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação de riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, se propõe medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas e reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor (p. 227-229, grifos meus).

Referências Bibliográficas

Antunes, Ricardo (1999). Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial

Arantes, Paulo E. (1997). O Ressentimento da Dialética. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Chesnais, François (1998). A Mundialização Financeira. São Paulo, Xamã.

Debord, Guy (1967/1997). A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto.

Fausto, Ruy (1987). Marx - Lógica e Política - vol.II. São Paulo, Brasiliense.

Marx, Karl (1867/1983) O Capital. São Paulo, Abril Cultural, Coleção "Os Economistas".

———— (1845/1979). A Ideologia Alemã. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda

———— (1857/1986). Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política - Grundrisse. Cidade do México, Siglo XXI editores.

Paulani, Leda M. (1992) Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito. Tese de doutoramento, IPE/USP

A crise na crítica à economia política[1]

Jorge Grespan[2]

A importância da crítica empreendida por Marx à economia política ultrapassa o mero confronto de duas teorias distintas, que poderia levar no máximo à comparação e à avaliação de qual delas seria mais coerente ou mais apta para explicar os acontecimentos e fenômenos típicos do capitalismo. Ultrapassa mesmo o interesse em julgá-las pelo critério de sua atualidade, estabelecendo qual delas permite entender melhor as condições econômicas presentes, qual delas previu mais claramente o que ocorreu desde o século passado, ou ainda - qual delas se adapta melhor às expectativas e paradigmas intelectuais hoje imperantes. Muito mais do que tudo isso, a crítica da economia política é o meio privilegiado de penetrar no íntimo da própria teoria de Marx, já que esta se constitui enquanto reelaboração e inversão do significado das suas categorias fundamentais. Nesse sentido, nunca é demais recordar o subtítulo de *O Capital* e o título de obras anteriores, em que fica tão claro esse duplo caráter da apresentação. Em vez de apenas comparar exteriormente dois corpos teóricos autônomos, portanto, incumbe reconhecer seu vínculo necessário e proceder a uma reconstituição dos elos conceituais de sua articulação, relacionando-os a cada momento ao sentido global da crítica. É o que este texto buscará realizar, ainda que dentro de seus limites inevitáveis.

O caráter constitutivo da crítica na formulação teórica de Marx é afirmado por ele mesmo, numa conhecida carta endereçada a Lassalle que vale a pena lembrar e transcrever: seu livro "é simultaneamente exposição do sistema [da economia burguesa - JG] e, através da exposição, crítica do mesmo".[3] Em primeiro lugar, temos que a exposição é "simultaneamente" uma

---

[1] Artigo publicado na Revista Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p. 94-110. Agradecemos a autorização dos Editores.

[2] Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

[3] Marx, K. Carta a Lassalle, 22/2/1858, Marx-Enge ls Werke (MEW), Berlim, Dietz Verlag, 1983, v. XX IX, p. 550.

crítica, na medida em que é uma "reexposição" das categorias pelas quais a economia política apreendia a sua realidade social. Em segundo lugar, é através da exposição que é feita a crítica: não há dois dos ursos na obra de Marx, um expondo suas ideias e outro criticando as anteriores; ambos os processos correm ao mesmo tempo no mesmo discurso, Já que a "exposição" explicita inclusive as deficiências na teoria clássica e a crítica tem não só uma dimensão negativa, mas também a positiva de elaborar ideias por contraposição às criticadas. A exposição é crítica, porque mostra, sob a nova ordem das categorias no pensamento de Marx, como a anterior, dos clássicos, foi desmontada e remontada a partir de uma inversão ou alteração radical no significado de conceitos fundamentais. Por isso, a constante referência à economia política nas obras de Marx não é reflexo de um gosto de antiquário, mas constitui o ponto de partida para se entender que essa alteração ocorre pela revelação de que as contradições em que ela se achava mergulhada eram insolúveis dentro de seu horizonte teórico. E como se a crítica fosse, nesse sentido, uma autocrítica da própria economia política, correspondendo ao projeto marxiano de não dirigir a ela uma condenação exterior, mas de fazer com que ela mesma exponha suas limitações e os obstáculos que a impedem de superá-las.

Há, portanto, uma relação dialética entre a exposição e a crítica, que fica evidente no seguinte comentário dirigido a Engels sobre um livro que Lassalle escrevia àquela época: "Ele saberá, para seu prejuízo, que levar uma ciência através da crítica até o ponto em que ela pode ser exposta dialeticamente é uma coisa totalmente diferente de aplicar um sistema abstrato acabado da lógica a meras noções de tal sistema".[4] Aqui Marx censura a Lassalle que ele estivesse pensando em "aplicar" a lógica de Hegel ao entendimento da economia (coisa que erroneamente alguns supõem ter feito o próprio Marx), pois desse modo conteúdo e forma da obra seriam independentes um do outro, contrariando a própria dialética. Mas o que mais interessa no texto citado é a função da crítica como requisito da "exposição dialética de uma ciência: essa forma lógica se apresenta no processo ("levar uma ciência") de crítica, ou seja, é a crítica que permite à exposição assumir a forma dialética. Por outro lado, não se trata de uma

[4] Idem. Carta a Engels, 01/02/1858, MEW, v. XXIX, p. 275.

crítica qualquer, mas da que vai "até um ponto" determinado, a partir do qual os próprios conceitos da ciência resultam em seus opostos. Se inicialmente a crítica aparece como exterior à economia política, que é só "levada" por ela, depois desse "ponto" específico são os conceitos dela que apresentam "dialeticamente" e a crítica se determina por seu movimento próprio. Se no primeiro sentido a "crítica" é um requisito da forma dialética da exposição, é para depois aparecer como consequência dessa forma mesma, isto é, do movimento em que os conceitos da economia política se desenvolvem "até o ponto" em que exigem sua própria transformação. A "dialética" surge justamente nesse movimento interno da ciência, e não da mera "aplicação de um sistema de lógica" independente dela, como pretende Lassalle no comentário de Marx. A primeira tarefa da crítica é, então, a de levar às últimas consequências as definições teóricas da economia clássica, indicando-lhes as inconsistências. A resolução destas demandará, a seguir, o surgimento de novas categorias, a mudança no significado de algumas das antigas, a desmontagem do sistema de articulações entre elas, como consequência do aparecimento de novas significações, e a remontagem do sistema conforme estas últimas.

Tais questões aparecem todas exemplarmente tratadas na crítica a Ricardo, para Marx o último grande economista político, que teve o mérito de enfrentar o problema da teoria do valor-trabalho e de corrigir alguns defeitos da teoria de Smith, ao mesmo tempo em que desenvolveu até certo ponto uma concepção crítica do capitalismo, presente em sua teoria do lucro e na da tendência à queda da taxa de lucro.

Além disso, em Ricardo são claras as virtudes de toda a economia inglesa, mas também seus defeitos metodológicos, alvo de observações importantes para se entender o método do próprio Marx. Já que este último considere a sua crítica a Ricardo como ao que havia de melhor na tradição clássica, de modo que ela pode ser vista como síntese do conjunto da sua crítica à economia política. Por esses motivos, além da evidente necessidade de circunscrever melhor o tema, o presente texto se concentrará nesta crítica, remetendo para a mais ampla quando for o caso.

Assim, na medida em que defende uma perspectiva dialética da elaboração teórica, Marx condena a ausência completa dessa perspectiva em toda a economia política. Mais exatamente, "em Ricardo, a unilateralidade vem de ele querer em geral demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas *não contradizem* a lei do valor, em vez de, ao contrário, *desenvolvê-las* junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento desse fundamento mesmo[5].

Especificamente, a "unilateralidade" se refere aqui à ênfase exagerada dada por Ricardo ao tempo de trabalho como fundamento do valor, numa abstração da qual ele é incapaz de sair para em seguida derivar a expressão do valor na troca de duas mercadorias. Tal censura, contudo, é estendida por Marx ao método de Ricardo em geral, em que conceitos de base e conceitos deles deduzidos não são distintos por uma exposição que seguisse essa ordem, mas colocados, ao contrário, num mesmo nível teórico.

Eliminam-se, com isso, as mediações do necessário desenvolvimento categorial, impedindo, por exemplo, que fenômenos visíveis e externos possam ser explicados como manifestação de um fundamento operante e íntimo. De acordo com Marx, essa deficiência se deve à dificuldade, compartilhada por Ricardo com toda a economia política, de conceber resultados que contrariem seus pressupostos, ou que passem por conceitos intermediários contraditórios. No fundo, portanto, trata-se de uma deficiência da lógica formal tradicional em que se apoiam os clássicos. A exposição só pode seguir o desdobramento completo e complexo das categorias, se se dispuser a "desenvolvê-las junto com suas contradições aparentes a partir desse fundamento", isto é, conforme a lógica dialética. Não é o caso aqui, porém, de nos determos na consideração desse assunto amplo e complicado, que também não é o tema do presente texto. O que se deve observar, do ponto de vista metodológico, é que a forma de exposição das categorias adotada por Marx requer que estas se deduzam da própria contradição entre elas e seu fundamento. É a riqueza dos aspectos diferentes e opostos desse fundamento que se desenvolve, pela explicitação da sua oposição interna em categorias conflitantes, gerando-se um processo necessário de "exposição".

---

[5] Idem. *Theorien über den Mehrwert*, II, MEW, v. 26.2, p. 146.

Por outro lado, ele afirma que "a economia política analisou, é verdade, embora imperfeitamente, o valor e a magnitude do valor e descobriu o conteúdo oculto nestas formas. Mas também ela nunca sequer colocou a pergunta de por que este conteúdo adota aquela forma, por que o trabalho se apresenta no valor, e a medida do trabalho, conforme sua duração, na magnitude de valor do produto do trabalho?"[6] Marx reconhece o mérito de Ricardo ao penetrar na forma da troca de mercadorias, para descobrir que a substância que tomam idênticos e comparáveis os produtos de trabalho é justamente o trabalho que os produziu, e também que a magnitude desse valor dos produtos depende da quantidade do trabalho necessário para produzi-los. Ou seja, que a proporção entre os valores-de-troca seja determinada de acordo com a quantidade dessa substância que cada produto possui já antes do ato de troca. Mas ele observa que Ricardo não consegue fazer o caminho inverso, passando do lado interno do valor, seu "conteúdo oculto", ao lado externo, isto é, ao valor-de-troca como manifestação das determinações do trabalho e de sua magnitude. O que aqui se evidencia é a dificuldade ricardiana na exposição, em que o desenvolvimento das categorias se ressente da figura não-dialética da relação entre conteúdo e forma, fundamento interno e manifestação externa. Como ele concebe tal vínculo diretamente, sem mediações, parece-lhe inevitável que o conteúdo-trabalho adote sempre a forma valor-de-troca, não se perguntando pelas mediações entre ambos, pela relação específica entre eles. É isso exatamente porque sua concepção do valor é "unilateral", detendo-se apenas na dimensão quantitativa, sem examinar qualitativa, ou, em outras palavras, detendo-se no que se refere ao valor-de-troca, desconsiderando o valor-de-uso. É só levando em conta ambas as dimensões que se pode entender o movimento de exteriorização da oposição interna à mercadoria na relação de troca entre duas mercadorias, na qual uma aparece como se fosse simplesmente valor-de-uso e a outra como se fosse mero valor. É só apreendendo o conteúdo como um fundamento contraditório, em que se opõem valor e valor-de-uso, que se pode explicar a troca como expressão dessa oposição, exteriorizada nas duas mercadorias intercambiáveis.

---

[6] Idem. *Das Kapitaf,* 1, MEW, v. 23, p. 94-5.

Mais do que simplesmente o valor, o fundamento de que aqui se trata é o substrato do próprio valor, é o trabalho. Assim, Marx atribui a separação absoluta entre valor e valor-de-uso feita pelos clássicos a uma insuficiente apreensão de seu substrato: "No que diz respeito, porém, ao valor em geral, a economia política clássica não distingue expressamente e com clara consciência em lugar algum o trabalho, como se apresenta no valor, do mesmo trabalho, conforme se apresenta no valor-de-uso de seu produto. Naturalmente, ela faz de fato esta diferença, pois considera o trabalho ora quantitativa ora qualitativamente. Mas não lhe ocorre que a simples diferença quantitativa dos trabalhos pressupõe sua unidade ou igualdade qualitativa, sua redução a trabalho humano abstrato"[7] A economia política apresenta, desse modo, a diferença entre valor-de-uso e valor unicamente em função da diferença entre o aspecto qualitativo e o quantitativo do trabalho, incorrendo na simplificação de isolá-los, separando-os completamente. A relação entre eles permite justamente a objeção de Marx, que descobre, por trás da diversidade qualitativa das mercadorias, no sentido de sua materialidade e utilidade, a identidade qualitativa que possibilita a comparação das quantidades. Ou seja, ele descobre que a quantidade é de uma substância específica que as mercadorias têm em distinta magnitude - o valor. Não se pode, então, colocar de lado o aspecto qualitativo do trabalho, como algo a ser abstraído totalmente do valor, pois assim este se reduziria a mera quantidade; trata-se, isto sim, de determinar a qualidade comum que, distinta das diversas qualidades materiais, identifica as mercadorias e permite sua troca. Em vez de isolar as duas dimensões, portanto, a economia política deveria estabelecer sua relação, sem que esta fosse uma simples igualdade: para Marx, qualidade e quantidade constituem um nexo dialético no qual se diferenciam e, por outro lado, se identificam. Da mesma maneira deve-se conceber a relação entre valor e valor-de-uso, unidade contraditória que busca sempre se resolver, mas sempre se repõe sob novas formas.

A forma como esses resultados são alcançados permite refletir sobre a relação entre as teorias de Marx e Ricardo, sobre como o primeiro concebe um vínculo dialético entre a sua formulação da categoria de valor-trabalho e a da economia política em geral. Ele mesmo constata: "Esta dupla natureza do trabalho

[7] Idem, ibidem, p. 94, nota 31.

contido na mercadoria foi demonstrada *criticamente* primeiro por mim".[8] Não se trata, então, simplesmente de uma demonstração, mas de uma demonstração ''crítica'': a referência aos economistas clássicos que, como Ricardo, não fazem a distinção entre as duas naturezas do trabalho, tem de se apoiar no fato de eles tematizarem a diferença entre valor e valor-de-uso, mas deve censurá-los, por outro lado, por não terem daí percebido que tal diferença já existia no próprio trabalho criador de valor e de valor-de-uso. De acordo com Marx, por terem confundido essa distinção com a existente entre quantidade e qualidade, os economistas clássicos não conseguiram entender aforma do valor, o que os impediu, daí, de deduzir as categorias decorrentes, como forma-equivalente e forma-relativa, dinheiro e mercadoria em geral.

Mas, "o motivo não é só que a magnitude do valor absorve completamente a sua atenção. Ele é mais profundo. A forma-valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata e também a mais geral do modo de produção burguês, que por este meio é caracterizado como um tipo específico de produção social, e, com isso, simultaneamente como um tipo histórico. Daí que, se ela for tomada (*versieht)* como forma natural eterna da: produção social, então se passará por alto *(übersieht)* necessariamente pela especificidade da forma-valor, portanto, da forma-mercadoria desenvolvida em seguida em forma-dinheiro, forma-capital etc...".[9] A 'forma" a que esse texto se refere não é a que o valor assume na dedução categorial, mas o próprio valor como forma social do trabalho contido nas mercadorias. A dificuldade de Ricardo de deduzir aquelas formas-valor antes mencionadas, como a relativa ou a equivalente, decorre desta outra, mais profunda, em conceber o valor como algo historicamente específico, não natural. Mas é impossível concebê-lo assim se se define o fundamento do valor como trabalho apreendido somente em sua dimensão quantitativa. Qualitativamente, porém, o valor se determina como forma social assumida pelos produtos do trabalho realizado em condições mercantis e capitalistas, e não como um atributo material-natural inerente ao trabalho em qualquer situação histórica. A crítica de Marx, portanto, concerne à incapacidade de os economistas

[8] Idem, ibidem, p. 56.
[9] Idem, ibidem, p. 94-5, nota 32.

clássicos perceberem a dimensão historicamente de- terminada do valor e do trabalho na sociedade mercantil-capitalista, acreditando que, ao contrário, o trabalho é sempre igual e cria naturalmente valor, como se fosse por uma propriedade material sua. A distinção do duplo caráter do trabalho em Marx tem a ver, então, com sua crítica constante à economia política por esta conceber seu objeto como coisa a-histórica, eterna, universal. Daí que as formas subsequentes - dinheiro, capital - não sejam desenvolvidas pelos clássicos a partir da forma-mercadoria, sendo definidas também como objetos naturais presentes em qualquer tipo de sociedade.

O problema da incapacidade dos economistas em estabelecer a relação entre a forma-mercadoria e as demais formas-valor mencionadas, porém, de- corre da sua dificuldade em definir precisamente já aquela primeira forma, reduzida, aliás, até hoje em seu jargão ao termo "bem". Essa confusão tem graves consequências, como observa Marx: "'Produtos', diz Ricardo seguindo Say, 'são sempre comprados por produtos ou serviços; o dinheiro é só o meio pelo qual a troca é realizada'. Aqui, portanto, primeiro se transforma a mercadoria, na qual existe a oposição entre valor-de-troca e valor-de-uso, em mero produto (valor-de-uso) e, data troca de mercadorias em mera permuta de produtos, meros valores-de-uso". [10] Ao não definir o valor como forma social historicamente específica, escapa de Ricardo que também a mercadoria tenha uma tal determinação: do mesmo modo que os demais economistas clássicos, para ele a mercadoria se define como produto de um trabalho humano universal, realizado em qualquer situação social. É Marx que distingue a particularidade da forma-mercadoria, como produto para o mercado, que não existe sempre, mas apenas sob certas condições históricas. Ricardo, porém, não faz essa distinção e considera a mercadoria como simples valor-de-uso abstraindo o valor-de-troca e com isso 'sendo incapaz de estabelecer a relação da mercadoria com o dinheiro. Assim como toda a economia política, ele repudia a perspectiva mercantilista de que o dinheiro é algo especial, intrinsecamente diverso da mercadoria, adotando a posição inversa, de que o dinheiro é simplesmente idêntico à ela. Em Marx, por outro lado, mercadoria e dinheiro não são nem meramente diferentes, nem somente

[10] Idem, *Theorien über den Mehnvert*, li, p. 501.

idênticos; há uma relação de oposição entre ambos, por sua vez exteriorização da oposição interna à mercadoria, que faz a forma-dinheiro se "deduzir" dialeticamente da forma-mercadoria.

Mais ainda, a oposição entre as duas formas se desdobra numa nova oposição, conforme se passe da mercadoria ao dinheiro - venda - ou do dinheiro à mercadoria – compra, diferença também não percebida por Ricardo, porque o intercâmbio de mercadorias é confundido com "mera permuta de produtos", sem mediação de dinheiro, aliás, para ele, idêntico à mercadoria. No quadro dessas oposições, Marx assim explica as crises: "nos momentos em que todas as mercadorias são invendáveis [...] há de fato mais compradores do que vendedores de uma mercadoria, o dinheiro, e mais vendedores do que compradores de todo outro dinheiro, as mercadorias". [11] A distinção dialética de dinheiro e mercadoria permite entender por que em certos momentos todos querem obter a expressão universal do valor - o dinheiro - para poder comprar os valores-de-uso que lhes satisfaçam as necessidades de consumo; e também por que todos querem se desfazer das mercadorias que produziram, pois não as produziram para o próprio consumo e sim para vender. Aparece aqui, em primeiro lugar, a distinção entre produto e mercadoria, isto é, entre produzir para si e produzir para o mercado, já que, se fossem meros produtos, as mercadorias não necessitariam ser vendidas. Aparece aqui também a diferença entre mercadoria e dinheiro, contrariando a identidade aí vista pelos economistas clássicos e afirmando-se o caráter de expressão universal do valor, pelo dinheiro, e o de expressão geral do valor-de-uso, pela mercadoria. Aparece aqui, finalmente, a distinção entre compra e venda, pois ambas não se realizam simultânea e proporcionalmente como ação e reação, havendo, ao contrário, uma pressão maior para comprar do que para vender mercadorias.

Ao contrário, "em Ricardo. também é básica a proposição de James Mill, examinada por mim, do 'equilíbrio metafísico de compras e vendas' - um equilíbrio que vê apenas a unidade, mas

[11] Idem, *Zur Kritik der Politischen Ôkonomie*, MEW, v. XIII, p. 78.

não a separação no processo de compra e venda".[12] A economia política afirmava: a proporcionalidade necessária entre compras e vendas, decorrente dos pressupostos de identidade entre dinheiro e mercadoria ou entre mercadoria e produto, como vimos. Essas identidades, porém, constituem uma perspectiva "unilateral'' da relação entre os objetos considerados, resultando num quase postulado de equilíbrio entre compra e venda. Levando em conta, por outro lado, que a identidade naquelas relações é dialética, então ela se determina na oposição entre os termos, em que é igualmente fundamental a sua diferença. É a desconsideração da diferença por Ricardo que o leva a endossar a tese do equilíbrio de James Mill, como se vender e comprar fossem um mesmo ato realizado simultaneamente por duas pessoas distintas, como se uma delas não pudesse reter o dinheiro em suas mãos por algum tempo, não comprando mercadorias imediatamente após ter vendido a que ela mesma produziu. A existência do dinheiro, portanto, ou seja, a impossibilidade de reduzir o intercâmbio de mercadorias a escambo de produtos, significa que a distinção entre compra e venda se manifesta efetiva- mente como "separação no processo" real da passagem de uma fase à outra. O desequilíbrio possível entre as magnitudes de compra e venda configura, portanto, tal "separação" e constitui já uma crise econômica.

De fato, retomando a oposição entre compra e venda, Marx diz: "Se a compra e a venda - ou o movimento da metamorfose da mercadoria - expõe a unidade de dois processos, ou_ melhor, o percurso de um processo por duas fases opostas, sendo assim a unidade de ambas as fases, ela é igualmente a separação destas mesmas e sua autonomização uma diante da outra. [...] Mas, como elas seco-pertencem, a autonomização dos momentos co-pertencentes só pode aparecer violentamente, como um. processo destrutivo. É justamente a crise, na qual sua unidade se verifica, a unidade dos diferentes" [13] Pela clareza com que se expõem dialeticamente as proposições desse texto, devemos analisá-lo com algum detalhe. O "percurso" da circulação de mercadorias é chamado de "metamorfose" por Marx, com a troca das formas-valor, dinheiro e mercadoria, que caracteriza a compra e a venda. O movimento completo da circulação determina cada fase como

[12] Idem, *Theorien über den Mehrwel*, li, p. 504.
[13] Idem, ibidem, p. 501-2.

momento do processo total, de modo que cada uma se define pela relação com a outra: cada fase determina o que a outra é - incluindo-a em si - mas negativamente, ou seja, como sendo aquilo que ela mesma não é; e assim cada fase é definida pela outra, mas como seu oposto - incluída na outra e excluindo-se desta por oposição. A venda se define por referência à compra, mas como seu contrário; e vice-versa. A própria unidade das duas fases as determina como diferentes e relativamente autônomas, permitindo que se separem e que o processo global da circulação se interrompa.

Mas a crise não é simplesmente essa separação e autonomia da venda e da compra, e sim o inverso. Por isso, o raciocínio de Marx prossegue: "Os economistas que negam a crise insistem, portanto, só na unidade destas duas fases. Se elas fossem apenas separadas, sem serem uma, então não seria possível o estabelecimento violento de sua unidade, a crise. Fossem elas apenas uma, sem ser separadas, então não seria possível uma separação violenta, que novamente é a crise. Ela é o estabelecimento violento da unidade entre momentos autonomizados e a autonomização violenta destes, que essencialmente são um.[14] A autonomização das "metamorfoses" não decorre por elas se- rem distintas por princípio, e sim porque se opõem, isto é, porque estão numa relação que as une simultaneamente separando-as. Por isso, quando se afirma pela interrupção do percurso da circulação normal, a autonomia contradiz a unidade na qual se baseia; e a crise é a manifestação real dessa contradição. A crise não se define, assim, simplesmente pela diferença e separação de venda e compra, mas pela unidade íntima e necessária deles., que se explicita pela impossibilidade de sua autonomia plena. Daí nela se "verificar" ou "estabelecer violentamente" a unidade e não a distinção dos dois momentos. Só que é uma unidade contraditória que determina a autonomização daquilo por ela unido, negando a si mesma.

Nessa nova forma de pensar as categorias econômicas, a afirmação da unidade das determinações não implica excluir sua diferença, como em Ricardo. Ao contrário, a unidade final resulta de sua passagem pela mediação da diferença, da afirmação da co-

[14] Idem, ibidem, p. 514.

pertinência dos momentos que se autonomizam devido à própria co-pertinência. Como "verificação" ou realização da unidade dos diferentes, a crise é o instante em que se explicita a contradição funda- mental do capitalismo, e seu conceito é o que revela a apreensão desse sistema como constituído por essa contradição. Essa primeira definição de crise, já na esfera da circulação simples de mercadorias, passa totalmente despercebida de Ricardo, por sua adesão à proposição de "equilíbrio metafísico" entre compras e vendas e sua insuficiente distinção entre dinheiro e mercadoria, como vimos. E já neste ponto se exerce a crítica de Marx a ele, superando sua "unilateralidade" por meio de uma perspectiva dialética. Pode-se começar a perceber, então, a relevância do conceito de crise nesta crítica da economia política, pois a crise é a manifestação real do caráter contraditório do capital, de modo que seu conceito implica uma total reformulação também no conceito deste último. Mesmo em Marx, contudo; o próprio significado da crise é limitado, nesse nível da exposição das categorias, a uma simples possibilidade de interrupção da circulação mercantil, sem que se possam determinar as, condições de sua efetivação.

Para tanto, a exposição deve avançar, explicando a situação histórica em que a fonte mesma do valor - a força de trabalho - se toma mercadoria, passando a circular por fases de compra e venda, trocando-se por dinheiro-salário. Não é preciso, certamente, reconstituir aqui essa tão conhecida explicação de Marx. O que é interessante enfatizar é sua concepção dialética da relação de capital e trabalho assalariado, em que o primeiro rebaixa o segundo a momento de uma totalidade composta por ele, capital; mas, ao mesmo tempo que assim o inclui em si, também o exclui de si, opondo-se como trabalho objetivado ao trabalho-sujeito da criação de valor. Novamente neste ponto, ele aponta confusões na concepção ricardiana do capital: "Em vez do trabalho, ele deve- ria ter falado da força de trabalho. Mas, com isso, o capital teria se apresentado como as condições materiais de trabalho, que se defrontam ao trabalhador como processo autonomizado. E o capital teria logo se apresentado como relação social determinada. Para Ricardo, ele se distingue apenas como trabalho acumulado, do trabalho imediato. E é uma simples: coisa, simples elemento no processo de trabalho, do qual a relação do trabalho e capital,

salários e lucros, jamais pode ser desenvolvida".[15] A "força de trabalho" é a mercadoria em que se converteu o trabalho despojado dos meios de produção pelo capital, numa "relação social determinada" historicamente, não vista por Ricardo. Por isso, o capital permanece para ele como "simples coisa", "stock" de instrumentos de produção usados sempre, independentemente das condições sociais específicas desse uso. Mas desse modo Ricardo não pode conceber que o capital seja uma relação social, e mais, uma relação definida pela polaridade contraditória entre o próprio capital e a "força de trabalho".

Nessa mesma passagem, contudo, pode-se perceber o ponto que Marx considera positivo na formulação ricardiana, isto é, que o capital é "trabalho acumulado", produto do trabalho, portanto. Daí que Ricardo, ao contrário de Say e dos economistas chamados por Marx de "vulgares", não tenha admitido que o capital fosse fonte autônoma da criação de valor, sendo o lucro a sua remuneração. O problema que ele enfrentou, então, era o da distribuição do valor total produzido entre o salário do trabalhador e o lucro do capital. Mas esta limitação do seu problema expõe, por outro lado, o que ele deixou de lado: "Ricardo não se ocupa jamais da origem da mais-valia. Ele a trata como uma coisa inerente ao modo de produção capitalista, a forma natural da produção a seus olhos".[16] Sem pensar o vínculo entre capital e trabalho assalariado enquanto relação social contraditória, o problema do lucro é mal formulado e respondido por Ricardo, de acordo com Marx. Sem pensar o trabalho assalariado a partir da oposição polar para com o capital, ele não percebe a distinção entre força de trabalho e trabalho. Daí que, apesar de ter indicado a diferença entre o valor criado pelo trabalho para o capital e o valor da força de trabalho, ele não deduza o conceito de "mais-valia" e não defina claramente aquela diferença como uma taxa de exploração do trabalho pelo capital. Ele não vê como problema "a origem da mais-valia", só a sua distribuição. Mas sem resolver bem o problema da "origem" também o da distribuição se torna difícil.

Assim, "para ele é um fato que o valor do produto é maior que o valor dos salários. Como surge este fato não fica claro. A jornada

[15] Idem, ibidem, p. 403.
[16] Idem, Das Kapital, 1, p. 539.

de trabalho total é maior que a parte da jornada requerida para a produção dos salários. Por quê? Não se salienta. A magnitude da jornada de trabalho total é, por isso, erroneamente suposta como fixa, do que seguem diretamente consequências erradas".[17] Na medida em que não se ocupa da "origem" da mais-valia, Ricardo aceita como "um fato'' natural que exista um excedente de valor do produto sobre a parte referente aos salários, ao valor da força de trabalho. Parece assim que a produção é um problema meramente técnico, natural, de modo que também o é a distribuição do valor de suas partes componentes. Nesse caso, se interessam mais as proporções dos valores a serem distribuídos do que suas magnitudes absolutas, trata-se apenas de supor uma jornada de trabalho de duração fixa para investigar como variam as magnitudes uma em relação à outra. Evidentemente, uma parte só pode aumentar se a outra diminuir, de modo que o único meio de elevar o lucro e incentivar a acumulação de capital é diminuir o salário, medido pelo valor dos meios de vida. Ricardo afirma, portanto, que só quando esse valor cai, devido ao aumento da produtividade dos setores econômicos produtores de meios de vida consumidos pelo trabalhador, principalmente a agricultura, é que pode diminuir o salário real e crescer em proporção inversa o lucro.

Mas essa variação proporcional corresponde exatamente à definição marxiana da mais-valia "relativa", que é a única forma tematizada por Ricardo. Ao fixara duração da jornada de trabalho, ele não vê que a mais-valia também pode crescer de forma absoluta, sem que baixe o valor da força de trabalho, simplesmente por se, aumentar o tempo de trabalho excedente, prolongando a jornada inteira. Reduzindo seu problema à distribuição, ele se desinteressa pelo montante dos valores, não formulando o conceito da mais-valia ''absoluta", a forma geral da mais-valia para Marx, que revela o caráter de oposição entre capital e força de trabalho. Marx reconhece seu mérito em ter destacado a mais-valia "relativa", mas reprova que ele só tenha elaborado esse conceito, sem perceber a mais-valia em si mesma, na sua forma geral, ''absoluta". As "consequências erradas" advindas dessa confusão referem-se a essa, que obscurece a exploração da força de trabalho pelo capital e também que no capitalismo a produtividade do

[17] Idem, *Theorien über den Mehrwert*, li, p. 408.

trabalho decorre da sua subordinação real ao capital e não de processos naturais.

Por tudo isso, o excedente de valor parece não surgir da exploração capitalista, como fica evidente no conceito de mais-valia "absoluta", e sim de um “fato" independente de qualquer relação social específica, que se expressa imediatamente na forma do lucro. O aumento ou diminuição da proporção entre mais-valia e trabalho pago, que é realmente a taxa de exploração do trabalho pelo capital, aparece travestido de variação entre lucro e salário devida a alterações técnico-naturais da produtividade do trabalho, urna taxa de lucro socialmente neutra na origem, embora não nos resultados distributivos (donde a esquerda ricardiana). Marx conclui sua objeção: "Como ele identifica mais valia com lucro, ele quer demonstrar consequentemente que elevações e quedas da taxa de lucro dependem apenas das condições que fazem a taxa de mais-valia se elevar ou cair".[18] Resolver as "consequências erradas da falsa identificação de mais-valia e lucro por Ricardo, implicou para Marx, como se sabe, enfrentar o complicado problema da transformação de valores em preços, problema cuja dimensão e profundidade escapam às limitações do presente ensaio. Assim, prosseguindo na linha de pensamento que aqui se desenvolve, a análise do texto citado implica destacar que- a diferença entre mais-valia e lucro decorre, para Marx, da diferença entre taxa de mais-valia e taxa de lucro. Ou seja, o excedente é apreendido de maneira diversa conforme ele seja considerado como produto direto da relação social contraditória entre capital e força de trabalho ou como resultado de transformações nas condições da produção, nas quais se leva em conta não só a força de trabalho como os meios de produção em que se materializa o capital. No primeiro caso, só a parte variável do capital é considerada na proporção ao excedente de valor; no último, é o capital total, vale dizer, a soma do capital variável e o capital constante.

Tais conceitos são formulados, no entanto, apenas por Marx e como crítica a Ricardo, que pensava ser necessário eliminar o capital constante ("fixo", em sua terminologia) da conta do capital social global, já que o capital é sempre "trabalho acumulado", sendo o capital constante de alguns setores variável para outros.

[18] Idem, ibide m, p. 378-9.

De qualquer maneira, igualadas as duas taxas, as "condições que fazem a taxa de mais-valia elevar ou cair" se resumem para Ricardo em alterações de salário, uma vez que ele supõe constante a jornada de trabalho. Variações no tempo de trabalho necessário para repor o valor dos salários implicariam, portanto, variações inversas no tempo não-remunerado, isto é, no lucro. Seriam aumentos de salário que diminuiriam o lucro e, com isso, a taxa de lucro. Mas essa relação da mais-valia com o capital variável é a taxa de mais-valia, para Marx, e não a de lucro. Ao confundi-las, Ricardo desconsidera a relação entre a parte variável e a constante do capital, a "composição orgânica" do capital, conceito que se sabe se tão importante na teoria marxiana, sem o qual não se pode entender a transformação da mais-valia em lucro. Sem ela, não há "transformação" propriamente dita, mas identidade entre as duas formas de expressão do excedente de valor.

Assim, a crítica de Marx a Ricardo prossegue, "[...] onde ele expõe corretamente as leis da mais-valia, ele as falseia, declarando-as imediatamente como leis do lucro. Por outro lado, ele pretende expor as leis do lucro imediatamente como leis da mais-valia, sem os termos médios".[19] Aqui Marx aponta mais uma vez para a dificuldade de Ricardo na exposição das categorias de sua teoria, observada antes, pois não há dedução de conceitos derivados a partir de conceitos fundamentais - do lucro a partir da mais-valia ou da mais-valia relativa a partir da absoluta. Mais ainda porém, os ''termos médios" que presidem a "transformação" de mais-valia em lucro se referem aos elementos da ''composição orgânica" do capital, isto é, à relação entre o capital constante e o variável. E essa relação, por sua vez, remete às condições técnicas da produção, determinadas não pela natureza simplesmente mas pela forma social com que esta última é dominada, ou seja, à subordinação da própria força de trabalho ao capital. Tal subordinação é exercida pela imposição do meio de produção ao trabalhador e, no limite, pela substituição deste por aquele, configurando uma tendência capitalista em elevar a "composição orgânica" como expressão real da oposição do capital à força de trabalho.

Estão dados, com isso, os elementos componentes do enunciado da conhecida "lei''' de tendência à queda da taxa média

[19] Idem, Das Kapital, Ili , MEW, v. 25, p. 250 .

de lucro, da qual quero aqui destacar um aspecto específico: "A queda tendencial da taxa de lucro é ligada a uma alta tendencial• da taxa de mais-valia. [...] Ambas, a alta da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro, são apenas formas específicas nas quais se expressa de modo capitalista a produtividade crescente do trabalho".[20] A produtividade do trabalho no capitalismo se eleva, para Marx, com o aumento da "composição orgânica", isto é, com um emprego cada vez maior de meios de produção em proporção ao trabalho e o correspondente aumento na proporção do valor do capital constante perante o do variável. E como esses dois elementos componentes da "composição orgânica" são os que distinguem a taxa de mais-valia - que leva em conta só o capital variável - da taxa de lucro - que considera também o capital constante -, o aumento da "composição" produz diferentes efeitos sobre cada uma das taxas. Supondo que caia o valor do capital variável e que se mantenha igual o do excedente, a taxa de mais-valia pode subir ao mesmo tempo em que cai a taxa de lucro, se aquelas condições forem acompanhadas pelo aumento do valor do capital constante. Ambas as taxas são, contudo, "apenas formas específicas nas quais se expressa de modo capitalista a produtividade crescente do trabalho'', ou seja, simplesmente expressões diversas do mesmo fenômeno, distintas formas de medi-lo. Mas essa mera diferença das duas medidas se apresenta como oposição, quando elas se movimentam em sentido inverso sob a influência da mesma causa. Assim, o crescimento da ''composição orgânica'' leva a taxa de mais-valia a subir e a de lucro a cair, rompendo o paralelismo das duas medidas da valorização do capital e colocando-as numa oposição que contradiz o objetivo de valorização e acumulação permanente. Configura-se, com isso, uma crise econômica, definida agora de modo mais complexo e concreto como queda tendencial da taxa de lucro.

Novamente está em jogo uma oposição dialética na estrutura de movimento do capital, mas não mais apenas como possível interrupção no percurso da circulação de mercadorias, e sim como desvalorização efetiva de capital, necessariamente determinada por sua natureza contraditória. E de nada adianta constatar, como faz Ricardo, que a queda da taxa de lucro pode não significar uma

[20] Idem, Das Kapital, Ili, MEW, v. 25, p. 250.

queda na massa do lucro acumulada, de modo que o sistema permaneceria crescendo embora a taxas menores. Pois, "estes dois momentos incluídos no processo de acumulação não devem, porém, ser considerados na calma justaposição em que Ricardo os trata; eles contêm uma contradição, que se manifesta em tendências e fenômenos contraditórios. [...] Estas diferentes influências se fazem valer ou justapostas no espaço ou sucessivamente no tempo; o conflito dos agentes antagônicos alivia-se periodicamente em crises. As crises são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem temporariamente o equilíbrio perturbado". [21] Os "dois momentos incluídos no processo de acumulação", isto é, a taxa e a massa de lucro, só podem variar independentemente um do outro, para Ricardo, porque ele os concebe como independentes por princípio, meramente "justapostos" mas não profundamente ligados. De acordo com Marx, porém, eles têm um mesmo fundamento no caráter contraditório do capital, contradição que Ricardo recusa, como já vimos, pois as determinações econômicas mais concretas não podem negar as mais abstratas. A massa e a taxa de lucro são para ele os dois termos autônomos de uma equação, cuja possível oposição nunca expressa uma contradição essencial, de modo que eles podem se anular parcial ou totalmente no efeito final. Criticando essa perspectiva, Marx considera os movimentos opostos da assa e da taxa de lucro, ou desta última e da taxa de mais-valia, como manifestações necessárias determinadas por um fundamento contraditório, que se exterioriza em "tendências e fenômenos" também contraditórios. É nesse contexto que ele expõe as conhecidas condições compensatórias à queda tendencial da taxa de lucro, que exercem um efeito em sentido contrário àquela queda, mas que são dialeticamente determinadas pelos mesmos elementos componentes dela. Esse jogo de forças opostas se articula na realidade "influindo" diferentemente em lugares diferentes ou "sucessivamente no tempo, distinguindo-se umas das outras como fases de um ciclo. De qualquer modo, o fundamento de que se geram essas influências conflitantes será sempre contraditório, mesmo se no âmbito do fenômeno apareçam somente forças de sentido único. É a recusa desse caráter autonegador do

[21] Idem, ibidem, p. 259.

fundamento que impede Ricardo de ver que essas forças decorrem de um mesmo princípio, atribuindo a ele só as que confirmam a tendência à valorização e acumulação, e atribuindo as que negam essa tendência à intervenção de fatores externos ao sistema econômico. De acordo com Marx, porém, o motivo dessa recusa é mais do que apenas uma questão teórica; tratar-se-ia, antes, de uma intuição profunda, embora não sistematizada, do caráter transitório do capitalismo. Por isso, ele afirma: "os economistas que, como Ricardo, consideravam o modo de produção capitalista como o absoluto sentem aqui que esse modo de produção cria um limite para si mesmo e ligam esse limite, daí, não à produção, mas à natureza".[22]

Ricardo também elaborou a sua teoria da queda tendencial da taxa de lucro: a acumulação de capital levaria ao emprego de um contingente cada vez maior de trabalhadores, elevando seus salários e ameaçando os lucros, o que só poderia ser evitado mantendo o salário nominal mas aumentando seu poder de compra mediante o barateamento dos bens consumidos pelos trabalhadores, isto é, alargando a área agrícola cultivada; o problema é que a produtividade do trabalho agrícola depende também dos recursos naturais de solo, irrigação etc., que tendem a piorar com a ampliação da área cultivada para terrenos inferiores, de modo que o barateamento dos meios de vida dos trabalhadores é por eles limitado; os salários tenderiam mesmo a subir, então, comprimindo os lucros e limitando a acumulação de capital da economia como um todo. Não nos enganemos, porém, por esse salutar pessimismo de Ricardo. Seu esquema distributivo, equacionado pela proporção entre salário e lucro, serve apenas de base para a atuação de uma tendência determinada não pelo capital, mas pela natureza, isto é, pelas condições de fertilidade agrícola das áreas para onde avança o cultivo. Para ele, a queda da taxa de lucro não indica uma contradição do capitalismo, mas a mera influência de elementos externos ao sistema.

Toda a nova elaboração teórica de Marx nesse ponto - sua própria "lei" de tendência à queda da taxa de lucro - visa superar esse meio pessimismo, em que o capitalismo é ameaçado pela estagnação, mas é salvo da contradição. Em Marx, o limite da acumulação é determinado pelo desenvolvimento das características internas do

[22] Idem, ibidem, p. 252.

próprio capital; o oposto da valorização resulta das condições imanentes desse mesmo fundamento que contraditoriamente se define pela valorização. É possível perceber, com isso, que formular precisamente aquilo que em Ricardo não passava de intuição é um problema que exige redefinir completamente o conceito de capital, fundamento contraditório da economia moderna, com o consequente deslocamento e rearticulação de todo o quadro teórico clássico. Dialeticamente definido, o capital pode ser visto como o princípio autonegador do sistema social que ele preside e simultaneamente condena, como o determinante de crises imanentes que revelam seus limites relativos e absolutos. Uma tal definição de crise implica, portanto, o novo conteúdo do conceito de capital e, daí, até a exposição categorial que decorre do desenvolvimento desse conteúdo contraditório. A explicação da crise, onipresente nas várias etapas desse desenvolvimento como seu negativo, embora por vezes apenas latente, impõe, desse modo, uma perspectiva dialética e crítica do capitalismo. Assim, a teoria de Marx resgata, finalmente, e em toda a riqueza de suas potencialidades, o elo profundo existente entre crise e crítica, ultrapassando os limites do mero entendimento.

Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades

Marcelo Dias Carcanholo[1]

A manifestação contemporânea da crise do capitalismo nos permite resgatar ao menos dois pontos fundamentais para o entendimento deste tipo específico de sociabilidade. Em primeiro lugar, torna claro o caráter inerentemente cíclico do processo de acumulação de capital. Em segundo lugar, e em função da própria característica cíclica das crises no capitalismo, explicita a teoria marxista como aquela que melhor entende esse funcionamento. Iniciemos pelo primeiro aspecto.

O processo de acumulação de capital não é um processo linear, sem percalços, por onde a reprodução ampliada do capital se processa sem nenhuma perturbação. Ao contrário, como toda lei de funcionamento do capitalismo, tem um caráter tendencial[2]. Isto significa que todo processo de crescimento da economia capitalista se detém, em algum momento. A crise não é um evento ocasional, fortuito, exógeno, meramente probabilístico, como a teoria burguesa costuma retratá-lo[3]. Trata-se de um momento próprio da lógica do processo de acumulação de capital. As consequentes

---

[1] Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), e Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).

[2] "Tendencies, in short, are potentialities which may be exercised or in play without being directly realised or manifest in any particular outcome. [...] A statement of a tendency, in other words, is not a conditional statement about something actual or empirical but an *unconditional* statement about something non-actual and non-empirical. It is not a statement of logical necessity subject to *ceteris paribus* restrictions, but a statement of natural necessity without qualifications attached. It is not about events that would occur if things were different but about *a power that is being exercised whatever events ensue*" (Lawson, 1997: 23, itálicos originais).

[3] É clássica a identificação das manchas solares como causa das crises no pensamento de W. S. Jevons (1835-1882). Para ele, a cada período de tempo, a incidência dessas manchas solares determinava ciclos agrícolas específicos. Por mais caricato que isso possa parecer, a ideia de sunspots (manchas solares) é hegemônica hoje em dia na teoria econômica para representar a ocorrência de choques aleatórios inesperados na economia. Ou seja, do ponto de vista que nos interessa, como se fosse algo que estivesse estritamente no terreno da casualidade, sem nenhuma legalidade, determinação estrutural/causal; uma mera eventualidade.

depressão/recessão que caracterizam as crises podem ser mais ou menos profundas, mas suas características permitem (re)construir (novas) bases para um novo processo de acumulação de capital, mais ou menos intenso. Este, por sua vez, desenvolve/complexifica novamente as contradições do capitalismo, que se desdobrarão em um novo momento de crise, e assim por diante. Isto define, objetivamente, as crises cíclicas do capitalismo como um fenômeno regular e necessário dentro deste tipo de sociabilidade.

A interpretação mecânica desta objetividade do capitalismo é, como sempre, indevida. Desta característica objetiva do processo de acumulação do capital não decorre um comportamento que permita antever com precisão o momento exato de cada uma das rupturas (crise e retomada), da mesma forma que o ritmo e a intensidade do crescimento e da depressão tampouco podem ser medidos de antemão. O fenômeno é objetivamente regular e necessário, mas sua manifestação conjuntural é determinada por especificidades e conjunturas dos momentos sócio-históricos específicos. A partir desta característica, a teoria social pode identificar suas leis de movimento, a causalidade dialética do processo de acumulação do capital e, inclusive, a relação destas com as respectivas casualidades e causalidades conjunturais.

As explicações para as crises cíclicas no capitalismo devem cumprir três requisitos, se é que pretendem, de fato, explicar o fenômeno da forma como ele, objetivamente, se apresenta.

O primeiro requisito é a explicação dos chamados processos cumulativos, que propagam os efeitos das inflexões/rupturas. Isto significa que a teoria deve entender que, após a retomada do processo de acumulação de capital, a economia capitalista continua crescendo simplesmente porque já vinha crescendo, isto é, porque ocorrem os efeitos propagadores/cumulativos do processo de crescimento; da mesma forma, a razão pela qual a recessão/ depressão continua ocorrendo justamente porque a economia já se encontra em crise[4]

O segundo requisito para uma teoria das crises cíclicas é a explicação dos momentos de ruptura/inflexão. Por que uma fase de crescimento da economia, em determinado momento, se detém, e esse

[4] Dos três requisitos para uma teoria da crise cíclica talvez este seja o mais simples de ser cumprido. De uma forma ou de outra, as teorias econômicas conseguem entender este processo cumulativo, grande parte das vezes com modelos que combinam o processo multiplicador keynesiano com o chamado processo acelerador.

processo se reverte, ou seja, por que o processo cumulativo de crescimento não ocorre ad eternum? Da mesma forma, por que a desaceleração pós-crise tampouco é eterna e, em algum momento, ocorre a inflexão que reconstrói um novo processo de crescimento? Utilizando a alegoria anterior, este segundo requisito exige entender porque o primeiro requisito não é absoluto, isto é, (i) porque a economia deixa de continuar crescendo por já estar crescendo e, (ii) deixa de sofrer os efeitos da crise por já estar em crise[5].

O terceiro, e último requisito, é a síntese dialética dos dois anteriores. Além de explicar os processos cumulativos que propagam os efeitos das inflexões, e a ocorrências destas últimas, uma teoria das crises cíclicas deve - sob pena de não entender o fenômeno como ele é, algo regular e necessário no capitalismo - perceber que os pontos de ruptura (crise ou retomada) são consequência necessária das características específicas produzidas pela inflexão anterior[6]. Mais precisamente, determinado momento de crescimento da economia desenvolve/complexifica as contradições do capitalismo que se desdobrarão na crise, enquanto que as consequências desta construirão os elementos necessários para a retomada da acumulação de capital posterior. Justamente em função disso é que as crises cíclicas são fenômenos necessários e regulares no capitalismo.

Esta característica objetiva das crises no capitalismo, isto é, o fato delas serem desdobramentos dialéticos dentro de uma unidade (o processo de acumulação de capital), é o que concede à perspectiva marxista melhor capacidade de seu entendimento, uma vez que esta perspectiva não desdenha, esconde e/ou desqualifica as contradições reais do capitalismo. A partir delas é que consegue compreender a processualidade desse modo de produção.

---

[5] "Este requisito costuma ser contornado pelas teorias através da introdução de choques exógenos na análise, ou seja, acontecimentos conjunturais, não pertencentes necessariamente à lógica da acumulação de capital, podem reverter as fases de crescimento/recessão no seu contrário, provocando as crises/recuperações" (Carcanholo, 2010a: 42).

[6] Para usar uma imagem não muito rigorosa, mas bem elucidativa, é como se a teoria deve-se explicar porque "o capitalismo entra em crise porque cresce, e porque ele cresce porque entrou em crise"!

1. A crise cíclica dentro de uma perspectiva marxista

O debate na perspectiva marxista a respeito das crises no capitalismo tem suas raízes no início do século XX[7], dentro do que se pode chamar de debate clássico, e, por razões óbvias, é resgatado neste início de século XXI[8]. Mais precisamente, a discussão maior sobre o tema gira em torno da identificação da causa do fenômeno no processo de acumulação do capital. É possível demonstrar que grande parte do debate – tanto o clássico, como o contemporâneo – confundem formas específicas de manifestação da crise com a sua causa[9]. O que importa aqui é demonstrar que se trata de um fenômeno regular e necessário na dinâmica capitalista e, para tanto, deve-se especificar o que de fato ele significa, isto é, o seu conteúdo e, a partir disso, demonstrar que a sua causalidade é dada pelas próprias leis (dialéticas, de tendência) de funcionamento da economia capitalista.

Em primeiro lugar, deve-se notar que as crises são o resultado do desenvolvimento das contradições próprias do modo de produção capitalista. Especificamente, como observa Marx na seção I do livro II de O Capital[10], o processo de circulação do capital é uma unidade contraditória entre o processo de produção do valor-capital e o seu processo de realização[11], que ocorre na esfera da circulação de mercadorias, em uma linguagem atual, no mercado. O que a fase de aceleração da acumulação de capital faz é, justamente, potencializar a autonomia relativa desses dois processos, de forma que a produção e a realização exacerbam sua oposição como se fossem dois processos independentes. Esse aprofundamento da contradição estoura (se explicita) na crise. Como afirma Marx, ao criticar a teoria da acumulação de Ricardo e a apologética burguesa:

"En las crisis del mercado mundial estallan las contradicciones y los antagonismos de la producción burguesa…La sustantividad que

---

[7] As principais vertentes são a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a tese do subconsumo e a das desproporções. Para mais detalhes ver Carcanholo (1996).

[8] A lista do debate contemporâneo é muito extensa. Para uma tentativa de tratamento desse debate ver Cipolla (2010).

[9] É a hipótese que norteia o trabalho em Carcanholo (1996).

[10] "O processo global se apresenta como unidade de processo de produção e processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação e vice-versa" (Marx, 1988, vol. III: 70).

[11] Esta contradição é o resultado do desenrolar dialético da contradição básica do capitalismo, própria de sua forma de manifestação mais aparente, a mercadoria, que se dá entre o valor e o valor de uso que a constituem. Para tanto ver Ribeiro (2008).

revisten dos momentos [compra e venda] coherentes entre sí y que se complementan es violentamente destruida" (Marx, 1980, vol. II: 461).

Por outro lado, é justamente na crise que a unidade entre os dois processos substantivados um em relação ao outro se restabelece. A tendência de exacerbação do processo de produção do valor-capital - como se este, para ser acumulado em escala ampliada, independesse de sua realização no processo de circulação das mercadorias - encontra seu limite[12] na crise, quando sua inadequação do processo de realização, isto é, a unidade que forma junto com este no modo de produção capitalista fosse recobrada. Desta forma, a crise, ao mesmo tempo em que é o momento de irrupção da contradição (processo de produção do valor-capital), significa, dialeticamente, o restabelecimento de sua unidade (na totalidade do modo de produção de capitalista)[13]. Marx é explícito ao afirmar isso em dois momentos:

> El proceso total de circulación o el proceso total de reproducción del capital constituye la unidad de su fase de producción y de su fase de circulación un proceso que recorre ambos procesos como sus fases…Si aparecieran disociadas sin entremesclarze en unidad, no sería posible, en efecto, restabelecer su unidad por la fuerza, no podría darse la crisis. Si formasen una unidad, sin desglobarse, no sería posible desglosarlos por la fuerza, lo que, a su vez, es la crisis. [Ésta] es el restablecimiento por la fuerza de la unidad entre [momentos] sustantivados y la sustantivación por la fuerza de momentos que esencialmente forman una unidad." (Marx, 1980: 472).

---

[12] Marx resgata a dialética barreira – limite nos Grundrisse, quando procura mostrar que, no capitalismo, a barreira se apresenta como uma contingência que deve ser superada pela própria processualidade do capital: "El capital, empero, como representante de la forma universal de la riqueza – el dinero – constituye el impulso desenfrenado y desmesurado de pasar por encima de sus proprias barreras. Para el, cada limite es y debe ser una barrera. En caso contrario dejaría de ser capital, dinero que se produce a sí mismo…El límite cuantitativo de la plusvalía se le presenta tan sólo como barrera natural, como necesidad, a la que constantemente procura derribar, a la que permanentemente procura rebasar" (Marx, 2009, vol. 1: 276-277).

[13] Wolff (1978: 48 – itálico original) afirma que "… Marx speaks of the unity of production and circulation, of extracting surplus value and of *realizing*. Crisis is finally the disruption of the unity, the disruption of accumulation." Ademais, a crise não é apenas a ruptura da unidade, mas também uma (re)afirmação da unidade dos contrários. O próprio Wolff acaba reconhecendo isto, quando diz mais adiante: "For Marx, unities produce disunities which produce reunifications: accumulation produces crisis which recommences accumulation".

E, ainda, de forma mais sintética, no famoso capítulo XV do livro III de O Capital, quando o autor trabalha de forma mais direta a temática: "as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (Marx, 1988, vol. IV: 179).

Com isso, tem-se que o processo de acumulação de capital, em sua totalidade, tem a impulsão a uma produção ilimitada de valor-capital, ao desenvolvimento de um consumo (capacidade de realização desse valor-capital) abundante[14], e ao estabelecimento de barreiras para que essa realização se efetive. Este é precisamente o conteúdo das crises no capitalismo: (i) produção ilimitada de mercadorias; (ii) consumo abundante, e (iii) barreiras/limites para que o consumo realize o valor-capital produzido. Tudo isso tendo como origem o mesmo processo, as leis do modo de produção capitalista:

"A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente..." (Marx, 1988, vol. IV: 180).

A causa das crises, no capitalismo, estaria, portanto, na própria lógica de seu funcionamento, nas suas leis (de tendência), em sua dinâmica. A finalidade do capital, quando percorre seu processo de circulação, que engloba tanto o momento da produção quanto o da circulação de mercadorias (mercado), é sua constante valorização, e não a satisfação das necessidades sociais, que se manifestam, de uma forma ou de outra, na circulação de mercadorias. Assim, a crise ocorre porque o processo de produção e o de realização tem lógicas próprias,

[14] Ao contrário do que pensa a tese subconsumista, as crises no capitalismo não ocorrem porque exista pouca demanda (consumo). O processo de produção de valor-capital, ao transformar este em rendimentos das classes sócias que conformam o capitalismo, e por estar sujeito à tendência de reprodução ampliada, cria um consumo (capacidade de realização) abundante. Entretanto, "la *superproducción general* tendrá lugar no porque los obreros consuman relativamente *demasiado pocas* mercancías o los capitalistas demasiado pocas de las mercancías que han de ser consumidas, sino porque de *ambas* se ha producido demasiado; *no* demasiado *para el consumo*, sino para asegurar *la relación correcta entre el consumo y la valorización; demasiado para la valorización*" (Marx, 2009, vol. 1: 402 – itálicos originais).

distintas, que só se adéquam dentro da unidade (dialética) do processo total.

A divergência entre o caráter ilimitado da produção do valor-capital e sua realização na esfera do consumo ocorre porque o objetivo do capital é a apropriação da mais-valia na forma de lucro, e esta se concretiza no plano da individualidade, isto é, segundo a lógica privada que caracteriza a esfera da circulação de mercadorias, independentemente das necessidades sociais do consumo. A produção – inclusive o seu caráter social – é uma característica de qualquer modo de produção. Só que este caráter social dos trabalhos privados, na época histórica específica do capitalismo, é intermediado pelas trocas de mercadorias que ocorrem na esfera da circulação e, nesta, realização e apropriação têm como característica a propriedade privada, independente do caráter social da produção: "a causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra" (Carcanholo, 1996: 181).

2. Crise dos anos 60/70 do século XX e Capitalismo Contemporâneo

Se o que foi desenvolvido até aqui faz algum sentido, a atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo só pode ser um desdobramento dialético das contradições do capitalismo que foram desenvolvidas nesta fase histórica. São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural[15] no processo

[15] O termo crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levará o capitalismo, inexoravelmente a sua própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica é completamente estranha a Marx, que entendia as leis de tendência do capitalismo em um sentido dialético. Para ele, as crises do capitalismo são cíclicas: "Aqui, hay que distinguir. Cuando A. Smtih explica la baja de la tasa de ganância por la *superabundance of capital, accumulation of capital*, se trata de un efecto *permanente*, y esto es falso. En cambio, [hay] transitoriamente *superabundance of capital.* Superproducción, crisis, es algo distinto. Crisis permanente no existe" (Marx, 1980: 457, nota a – itálicos originais). Para um sentido diferente do termo crise estrutural, às vezes de forma confusa, ver Mészáros (2009). *Crise estrutural*, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir (novas) bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente estaria obrigado a modificar radicalmente as bases estruturais do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento.

de acumulação do capital. E o capitalismo contemporâneo, a lógica de seu processo de acumulação, é, por sua vez, consequência das formas como o capitalismo saiu de sua última – antes desta – crise estrutural.

A última crise estrutural do capitalismo data do final dos anos 60 do século passado[16]. Independente de sua especificidade histórica, como qualquer outra crise do capitalismo, ela representou uma superprodução de capital (superacumulação)[17] e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso. Como visto, não se trata de um excesso em relação às necessidades sociais manifestas no consumo, mas excessivo em relação às condições objetivas de manter a sua própria taxa de valorização, isto é, a taxa de lucro. Assim, superacumulação de capital em todas suas formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) e redução da taxa de lucro são duas faces do mesmo processo.

O fato é que o capitalismo, para (re)construir suas bases para um novo processo de acumulação do capital deve encontrar (novos) espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. Isto significa que as formas que o capital encontre para a saída de sua crise estrutural devem promover novos espaços de valorização e/ou a ampliação dos já existentes.

O capitalismo contemporâneo foi historicamente construído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado. Suas possibilidades, limites, lógica, só são inteligíveis a partir dessas respostas. Essa resposta incluiu: (i) processo de

---

[16] Equivocadamente, e de forma majoritária, costuma-se entender a crise dos anos 70 (e não a partir do final dos 60!) como se fosse um fenômeno provocado por: (i) ruptura unilateral em 1971 por parte do governo americano da conversibilidade do dólar em ouro (fim do sistema monetário de Bretton Woods); (ii) primeiro choque dos preços do petróleo em 1973. Na verdade, os primeiros sinais da crise vêm de 1968/69, com a redução dos indicadores de produção, a redução das taxas de lucro, a queda da formação bruta de capital fixo, a elevação das taxas de desemprego e inflação. Para maiores detalhes sobre essa crise e uma crítica da mistificação apologética da teoria econômica convencional ver Mendonça (1990).

[17] "Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises destruição de capital" (Marx, 1988, vol. IV: 183).

reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, eleva a taxa anual ou periódica de mais-valia, consequentemente da taxa anual ou periódica de lucro (Marx, 1988, vol. III, seção II); (ii) reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quantos nos países periféricos; (iii) aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados a concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício.

Todo esse processo impulsionado, respaldado e referenciado por uma ideologia neoliberal que, não por casualidade histórica, se torna hegemônica nesse período histórico, e pelas práticas de política impulsionadas a partir desse referencial.

Cada um desses elementos constituintes da resposta do capital para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado é importante o suficiente para exigir um tratamento rigoroso e pormenorizado dos seus efeitos. Entretanto, consideramos que o último aspecto – sempre dentro do contexto total da resposta capitalista a sua crise – nos permite destacar um dos elementos cruciais na identificação da lógica específica do comportamento do capitalismo contemporâneo.

O entendimento categoria capital fictício em Marx só é possível dentro do que o autor chama de autonomização/ substantivação das formas do capital (Marx, 1988, vols. IV e V, seções IV e V). Esta temática, ao contrário do que se possa imaginar, não é um corolário das leis gerais de funcionamento do capital total, a partir do qual frações específicas do capital apresentariam especificidades. Para Marx, faz parte da legalidade do capital total o fato de que as formas que este utiliza para se apresentar nos distintos momentos de sua circulação ganhem uma autonomia relativa de funcionamento, de maneira que as formas que o conteúdo-capital utiliza para se

manifestar na circulação de mercadorias (dinheiro e mercadorias) e no processo produtivo (capital-produtivo), de meras adjetivações do substantivo capital, se substantivam, isto é, apresentam uma lógica própria, que se subordina à totalidade do modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, de forma dialética.

É possível demonstrar que o capital fictício é o desdobramento dialético do que este autor chama de capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício[18], no sentido de que a unidade contraditória do capitalismo expressa pelo processo de produção e o de apropriação do valor se acentua[19].

Quando a lógica de emprestar uma determinada massa de capital, tendo como contrapartida a remuneração via juros, se generaliza na sociabilidade capitalista, todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros aparece como se fosse resultado da propriedade de um capital com essa possibilidade. No limite, todo direito a apropriação de rendimento futuro, qualquer que seja a sua origem, passa a aparecer como a remuneração de uma propriedade de capital, exista este ou não. De fato, tanto é assim que esse direito de apropriação futura pode até ser repassado (vendido) no mercado para outros indivíduos, que adquirem esse direito de apropriação futura, em troca de uma determinada massa de valor-capital.

Como diz Marx (1988, vol. V: 04), dada uma taxa de juros de mercado igual a 5% ao ano, "considera-se, assim, toda receita fixa anual de 25 libras esterlinas como juro de um capital de 500 libras esterlinas", quando este último, na realidade, nem existia[20]. Ou melhor, se constitui (passa a existir) com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida. Para o proprietário individual, que comprou o direito de apropriação futura de valor, constitui, de fato, seu capital. Entretanto, do ponto de vista da totalidade do capitalismo, constitui um capital fictício, já que possui como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir.

---

[18] Além das seções citadas de O Capital, uma discussão mais sintética do assunto pode ser encontrada em Painceira e Carcanholo (2009).

[19] Note-se que isso significa um aprofundamento justamente da contradição dialética que origina as crises no capitalismo.

[20] "Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida" (Marx, 1988, vol. V: 05).

É dentro dessa lógica que o processo de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros se constitui. Todo o processo de inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros que, em sua grande maioria, nada mais significam que títulos de crédito que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido), incluindo aqui o famoso mercado de derivativos[21], se desenvolve a partir dos anos 70 do século passado, e se acelera desde então, como uma forma do capitalismo criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada, isto é, havia sido produzida em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de lucro então observadas.

Esse processo constitui uma resposta fundamental do capitalismo para a sua crise estrutural anterior tanto pela constituição de um espaço adicional de valorização para o capital superacumulado, quanto pelo efeito que isso tem sobre a redução do tempo de rotação do capital total, como visto, também um dos elementos de reconstituição do processo de acumulação de capital naquele momento.

Todavia, a lógica crescente do capital fictício não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua própria constituição, não participa diretamente do processo de produção do valor. Portanto, o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção. Quando uma massa crescente do capital se especializa na mera apropriação de valor, e este não é produzido na mesma magnitude, prevalece a disfuncionalidade do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício, em sua funcionalidade e disfuncionalidade para o capital total, nos permite entender de alguma forma o capitalismo contemporâneo. Enquanto prevaleceu a funcionalidade, em conjunto com os outros elementos da resposta do capitalismo para sua crise, o

[21] Tecnicamente, derivativos são instrumentos financeiros constituídos (preço e lógica de transação no mercado) com base em outros ativos (bens ou instrumentos financeiros), que lhes servem de referência. Portanto, tem-se aqui a base para o crescimento exponencial de títulos de dívida, com base em títulos de dívida, ou seja, expansão da massa de capital fictício em função da já existente; direitos de apropriação sobre um valor ainda não produzido, com base já em direitos de apropriação sem relação direta com a produção de valor.

capitalismo apresentou alguma dinâmica de acumulação[22]. A nova crise estrutural do capitalismo, neste início de século XXI, se explica justamente pelo predomino da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total. Ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo que são aprofundadas pela sua dinâmica de acumulação na contemporaneidade. É disso que se trata a seguir.

3. A atual crise do capitalismo contemporâneo e seus impactos

O estouro da crise já vinha sendo ensaiado de antes. Pode-se identificar um prenuncio no estouro da bolha especulativa das ações ligadas às empresas de alta tecnologia, as chamadas pontocom, na virada do século passado para o atual. Esse estouro obrigou a massa de capital fictício ali superacumulada - que sobreviveu àquela crise localizada - a encontrar novos espaços de valorização. O que ocorreu foi um redirecionamento para o mercado de financiamento de imóveis, principalmente o americano.

Tendo como base todo o processo de desregulamentação financeira e bancária, que também faz parte do elenco de resposta do capitalismo a sua última crise estrutural, os bancos passaram a ter maior liberdade tanto para a captação de recursos (emissão de passivos) quanto para a alocação desses recursos em distintos ativos. Ou seja, a atuação das instituições financeiras deixou de ser regulada/controlada como vinha sendo até os anos 60 do século passado. O crescimento do mercado imobiliário teve como sustentação exatamente o financiamento via empréstimos bancários com base em crédito hipotecário, ou seja, um financiamento que traz como garantia para o credor os próprios imóveis adquiridos.

Com isso, os preços dos imóveis apresentaram uma substantiva elevação, dado que as condições de oferta de financiamento se expandiram sobremaneira, o que melhora as condições para os tomadores de crédito. Aliado a isso, deve-se destacar que a economia mundial no início do século XXI apresentou

[22] Não dá para sustentar, nem de longe, que esse momento de retomada da acumulação do capital no pós-crise dos anos 60/70 tenha alcançado as taxas de crescimento do ciclo anterior. O capitalismo da era neoliberal, mesmo com toda a ofensiva política e ideológica contra os trabalhadores, não conseguiu retomar as taxas de acumulação do período anterior. Para mais detalhes ver Baruco e Carcanholo (2006).

consideráveis taxas de crescimento da renda, o que permitiu melhores perspectivas de pagamento para os mutuários. Por outro lado, e até como consequência do processo de desregulamentação no setor, expandiu-se mais do que proporcionalmente o crédito para o chamado segmento subprime do mercado, ou seja, para aqueles tomadores de empréstimo que não possuem tantas garantias de honrar os créditos, seja porque não possuem fonte de renda definida e estável, ou porque, quando têm empregos, são de baixa qualidade, temporários, instáveis.

Esse aumento dos preços dos imóveis propulsionou uma lógica auto-expansiva no mercado, típica do comportamento do capital fictício. Isso porque a elevação dos preços dos imóveis permitia aos tomadores de empréstimo, que necessitavam pagar suas hipotecas, saldá-las e ainda conseguir a apropriação de recursos adicionais, que eram utilizados na aquisição de novas residências, também com base no crédito hipotecário, o que elevava mais ainda a demanda no setor de imóveis, aumentando adicionalmente os preços, e assim por diante.

Essa lógica auto-impulsionada foi característica da economia mundial, e em específico da americana e europeia, no início do século XXI. Em última instância, a lógica da acumulação e do crescimento seguiu um círculo "virtuoso", onde a riqueza (renda) obtida nesses mercados especulativos expandia o consumo das famílias, que incentivava maior produção, que requeria maior emprego, que gerava mais renda (rendimentos), permitindo maior expansão da riqueza (fictícia), elevação adicional do consumo...

Enquanto esse processo foi acompanhado de elevação da oferta de capital monetário, que sancionava a maior demanda por dinheiro para sancionar as transações, e a expectativa era de prosseguimento de alta dos preços, o círculo "virtuoso" continuou. No momento em que a demanda por capital monetário não foi acompanhada pelo financiamento que permitia a rolagem dos passivos (dívidas) e, mais importante, a massa de capital fictício ali acumulada não via mais sustentação na alta dos preços, o processo se reverteu. O momento de baixa no ciclo desse mercado (principalmente a partir do subprime) se deu quando a elevação da inadimplência nas hipotecas, junto com a elevação das taxas de juros americanas, em 2004, redundaram na redução dos preços dos imóveis e da oferta de crédito imobiliário, o que elevou ainda mais a inadimplência, e transformou o círculo

"virtuoso" em vicioso. Era a manifestação da crise (financeira) atual porque passa o capitalismo contemporâneo[23].

Por que prenúncios anteriores, como na bolha das empresas pontocom, não se desdobraram na mesma intensidade, contaminando mercados, países, e levando o capitalismo mundial a uma nova crise estrutural? Basicamente, porque os bancos credores daquelas hipotecas possuíam esses títulos de crédito que, com o estouro da crise, são desvalorizados imediata e intensamente e, como eles também devem honrar os seus passivos, e o fazem na expectativa de retorno de seus investimentos, criou-se um problema de falta de recursos nessas instituições para poder honrar os débitos que elas tinham assumido. Isso por um lado. Por outro, na tentativa de revender as hipotecas, procurando se antecipar ao movimento de queda dos preços, eles acabaram gerando um excesso de oferta nos mercados que, justamente, forçou os preços para baixo! Isso agravou a intensidade da crise, ao mesmo tempo em que fez com que os credores desses bancos (normalmente também instituições financeiras) também apresentassem os mesmos problemas

Deve-se acrescentar outro agravante. Em função da expansão dos derivativos financeiros, vários instrumentos financeiros foram criados com base nesses mercados. Assim que os créditos de hipoteca sofrem a desvalorização por conta do estouro da crise, o seu efeito se espraia por todos os seus derivativos, uns em maior grau que outros, contaminando rapidamente os mercados financeiros e todos os agentes que neles estão inseridos. A crise no mercado subprime americano rapidamente se desdobra em uma crise dos mercados financeiros internacionais e, como consequência, da economia mundial capitalista.

Essa nova crise estrutural do capitalismo - fruto de suas contradições que foram exacerbadas pela lógica do capitalismo contemporâneo - não se restringiu às economias centrais.

Entre 2002-2007, período onde prevaleceu a funcionalidade do capital fictício, as economias, inclusive as periféricas, viveram um momento onde o cenário externo foi extremamente favorável[24]. Em

[23] Uma boa análise da crise financeira atual, em suas manifestações concretas, pode ser encontrada em Gontijo e Oliveira (2011).

[24] Muitos desses países, ou melhor, de seus governos de plantão, chegaram a acreditar que os problemas estruturais de sua dependência tinham sido resolvidos, como se uma mera configuração de um cenário conjuntural revertesse por si só séculos de problemas

primeiro lugar, o momento de alta no ciclo do mercado de crédito internacional propiciou, por um lado, a considerável entrada de capital externo (especulativo e na forma de inversão direta), pressionando para baixo as taxas de câmbio dessas economias (e um controle da inflação em virtude do caráter mais barato das importações) e um considerável acúmulo de reservas internacionais, em alguns casos em quantidades superiores até aos compromissos externos mais prementes; por outro lado, o momento de alta nesse mercado levou a uma forte redução das taxas internacionais de juros que aliviaram as condições de financiamento externo, e permitiram certa margem para a redução das taxas domésticas de juros. Em segundo lugar, no mesmo período, a retomada do crescimento da economia mundial permitiu a esses países uma forte expansão de suas exportações, seja pela elevação dos preços de seus produtos exportáveis[25], seja por o quantum de exportação também se elevou.

Com o estouro da crise mundial em 2007/2008 o cenário externo se transformou. A grande entrada de capitais externos, característica da fase anterior, se reverteu, e as taxas internacionais de juros deixaram de cair. Assim, as economias periféricas passaram a conviver com uma forte instabilidade cambial (e, nos momentos de desvalorização da taxa de câmbio, com pressões inflacionárias), redução no estoque das reservas internacionais, redução nos preços dos produtos exportados que, em conjunto com a desaceleração do volume de exportação, implica problemas nas contas externas. Estes últimos, naquelas economias que dependem fortemente da remessa de imigrantes que foram procurar empregos nas economias centrais, e passaram a viver a falta de postos de trabalho, como é o caso das economias mexicana e centro-americana, se agravaram pela drástica redução nessa transferência de recursos. Tudo isso em um mercado de crédito internacional destroçado.

---

estruturais. Para uma análise crítica desse otimismo exacerbado para o caso brasileiro do governo Lula ver Carcanholo (2010b).

[25] É fundamental destacar que, nesse período, grande parte das economias periféricas vivenciou um forte processo de reprimarização de sua pauta exportadora, o que significa que parte crescente de suas exportações se dava justamente por produtos que experimentavam as maiores altas nos preços internacionais, basicamente as chamadas *commodities*. Aliás, o comportamento dos preços desses produtos, inclusive das *commodities* alimentares, também é explicado pela atuação do capital fictício nesses mercados. Não coincidentemente, no momento da crise, estes mercados também vão apresentar o mesmo comportamento (Painceira e Carcanholo, 2009).

O efeito da crise para as economias periféricas foi agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por razões estruturais, dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial de capital.

4. O pós-crise: a saída do capital e seus desdobramentos para a classe trabalhadora e os países periféricos

Qual é o quadro atual? De que forma os efeitos da crise que estourou em 2007/2008 permitem, para o capital, reconstruir bases para uma nova acumulação? Por que alguns analistas afirmam que a economia vive, hoje em dia, uma nova crise, dada, sobretudo, pela explosão das chamadas dívidas soberanas[26] na zona do Euro?

O cenário pós-crise - incluindo todos os seus efeitos econômicos, políticos e sociais - tornou-se propicio à discussão das chamadas alternativas, isto é, como construir novas formas de funcionamento da economia mundial, de maneira a contornar o momento turbulento por que ela passa. Chegou-se a falar que as políticas neoliberais estavam derrotadas, pois se tratava de uma crise provocada pela sua implementação. Tratava-se agora de garantir maiores espaços de atuação para os Estados, para o setor público, restringindo a liberdade dos agentes privados nos distintos mercados, o que teria acontecido em função das políticas neoliberais de desregulamentação e liberalização dos mercados, sobretudo os financeiros[27].

Independente desse discurso pseudo-crítico, o que se vê na atualidade não é a morte da ideologia neoliberal. Mais importante do que isso, a "alternativa" concreta que os governos dos distintos países estão construindo reflete uma "saída" que não é contrária à lógica do capitalismo contemporâneo, mas funcional para a sua manutenção. Aliás, essa "saída" – que não tem nada de alternativa – é que explica

[26] Dívida soberana nada mais é do que um neologismo para a dívida que é assumida por um Estado, ou seja, dívida pública.

[27] Tudo isso embute um profundo desconhecimento sobre o que é a ideologia e a prática neoliberais (Baruco e Carcanholo, 2006). Em verdade, por mais que o discurso ideológico neoliberal seja dado para a finalidade de liberdade de atuação dos mercados, em nenhum momento suas políticas efetivas significaram redução do papel do Estado na economia. Ao contrário, essa atuação só aumentou. O que se modificou foi a forma de atuação.

esta segunda onda da crise, manifesta pela falta de credibilidade na rolagem da dívida soberana das economias europeias.

Como visto, a consequência das crises em uma economia capitalista é a desvalorização do capital superacumulado na fase de crescimento anterior. Essa desvalorização do capital, até por força da atuação da concorrência entre os capitais no pós-crise, se dá ou pela "destruição" de uma massa desse valor-capital superacumulado, basicamente em função da redução de seus preços, ou então pelo simples fato de boa parte desse capital ficar parado, ocioso, o que é uma negação da própria lógica do capital que só se efetiva em movimento. Assim,

"Como se resolveria novamente esse conflito e se restabeleceriam as condições correspondentes ao movimento "sadio" da produção capitalista? A forma da resolução já está contida na mera formulação do conflito de cuja resolução se trata. Ela implica na colocação e alqueive e até mesmo um aniquilamento parcial de capital, num montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou então de parte dele" (Marx, 1988 vol. IV: 182).

Entretanto, dada a lógica predominante no capitalismo contemporâneo de atuação do capital fictício, e em função das características da crise atual, isso implicaria na quebra de grande parte das instituições financeiras com esse tipo de atuação[28]. Como do ponto de vista da economia política de sustentação das classes dominantes isso é algo que não faz parte do elenco de alternativas para o pós-crise, a forma como o capitalismo procurou sair da crise conjugou três elementos.

Em primeiro lugar, como se trata de uma superacumulação de uma massa de capital que se especializa apenas na apropriação de uma mais-valia que ele não produz, uma primeira exigência para a retomada da acumulação, sem a desvalorização necessária, é a expansão da massa de mais- valia produzida, de forma que esta consiga, de alguma forma, se adequar ao montante de títulos de apropriação superproduzidos no período. Isso implica aumentar sobremaneira a taxa de mais-valia, isto é, a taxa de exploração do trabalho, de todas as formas possíveis: (i) arrocho salarial puro e

[28] A crise financeira iniciada em 2007/2008 atingiu grandes instituições bancárias, como Bear Stearns, Merril Lynch e o Citygroup. A atual fase da crise também sinaliza para a quebra de instituições, até pouco tempo, consideradas sólidas do ponto de vista financeiro.

simples; (ii) maior destituição de direitos da classe trabalhadora como forma de reduzir o valor da força de trabalho; (iii) prolongamento da jornada e/ou da intensidade do trabalho, sem a correspondente elevação salarial; (iv) avanço na reestruturação produtiva, com implicações sobre a rotação do capital e jornada/intensidade do trabalho. Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego. Na verdade, trata-se de impor o "ajuste" da crise à classe trabalhadora.

Em segundo lugar, a massa de capital superacumulado, como sempre, necessita de (novos) espaços de valorização. Tampouco é ocasional que, neste momento, retorne o discurso por uma maior reforma do Estado, com maiores privatizações, reduções dos gastos públicos em rubricas de cunho social, e aprofundamento das reformas previdenciárias. Trata-se de criar/expandir mercados para a atuação desses capitais sobrantes.

Por último, enquanto os dois primeiros elementos não são concluídos, e os seus efeitos para a elevação das taxas de mais-valia e de lucro não é observado – uma vez que isso leva realmente um tempo considerável – é necessário que exista algum contrapeso para a tendência à desvalorização desse capital fictício superacumulado. Ou seja, como existe uma forte pressão de venda desses papéis, se não aparece um agente que contrabalance isso do ponto de vista da demanda, o excesso de oferta implicará a redução dos preços desses títulos, provocando a desvalorização brutal desses ativos. Como essa alternativa não é considerada pela classe dominante, a "monetização" desse capital fictício superacumulado ou, em um jargão mais tecnocrata, o fornecimento da liquidez necessária para dar estabilidade aos mercados financeiros, é papel fundamental do Estado, dentro de uma lógica capitalista que, com todas as intermediações imagináveis, faz desta instituição também um elemento de dominação de classe.

Como o Estado faz isso? Basicamente, trata-se de destinar uma fração crescente do orçamento público para a atuação nos mercados financeiros no sentido de comprar (ou dar alguma garantia para) esses ativos com excesso de oferta. Ou seja, garante-se a ampliação dos recursos públicos para o salvamento das instituições financeiras com problemas de liquidez/solvência. De que forma o Estado consegue essa ampliação de recursos? Por um lado, pode ser pela redução com

outros tipos de gasto, por exemplo, e dentro da mesma lógica, dos gastos com custeio e sustentação de políticas sociais. Por outro, pelo lançamento de títulos públicos adicionais no mercado que, ao possuírem maiores garantias de retorno para seus compradores, apresentam uma atratividade muito maior nos contextos de crise.

Acontece que, do ponto de vista das contas públicas, isso leva necessariamente a ampliação da dívida pública e, portanto, ao comprometimento futuro das receitas estatais. Assim, a elevação brutal das dívidas públicas, por toda a economia mundial, é um reflexo da forma de atuação dos Estados na tentativa de contornar os efeitos da crise. Ao contrário do discurso tradicional, a elevação das dívidas soberanas não é consequência da natureza perdulária dos Estados, do inchaço de contratações e remunerações no setor estatal, da ampliação sobremaneira das políticas públicas. A responsável pela explosão das dívidas soberanas é a tal "monetização" do capital fictício garantida pelo Estado.

O que se vive hoje em dia, portanto, não é uma nova crise da economia mundial, em função da maior presença do Estado, que deveria, como sempre, ser combatida. Ao contrário, esta segunda onda da mesma crise – iniciada lá em 2007/2008 – é consequência da natureza de sustentação da lógica do capital fictício que o Estado capitalista promove dentro do capitalismo contemporâneo e, no momento de sua crise, continua aplicando. Esta é a natureza dos problemas atuais vividos na zona do euro, na Grã-Bretanha, Estados Unidos, e por toda a economia mundial, em umas regiões mais em outras menos.

Os impactos dessa nova onda da crise para a classe trabalhadora são claros. A saída do capitalismo para mais esta crise estrutural passa pelo aumento do desemprego e da taxa de exploração do trabalho, com resultados óbvios para os trabalhadores, pela destinação crescente de recursos públicos para tentar estabilizar os preços dos ativos "podres", o que significa a redução da parcela de gastos estatais com políticas sociais, e por uma forte pressão por ajuste fiscal e reforma tributária. Esta última é discutida não em termos de readequar a capacidade de arrecadação do Estado, desconstruindo o caráter regressivo da incidência de impostos proporcionalmente maiores para a classe trabalhadora, o que implicaria elevar a incidência de impostos diretos sobre a renda dos mais ricos, sobre a riqueza (propriedade patrimonial) e sobre lucros e

dividendos. A verborragia tecnocrática continua sendo a redução da carga tributária (desde que seja sobre empresas e capitais, o que nem sempre é explicitado) e o controle dos gastos públicos, obviamente não aqueles destinados à rolagem da dívida pública, justamente a rubrica que garante a "monetização" e remuneração do capital fictício.

No que se refere aos países periféricos ou dependentes, o atual momento do capitalismo contemporâneo tende a aprofundar a inserção dependente dessas economias na lógica da acumulação mundial de capital. São justamente nos momentos de crise que o processo de concorrência entre os distintos capitais exacerba seu lado conflitivo. Isto exacerba os mecanismos que fazem com que uma parcela da mais-valia produzida pelas economias dependentes seja apropriada e acumulada nas economias centrais, exigindo do capitalismo periférico a maior elevação ainda das taxas de mais-valia para dar-lhe alguma dinâmica interna. Por outro lado, a míngua dos mercados centrais faz com que as economias dependentes, que tiveram o processo de reprimarização de suas exportações aprofundado no período, sofram a grande instabilidade dos preços de seus principais produtos exportáveis, cada vez mais determinados pela lógica do capital fictício. Com a retração dos mercados para suas exportações e, também como consequência da crise, a baixa no mercado de crédito internacional, necessário para financiar as contas externas estruturalmente desequilibradas, o cenário externo para as economias dependentes é de piora em suas inserções subordinadas ao capitalismo mundial.

Proposições nacionalistas de recorte mais weberiano, que mistifiquem a categoria Nação como o principal ator, são um grande perigo para o momento atual das lutas anticapitalistas [29] . Estratificação e luta de classes continuam sendo a principal característica fundante do capitalismo, por mais que elas sejam intermediadas por outras instâncias, inclusive o Estado. Utilizar-se (e tensionar a partir) dele, sempre que possível, é uma arma que não se pode desprezar. Mas desconsiderar que o principal sujeito anticapitalista continua sendo a classe que mais sofre as

[29] "É, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais" (Marx, 1988, vol. V: 275).

consequências desta sociabilidade significa não aproveitar as tensões e confrontações sociais que já estão em marcha em escala mundial. Conforme Marx deixa claro,

> El valor de uso opuesto al capital en cuanto valor de cambio puesto, es el trabajo. El capital se intercambia, o, en este carácter determinado, sólo está en relación, con el no-capital, con la negación del capital, respecto a la cual sólo él es capital; el verdadero no-capital es el trabajo (Marx, 2009, vol. 1: 215).

Se essa classe trabalhadora vai tomar consciência de si (e para si), propor-se a construir uma alternativa concreta anticapitalista, e essa proposição vai se efetivar historicamente é algo que só a História poderá nos mostrar; felizmente!

Referências

Baruco, Grasiela C. e Carcanholo, Marcelo D. (2006) Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade

Brasileira de Economia Política (SEP), Vitória (http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/106_3da141a5c716406b6a21f688b3fa5d5b.pdf).

Carcanholo, Marcelo D. (1996) Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista. Programa de Pós-graduação em Economia, UFF Dissertação de Mestrado, Niterói.

Carcanholo, Marcelo D. (2010a) A Crise Atual e o Papel do Capital Fictício. Antítese – Marxismo e Cultura Socialista, n.8, maio, pp. 41-60.

Carcanholo, Marcelo D. (2010b) Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. Em: Magalhães, J. P. de A. (Org.) Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro, Garamond.

Cipolla, Francisco P. (2010) Interpretações Marxistas da Crise Atual. Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política, SEP São Luis

(http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/1918_f74620a394ff3332d7b29fdb3a9f1484.pdf).

Gontijo, Cláudio e Oliveira, Fabrício A. de (2011) Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte.
(http://www.portaldoeconomista.org.br/userfiles/file/Subprime_Vers%C3%A3o_2011.pdf).

Lawson, Tony (1997) Economics and Reality. London: Routledge.

Marx, Karl (1980). Teorías sobre la Plusvalía – tomo IV de El Capital. 3 volumes, primeira edição, México: Fondo de Cultura Económica.

Marx, Karl (1988). O Capital: crítica da economia política. 5 volumes, terceira edição, São Paulo: Nova Cultural.

Marx, Karl (2009) Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858. 3 volumes, segunda edição, México: Siglo XXI Editores.

Mendonça, António (1990). A Crise Económica e sua Forma Contemporânea. Lisboa: Editorial Caminho S.A.

Mészáros, István (2009) A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial.

Painceira, Juan P. e Carcanholo, Marcelo D. (2009) A Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. Anais do XXVII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia – ALAS, Buenos Aires.

Ribeiro, Nelson R. (2008) A Crise Econômica: uma visão marxista. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

Wolff, Richard D. (1978). Marxian Crisis Theory: structure and implications. Review of Radical Political Economics, vol.10, n.1.

A atualidade da "acumulação primitiva": roubo e cercamento de terras nos séculos XX e XXI

Henrique Tahan Novaes[1]
Rogério Fernandes Macedo[2]
Fabio Castro[3]

Introdução

> A assim chamada acumulação primitiva não é mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Karl Marx, 2012)

> O único fator-chave na reativação do debate sobre os cercamentos de terras é sem dúvida a própria globalização neoliberal. Uma enorme rodada de despossessão e acumulação está em curso atualmente, implicando assalto global aos direitos consuetudinários, a transformação de recursos de uso comum em propriedade privada e a implantação de mecanismos de mercado em todos os aspectos da vida social. Por exemplo, a transferência atual de terras, águas e florestas para mãos privadas na Índia é, como indica Arundhati Roy, "um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história". Os historiadores Marxistas britânicos deram muita atenção ao cercamento de áreas de uso comum e a rodada atual de cercamento confere ao trabalho deles uma nova urgência. O caso britânico não oferece um modelo de "padrão único" para o capitalismo contemporâneo, mas esse trabalho fornece sim ferramentas intelectuais substantivas para

[1] Docente da FFC UNESP Marília e do Programa de Pós Graduação em Educação desta faculdade. Membro do IBEC e do GPOD. Coordenador do Mini Curso Itinerante "Questão agrária, cooperação e agroecologia" (7 Edições). Coordenador do Curso de Aperfeiçoamento Itinerante "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas" (10 Edições). hetanov@gmail.com.

[2] Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, ambiente e sociedade - TAS/UFVJM.
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos - IBEC

[3] Economista, nascido na capital de São Paulo, filho de migrantes, especializado em Estudos da América Latina. Atualmente cursa doutorado em Economia Política Mundial pela UFABC, é pesquisador do IBEC e professor universitário na FMU.

> pensar a última rodada de cercamentos globais (Steve Edwards, 2017)

A citação de Steve Edwards (2017) acima, os trabalhos de David Harvey (1994; 2012) e de Arundhati Roy (2001) nos sugerem que a mundialização do capital, dos anos 1960 para cá, impulsionou um novo ciclo de despossessão e cercamento de terras que confere aos pesquisadores do mundo inteiro "uma nova urgência".

Um dos capítulos mais importantes do livro "O capital", de Karl Marx (1985) chama-se "A assim chamada acumulação primitiva". Nele, Marx narra o cercamento de terras na Grã Bretanha. Com muita astúcia histórica, ele nos mostra o cercamento de terras comunais que deu origem ao proletariado despossuído que "inundaria" as cidades inglesas, como proletários fabris e exército industrial de reserva.

Menos conhecidos são os escritos de Marx (2012) sobre a Rússia, que na Edição da Boitempo receberam o nome de "A luta de classes na Rússia". Neles Marx nos mostra a persistência das comunas rurais na Rússia e sua vantagem numa possível e necessária transição ao comunismo. Contra aqueles que defendiam a extinção completa das comunas em nome do "progresso", Marx advoga uma preservação e atualização dialética dessas experiências de vida coletiva, decisões coletivas e propriedade coletiva.

Adverte também que a separação entre o produtor e os meios de produção só se realizou de modo radical na Inglaterra, ainda que os outros países da Europa ocidental percorram o mesmo processo [*mouvement*]. (Marx, 2012, p. 114)

Este capítulo pretende recuperar o conceito de "acumulação primitiva" e mostrar sua atualidade. Autores como David Harvey (2004) e Walter Porto Gonçalves et. al. (2016) têm defendido que não houve um "bigbang" do cercamento de terras. Se eles estiverem certos, o incessante roubo de terras se fez presente no século XX, e teve grande impulso com a mundialização do capital a partir dos anos 1960.

Como veremos a frente, o Brasil é um dos capítulos a parte da atualidade da nova fase da "acumulação primitiva": somos um dos países onde mais houve roubo de terras no século XX, somos campeões no quesito assassinato de indígenas, quilombolas, posseiros e sem terra, estando à frente de países como Colômbia e Indonésia. E, ao que tudo indica, o governo do capitão reformado está dando um novo impulso ao cercamento de terras no país.

A assim chamada acumulação primitiva

No capítulo nomeado "A assim chamada acumulação primitiva", Marx (1985) aborda algumas estruturas e dinâmicas históricas que acabaram por dar forma à clássica relação social capital, articulada à exploração do trabalho, à produção capitalista, ao mais valor e à acumulação do capital. Seu esforço apreende como se deu a acumulação primordial ou primitiva, "precedente à acumulação capitalista, [ou seja] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida" (Marx, 1985, p.261). A partir desse objetivo, alerta o leitor:

> A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (Marx, 1985, p.262).

Nota-se que é um processo de restruturação da propriedade das condições de realização do trabalho por parte dos produtores diretos, dos quais suas forças de trabalho e seus meios sociais de subsistência, e de produção, foram convertidos em capital e integrados ao processo histórico da acumulação primitiva, à aurora da era capitalista. Sinteticamente, registra Marx:

> A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (Marx, 1985, p.262).

Esse processo será situado pelo autor (Marx, 1985) na baixa Idade Média: em que pese o início da produção capitalista "(...) já se nos apresente esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI." (Marx, 1985, p.263), momento de amplo descenso das cidades soberanas e

das relações feudais servis. Nascida de uma série de dinâmicas históricas contraditórias, a acumulação primitiva e a relação social capital vão, nos primórdios de seu nascimento, exercer um papel com duplo caráter, tingido de positividade e libertação, somadas à negatividade e sujeição. Marx (1985) expõe os termos dessa contradição da seguinte forma:

> Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele [o produtor] precisava ante ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. (Marx, 1985, p.262).

Dentro desse processo, situaram-se (Marx, 1985) os capitalistas na ponta de lança das transformações em voga, proporcionando (para o proveito de seus interesses particulares), tanto teórica quanto praticamente, a emancipação transitória da sociedade em geral, das estruturas e das dinâmicas feudais, controladas pelos senhores, pela igreja e pelas corporações de ofício. Nessa perspectiva, a ascensão dos capitalistas:

> (...) apresenta-se como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas opunham ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros da indústria só conseguiram desalojar os cavaleiros da espada explorando acontecimentos em que não tiveram a menor culpa. (Marx, 1985, p.262).

Por intermédio desses acontecimentos, se dará a acumulação primitiva, redundante na formação da relação social capital. Ambas se construindo e se influenciando mútua e simultaneamente, implicando em processo de significativa emancipação, a qual criará ondas positivas de impacto aos produtores diretos dentro de um horizonte

histórico relativamente curto. Quer dizer: a essência emancipatória dos processos revolucionários capitalistas deveria ser constrangida e restrita, para o bem do surgimento e principalmente consolidação da relação social capital; os anseios de emancipação daqueles produtores diretos precisavam ser contidos, sob pena de ultrapassarem certos limites históricos, após os quais o sistema nascente e vigente não poderia mais ser chamado de capitalismo. Em poucas palavras: à revolução capitalista se sucede o seu revés, a saber: sua contrarrevolução.

Dentro dessa, a profunda transformação da propriedade da base fundiária, estruturante das relações de produção e reprodução feudais, foi episódio decisivo. Esforçando-se para apreendê-lo, Marx (1985) passa à exposição da experiência inglesa. Ali, com relativa riqueza de detalhes, o autor demonstra o secular processo de expropriação da propriedade fundiária feudal, lançando mão do exame da legislação (primeiro, protetiva; depois, destrutiva dos trabalhadores) estabelecida pelos sucessivos reinados, notadamente no que se refere à "(...) transformação da terra de lavoura em pastagem, [o que] começa no final do século XV e prossegue no século XVI." (Marx,1985, p. 268). Dirá o autor:

> O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais (...). Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta dos preços da lã. (Marx, 1985, p. 264).

Nota-se que o revolucionamento das forças produtivas flamencas promoveu o estímulo econômico, o qual disparou várias mudanças no bojo da acumulação primitiva: 1) alterou a relação dos

senhores feudais com o trabalho servil, o qual passaria crescentemente a ser deslocado do campo em prol da extração e apropriação direta de renda fundiária; 2) mudou a relação do senhor feudal com a terra, a qual passa a ser convertida em pasto da sua acumulação; 3) modificou a relação do senhor feudal com o dinheiro, visto que as novas gerações passaram a ter nele o alicerce de seu poder socioeconômico e político; 4) reestruturou as relações sociais no topo da sociedade, surgindo mesmo uma distinção identitária entre a velha e a nova nobreza feudal, bem como entre suas respectivas bases de sustentação econômica: a velha nobreza feudal "(...) fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa." (MARX, 1985, p. 264).

Marx (1985) demonstra que essa expropriação de terras ocorreu sobre os produtores diretos, sobre o Estado feudal, a Igreja Católica e, finalmente, sobre a propriedade comunal da terra, a qual "(...) era uma antiga instituição germânica, que continuou a viver sob a cobertura do feudalismo." (Marx, 1985, p. 268). Em face de toda a extrema pobreza e estado de calamidade gerado por esse processo violento de expropriação e restruturação da propriedade fundiária feudal, diversas leis foram lavradas para tentar impor certo controle sobre tais consequências dramáticas. Durante 150 anos, tais esforços de controle legal se mostraram inúteis e, ao longo do século XVIII, sobreveio um forte revés, o qual "(...) consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados." (MARX, 1985, p. 269). Tratavam-se das *Bills for inclosures of Commons*, ou leis para o cercamento das terras comunais, a saber, "(...) decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada; decretos de expropriação do povo." (MARX, 1985, p. 269). Como referência quantitativa (MARX, 1985), entre 1810 e 1831, ou seja, em 21 anos apenas, foram roubados dos produtores diretos e transferidos aos senhores de terras nada menos do que 3.511.770 acres (ou 1.404.708 hectares) de terras comunais, promovendo dramático deslocamento populacional para as cidades industriais, onde os produtores eram profusamente convertidos em trabalhadores, libertos das amarras feudais e presos às capitalistas.

Após as leis de cercamento, a última tática de expropriação de terras foi denominada:

> (...) *Clearing of Estates* (clarear propriedades, de fato, limpá-las de seres humanos). Todos os métodos ingleses observados até agora culminaram no 'clarear'. Como se viu, pela descrição da situação moderna, na parte anterior, trata-se agora, que já não há camponeses independentes para serem varridos, de 'clarear' os *cottages*, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavram. (Marx, 1985, p. 271).

Segundo o autor, o clareamento das terras foi ampla e exemplarmente utilizado na chamada alta Escócia. Ali, dominavam a estrutura fundiária diversos clãs e à cabeça de cada um deles estava um respectivo chefe do clã, também denominado "grande homem". Esses se confrontavam em intensas guerras, as quais, com o tempo, foram contidas pelo governo inglês. A partir de então, os "grandes homens", por atitude própria, "(...) transformaram seu direito titular de propriedade em direito de propriedade privada e, como encontraram resistência por parte dos membros do clã, resolveram enxotá-los com violência direta." (MARX, 1985, p. 272). Tais eventos datam de aproximadamente 1745/46 e esses gaélicos enxotados foram (MARX, 1985) proibidos de emigrarem, restando a eles engrossar a massa de trabalhadores nas cidades fabris, tal como Glasgow. Tal método de clareamento tornou-se a regra, inclusive durante o século XIX e, para exemplificar tal fato, Marx (1985) se remete ao clareamento levado ao cabo pela Duquesa de Sutherland, tal como segue:

> Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagens de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. (...) No ano de

> 1825, 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas. (Marx, 1985, p. 273).

A desestruturação da base fundiária feudal e o êxodo rural correspondiam a uma parte do martírio a que foram submetidos os produtores expropriados. Mais à frente, já nas cidades industriais, esse drama se ampliaria e se adensaria. Em que pese a extrema dependência das elites burguesas em face de tais trabalhadores, sua capacidade de absorver tamanha oferta de força de trabalho era limitada pelas condições concretas de produção. Consequentemente, surgiram legiões de pobres, esmoleiros e em situação subumana. Embora funcionais para o estratégico rebaixamento da média salarial, contraditoriamente, tais elites impuseram o extermínio dessas populações, submetendo-os à rígidas regras de conduta, impossíveis de serem seguidas: Marx (1985) as denomina Legislação Sanguinária. Senão, vejamos alguns exemplos das leis inglesas:

> Eduardo VI: Um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. (...) Se o escravo se ausentar por 14 dias será condenado à escravidão por toda a vida e deverá ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S; caso fuja pela terceira vez, será executado como traidor do Estado. O dono pode vende-lo, legá-lo, ou, como escravo, alugá-lo, como qualquer outro bem móvel ou gado. (...) Elisabeth, 1572: Esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcado a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos, devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; num terceira incidência, serão executados sem perdão, como traidores do Estado. (Marx, 1985, p. 275-6).

Desta feita, o produtor do campo, sendo expulso de sua base fundiária e convertido "(...) em vagabundo, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura." (MARX, 1985, p.277). Trata-se aqui do peso da legislação sanguinária sobre aqueles que, por determinações socioeconômicas e políticas do sistema nascente de produção do capital, não tinham possibilidade de venderem suas forças de trabalho. Por outro lado,

certo contingente acabou logrando sucesso na tentativa vital de vender sua força de trabalho: sobre esse, recaíram igualmente leis desumanas, dedicadas à regulação do nível salarial. Conforme o autor (MARX, 1985), elas se originaram na Inglaterra, entre 1349 e 1813: longuíssima vigência, portanto. Vejamos como Marx (1985) demonstra o conteúdo dessa legislação, referente ao *Statute of Laboures*, de 1349. Dirá:

> Uma tarifa legal de salários foi estabelecida para a cidade e para o capital, para o trabalho por peça e por da. Os trabalhadores rurais deviam alugar-se por ano, os da cidade 'no mercado aberto'. Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o estatutário, porém o recebimento de salários mais altos era punido mais duramente do que seu pagamento. Assim, o Estatuto dos Aprendizes de Elisabeth, nas seções 18 e 19, impunha 10 dias de prisão para quem pagasse salário mais alto, em contraposição a 21 dias para quem recebesse. (Marx, 1985, p. 278).

Após séculos de legislação dedicada ao rebaixamento dos salários pagos aos trabalhadores, o modo de produção capitalista, já em sua fase manufatureira, detinha (MARX, 1985) os meios econômicos e políticos de compressão salarial, possibilitando assim a abolição controlada dessas leis, em 1813. Claro que tal abolição não se desdobrou sobre o direito de associação dos trabalhadores o qual foi sistematicamente combatido pela burguesia ao longo do século XIX: somente na segunda metade desse século "(...) contra a sua vontade e sob pressão das massas o Parlamento inglês renunciou às leis contra greves e *Trades' Unions* (...) (Marx, 1985, p. 279).

Para além, Marx (1985) trata brevemente, no capítulo "A assim chamada acumulação primitiva", da gênese dos arrendatários capitalistas. O autor registra que na Inglaterra eles têm sua origem nos *bailiff*, mas não fornece maiores detalhes, dizendo apenas que, na segunda metade do século XIV, "(...) ele é substituído por um arrendatário a quem o *landlord* fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês" (MARX, 1985, p.280), distinguindo-se apenas por explorar mais trabalhadores assalariados: tais arrendatários se transformariam em meeiros. Marx (1985) observa que essa forma dá lugar rapidamente ao arrendatário propriamente dito, o qual "(...) valoriza seu próprio capital pelo emprego de trabalhadores assalariados e paga uma parte do mais-

produto em dinheiro ou *in natura*, ao *landlord* como renda da terra." (MARX, 1985, p.281). Este se enriquecerá (MARX, 1985) ao longo do século XVI na proporção direta do empobrecimento dos trabalhadores do campo. Explica:

> No século XVI acresce ainda um momento decisivamente importante. Naquela época, os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos. A contínua queda em calor dos mateis nobres, e, portanto, do dinheiro, trouxe ao arrendatário frutos de ouro. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente mencionadas, o salário. Uma fração do mesmo foi acrescentada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços de cereal, lã, carne, enfim, de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem sua colaboração, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, foi contraída em valores monetários ultrapassados. (Marx, 1985, p.281).

Desta feita, o final do século XVI testemunhou, conforme o autor, o abrupto enriquecimento dos arrendatários de modo desproporcional em relação aos *landlord*, estagnados, e inversamente proporcional aos trabalhadores do campo, empobrecidos: tratava-se "(...) de uma classe de arrendatários de capital, bastante ricos para a época." (Marx, 1985, p.281).

O "mistério" da conversão histórica da força de trabalho em mercadoria foi narrado de forma brilhante por Marx no capítulo "A assim chamada acumulação primitiva". Ele diz respeito às origens históricas do trabalho assalariado, assim como à acumulação nas mãos do capitalista dos recursos para empregá-lo (Harvey, 2013).

A análise de Marx é muito distinta das análises dos representantes da economia política, como Adam Smith e David Ricardo. Muito distinta também da análise de Marx Weber, no seu clássico livro "A ética protestante e o espírito do capitalismo". Sabemos que Marx se apoiou na economia política clássica, em especial na Teoria do Valor Trabalho, mas conseguiu superá-la a ponto de inaugurar a crítica da economia política. Para Marx, estes pensadores "ignoram" a acumulação primitiva, "escondendo" todo o processo violento e sanguinário de apropriação da terra na Europa e transformação dos produtores em trabalhadores assalariados. Para Marx "[...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo" (Marx, 2010, p. 786-87), portanto, muito distante da docilidade da interpretação de Max Weber.

Criticando a visão de Locke e Smith baseada num suposto "pecado original", Marx observa que para estes:

> Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa e, por outro, um bando de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais [....] Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza de poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (Marx, 2010, p. 787).

Vimos na abertura deste capítulo que para Marx "A assim chamada acumulação primitiva não é mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2010). Sobre a chamada "acumulação primitiva" e a revolução na agricultura que levou a formação da classe trabalhadora na Inglaterra, diz Rosa Luxemburgo:

> Na Inglaterra, o novo modo de produção foi introduzido por uma revolução na agricultura. O desenvolvimento da indústria de lã em Flandres provocou uma grande procura desta e incitou a nobreza feudal inglesa a transformar uma grande parte das terras aráveis em pastagens de carneiros, expulsando os camponeses dos seus domínios e das suas terras. Uma grande massa de trabalhadores que nada possuíam, proletários, encontrou-se assim à disposição da primeira indústria capitalista. A Reforma agiu no mesmo sentido, arrastando consigo a confiscação dos bens da Igreja, que em grande parte foram dados, e outros vendidos ao abandono, à nobreza e aos especuladores, e onde a população camponesa foi escorraçada na sua maior parte. Os manufatureiros e os proprietários fundiários capitalistas encontraram assim uma população pobre, proletarizada, fugindo às regulamentações feudais e corporativas e que, após o longo martírio de uma vida errante, o duro trabalho nas *Workhouses*, as cruéis perseguições da lei e dos esbirros da polícia, via um porto de salvação na escravatura salarial, ao serviço da nova classe de exploradores. Em seguida, já nas

> manufaturas, vieram as grandes revoluções técnicas que permitiram colocar ao lado ou em lugar do artesão qualificado, o proletário assalariado sem qualificação (Luxemburgo, 1977).

Marx nos lembra que os primeiros burgueses foram comerciantes que acumularam capital a ponto de poder adquirir meios de produção, contratar trabalhadores, explorar sua força de trabalho, ao reuni-los num mesmo espaço (manufatura) (Marx, 2010). Da manufatura a Grande Indústria há um salto tecnológico qualitativo na exploração do trabalho, cada vez mais baseada no mais valor relativo do que no mais valor absoluto. Nas palavras de Marx, o "sistema automático de máquinas" inaugurou o mais valor relativo, cada vez menos baseado na exploração física e na extensão da jornada de trabalho ou na compressão de trabalho numa mesma jornada de trabalho. Para ele, é com a grande indústria que surge o modo de produção especificamente capitalista.

Um capítulo à parte: o cercamento e roubo de terras no Brasil nos séculos XX e XXI

Do ponto de vista da literatura, para se compreender a "acumulação primitiva" no século XIX, uma das obras mais envolventes é a de Joseph Conrad (1902) chamada "Coração das trevas". Ele nos mostra o papel do neocolonialismo na África: em nome de "civilizar povos atrasados", os europeus promoveram um dos maiores saqueamentos da história da humanidade, comparado em proporção ao colonialismo no continente americano e asiático, impulsionado pelas grandes navegações dos séculos XVI-XVIII.

Conrad nos mostra indiretamente que o que estava em jogo era uma corrida imperialista por recursos naturais e estratégicos existentes na África, num contexto de disputas entre o capital monopolista apoiadas por seus Estados-Nacionais. Conrad narra com muita precisão a visão dos europeus, sedentos pelo domínio daquelas terras e recursos estratégicos para o domínio da economia mundial e suas artimanhas para dominar os povos africanos.

Da mesma forma, João Bernardo (2004), descreve um fato histórico do início do século XX:

> Um caso extremo ocorreu em 1904 no Sudoeste Africano, quando o exército alemão empregou uma tal brutalidade para suprimir a

> revolta dos hereros que deixou chacinado entre 75% e 80% deste povo e encerrou entre 23% e 18% em campos de prisioneiros. Toda terra foi então confiscada e o mesmo aconteceu a totalidade do gado, pelo que nada mais restava aos sobreviventes do que solicitar emprego ao serviço dos colonos alemães.

Arundhati Roy (2001), trazendo este debate para os dias de hoje, observa que na Índia está havendo "um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história". Bernardo Mançano Fernandes (2013) também nos mostra que está havendo um grande ciclo de expropriação de terras na África nos últimos 40 anos.

Walter Porto Gonçalves (2017) nos lembra que um dos países onde o cercamento de terras mais avançou no século XX foi o Brasil, principalmente a partir da ditadura empresarial-militar (1964-85).

É bastante conhecida a história do Brasil e seu papel na divisão internacional do trabalho desde o século XVI. A invasão do Brasil pelos portugueses é uma das filhas das grandes navegações portuguesas, que queriam conquistar as melhores rotas do oriente. Nascemos para o capitalismo como uma grande colônia de exploração, onde tudo que se produz se "exporta" e tudo que se necessita se importa (pacto colonial). Aqui nasceu a grande propriedade da terra produtora de açúcar, baseada no trabalho escravo, sem amarras para a livre exploração do trabalho.

De acordo com Carlos Cordovano Vieira (2019, p. 226), "Marx sintetizou numa frase lapidar que "(...) a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão sem disfarces, no Novo Mundo". E cita Marx mais uma vez:

> A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva (...) na Inglaterra em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais

> brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (Marx, 1988 [Nova Cultural], p. 275-276).

O roubo e cercamento de terras na América a partir do século XVI é certamente um dos períodos mais violentos da história da humanidade. Pizarro, um baixinho espanhol, pode ser considerado um dos maiores assassinos da história. Junto com seus comparsas, exterminaram cerca de 5 milhões de índios da América. A história da América colonial é banhada a rios de sangue e matanças "em nome da civilização dos povos bárbaros", no caso os índios.

A história do cercamento e roubo de terras no Brasil ganha um outro capítulo no final do século XIX e início do século XX, com as políticas de colonização e atração de italianos, espanhóis, alemães, japoneses e portugueses.

Nosso argumento que a prática de roubar e cercar terras, matar índios, sem terra, posseiros e roubar seu "território" não fazem parte apenas da história dos séculos XVI a XVIII. São práticas "naturais" e incessantes do modo de produção e reprodução do capital, como o "nascer do sol" do capitalismo cotidiano.

Basta lembrar que em pleno nascimento da República brasileira (1889), as classes proprietárias brasileiras cometeram uma das maiores atrocidades da história da América. Nos referimos a Belo Monte-Canudos. Terras "comunais" ainda não cercadas deram origem à "comuna mística" de Belo Monte (Macedo e Maestri, 2007).

Nos anos 1950-60 o capitalismo mundial passa por uma nova reestruturação. No Brasil vão surgir inúmeras lutas por reforma agrária "na lei ou na marra". O golpe de 1964 dá início a um longo processo de expropriação de terras. A nova fase da "acumulação primitiva" no Brasil apareceu sob o pomposo nome de "nova fronteira agrícola". "Integrar para não entregar" a Amazônia, ocupar estes territórios do norte para não deixar os "gringos" roubarem eram as palavras de ordem de um suposto nacionalismo para a Amazônia.

Poderiam ser destacadas aqui a construção da rodovia Belém-Brasília, a Transamazônica e a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho[4].

A política agrária da ditadura empresarial-militar criou um verdadeiro faroeste brasileiro e um novo capítulo na história do roubo e cercamento de terras da história da humanidade. A partir de políticas de "colonização" das regiões do oeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia e sul do Amazonas, muitas famílias de gaúchos subiram nosso país e cercaram nosso oeste. Octavio Ianni (2018) chamou este período de "ditadura do grande capital".

Os desdobramentos dessa "nova fronteira agrícola" são hoje bastante conhecidos: os índios foram "encurralados" em reservas e seguem perdendo seu território para o "agronegócio". Posseiros e sem terra perderam suas terras. Os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária foram estrangulados e seus líderes exterminados. A "expansão da fronteira agrícola" trouxe consigo o pacote da chamada "Revolução Verde". O Brasil tornou-se um dos maiores compradores de tratores e implementos agrícolas, adubos sintéticos e agrotóxicos, e mais recentemente, de transgênicos. Muitas corporações transnacionais aqui se instalaram, sedentas por lucros extraordinários.

O Banco do Brasil criou inúmeras linhas de crédito para favorecer esta expansão. Estradas, silos, portos e aeroportos foram construídos para atender essas demandas. Cursos técnicos, cursos de graduação e pós graduação foram criados ou reestruturados para atender as necessidades desta "nova fronteira agrícola". Nos termos de Marx, foram criadas as "condições gerais de produção e reprodução do capital".

A marcha incessante do capital ganhou novos ares nos governos FHC e no lulismo. A linha principal do lulismo para o campo, como sabemos, foi o fortalecimento do agronegócio, inclusive com uma nova expansão das usinas de produção de etanol e açúcar. A expansão da soja no centro-oeste empurrou a criação de gado em larga escara pro norte. Surgiu uma nova fronteira agrícola chamada de MAPITOBA,

[4] Cumpre lembrar que a China de Den Xiao Pin converteu a proposta de Mao Tsé-Tung de coletivização do campo numa espécie de "agricultura familiar". Mais recentemente houve um impulso a privatização de terras. Estudos mostram que cerca de 25% das terras chinesas já estão nas mãos do capital.

em referência a expansão do capital agrário financeiro rumo aos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Os desdobramentos dessa política de fortalecimento do agronegócio são também bastante conhecidos. Os assassinatos no campo mais que dobraram nos últimos 10 anos! (CPT, 2017).

Da mesma forma, os crimes de Mariana e Brumadinho ganharam destaque nos últimos anos e escancararam as bases da economia brasileira: uma economia baseada na exportação de produtos primários como soja, minérios, carne de porco, frango e boi. Uma economia baseada na exploração de recursos naturais, custe o que custar. Por falar em custe o que custar, deve ser destacado o último relatório da Câmara Ambiental de Minas Gerais sobre a autorização ou não da Barragem do Feijão, em Brumadinho. A votação, como todos ficamos sabendo foi 7x1.

Na Copa de 2014 o Brasil tomou uma lavada da Alemanha: perdemos de 7x1. O povo ficou muito triste, afinal perdemos em casa e por um placar bastante elástico. Mas muito mais importante que essa derrota futebolística foi a derrota de 7x1 em dezembro de 2018. A única pessoa que votou contra a liberação – uma representante da sociedade civil - afirmou que aquilo "beirava a insanidade". Vimos poucos meses depois que não beirava a insanidade, era a própria insanidade. O rompimento da barragem levou vidas e histórias. "Lucro acima de tudo, lama acima de todos", escreveu alguém na internet.

Karl Marx (2012) e Vladimir Lenin (2010) nos mostraram que o Estado capitalista foi moldado à imagem e semelhança das empresas (na época de Marx), ou trustes (na época de Lenin) para atender primeiramente os objetivos de preservação da propriedade privada, acumulação de capital e exploração do trabalho.

No caso brasileiro, as leis da mineração foram feitas pelas próprias mineradoras, por seus lobistas, deputados, membros do executivo e legislativo. Muitos deputados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará são financiados direta ou indiretamente pelas corporações transnacionais. Poucas semanas depois do desastre da Samarco (BHP-Vale) em Mariana foi aprovada uma lei mais favorável às corporações. Oras, como pode ser, poderia se perguntar um cidadão comum: depois de um grande crime, uma lei mais favorável? Estão na câmara dos deputados de Minas, no executivo e legislativo representantes do grande capital, que "deitam e rolam" na construção ou adaptação da legislação do setor.

Oswaldo Sevá Filho (2019) defende que a espoliação do território se deu de forma avassaladora nos últimos anos em função da ampliação da infraestrutura capitalista. Ele destaca os setores de energia, mineração, construção civil como grandes responsáveis, por "limpar o terreno", termo utilizado pelos gestores do capital para o que estamos chamando de nova fase da "acumulação primitiva".

Plínio Sampaio Jr (2018) observa que o Brasil voltou a ser uma grande colônia. Aqui, a indústria tem cada vez menos peso. Se isso é verdade, extração de minérios, roubo e privatização da água, exportação de produtos primários dão a tônica deste imenso Brasil rural. O arcaico torna-se moderno. A cana de açúcar – símbolo do Brasil colonial, torna-se "a salvação da lavoura".

A mercantilização de todas as esferas da vida e as lutas de resistência a "acumulação primitiva" nos últimos anos

Daniel Bensaid (2008), em seu livro "Os irredutíveis" retrata a privatização de serviços e da seguridade social, entre outros, e afirma que

> a privatização generalizada do planeta estende-se às informações, ao direito (prevalecendo o contrato privado sobre a lei geral), à solidariedade (seguro privado e fundos de pensão em oposição aos seguros mútuos e à seguridade social), à violência (na França, há mais seguranças e milícias privadas do que policiais "públicos") e até mesmo aos presídios (Bensaid, 2008, p. 65).

Ele vai ainda mais longe:

> Como a terra já era propriedade privada, agora trata-se de cercanias da cidade, com seus bairros protegidos e seus condomínios fechados em conglomerados urbanos que privilegiam a segurança pública para os abastados; a água, com a canalização lucrativa; o ar, com o projeto de um mercado mundial de direito de poluir; o frenesi de patenteamento, com a perspectiva plausível, a partir de agora, de um mercado de embriões e de clones ou de exploração privada do genoma humano. Esse estreitamento do espaço público reduzido a uma pele de onagro é cheio de perigos para a democracia, formal ou não (Bensaid, 2008, p. 65).

E continua:

> A intimidade também torna-se uma mercadoria negociável. A privatização do mundo tem como contrapartida uma "publicização" crescente da vida privada. Não só dos homens ditos "públicos", que exibem sua imagem privada por necessidade de promoção midiática, mas, também, de cidadãos anônimos caçados em seu espaço privado pelo telemarketing, pelo circuito integrado de câmeras, pelo controle dos fluxos de comunicação ou pelos sistemas de observação militar. O *voyeurismo* midiático e o exibicionismo fazem par: a intimidade torna-se uma mercadoria negociável e o pudor torna-se uma cafonice vitoriana (Bensaid, 2008, p. 68).

Certa vez Lukács afirmou que no século XIX os trabalhadores eram explorados como produtores e a partir do século XX como produtores e consumidores. Do ponto de vista da exploração dos trabalhadores enquanto consumidores, resultado do avanço das técnicas de mercantilização da vida no século XX - uma das cenas mais bonitas que o cinema italiano já produziu é a do filme "A classe operária vai ao paraíso", do diretor Enio Petri. Quase no final do filme, o trabalhador Lulu chega em sua casa e transpira um ar reflexivo, pensativo. Na cena, ele não diz absolutamente nada, enquanto a câmera gira num dos cômodos da casa e mostra uma imensa quantidade de bens e quinquilharias totalmente supérfluos, muitos deles produzidos por corporações estado-unidenses da "sociedade de consumo" que chegaram nas mãos dos trabalhadores italianos nos anos 1960. A cena leva o expectador a entrar no cérebro de Lulu e pensar algo assim: "Por que produzi tanto? Para quê aumentei o ritmo do meu trabalho? Para comprar essas coisas sem nenhum sentido social, totalmente supérfluas? Para que trabalhei tanto?" É também neste filme que presenciamos o diálogo entre Lulu e Militina, um trabalhador que enlouqueceu e foi internado. Numa destas conversas, Militina questiona a utilidade das peças que produziam. Para nós, esta é uma das faces da alienação do trabalho: a produção sem nenhum sentido social, sem nenhum controle humano racional e consciente, voltada única e exclusivamente para a manipulação dos "consumidores" com vistas à irracional reprodução ampliada do capital. Na Argentina que tentou renascer da ditadura militar e da avalanche neoliberal, o povo e a classe média disseram na grande crise de 2001, "Basta! Que se vayan todos". Nos casos da Bolívia e Venezuela, o povo não aguentava mais a expropriação dos seus recursos naturais e o aumento do preço dos bens essenciais. No México, os trabalhadores representam suas lutas pela consigna "sin

maíz no hay país". Ela surgiu no contexto da criação do Nafta e expressa a necessidade de soberania nacional na questão do milho.

No caso do controle das sementes, há uma luta de classes clara: socialização da semente crioula como patrimônio histórico *versus* a crescente proliferação das sementes geneticamente modificadas que geram dependência, destroem o meio ambiente e estrangulam a autonomia dos pequenos produtores. Aparece nas lutas anticapital travadas pela Via Campesina contra as grandes corporações multinacionais.

É a luta entre a semente enquanto mercadoria, propriedade privada, voltada para a acumulação de capital e dominação dos pequenos produtores *versus* a autogestão, a produção de alimentos saudáveis, a preservação do conhecimento tradicional de povos milenares que sobreviveram compartilhando suas sementes, isso para não falar da utilização adequada dos recursos naturais.

Nos anos de 2000, as rebeliões contra a privatização de bens públicos envolveram inicialmente as comunidades camponesas nas cidades de Cochabamba e Achacachi, na Bolívia do ano de 2000, e em Arequipa-Peru, no ano de 2002, para citar apenas dois casos.

A insurreição indígena nucleada pela contestação dos acordos de exploração do gás resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003 e na eleição de Evo Morales em 2005.

Trata-se da luta dos Movimentos Sociais na América Latina contra o acelerado processo de "destruição" do ser humano e da natureza, dos bens públicos e da nação. Ela pode ser vista também nas lutas de Chiapas, Guerrero e Oaxaca (México) contra a destruição do milho pelos produtos transgênicos, e nas ameaças de mercantilização das reservas aquíferas da região, como também pode ser vista nas lutas pelos babaçuais livres, contra a instalação de usinas hidrelétricas, mineradoras etc. na Amazônia.

No México, em função do plantio do milho transgênico Bt, impulsionado pelas corporações multinacionais, houve contaminação de variedades crioulas e nativas, acabando com um trabalho de 12 mil anos de melhoramento natural de sementes de milho feito pelos índios mexicanos e camponeses, agricultores daquele país.

Trata-se da mercantilização dos recursos biológicos de países periféricos, no caso brasileiro principalmente da Amazônia, biopirataria em terras indígenas, entre outros locais, apropriação de

recursos que seriam uso-fruto exclusivo dos indígenas etc. (Shiva, 2001, Sevá, 2019).

No Brasil, a "destruição" dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas entre a via Campesina e a Syngenta Seeds (multinacional suíça), entre outras, podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento nessa nova fase de mercantilização do capitalismo, principalmente em função da destruição das sementes crioulas, o papel da C&T desempenhada no sistema capitalista e a invasão das multinacionais. No caso da Syngenta no Paraná, um dos motivos foi o desenvolvimento de experimentos ilegais em de soja e milho transgênicos, na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, prática proibida pela Lei de Biossegurança da época[5].

Por exemplo, a indústria de árvores geneticamente modificadas também entrou nessa onda do lucro máximo em menor tempo possível. De acordo com Carrere e Lovera (2006), desde uma perspectiva industrial orientada ao lucro, as florestas têm sido percebidas como "desordenadas" e "pouco produtivas". Há muitos anos, os cientistas florestais e silvicultores vêm tentando "melhorá-las". A resposta a isso foi estabelecer plantações de uma única espécie, em fileiras retas e equidistantes, para se obter o maior volume possível de madeira por hectare. Desse jeito, as florestas estão sendo progressivamente substituídas por monoculturas produtoras de madeira, e esse pode ser um dos motivos de ataque por parte dos movimentos sociais. É evidente que a posse e o uso da terra pelas corporações transnacionais dos anos 1960 para cá não seu de forma pacífica e idílica. O avanço das corporações veio acompanhado de assassinatos, tentativas de assassinato e expropriação de terras de pequenos agricultores, médios agricultores, posseiros, índios, quilombolas ao redor do globo terrestre.

Resistindo a este processo, os trabalhadores do Acre, girando em torno da figura de Chico Mendes, adotaram como estratégia de luta pela terra e pela vida os "empates" – técnica que impede a destruição das árvores no momento do seu corte. No Nordeste, as Quebradeiras de Coco lutaram e lutam incansavelmente pela lei do Babaçu Livre, diante do cercamento do fecho nas fazendas da região.

[5] Cabe sublinhar que a luta entre a Via Campesina e a Syngenta que resultou no assassinato de Keno e na posterior criação do Centro de Agroecologia no Paraná com seu nome.

Na década de 1970, surgiu o Movimento das Mulheres de Chipko (Índia), organização à qual a renomada pesquisadora-militante Vandana Shiva. Elas adotaram a tática de se amarrar às árvores para impedir sua derrubada e o despejo de lixo atômico na região.

Nos anos de 1980, no Brasil, surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no rio Uruguai (SC), que posteriormente virou MAB Nacional. Trata-se de uma "resposta" das populações atingidas por grandes barragens aos deslocamentos compulsórios, às indenizações irrisórias, à degradação da qualidade de vida, à destruição de suas comunidades e identidades culturais, à degradação do meio ambiente e da base material de suas atividades produtivas, entre outros fatores. "Águas para a vida, não para a morte", foi o lema que surgiu no MAB e se tornou internacional.

Como vimos na seção anterior, durante as ditaduras empresariais-militares na América Latina, principalmente no final do século XX, assistimos ao retorno da "acumulação primitiva", ao patenteamento de recursos indígenas, ao confisco de terras, à grilagem, à lei do mais forte que se somam aos processos de mercantilização descritos anteriormente.

Vandana Shiva (2005) denomina esta nova fase de mercantilização pelos nomes de "novo colonialismo", "biopirataria" e "biocolonialismo". Para ela, "enquanto a biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual" ameaçam apropriar-se dos "recursos e processos de conhecimento vitais do Terceiro Mundo e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte. As patentes estão, por isso, no centro do novo colonialismo" (Shiva, 2005, p. 320).

Nas grandes corporações, o aumento da produtividade da força de trabalho e os processos de obsolescência planejada elevaram-se em níveis estarrecedores. A inovação, como forma de acumulação de capital e dominação dos consumidores, atinge um novo patamar, que se não é irracional beira a irracionalidade. Por exemplo, na indústria de alimentos infantis, um funcionário de uma grande corporação relata que "as pessoas estão ficando malucas. Estão tentando inventar manteiga de amendoim com estruturas que estalam como pipoca e inventam que isso lhes dá energia, além de fazer você se dedicar-se mais à escola" (Schor, 2009, p. 128).

O aumento da produtividade nas agroindústrias, que deram origem a doenças, como a vaca louca, a gripe aviária e recentemente a gripe suína, se inserem no processo de intensificação de mercadorias que estamos vivenciando. O capital financeiro não pode esperar e a mercadoria carne não pode esperar, devendo ser produzida em menor tempo possível.

No final dos anos 1970 - período de "redemocratização", chamado por Florestan Fernandes (1986) de "institucionalização da ditadura" - surgiram novas lutas por terra, que levaram ao surgimento do Movimento Sem Terra em 1984.

Fernando Henrique Cardoso fez uma tímida reforma agrária, principalmente depois da pressão internacional (Corumbiara) e o lulismo se encarregou mais de fortalecer assentamentos existentes do que criar novos.

Nos dez anos de lulismo, o agronegócio saiu fortalecido, principalmente com a política de expansão da produção de cana de açúcar e álcool, e a grande expansão da soja no país.

Se o lulismo guardava algumas contradições, principalmente ao fortalecer alguns assentamentos, e num plano mais geral, tentar construir um capitalismo com alguns direitos sociais, com o golpe de 2016 o agronegócio ganhou "sinal verde" para invadir terras indígenas, destruir a floresta, avançar rumo a áreas "virgens". A tragédia brasileira ganhou novos ares com a eleição (burlada) de Jair Messias Bolsonaro e as novas cenas de destruição da natureza e do ser humano. Quando fechávamos este capítulo, a Amazônia ardia em chamas frente a cobiça insaciável do capital. O Brasil tornou-se protetorado dos EUA, nossa burguesia, associada e dependente, apoia e utiliza incondicionalmente o capitão reformado. Necessita se apropriar de mais terras, na sua incessante e incontrolável marcha destruidora de tudo e de todos.

Referências

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

CARRERE, R.; LOVERA, S. Árvores geneticamente modificadas: um passo à frente ... na direção errada. In: LANG, C. **Árvores geneticamente modificadas** – A ameaça definitiva para as florestas. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Goiânia: CPT, 2014.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Goiânia: CPT, 2015.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Goiânia: CPT, 2016.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Goiânia: CPT, 2017.

CONRAD, Joseph. (1902) **Coração das trevas**. 1902.

VIEIRA, Carlos Cordovano. Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F.; CASTRO, F. (orgs.) **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

EDWARDS, Steve. **Os "comuns" e as multidões: considerando a fotografia de cima e de baixo**. Crítica Marxista, 2017, p. 9-34.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, David. **Para entender O capital – livro I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. (1917) **Introdução à economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. (1867) **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. (1867) **O capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARX, Karl. (1881) **A luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

NOVAES, H. T.; MAZIN, A. SANTOS, L. (orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Marília: Lutas anticapital, 2019, vol 1, 3ª edição.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mario. **Belo Monte, uma história da guerra de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NOVAES, Henrique Tahan. **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital**. Marília: Lutas anticapital, 2018.

NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, D. P. . Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2017, p. 74-85, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, D. P. ; LEAL, L. T. ; SILVA, M. N. . Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 86-98, 2016.

ROY, Arundhati. **Power Politics**. South End Press, 2001.

SCHOR, J. B. **Nascidos para comprar** – uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. São Paulo: Gente, 2009.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SEVÁ FILHO, Oswaldo. **Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista** – focos de resistência política e ideológica na América do Sul. Marília: Lutas anticapital, 2019.

As dívidas ilegítimas - quando os bancos se apoderam das políticas públicas[1]

François Chesnais[2]

Na Primavera de 2010, os grandes bancos europeus, em primeiro lugar os bancos alemães e franceses, convenceram a União Europeia e o Banco Central Europeu de que o risco de falta de pagamento da dívida pública da Grécia colocava em perigo o seu orçamento global. Eles pediram para serem postos ao abrigo das consequências da gestão das referidas instituições.

Os grandes bancos europeus foram fortemente ajudados no Outono de 2008, no momento em que a falência do banco Lehman Brothers em Nova Iorque conduziu a crise financeira ao paroxismo. Após o seu salvamento, eles não depuraram todos os activos tóxicos

---

[1] François Chesnais, redator da revista 'Carré Rouge', acaba de publicar um livro importante, intitulado 'Les dettes illégitimes. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques' (Edições Raisons d'agir, 2011). Um livro pedagógico revelando os mecanismos financeiros e bancários na origem da dívida dita soberana. Ele indica também a actualidade de uma batalha europeia pela anulação das dívidas ilegítimas. No momento em que o afrontamento sócio-político na Grécia atingiu um novo estádio, em que a mesma questão se coloca no imediato em Portugal e em perspectiva na Espanha, a leitura deste livro de François Chesnais permite captar as múltiplas facetas da chamada "crise da dívida soberana" e traçar as vias de um movimento europeu e internacional contra uma das máquinas capitalistas de destruição social e ambiental. François Chesnais, no artigo abaixo, coloca em evidência os traços mais salientes do tema que ele trata na sua obra. A leitura deste artigo vai suscitar a vontade e a necessidade de ler o seu livro (Redacção da Revista suíça 'A l'encontre', que publicou este artigo a 15 de Junho de 2011).
www.ocomuneiro.com/nr13_03_francoischesnais.html

[2] François Chesnais é um destacado economista marxista, professor associado da Universidade de Paris 13. Faz parte do Conselho Científico do ATTAC-França, é diretor da revista Carré rouge e colaborador habitual de 'O Comuneiro'. No passado fez parte do coletivo 'Socialisme ou barbarie' de Cornelius Castoriadis e militou em pequenas organizações trotskistas. Desde a sua fundação, em 2009, aderiu ao Nouveau Parti Anticapitaliste. Entre as suas obras anteriores destacam-se La Mondialisation du capital, Syros, 1994 (primeira edição); Actualiser l'économie de Marx, Actuel Marx Confrontation, Presses Universitaires de France, Paris, 1995; La mondialisation financière: genèse, coûts et enjeux (diretor de publicação e dois capítulos), Syros, Collection Alternatives économiques, Paris, 1996; La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences – sob a direção de François Chesnais, La Découverte, 2004. A tradução deste artigo é de Ronaldo Fonseca.

das suas contas. Continuaram, no entanto, a fazer colocações financeiras de alto risco. Para certos bancos, a mínima falta de pagamento significaria a falência. Em Maio de 2010, um plano de salvamento foi montado, com uma vertente financeira e uma vertente de austeridade orçamental drástica e de privatização acelerada: fortes baixas nas despesas sociais, diminuição dos salários dos funcionários públicos e redução do seu número; novos ataques ao sistema de pensões, sejam elas por repartição ou por capitalização. Os primeiros países a aplicar tais medidas, como a Grécia e Portugal, foram presos numa espiral infernal onde as camadas populares e os jovens são as vítimas imediatas. A cada mês um número mais importante de países na Europa ocidental e mediterrânea é envolvido, após ter sido provocada uma devastação nos países bálticos e balcânicos.

É aos trabalhadores, à juventude e às camadas populares mais vulneráveis que é imposto o custo do salvamento do sistema financeiro europeu e portanto do sistema mundial.

Precisamos dos bancos na sua forma actual? Será preciso continuar a salvá-los?

Duas séries de ideias estreitamente interligadas nos são veiculadas, com poucas nuances, pelo governo, pelos dirigentes da UMP, do Partido Socialista e pelos partidos ditos centristas.

As primeiras dizem respeito à dívida pública, as segundas aos bancos. Os "sacrifícios" pedidos no plano das pensões, no congelamento dos salários na Função Pública, nos novos cortes drásticos no orçamento da educação, etc., seriam necessários, segundo eles, a fim de que a "dívida da França seja honrada". Seria preciso também evitar que a França perca a nota AAA que lhe atribuem as agências de notação, e que ela não seja obrigada a pagar juros sobre a dívida pública mais elevados do que aqueles que pagam atualmente.

No que diz respeito aos bancos, segundo o governo, eles têm funções indispensáveis que exercem bem, ou, em todo caso, suficientemente bem, pelo que é necessário e legítimo socorrê-los de cada vez que o solicitem.

A dita obrigação de "honrar a dívida", como a de "socorrer os bancos", repousa sobre a ideia de que somas representando o fruto de uma poupança pacientemente realizada, através de um árduo trabalho, teriam sido emprestadas.

"A maioria dos economistas - escreve um especialista do crédito que trabalha nos Estados Unidos - considera que os bancos são simples intermediários entre os depositantes e os que solicitam empréstimo. Uma outra maneira de exprimir esta crença amplamente aceite é a de dizer que os bancos recolhem a poupança e financiam o investimento. A partir daí é fácil concluir que um montante dado de poupança deve ser constituído antes que um investimento possa se realizar" (1).

A realidade no entanto, é outra, muito diferente. Os empréstimos dos bancos não têm nenhuma relação com o montante de depósitos e de pequenas poupanças que lhes foi confiado. Eles nunca foram simples intermediários. Desde a sua transformação em grupos financeiros diversificados, realizando operações transnacionais, isto tornou-se ainda mais evidente.

Os lucros dos bancos provêm das suas operações de criação de crédito. A sua origem se encontra no fluxo de riqueza (valor e mais-valia) proveniente das actividades de produção. O caminho seguido variará conforme o tomador de empréstimos. No caso de um Estado, ele passa pelo imposto e pelo serviço de juros da dívida pública. No caso de uma empresa, trata-se de uma fracção do lucro. No caso de famílias e particulares, é uma parte dos seus salários ou das suas pensões que é absorvida pelos juros que pagam sobre os seus créditos hipotecários ou pela movimentação dos seus cartões de crédito. Quanto mais um banco empresta, mais os seus lucros são elevados.

Durante as últimas duas décadas, eles conceberam meios que, teoricamente, lhes permitiriam desenvolver amplamente esse processo. As "inovações financeiras" deram origem a uma rede muito densa de transacções interbancárias. É a partir destas inovações que os bancos puderam accionar aquilo que é nomeado "o efeito de alavanca", ou seja, um ratio entre os empréstimos e os seus capitais próprios e activos financeiros disponíveis, cuja altura (até mais de 30%) os coloca, permanentemente, em situação de grande fragilidade. Os bancos sabem disso mas contam com os governos para lhes assegurar em todas as circunstâncias, e qualquer que seja o custo social, uma rede de segurança e, em casos extremos, a socialização das suas perdas.

O FMI publica todos os seis meses, mais ou menos simultaneamente, dois grandes relatórios: um sobre as perspectivas da economia mundial e outro sobre o estado do sistema financeiro

mundial. O primeiro atrai a atenção de todos os economistas. O FMI apresenta aí as suas projecções macroeconómicas. O segundo é apenas lido por aqueles que atribuem (no quadro da globalização comercial e financeira) grande importância à finança e às crises financeiras. Em Janeiro de 2011, o FMI já estimava que uma das grandes incertezas da situação económica mundial vinha do facto de que na Europa "a interacção entre os riscos soberano e bancário se intensifica" (2).

O primeiro capítulo do novo relatório sobre a situação do sistema financeiro mundial confirma essa apreciação. Ele acentua a vulnerabilidade dos bancos, em particular dos bancos europeus (3). A apreciação do director de departamento dos mercados financeiros e monetários do FMI é a seguinte: "Cerca de 4 anos após o início da crise financeira, a confiança na estabilidade do sistema bancário global necessita ainda ser inteiramente restaurada". E ainda, no que respeita aos bancos europeus, "certos bancos têm ainda um "ratio" de efeito de alavanca demasiado importante, têm capitais próprios insuficientes, tendo-se em linha de conta a incerteza sobre a qualidade dos seus activos. Estes fracos níveis de fundos próprios colocam certos bancos alemães, bem como as caixas de poupança italianas, portuguesa e espanholas em dificuldade, vulneráveis a novos choques" (4).

O papel dos bancos é o de fornecer crédito comercial a curto prazo e empréstimos a longo prazo às empresas para os seus investimentos. Este papel é indispensável ao funcionamento do capitalismo. Ele seria também indispensável para toda forma de organização económica fundada sobre modalidades descentralizadas de propriedade social dos meios de produção, pressupondo o recurso à troca.

O balanço de três décadas de liberalização financeira e de quatro anos de crise coloca na realidade a questão da utilidade dos bancos na sua forma actual. Transformados em conglomerados financeiros, os bancos terão direito ao suporte dos governos e dos contribuintes a cada vez que os seus balanços económicos aparecem ameaçados devido às suas próprias decisões de gestão? Muitos cidadãos começam a ter sérias dúvidas... Eles o exprimem por vezes, como o fez Eric Cantona (futebolista francês que teve a sua hora de glória, no seu país e também na Inglaterra, e que havia feito um apelo a uma retirada dos depósitos bancários, em Dezembro de 2010), de uma maneira que os "media" não puderam ignorar. Não destruir os bancos, mas capturá-los a fim de que eles devam preencher as funções

essenciais que, em princípio, lhes pertencem, é esta a resposta que eu dou juntamente com outros, como Fréderic Lordon (5).

Para uma definição de ilegitimidade das dívidas públicas

A noção de dívida odiosa foi aplicada desde os anos 1980 à dívida dos países do Terceiro Mundo. Sua possível aplicação no caso da dívida da Grécia foi discutida. Trata-se de uma noção que vem do período intermédio entre as duas guerras mundiais. A primeira definição pertence a Alexander Sack, jurista russo e professor de direito internacional em Paris: "dívida contraída por um regime despótico (nós diríamos hoje ditadura ou regime autoritário), para objectivos estranhos aos interesses da Nação, aos interesses dos cidadãos" (6). O "Center for International Sustainable Development" da universidade McGill de Montreal deu uma definição bastante parecida no princípio dos anos 2000, mas já mais ligada à financeirização contemporânea. Segundo esta definição, as dívidas odiosas são "aquelas que foram contraídas contra os interesses da população de um Estado, sem o seu consentimento e com todo o conhecimento de causa por parte dos credores" (7).

Esta definição se aplica perfeitamente à dívida específica que incide em França sobre as municipalidades, concelhos regionais e mesmo sobre certos hospitais, cujos eleitos ou directores acabam de se constituir em associação para desencadear acções judiciárias colectivas contra os bancos (8). Eles foram incitados por estes bancos a comprar "produtos estruturados", que eram supostos facilitar, pelo seu rendimento elevado, o financiamento de projectos de investimentos importantes, num contexto de transferência de despesas do Estado para as regiões. Estes títulos financeiros opacos, transformados em "activos tóxicos" com a crise do Outono de 2008, sobrecarregam os orçamentos. O facto de que eles tenham sido comprados, ilustra obviamente o facto de que o fetichismo do dinheiro não é apenas próprio dos negociantes pois ele influencia as opções dos eleitos e dos administradores locais. Mas os bancos sabiam perfeitamente os riscos que estas compras faziam correr, o jogo de casino no qual faziam entrar os compradores. O suplemento de endividamento contraído pelas municipalidades pela compra de títulos podres, releva das "dívidas odiosas".

A noção mais ampla de dívida ilegítima me parece corresponder de perto à dívida dos países capitalistas avançados, nomeadamente os da Europa. É esta a posição dos militantes do Comité pela Anulação das Dívidas do Terceiro Mundo (CADTM) (9). Os argumentos que são avançados mais frequentemente como constitutivos deste conceito dizem respeito às condições que levaram um país a acumular uma dívida elevada e a se colocar nas mãos dos mercados financeiros. Aqui a ilegitimidade tem a sua origem em três mecanismos: despesas elevadas com a característica de "presentes" feitos ao capital; um nível baixo da fiscalidade directa (impostos sobre o rendimento, o capital e o lucro das empresas) e a sua muito fraca progressividade; uma evasão fiscal importante. Encontramos esses três factores tanto no caso da Grécia como no caso da França, da mesma forma que em todos os países hoje atacados pelos fundos especulativos e pelos bancos.

No que diz respeito à França, a dívida nasceu, a partir de 1982, do "presente" feito ao capital financeiro aquando das nacionalizações do governo da União da Esquerda. O seu crescimento ligou-se, de seguida, ao movimento da liberalização financeira, sendo que a sua primeira fase, nos anos 1980, foi marcada por taxas de juros reais muito elevadas. O endividamento do Estado tem a sua origem na debilidade da fiscalidade directa (imposto sobre o rendimento e imposto sobre as empresas) e na evasão fiscal. Em vez de enfrentar os grupos sociais que são beneficiados e que recorrem a esses processos, os governos, tanto do Partido Socialista como do RPR-UMP, "contornaram" o problema da maneira mais favorável ao capital e às fortunas. Eles solicitaram empréstimos àqueles a quem renunciaram a cobrar impostos.

A carga fiscal sobre o capital e os altos rendimentos foi diminuída, no início de forma prudente; posteriormente, sob os governos de Jospin (1997-2002), Raffarin (2002-2005) e Villepin (2005- 2007), ela foi reduzida de maneira mais significativa com a multiplicação de "abrigos fiscais"; mais tarde Sarkozy estabeleceu, com o "escudo fiscal" (cujo primeiro passo foi dado por Villepin na sua lei das finanças de 2006), mecanismos restituindo aos mais ricos uma parte do imposto. A análise das origens da dívida francesa ajudará a perceber a noção de dívida ilegítima e, portanto, a colocar a questão da sua anulação, não somente de um ponto de vista económico, mas também como uma questão política com fundamento ético.

Mas a ilegitimidade repousa também sobre a natureza das operações de "empréstimos" que devemos "honrar", para os quais será

preciso pagar juros elevados e assegurar o reembolso. A injunção de pagar uma dívida repousa, há que repeti-lo, implicitamente, sobre essa ideia de que certas quantias, fruto de uma poupança pacientemente acumulada por um duro trabalho, teriam sido emprestadas. Ora, esse será talvez o caso da poupança das famílias ou dos fundos dos sistemas de aposentadoria por capitalização. Não é o dos bancos nem dos "Hedge Funds". Quando estes "emprestam aos Estados", comprando títulos do Tesouro emitidos pelos ministérios das Finanças, trata-se na realidade de somas fictícias, cuja emissão repousa sobre uma rede de relações e de transacções interbancárias. A transferência de verdadeira riqueza, aquela que nasce do trabalho, se faz no sentido oposto.

A dívida e o serviço de juros são uma componente da bomba aspiradora financeira ("la pompe à phynance"), assim chamada por Frédéric Lordon, em homenagem a Alfred Jarry e ao seu pai Ubu. A natureza económica das somas emprestadas é mais um factor a questionar a legitimidade da dívida pública.

A auditoria da dívida pública e sua anulação

O CADTM defende desde sempre a necessidade da auditoria da dívida como etapa para a sua anulação. A auditoria tem como objectivo identificar os factores que permitem caracterizar a dívida como ilegítima, bem como aqueles que justificam ou mesmo que exigem o pagamento de uma fracção da dívida a certos credores. Eu não estava ainda convencido da importância desse processo até que militantes gregos demonstraram o seu alcance.

Até hoje, o único exemplo de auditoria é a que foi realizada no Equador em 2007. Ela resultou de uma decisão governamental, tendo o presidente do Equador, Rafael Correa (2007) desejado conhecer as condições nas quais a dívida do país nasceu. A auditoria permitiu ao governo decidir a suspensão do pagamento da dívida, constituída por títulos da dívida que chegavam ao seu termo, uns em 2012, outros em 2030. Desta forma, ele forçou os banqueiros, sobretudo norte-americanos, detentores de títulos, a negociar. O Equador pôde recomprar títulos estimados em 3,2 milhares de milhões de dólares por uma soma de pouco menos de um milhar de milhão de dólares.

Um cenário semelhante àquele do Equador não é concebível na Europa. A revindicação da moratória imediata e da auditoria

preparatória à anulação, deve obviamente ser dirigida aos partidos políticos no momento das campanhas eleitorais. Muitos militantes e alguns dirigentes serão sensíveis a ela. Entretanto, apenas "comités" do tipo daqueles que nasceram aquando da campanha de 2005 contra o projecto do Tratado Constitucional Europeu (ou mais recentemente sobre a questão das aposentadorias), podem ser portadores destas revindicações.

Existe um único país onde um "comité" nacional foi criado permitindo a formação de "comités" locais: trata-se da Grécia onde se criou um Comité grego contra a dívida. A seguir indicamos como ele define os seus objectivos (10).

Auditoria à dívida e exercício dos direitos democráticos

"O primeiro objectivo de uma auditoria é o de esclarecer o passado (...). Que fim levou o dinheiro de tal ou tal empréstimo, em que condições este foi concluído? Qual a soma de juros que foi paga e a que taxa, qual a parte que já foi paga? Como a dívida foi empolada sem que isto beneficiasse o povo? Que caminhos seguiram os capitais? Para que finalidade eles serviram? Que parte foi desviada, como e por quem?

E também: quem pediu o empréstimo e em nome de quem? Quem emprestou e qual foi o seu papel? Como o Estado foi comprometido, através de que decisão, tomada a que título? Como é que dívidas privadas se transformaram em dívidas "públicas"? Quem assumiu projectos inadaptados, quem forçou essa via, quem lucrou com isso ? Foram cometidos delitos ou crimes com esse dinheiro? Porque não são estabelecidas as responsabilidades civis, penais e administrativas?

(...) Uma auditoria da dívida pública não tem nada a ver com a sua caricatura que a reduz a uma simples verificação de cifras feitas por contabilistas rotineiros. Os partidários das auditorias invocam sempre duas necessidades fundamentais da sociedade: a transparência e o controlo democrático do Estado e dos governantes pelos cidadãos. Trata-se de necessidades que se referem a direitos democráticos elementares, reconhecidos pelo direito internacional, apesar de serem violados permanentemente.

O direito de vigilância dos cidadãos sobre os actos daqueles que os governam, de informação sobre tudo o que diga respeito à sua gestão, seus objectivos e suas motivações, é intrínseco à própria democracia, uma vez que ele emana do direito fundamental dos

cidadãos de exercer o seu controle sobre o poder e de participar activamente nos assuntos da comunidade. (...) Esta necessidade permanente de transparência nos assuntos públicos adquire, na época do neoliberalismo mais selvagem e da corrupção mais desabrida (sem precedente na história mundial), uma enorme importância suplementar. Ela se transforma numa necessidade social e política absolutamente vital.

O exercício dos direitos democráticos dos cidadãos, antes considerados como elementares, é visto pelos governantes quase como um declaração de guerra ao seu sistema, feita por aqueles que se situam em baixo na escala social. E naturalmente, ele é tratado em conformidade, isto é, de maneira repressiva (...). A auditoria à dívida pública adquire uma dinâmica socialmente salutar e, politicamente, quase subversiva. A utilidade de uma auditoria não pode se resumir unicamente à defesa da transparência e da democratização da sociedade. Ela vai muito mais longe, pois abre caminho a processos que poderiam ser considerados como "extremamente perigosos" para o poder estabelecido e potencialmente libertadores para a esmagadora maioria dos cidadãos! Efectivamente, ao exigir-se a abertura e a auditoria dos livros da dívida pública (e, melhor ainda, abrindo e auditando esses livros) o movimento da auditoria cidadã ousa o impensável: penetrar na zona proibida e sagrada do sistema capitalista, onde, por definição, nenhum intruso é tolerado!

Compreendida desta forma, a revindicação da auditoria da dívida e o início da sua concretização pela criação de "comités" (como instâncias populares onde as provas da ilegitimidade seriam reunidas e debatidas) constituiriam uma ferramenta formidável de re-democratização" (11).

Tratando-se dos detentores da dívida pública, a questão da defesa da pequena poupança é frequentemente levantada, como problema importante quando não como obstáculo determinante. Ela não colocaria, porém, nenhum problema. Aquando das declarações de imposto directo, os bancos calculam com exactidão os montantes relativos a diferentes formas de poupança das famílias. Elas lhes seriam garantidas, uma vez que não representam mais que uma parte minúscula do total reclamado.

A anulação das dívidas públicas não pode obviamente ser uma medida isolada. Colocaremos inicialmente o acento sobre dois aspectos. O primeiro é a apropriação social dos bancos e sua

reconfiguração, de forma a restaurar as suas funções essenciais de criação de formas determinadas e limitadas de crédito e a colocá-las ao serviço exclusivo da economia. O segundo é a reconfiguração da fiscalidade, a qual deve cessar de pesar acentuadamente sobre os assalariados e as camadas populares. Os sindicatos, SNUI (sindicato dos impostos) e Sud Trésor, tem sobre isso propostas elaboradas. Também importante é a utilização que é feita do imposto, seja ele recebido nacionalmente ou localmente. Actualmente, o controlo democrático do uso do imposto tornou-se puramente formal.
De uma maneira geral, a questão principal é aquela definida neste documento grego, a saber, a criação de uma dinâmica política na qual aqueles e aquelas que demonstraram, repetidamente, uma forte capacidade de mobilização, encarariam a campanha para a anulação como algo de essencial que condiciona o futuro.

Na França, mas também em toda a Europa, os assalariados são confrontados com as questões cruciais do emprego e da precariedade. A solução desses problemas passa pelo controlo social do investimento. Não pode continuar a depender das estratégias de maximização dos lucros das grandes empresas. A satisfação de necessidades sociais urgentes tem por contexto a crise ecológica em todas as suas dimensões. É indispensável que ela se baseie em profundas transformações nos modos técnicos de produção, na indústria como na agricultura. O financiamento seria assegurado pelo imposto e pelo crédito bancário controlado. A "sobriedade energética" e a desmercantilização seriam os complementos necessários.

A liberalização das trocas, cujo custo ecológico é imenso, é uma base do capitalismo financeirizado. O controle social do investimento permitiria a relocalização de numerosas actividades e um encurtamento das cadeias de aprovisionamento, de produção e de comercialização. A anulação das dívidas nos países onde os povos se mobilizassem para a sua imposição, criaria assim as condições para uma verdadeira saída da crise.

Aproveitar a oportunidade de um combate num conjunto de países.

A campanha contra a dívida não pode se fazer "por procuração". O povo grego não pode fazê-la por outros povos europeus.

As agências de notação ainda não se encarniçaram contra a França; esta ainda não sofre de diferenças de taxas de juros

significativas. A pressão da "dívida a honrar" não deixa entretanto de pesar intensamente sobre a situação económica e social e sobre a vida política francesa. O governo, bem como os dirigentes da UMP, do Partido Socialista e dos partidos ditos centristas, repetem a cada dia que a decência exige dos cidadãos que estes "aceitem os sacrifícios" a fim de que a França pague as suas dívidas. Não divergem senão sobre a melhor maneira de o fazer, sobre o melhor receita política para o efeito.

A dívida bloqueia o futuro, em particular o das classes populares, é claro, mas também o de toda a sociedade. Fazer campanha pela sua anulação não é algo que esteja além da capacidade do movimento social francês. A mobilização que centenas de milhares de pessoas fizeram no último Outono coloca as associações, os sindicatos e os partidos franceses numa situação de responsabilidade particular. A recusa dos trabalhadores franceses em pagar a dívida seria também o apoio internacionalista mais eficaz que eles poderiam levar aos trabalhadores da Grécia, de Portugal e da Irlanda. Uma campanha popular conduzida por comités para uma moratória imediata e pela auditoria da dívida, prepararia o movimento social para os novos episódios da crise financeira.

Os publicistas e os responsáveis políticos que hoje preconizam a reestruturação da dívida da Grécia e da Irlanda reconhecem que os riscos que invocam os adversários desta medida são reais. A vulnerabilidade do sistema financeiro europeu, e também a do mundial, torna possível uma nova crise. A falência de sectores do sistema bancário não está excluída. Nos países onde o pagamento da dívida tenha sido posto em causa pelo movimento social, os trabalhadores e os jovens voltados, de diversas maneiras, para as questões políticas, estarão preparados para essa situação, pelo menos um pouco melhor.

Um dos grandes argumentos dos partidários da saída do euro é o de que aqueles que apostam num movimento social europeu perseguem uma quimera. Mas a questão é a de aproveitar o momento para o fazer nascer. Vários países estão confrontados duramente com o problema da dívida. Outros o estarão mais cedo ou mais tarde. Todos estão submetidos às políticas económicas e monetárias pró-cíclicas. Mesmo a Confederação Europeia de Sindicatos foi obrigada a se demarcar da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu.

A oportunidade está criada de construir entre os cidadãos dos países da Europa, uma verdadeira união. A solução progressista não é a saída do euro. A solução está em ajudar à convergência das lutas sociais e políticas, conduzidas hoje de forma dispersa, para um objectivo de controlo social e democrático comum dos seus meios de produção e de troca, e portanto, igualmente, do próprio euro. É necessário tomar o controle dos bancos, incluindo o BCE, em todos os países onde o movimento social tenha para isso a força suficiente.

A campanha pela anulação das dívidas públicas europeias deve ser acompanhada, obviamente, da anulação da dívida dos países do Sul detida pelos bancos e pelos fundos de investimento europeus. Para os povos dos países europeus esta campanha é uma passagem obrigatória e também um trampolim. Passagem obrigatória porque nenhuma política minimamente progressista no plano social, bem como no plano ecológico, poderá ser conduzida (nem qualquer grande investimento efectuado), enquanto a hemorragia do serviço dos juros da dívida continuar. Trampolim, porque toda vitória arrancada nesse terreno constituiria um sismo para o capitalismo mundial. A anulação das dívidas modificaria profundamente a relação de forças entre o trabalho e o capital. Ela libertaria os espíritos para o "horizonte do possível".

Quando uma ocasião como esta se apresenta, torna-se fundamental não desperdiçá-la.

Notas

(1) Robert Guttmann, How Credit-Money Shapes the Economy, M. E. Sharpe, Armonk, New York,1994, página 33.
(2) FMI, Rapport sur la stabilité financière dans le monde, Note intérimaire, Janvier 2011.
(3) FMI, Global Financial Stability Report, Abril de 2011, capítulo 1, quadro 1.1.
(4) Observações de José Vinals citadas por Martine Orange, Mediapart, 15 de Abril de 2011.
(5) Frédéric Lordon, «Ne pas détruire les banques: les saisir!».
(6) Vide dette odieuse no sítio do CADTM.
(7) Leia-se Global Economic Growth Report, Toronto, Julho de 2003.
(8) "Prêts toxiques: les élus s'allient pour attaquer les banques", Le Monde, 9 de Março de 2011.
(9) Voir Eric Toussaint, «Face à la dette du Nord, quelques pistes alternatives», 19 de Janeiro de 2011.

(10) Yorgos Mitralias, «Face à la dette: l'appetit vien en auditant!...» 12 de Abril de 2010. O autor é o principal animador do Comité grego contra a dívida. A declaração fundadora deste comité foi publicada no nº 11 de 'O Comuneiro'.
(11) Em oposição à desdemocratização nascida do neoliberalismo, ver Wendy Brown, Les Habits neufs de la politique mondiale, trad. de Christine Vivier, Les prairies ordinaires, Paris 2007, bem como Pierre Dardot et Christian Laval, La nouvelle raison du monde. Essai sur la societé néolibérale, La Découverte, Paris, 2009, páginas 457-468.

A financeirização da Responsabilidade Social Empresarial e o surgimento do Investimento Socialmente Responsável: educação para o consenso na EMBRAER[1]

Lívia de Cássia Godoi Moraes[2]

Dois movimentos avançaram na década de 1990 no Brasil: a *Responsabilidade Social Empresarial* (RSE) e a Governança Corporativa, as quais, aparentemente, se opõem. A RSE se refere mais aos *stakeholders*, ações sociais dos empresários para o público interessado, tais como trabalhadores, clientes e sociedade civil; enquanto a Governança Corporativa responde aos interesses dos *shareholders*, ou seja, dos acionistas. Em um primeiro momento, parece que o investimento em RSE pode trazer prejuízos aos acionistas, na medida em que geraria maiores custos às empresas. Porém a noção de *Investimento Socialmente Responsável* demonstra o contrário.

Na primeira parte deste capítulo procuraremos dar um panorama histórico-conceitual dos avanços da relação entre empresas e sociedade, desde o último quarto do século XX até a atualidade no mundo e no Brasil, entrelaçando relações concretas, teóricas e ideológicas deste contexto. Na segunda parte, faremos a análise da relação entre Embraer e sociedade, e os impactos objetivos e subjetivos sobre seus trabalhadores diante do processo de financeirização e incorporação da ideia de Investimento Socialmente Responsável na empresa.

---

[1] Este artigo resulta de parte de pesquisa feita por mim para tese de doutorado em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP "Pulverização de capital e intensificação do trabalho: o caso da EMBRAER", defendida em março de 2013, sob orientação do Prof. Dr. Jesus Ranieri, com financiamento da CAPES. Uma primeira versão deste texto encontra-se publicada nos Anais do 2º Encontro Internacional de Política Social 9º Encontro Nacional de Política Social, ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2014.

[2] Graduada e mestra em Ciências Sociais pela UNESP, doutora em Sociologia pela UNICAMP e Pós-doutora em Política Social pela UFES. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Política Social, na UFES. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis.

Da Responsabilidade Social Empresarial ao Investimento Socialmente Responsável: um esboço de análise.

Tanto a RSE quanto a Governança Corporativa surgiram no Brasil juntamente com o avanço político neoliberal e com a financeirização da economia. As políticas neoliberais vêm sempre acompanhadas do discurso do desmantelamento do Estado. Assim, a responsabilidade social pela construção da cidadania no Brasil, um país historicamente desigual, coloca o governo em segundo plano. A responsabilidade social deve partir da disposição altruísta voluntária do indivíduo, de uma organização ou uma empresa.

Os precursores da "responsabilidade social" advêm do início do século XX. Segundo informações levantadas por Rezende (2005), em 1920, certas instituições religiosas evitavam investimentos em empresas ligadas a álcool ou tabaco, recusando aplicações nas denominadas "ações do pecado". Já o foco nas questões ambientais é bem mais recente, data das décadas de 1970 e 1980.

Sartore (2012) relaciona a preocupação com a responsabilidade social por parte das empresas ao aumento da pobreza da população em detrimento do enriquecimento das empresas. Ela explica que, na década de 1980, havia um discurso em torno da erradicação da pobreza através da filantropia empresarial, envolto do caráter religioso de caridade. Na década seguinte, esse tipo de filantropia passou a ser questionado. Surge, então, a neofilantropia empresarial, que propõe gerir continuamente a pobreza, dada a constatação da incapacidade de exterminá-la.

Paoli (2005) explica que ocorreu um deslocamento dos agentes de transformação com o neoliberalismo no Brasil. A força política dos trabalhadores e movimentos sociais da década de 1980 foi deslocada para organizações não-governamentais profissionalizadas, bem como o ativismo político pela cidadania e justiça social foi deslocado para o ativismo civil voltado para a solidariedade social. Com isso, tentou-se abolir o conflito: as empresas se "solidarizaram" aos trabalhadores.

Sob a defesa da RSE, destarte, os empresários obtêm dupla vantagem: uma é político-ideológica e outra é financeira. Assim, além de reforçar a ideia de ineficiência burocrática do Estado, de refundar o ativismo via solidarização, no lugar do conflito político, conseguem ganhar consentimento por parte de seus próprios trabalhadores e da comunidade que as cercam, no sentido de que é a RSE que atua na melhoria da situação das pessoas mais vulneráveis da sociedade, das

vítimas do desemprego, dos de baixa renda e sem acesso às oportunidades sociais.

O discurso da ética empresarial, tão relevante na governança corporativa e no ativismo sindical, neste caso, também media o lucro, na medida em que o trabalhador se sente parte do compromisso ético com a sociedade. A noção de "rentabilidade" aparece, destarte, atrelada às ações sociais. A RSE tem a função de "melhorar a imagem" da empresa e assim "agregar valor" aos seus produtos.

A fundação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas, em 1998, tornou-se um marco no avanço do ideário da RSE no Brasil. Conforme Sartore (2012), o grupo que fundou o Instituto Ethos pertenceu ao Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), criado em 1987, o qual surgiu sob o argumento de que resolveria a "crise de representatividade" dos empresários, que se encontravam submetidos à Assembleia Constituinte. O PNBE era constituído de empresários que participavam, à época, da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mas que, contudo, criticavam a ligação da FIESP com o governo e a constante oposição aos sindicatos. Requeriam, portanto, maior independência para "modernizar" as relações entre empresários e sociedade. Além do PNBE, todos os membros que fundaram o Instituto Ethos estavam ligados à Fundação Abrinq.

Ainda, segundo Sartore (2012), a criação da Fundação Abrinq pelos direitos da criança e do adolescente foi fundamental para o desenvolvimento do conceito de RSE no Brasil. A Abrinq também nasceu da iniciativa de membros do PNBE, sendo seu foco central a ação pela erradicação do trabalho infantil. Os membros do PNBE acreditavam piamente que o empresariado poderia dar conta, com êxito, das funções sociais do Estado.

A partir da conferência mundial sobre Meio-Ambiente no Brasil, a *United Nations Conference on Environment and Developmente* (UNCED-92), comumente conhecida como ECO-92, também se difundiu a ideia de "Sustentabilidade Empresarial"[3], na qual se anunciou que se evitasse o desperdício como meta para proteção ambiental. Como se pode observar, nos discursos em torno do desenvolvimento sustentável, muito se preconiza para o âmbito do

[3] Porém, a origem oficial do conceito de "desenvolvimento sustentável" é comumente atribuída ao relatório divulgado pelas Nações Unidas em 1987, intitulado "*Our common future*" ou Relatório de Brundtland (SARTORE, 2012, p. 454).

trabalho, quase nada se debate quanto ao âmbito do consumo. Algo que conflui fortemente com o ideário capitalista.

Desse modo, foi dada a "solução" para o que parecia ser um paradoxo: "Incorporar as dimensões sociais da empresa (todos os seus *stakeholders*) à sua dimensão financeira (*shareholder*) para gerar valor passou a significar 'Sustentabilidade Empresarial'" (SARTORE, 2011, p. 225). Assim, a RSE passou a ser um dos pilares da Governança Corporativa.

Isso não seria possível não fosse a constatação de que empresas sustentáveis dão melhor retorno econômico-financeiro[4]. Tal noção permite o desenvolvimento do conceito de *Investimento Socialmente Responsável (ISR).*

A criação de índices de avaliação do Investimento Socialmente Responsável garante a valorização fictícia no mercado financeiro. No Brasil, a inserção de tal conceito no mercado financeiro ocorre em 2005, com a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (SARTORE, 2011, p. 227). Enquanto o foco da RSE é o gerente, o foco do ISR é o acionista.

> Assim, quem "dita" o que gera valor para a empresa, em termos de Sustentabilidade Empresarial, não são as instituições que fomentaram o movimento da Responsabilidade Social Empresarial da década de 1990, e sim instituições ligadas ao mercado financeiro, que passaram a atuar nesta temática no começo do século 21 (SARTORE, 2011, p. 236).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) nos fornece um histórico do ISR no mundo e no Brasil:

[4] Segundo a ABRAPP (2008), já na década de 1990, os fundos de investimento que utilizavam princípios de responsabilidade social tiveram um desempenho 15% superior aos fundos "tradicionais", de acordo com o DJSI.

Quadro1: Histórico do ISR no mundo

1991	O *UK Social Investment Forum* foi lançado em 10 de julho de 1991, fundamentado no trabalho de grupos envolvidos com o tema, principalmente o *Socially Responsible Investment Network* e o *Socially Useful Money* (SUM).
1999	Lançamento do Pacto Global (*Global Compact*), uma iniciativa do então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, que propõe cidadania corporativa como forma de contribuir para o avanço da economia global mais sustentável e inclusiva.
1999	Lançamento do *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI) pela *Dow Jones Indexes* (DJI) e a *Sustainable Asset Management* (SAM). Este foi o primeiro índice global para mapear o desempenho financeiro das empresas no campo do desenvolvimento sustentável
2001	Lançamento do FT4Good pela Bolsa de Londres e o *Financial Times*. Trata-se de quatro índices desenvolvidos pela empresa de pesquisa Eiris que avalia empresas globais a partir de critérios ambientais, de direitos humanos e engajamento dos *stakeholders*.
2003	Lançamento do índice de SRI da África do Sul. Primeiro país "emergente" a incorporar sustentabilidade ao mercado de ações, via Bolsa de Valores de Johannesburg.
2004	A *United Nations Environment Programme - Finance Initiative* (Unep-FI) reúne os maiores fundos de pensão da Europa em Paris para discutir práticas de investimentos, sob a ótima da RSE e da Governança Corporativa. Um grupo de investidores é convidado por Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, para desenvolver referências à prática do Investimento Responsável.
2005	Os 20 maiores investidores institucionais do mundo, incluindo a PREVI, reuniram-se em Nova Iorque para dar início à configuração dos *Principles for Responsible Investment* (PRI), os Princípios para o Investimento Responsável. O grupo se encontra outras três vezes, até janeiro de 2006.
2006	Lançamento oficial dos PRIs na Bolsa de Valores de Nova Iorque, sendo, em seguida, lançados em Paris.

Fonte: adaptado de ABRAPP (2008)

No Brasil, o investimento socialmente responsável chega uma década depois de ganhar relevância em âmbito internacional:

Quadro 2: Histórico do ISR no Brasil

2000	Lançamento pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) níveis diferenciados de Governança Corporativa: nível 1 e nível 2.
2001	Primeiros lançamentos de Fundos Socialmente Responsáveis por bancos que operam no Brasil.
2003	A ABRAPP, em parceria com o Instituto Ethos, lança os Princípios Básicos de Responsabilidade Social (PRI)[5], durante o Congresso Anual dos Fundos de Pensão.
2005	Ocorreu o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Bovespa, considerando o desempenho financeiro, social, ambiental e de governança corporativa de companhias listadas na Bolsa.
2006	Lançado o PRI brasileiro no Rio de Janeiro.

Fonte: adaptado de ABRAPP (2008)

Dado um panorama histórico e teórico do que seria o investimento socialmente responsável, passemos agora a analisar os impactos da RSE e do ISR em nosso objeto de estudos, a EMBRAER S.A.[6]

EMBRAER: da RSE ao ISR, finanças e controle ideológico.

A Embraer lançou, em 2001, as bases do Instituto EMBRAER de Educação e Pesquisa (IEEP) voltada, primeiramente, a alunos do Ensino Médio, como parte das ações de RSE. O Instituto, administrado por profissionais especializados e com representatividade e identidade próprias do Terceiro Setor, teve por meta "formular, montar e gerenciar projetos, angariar parceiros e aferir resultados". O Instituto não opera

[5] São seis os PRI: 1) Incluir as questões de ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão; 2) Sermos proprietários ativos e incorporar os temas de ESG nas políticas e práticas de detenção de ativos; 3) Buscar a transparência adequada nas empresas em que investimos quanto às questões de ESG; 4) Promover a aceitação e a implementação dos princípios no conjunto de investidores institucionais; 5) Trabalhar juntos para reforçar nossa eficiência na implementação dos Princípios; 6) Divulgar nossas atividades e progressos em relação à implementação dos Princípios.

[6] Em 2010, a e – Empresa Brasileira de Aeronáutica muda a sua razão social para EMBRAER S.A., devido à ampliação nos seus ramos de atuação para além da produção de aviões.

diretamente seus projetos, mas age como promotor, financiador e controlador, atuando preferencialmente por meio de parcerias e alianças (EMBRAER, 2001).

A criação do Colégio Engenheiro Juarez de Siqueira Britto Wanderley (CEJW), com início das atividades em 2002, foi o primeiro e mais importante projeto do IEEP. O colégio fica localizado em São José dos Campos, em um terreno de 31.000 m2 da unidade industrial de Eugênio de Melo. Concebido e materializado no tempo recorde de seis meses, tem um edifício de 4.200 m2 de área construída, e consumiu investimentos de US$ 2,7 milhões em suas instalações físicas. As salas de aula são dotadas de recursos de multimídia e têm layout que possibilita diferentes arranjos em classe. Os alunos estudam em tempo integral e a EMBRAER custeia, integralmente, uniformes, materiais escolares, transporte e refeições em restaurante próprio. A gestão pedagógica ficou a cargo do Sistema Pitágoras, uma das maiores organizações privadas de ensino secundário do País [7].

Em relatório anual de 2002 da EMBRAER, consta:

> O IEEP não é exclusivamente um promotor de atividades de natureza educacional. Acreditamos, sim, ser essa uma excelente estratégia de inclusão social, porém, a principal meta da ação social da Embraer é a formação de *cidadãos produtivos* e, para isso, a competitividade no acesso ao mercado de trabalho é a melhor resposta e é a que procuramos oferecer com nossos projetos (grifo nosso).

Formação de força de trabalho em maior quantidade, barateando o valor, bem como com valores e competências desejados pelo empresariado são objetivos da responsabilidade social na área educacional pela EMBRAER, e por outras empresas transnacionais.

Em 2013 foi inaugurado um novo colégio, o Colégio Casimiro Montenegro Filho, com os mesmos objetivos, que atende estudantes da região de Botucatu (Botucatu, São Manuel, Areiópolis, Pardinho, Itatinga, Anhembi, Bofete e Pratânia), onde há outra instalação da empresa.

Ainda, no que diz respeito ao foco educacional, a EMBRAER construiu a FUNDHAS (Fundação Hélio Augusto de Souza), em 2003, uma entidade administrada pela Prefeitura de São José dos Campos

[7] Informações do Relatório Anual da Embraer (2002).

que tem fins de profissionalização e inclusão social de jovens da periferia, e investe também em tecnologias educacionais.

Esses e outros projetos, entretanto, devem ser destacados e analisados:

Quadro 3. Projetos de Responsabilidade Social Empresarial da EMBRAER (2010)

PROJETO	DESCRIÇÃO
Colégio Embraer Juarez Wanderley (CEJW)	Principal projeto do Instituto Embraer de Educação e Pesquisa (IEEP) e integralmente mantido pela empresa. Iniciado em 2002, atende 600 alunos por ano na região de São José dos Campos, Taubaté, Caçapava e Jacareí. Ensino gratuito em regime de tempo integral para o Ensino Médio para alunos egressos da rede pública de ensino.
Programa de Preparação para a Universidade (PPU)	Iniciado em 2006. Elabora seu currículo em parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Ocupacional (EUA), Rede Pitágoras de Ensino e Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês. São 800 horas/aula em 4 semestres: exatas (pré-engenharia), humanas (pré-humanas e administração) e biomédicas (pré-biomédicas). Participam 400 alunos por ano.
Fundo de Bolsas	Iniciado em 2005. A Embraer contribui com até 25% do valor pago a cada bolsista. Trata-se do custeio das despesas gerais de ex-alunos do CEJW que estudam em universidades fora da Região de SJC. Ex-alunos do CEJW pelo programa, tornam-se contribuintes do fundo após terminada a graduação, devolvendo o valor da bolsa, corrigido monetariamente.
Campeonato Embraer de Miniplanadores	Iniciado em 2009. O programa é realizado em parceria com o IEEP e empregados voluntários da empresa. Destinado a alunos do 7° ao 9° ano do Ensino Fundamental. Os alunos aprendem a desenvolver e construir um miniplanador e, por fim, participam de uma competição de voo.
Programa Ação na Escola (PAE)	Iniciado em 2006, trata-se de um Programa de Gestão Participativa da comunidade na escola. São propostas "melhorias" no modelo educacional das escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio. Os projetos são analisados pelo IEEP, e a metodologia é desenvolvida sob coordenação da Ação Educativa da UNICEF (The United Nations Children's Fund), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)/MEC (Ministério da Educação) .
Programa Parceria Social (PPS)	Iniciado em 2004. Auxilia ONGs (Organizações Não-Governamentais) na elaboração e desenvolvimento de projetos sociais. Tem participação ativa de trabalhadores voluntários da Embraer na elaboração e execução dos projetos.
Inclusão Digital	Iniciado em 2003. Trabalhadores voluntários da Embraer participam como instrutores em curso com duração de oito meses para conhecimento de técnicas de informática e cidadania para alunos da rede estadual de ensino.

Miniempresa	Iniciado em 2002, em parceria com Secretarias Municipais de Educação e a Associação Junior Achievement do Estado de SP. Trabalhadores da Embraer participam voluntariamente na tarefa de orientar e estimular o espírito empreendedor nos estudantes. Trata-se de um programa de 15 semanas em que os jovens da 8a. série do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio de escolas públicas, criam uma empresa, escolhem seu produto, fabricam e vendem. Os recursos para a criação da miniempresa são levantados pelos próprios alunos por meio de venda de ações. Ao final do programa, as miniempresas são liquidadas e os resultados são distribuídos entre seus acionistas.
Projeto Robótica	Criado em 2009 em parceria com a GAMT, ONG de Caçapava/SP, que treinou educadores em Gavião Peixoto. O objetivo é oferecer, através da robótica educacional, despertar interesses por temas já vivenciados pelos alunos em sala de aula.
Programa para Pessoas com Deficiência	Criado em 2002. Trata-se de programa de profissionalização e capacitação de pessoas com deficiência.

Fonte: Elaborado a partir de Relatório Anual da EMBRAER (2010)

A escola de Ensino Médio mantida por esta empresa não é frequentada por seus funcionários, nem necessariamente por filhos de seus empregados. Trata-se de uma escola que privilegia os melhores alunos do Ensino Fundamental público da região, seja de São José dos Campos/SP, seja de Botucatu/SP. Neste sentido, a empresa põe em destaque, em seu *marketing,* a sua preocupação com a "responsabilidade social". A sua imagem enquanto "empresa cidadã" se destaca e recebe respaldo da sociedade, inclusive das comunidades mais carentes.

O CEJW preza os mesmos valores da empresa: "a consciência de nossa nacionalidade, a ética, a liberdade pessoal e o compromisso com o futuro"[8]. Não é necessário esforço para a compreensão de que consciência, de que ética, de que liberdade e de que compromisso se fala. Trata-se de valores burgueses empresariais. Tais valores são reforçados no Programa de Preparação para a Universidade (PPU)[9].

O Pré-Humanas e Administração claramente se dirige à preparação de gestores de empresas, o que fica bastante claro nas disciplinas do pré-humanas: "Desenvolvimento Pessoal para Sucesso

[8] Informações do sítio do Colégio, disponível em <http://www.colegioembraer.com.br/>, acesso em 12 de julho de 2012. Atualmente (2019), o novo site do Colégio é <http://institutoembraer.org.br/>, acesso em 02 de agosto de 2019.

[9] Um estudo mais detido na análise desses dados na questão educacional está presente em artigo anterior. Ver MORAES, 2014.

Profissional; Ferramentas de Computação e Internet para "Business"; Aprender a Empreender/Tecnologia de Gestão; Empresa Virtual; Empresa Simulada; Leituras de ficção; O funcionamento do Estado para principiantes; Filmes sobre a vida nas empresas e sobre empresários; Oficina de criação literária; Seminários sobre as grandes ideias da civilização; Visitas técnicas à empresas". São a própria internalização dos parâmetros capitalistas nesses jovens, com a intencionalidade de que escolham a carreira de negócios.

Já as disciplinas do Pré-Engenharia são mais técnicas, mas também interessantes à empresa em questão: "Desenvolvimento Pessoal para Sucesso Profissional; Ferramentas da Informática e da Internet para Engenharia; Princípios da Tecnologia; Ciências de Materiais; Eletricidade CC/CA; Dispositivos e Circuitos Analógicos; Eletrônica Digital; Metrologia". Na preparação para as áreas de Exatas, a grade curricular foi desenvolvida pelo *The Center for Occupational Research and Development* (CORD), uma instituição americana dedicada ao estudo de ferramentas educacionais e programas inovadores para otimizar resultados. Além da elaboração do currículo, o CORD treina os professores para que eles desenvolvam as disciplinas dentro do Colégio. Para potencializar os estudos, foram montados quatro laboratórios específicos: Princípios de Tecnologia, Natureza das coisas, Eletroeletrônica e Informática.

Os alunos que se decidem pela área Biomédica encontram parceiros e consultores junto ao Hospital Sírio Libanês, que auxiliam no desenvolvimento de um programa específico com base na metodologia ativa de aprendizagem e se desenvolve com base em três laboratórios no colégio que são: o *Wet Lab* (reações químicas e materiais microbiológicos); o Morfofuncional (estudo de modelos de sistemas, órgãos e lâminas); laboratório técnico para preparação de práticas e o laboratório de práticas e habilidades que trabalha com análise de sinais vitais e simuladores[10].

Para fazer parte do colégio, há um processo seletivo com prova, uma espécie de "vestibulinho", bem como se faz necessária a comprovação de que fez as últimas quatro séries do Ensino Fundamental em escola pública. Esse fator contribui para o Colégio Embraer despontar entre os melhores ranqueados no ENEM (Exame

[10] Informações sobre PPU Disponíveis em <www.colegioembraer.com.br>. Acesso em 16 de outubro de 2012.

Nacional do Ensino Médio), sendo o quarto melhor colocado do estado de São Paulo em 2011[11].

O fundo de bolsas, que auxilia o aluno para se manter durante o curso de graduação, conta com doações, além da EMBRAER e suas parceiras, também de seus assalariados. Entretanto, todos os contemplados devem pagar, com valor monetário corrigido, as bolsas que receberam depois de graduados. Inclusive, em sendo contemplado, esse estudante precisa apresentar um fiador no contrato[12]. O trabalhador que fez a sua doação não terá o valor reposto, mas a empresa sim.

No ano de 2017, a Embraer S.A. estendeu sua atuação para fora do Brasil, com a criação da Embraer Foundation, "cujo foco é consolidar as ações sociais da Embraer nos Estados Unidos e atuar como braço do Instituto, no âmbito da estratégia de investimento social privado da Embraer"[13].

Os projetos PAE e PPS configuram, na acentuação daquilo que já mencionamos com relação à RSE, minoram o papel e a funcionalidade do Estado, reforçando o discurso a respeito de sua ineficiente. A iniciativa privada se incumbe de tarefas do Estado, sob a justificativa de monitorar e conduzir o poder público de forma mais eficaz.

Algo interessante a se destacar, de quase todos os projetos, é o fato de contarem com o trabalho voluntário de seus trabalhadores. O incentivo ao voluntariado é uma das facetas do projeto de envolvimento do trabalhador com a empresa. Assim, a empresa, ao invés de manter a imagem taylorista-fordista do local onde o trabalhador é exaurido em um trabalho extenuante e monótono, passa a ser o local onde ele tem uma função também social, "graças" a oportunidade dada pela empresa. Desse modo, a Embraer, além de extrair a mais-valia do trabalhador dentro da jornada de trabalho,

---

[11] *Press release* da Embraer, 12 de setembro de 2011. Disponível em < http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/COLEGIO-DA-EMBRAER-SE-MANTEM-COMO-UM-DOS-MELHORES-NO-ESTADO-DE-SAO-PAULO.aspx>. Acesso em 16 de outubro de 2012.

[12] Informação do regulamento do fundo de bolsas 2018, disponível em <http://institutoembraer.org.br/inscricoes-para-o-fundo-de-bolsas-abertas/>, acesso em 02 de agosto de 2019.

[13] Informações do Relatório Anual 2017, do Instituto Embraer. Disponível no site do Instituto Embraer <http://institutoembraer.org.br/transparencia/>, acesso em 02 de agosto de 2019.

ainda reforça a sua marca através do trabalho não pago fora da jornada, envolvendo não só o trabalhador, mas a comunidade em torno da empresa.

Existe uma cartilha, que pode ser encontrada na página do Instituto EMBRAER na *internet*, chamada "Programa Embraer de voluntariado: Fazer o bem faz bem!"[14]. Nela, é possível encontrar informações de pesquisas realizadas nos Estados Unidos que afirmam que "quem pratica trabalho voluntário tende a ser mais saudável e feliz. Em relação à longevidade, concluiu que o VOLUNTÁRIO VIVE MAIS". Há também a informação desde 1998 há, no Brasil, uma legislação específica para a prática do voluntariado (Lei n. 9.608/98), que cria respaldo jurídico para a "profissionalização do serviço voluntário". Ademais, há dicas e informações dos projetos EMBRAER em que os trabalhadores voluntários podem atuar.

> O trabalho voluntário gera realização pessoal e bem-estar interior originados do prazer de servir a quem precisa. É um sentimento de solidariedade e amor ao próximo aliado com a importância de sentir-se socialmente útil. É algo que vem de dentro da gente e faz bem aos outros. No voluntariado todos ganham: o voluntário, aquele com quem o voluntário trabalha, a comunidade (p. 3).

Contudo, quem mais ganha é a empresa. Um dos projetos que angaria voluntários é o projeto miniempresa. Este, por exemplo, tem uma função pedagógica junto aos trabalhadores e à comunidade. A criança, que desde o Ensino Fundamental internaliza os valores empreendedores, acostuma-se com a noção de que o sucesso profissional é uma questão individual e, se houver fracasso, é por culpa própria. Ratifica o fato de que é possível a qualquer um ser proprietário das empresas via compra de ações, e que isso, ao final, lhe gerará um retorno financeiro, mesmo que a empresa seja liquidada. A internalização ideológica não se dá somente na criança, mas também no trabalhador que se voluntaria.

A relação empresa-escola aqui está explícita, a escola não é senão o local onde se forma o consenso diante do processo de acumulação capitalista, onde se internalizam os parâmetros em torno da naturalização das relações empresariais, diga-se de passagem,

---

[14] Disponível em <http://www.institutoembraer.com.br/Documents/Manual_Programa_Voluntariado.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

relações que são desiguais e construídas historicamente. Faz parecer aos estudantes que a realidade da empresa é extremamente interessante, que a cooperação é intrínseca e que os resultados são divididos igualmente, e que, portanto, eles devem ter como meta trabalhar numa empresa como essa.

O curso de Inclusão Digital e Cidadania, oferecido pela empresa, tem por professores de informática básica funcionários voluntários da EMBRAER. O curso é oferecido para alunos de Ensino Médio de bairros classificados como carentes da cidade sede da empresa aeronáutica. O objetivo do curso, segundo a empresa, é oferecer uma oportunidade de profissionalização e abordar assuntos tais como estrutura política do município, símbolos nacionais, violência, combate às drogas, meio ambiente, mercado de trabalho, voluntariado e respeito às diferenças.

Esse tipo de intervenção da empresa na sociedade reforça a ideia da bipolarização das qualificações, dado que um curso de oito meses de informática básica não garantirá necessariamente emprego a esses alunos, e quando houver, serão provavelmente em postos pouco valorizados. Por outro lado, os temas abordados nas aulas serão debatidos sob a tutela da empresa, portanto, expressando a sua visão de mundo, que não a da realidade desses jovens de periferia. É ratificado o que já foi afirmado por Marx há quase dois séculos: na sociedade capitalista, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 2007).

Constata-se que os custos da empresa com o programa de responsabilidade social relacionado à educação são muito baixos perto do retorno financeiro via construção de imagem de “empresa cidadã”, e o incentivo ao voluntariado dentro da empresa é crescente.

Com esses projetos a empresa se beneficia duplamente, envolvendo seus funcionários para que encontrem sentido nas ações voluntárias que possivelmente não encontram no uso da força de trabalho, e envolvendo a sociedade, que apoia e aplaude as ações da empresa.

Contudo, destacamos como sendo o mais importante de seus projetos educacionais o Programa de Especialização em Engenharia da EMBRAER (PEE). PEE já formou, até 2019, 26 turmas com cerca

de 1400 engenheiros [15]. Ele foi iniciado no mesmo período que inaugurada a escola de Ensino Médio, 2002. Desde 2001 o PEE estava em funcionamento, com o objetivo de preparar engenheiros recém-formados para os quadros da empresa. Porém, foi somente em 2002 que o programa tomou caráter de Mestrado Profissional, portanto, pós-graduação *stricto sensu*. A partir de então, aparece nos relatórios da empresa com a denominação de "Universidade Embraer". Trata-se de um programa que, quando de seu lançamento durava de dezoito meses, tendo sido reduzido, posteriormente, para quinze meses, em que o aluno deve cumprir créditos em disciplinas ministradas por acadêmicos do ITA e por funcionários da empresa, bem como desenvolver uma dissertação de mestrado de interesse da empresa. Durante esse período, o aluno recebe uma bolsa pesquisa equivalente ao valor médio de bolsas de pós-graduação no Brasil.

Segundo Agopyan e Oliveira (2005) "enquanto o mestrado acadêmico busca o conhecimento, o profissional busca a aplicação do conhecimento para a inovação". Ou seja, uma inovação que traga acumulação de capital. A criação desse programa está diretamente relacionada ao fato de que, com a privatização da empresa, em 1994, houve uma reestruturação produtiva que demitiu mais de oito mil funcionários e, com isso, houve grande perda de conhecimento acumulado.

> De junho a outubro de 1999, 700 novos engenheiros foram contratados, além de especialistas estrangeiros. Enquanto os primeiros eram normalmente alocados para atividades básicas de engenharia, os últimos, normalmente engenheiros experientes, vinham de diversas partes do mundo para trabalhar como consultores, seja como profissionais autônomos, seja como funcionários de empresa terceirizada. Particularmente a dependência da mão-de-obra estrangeira trazia dois obstáculos: o custo muito alto e os problemas potenciais do sigilo industrial. (ANDRADE; RIZZI; ALMEIDA, 2005, p. 50).

Um dos pontos necessários ao trabalhador flexível é o comportamento empreendedor e a sua capacidade para se envolver com a empresa, de modo a oferecer-lhe suas ideias, suas iniciativas, suas capacidades cognitivas e sua subjetividade. Não há exemplo mais

[15] Informações do site da Embraer. Disponível em <https://embraer.com/br/pt/pee>, acesso em 02 de agosto de 2019.

claro do treinamento educacional do que o mestrado profissionalizante em questão.

O aluno sabe de antemão que não necessariamente será contratado pela empresa. Os dados apresentados por Andrade, Rizzi e Almeida (2005) comprovam que apenas 378 dos 500 alunos que haviam passado pelo programa até então haviam sido absorvidos pela empresa, e que para a decisão sobre quem deveria ser contratado, o seu "perfil", as suas "competências" no trabalho prático são de enorme relevância; ou seja, o seu modo de agir, mais que seus conhecimentos técnicos, devem seguir os preceitos toyotistas.

> É muito importante que, além da competência técnica, os alunos sejam constantemente observados em seu treinamento, capacidade de gerenciamento e de organização. Esses são pré-requisitos para se trabalhar em uma indústria altamente competitiva como a aeronáutica, onde comunicação, atitude e trabalho em times são habilidades essenciais. (ANDRADE, RIZZI, ALMEIDA, 2005, p. 56).

Assim, pelo valor de uma bolsa de pós-graduação, bem menor que o salário médio do engenheiro, o já graduado estudante se dispõe a trabalhar para a empresa lhe disponibilizando seus conhecimentos e ideias para um projeto de redução de custo e/ou inovação empresarial. Os custos desses estudantes recém-formados são muito menores que a contratação de estrangeiros especialistas, além do fato de não possuírem qualquer histórico de luta sindical. Contribui, assim, para a ideia de precarização até mesmo dos cargos mais prestigiados, como é o caso dos engenheiros.

Como desdobramento da criação do PEE, a empresa ainda celebrou convênios com renomadas universidades brasileiras para criar cursos de engenharia aeronáutica. Com isso fica evidente mais um ramo de atuação governamental de apoio à EMBRAER, os convênios de universidades, institutos de fomento e institutos de pesquisas públicos que contribuem para o avanço tecnológico para fins privados. Na rede de cooperação tecnológica da EMBRAER colaboram mais de 50 institutos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), envolvendo mais de 250 pesquisadores[16]. O aumento da produtividade requereu mais investigação científica, e a ciência passa a servir à acumulação de capital.

[16] Informações do Relatório Anual da Embraer (2011).

> Depois, progressivamente, foi a própria investigação que se integrou no processo produtivo, de forma que hoje a criação científica apresenta-se agora como o que é: uma das funções do capital. Assim, nesse processo de desenvolvimento da produtividade, o sistema tecnológico, ao mesmo tempo que assimila cada vez mais a força de trabalho e a sujeita mais drasticamente aos condicionalismos da exploração, integra também absolutamente a elite científica e demais intelectuais entre os capitalistas (BERNARDO, 2009, p. 98).

A empresa também anuncia a sua "preocupação" quanto aos seus trabalhadores e por isso reuniu, a partir de 2009, diversas iniciativas que já existiam em um único programa, o "Estar de Bem". Esse programa consiste na gestão integrada de ações de saúde e segurança do trabalho, benefícios, esportes e lazer. O intuito é que os trabalhadores tenham ferramentas para investirem mais em seu bem-estar, nos aspectos físico, emocional e social[17].

Um trabalhador saudável trabalha melhor e de forma mais eficiente, por isso o programa "Estar de Bem" tem projetos especiais contra vícios, excessos na alimentação e doenças cardíacas. A empresa faz exames periódicos em seus funcionários, cria metas de redução de acidentes e incentiva a prática esportiva a seus trabalhadores e familiares. Corpos fortes e, ao mesmo tempo, docilizados são de enorme relevância para o modo de produção capitalista.

As principais iniciativas do Programa "Estar de Bem" podem ser vistas no quadro abaixo:

[17] Informações do Relatório Anual da Embraer (2011).

Quadro 4. Programa "Estar de Bem"

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
"Estar de Bem"	Lançado em 2009, o programa funciona como um "guarda-chuva" para as ações de promoção da saúde e qualidade de vida, voltadas para os empregados e seus familiares. Junto com o programa, foi instituído o Minuto Estar de Bem, um informativo semanal voltado para a informação e conscientização dos empregados sobre saúde e qualidade de vida. No ano de 2010, o programa foi expandido para as unidades da Embraer no exterior, respeitando as necessidades dos empregados e a cultura de cada País.
"Estar de Bem sem Cigarro"	A Empresa tem um programa para a redução/eliminação do tabagismo. Esse programa oferece aos empregados fumantes, tratamento e acompanhamento psicológico e tem atuado no sentido de eliminar o fumo nas suas instalações até 2011.
"Estar de Bem sem Drogas"	O programa apoia empregados e familiares no tratamento da dependência química.
"Estar de Bem com a Balança"	Parceria desenvolvida com os Vigilantes do Peso que oferece aos empregados alguns métodos para emagrecer com saúde. Ao todo, 453 empregados participaram da iniciativa e conseguiram perder, juntos, 1.540 kg.
"Estar de Bem com o Coração"	Reintegração de empregados portadores de cardiopatia às suas atividades habituais através a realização de exercícios físicos e ações que visam à melhoria do estilo de vida.
"Estar de Bem com a Maternidade"	Criação do "Espaço Amamentação", um ambiente agradável para que as mães possam amamentar seus filhos com conforto e privacidade.
"Ciclo de Palestras"	Promove um ambiente ideal para a troca de informações e também de reflexão de como ter uma qualidade de vida melhor por meio da adoção de atitudes saudáveis no dia a dia.
"Programa de Vacinação Embraer"	Em 2010, a Embraer investiu R$ 1 milhão na vacinação de mais de 29 mil empregados e familiares. Esse programa visa a prevenção de doenças endêmicas, promovendo a vacinação anual dos empregados e de seus dependentes, participando quase que integralmente nos custos associados.

Fonte: Relatório Anual da Embraer (2010), apud MORAES (2013).

A EMBRAER desenvolveu, desde 2001, o Sistema Integrado de Gestão para o Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Qualidade (SIG-MASSQ). Foi a primeira empresa no setor aeronáutico mundial a manter um sistema integrado de tal amplitude. O Sistema de Qualidade já era certificado desde 1996 pelo ISO 9001. Em 2002, recebeu da ABS *Quality Evaluations* as certificações em Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, consoante a norma ISO 14001 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho). As metas do SIG-MASSQ, em 2004, foram estendidas a

seus fornecedores[18]. Com a introdução do P3E[19], em 2007, as metas quanto a meio ambiente, segurança de trabalho e redução de acidentes de trabalho ficaram ainda mais exigentes, com a criação do Plano de Excelência em Saúde e Segurança do Trabalho.

Esse plano tem como principal meta a redução de acidentes de trabalho em 70% e do índice de gravidade em 50% até dezembro de 2012, com base nos dados levantados em 2009. O plano atua em quatro frentes: ações preventivas, mudança nos processos, ações educativas e ações corretivas[20]. Mesmo assim, em 2011, houve registro de uma morte de trabalhador na EMBRAER, e os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos acusam a empresa de negligência[21].

Além da redução de desperdícios de materiais, de água e de energia, da queda dos acidentes de trabalho e da melhora da saúde dos trabalhadores já trazerem redução de custos e otimização no uso da força de trabalho; além da conformação da empresa como tendo um lugar de atuação na sociedade civil que traz consentimento de trabalhadores e comunidade que a cerca; além de atuar em parceria com universidades e institutos de pesquisa e fomento trazendo resultados expressivos para a competitividade a empresa; todos os fatores mencionados neste item desta tese corroboram para o atingimento de índices nas avaliações feitas pelo mercado financeiro, fazendo da EMBRAER uma empresa que realiza Investimentos Socialmente Responsáveis e que, portanto, tem a potencialidade de trazer favoráveis retornos financeiros a quem nela investir.

---

[18] Informações de Relatórios Anuais da Embraer (2001; 2002; 2004).

[19] Programa de Excelência Empresarial Embraer (P3E). Suas ações são baseadas no *Lean Production* e advogam quatro pilares: a) O desenvolvimento da cultura organizacional da Embraer; b) O desenvolvimento das pessoas; c) A formação contínua de líderes e de suas habilidades de gestão; e d) A busca de excelência e eficiência em todos os processos da empresa.

[20] Informações do Relatório Anual da Embraer (2011)

[21] Disponível em <http://cspconlutas.org.br/2011/09/sindmetalsjc-morte-de-metalurgico-revela-negligencia-da-embraer/>. Acesso em 16 de outubro de 2012. A Embraer foi condenada a indenizar a família do trabalhador por danos morais em 2016. Disponível em <http://www.sindmetalsjc.org.br/imprensa/ultimas-noticias/3234/embraer+e+condenada+por+morte+de+trabalhador.htm>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

Desde 2001, a EMBRAER compõe o índice de sustentabilidade *Dow Jones Sustainability Index*, DJSI World. Tornou-se a líder do segmento Aeroespacial e de Defesa do DJSI no início dos anos 2010.

> Em 2018, a Embraer foi incluída pelo nono ano consecutivo entre as empresas listadas no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (*Dow Jones Sustainability* Index – DJSI World 2018/2019). Com uma nota global de 68 Pontos, a empresa manteve a liderança em seu setor nos critérios gestão da cadeia de suprimentos e desenvolvimento de pessoas (EMBRAER, 2018, p 24).

Esse índice serve como referência para um universo cada vez maior de investidores que tomam a responsabilidade social das empresas como referência na escolha de suas atuações como acionistas.

Em 2006, a EMBRAER passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, do qual fazem parte empresas que são comprometidas com a sustentabilidade empresarial e são ativas promotoras de boas práticas de governança corporativa. Para continuar a integrar o ISE, precisou reforçar ideologicamente e na forma de ações concretas as ações acima descritas e analisadas, bem como criar novas.

Portanto, o Investimento Socialmente Responsável só faz obscurecer a figura dos trabalhadores assalariados intensivamente explorados, os quais aparecem, nas palavras de Paoli (2005, p. 408), como "apaziguados e felizes funcionários receptores dos programas sociais ou mobilizados para o trabalho social nas comunidades". Cumpre-se a despolitização da questão social ao mesmo tempo em que a imagem da "empresa cidadã" é ratificada, e cujas superficiais atuações em âmbito social são compensadas por classificações e índices nos mercados financeiros que lhes rendem gigantescos lucros fictícios[22].

Não se sabe quais serão as consequências para tais índices e para trabalhadores e trabalhadoras a partir da recente conjuntura: por um lado, tendo sido firmada a Joint-Venture entre Embraer e Boeing [23], em 2018; por outro, a desvalorização das questões

[22] Para uma conceituação mais aprofundada de lucros fictícios, ver Carcanholo e Sabadini (2009).

[23] Sobre a Joint-Venture, ver Moraes (2018).

relacionadas ao meio ambiente (GORTÁZAR, 2019) e o relaxamento das regras quanto à saúde e segurança do trabalho (CARAM; URIBE; FERNANDES, 2019) na vigência do governo Bolsonaro. Futuras pesquisas devem dar continuidade a estas análises.

Referências bibliográficas:

ABRAPP. *Investimentos Socialmente Responsáveis* (2008). Disponível em <sistemas.abrapp.org.br/apoio/relatório_social/2008/investimentos.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2014.

_____. *Princípios para o investimento responsável*. Disponível em <http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/PRIPortugues.pdf>. Acesso em 22 de maio de 214.

AGOPYAN, Vahan; OLIVEIRA, João Fernando Gomes de. Mestrado Profissional em Engenharia: uma oportunidade para incrementar a inovação colaborativa entre universidades e os setores de produção no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 4, p. 79-89, jul. 2005.

ANDRADE, Donizeti de.; RIZZI; Paulo.; ALMEIDA, Sérgio Frascino Muller de. Experiência em parceria estratégica: mestrado profissional em Engenharia Aeronáutica, ITA-EMBRAER. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 4, p. 48-60, jul. 2005.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARAM, Bernardo; URIBE, Gustavo; FERNANDES, Talita. Governo Bolsonaro altera normas de segurança do trabalho. *Folha de São Paulo*, 30 de julho de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/governo-bolsonaro-altera-normas-de-seguranca-do-trabalho.shtml>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Capital fictício e lucros fictícios. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n° 24, junho de 2009.

EMBRAER. *Programa Embraer de voluntariado: fazer o bem faz bem!* Disponível em

<http://www.institutoembraer.com.br/Documents/Manual_Programa_Voluntariado.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

_____. *Press release* da Embraer, 12 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/COLEGIO-DA-EMBRAER-SE-MANTEM-COMO-UM-DOS-MELHORES-NO-ESTADO-DE-SAO-PAULO.aspx>. Acesso em 16 de outubro de 2012.

_____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2001.

_____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2002.

_____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2004.

_____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2010.

_____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2011.

_____. Relatório anual. São José dos Campos, 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. O Brasil de Jair Bolsonaro, um novo vilão ambiental para o planeta. *El país*, 29 de julho de 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856_295777.html>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

INSTITUTO EMBRAER. *Regulamento do Fundo de Bolsas* 2018. São José dos Campos, 2018.

_____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Lívia de Cássia Godoi. A Responsabilidade Social Empresarial financeirizada através do Investimento Socialmente Responsável (ISR): o caso da EMBRAER. Anais do 2º Encontro Internacional de Política Social 9º Encontro Nacional de Política Social. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

_____. Entre o chão de fábrica e os céus do Brasil: um estudo da relação trabalho e educação na indústria aeronáutica brasileira. *Revista Café com Sociologia*. Vol.3, nº1. Janeiro de 2014.

_____. Joint-Venture entre Embraer e Boeing: uma "união de risco" para trabalhadores e trabalhadoras da Embraer. *Revista "A*

Embraer é nossa: não à venda para a Boeing". São José dos Campos: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, 2018.

_____. *Pulverização de capital e intensificação do trabalho*: o caso da Embraer. 2013. 353f. Tese (Pós-graduação em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, São Paulo.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REZENDE, Idália Antunes Cangussu. Análise da rentabilidade dos Fundos de Investimentos Socialmente Responsáveis: um estudo empírico no mercado brasileiro. *Anais do 3° Simpósio FUCAPE de Produção Científica*, 2005.

SARTORE, Marina de Souza. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 451-464, set/dez, 2012.

_____. Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Socialmente Responsável: o espaço da sustentabilidade empresarial em debate. In: DONADONE, Júlio César; JARDIM, Maria Chaves (Orgs.). *As centralidades e as fronteiras das empresas do século 21*. Bauru: EDUSC, 2011.

A organização necessária

Paulo Alves de Lima Filho[1]

> Um espectro ronda a emancipação dos trabalhadores nos capitalismos da miséria da órbita ex-colonial. O espectro da reiteração secular ininterrupta do salvacionismo capitalista.

A vitória eleitoral do candidato da ultra-direita, ex-capitão, político profissional, Jair Bolsonaro, tem múltiplos significados.

O primeiro deles, a derrota do lulismo e o exacerbar-se das contradições no seio do eixo popular da política oficial. Completa-se o fim da Nova República nos marcos de um novo caráter da reprodução política, após esboroarem-se os dois eixos que controlavam a já agora velha Nova República, o eixo do capital e o popular.

A crítica da estratégia do eixo popular é vital para a criação de uma terceira força de emancipação, fora dos marcos do salvacionismo capitalista. Um forte eixo popular anticapital seria vital para a criação de um movimento de emancipação dos trabalhadores. Capaz de inflexionar o salvacionismo capitalista em seus polos mais socializantes, conferindo, desse modo, àquele movimento uma força redobrada, capaz de atropelar os marcos do capitalismo da miséria.

O fim da Nova República é também o da primeira Independência, esgotados os bons esforços burgueses em realizar a revolução democrática e econômica nacional nos marcos de um projeto capitalista. A recusa oficial da burguesia em conquista-la, ao promover sua contrarrevolução de 1964, continuada desde então e agora em sua quarta fase [2], nesta etapa da revolução na contrarrevolução [3], na qual o retorno à plena liberdade do capital subordinado se torna uma meta definitiva, indica havermos adentrado

[1] Coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

[2] Entre Castello e Costa e Silva, ocorre uma ruptura, quando a linha dura atropela e hegemoniza a contrarrevolução até 1985. Por isso, 4 fases. A bem dizer, após Bolsonaro, se abrirá uma quinta, pelo visto. Veremos!

[3] Porque a destruição dos fundamentos políticos, econômicos e sociais da 3ª fase. Então, revolução. Assim como a transição de Costa e Silva é chamada de revolução na revolução.

a fase histórica da destruição do estado nacional e da entrada plena da nação no palco da reversão neocolonial. [4]

O esgotamento histórico da primeira independência, mais uma etapa da longa revolução burguesa conservadora portuguesa, conferirá ao Brasil o seguimento de seu curso solidamente ancorado no passado colonial, escravista do e para o capital. A nova etapa da luta social só poderá ser a da conquista da Segunda Independência, que simultaneamente realize a revolução democrática e nacional como revolução anticapital e de trânsito à superação desta relação social.

O parafascismo neocolonial conseguiu organizar-se, encontrar um guia e condensar-se em um programa e alcançar o poder político pela via eleitoral. É preciso estar à altura dos múltiplos desafios postos no nosso caminho.

Tal momento histórico crucial exige que ousemos promover o surgimento do emancipacionismo dos trabalhadores no sentido da proposta de Marx, expressa no Manifesto e na criação a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) em 1870. Somente assim arrancaremos as lutas sociais de sua mesmice salvacionista capitalista que assola o movimento dos trabalhadores a quase um século.

A teoria e o intelectual coletivo

Desde o princípio, o projeto NEC-IBEC se pôs como vertente de ruptura com os padrões de reprodução do comunismo tradicional, vigente no século XX. [5] Era um projeto teórico-prático que punha relevo na criação de um intelectual coletivo dedicado a dialogar com Marx e alcançar, por meio disso, jogar luz sobre os debates contemporâneos. Intelectual coletivo que viesse a contaminar o processo histórico com o resultado de suas conclusões e, assim, contribuir para o avanço da emancipação dos trabalhadores. Processo que alcançaria, inevitavelmente, o estágio de organização política, de modo a mais eficazmente atuar na luta de classes e que, sob qualquer hipótese, não abandonaria sua vinculação à produção de teoria e que

[4] SAMPAIO JR, Plinio de Arruda. Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

[5] Ver Capítulo 5 deste livro e LIMA FILHO, Paulo Alves de. O PUP e o marxismo para o século XXI: notas sobre uma práxis em processo. II encontro brasileiro de educação e Marxismo. Curitiba: UFPR, 2006.

preservaria esta forma contra os ventos e marés do militantismo partidário tradicional e do inevitável assédio dos práticos. Organização que tivesse seu sentido na capacidade de produção teórica e empenho na busca de forjar um vasto movimento de emancipação dos trabalhadores.

Na ausência de um centro de produção intelectual revolucionária no campo Marx, de uma nossa universidade – embora houvéssemos concebido e realizado o arranque do projeto da universidade popular - as três primeiras gerações de jovens militantes estavam compostas por alunos que se dirigiram, em sua maioria, para a estreita vida acadêmica nacional das universidades públicas.

A ruptura com o padrão reprodutivo do comunismo tradicional estava na base do projeto. Tratava-se de criar um intelectual coletivo como proposta de elevação permanente do conhecimento e, consequentemente, da produção teórica revolucionária.

Primeiramente, este novo ente social se realizaria no diálogo permanente entre alunos e professores, de modo a transformar cada um deles em desbravadores de campos teóricos esquecidos ou pouco estudados após a morte de Marx, ao mesmo tempo críticos das vicissitudes da teoria que se seguiu após a morte deste, assim como da experiência histórica do movimento revolucionário, antes de tudo da Revolução Russa. Campos esses que seriam sucessivamente abordados por novos críticos de modo a conformar uma legião.

Esta primeira fase estava dirigida a promover por todos os meios possíveis a transição desses alunos da graduação aos estágios da pós-graduação, culminando com sua entrada na elite das universidades públicas. O lema natural dessa fase era o de alcançarem a máxima perfectibilidade individual e coletiva na construção desse trajeto do intelectual coletivo.

Tal movimento impunha, assim, um compromisso ético entre seus membros, a ser prosseguido por todos em todas as etapas de sua evolução. Ou seja, todos os seus membros se transformariam, com o tempo, em agentes dessa ação coletiva, de modo a prosseguir a seleção dos melhores alunos e sua catapultagem à academia, enquanto o movimento de emancipação não pudesse oferecer a esses quadros um outro meio de sobrevivência material aliado à sua obrigação de elevação teórica ininterrupta. Estabelecia-se o processo de criação de um coletivo de produtores e reprodutores de teoria.

O intelectual coletivo não estava, então, concebido para ser um diletante estudioso simplesmente, mas um pensador do movimento de emancipação, capaz de responder às interrogações do passado e propor caminhos para este no presente. Concebia-se como núcleo teórico do movimento de emancipação dos trabalhadores a ser forjado no processo de sua constituição e evolução. Destinava-se a alcançar o estágio de instância de uma organização política revolucionária.

Esta organização, por sua vez, teria que superar as mazelas de sua concepção nos dois séculos precedentes, assim como os postulados teóricos que levaram a esses descaminhos nada edificantes da proposta emancipadora original de Marx. Teria, então, que ser, a um só tempo, momento da máxima consciência teórico-prática possível e instrumento do movimento de emancipação, coisa que os partidos anarquistas, comunistas e socialdemocratas haviam de há muito deixado de ser. Seria a atualização do Manifesto Comunista dos revolucionários dentro do movimento de emancipação, muito além do binômio partido-sindicato que passou a vigorar como quintessência do movimento revolucionário dos trabalhadores. Mais além, portanto, do legado socialdemocrata internacional, assim como do comunismo oficial do século XX. Mais além da Carta a um camarada, escrita por Lenin em setembro de 1902.[6]

A questão da organização

Este trabalho de Lenin é o único onde as questões teóricas da organização revolucionária, ou seja, do partido revolucionário, estão tratadas. Nele, sucintamente, se observa na organização revolucionária a existência e necessidade de uma divisão do trabalho entre a teoria e a prática, entre práticos e teóricos. Entre estes haveria tal interação de ações de modo a conferir à organização a máxima eficácia emancipadora. De modo que a produção de teoria estivesse de tal modo vinculada à solução das questões práticas que a solução destas estabeleceria marcos sucessivos na evolução daquela.

Dessa interação dialética se alimentaria a organização revolucionária. Dá-se como evidência que a produção da teoria exigiria

[6] LENIN, Vladimir Ilitch Uliánov. Carta aos camaradas sobre questões de organização. Revista Nova Escrita Ensaio. Ano IV número 8. São Paulo: 1980. p.111 – 133. [Tradução de Paulo Alves de Lima Filho da Edição Russa, OC vol. 6. Texto de 1902].

a livre produção desta e esta liberdade pressupunha a livre circulação e debate dessas ideias dentro e fora da organização, até que em etapas sucessivas esta fosse se apossando ou rejeitando esta ou aquela interpretação. A organização seria a realização do intelectual coletivo, mais além do livre confronto e da produção teórica dos teóricos, como expressão de uma nova totalidade de interação, incluídos nela os assim chamados práticos - categoria encontrada nas organizações revolucionárias desde os albores destas – e a massa dos militantes.

O partido revolucionário, assim concebido, minimizaria a quantidade de erros táticos e estratégicos produzidos, assim como, quando estes inevitavelmente ocorressem, poderia rapidamente superá-los com o mínimo de desgaste possível.

Ao fazer brotar dessa livre interação a dinâmica da constituição dos núcleos dirigentes teóricos e práticos os mais naturalmente capazes – emergidos naturalmente do livre debate interno -, gerava-se naturalmente uma capacidade ímpar de atender às inevitáveis e súbitas guinadas da conjuntura com respostas igualmente rápidas e qualificadas. Nessa organização os práticos também se especializariam na solução e encaminhamento das questões práticas, cuja evolução caminharia pari passu com a capacidade dos teóricos em apreender a realidade.

Exatamente o contrário do que veio a ocorrer entre o final do século XIX e o século XX até o desmoronamento da URSS.

O partido concebido por Lenin, hoje sabemos, não foi forte e sábio o suficiente para barrar a ascensão de lideranças predadoras da teoria e da prática revolucionária, de ambas as funções vitais do partido revolucionário, e, como consequência disso, permitir a ascensão da autofagia de um predador-mor, capaz de galvanizar outros predadores e liquidar sistemática e continuamente o núcleo teórico-prático historicamente constituído até a ocorrência da revolução social.

O que faltou ao partido de Lenin para bloquear este processo de desconstrução?

No nosso entender, faltou ao partido de Lenin conceber e garantir a devida proteção desses núcleos dirigentes da dinâmica imprevisível da luta social – teórico-prática -, proteção essa que impedisse sua predação, sob qualquer pretexto, assim como a predação das relações destes núcleos com a massa dos militantes e com a própria sociedade. O estado maior revolucionário deve

obrigatoriamente se proteger e estar protegido de sua própria organização, como se exige de qualquer estado-maior. Proteger-se, inclusive, de seus amigos mais próximos e de sua própria revolução, de modo a não ceder e sucumbir à voragem desta, assim como da ânsia devoradora dos predadores.

No caso brasileiro – e de tantos mais – há uma lista infindável de equívocos teórico-práticos cometidos, aliada à sistemática depreciação da teoria. Esta, supostamente, estaria sendo naturalmente produzida na URSS e, na base da reiteração dessa errância trágica, estaria certa concepção de organização, herdada da socialdemocracia e transmitida à sua ala revolucionária, assim como a todas as demais organizações comunistas, transformada no cadinho da Revolução Russa em *nova teoria organizacional*.

Nela se elimina a dialética do enfrentamento entre teoria e prática e se impõe o poder burocrático de um comitê central no qual, por designação igualmente burocrática, um ou alguns pensadores se transformariam automaticamente em líderes teórico-práticos da organização. Esta concepção já se formalizara no recém-nascido partido operário social-democrata alemão, fato que receberá as mais vivas críticas de Karl Marx e Friedrich Engels.[7]

Elimina-se, desse modo, burocraticamente, a vida teórica não organizada nesses partidos. Ela deixará de constar como força reconhecida, livre e estimulada. De fato, Marx, Engels e seus amigos mais próximos conformarão experiência fundacional primeira e última da plena liberdade teórica de líderes reconhecidos, venerados e dirigentes, livres, inclusive, das exigências de militância burocrática em alguma organização nacional.

Por sua vez, os supremos interesses da Revolução Russa, interpretados de acordo com os interesses dos sucessivos grupos dirigentes do PCUS, norteariam a evolução teórica dos partidos nacionais. Esta fórmula conservadora e antidialética só poderia resultar em catástrofes tremendas e desprestígio teórico e prático cumulativo dos partidos comunistas perante as massas,

Mesmo em casos excepcionais, quando a evolução teórica apreende a particularidade da sociedade nacional capitalista – como é

[7] MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. Moscou/Rússia: Progress Publishers, 1970. (Redação**:** abril ou início de Maio, 1875; OC, Publicado na revista *Die Neue Zeit*, Bd. 1, No. 18, 1890-91).

o caso do Chile, por exemplo[8] – e logra formular o momento singular revolucionário, ou seja, o caminho ao poder, o bloqueio da relação dialética assinalada impede a realização exitosa seja da revolução democrática – necessariamente adiada – e da revolução econômico-política da nação, ou seja, da emancipação econômica e política desta, pois incapaz de responder rápida e qualificadamente às exigências táticas derivadas dos corcoveios da conjuntura. No mais das vezes, entretanto, é incapaz de formular o caminho ao poder.

Os jovens revolucionários, vitoriosos na tarefa da conquista do poder na revolução cubana, seguiram os rumos já previamente traçados pelos revolucionários que os antecederam, sobretudo os de José Marti, não pertencentes ao eixo maior do marxismo oficial. Este caminho ao poder escapava ao manual do marxismo oficial, em geral vinculado exclusivamente ao exercício das tarefas orgânicas de primeira ordem voltadas à emancipação dos trabalhadores, quais sejam, aquelas vinculadas ao trabalho partidário e sindical. Daí a suspicácia com que, de início, a ousadia daqueles jovens revolucionários foi tomada pela maioria dos provados revolucionários comunistas soviéticos e da América Latina. Opinião posteriormente reformulada, a bem da verdade, por ocasião da evidência da vitória da revolução cubana[9].

Sem uma teoria do caminho ao poder, entretanto, como organizar um movimento revolucionário?

O caso brasileiro

Há quase um século de fundação do PCB (1922), a realidade do movimento comunista se depara com o extremo fracionamento desse seu antigo núcleo majoritário, transformado em um partido reformista liberal (PPS), liderado por remanescentes do Comitê Central do PCB, sobreviventes do extermínio de onze de seus membros (mortos e incinerados) pela contrarrevolução capitalista de 1º de abril de 1964, e em um novo pequeno PCB e uma miríade de organizações comunistas derivadas do cisma e ainda não conformes em fazer parte desse novo PCB, assim como de outras expulsas de seu seio.

[8] WINN, Peter. A Revolução Chilena. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
[9] SZULC, Tad. Fidel: um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987. p. 19-20.

Supunha-se ser quase certo que, na última luta interna do velho grande PCB, nos anos 70 e 80 do século passado, Luiz Carlos Prestes, líder teórico-prático dessa luta aberta, ao vir a contar com o apoio maciço dos quadros intelectuais desse partido (e fora dele também), aceitaria fundar um novo partido comunista, separando-se dos reformistas, fato que, surpreendentemente, não ocorreu. Para a perplexidade dos que lutaram ao seu lado, preferiu, ao fim, recomendar aos comunistas entrarem no PT e PDT[10]. Além dos contingentes que seguiram seus conselhos, surgiu o novo PCB e se multiplicaram outras organizações inconformadas com esse destino e ainda incapazes de forjar algum tipo de unidade.

Semelhante destino teve a antiga fração pró-Stalin, que conservou o nome vigente sob a Internacional Comunista, PC do Brasil, por ocasião de seu fracionamento após o XX Congresso do PCUS, que denunciou os crimes de Stalin (Relatório Khrushev). Boa parte de seus dirigentes foi exterminada, à semelhança de seus camaradas do PCB (Massacre da Lapa e outras detenções).

Igualmente exterminadas foram as frações aderentes à luta armada, oriundas em grande medida do PCB, a maior delas sendo a ALN, chefiada por Carlos Marighela, dirigente do CC desse partido.

Marighela rompeu com a linha do PCB, aderiu ao projeto liderado pelos revolucionários cubanos, centrado no enfrentamento imediato e militar das classes proprietárias e seus estados, através da guerra de guerrilhas. Este movimento, apoiado abertamente pela Revolução Cubana e liderado por Ernesto Che Guevara e seus mais próximos, causou profundo impacto em todos os partidos comunistas e socialistas da América Latina, resultando, de modo geral, em um profundo cisma e conduzindo a graves perdas políticas e humanas em sua rápida e generalizada derrota.

A interpretação equivocada da experiência histórica cubana, em especial da vitória da revolução em seu ato bélico final, por via da guerrilha instalada na Sierra Maestra e depois alastrada ao interior do

[10] PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.266-269; COSTA, Izabel Cristina Gomes. Uma rede petista: os diversos fios dos 'filhos' da Carta aos Comunistas no PDT. In Perseu: História, memória, política. Revista do Centro Sergio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Nº 9, Ano 7, São Paulo, mai. 2013. Dossiê as esquerdas e o comunismo nos séculos XX e XXI: conflitos e influências, p.145-172.

país, teve sua expressão teórica maior, em certo momento, na obra do filósofo francês Régis Debray, *A revolução na revolução.*[11]

Ela simplificava a experiência histórica cubana e elevava *o modus operandi* do ato final guerrilheiro, em meio universal e salvador da revolução latino-americana de seu suposto estiolamento reformista, operado pelos partidos comunistas pró soviéticos. Se, de um lado, a vitoriosa revolução cubana, de fato, erguia-se como denúncia viva da ausência de formulação do momento singular do processo revolucionário – do caminho ao poder -, de outro, criava a ilusão de que a realização da revolução democrática e a conquista da plena emancipação econômica e política da nação através do socialismo estava ao alcance da mão, instalada no curto prazo da história.

A apreensão teórica desse processo ainda não veio a solucionar a ambas estas questões, embora a história tenha se encarregado de destruir as ilusões imediatistas. As revoluções democráticas e econômicas nacionais, na maioria dos países latino-americanos, não conseguem realizar-se, dentre outros fatores, pois indissoluvelmente ligadas à ausência de formulação do caminho ao poder. A guerrilha, por sua vez, uma das formas históricas universais da luta política revolucionária, fortemente enraizada na experiência das revoluções hispânicas, ao ser transportada para o mundo ex-colonial ibérico, não seria, como de fato não foi e nem poderia vir a ser, o *abre-te Sésamo* específico da revolução socialista latino-americana e, muito menos, mundial.[12]

Os capitalismos da miséria, forma histórica particular das sociedades paridas do ventre da escravidão colonial, desde sempre subordinadas ao capital, permanecem sobreviventes como rochedos na orla capitalista, infensos à transformação social revolucionária seja das burguesias, voluntária e gostosamente adeptas da subordinação, seja das classes trabalhadoras, hesitantes em abraçar sua própria emancipação. Varando cinco séculos, conformam um caso excepcional

---

[11] DEBRAY, Régis *Révolution dans la révolution?: Lutte armée et lutte politique en Amérique latine* [ensaio], Maspero, 1967.

[12] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. La revolución en España. Artículos. Moscou/Rússia: Editorial Progreso, 1974.

de emancipações castradas, prisioneiras do salvacionismo capitalista.[13]

O extremo fracionamento do comunismo brasileiro (e não só dele, não exclusivamente vinculado à sua experiência histórica) teve como matriz as vicissitudes do movimento comunista, em especial os desfechos e rumos das revoluções socialistas nacionais, muito particularmente os da Revolução Russa, Chinesa e Cubana. Com raras exceções, incapazes de formular as formas singulares da revolução socialista e igualmente de interpretar as condições particulares da evolução capitalista de suas nações, os partidos anarquistas, comunistas e socialistas enfrentaram, com extremo insucesso, as duríssimas condições de realização da luta política no horizonte da emancipação política e social das classes trabalhadores latino-americanas, sob forte repressão policial interna e imperialista. A luta aberta e propriamente socialista e comunista não foi a característica central de seu empenho histórico. A emancipação econômica da classe trabalhadora, momento central da emancipação dessa classe, jamais esteve ali formulada como seu momento singular e central, em torno do qual se organizassem os momentos da emancipação social e política.

Por artes da história, o tema e exercício da luta pela emancipação da classe trabalhadora, em âmbito mundial, deixaria de ser o centro da luta de classes, que passaria a orbitar no campo da perenidade do capital em torno do socialismo – sua teoria e estado -, inventado pela revolução russa, esquecida que foi a teoria da transição comunista pensada por Marx.[14]

Por sua vez, a expressão orgânica do movimento socialista e comunista permaneceu encerrada na gaiola burocrática da produção teórica e dominação política das suas elites dirigentes, tal como já nascera concebida pela socialdemocracia alemã e consagrada em seus estatutos, em tempos de Marx e Engels. Com o surgimento do partido operário revolucionário alemão e dos sindicatos de trabalhadores sob sua influência, abandonou-se a tarefa vital e prioritária da gestação do movimento de emancipação dos trabalhadores, concebida no Manifesto Comunista e realizada na AIT. Processo de abandono

[13] MACEDO, Rogério Fernandes O governo Lula e a miséria brasileira. Araraquara: Unesp, Tese de doutorado, 2012.

[14] SILVA, Newton Ferreira. Transição comunista e ditadura do proletariado na revolução cubana de 1959. Marília: Unesp, Tese de doutorado, 2015.

conducente à irremediável estiolação teórica e prática do movimento comunista e socialista, hoje um fato universal incontestável e catastrófico para os destinos da humanidade.

No caso brasileiro e da maioria dos países da América do Sul, a reorganização mundial do capital imperialista, na segunda metade do século XX, conduziu à irrupção generalizada de um processo contrarrevolucionário de longa duração que se expressou no surgimento de sangrentas e duradouras ditaduras civis-militares, apressadas e aprofundadas pela incapacidade do bloco democrático, nacionalista e socialista desses países, de enfrenta-las e derrota-las. Essa contrarrevolução antinacional, antidemocrática e antipopular, de caráter neocolonial, ainda está vigente na esmagadora maioria dos países da América Latina. As transições políticas pró-democráticas neles ocorridas nos anos oitenta, ao findarem as ditaduras, nada mais foram, em geral, que alteração da forma política de garantir a continuidade dos projetos econômicos e sociais dessas contrarrevoluções. [15]

Os golpes de estado não foram entendidos como contrarrevoluções preventivas e para a desgraça de seus povos, o fim das ditaduras políticas foi confundido com o término das contrarrevoluções. Tal fato causou e vem causando terríveis equívocos teórico-práticos. Sem que se houvesse derrotado as contrarrevoluções, as forças populares passaram a conceber sua ação desconhecendo estarem, elas, todavia, sob o cerco da contrarrevolução, sob o controle das determinações derivadas de seus objetivos históricos estratégicos. É evidente ser impossível gerar um processo de revolução democrática e de conquista de plena soberania nacional desconhecendo, e pior, supondo-os superados, a vigência dos ditames da contrarrevolução neocolonial em processo ininterrupto, em profundidade e extensão, da situação neocolonial.

Lembremo-nos que, de modo radicalmente contrário, a Europa democrática e soberana da segunda metade do século XX até os dias

---

[15] FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985. Vide capítulo III. Ver também: MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira. In: Anais de Congresso, Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011. Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf. Acesso em: 21-10-2018.

atuais, só pode existir por obra da destruição da herança contrarrevolucionária do fascismo e nazismo em todas as suas dimensões, a saber, econômicas, sociais, políticas e culturais.

O momento central dessa destruição foi a derrota militar dos exércitos fascistas, momento político que abriu campo para as demais emancipações necessárias e obrigatórias para seus povos e classes trabalhadoras: a liquidação do estado e a depuração do funcionalismo fascista, a liquidação da legislação, as reformas políticas, educacionais, culturais, científicas e econômicas, a punição das lideranças genocidas e do aparelho de repressão, tortura e morte, a destruição dos exércitos e polícias, o impedimento da produção armamentista, a vigência das cláusulas de controle à soberania dos derrotados pelas potências vitoriosas.

Ao invés disso, sem que a contrarrevolução prolongada do mundo latino-americano houvesse sido derrotada, as forças democráticas, populares e socialistas no Brasil (e não só aqui) estiveram e permanecem até hoje em vão lutando em território inimigo, contrariamente aos seus mais profundos desejos, dando continuidade a essa contrarrevolução capitalista[16].

Apesar dos ingentes esforços democráticos realizados nas décadas posteriores à abertura política, hoje se processa uma furiosa regressão neocolonial sob a bandeira ideológica do neoliberalismo, concebido como retorno a um caráter da reprodução política, social e econômica vigente no passado colonial, de destruição capitalista do estado nacional por subordinação irrestrita do capital financeiro mundialmente dominante. Opera-se a destruição do estado nacional e do sistema partidário, a desindustrialização, a liquidação das liberdades protetivas da classe trabalhadora, a des-constitucionalização da constituição e emersão de um novo estado de exceção, de modo a transformar a dinâmica histórica em *revolução na contrarrevolução*, chefiada pelo complexo jurídico-policial-midiático e com a conivência e ação do congresso e executivo. A real ditadura democrática do capital aprofunda ainda mais seu caráter menos democrático, ou o que dá no mesmo, seu caráter cada vez mais pró-

[16] Para análise do caso específico do Partido dos Trabalhadores, consultar: MACEDO, Rogério Fernandes. A miséria da política sob o governo Lula. In. Revista Científica Vozes dos Vales, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil, Nº 08, Ano IV – 10/2015. ISSN: 2238-6424. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2015/11/Rogerio.pdf. Acesso em: 21-10-2018.

capital. Entramos em pleno na fase histórica da reversão neocolonial.[17]

Para mal dos pesares, destruído o equilíbrio de poder por obra e graça dos neoliberais inconformados em mais uma vez perder as eleições, desta vez para o segundo mandato de Dilma Rousseff, arranca-se do congresso o ato voluntário (mas não gracioso) revolucionário[18] do impedimento da presidente democraticamente eleita, ato esse que é seguido de medidas de guerra declarada contra os interesses populares, nacionais e democráticos[19]. Dinâmica essa que deslocará, irreversivelmente, o eixo da representação da ultradireita, até então sob o controle do PSDB e coligados menores, em direção de um boçal fascista neocolonial, que as burguesias todas passam a reverenciar como sendo o salvador da pátria colonial, ao qual se alia uma parte do proletariado despolitizado, irado com o fato de o PT se haver contaminado com o velho modo corrupto de governar, característico das velhas classes dominantes e ele próprio contaminado pelas mensagens mentirosas, genocidas, reacionárias, anticomunistas e antisocialistas.

O parafascismo neocolonial emerge com força e causa espanto e perplexidade naqueles que desconhecem o passado. É expressão da ideologia colonial da hipersubordinação nacional, antidemocrática e antipopular, que derruba os marcos da primeira independência e joga o destino da pátria para os tempos do mando e desmando exclusivos dos proprietários e da potência imperial. Entra-se em pleno na fase histórica da luta pela segunda e real independência.

Diga-se que a força desse *barbarismo neocolonial* repousa na dinâmica e caráter da operação da contrarrevolução, a adensar a sua

---

[17] SAMPAIO JR, Plinio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: CAMPOS, Fabio (org.) Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. Marília: Lutas Anticapital, 2018. p. 87-97.

[18] Revolução, pois momento decisivo do processo subsequente de destruição das formas políticas, sociais e econômicas da Nova República, que fenecerá. A categoria vige tanto no sentido reacionário quanto revolucionário.

[19] MACEDO, Rogério Fernandes. A ponte para o abismo da miséria brasileira: notas sobre o golpe de 2016. In. Filho, Paulo Alves de Lima; Novaes, Henrique Tahan; Macedo, Rogério Fernandes. (Orgs) Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

trajetória por meio da nova legalidade da ilegalidade que ela cria e que cada vez mais se aprofunda.[20]

A função da operação Lava Jato se assemelha em tudo à operação dos procuradores russos na construção da caminhada dos contrarrevolucionários em direção ao centro do poder do estado e do partido comunista soviético. A criação sistemática do caos político, através da tricotagem da teia de ilegalidades contra alvos políticos previamente escolhidos, transformada em nova legalidade forjada por procuradores plenipotenciários do poder central e ampliada pela mídia, foi um método vitorioso de liquidação de um grande estado, testado no desmoronamento da URSS. [21] Nossa revolução na contrarrevolução e seu golpe em marcha não é absolutamente inovadora.

Com pesar constatamos que os nossos políticos práticos, ex-guerrilheiros, assim como ex-comunistas convertidos ao liberalismo, agora empenhados na criação de uma democracia cada vez mais democrática, para nossa infelicidade, não se dedicaram ao estudo das condições históricas específicas nas quais eles colocavam os destinos próprios, de seus partidos e de seus povos. Há mais de três décadas da transição democrática e três de promulgada a nossa Constituição de 1988, hoje desconstitucionalizada, eles supunham desde o início desse processo já estarem em *um capitalismo desenvolvido*, ao qual faltaria, em muito, melhorar a sua qualidade democrática para que entrasse na galeria dos países de capitalismo moderno.[22]

Quando, enfim, descobrem haverem estado na barriga da sucuri e sobrevivido, mas moídos e já imprestáveis para as mais altas sonhadas cavalarias, põem-se a pensar nas razões do fracasso, mas

---

[20] LIMA FILHO, Paulo Alves de. A legalidade da ilegalidade e os seus defensores. Consolidação da revolução na contrarrevolução. São Paulo, 24 de setembro de 2018, mimeo.

[21] RAZZAKOV, Fiodor. O caso que implodiu a URSS (*Dielo vzorvavchee SSSR*). Moscou/Rússia: Algoritmo, 2012.

[22] DIRCEU, José. Zé Dirceu: Memórias. Vol. 1. São Paulo: Geração Editorial, 2018. - No epílogo do primeiro volume de sua autobiografia, Dirceu define o capitalismo brasileiro e a situação atual como sendo "(...) um processo incapaz de avançar na direção do desenvolvimento com democracia, justiça e progresso social. Ele agrava o quadro de desigualdade e pobreza, único em *um país desenvolvido como o Brasil*. Deu-se um golpe, violou-se a Constituição, sustenta-se um governo ilegítimo e impopular, "reformas" são feitas na direção de expropriar mais renda de trabalho e do Estado em benefício do capital financeiro e bancário" (itálico do autor, p. 452, cap. 35).

lhes falta a apreensão das condições históricas da luta.[23] Mesmo quando, corretamente, se propõem uma nova etapa de lutas, através de um ideário conducente a uma prática digamos, correta, tal decisão não deriva de crítica do ideário e prática anteriores, antes, porém, derivadas da simples constatação do fim da era anterior. Uma proposta pragmática, enfim.[24]

Mais grave ainda, os partidos que construíram – e falo em especial do PT e PSDB – não estiveram à altura dos seus desejos

---

[23] SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Cia das Letras, 2018. - Somente em 2016, Dilma descobre estar a burguesia nativa desinteressada na soberania econômica e política do país... em seu esperanto: " Eu [...]nunca percebi a história, a não ser *a posteriori,* das classes mais enriquecidas do Brasil em relação aos juros. Eu não percebi, também, qual era o nível de aversão deles a pagar qualquer parte da crise. E nunca percebi que eles achavam correto arrebentar o Estado em relação a qualquer política de conteúdo nacional mínima. *Achei que elas tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento,* não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil - que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. Não se interessam e a internacionalização ultrapassa as pessoas. A financeirização ultrapassa as pessoas. Você pode ter um grupo que o seu dirigente perceba que isso deva ser feito, mas o conjunto do grupo, não. ", (itálico do autor, p. 61-62, capítulo 1)

[24]DIRCEU, José. op.cit. - " Abre-se um novo período, no qual devemos e podemos, como estamos fazendo, lutar e retomar o governo. Mas, como afirmei acima, com um novo programa, uma vez que, para toda a América Latina, *os programas reformistas que levamos adiante no início do século XXI estão esgotados pela própria reação das forças conservadoras e de direita.* A hora é da reforma do próprio Estado e da distribuição não apenas da renda, o que é sempre um avanço, mas também da propriedade, da riqueza e do poder político, com todas as implicações e consequências, novas formas de luta e de organização, nos partidos de esquerda e nos movimentos sociais. Como a própria luta esses anos todos tem demonstrado, é preciso ir ao povo trabalhador e organizar sua luta social e política. Responder à radicalização da direita com luta política e social e um programa, como eles fazem, que vá à raiz da questão nacional, democrática e social.

Fazer a revolução brasileira inconclusa, retomar o conceito de revolução social e política. Não há como conciliar o país sem retomar o fio da história nacionalista e democrática, sem que as elites aceitem o novo papel protagonista das classes trabalhadores, como agente e ator político, sem dar aos que produzem a riqueza do país sua participação mais do que justa nela. Realidade que exige – insisto – uma ampla reforma tributária, bancária, urbana, política, viabilizando o controle social do Estado, a distribuição do poder político, da renda, da riqueza e da propriedade. " (itálico do auto, p.465-466)

melhoristas, quanto mais das projetadas transformações democráticas supostamente inadiáveis. O PT se fragmenta em outras organizações e a maior delas, o PSOL, não para de cindir-se (embora ainda sem fragmentar-se) na voragem da pequena política. Acrescente-se a isso que, nos dias que correm, somaram-se à revolução na contrarrevolução os militares contrarrevolucionários, e seu vade-mécum passou a ser vociferado por um novo chefe tribal dos predadores, o espécime ainda não plenamente catalogado, o Bolnosauro Rex.

Simultâneo a isso, as tensões políticas no STF se exacerbam ao ponto do ridículo, do escandaloso. A sucessão de decisões cassadas sucessivamente até a ilegalidade suprema da cassação de decisão de Lewandovsky pelo recém empossado presidente do STF, Dias Tóffoli – em série, no intervalo de uma semana: Lewandovsky, Fuchs, Lewandovsky - Dias Tóffoli – escancara a ilegalidade legal em torno do direito do encarcerado de Curitiba poder ser entrevistado por um de nossos jornalões, afinal inconstitucionalmente negado.[25]

Enfim, a revolução venceu!

A revolução na contrarrevolução, esta última iniciada em 1964, acaba de obter uma vitória indiscutível.

As mentiras bombardeadas a peso de ouro pelo WhatsApp, os discursos de ódio e vingança proferidos pelos golpistas e as suas vítimas, as mentiras posteriores negando haverem dito o que de fato disseram e fizeram em escalada incontível, os sucessivos atropelos à ordem constitucional sob a complacência apoiadora da máquina golpista, coloriram a ordem vigente com a balbúrdia de seus novos pontos sobre a tela da revolução em marcha. Até que ontem, enfim, ganharam as eleições presidenciais. O Brasil democrático, popular e soberano viu-se minoritário.

Enfim, o Brasil projetou-se para um futuro de retorno ao passado, às suas origens.

Nada de Estado a pesar sobre os negócios, nada de poder central a comandar as províncias, nada de leis que policiem a avidez pelo lucro máximo, nada de peias ao uso das riquezas naturais, nada

[25] Naquele domingo, o desembargador da quarta região concede ao Lula um *habeas corpus* de soltura, revertido pelo presidente da turma, sob manifestação ameaçadora de Sérgio Moro, que se encontrava em *férias*.

de leis que contemplem os supostos direitos inalienáveis dos nativos, sejam índios ou indígenas, nada de educação livre do controle da família, religião e estado, nada de contenção legal às alianças com as potências imperiais em detrimento dos vizinhos e irmãos coloniais, nada de enfrentamento dos interesses dos capitais alienantes de nossa soberania nacional. Tudo ao capital imperial na terra e tudo ao deus celestial, tudo à ordem nesse progresso dos negócios imediatos de primeiro grau. Até que enfim, pela via democrática eleitoral, o capital realinha-se à sua ordem matricial, à sua gênese colonial, às relações conformes à sua plena liberdade. A vitória coube ao presidencialismo neocolonial tutelado pela ordem castrense da contrarrevolução e pelo complexo de poderes golpistas oriundos da contrarrevolução de 1964, não derrotados e continuados após a transição à democracia política, legitimada com a Constituição de 1988.

Descobrimos que o país está habitado por uma maioria de neocolonos antinacionais, antidemocráticos, antipovo. O país está habitado por uma tropa de ocupação neocolonial ainda liderada por uma casta que não retornou a Portugal com a independência proclamada pelo príncipe da casa de Bragança. Tropa que não retornou à metrópole e aqui ficou cevando-se e multiplicando-se, aderida a sucessivas novas potências imperiais. Tropa que exige a ferro e fogo a continuidade do capitalismo da miséria, contra qualquer veleidade de construção de um capitalismo moderno e democrático ao gosto dos sonhos dos pequeno-burgueses que forcejam por fazer parir essa ordem social contrária aos interesses dos capitalistas e burgueses nativos.

O capitalismo da miséria se exige ser uma sociedade neocolonial, não há alternativa a ela desde as razões dos capitais dominantes, por mais que os pequeno-burgueses se esforcem em catequizá-los.

Faliu a experiência de alternância no poder, experimentada na Nova República recém falida, entre as forças da salvação do capitalismo da miséria e as de sua transição a um capitalismo moderno, ou seja, civilizado e democrático. O paciente colonial se nega a ser melhorado ao ponto de civilizar-se na aceitação da realização das liberdades que conferem aos proletários uma plena cidadania no palco do capital. O capitalismo da miséria é e só pode ser uma ordem singular de negação da revolução democrática social e econômica.

A alternância democrática entre as duas vias salvacionistas só faz exacerbar ao extremo o temor dos bárbaros em se verem relegados à subalternidade histórica, o que lhes leva à ira e desta ao ódio espumante e esbravejante que periodicamente aflora em sua marcha contrarrevolucionária contra os brasileiros que advogam a plena independência nacional, tal como agora podemos constatar. O ódio dos poderosos contamina o desespero dos sofredores da ordem e os joga nos braços ora de uma, ora de outra salvação, sem que nenhuma delas esteja capacitada para resolver os males que os fazem desesperar. O problema de fundo da transformação do capitalismo da miséria é a revolução democrática e econômica nacional irrealizada.

A revolução democrática está para o capitalismo da miséria, assim como o cristianismo primitivo para a Igreja Católica e a emancipação dos trabalhadores para o socialismo autoproclamado real. Somente a realização de suas premissas resolverá os impasses históricos dessas realidades e projetos sociais. Enquanto isso não ocorre, reinará o caos, a indeterminação dos agentes históricos, a miséria em suas facetas as mais anacrônicas e disparatadas. Reinará o fantástico, como num estroboscópio em permanente movimento. A cada giro, imagens distintas, imprevisíveis. A miséria, contudo, em suas múltiplas dimensões, se manterá como forma universal desses capitalismos sob longas, longuíssimas e seculares revoluções burguesas conservadoras. [26]

O movimento político pendular dos miseráveis, nos capitalismos da miséria, muito especialmente no caso brasileiro, ora elegendo um Jânio ao lado de Jango, seu vice - odiado pela ultradireita e deposto pelo golpe arquitetado pelos liberais, depois atropelado pela ultradireita que permaneceu no poder por 21 anos -, ora um Fernando Collor e depois um Fernando Henrique Cardoso e depois Lula, seguido de sua preposta Dilma Rousseff e agora Jair Bolsonaro.

Liquidar a translação dos miseráveis de um polo a outro do espectro político, a fugir do fantasma da miséria secular incompreensível e devastadora para debaixo das asas dos salvadores e messias, em movimentos alternados recorrentes, somente com a realização da revolução democrática visceralmente indesejada pelas classes capitalistas e proprietárias em geral.

---

[26] Ver Capítulo 8 do livro LIMA FILHO "Pensando com Marx" (2018) e LIMA FILHO, Paulo Alves de. Nuvens negras sobre a República: o paraíso em trevas: dilemas da emancipação no Brasil. São Paulo, 2007, mimeo.

Para que as classes proletárias e os trabalhadores em geral possam escapar a esta sina maldita, cumpre às suas vanguardas políticas saber forjar um movimento capaz de atropelar e liquidar a ordem capitalista miserável. Não há nenhuma possibilidade de isso ocorrer sem responder à altura à contrarrevolução permanente das classes proprietárias e dominantes e suas revoluções nas contrarrevoluções, a não ser com a revolução das maiorias e para estas.

Aqui está a chave da questão. As burguesias, na ordem capitalista miserável, nada mais desejam que manter o seu capitalismo da miséria, o seu país, a sua pátria, a pátria do capital em sua subordinação voluntária à ordem imperial deste. A transformação, nestes pagos ex-coloniais, somente pode ser feita *contra a ordem do capital*. Esta ordem transformada somente interessa, de imediato, às classes trabalhadoras, à parte antineocolonial, fora dos limites da tropa de ocupação colonial.

Impossível construir uma nação sob ocupação colonial ou neocolonial. As tropas de ocupação mantêm guerra permanente contra os insubordinados. A insubordinação somente pode avançar ao pôr-se contra a ordem miserável do capital. *"Todo lo que no avanza, retrocede*", nos diz Modesto.[27]

Pôr-se, contudo, contra a ordem neocolonial do capital, significa ir criando, contra esta, um novo complexo de relações sociais que passe a impor a ordem dos interesses das maiorias trabalhadoras. De modo que a única maneira de superar a ordem miserável do capital, sua mui específica sociedade capitalista, está em rumar decididamente contra a ordem capitalista em geral. Isto implica transitar a uma nova sociedade simultaneamente anticapitalista e anticapital!

Eis o segredo da transição para além do capitalismo da miséria, da transformação social nessas sociedades. Elas inevitavelmente se projetam para além da sociedade do capital, para além do assim chamado socialismo real. Sua transição exige marcha serena e permanente ao comunismo.

---

[27] GUERRERO, Modesto Emílio. El chavismo debate su destino. In: Macedo, Rogerio Fernandes, Henrique Tahan Novaes, Paulo Alves de Lima Filho (orgs.) Movimentos sociais e crises contemporâneas. Vol. 3. Marilia: Lutas Anticapital, 2018. p. 215-228.

Como? Comunismo? Isso existiria? Alguém já teorizou isso? O capital não é, então, a última fronteira das relações sociais? [28]

Nos capitalismos da miséria, sociedades submetidas à férrea ditadura do capital em seu manto colonial e neocolonial, em geral, impera a ilusão da eternidade capitalista e de sua relação fundante, o capital, tomada em sua forma genérica. Sem a apreensão da sua particularidade ex-colonial, de seu escravismo submetido ao capital, de sua longa revolução burguesa conservadora, não há como sair da armadilha histórica da miséria e da catástrofe do capital a espraiar-se por todo a órbita da reprodução social.

Para escapar à ordem capitalista miserável e às lutas sociais cronicamente frustradas e frustrantes se exige forjar um polo anticapital que avance em segurança em sua marcha contra a ordem, até alcançar o ponto de seu enfrentamento vitorioso. Quão mais forte ele se enraíze na massa miserável e passe a informar as suas lutas, tão mais rápido e indolor será a transição à uma ordem superadora da miséria.

O repto da revolução na contrarrevolução: a nova organização necessária e o caminho ao poder

A revolução na contrarrevolução é uma declaração de guerra às conquistas democráticas alcançadas na transição democrática e constitui inflexão neocolonial aguda.[29] A transição transada[30] tomou, somente agora, o rumo ancestral desejado pelos que a conceberam. Era uma arapuca muito bem concebida, projetada a ceder os anéis da reprodução política democrática, em presença e sob o controle da contrarrevolução continuada, ou seja, do complexo contrarrevolucionário não derrotado do estado, complexo político e judiciário, sindicatos patronais, forças armadas homogeneamente

[28] SÈVE, Lucien. Commencer par les fins. La nouvelle question communiste. (Começar pelos fins. A nova questão comunista). Paris/França: La dispute, 1999.

[29] LIMA FILHO, Paulo Alves de. O desmonte da nação ou a revolução na contrarrevolução. IELA. 30 mar. 2016. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-desmonte-da-nacao-ou-revolucao-da-contrarrevolucao> Acesso em: 10 out. 2018.

[30]. Chamou-se assim o grande acordo realizado entre os militares e as oposições, em que estes e seu corpo civil parlamentar empresarial impuseram vitais limites à abertura política.

contrarrevolucionárias e seu sistema econômico da subordinação ampliada, gestados na contrarrevolução de 1964.

É uma declaração de guerra ao povo brasileiro e sua nação. Guerra que alcança seu estágio político mais delicado, o de sua condensação em torno de um predador-chefe, que passa a dispor de uma sucessão de arcos de alinhamentos de forças de seu campo em torno de seu núcleo, capaz de congregar a esmagadora maioria das burguesias e setores predadores populares em torno do *projeto da guerra democrática contrarrevolucionária a partir da conquista do poder pela via democrática*. Guerra que acirra seu movimento com a campanha presidencial e não tem qualquer vislumbre de se deter após as eleições, qualquer que fosse o seu resultado.

Desse modo, uma nova caminhada ao poder se põe para as forças populares, democráticas, anarquistas, comunistas, socialistas e patrióticas. Ao lado da sempre necessária tarefa de criação de um movimento de emancipação das maiorias trabalhadoras que ganhe as ruas, capaz de congregar todos os partidos, organizações e interesses na luta contra o capital, impõe-se também a tarefa de criação da força necessária para o tratamento das relações com os predadores. Não ceder as ruas às milícias, populares ou não, do protofascismo neocolonial e, assim, defender o sentido democrático do espaço público, e não ceder também à violência do estado e suas promessas de perseguições, torturas e assassinatos.

Como sabemos, quando a polarização dos predadores da ordem burguesa e social em geral chega a adensar-se ao ponto de se cristalizar e se pôr em trâmites de guerra em torno do Chefe Salvador Mor, não há força da razão que os reconduza à civilização humana a não ser a razão da força.

A nova organização política revolucionária, necessária à emancipação, deverá lidar com mais esta tarefa, se quiser fazer o movimento de emancipação chegar ao poder. Aos comunistas e revolucionários em geral, caberá esta tarefa como prioridade vital. Desde o Manifesto Comunista já se sabia disso. Agora cumpre sem mais delongas nos organizarmos como *comunistas emancipacionistas* e batalharmos simultaneamente em todos os campos em que já atuamos – a produção teórica qualificada e sua disseminação entre a classe trabalhadora – assim como no campo político da forja das alianças e acordos exigidos para a criação do movimento no qual se congreguem todas as forças da emancipação dos trabalhadores contra

o capital e a criação das novas forças da dissuasão, contenção e derrota dos predadores organizados, armados e militarizados.

Dois campos das lutas de classes

Há dois grandes campos de atuação dos revolucionários pela emancipação, o campo do exercício direto da força da razão e o da razão pela força. No primeiro observamos pelo menos quatro grandes blocos de atividades: a atividade na política oficial, a essencial produção teórica e as ações didático-pedagógicas daí derivadas e, por último, a política *unitarista*, forma dominante do empenho na criação do vital movimento de emancipação dos trabalhadores. E como adentramos definitivamente na quarta fase da contrarrevolução iniciada em 1964, se exige da política revolucionaria a defesa dos espaços públicos, a impedir que as hordas milicianas ainda espontâneas as dominem, assim como a defesa da nação, seja quanto à defesa popular, a ação estratégica e criação da força nacional que defenda os interesses nacionais.

Referências

COSTA, Izabel Cristina Gomes. Uma rede prestista: os diversos fios dos 'filhos' da Carta aos Comunistas no PDT. In Perseu: História, memória, política. Revista do Centro Sergio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Nº 9, Ano 7, São Paulo, mai. 2013. Dossiê as esquerdas e o comunismo nos séculos XX e XXI: conflitos e influências, p.145-172.

DEBRAY, Régis. Révolution dans la révolution*? : Lutte armée et lutte politique en Amérique latine* [ensaio], Maspero, 1967.

DIRCEU, José. Zé Dirceu: Memórias. Vol. 1. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1985.

GUERRERO, Modesto Emílio. El chavismo debate su destino. In: Macedo, Rogerio Fernandes, Henrique Tahan Novaes, Paulo Alves de Lima Filho (orgs.) Movimentos sociais e crises contemporâneas. Vol. 3. Marilia: Lutas Anticapital, 2018. p. 215-228.

LENIN, Vladimir Ilitch Uliánov. Carta aos camaradas sobre questões de organização. Revista Nova Escrita Ensaio. Ano IV número 8. São

Paulo: 1980. p.111 – 133. [Tradução de Paulo Alves de Lima Filho da Edição Russa, OC vol. 6. Texto de 1902].

LIMA FILHO, Paulo Alves de O PUP e o marxismo para o século XXI: notas sobre uma práxis em processo. II encontro brasileiro de educação e Marxismo. Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em: <http://www.arquivoebem.xpg.com.br/2_28.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. A legalidade da ilegalidade e os seus defensores: consolidação da revolução na contrarrevolução. São Paulo, 24 de setembro de 2018, mimeo.

_____. Nuvens negras sobre a República: o paraíso em trevas: dilemas da emancipação no Brasil. São Paulo, 2007, mimeo.

_____. O desmonte da nação ou a revolução na contrarrevolução. IELA. 30 mar. 2016. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-desmonte-da-nacao-ou-revolucao-da-contrarrevolucao> Acesso em: 10 out. 2018.

MACEDO, Rogério Fernandes. O governo Lula e a miséria brasileira. Araraquara: Unesp, Tese de doutorado, 2012.

_____. A miséria da política sob o governo Lula. Revista Científica Vozes dos Vales. Nº 08, Ano IV – out. 2015. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2015/11/Rogerio.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

_____. A ponte para o abismo da miséria brasileira: notas sobre o golpe de 2016. In: Filho, Paulo Alves de Lima; Novaes, Henrique Tahan; Macedo, Rogério Fernandes (Orgs). Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira. Anais do Congresso Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf>. Acesso em: 21out. 2018.

MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. Moscou/Rússia: Progress publishers, 1970. (Redação**:** abril ou início de Maio, 1875; OC, Publicado na revista *Die Neue Zeit*, Bd. 1, No. 18, 1890-91).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. La revolución en España. Artículos. Moscou/Rússia: Editorial Progreso, 1974.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.266-269.

RAZZAKOV, Fiodor. O caso que implodiu a URSS (*Dielo vzorvavchee SSSR*). Moscou/Rússia: Algoritmo, 2012.

SAMPAIO JR, Plinio de Arruda. Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SAMPAIO JR, Plinio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: CAMPOS, Fabio (org**.)** Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. Marília: Lutas Anticapital, 2018. p. 87-97.

SÈVE, Lucien. Commencer par les fins: la nouvelle question communiste. (Começar pelos fins: a nova questão comunista). Paris/França: La dispute, 1999.

SILVA, Newton Ferreira. Transição comunista e ditadura do proletariado na revolução cubana de 1959. Marília: Unesp, Tese de doutorado, 2015.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SZULC, Tad. Fidel: um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987. p. 19-20.

WINN, Peter. A Revolução Chilena. São Paulo: Editora Unesp, 2010.